UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
ÁREA DE FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

**UMA ANÁLISE DA DESCORTESIA COMO
ESTRATÉGIA DE PERSUAÇÃO EM INTERAÇÕES
POLÊMICAS: O DEBATE POLÍTICO**

Ana Paula Albarelli

Versão corrigida
São Paulo
2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
ÁREA DE FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

**UMA ANÁLISE DA DESCORTESIA COMO
ESTRATÉGIA DE PERSUAÇÃO EM INTERAÇÕES
POLÊMICAS: O DEBATE POLÍTICO**

Ana Paula Albarelli

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva

Versão corrigida
São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A327a Albarelli, Ana Paula
UMA ANÁLISE DA DESCORTESIA COMO ESTRATÉGIA DE
PERSUAÇÃO EM INTERAÇÕES POLÊMICAS: O DEBATE POLÍTICO
/ Ana Paula Albarelli; orientador Luiz Antônio da
Silva. - São Paulo, 2020.
371 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. descortesia. 2. imagem. 3. persuasão. 4.
debate político-eleitoral. 5. polêmica. I. da Silva,
Luiz Antônio, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Ana Paula Albarelli

Data da defesa: 18 / 06 / 2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Professor Dr. Luiz Antônio da Silva

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 21 / 07 / 2020

Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva

(Assinatura do (a) orientador (a))

Dedico esta pesquisa aos meus filhos, verdadeiras molas propulsoras não só deste trabalho, mas da minha vida: Mathias Albarelli Contri e, ao bebê, Heitor Albarelli Colhs, meus pequenos, minha força motriz.

Agradecimentos

Ao meu orientador, o professor Dr. Luiz Antônio da Silva, sempre paciente e atencioso, cujas observações e indicações de leitura foram deveras fecundas para a execução e finalização deste estudo.

À colega e companheira de estudos no curso de doutorado, Katiúscia Cristina Santana, pelas considerações prementes em torno de questões discursivas relacionadas à descortesia e a importância de seu estudo em *corpora* distintos, em nossas elucubrações profícuas.

Às professoras Dras. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino e Lineide Salvador Mosca que, com suas sugestões profícuas, colaboraram para a conclusão desta pesquisa.

À minha família – sobretudo, meu pai e minha mãe, Paulo Albarelli e Juranir de Fátima Albarelli – que contribuíram para que esta pesquisa chegasse a termo com sucesso.

À minha grande amiga e colega de trabalho, Pamella Mochiute Cruz, por me incentivar e oferecer suporte emocional ao longo do curso de doutoramento.

Ao meu marido, meu querido Alfredo Alfani Neto, pela leitura deste trabalho e apoio diário, oferecendo-me respaldo nas longas horas de pesquisa e revisão deste estudo, até o último momento.

À minha querida irmã, Tânia Paula Albarelli, minha psicóloga, cujos cuidados e reflexões, no tocante à importância do estudo da imagem nos processos de figurativização dos sujeitos sociais, foi, sobremaneira, pertinente, em se tratando de suas reverberações na construção da imagem.

A Rogério Albarelli, cujas ponderações pontuaram a relevância dos possíveis desdobramentos deste trabalho, no que concerne à sua importância nas relações sociais.

A palavra intervém no espaço de persuasão para que a *instância política* possa convencer a *instância cidadã* dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os *conflitos de opinião* em seu proveito (CHARAUDEAU, 2017, p. 21).

O espelho, são muitos, captando-lhe as feições; todos refletem-lhe o rosto, e o senhor crê-se com aspecto próprio e praticamente imudado, do qual lhe dão imagem fiel. Mas — que espelho? Há-os «bons» e «maus», os que favorecem e os que detraem; e os que são apenas honestos, pois não [...] E as máscaras, moldadas nos rostos? (GUIMARÃES ROSA, 2001, p. 119-120).

RESUMO

O presente estudo tem como propósito analisar as estratégias de descortesia empreendidas no embate político-eleitoral, bem como os recursos de natureza retórica e interacional utilizados em sua concretização em um ambiente de interação marcadamente agonial (Marques, 2012; 2017). Trata-se de examinar de que modo o comportamento verbal agressivo pode cumprir finalidades argumentativas e estratégicas em um tipo específico de contrato interlocutório (Blas Arroyo, 2011), uma interação trílogue, de visada argumentativa (Amossy, 2017; 2018), cujos propósitos discursivos consistem na busca do estabelecimento de um consenso com um interlocutor que não participa fisicamente da interação, mas para o qual se dirigem ambos os debatedores: o eleitor em potencial. De fato, no embate eleitoral, as estratégias descorteses e recursos argumentativos de natureza diversa que ora a intensificam, ora a veiculam, estão imbricados na busca pelo estabelecimento de alianças ou coalizões (Blas Arroyo, 2011) que os debatedores intentam estabelecer com um terceiro participante ao qual se visa persuadir (Kerbrat-Orecchioni, 2006). Essas coalizões podem ocorrer mediante a instauração de um *duo consensual* com o auditório (Fávero e Aquino, 2002), por meio da manipulação deliberada de um quadro participativo específico, intrínseco a esse tipo de interlocução (Fávero e Aquino, 2002), da ambiguidade referencial (Blas Arroyo, 2010; 2011), assim como pela instauração de uma imagem credível pelos debatedores diante do público eleitor, a qual se erige em detrimento da imagem do candidato adversário, em um trabalho de face eminentemente agressivo (Goffman, 1967). Consideramos, pois, que a descortesia se afigura em um complexo processo interacional que, no debate político-eleitoral, pode cumprir fins de persuasão. Em razão disso, tomamos, como fundamento teórico, as contribuições de teorias da Descortesia, sobretudo de Kaul de Marlangeon (2003; 2005; 2014), Culpeper (1996; 2011), Blas Arroyo (2010; 2011), Silva (2013), Marques (2012, 2017) dentre outros, para uma análise do comportamento verbal agressivo no embate político-eleitoral. Por tratar-se de um tipo de interlocução polêmica, que apresenta propósitos persuasivos – o debate político se configura em um discurso de claras intenções argumentativas – consideramos as contribuições de teorias da argumentação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), (Fávero e Aquino, 2002) e da Argumentação no Discurso (Amossy, 2018), procedendo à articulação entre os construtos teóricos da descortesia verbal e da argumentação para uma abordagem das diferentes estratégias descorteses e procedimentos retóricos e interacionais que as concretizam, veiculados pelo discurso eleitoral. O *corpus* constitui-se do debate do segundo turno das eleições presidenciais de 2014 entre os candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves. Tal debate foi realizado em São Paulo e transmitido pela emissora SBT.

Palavras-chave: descortesia; imagem; persuasão; debate político-eleitoral; polêmica.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the strategies of impoliteness undertaken in the political electoral clash, as well as the rhetorical and interactional resources used in its implementation in a markedly agonal interaction environment (Marques, 2012; 2017). It is about examining how aggressive verbal behavior can fulfill argumentative and strategic purposes in a specific type of interlocutory contract (Blas Arroyo, 2010; 2011), a trilogue, argumentative-oriented interaction (Amossy, 2017; 2018), whose discursive purposes consist of a search to establish a consensus with an interlocutor who does not physically participate in the interaction but is addressed to by both debaters: the potential voter. In fact, in the electoral clash, unkind strategies and argumentative resources of a different nature that oppose, intensify, or convey, are intertwined in the search for the establishment of alliances or coalitions (Blas Arroyo, 2010; 2011) that the debaters intend to establish with a third participant, which is intended to persuade (Kerbrat-Orecchioni, 2006). These coalitions can occur through the establishment of a consensual duo with the audience (Fávero and Aquino, 2002), through the deliberate manipulation of a specific participatory framework intrinsic to this type of dialogue (Fávero and Aquino, 2002), referential ambiguity. (Blas Arroyo, 2011), as well as by the establishment of a credible image by the debaters before the electoral audience, which stands at the expense of the image of the opposing candidate in an eminently aggressive face-work (Goffman, 1967). We consider, therefore, that impoliteness appears in a complex interactional process that, in the electoral political debate, can fulfill persuasive purposes. For this reason, we take, as a theoretical foundation, the contributions of theories of impoliteness, especially from Kaul de Marlangeon (2003; 2005; 2014), Culpeper (1996; 2011), Blas Arroyo (2011), Silva (2013), among others, for an analysis of verbally aggressive behavior in the electoral political clash. Because it is a kind of controversial interlocution that has persuasive purposes - the political debate is configured in a discourse of clear argumentative intentions - we consider the contributions of theories of argumentation (Perelman and Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), (Fávero and Aquino, 2002) and the Argumentation in Discourse (Amossy, 2018), proceeding to articulate the theoretical constructs of verbal impoliteness and argumentation for an approach of the different impoliteness strategies and rhetorical and interactional procedures that materialize them, conveyed by the electoral discourse. The *corpus* consists of the debate in the second round of the 2014 presidential elections between candidates Dilma Rousseff and Aécio Neves. This debate was held in São Paulo and broadcast by the broadcaster SBT. (on the occasion of the 2014 presidential elections, held in São Paulo).

Keywords: impoliteness; image; persuasion; political electoral; polemic.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
CAPÍTULO 1: O DISCURSO POLÍTICO	28
1.1 Poder, influência e argumentação no discurso político	28
1.2 Discurso político: linguagem e gêneros	37
1.3 O debate televisivo: origens, estrutura e funções sociais prementes.....	38
1.4 Debate eleitoral: estrutura e principais características	42
1.4.1 A estrutura participativa do debate político-eleitoral e suas conexões com o trabalho de persuasão de um terceiro participante.....	44
1.4.2 A estrutura participativa do debate eleitoral: tipos de destinatários	46
1.4.3 A noção de quadro argumentativo.....	49
1.4.4 A formação de coalizões dentro dos trílogos: duo conflitual estratégico e duo consensual	51
CAPÍTULO 2- OS ESTUDOS INTERACIONAIS: AS CONTRIBUIÇÕES DE ERVING GOFFMAN (1967)	56
2.1. O conceito de imagem após Goffman: principais considerações	59
CAPÍTULO 3. A CORTESIA VERBAL.....	67
3.1 As contribuições das teorias fundadoras: os postulados de Brown e Levinson (1987[1978])	67
3.2. As contribuições de Catherine Kerbrat- Orecchioni (2006).....	70
3.3. A Pragmática Sociocultural.....	71
3.3.1. A perspectiva da variação: o papel do contrato interacional.....	75
3.3.2. A cortesia como um contínuo: níveis de (des)cortesia.....	78
3.4 Funções da cortesia	80
3.4.1 O papel estratégico-argumentativo da cortesia	81
3.4.2. Cortesia estratégica e estratégias de atenuação	82
3.4.3. A atenuação como mecanismo estratégico-discursivo	84
3.4.4. Cortesia codificada e cortesia interpretada.....	87
3.4.5. A reconfiguração da cortesia: tipos específicos de cortesia interpretada	88
CAPÍTULO 4: DESCORTESIA VERBAL	92
4.1 Principais aportes teórico-metodológicos	92
4.2. Funções da descortesia.....	100
4.3 Comportamento verbal agressivo e persuasão: funções estratégicas da descortesia em interações agonais.....	102
4.4 O modelo de descortesia elaborado por Culpeper (1996; 2011)	113

4.5. As categorias de afiliação exacerbada e de autonomia exacerbada (refratariedade): a descortesia de fustigação	115
4.6 As contribuições de Blas Arroyo (2011): a construção de um modelo de análise da descortesia institucional atrelada a finalidades persuasivas.....	122
4.6.1 Estratégias funcionais de descortesia no debate eleitoral.....	129
4.7 Descortesia verbal e persuasão: uma análise dos recursos formais e retóricos ao serviço do comportamento verbal agressivo no pleito eleitoral.....	133
4.8 As três provas do discurso: o <i>logos</i> o <i>ethos</i> e o <i>pathos</i>	139
4.9 A cortesia no debate eleitoral: o comportamento verbal politicamente correto	146
CAPÍTULO 5. A ARGUMENTAÇÃO	149
5.1 Argumentação, conflito e política: diálogos possíveis.....	149
5.2 As contribuições de Perelman e Olbrechts- Tyteca para o estudo das técnicas argumentativas: a <i>Nova Retórica</i>	157
5.2.3 O auditório	159
5.2.4 Lugares comuns: os lugares da quantidade e da qualidade	162
5.2.5 As figuras de comunhão e de presença	163
5.2.6 Tipos de argumentos	164
5.2.6.1 Argumentos quase-lógicos	164
5.2.6.2 Argumentos baseados na estrutura do real	167
5.2.6.3 Argumentos que fundamentam a estrutura do real.....	169
5.3 Provas extrínsecas e provas intrínsecas.....	171
5.4 As contribuições de Amossy (2018) para um estudo da argumentação no discurso.....	172
5.4.1 Procedimentos metodológicos para uma análise argumentativa do discurso.....	173
5.4.2 Os esquemas argumentativos no discurso	181
5.4.3 O <i>ethos</i>	184
5.4.5 As vias do <i>logos</i> e do <i>pathos</i> : a imbricação da razão e da emoção no discurso.....	189
CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	192
6.1 Apresentação de novas categorias de análise e algumas considerações acerca da investigação do <i>corpus</i>	192
6.1.2 Proposta de novas categorias de análise: construtos teóricos e justificativas.....	192
6.1.3. Considerações acerca da análise do <i>corpus</i>	194
6.2 Análise do primeiro bloco do debate.....	195
6.3 Análise do segundo bloco do debate	235
6.4 Análise do terceiro bloco do debate	284
CONSIDERAÇÕES FINAIS – RESULTADO DAS ANÁLISES	333

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A linguagem, veículo de comunicação e instrumento de ação dos sujeitos na realidade, configura-se como um fenômeno histórico-social, a partir da qual são promovidos diferentes tipos de manifestações discursivas, as quais perfazem campos de atividades comunicativas distintas. Dentre as muitas formas de linguagem empregadas pelos sujeitos, afigura-se a interação verbal, um fenômeno linguístico e social, dotado de tipos específicos de comportamentos verbais. Cada sociedade ou grupo social tem seu conjunto de normas e formas particulares de comportamento verbal que perpassam diferentes tipos de intercâmbios interlocutórios. Em outras palavras, cada tipo de interação desvela características singulares – há as polêmicas ou as fundadas no equilíbrio – levando-nos a considerar que essa atividade é regulamentada por padrões de conduta verbal específicos a uma determinada situação comunicativa. Pode-se afirmar que as interações verbais se apresentam, sobretudo, em suas práticas espontâneas, qual seja, a modalidade oral, como a principal forma a partir da qual os falantes atuam no mundo e estabelecem diferentes contratos comunicativos. É por meio das conversações naturais e, sobretudo, dos diálogos orais, que a linguagem – e a interação verbal – realizam-se desde os seus primórdios. Dentre as distintas formas de interlocução falada, há as que são mais ou menos planejadas, assim como aquelas voltadas eminentemente para atingir e cumprir determinados objetivos de persuasão.

Não obstante haja diferentes formas de interação verbal ou contratos interlocutórios, pode-se afirmar que todos são permeados por um desejo em comum: a preservação de uma imagem social (Goffman, 1967). O conceito de imagem pública e privada decorre das pesquisas de Erving Goffman (1967), precursor dos estudos de interação. Para o autor, todo e qualquer indivíduo possui, no decorrer das trocas verbais, o desejo de ver sua imagem pública valorizada e aceita pelos demais participantes do evento comunicativo (*face want*¹), apresentando, ainda, propósitos de não imposição, isto é, de que sua liberdade de ação não seja tolhida ou cerceada pelos parceiros da troca verbal².

Assim, ao longo de distintas formas de interlocução verbal da qual participamos, seja na condição de locutores ou de interlocutores, falantes ou ouvintes, buscamos assegurar a construção de uma imagem social à qual se atribuam juízos de valor positivos.

¹ Conceito oriundo dos estudos de Goffman (1967) acerca da interação. Trata-se do “desejo de imagem” por parte dos interlocutores nas trocas verbais.

² Brown e Levinson (1987[1978]) renomearam esses conceitos como *face* positiva e negativa, posteriormente.

Nessa direção, para o bom gerenciamento dessa imagem e das dos demais interlocutores, procede-se ao que Goffman (1967) designou como trabalho de face (*face work*). Trata-se de um complexo trabalho de figurativização (Goffman, 1967), fundado em esquemas de representações e formas de conceber o outro, a partir do qual estabelecemos uma imagem particular. Nesse sentido, pode-se afirmar que a construção da face se configura em um processo de coprodução, por meio do qual procedimentos linguístico-discursivos são empregados conforme as intenções discursivas do falante em apresentar uma face à qual se atribuam as avaliações esperadas, conforme suas expectativas de imagem. Isso significa que a escolha dos elementos linguísticos se coaduna, com efeito, aos fatores de ordem contextual, tais como a intencionalidade, as condições de produção e de recepção do discurso e, sobretudo, ao tipo de interpretação dos ouvintes acerca dos atos destinados à imagem, em se tratando da gestão da face nas relações interpessoais (Brenes Peña, 2011).

Desse modo, consideramos que a natureza do contrato interacional, a partir do qual determinados mecanismos linguístico-discursivos são mobilizados, em função de fatores socialmente motivados, incide de modo significativo sobre os desejos de imagem dos interlocutores, repercutindo no trabalho de gestão da imagem (Goffman, 1967) empreendido pelos participantes da interação. Nesse sentido, Silva (2013) ressalta que, em interações fundadas no embate, como o debate político-eleitoral, o desejo de preservação da autoimagem, comum a interações regidas pela cooperação mútua, dá lugar ao desejo de autopromoção, a qual ocorre necessariamente em detrimento do outro.

O debate político-eleitoral, objeto de estudo desta pesquisa, caracteriza-se por ser um gênero marcadamente agonal (Marques, 2012; 2017), pautado no dissenso³ e em relações descorteses. Trata-se de um tipo específico de interação cujos participantes buscam valorizar a própria imagem em detrimento da imagem do candidato adversário, com vistas a obter a adesão⁴ de seu destinatário privilegiado (Kerbrat- Orecchioni, 2006) que, embora não participe

³ Tradução livre da versão original em espanhol: en los actuales tiempos de revolución mediática, la agresividad y el conflicto se han convertido en una realidad cada vez más extendida en el discurso político, incluso en géneros discursivos en los que ambos rasgos habían estado tradicionalmente vedados. Con todo, esta agresividad alcanza una dimensión especialmente destacada en el debate, una manifestación clara de discurso agonal en la que la disensión y el enfrentamiento entre los protagonistas representan una de sus principales señas de identidad (BLAS ARROYO, 2011, p. 40).

⁴ Tradução livre da versão original em francês : nous nous proposons ici d'analyser une interaction relevant du genre "débat télévisé", et de définir aussi précisément que possible le système d'interlocution qu'elle met en jeu. En effet, bien que notre approche soit essentiellement rhétorique et argumentative, il nous semble impensable de prendre comme objet d'étude un débat sans associer aux théories rhétorique et argumentative les outils développés aujourd'hui au sein de la linguistique de l'énonciation, et surtout de la pragmatique des interactions (DOURY, 1995, p. 225).

fisicamente do evento, orienta, direta ou indiretamente, o comportamento verbal dos demais participantes da troca verbal: o eleitor em potencial.

O debate político configura-se, assim, em um gênero de *visada argumentativa* (Amossy, 2018), uma vez que sua finalidade é a de obter a adesão de seu auditório, nesse caso, o eleitorado, mediante práticas descorteses (Blas Arroyo, 2011). Trata-se de um tipo de interação que apresenta um quadro participativo volátil, na medida em que seus participantes ocupam papéis flutuantes, que podem modificar-se (Blas Arroyo, 2011), causando impactos significativos na dinâmica interacional (Doury, 1995).

Na verdade, o tipo de interação “debate televisivo” coloca em jogo um duplo dispositivo triangular: aquele que, no palco, associa debatedores e moderador, e aquele que, virtualmente, coloca em cena dois debatedores frente a um público. Em seguida, tentaremos ver como esses dispositivos se traduzem nas interações e como a estrutura participativa evolui durante os debates, de acordo com as questões das diferentes sequências (DOURY, 1995, p.225).⁵

Consideramos que, nesse tipo de interlocução, da qual emergem estratégias interacionais e argumentativas específicas, que subjazem às práticas verbais empreendidas pelos debatedores, a argumentação, atrelada às contribuições da pragmática, mostra-se imprescindível para uma análise mais profunda do tipo de *corpus* escolhido – o debate eleitoral – conforme salienta Doury (1995).

Propomo-nos a analisar aqui uma interação relevante, pertencente ao gênero “debate televisivo” e, definir, também, de forma precisa, o possível sistema de interlocução nela envolvido. Com efeito, embora nossa abordagem *seja essencialmente retórica e argumentativa*, parece-nos impensável tomar como objeto de estudo um debate sem associar às teorias retóricas e argumentativas as ferramentas desenvolvidas hoje dentro da lingüística da enunciação e, especialmente, das *interações pragmáticas* (DOURY, 1995, p.225, *grifos nossos*).⁴

No debate político-eleitoral, observa-se, pois, a busca constante em exercer influência sobre o outro, fato denominado por Charaudeau (2008; 2015; 2017) como *princípio de influência*. Nesse sentido, Marques (2012; 2017), assim como o autor supracitado, ressaltam que o discurso se apresenta como um autêntico *exercício de influência*, afirmando que tal troca verbal configura uma atividade discursiva calcada na polemicidade e na persuasão, sendo, pois, “necessariamente argumentativa” (Marques, 2012; 2017).

⁵ Tradução livre da versão original em francês : On verra d’abord que le type d’interaction “débat télévisé” met en jeu un double dispositif triangulaire : celui qui, sur le plateau, associe débatteurs et animateur, et celui qui, virtuellement, met en scène deux débatteurs face à un public. Puis nous essayerons de voir comment ces dispositifs se traduisent dans les interactions et comment le cadre participatif évolue au cours des débats, en fonction des enjeux des différentes séquences (DOURY, 1995, p.225).

Assim como Marques (2012; 2017) e Charaudeau (2008; 2015; 2017), Blas Arroyo (2011) também chama a atenção para uma intenção mobilizadora, inerente à atividade discursiva presente no debate político-eleitoral, afirmando que, nesse tipo de interação, observam-se os seguintes princípios:

- a) seu caráter polêmico e controvertido, uma vez que a comunicação política pressupõe a construção de um adversário, daí a sua polarização;
- b) sua intenção mobilizadora – isto é, o desejo intrínseco de atuar sobre a realidade.

Assim, polêmica e propósitos de persuasão, inerentes a esse gênero, configuram-se, pois, em dois aspectos centrais do debate político-eleitoral (Blas Arroyo, 2011).

Em seu estudo acerca das relações estabelecidas em interações trílogues, Fávero e Aquino (2002) assinalam haver, nessas trocas verbais, essencialmente triangulares, a formação de *duos* ou coalizões, estabelecidas entre um ou dois participantes do evento comunicativo, devido à estrutura do *quadro participativo* que compreende esse tipo de contrato interlocutório. Isso explica o fato, segundo as autoras, de haver argumentação em um tipo de evento comunicativo no qual os debatedores não visam a convencer uns aos outros – como em debates cooperativos – mas sim a fortalecer o conflito. Instaura-se, pois, um *duo conflitual* de modo estratégico para assegurar a adesão do eleitor em potencial ao qual se visa persuadir: “Não poderá ocorrer concordância quanto à posição apresentada por um debatedor; a discordância é a garantia da conquista do eleitorado” (FÁVERO E AQUINO, 2002, p. 171).

A discordância, isto é, a prática do dissenso, que no debate eleitoral é esperada, ritualizada e repertoriada pelos participantes da troca comunicativa, apresenta-se como o cerne do gênero debate eleitoral. Desse modo, importa observar que, segundo Fávero e Aquino (2002), há uma estrutura argumentativa especial no debate político, fundada em dois princípios: no estabelecimento de um *duo conflitual estratégico*⁶, mediante o qual os debatedores aprofundam a discordância e o dissenso, e, por outro lado, na tentativa da instauração de um *duo consensual*, a ser estabelecido com o eleitor em potencial.

Cumpre assinalar que, na tentativa de estabelecer alianças ou coalizões com o eleitor, observamos que os debatedores procedem, frequentemente, ao emprego de estratégias distintas, dentre as quais está ambiguidade referencial, no que se refere à referenciação do auditório (Blas Arroyo, 2011). Trata-se de um esforço, pelos candidatos, de incluir o auditório no mesmo âmbito de referência pessoal, fato que ocorre por meio da manipulação deliberada de estruturas

⁶ Fávero e Aquino (2002) estabelecem esses dois conceitos para explicar de que modo se dá a argumentação no embate político-eleitoral. Esse tipo específico de argumentação é, segundo as autoras, realizado a partir da instauração do que se denomina como *duos*, que podem ser consensuais ou conflituais.

persoais dêiticas, como o pronome de primeira pessoa, à guisa de exemplo. Utiliza-se, assim, um “nós inclusivo”, que consideramos cumprir, no *corpus* sob análise, a função de estabelecer uma imagem afiliativa e colaborativa (Bravo, 2005) com o eleitor em potencial, com vistas à sua adesão.

Por outro lado, o emprego desses mesmos pronomes, em sua forma exclusiva, evidenciou, nesta pesquisa, que a ambiguidade no tocante à referenciação, no debate eleitoral, pode cumprir finalidades de descortesia, uma vez que a exclusão de um participante do evento comunicativo do âmbito de referência do falante pode produzir efeitos negativos no sentido de ameaçar-lhe a imagem por meio de seu afastamento, aprofundando, assim, o conflito. Em decorrência disso, uma análise aprofundada do gerenciamento do quadro participativo, bem como de como a variação nos papéis interlocutórios reverberam no debate eleitoral, mostraram-se pertinentes para um exame da flutuação das instâncias interlocutivas (Blas Arroyo, 2011; Doury, 1995; Fávero e Aquino, 2002; Vion, 1992) e sua relação com o gerenciamento da imagem em ambientes de interação conflitivas.

A ideia de coalizão ou de aliança, que pode ocorrer entre dois participantes e um terceiro, no caso, os debatedores e o eleitor, por meio do estabelecimento de *duos* (Fávero e Aquino, 2002), ou mediante cisões dentro das trocas trílogues conflituais, é apresentada, também, por outros estudiosos, tais como Marianne Doury (1995) e Blas Arroyo (2011), segundo os quais a estrutura de interlocução do debate eleitoral – isto é, o quadro participativo – mostra-se imprescindível para uma análise profícua do modos pelo qual ocorre a persuasão de tipos específicos de “participantes não ratificados” (Goffman, 1967).

De acordo com Blas Arroyo (2011), na formação de coalizões, o auditório apresenta-se como “o único destinatário autorizado a mudar de opinião”. Dessa maneira, segundo o autor, o falante converte-se em uma espécie de aliado ou porta-voz das ideias, crenças e aspirações do público espectador⁷ (Blas Arroyo, 2011), na medida em que se recorre a “esquemas coletivos cristalizados” (Mosca, 2004, p.126), que consideramos ser repertoriados pelo público-alvo, com vistas à construção de uma “relação de espelhamento” com o auditório (Maingueneau, 2008).

Nesse sentido, importa observar que o eleitor, um destinatário indireto (Kerbrat-Orecchioni, 2006), pode assumir o papel interlocutório do destinatário direto – muitas vezes, em detrimento do outro debatedor, que pode ser relegado ao papel de *não pessoa* (Benveniste)–

⁷ Tradução nossa da versão original em espanhol: De este modo, el hablante se convierte en *aliado y portavoz* de las ideas, creencias y aspiraciones del público espectador (BLAS ARROYO, 2011, p. 156, *grifos nossos*).

fato que corrobora a afirmação de que, no âmbito do debate político-eleitoral, a oscilação ou flutuação (Fávero e Aquino, 2002) dos papéis interacionais, dentro de um quadro participativo específico, colabora para a constituição de um tipo de argumentação especial nesse evento interacional, conforme assinalam Fávero e Aquino (2002). Cabe assinalar que, no embate eleitoral, a argumentação é especial, segundo as autoras, porque não se desenvolve para convencer o candidato oponente, não obstante seja ele o destinatário a quem o debatedor se dirige, mas sim a um público telespectador.

A questão da argumentação, que tangencia o confronto eleitoral, é, também, analisada e explorada por Blas Arroyo (2011). Segundo o autor, persuasão e argumentação subjazem às práticas descorteses do debate político televisionado, podendo-se afirmar que o desacordo é, pois, estratégico e deliberado, possuindo finalidades de persuasão.

Assim, pode-se afirmar que a descortesia é utilizada, no discurso político, com valor estratégico (Bolívar, 2005; 2013) apresentando-se de modo ritualizado, uma vez que cumpre a função de uma regra interacional intrínseca ao evento comunicativo, já que os atos de ameaças se afiguram como o comportamento verbal esperado, sendo naturalizados (Blas Arroyo, 2011). Trata-se de um tipo específico de descortesia denominada por Blas Arroyo (2011) e Culpeper (1996; 2011) como “descortesia institucionalizada”, que corresponde aos atos predominantes no evento interacional. Por outro lado, observa-se que a cortesia se configura em um fenômeno linguístico discursivo menos esperado em um ambiente de interação agonal (Marques, 2012; 2017), prevalecendo, no entanto, os atos de falsa cortesia (*mock politeness*) (Culpeper, 1996; 2011).

Para Blas Arroyo (2011), a descortesia institucional erige-se em função de uma cultura do dissenso, na qual a espetacularização do conflito colabora para um incremento da polemicidade no debate eleitoral. A descortesia institucional inscreve-se, pois, em um tipo de “comunidade de atividade midiática” (Blas Arroyo, 2011), na qual a polêmica e a violência verbal são, segundo Blas Arroyo (2011), “orquestradas” para atingir o auditório, com vistas à sua persuasão. Em outras palavras, refuta-se a imagem do adversário e, em contrapartida, valoriza-se a autoimagem com a finalidade de obter a adesão do eleitor em detrimento do oponente.

A esse respeito, Silva (2013) ressalta que: “mais importante do que manter o equilíbrio das relações sociais, é colocar em risco a imagem do adversário político, com a finalidade de conquistar votos” (SILVA, 2013, p. 93). Dessa forma, os participantes esforçam-se para construir uma imagem que lhes seja favorável e, ao mesmo tempo, buscam desconstruir a imagem pública do adversário político (SILVA, 2013, p. 93).

A questão da institucionalização da descortesia, em determinados contextos, é abordada, também, por Kaul de Marlangeon (2014), a qual assinala haver “comunidades de prática descorteses”. Para a autora, a descortesia apresenta-se como um conjunto de atos deliberados e intencionais, mediante os quais os falantes buscam fazer prevalecer sua cosmovisão e sua imagem em detrimento dos desejos de imagem do outro. A descortesia pode realizar-se, segundo Kaul de Marlangeon (2014), de forma unilateral ou unidirecional – no caso das forças armadas – ou de modo bilateral ou bidirecional, como nos debates eleitorais, que se configuram em “comunidades discursivas” e “comunidades de práticas descorteses” em que a hostilidade cumpre finalidades estratégicas. Para Kaul de Marlangeon (2003; 2005; 2014) a descortesia pode concretizar-se, no contrato interacional, de duas maneiras: por meio da afiliação exacerbada de um indivíduo em relação aos valores e práticas de seu grupo, partindo em sua defesa por meio de atos descorteses; ou pela autonomia exacerbada do sujeito ao grupo, a partir da qual um indivíduo se mostra avesso aos valores do grupo ao qual se opõe.

Nessa direção, importa assinalar que, para a autora, o debate político-eleitoral configura-se, com efeito, em uma comunidade discursiva (Kaul de Marlangeon, 2014) em que o real objetivo de seus falantes é rechaçar a imagem do outro com fins estratégicos e argumentativos, apresentando-se como uma “comunidade de prática” eminentemente descortês (Kaul de Marlangeon, 2014).

Ademais, a finalidade discursiva estratégica do emprego da descortesia é analisada por Eelen (2001) para o qual o fenômeno linguístico- discursivo pode assumir, em determinados contextos discursivos, caráter eminentemente argumentativo: “O estudo [...] das finalidades argumentativas dos falantes que têm como propósito a descortesia é possível” (EELLEN, 2001, p.113).

Nessa direção, pensando no papel estratégico do confronto verbal, Blas Arroyo (2011) propõe um novo modelo de análise para a descortesia institucional empreendida em debates eleitorais televisionados, a fim de analisar de que modo se dá o gerenciamento da imagem dos políticos em conflito. Para isso, postula cinco estratégias conceituais⁸ que, segundo o autor, concretizam-se no discurso político por meio de recursos de natureza interacional, linguística e retórica. Assim, para Blas Arroyo (2011), os recursos retóricos, empregados no embate

⁸ Blas Arroyo (2011) elenca cinco categorias conceituais, isto é, cinco tipos de estratégias descorteses empreendidas pelos debatedores no debate político- eleitoral, considerando que, na realização dessas estratégias de descortesia, diversos recursos são mobilizados, a saber, interacionais e argumentativos. Para o autor, recursos retóricos de natureza diversa são utilizados, como argumentos distintos, assim como o apelo ao pathos, ao ethos e ao logos. Para o autor, esses recursos – Blas Arroyo distingue recurso de estratégias – são mobilizados de modo a realizar, isto é, concretizar o comportamento verbal agressivo no discurso político, no caso, as estratégias conceituais de descortesia.

eleitoral, podem atuar de modo a concretizar e reforçar a descortesia, configurando-se nos mecanismos formais⁹ pelos quais os atos descorteses se formalizam na tessitura do discurso político-eleitoral. Assim, não obstante diversos recursos argumentativos – como as figuras, o uso de argumentos distintos, ou mesmo o apelo ao *ethos*, ao *logos* e ao *pathos* – possam, em outros contextos de interação, assumir finalidades diversas, segundo Blas Arroyo (2011), no debate político-eleitoral, esses mecanismos cumprem, de modo efetivo, a função de realizar, isto é, de concretizar o comportamento verbal agressivo, isto é, as diferentes estratégias descorteses destinadas à autoimagem dos participantes da interação, levando-os a termo.

Desse modo, para Blas Arroyo (2011), os mecanismos retóricos cumprem o papel de engendrar os atos descorteses no debate-eleitoral, uma vez que o discurso político se configura em um gênero intrinsecamente polêmico, marcado pela persuasão e a argumentação. Por essa razão, o autor sinaliza, ademais, a necessidade de considerar uma análise da descortesia atrelada ao exame de aspectos retóricos-argumentativos, presente, sobremaneira, no discurso dos debatedores.

Assim, partindo desses pressupostos teóricos, considerar-se-á, neste estudo, que o comportamento verbal agressivo pode, com efeito, cumprir finalidades discursivas distintas, conferidas pelos diferentes contratos interlocutórios em que é empregado, podendo apresentar, em determinados contextos interacionais, regidos pela polêmica, finalidades argumentativas e de persuasão, em especial, no âmbito do debate político-eleitoral¹⁰. Nesse sentido, em situações em que predomina o enfrentamento, diversas estratégias convergem no sentido de fixar, isto é, fazer valer a própria posição e, em contrapartida, refutar a outra, podendo-se afirmar que, na realização dos ataques, os interactantes podem-se valer de diversas estratégias de natureza retórico-argumentativas, a fim de colocar em prática seu comportamento verbal agressivo.

Consideramos, assim como Blas Arroyo (2011), que o debate eleitoral não se configura, pois, em um “diálogo de surdos” (Marc Angenot, 2012; 2015), porque não apresenta características de um debate cooperativo (Blas Arroyo, 2011), cujo objetivo é o de convencer o outro debatedor. Busca-se, por outro lado, atingir um terceiro participante – um tipo de destinatário privilegiado (Kerbrat-Orecchioni, 2006), por meio da autopromoção da imagem e da própria cosmovisão, em detrimento do interlocutor (Kaul de Marlangeon, 2005) e da

⁹ Blas Arroyo (2011) pontua que os recursos de natureza retórica operam, no debate político-eleitoral, como mecanismos cuja função é concretizar, isto é, realizar as estratégias descorteses. Nesse sentido, o autor distingue estratégias de recursos, quais sejam, interacionais e retóricos-argumentativos.

¹⁰ A interação oral ou escrita nos textos produzidos nesse âmbito discursivo ocorre em um cenário de enfrentamento que favorece o desenvolvimento de textos contrapostos, nos quais se recorre a diversas estratégias retórico-argumentativas para fixar a própria posição e rebater a dos outros (ERLICH, 1993, p. 87).

tentativa de instituir com o auditório, alianças ou coalizões (Blas Arroyo, 2011; Doury, 1995; Fávero e Aquino, 2002), mediante estratégias distintas, com vistas ao estabelecimento de um consenso, isto é, um *duo consensual* com o auditório (Fávero e Aquino, 2002), sendo este último o objetivo final da interação.

Diante do exposto, propomo-nos analisar de que modo a descortesia pode cumprir, no debate político-eleitoral, finalidades argumentativas, com vistas à persuasão do auditório. Para isso, recorreremos, sobretudo, às contribuições de Kaul de Marlangeon (2003; 2005; 2014), Blas Arroyo (2010; 2011), Silva (2013) e Culpeper (1996; 2011), Fávero e Aquino (2002), dentre outros teóricos, para um estudo aprofundado da descortesia verbal.

Para uma abordagem mais complexa das estratégias descorteses mobilizadas pelos debatedores, no debate eleitoral, bem como dos recursos retóricos utilizados em sua concretização, tal como postula Blas Arroyo (2011) e Erlich (1993), recorreremos aos pressupostos teórico- metodológicos de Blas Arroyo (2011), em consonância com os postulados de teorias da argumentação (Perelman e Olbrechts- Tyteca, (2005[1958]) e Amossy (2017; 2018).

Há que se ressaltar que a consideração dos pressupostos teóricos da Teoria da Argumentação justifica-se pelo fato de tratar-se de um *corpus* de “visada argumentativa” (Amossy, 2017; 2018), e por considerarmos que os recursos argumentativos – por meio dos quais as estratégias descorteses¹¹ se realizam no discurso político (Blas Arroyo, 2011) – apresentam um papel relevante no gerenciamento da imagem no debate político-eleitoral, uma vez que seu emprego pode contribuir, dentre outros fins, para a construção de um *ethos* que instigue credibilidade, atuando, também, no sentido de salvaguardar a imagem do político que dela faz uso.

Cumpre assinalar que, não obstante a análise da descortesia atrelada à argumentação, em contextos de interação regidas pelo dissenso, tenha sido objeto de análise de pesquisas profícuas sobre a interação e cortesia verbal, são poucos, ainda, os estudos que levam em consideração que a descortesia pode assumir contornos argumentativos em determinados contextos.¹² Posto isso, consideramos que este estudo pode contribuir para as pesquisas voltadas ao exame do comportamento verbal descortês e suas finalidades de persuasão em *corpora* regidos pela polêmica, considerando-se que o dissenso se afigura, atualmente, como um

¹¹ Assim como Blas Arroyo (2011), consideramos que as estratégias descorteses se realizam, no debate político-eleitoral, a partir de recursos formais de natureza linguística, interacional e retórica. Para a análise dos recursos de natureza retórica, recorreremos aos pressupostos teóricos de teorias da argumentação.

¹² Albarelli, 2013; Blas Arroyo, 2011; Eelen, 2001; Erlich, 1993; Fávero e Aquino, 2002; Infante, J. M, 2014; Marques, 2012 e 2017.

fenômeno social premente em uma sociedade na qual se observa, cada vez mais, o incremento de uma “cultura da crítica” (Blas Arroyo, 2010; 2011).

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito ao fato de que, por muito tempo, priorizou-se o estudo da cortesia verbal, considerando-se a descortesia como uma atividade marginal, um desvio das normas cortesias, daquilo que seria considerado adequado. No entanto, sabe-se que a descortesia é um fenômeno linguístico e interacional, dotado de regras próprias, conforme ressaltam Culpeper (1996; 2011) e Brenes Peña (2011), o qual importa ser estudado consoante suas próprias normas.

Nessa direção pode-se afirmar que um estudo aprofundado da descortesia faz-se necessário, levando-se em consideração seu papel em uma sociedade fundada no apelo à polêmica como forma de entretenimento, conforme apontam os estudos de (Brenes Peña, 2011) e de (Blas Arroyo, 2010; 2011) na qual, muitas vezes, busca-se a espetacularização do conflito para obter-se audiência. Desse modo, há que se ressaltar que o estudo do comportamento verbal agressivo em interações agonais, isto é, das relações conflitivas em trocas verbais regidas pela polemicidade como forma ou instrumento utilizado para influenciar um determinado público-alvo cumpre, pois, um papel imprescindível para um melhor entendimento de uma “cultura de espetacularização da crítica” e de comportamentos verbais agressivos, ou seja, uma cultura calcada no dissenso.

Nesse sentido, consideramos que a compreensão dos meios pelos quais a descortesia atua, no discurso político, produzindo efeitos de persuasão, a fim de verificar quais são seus desdobramentos e consequências em interações conflitivas, no que tange ao gerenciamento das imagens de seus participantes, configura-se como uma questão social deveras premente.

Objetivo geral

O presente estudo objetiva investigar de que modo as estratégias de descortesia empreendidas pelos debatedores podem cumprir finalidades de persuasão em um contrato interlocutório regido pelo conflito, considerando os recursos de natureza linguística, retórica e interacional utilizados em sua materialização no discurso político-eleitoral.

Objetivos específicos

- Observar de que modo se realizam, no debate político-eleitoral estratégias descortesias, levando-se em consideração os recursos linguísticos, retóricos e interacionais engendrados na sua concretização.

- Investigar como os papéis interlocutórios podem influenciar no gerenciamento da imagem dos participantes do evento comunicativo, por meio do uso de dêiticos pessoais, quais sejam, inclusivos ou exclusivos. produzindo efeitos de aproximação (por meio de coalizões ou alianças) ou de distanciamento, os quais podem acarretar em desdobramentos distintos, cortesies ou descortesies.
- Propor novas categorias de análise descortesies com base nos construtos teóricos apresentados para um estudo aprofundado de uma modalidade de descortesia: estratégica e institucional, empregada no embate político-eleitoral.
- Observar de que maneira os recursos de natureza argumentativa colaboram para a gestão da imagem, no sentido de salvaguardá-la ou com propósitos de intensificar ou de atenuar possíveis atos de ameaça, assim como na obtenção da adesão do auditório, em um tipo de interação marcadamente agonial, além de observar com que frequência tais mecanismos retóricos aparecem no discurso de cada candidato, visando a traçar o estilo discursivo de ambos os debatedores.

Características e constituição do *corpus*

O *corpus* escolhido¹³, o debate eleitoral do segundo turno das eleições presidenciais, realizado em 2014, entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, configura um evento comunicativo relevante para o estudo da descortesia, haja vista o seu papel social polêmico e mobilizador, uma vez que, após o debate, estabeleceu-se, no Brasil, uma nova configuração social e política, com o impedimento¹⁴ da candidata vitoriosa nas eleições e, legitimamente eleita, Dilma Rousseff. Cumpre assinalar que, à época do embate eleitoral, verificou-se um momento de intensa discussão; os cidadãos foram às ruas manifestar sua indignação diante de uma crise econômica e das denúncias de corrupção atribuídas ao governo vigente. As redes sociais tornaram-se os principais veículos de socialização de concepções ideológicas e políticas em função das quais seus usuários se posicionaram, sobremaneira, ora em prol do governo vigente, ora contra. Trata-se, pois, de um debate bastante polêmico, no qual ambos os debatedores têm

¹³ A escolha do *corpus* justifica-se pelo fato de o debate se passar em um período demasiado conflituoso em se tratando da opinião pública e da conjuntura social e política que subjaz às campanhas eleitorais de 2014.

¹⁴ Após o debate, os resultados das eleições, bastante acirrados, não obtiveram aceitação de parte significativa da população, o que colaborou para a articulação de um processo de questionamento da legalidade ou não, pela oposição, da posse de Dilma Rousseff – eleita legitimamente em 2014 – cujos desdobramentos culminaram no impeachment da presidente, em 2016.

sua imagem pública constantemente ameaçada. Cumpre ressaltar que o contexto social e político, à época do debate, fora marcado pelo aprofundamento do dissenso e de uma crescente polarização social.

Em função do exposto, consideramos que a descortesia verbal se configura em um fenômeno linguístico-discursivo ritualizado e institucionalizado, o qual perfaz o tipo de interlocução sob análise, engendrando desdobramentos sociais, sobremaneira, prementes, na medida em que esse fato discursivo é utilizado no embate político-eleitoral, de modo deliberado e estratégico pelos interactantes. A descortesia com finalidades de persuasão mostra-se, pois, pertinente, no que se refere ao âmbito de uma análise dos fatos da língua e do discurso, em razão de se levar em consideração as relações entre o comportamento verbal descortês e os diferentes contextos discursivos em que se inscrevem (Blas Arroyo, 2011). Nessa direção, importa assinalar que tal fenômeno discursivo dá azo à necessidade de uma análise mais aprofundada e minuciosa do emprego agressivo do trabalho de imagem, bem como das estratégias descorteses que o veicula na interação, imbricadas em contextos de interlocução regidos pela polêmica.

Neste estudo, concentramo-nos na investigação desse tipo específico de descortesia à luz de Teorias da Argumentação e de estudos acerca da Descortesia verbal, em uma relação de interface entre ambas, considerando que o comportamento verbal agressivo pode, a depender da interação em que se situa, cumprir propósitos discursivos de persuasão, no que tange ao auditório, isto é, ao eleitor em potencial.

Orientações metodológicas para a realização da pesquisa

Consideramos, neste estudo, investigar de que modo o comportamento verbal agressivo colabora para promover a atenção e a adesão do público eleitor às teses que lhes são apresentadas por um dos debatedores, e de que modo tal comportamento pode fortalecer ou enfraquecer a imagem dos candidatos no pleito eleitoral. Desse modo, recorreremos a estudos recentes acerca dos procedimentos e estratégias recorrentes no discurso político, sobretudo, no embate eleitoral, objetivando localizar padrões linguístico-discursivos, a fim de traçar de que maneira se dá o gerenciamento das imagens nesse tipo de contrato de interlocução, marcadamente agonal.

Para isso, procedemos à investigação dos tipos de estratégias descorteses empregadas no gerenciamento agressivo das faces (Goffman, 1967), verificadas no embate político, para, a

partir da observação dos dados e, com base nas teorias estudadas, apresentar novas categorias de análise no que tange à descortesia, com o propósito de contribuir para a ampliação dos estudos acerca da polêmica e, sobretudo, do tipo de comportamento verbal empreendido em interações permeadas pelo dissenso.

Procedemos à gravação e transcrição do *corpus* – um debate eleitoral, apresentado pela emissora de televisão SBT, entre os presidentiáveis Dilma Rousseff e Aécio Neves, à ocasião das eleições de 2014 – consoante as normas elencadas pelo projeto NURC. Concentramo-nos em uma análise pormenorizada de cada turno formulado pelos participantes do evento comunicativo, considerando a análise dessas intervenções – que veiculam perguntas, réplicas e trélicas, empreendidos no pleito eleitoral – assim como as diferentes estratégias descortesias e recursos ou procedimentos interacionais e argumentativos que as concretizam nos três blocos do debate. Outro aspecto a ser abordado reside na observação da frequência e dos contextos em que emergem essas diferentes estratégias, bem como os diversos recursos argumentativos depreendidos da investigação da fala de cada debatedor, tendo como objetivos proceder ao exame de sua recorrência na fala de cada interactante e sua pertinência em termos discursivos.

Para uma análise mais aprofundada, procedemos à enumeração de cada turno a ser examinado, na forma de exemplos, sendo que, ao término de cada um, sinalizamos o número de linhas – que correspondem à mesma numeração verificada na transcrição do *corpus* tomado como objeto de análise deste estudo. O *corpus* foi transcrito conforme as normas do projeto NURC, cujas regras se aplicaram aos três blocos do debate, que se encontram no anexo deste estudo.

Cumpramos assinalar que consideramos necessário grifar partes dos turnos de cada locutor, a fim de melhor observarmos os trechos analisados em cada uma das intervenções investigadas, que perfazem os três blocos do debate, sinalizando tais marcações com a fórmula: (*grifos nossos*). Quando consideramos necessário, procedemos à apresentação de trechos de cada exemplo (turnos) já apresentado, devido à extensão das intervenções analisadas de cada debatedor, muitas vezes, bastante longas, com o intuito de elucidarmos melhor o exame de cada intervenção, isto é, das falas de ambos os candidatos, assim como as apresentadas pelo mediador do debate.

Outro aspecto a ser mencionado reside no fato de recorreremos às contribuições de teorias da interação, como a Pragmática Sociocultural (Bolívar, 2005; 2013), Blas Arroyo (2010; 2011), Brenes Peña (2011), Bravo (2005; 2010) e Kaul de Marlangeon (2003; 2005; 2014), levando-se em consideração, também, as teorias da Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) e Amossy (2017; 2018). Desse modo, por concebermos que o *corpus* sob

análise configura uma interação de “visada argumentativa”, conforme ressalta Amossy (2017; 2018), ou seja, uma interlocução de natureza argumentativa, segundo Blas Arroyo (2011), Marques (2012; 2017), Charaudeau (2016; 2017) e Mosca (2004; 2007), consideramos estabelecer uma interface entre as teorias da Pragmática Sociocultural e as teorias da Argumentação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, (2005[1958]) e Amossy (2017; 2018).

Organização e estrutura da pesquisa

A constituição deste trabalho, no que concerne à sua organização, configura-se da seguinte forma: procede-se, primeiramente, à apresentação da introdução, a partir da qual os principais objetivos, geral e específicos, na consecução desta pesquisa, são delineados ao leitor, assim como as características do *corpus* e os critérios e justificativas apresentados para a sua escolha. Em seguida, apresentar-se-ão os capítulos que perfazem os fundamentos teóricos que dão respaldo ao presente estudo.

No primeiro capítulo, intitulado “Discurso político”, apresentam-se os fundamentos do gênero discurso político, conforme as acepções de Charaudeau (2008; 2015; 2016) e Blas Arroyo (2011), além de um breve esboço de eventos comunicativos distintos, no que concerne à sua realização, dentre as quais está o debate eleitoral, um subgênero do discurso político (Blas Arroyo, 2011; Marques, 2012; 2017). Na seção dedicada ao exame do debate político-eleitoral, expomos suas principais características, conforme os pressupostos teóricos de Fávero e Aquino (2002), Blas Arroyo (2011), Marques (2012; 2017) e Doury (1995), Vion (1992), tais como sua natureza eminentemente polêmica e polarizada e seu caráter eminentemente persuasivo. Abordamos, ainda, o papel desempenhado por um quadro interacional específico, isto é, uma estrutura de participação típica de trocas verbais trílogues, na qual os papéis de interlocução apresentam variação ao longo do contrato interacional, além de questões de suma importância para a análise do debate eleitoral, como a formação de alianças e coalizões com o auditório para o qual o embate se destina de modo efetivo.

Já no segundo capítulo, procedemos a uma abordagem das diferentes concepções acerca da imagem, partindo, sobretudo, dos pressupostos teóricos propostos por Goffman (1967), precursor das pesquisas sobre interação, apresentando as noções de *face* e de *territórios* do eu, *trabalho de face* (*face work*) e *emprego agressivo do trabalho de face*. Consideramos, também, as contribuições de Bravo (2005; 2010), Culpeper (1996; 2011) e Spencer-Oatey (2008), dentre outros autores, apresentados, neste capítulo, de modo aprofundado.

No terceiro capítulo, constituído de estudos acerca da cortesia, consideramos as contribuições das teorias fundadoras – como a de Brown e Levinson (1987[1978]) – bem como os postulados de diversos estudos relacionados à Pragmática Sociocultural para o exame do fenômeno da cortesia verbal. Já na parte dedicada à descortesia, no quarto capítulo, recorreremos aos pressupostos apresentados por Culpeper (1996; 2011), Bolívar (2005; 2013), Brenes Peña (2011), Kaul de Marlangeon (2003; 2005; 2014), dentre outros teóricos, e, sobretudo, ao trabalho de Blas Arroyo (2011), cuja obra intitulada “Políticos em conflito: uma abordagem pragmático-dialética do debate eleitoral”¹⁵, na qual se procede ao exame das diferentes estratégias de descortesia empreendidas pelos debatedores no pleito eleitoral, bem como dos recursos e procedimentos de natureza linguística, interacional e retórica utilizados em sua realização, apresentando-se como o principal aparato teórico-metodológico para a concretização desta pesquisa.

No quinto capítulo, para uma análise aprofundada dos recursos argumentativos utilizados na realização da descortesia, levando-se em conta que o debate eleitoral se configura em um discurso de claros propósitos argumentativos, isto é, de “visada argumentativa” (Amossy, 2018), recorreremos aos pressupostos teóricos da Teoria da Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), com sua *Nova Retórica*, a qual serve de base aos estudos de Amossy (2018), que propõe uma *Argumentação no Discurso*.

Finalmente, no sexto capítulo, dedicado à análise do *corpus*, procedemos ao exame dos três blocos que constituem o debate eleitoral investigado. É importante frisar que consideramos analisar cada bloco separadamente para, posteriormente, na seção destinada à exposição dos resultados das análises, apresentar aspectos comuns a cada bloco, questões concernentes ao estilo discursivo de cada candidato, as estratégias e categorias de análise propostas mais utilizadas por ambos os debatedores, assim como os recursos e procedimentos distintos de que se fez uso ao longo da interação, com vistas a localizar padrões e traços pertinentes ao comportamento verbal agressivo empreendido no pleito eleitoral que perfaz a interação sob análise.

Por fim, apresentam-se os resultados das análises, a partir dos quais objetivamos localizar padrões linguístico-discursivos que possam indicar determinados traços ou efeitos de sentido prementes, relacionados ao tipo de relação de interlocução realizada no gênero debate político-eleitoral televisionado. Concluindo este estudo, apresentam-se as considerações finais, nas quais buscamos apresentar a importância desta pesquisa e seus possíveis desdobramentos

¹⁵ Título do original em espanhol: Políticos en conflicto: una aproximación pragmático discursiva al debate electoral cara a cara (BLAS ARROYO, 2011).

para um aprofundamento de pesquisas cujo *corpus* e proposta teórico-metodológica contemple questões relacionadas à descortesia com finalidades de persuasão em ambientes de interlocução regidos pelo dissenso, bem como as possíveis reverberações dessas interações em uma sociedade calcada em uma crescente *espetacularização do conflito* e do incremento de uma “cultura da crítica” (Blas Arroyo, 2011).

CAPÍTULO 1: O DISCURSO POLÍTICO

1.1 Poder, influência e argumentação no discurso político

O discurso político consiste em um tipo de fenômeno linguístico-discursivo, de natureza social e histórica, cujas repercussões incidem diretamente sobre a vida dos cidadãos.

Proveniente do grego, o vocábulo *política* deriva da palavra *polis* que, na Grécia Antiga, denominou as cidades-estados gregas. O termo *pólis* remete-nos, sobretudo, a um modo específico de comunidade na qual os cidadãos se propunham a tomar decisões coletivas, concernentes à vida em sociedade, mediante discussões em praças públicas. Desse modo, pode-se afirmar que o surgimento da *pólis* e da política se dá concomitantemente ao distanciamento das explicações míticas acerca da realidade:

A invenção da política exigiu que as explicações míticas fossem afastadas – *Themis* e *dike* deixaram de ser vistas como duas deusas que impunham ordem e leis ao mundo e aos seres humanos, passando a significar as causas que fazem haver ordem, lei e justiça na Natureza e na *polis* (CHAUÍ, 2001, p. 381).

Para os gregos, o principal objetivo da vida política era o de oferecer a “justiça em comunidade” entendida como um “valor” que implicaria em propiciar aos homens livres uma vida feliz, racional e justa (CHAUÍ, 2001, p. 379-380), opondo-se, pois, ao poder despótico. Nesse sentido, o conceito de política encontra-se intrinsecamente relacionado ao domínio do espaço público pelos cidadãos, na medida em que o homem passa a ser livre para atuar na condição de sujeito político, interferindo, assim, nos rumos da vida pública.

Os primeiros estudos sobre política remontam à Grécia antiga, tendo como principais expoentes Aristóteles e Platão. Para Aristóteles, os homens são animais “políticos”, uma vez que se distinguem, isto é, se diferenciam dos animais por meio da razão e da linguagem.

Os humanos são, por natureza, diferentes dos animais, porque são dotados do *logos*, isto é, da palavra, como fala e pensamento. Por serem dotados da palavra, são naturalmente sociais, ou, como diz Aristóteles, são animais políticos (CHAUÍ, 2001, p. 380).

Assim, com a emergência das *pólis* e o advento da democracia, a partir da qual novos postulados referentes aos direitos dos cidadãos foram estipulados, observa-se o proliferar da confrontação de ideias e, consecutivamente, uma maior atenção no que tange à pluralidade de posicionamentos em relação ao que se considerava justo. Nessa direção, cumpre assinalar que a contraposição de ideias emerge à medida que a sociedade se organiza em um espaço em que o cidadão passa a ter voz.

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao fato de que, para Aristóteles, a política configura-se, nomeadamente, em uma forma de ação. Ao distinguir *poiesis* de *práxis*, ou, em outras palavras, ao diferenciar teoria de prática, Aristóteles reserva à prática, isto é, ao processo de ação, um lugar de destaque, conforme destaca Chauí (2001):

Quando estudamos ética, vimos que Aristóteles distinguira entre teoria e prática e, nesta, fabricação e ação, isto é, diferenciara *poiesis* e *práxis*. Vimos também, que reservara à *práxis* um lugar mais alto do que à fabricação, definindo-a como ação voluntária de um agente racional em vista de um fim considerado bom. A *práxis* por excelência é a política (CHAUÍ, 2001, p.384).

De fato, pode-se dizer que, desde Aristóteles, o discurso político afigura-se como uma manifestação discursiva que implica necessariamente em ação: trata-se de agir sobre o outro mediante a linguagem, com vistas a conduzir aqueles aos quais o orador se dirige, de modo a obter sua confiança, persuadindo-os.

Outro aspecto a ressaltar reside no fato de que a persuasão se configura em uma alternativa à violência por intermédio da linguagem, conforme apontam diversos estudiosos do discurso. Em outras palavras, trata-se de não mais recorrer à força física – no intento de levar o outro a fazer algo – mas sim a dispor de mecanismos ou estratégias discursivas pelos quais se busca persuadir, como se pode verificar em sociedades democráticas (Amossy, 2017; 2018).

Não obstante, esse fato não significa, necessariamente, que o exercício de influência ou de poder sobre o outro não se efetive. Com efeito, o discurso reflete e, concomitantemente, refrata práticas de poder que perfilam os diferentes tipos de relações sociais e, por conseguinte, as manifestações discursivas que daí emergem.

Em sua obra intitulada: *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*, Charaudeau (2016) pontua a premência de que se estabeleça, no discurso político, o que denomina como atração e carisma, no que concerne à conquista da opinião pública, por meio de um complexo movimento de identificação:

É preciso que a pessoa carismática se apresente como um espelho-mediador desse além, de maneira que o público seja atraído por um movimento de identificação, mas ao mesmo tempo, saiba que por trás do espelho há um ideal (uma pureza, um absoluto, um mal) inatingível. É uma espécie de desejo “inessencial” que mobiliza o público sem que este o saiba [...] (CHARAUDEAU, 2016, p. 78).

Assim, ao abordar o discurso político e suas especificidades, Charaudeau (2008; 2017; 2016) ressalta a existência de um complexo jogo de (re)construção da imagem que subjaz às práticas discursivas empreendidas pelos atores políticos. Ao analisar os mecanismos de construção do discurso político, o autor afirma que o sujeito político cumpre a condição de um agente social, uma vez que é por meio das práticas políticas, veiculadas pela linguagem, que

seus protagonistas se configuram na condição de sujeitos ou de atores sociais, e não tanto como “indivíduos autônomos”. O discurso político consiste, pois, em um complexo processo de figuração, cujos desdobramentos são a construção de imagens, uma vez que “não existe um discurso sem a construção de uma imagem de si” (Charaudeau, 2008).

Partindo do pressuposto de que todo ato de linguagem erige, necessariamente, um sujeito que, por sua vez, define-se a partir de uma relação de interdependência com o outro, Charaudeau (2008; 2016) postula haver, na interação e, consecutivamente, no discurso político, o que se pode denominar de “princípio de alteridade”, em uma relação que se caracteriza pela busca de “trazer” o outro para si” (Charaudeau, 2008, p.16), na medida em que se intenta conduzir o outro a comungar dos mesmos valores e visões de mundo. Trata-se do que Charaudeau (2008) designa como princípio de “influência” que, conforme afirma o autor, perfaz o funcionamento do discurso político. Por essa razão, Charaudeau (2008; 2016) define esse tipo de contrato interlocutório como um “jogo de máscaras”.

O discurso político implica, além desses princípios, o que Charaudeau (2008; 2016) define como “princípio de regulação”, que se instaura quando há desejo de influência mútua e, nesse caso, há que se regulamentar, segundo o autor, o processo de negociação entre os sujeitos em uma dada situação de interação. Em outras palavras, ao analisar a linguagem, no âmbito do discurso político, o autor considera que as práticas linguísticas se configuram em um tipo de evento que se inscreve em um quadro de ação: trata-se de uma “praxiologia do agir sobre o outro” (CHARAUDEAU, 2008, p.16). Nesse sentido, há, portanto, no discurso político, o que se denomina como “princípio de influência”, na medida em que as práticas discursivas dentro do âmbito do fazer político são orientadas de modo a afetar ou orientar o pensamento daqueles a quem se destina: a instância cidadã (Charaudeau, 2008).

O princípio de influência: todo o sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento (CHARAUDEAU, 2008, p.15).

Com efeito, é por meio da linguagem que a instância política, no que concerne à sua representatividade, legitima-se frente à instância cidadã (Charaudeau, 2008). No entanto, é por meio da linguagem, também, que o poder político pode se instaurar de modo a justificar formas violentas de poder.

No entanto, se o poder administrativo remete às regras da ação política que acabamos de discutir, o poder comunicativo remete à busca pela dominação legítima – que, sem necessariamente justificar a violência, garante o acesso da instância política ao poder, ou sua manutenção nessa posição –, pois ela se encontra permanentemente ameaçada por uma sanção física (golpe de Estado), institucional (derrubada do governo) ou simbólica (descrédito). Isso faz com que ao espaço de discussão que determina os

valores responda um espaço de persuasão no qual a instância política, jogando com argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação (CHARAUDEAU, 2008, p. 19).

A política vale-se da palavra, instrumento de ação da instância política, na medida em que é por meio da atividade linguístico-discursiva que a legitimidade do poder político se instaura em decorrência de uma complexa relação entre a instância política e a instância cidadã, calcada no gerenciamento das opiniões, do conflito e do poder. Nesse sentido, o discurso político cumpre, ademais, propósitos persuasivos, uma vez que, intervindo no poder de decisão dos cidadãos, conforme salienta Charaudeau (2017), a palavra afigura-se, concomitantemente, como os “meios” e os “fins” da ação política. Dito de outro modo, a palavra atua como mecanismo de gerenciamento das trocas verbais e, sobretudo, como instrumento de poder, agindo no sentido de que sejam concretizados os “fins” da ação política, no caso, a tomada de decisões daqueles a quem ela se dirige.

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito (CHARAUDEAU, 2017, p. 21).

O discurso político afigura-se, assim, como um instrumento de poder, na medida em que, por meio das instituições políticas e, consecutivamente, mediante o discurso político, promovem-se diferentes ideologias e outras formas de controle, conforme também afirmam os seguintes autores:

Em todo sistema social, mesmo desde a origem da humanidade, aparecem instituições para organizar e controlar o exercício do poder e essas são as instituições políticas. Mas o poder se exerce, por sua vez, por meios físicos e simbólicos [...] Tanto o poder como sua análise se apresentam em numerosas dimensões e neste trabalho tomar-se-ão em conta especialmente as que estão relacionadas ao uso da linguagem e o discurso (INFANTE, & FLORES TREVIÑO, 2012, p. 247).¹⁶

De acordo com Charaudeau (2017) pode-se considerar como discurso político¹⁷ todas as manifestações discursivas de atores políticos no exercício de sua função: em

¹⁶ Tradução livre do espanhol: En todo sistema social, desde el origen mismo de la humanidad, aparecen instituciones para organizar y controlar el ejercicio del poder y ésas son las instituciones políticas. Pero, a su vez, el poder se ejerce por medios físicos e simbólicos [...] tanto el poder como su análisis se presentan en numerosas dimensiones y en este trabajo se tomarán en cuenta especialmente las que están relacionadas al uso del lenguaje y el discurso (INFANTE, & FLORES TREVIÑO, 2012, p. 247).

¹⁷ Não obstante, importa delinear em que consiste o governo da palavra, isto é, o que se considera ou pode se denominar como discurso político? Todos os discursos podem ser considerados como políticos? De fato, a resposta depende do tipo de concepção acerca do que se considera como discurso político. Para alguns autores, discurso

pronunciamentos, em campanhas eleitorais, entrevistas, debates eleitorais e parlamentares, dentre outros eventos discursivos. Trata-se de um ponto de vista que considera o discurso político em um sentido restrito. Não obstante, há aqueles que consideram política qualquer forma de manifestação discursiva cujas implicações sejam potencialmente políticas, podendo ser denominadas, também como “discurso político”. Trata-se de uma visão mais abrangente, isto é, de uma concepção mais geral, segundo a qual toda forma de discurso pode configurar um tipo de manifestação discursiva à qual subjaz a ideia de política, considerando que todos os discursos difundem algum tipo de ideologia. Nesse caso, observa-se uma perspectiva ideológica em torno da concepção de política.

Neste estudo, considerar-se-á o discurso político em sentido restrito, assim como o concebem Blas Arroyo (2011) e Charaudeau (2017).

Mas de que modo se promovem ou se veiculam formas de controle e poder no discurso político? Como os interactantes procedem ao controle e à persuasão de seus interlocutores pelo uso da palavra? Para Infante e Flores Treviño (2012), em situações em que o âmbito político busca o poder, por meio de mecanismos democráticos, usar-se-ão estratégias retóricas, a partir das quais se intenta, pela linguagem, influenciar o outro mediante o emprego de uma “argumentação convincente” a fim de obter votos.

A busca pelo poder por meio de mecanismos democráticos impõe estratégias retóricas particulares e, até o momento, o mecanismo do voto é o principal meio para demonstrar apoio ou consenso a esses anúncios ou oferecimentos, o qual implica a necessidade de empregar alguma forma de argumentação convincente [...] (INFANTE e FLORES TREVIÑO, 2012, p. 249).¹⁸

Cabe ressaltar que, segundo os autores, há que se observar, no discurso político, a existência de uma “função retórica”, a partir da qual se intenta mobilizar determinadas atitudes do eleitor, mediante a modificação de “seu sistema de crenças e valores”, promovendo, assim, sua persuasão. Assim, a função retórica consistiria, segundo os autores, em uma função básica de todo discurso político:

Não se deve esquecer que, além disso, uma função básica de todo discurso político é a função retórica, ou seja, a possibilidade ou necessidade de persuadir o outro sobre o

político consiste, necessariamente, em manifestações discursivas de agentes políticos no exercício de sua função, ao passo que, para outros, qualquer tipo de prática discursiva da qual emergem visões ideológicas em torno da realidade podem ser inscritas no campo da análise do discurso político, uma vez que se apresentam, potencialmente, como politizadas.

¹⁸Tradução nossa da versão original em espanhol: La búsqueda del poder por medio de mecanismos democráticos impone estrategias retóricas particulares y, hasta el momento, el mecanismo del voto es el principal medio para demostrar apoyo o consenso a esos anuncios u ofrecimientos, lo cual implica la necesidad de emplear alguna forma de argumentación convincente [...] (INFANTE e FLORES TREVIÑO, 2012, p. 249).

valor das próprias ideias e, a partir disso, conseguir uma mudança de atitudes, crenças e do comportamento do outro (INFANTE e FLORES TREVIÑO, 2012, p. 255).¹⁹

Nesse sentido, é possível afirmar que, para os autores, a argumentação subjaz ao exercício do poder político que, mediado pelo discurso, veicula, em sociedades democráticas, formas de agir sobre o outro.

Ao estabelecer os princípios da comunicação política, Blas Arroyo (2011) assinala que a linguagem política se articula em torno dos seguintes princípios:

a) o caráter polémico ou controverso, dado que a comunicação política está sempre ligada à construção de um adversário e, por conseguinte, à polarização; b) sua intenção mobilizadora, derivada do desejo intrínseco de atuar sobre a realidade; e c) o caráter ambíguo, ou se se prefere, o cultivo de uma dupla linguagem, tão característica do estilo dos políticos [...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 24).²⁰

Para Blas Arroyo (2011), embora a fala dos atores políticos não se configure como um tipo de prática discursiva eminentemente especializada, tal como o discurso médico, pode-se dizer que o discurso dos políticos se inscreve em um tipo de contexto social, histórico e, consecutivamente, linguístico-discursivo específico, o qual, por sua vez, difere da conversação espontânea.

Nesse sentido, Blas Arroyo (2011) assinala haver diversos expedientes que podem ser tomados como mecanismos de “mobilização” de seu público-alvo, no discurso político, tais como o “coloquialismo”, o qual pode cumprir a função de mecanismo de aproximação do eleitorado; o emprego de “tecnicismos” ou o uso de um tipo de léxico mais rebuscado, relacionado a determinados campos semânticos, cujo emprego assegura aos políticos, no mais das vezes, certa imagem de político competente. Outro aspecto concernente à linguagem própria desse gênero, conforme Blas Arroyo (2011), diz respeito à questão da ambiguidade referencial no emprego dos pronomes e de seu papel na construção de significados e identidades nesse tipo de contrato de interlocução, assim como o emprego de estratégias de natureza retórica, dentre outros recursos formais.

¹⁹ Tradução livre da versão original em espanhol: No hay que olvidar que, además, una función básica de todo discurso político es la función retórica, o sea la posibilidad o necesidad de persuadir a otro sobre el valor de las ideas propias y a partir de allí, conseguir un cambio de actitudes, las creencias y el comportamiento de ese otro (INFANTE e FLORES TREVIÑO, 2012, p. 255).

²⁰ Tradução livre da versão original em espanhol: a) el carácter polémico o controvertido, dado que la comunicación política va siempre ligada a la construcción de un adversario y, por consiguiente, a la polarización; b) su intención movilizador, derivada del deseo intrínseco de actuar sobre la realidad; y c) el carácter ambíguo, o si se prefiere, el cultivo de un doble lenguaje, tan característico del estilo de los políticos [...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 24).

De acordo como Maria Aldina Marques (2012; 2017), o discurso político apresenta-se como um autêntico “exercício de influência”²¹. Trata-se, segundo a autora, de um gênero discursivo²² nomeadamente argumentativo, na medida em que está orientado a conduzir um “auditório” a agir de uma dada maneira, em um determinado momento: “A atividade discursiva política é basicamente polêmica e necessariamente persuasiva” (MARQUES, 2012, p. 1). Marques (2012; 2017) ressalta, ainda, que o discurso político se configura em um gênero marcadamente agonal, na medida em que se constitui a partir de práticas calcadas no dissenso.

O debate eleitoral é um discurso argumentativo polémico que, mais do que qualquer outro debate mediatizado, constitui um exercício de influência, orientado para aprofundar o desacordo com o seu adversário e simultaneamente persuadir o «auditório», levá-lo a agir de forma muito directa e precisa, num determinado momento. O discurso é, pois, essencialmente argumentativo (MARQUES, 2012, p. 1).

De fato, observa-se que, assim como outros tipos de manifestações discursivas, o discurso político configura um gênero de intenção argumentativa (Amossy, 2017, 2018), uma vez que se inscreve em um tipo específico de interação que apresenta, necessariamente, uma orientação argumentativa (Amossy, 2018), devido à suas finalidades persuasivas, visto que o propósitos linguístico-discursivos de seus participantes são, nomeadamente, os de mobilizar seu público-alvo a tomar atitudes previstas pela própria atividade comunicativa, que se configura em um complexo construto de imagens²³ e estratégias específicas, conforme ressaltam diversos estudiosos (Amossy, 2018; Blas Arroyo, 2011; Erlich, 1993)²⁴.

O caráter argumentativo do discurso político – considerando-se argumentação em seu sentido restrito, isto é, em seu sentido persuasivo²⁵ – é apontado, também, pelo estudioso Blas

²¹ A autora salienta a natureza argumentativa do gênero debate eleitoral, assim como de outros subgêneros do discurso político, no artigo intitulado: “Debate, argumentação e organização enunciativa” (Marques, 2012).

²² Assim como Blas Arroyo, (2011), Marques (2017) considera o debate eleitoral como um subgênero do discurso político: Enquanto subgênero do discurso político, o debate, e em particular o debate político-eleitoral, é um gênero agonal, de radicalização do dissenso, de confronto direto entre os participantes, que pretendem obter a adesão dos eleitores não apenas pelas propostas programáticas que apresentam mas também, talvez sobretudo, pela descredibilização do adversário político e credibilização própria (MARQUES, 2017, p. 17).

²³ [...] Construção do ethos, ou imagens discursivas dos interlocutores que resulta da conjunção de diferentes planos, engloba como vector determinante as suas imagens prévias, ou ethos pré-discursivo, integrando o conhecimento doxal da comunidade, e disponíveis no momento da alocução. A análise de um debate permitirá ilustrar estas dimensões e acentuar a importância do ethos discursivo e pré-discursivo na construção do discurso persuasivo (MARQUES, 2012, p.1).

²⁴ É este tipo de resolução que surge em uma interação polêmica, onde cada intercâmbio culmina no desacordo dos interlocutores. A noção de orientação argumentativa permite observar que neste tipo de situação discursiva – dialogada e polêmica – os falantes não modificam suas posições iniciais nem ao final de cada sequência temática nem ao final de todo o debate. Neste tipo de interação, cada participante se preocupa por enaltecer, manter e defender sua imagem ao mesmo tempo que trata de menosprezar a imagem de seu interlocutor (ERLICH, 1993, p.87).

²⁵ Para Blas Arroyo (2011), o discurso político, especificamente o debate político-eleitoral, apresenta-se como um tipo de interação eminentemente argumentativa.

Arroyo (2011) que, em sua obra intitulada “Políticos en conflicto: una aproximación pragmático-discursiva al debate electoral cara a cara”, expõe suas considerações acerca das características do que denomina como um subgênero do discurso político:

Definitivamente, é o político que, através de suas habilidades oratórias e dialéticas, é capaz de construir um discurso suficientemente sugestivo, capaz de afetar às opiniões e atitudes de, ao menos, uma parte significativa da audiência [...] Essas capacidades correspondem a uma série de técnicas retóricas bem conhecidas e estudadas desde a retórica clássica, como repetições, paralelismos, enumerações, antíteses, personificações símiles, metáforas, etc.[...] Tudo isso reproduzido em um tempo lento e solene, elocutivo, para reforçar a emocionalidade das palavras. E, embora essas figuras retóricas não sejam convincentes por si só, no sentido de que, por meio de seu emprego, o político cria a capacidade de modificar o comportamento do eleitorado, na prática elas podem ser interpretadas como tal se servirem pelo menos para criar nessa audiência a imagem de um falante verbalmente eloquente e, por extensão, a de um líder competente e digno de confiança (BLAS ARROYO, 2011, p. 220).²⁶

Assim, cumpre observar que, no discurso político, busca-se modificar o comportamento do auditório/ eleitorado, assim como seu sistema de crenças, com a finalidade de erigir, diante dessa audiência, a imagem de um orador que imprima confiança e competência, por meio de expedientes diversos. Em outras palavras, o discurso político visa não só a modificar atitudes, ações e comportamentos, mediante práticas discursivas de orientação persuasiva, como também cumpre um propósito bem definido em torno da construção da imagem dos interlocutores: trata-se de compor uma autoimagem favorável e, em contrapartida, desconstruir a autoimagem de representantes de grupos oponentes.

No espaço político, em particular, há uma instância política e uma instância cidadã, entre as quais se instauram relações complexas e interesses particulares, de modo que entre elas intervêm em duas outras instâncias: a instância adversária e a instância de mediação (CHARAUDEAU, 2008, p. 70).

Em seu estudo acerca do discurso(s) político e sua relação com as mídias, Charaudeau (2016) trata de questões de sua importância no que denomina como um complexo dispositivo de interação, o discurso político, o qual, segundo o autor, depende da construção de uma opinião pública a qual se erige a partir do poder político e midiático, instâncias que, por sua vez,

²⁶ Tradução nossa da versão original em espanhol: En definitiva, es el político el que a través de sus habilidades oratorias y dialécticas es capaz de construir un discurso suficientemente sugestivo, capaz de afectar a las opiniones y actitudes de, al menos, una parte significativa de la audiencia.[...] Esas capacidades se corresponden con una serie de técnicas retóricas bien conocidas y estudiadas desde la retórica clásica, como repeticiones, paralelismos, enumeraciones, antítesis, personificaciones, símiles, metáforas, etc. [...] Todo ello reproducido en un tiempo elocutivo lento y solemne para reforzar la emotividad de las palabras. Y es que[...] aunque estas figuras retóricas no sean persuasivas per se, en el sentido de que mediante su empleo el político crea poder modificar el comportamiento del electorado, en la práctica pueden interpretarse como tales si sirven al menos para crear en esa audiencia la imagen de un hablante verbalmente elocuente y, por extensión, la de un líder competente y digno de confianza (BLAS ARROYO, 2011, p. 245).

colaboram para torná-la “homogênea”. Charaudeau (2016) assinala que: “É por meio da opinião pública que se constrói um saber coletivo de crença a respeito dos interesses da vida em sociedade e de seu ordenamento político (CHARAUDEAU, 2016, p. 37).

Segundo o autor, pode-se afirmar que “Um dispositivo de circulação da palavra política é complexo, e deve-se levá-lo em conta para compreender o que está em jogo em cada nível da vida política” (CHARAUDEAU, 2016, p.71). Para isso, o teórico faz uma análise de como se organiza o eleitorado e as instâncias imbricadas nesse complexo jogo: a instância cidadã e a instância política, as quais se configuram em “entidades ou instâncias coletivas” que, por sua vez, são constituídas mediante a definição e instauração de papéis sociais e de estatutos (CHARAUDEAU, 2016, p. 70).

Trata-se da tentativa de cooptar a atenção do auditório mediante a construção de relações de identificação, na medida em que o político busca estabelecer aproximação com seu eleitor, garantindo, assim, sua adesão:

O discurso político é, constitutivamente, um discurso de persuasão e de sedução, e o ator político deve navegar entre um discurso de forte teor simbólico, portador dos valores de uma identidade de “bem viver juntos” e um discurso de firmeza pragmática propondo os meios de realizar esse sonho (CHARAUDEAU, 2016, p. 79).

Diante do exposto, é possível afirmar que o discurso político apresenta orientação argumentativa, na medida em que se empregam expedientes cuja finalidade é a de persuadir mediante o emprego de “Diversas estratégias retórico-argumentativas para fixar a própria posição e rebater a dos outros” (Erlich, 1993)²⁷. Em outras palavras, no discurso político, recorre-se à argumentação, sobretudo, para justificar as teses apresentadas e, em contrapartida, para refutar as teses que lhes são opostas, além de promover a desconstrução da imagem veiculada pelo discurso do candidato adversário, autoafirmando a própria imagem.

No âmbito político, cada atividade discursiva apresenta, assim, finalidades previamente definidas, conforme o subgênero a que pertence. Segundo Chilton e Schäffner (2000), o discurso político apresenta funções específicas, configurando-se em um tipo de atividade linguístico-discursiva complexa, devendo, pois, ser estudada levando-se em consideração que se trata de um tipo específico de organização: “Da mesma maneira, discurso político é uma forma complexa da atividade humana que merece ser estudada como tal (Chilton e Schäffner, 2000).²⁸ Partindo desse pressuposto, os autores elencam quatro funções estratégicas do

²⁷ Tradução nossa da versão original em espanhol: Diversas estrategias retórico-argumentativas para fijar la propia posición y rebatir la de otros (ERLICH, 1993).

²⁸ Tradução nossa da versão original em espanhol: Del mismo modo, el discurso político es una forma compleja de la actividad humana que merece ser estudiada como tal” (CHILTON E SCHÄFFNER, 2000).

discurso político, também denominadas “categorias de interpretação política” que, atreladas à análise dos elementos linguísticos, imprimem características específicas ao discurso, conforme a finalidade que cumprem. Tais categorias ou funções são as seguintes: coerção, resistência, oposição e protesto, encobrimentos, e, por fim, deslegitimação e legitimação.

Com efeito, o discurso político apresenta-se como um tipo de manifestação discursiva eminentemente conflitual, fundada em relações de polarização e de dicotomia, apresentando, ademais, um tipo de linguagem marcadamente ambígua e evasiva (Blas Arroyo, 2011). Neste estudo, considerar-se-ão, sobretudo, as estratégias de legitimação e de deslegitimação para o exame do contrato interlocutório sob análise, em razão do fato de considerarmos que o discurso político, em específico, o debate eleitoral, constrói-se mediante um contínuo e complexo gerenciamento de imagem, no qual se encontram contíguas a construção da autoimagem e a desconstrução da autoimagem alheia, na busca da persuasão do eleitorado. Por essa razão, consideramos que a função retórica do discurso político (Infante e Flores Treviño, 2012) é determinante na análise dos fatos linguístico-discursivos.

1.2 Discurso político: linguagem e gêneros

Como vimos, pode-se afirmar que o gênero ‘discurso político’ apresenta um tipo específico de linguagem ou, conforme ressalta Blas Arroyo (2011), de comunicação política, eminentemente polêmica e controversa, visto que é polarizada, na medida em que se busca deslegitimar o candidato oponente, cujo discurso e imagem se visa a refutar mediante o emprego de mecanismos linguístico-discursivos diversos.

De acordo com Blas Arroyo (2011), para que se possa proceder ao exame do discurso político, assim como dos diferentes gêneros nos quais o mesmo se desdobra, é imprescindível levar em consideração não só sua organização em termos de estrutura linguística, mas sobretudo, o contexto em que se inscreve cada tipo de interação, bem como questões de suma importância, como o tipo de relação entre os interlocutores (simétricas ou assimétricas), os objetivos interacionais, os papéis institucionais exercidos pelos políticos, dentre outros aspectos. Não obstante, segundo o autor, cumpre observar a existência de um eixo comum, o qual orienta todos os subgêneros que perfazem o discurso político: trata-se de seu caráter persuasivo.

Uma característica comum a todos esses gêneros é seu caráter persuasivo, derivado de seu objetivo final, que não é outro senão o de intentar convencer a uma audiência

da qual depende em última instância o próprio futuro dos políticos no desempenho de sua função pública (BLAS ARROYO, 2011, p. 33).²⁹

Assim, dentro do âmbito do gênero “discurso político”, há que se distinguir subgêneros diversos³⁰, tais como os debates parlamentares, as campanhas eleitorais, discursos de posse, entrevistas de políticos, além do debate eleitoral televisionado. Desse modo, cada gênero pertencente ao discurso político apresenta características próprias – a despeito de que todos exerçam, segundo Blas Arroyo (2011), caráter eminentemente persuasivo. Isso significa que a linguagem pode indicar maior ou menor evasão por parte dos interactantes, a depender do grau de simetria e de assimetria entre os participantes da interação, como nos casos em que se observam discursos institucionais, quando um dos interlocutores ocupa uma posição de destaque.

1.3 O debate televisivo: origens, estrutura e funções sociais prementes

Os debates são gêneros que remontam ao Egito antigo, sendo verificado, ainda, na China, no império romano e, sobretudo, na Grécia antiga, tendo Aristóteles, como principal expoente.

Embora com diferentes formatos, esse tipo de debates conta já com uma larga história, que alguns estudiosos remontam inclusive ao antigo Egito, onde há mais de 4000 anos os príncipes egípcios discutiam acerca da política agrícola diante da corte do faraó. Do mesmo modo, durante a dinastia Chou (1122-1255 a.C.), os eruditos chineses levavam a cabo importantes debates de caráter filosófico. Já na Grécia Antiga, os poemas homéricos continham fragmentos legais e deliberativos nos quais advinha - Quintiliano assim observara – um embrião dos modernos debates acadêmicos, que se desenrolaria definitivamente a partir de Aristóteles e sua *Retórica* (BLAS ARROYO, 2011, p. 47).³¹

²⁹ Tradução nossa da versão original em espanhol: Una característica común a todos estos géneros es su carácter persuasivo derivado de su objetivo último, que no es otro que el de intentar convencer a una audiencia de la que depende en última instancia el propio futuro de los políticos en el desempeño de su función pública (BLAS ARROYO, 2011, p. 33).

³⁰ Tradução nossa da versão original em espanhol: Esta preminencia de lo contextual en la delimitación de los géneros del discurso político es la que, eventualmente, nos permite distinguir entre distintos tipos textuales, tales como las manifestaciones diversas de la propaganda política (mítines, cuñas publicitarias en los medios de comunicación e Internet, chats...), encuentros diplomáticos, ruedas de prensa, entrevistas en medios audiovisuales o prensa escrita, etc. A todos ellos se añaden los debates, que a su vez pueden adoptar diversos formatos, entre los que destacan los talk shows mediáticos (caracterizados por algunos como pseudo-debates), los debates parlamentarios y, los que aquí nos interesan, los debates electorales (BLAS ARROYO, 2011, p. 33).

³¹ Tradução nossa da versão original em espanhol: Aunque con diferentes formatos, este tipo de debates cuenta ya con una larga historia, que algunos estudiosos remontan incluso al antiguo Egipto, donde hace más de cuatro mil años los príncipes egípcios discutían acerca de la política agrícola ante la corte del faraón. Del mismo modo, durante la dinastia Chou (1122-1255 a. C.), los eruditos chinos llevaban a cabo importantes debates de carácter filosófico. Y en la Grecia antigua, los poemas homéricos contienen fragmentos legales y deliberativos en los que se advina – Quintiliano así lo vio – un embrión de los modernos debates académicos, que se desarrolaría definitivamente a partir de Aristóteles y su *Retórica* (BLAS ARROYO, 2011, p. 47).

Segundo Blas Arroyo (2011), há que se observar diversos gêneros de debates: o parlamentar, *talk shows*, pseudodebates ou as tertúlias televisivas e, ainda, os debates eleitorais. Importa assinalar que Blas Arroyo (2011) distingue os debates em um plano tipológico: há os debates cooperativos e os não cooperativos. Neste estudo, procedemos à análise de um tipo de debate não cooperativo, conforme a tipologia aventada por Blas Arroyo (2011).

Ao longo do tempo, os debates eleitorais face a face se converteram, conforme salienta Blas Arroyo (2011) em uma das peças mais importantes das modernas campanhas eleitorais e sua influência é, nomeadamente, de grande amplitude, se comparada a outros instrumentos de campanha política. Além disso, o imediatismo e o potencial de atração e alcance desse tipo de interação, promovidos pelo principal suporte que o veicula desde seu advento – a televisão – colaboram para a popularidade do debate eleitoral, levando-se em consideração que a informação é propagada, rapidamente, para milhares de eleitores.

A influência dos debates tem sido observada em diferentes esferas. Uma das mais imediatas e reconhecíveis é a atração que gera em milhões de espectadores e potenciais eleitores, em uma medida que não tem paralelo com outros atos das campanhas eleitorais. Em alguns países, como os Estados Unidos, os números são espetaculares.³²

Os primeiros debates televisionados se instauraram nos Estados Unidos, em 1960, mais especificamente em setembro desse ano, tendo como marco a campanha eleitoral dos candidatos à presidência Richard Nixon e John F. Kennedy. Sua relevância é, segundo Fernandez García (2017), deveras significativa nos processos eleitorais nas campanhas eleitorais ocidentais:

É sabido que os debates face a face no mais alto nível são consideradas uma peça-chave dos processos eleitorais em boa parte das democracias ocidentais. Existem muitos países com uma longa tradição a esse respeito, após a estréia pioneira dos Estados Unidos (R. Nixon e JF Kennedy inauguraram essa tradição em 1960, embora ela tenha sido interrompida até que G. Ford e J. Carter a retomaram em 1976) , e não são poucos os que foram adicionados nas últimas décadas, como Espanha (desde 1993) ou Grã-Bretanha (desde 2010). Dessa forma, o face a face recebe, um após o outro, audiências milionárias nas democracias [...] (FERNANDEZ GARCÍA, 2017, p. 11).³³

³² Tradução nossa do original em espanhol: La influencia de los debates se ha observado en diferentes esferas. Una de las más inmediatas y reconocibles es la atracción que genera en millones de espectadores y potenciales votantes, en una medida que no tiene parangón con otros actos de las campañas electorales. En algunos países, como Estados Unidos, las cifras son espectaculares (BLAS ARROYO, 2011, p. 60).

³³ Tradução nossa do original em espanhol: Es bien sabido que los debates cara a cara al máximo nivel son considerados una pieza clave de los procesos electorales en buena parte de las democracias occidentales. Son muchos los países con una larga tradición al respecto, tras la estreia pionera de Estados Unidos (R. Nixon y J. F. Kennedy inauguraron esta tradición en 1960, si bien se vio interrumpida hasta que G. Ford y J. Carter la retomaron en 1976), y no pocos los que han ido sumándose en las últimas décadas, como España (desde 1993) o Gran Bretaña

No Brasil, com o crescente processo de redemocratização, realiza-se, em 1982, pela emissora de televisão SBT, o primeiro debate político na televisão brasileira, entre os candidatos Franco Montoro e Reinaldo de Barros, disputando o governo de São Paulo, com a mediação de Ferreira Neto. Desde então, os debates políticos ocupam um papel de suma relevância na cena política, histórica e social do Brasil.

Posto isso, é possível afirmar que o estudo aprofundado do debate eleitoral é passível de promover um melhor entendimento das tomadas de decisão em sociedades democráticas, conforme ressalta Blas Arroyo (2011):

Por outro lado, este modelo para a argumentação e a persuasão representa uma das formas de tomada de decisões mais destacadas das sociedades democráticas (BLAS ARROYO, 2011, p. 43).³⁴

Acerca do debate político-eleitoral, cumpre ressaltar sua relação intrínseca com a mídia e suas possíveis implicações em se tratando da reverberação do embate eleitoral no que tange à sua projeção, em se tratando do eleitor e sua aceitação:

É necessário ter em conta que o debate eleitoral faz parte da agenda política, mas também da agenda mediática. É um evento central para a construção das relações necessariamente complexas entre estas duas esferas de atividade linguística, a política e a mediática (MARQUES, 2017, p.16).

Desse modo, os diferentes desdobramentos do debate eleitoral, tais como os resultados da disputa, os juízos ou opiniões acerca do comportamento de seus participantes, apresentados pelas diferentes mídias, são de suma importância para o processo de avaliação, pelo eleitorado, dos candidatos envolvidos. Com efeito, as pesquisas veiculadas pela televisão, jornais, redes sociais, dentre outros meios de comunicação, relacionadas ao desempenho de cada candidato, afiguram-se como importantes balizadores da opinião pública³⁵.

Atualmente, este veredito é perseguido com afã pelas sondagens de opinião que difundem os meios de informação imediatamente depois da celebração de debates importantes tanto em sede parlamentar – por exemplo, os debates anuais sobre o

(desde 2010). De este modo, los cara a cara obtienen, una vez tras otra, audiencias millonarias en democracias [...] (FERNANDEZ GARCÍA, 2017, p. 11).

³⁴ Tradução nossa do original em espanhol: Por otro lado, este modelo para la argumentación y la persuasión representa una de las formas de toma de decisiones más destacadas de las sociedades democráticas [...] En la actualidad, este veredicto es perseguido con afán por los sondeos de opinión que difunden los medios informativos inmediatamente después de la celebración de debates importantes tanto en sede parlamentaria – por ejemplo, los debates anuales sobre el estado de la nación o las mociones de censura o confianza – como electoral (BLAS ARROYO, 2011, p. 43).

³⁵ Em seu estudo acerca da “personalização” nos debates políticos portugueses, Marques (2017) faz as seguintes considerações no que tange ao papel da mídia: “No que concerne ao género debate político-eleitoral, este é quase privativo da televisão. De facto não tem havido outro lugar institucional para a construção deste tipo de interação que, no entanto, tem lugar central nas grelhas de programação televisivas. O debate é um momento alto da campanha eleitoral” (MARQUES, 2017, p.16).

estado da nação ou as noções de censura ou confiança – como a eleitoral (BLAS ARROYO, 2011, p.43).³⁶

É, sobretudo, mediante o exame dos resultados de cada evento comunicativo que se pode apreender a dimensão dos efeitos de persuasão promovidos pela disputa entre os candidatos: trata-se de observar os efeitos perlocutórios do contrato interlocutório.

A contribuição do discurso político ao que hoje se configura como Idade Mídia (Rubim, 1993) fez-se notar a partir das eleições de 1989, quando assistimos à criação do horário eleitoral gratuito, dos debates televisivos, da pesquisa de intenção de votos, todos a serviço do que se consagrou, no quadro recente das eleições presidenciais, como marketing político. De fato, assistimos a uma frequente tensão não apenas entre os políticos, mas principalmente entre a política e a mídia, passível de ser detectada pela interface com o discurso. Assim, o momento eleitoral apresenta-se como espaço privilegiado para o estudo das atividades linguístico-discursivas, permitindo que se observe como interagem os discursos político e midiático (AQUINO, 2003, p.198).

Ao longo dos anos, os debates têm ganhado espaço na mídia, uma vez que é crescente o interesse do público pelo que alguns autores têm denominado de “espetacularização do dissenso” em interações polêmicas (Brenes Peña, 2008; Blas Arroyo, 2011; Charaudeau, 2016; Marques, 2012; 2017)

Nos tempos atuais da revolução da mídia, a agressão e o conflito tornaram-se uma realidade cada vez mais difundida no discurso político, mesmo em gêneros discursivos nos quais os dois aspectos eram tradicionalmente proibidos. Contudo, esta agressividade alcança uma dimensão essencialmente destacada no debate, uma manifestação clara de discurso agonal na qual o dissenso e o enfrentamento entre os protagonistas representam um dos principais sinais de identidade (BLAS ARROYO, 2011, p. 40).³⁷

No entanto, essa agressividade atinge uma dimensão particularmente proeminente no debate, uma manifestação clara do discurso agonal em que a dissensão e o confronto entre os protagonistas representam um de seus principais sinais de identidade. Nesse sentido, a análise de *corpora* calcados em relações polêmicas, apresenta-se de suma relevância para uma melhor compreensão, inclusive, de como a sociedade concebe a política, bem como as relações antagônicas entre seus protagonistas e seus desdobramentos em termos de persuasão. Em outras

³⁶Tradução nossa do original em espanhol: En la actualidad, este veredicto es perseguido con afán por los sondeos de opinión que difunden los medios informativos inmediatamente después de la celebración de debates importantes tanto en sede parlamentaria – por ejemplo, los debates anuales sobre el estado de la nación o las mociones de censura o confianza – como electoral (BLAS ARROYO, 2011, p. 43).

³⁷ Tradução nossa do original em espanhol: En los actuales tiempos de revolución mediática, la agresividad y el conflicto se han convertido en una realidad cada vez más extendida en el discurso político, incluso en géneros discursivos en los que ambos rasgos habían estado tradicionalmente vedados. Con todo, esta agresividad alcanza una dimensión especialmente destacada en el debate, una manifestación clara de discurso agonal en la que la disensión y el enfrentamiento entre los protagonistas representan una de sus principales señas de identidad (BLAS ARROYO, 2011, p. 40).

palavras, a observação do comportamento linguístico-discursivo marcadamente agressivo dos atores do embate eleitoral, assim como das possíveis reações do público, que se apresentam diante desse tipo de enfrentamento, no que tange à assertividade do eleitorado e sua adesão diante de atos de agressão verbal evidencia a recorrência de uma forma bastante específica de violência verbal como instrumento de persuasão: a descortesia institucionalizada (Blas Arroyo, 2011; Culpeper; 1996; 2011).

1.4 Debate eleitoral: estrutura e principais características

O debate eleitoral apresenta uma estrutura relativamente fixa, uma vez que obedece a normas específicas, estipuladas e combinadas de antemão pela emissora de televisão que o veicula.

As normas ou formas de organização do espaço interlocutório em que se realiza a troca comunicativa, influenciam, sobremaneira, na articulação do discurso de seus participantes. No debate eleitoral, a ordem das intervenções, a simetria entre os debatedores – e a assimetria entre debatedores e mediador – assim como a duração dos turnos e da apresentação, pelo mediador, dos tópicos a serem debatidos, perfazem um tipo específico de contrato interacional marcado por certo planejamento – conquanto os debatedores discorram acerca do tema consoante práticas linguístico-discursivas próprias, as quais operam conforme os interesses comunicativos dos candidatos e redimensionam-se à medida que a interação transcorre.

Assim, pode-se dizer que o debate apresenta partes constitutivas relativamente fixas. No que concerne às intervenções dos candidatos, cumpre distinguir entre os turnos que dão início e os que dão fechamento à participação de ambos, além do momento central do debate, no qual, segundo Blas Arroyo (2011), as intervenções dos debatedores destinam-se a refutar e contra-refutar, apresentar planos de governos e, sobretudo, desenvolver seu discurso a partir da mobilização de argumentos que possam oferecer suporte às suas proposições.

Nos turnos de início e de conclusão, busca-se, sobretudo, enaltecer a própria imagem, além de estabelecer coalisões com o auditório, mediante estratégias de afiliação que possam promover a aproximação com o eleitor em potencial. Nos turnos que compõem a parte central do debate, observa-se, segundo Blas Arroyo (2011), uma exacerbação da descortesia e da utilização de recursos diversos destinados a argumentar e defender as próprias teses. Assim, no trecho central, as intervenções dos candidatos operam de modo a expor argumentos a favor das teses que se apresentam e que, concomitante a isso, atuam como contra-argumentos àquelas que lhes são contrárias, segundo o autor:

Os protagonistas expõem argumentos a favor de suas respectivas teses, ao mesmo tempo em que contra-argumentam para combater as contrárias (BLAS ARROYO, 2011, p. 42).³⁸

Outro aspecto que vale ser mencionado no debate político-eleitoral televisionado diz respeito à linguagem. Conforme afirma Blas Arroyo (2011), há que se observar que, nesse evento discursivo, os interactantes podem dispor de uma linguagem mais ou menos tecnicista, conforme seus objetivos argumentativos. Outro aspecto a ser considerado reside no fato de que, no embate eleitoral, os interactantes buscam delinear uma imagem colaborativa mediante o estabelecimento de relações de aproximação e de solidariedade mais acentuada, frequentemente recorrendo ao “coloquialismo”, que Blas Arroyo (2011) denomina como práticas linguísticas que emergem de fórmulas de linguagem mais próximas do linguajar de boa parte do eleitorado, abarcando, assim, um maior número de telespectadores.

Interessa-nos, ainda, outra forma deveras utilizada no debate eleitoral político: os tecnicismos e o apelo a uma linguagem mais rebuscada, muitas vezes, pouco compreendida pelo eleitor em potencial, mas com a qual o orador intenta erigir a imagem do político intelectual e dotado de um bom repertório cultural e linguístico. Ao analisar um debate entre Lula e Ciro Gomes, Aquino (2003) chama a atenção para esse fato, afirmando que, no pleito, os debatedores podem, muitas vezes, recorrer a sintagmas próprios do âmbito da economia, com tácitos objetivos de persuasão de um terceiro participante: o eleitor.

Nesse sentido, podemos refletir a respeito de que o gênero debate pode comportar mais de uma possibilidade de configuração, dependendo de quem sejam os interlocutores, da finalidade do evento, e do contexto [...] Se há muitos elementos do léxico que mereçam espaço na análise do discurso político, pois que ocorrem adjetivações, modalizações, emprego de metáforas[...] destacamos para estudo a seleção lexical do candidato Ciro Gomes, por se apresentar nesse debate com especificidades não observáveis no discurso dos demais candidatos[...] (AQUINO, 2003, p. 198-199).

Nesse estudo, a emergência de diversos sintagmas que remetem ao campo semântico da economia, isto é, da seleção lexical deliberada do candidato pode ser explicada como uma estratégia linguístico-discursiva com vistas a persuadir o eleitor, apresentando-se, pois, como uma tática argumentativa da qual o orador pode dispor no pleito:

Pode-se, enfim, salientar que a observação do funcionamento do léxico terminológico de uma área do conhecimento específico (no caso, voltado às Ciências Econômicas) em contextos discursivos permite compreender a produção de significados outros que

³⁸ Tradução nossa da versão original em espanhol: Los protagonistas exponen argumentos a favor de sus tesis respectivas, al mismo tiempo que contraargumentan para combatir las del contrario (BLAS ARROYO, 2011, p. 42).

não o relacionado ao campo conceitual da área em que se insere essa linguagem especializada (AQUINO, 2003, p. 210).

Em sua pesquisa referente ao fenômeno da “personalização” no embate político parlamentar português, Marques (2017), assinala que: “Na atualidade[...] a imagem do líder tem cada vez mais importância, a personalização/presidencialização das eleições legislativas acentuou-se (MARQUES, 2017, p. 13). Nessa direção, cumpre observar que, em muitos casos, no embate eleitoral, assim como em slogans de campanhas eleitorais, enfatizar a imagem individual constitui-se como uma importante estratégia de adesão do eleitorado no discurso político.

Apesar de serem os partidos que vão a votos, as campanhas têm vindo a personalizar-se, centrando-se na figura do líder partidário. A semelhança face às campanhas eleitorais para a Presidência da República permite que se fale de presidencialização das campanhas legislativas. Os cartazes das eleições legislativas em que se enquadra o debate em análise (cartazes 1 e 2, de Pedro Passos Coelho e José Sócrates, respetivamente) dão conta desta vertente da personalização e presidencialização das campanhas (MARQUES, 2017, p. 11).

Assim como Marques (2017), Blas Arroyo (2011) e Bolívar (2013) assinalam haver, no discurso político-eleitoral, o fenômeno linguístico-discursivo da ‘personalização’, que pode promover diferentes efeitos de sentido, como a ênfase da imagem individual, ou mesmo a responsabilização do locutor diante dos atos, produzindo efeitos cortesões ou descortesões, a depender do contexto.

Diante do exposto, há que se ressaltar que, no que tange à linguagem política, consideramos ser possível encontrar alguns padrões ou traços recorrentes no discurso político, os quais perfilam o discurso dos interactantes.

1.4.1 A estrutura participativa do debate político-eleitoral e suas conexões com o trabalho de persuasão de um terceiro participante

O debate eleitoral apresenta uma estrutura em que um discurso se opõe a um contradiscurso (Platin, 2008). Trata-se de um tipo de organização interacional de intenção argumentativa (Amossy, 2018) – já que o discurso político apresenta orientação mobilizadora – por meio da qual se procede à construção de uma autoimagem favorável e, concomitantemente a isso, à construção de um adversário:

Há um grande jogo para vencer o debate: valoriza-se o que se diz e desvaloriza-se a fala do oponente, levando-se o que pode ser falso ou contraditório (FAVERO e AQUINO, 2002, p. 171).

Em seus estudos acerca do modo de interação que perfaz o debate eleitoral, Vion (1992) chama a atenção para a natureza conflitual desse tipo de evento comunicativo, assinalando que o debate político se assemelha a uma espécie de competição ou torneio, cujos protagonistas se opõem em um tipo de batalha ou embate metafórico, condicionados pela existência de um público com o qual se busca estabelecer uma aliança com fins persuasivos.

É a existência do público que condiciona essa interação e possibilita a comparação metafórica com a partida. O caráter formal será acentuado pela presença de árbitro (s) para garantir a conduta da "luta" (VION, 1992, p.139).³⁹

A despeito de conceber-se o debate eleitoral, frequentemente, como um “diálogo de surdos”⁴⁰ (Marc Angenot, 2012; 2015), sem que se chegue, por meio da discussão, a nenhum tipo de consenso, consideramos, neste estudo, que, paradoxalmente, tal estrutura – de discurso e de contradiscurso – cumpre, sim, finalidades persuasivas. Com efeito, nesse tipo de debate não há interesse de estabelecer um consenso e, tampouco, de convencer o interlocutor – no caso, o candidato oponente, uma vez que os objetivos são os de manter a oposição, a discordância, os antagonismos. Nesse sentido, o debate político-eleitoral afigura-se como um tipo de interação que remete, segundo ao autor, à ideia de “combate”.

O princípio pode ser sempre o da oposição, do ataque, da discordância. Não se observa reconhecimento de valor do discurso do outro, não se destaca seriedade no que o outro participante/opositor formula (FÁVERO e AQUINO, 2002, p. 172).

Não obstante, no debate eleitoral, aquele a quem se busca persuadir configura-se como um terceiro participante – um interlocutor que não participa fisicamente do embate – mas para o qual todo o trabalho de imagem e de argumentação se volta: o eleitor. Trata-se do que Kerbart-Orecchioni (2006) denomina como “destinatário privilegiado”, com o qual se busca estabelecer relações de aproximação e de validação. Em outras palavras, pode-se dizer que, nos debates televisionados, o consenso a que se busca, de fato, é o estabelecido entre telespectador/ eleitor, cujas crenças ou conhecimento de mundo, isto é, o *conhecimento doxal* da sociedade (Marques, 2012) os candidatos buscam modificar ou reforçar, com propósitos tácitos de persuasão:

³⁹ Tradução nossa do original em francês: C’est l’existence du public qui de condicione cette interaction e rend possible la comparaison metaphorique avec le match. Le caractere formel sera accentue par la présence d’arbitre (s) pour veiller au bon déroulement du “combat” (VION, 1992, p. 139).

⁴⁰ Angenot (2012) apresenta a expressão para caracterizar tipos específicos de interação, marcadas pelo conflito, que não resultam no convencimento ou na adesão de um dos debatedores, como no caso do debate eleitoral. O debate eleitoral configura-se como um tipo de contrato comunicativo cujos propósitos ou finalidades discursivas são os de ameaçar o outro, tão somente, refutando-lhes as proposições, em um embate contínuo. No entanto, sabe-se que o debate político está voltado para o eleitorado, o destinatário privilegiado.

Nos debates, os participantes trabalham para construir junto ao telespectador um conhecimento comum, um consenso, o que é possível com a utilização de estratégias específicas para criar-se um novo contexto ou transformar-se o já existente (FÁVERO e AQUINO, 2002, p.172).

1.4.2 A estrutura participativa do debate eleitoral: tipos de destinatários

A noção de participantes “ratificados” e “não ratificados”⁴¹, da qual surgem as explicações acerca dos papéis interlocutórios e de sua importância no quadro participativo das interações verbais, é proveniente dos estudos de Erving Goffman (1967).

Goffman (1967) influenciou diversos autores cujos estudos contemplam a questão da imagem e da interação, como Brown e Levinson (1987[1978]), Culpeper (1996; 2011) e Kerbrat-Orecchioni (2006), dentre outros. Partindo das premissas desse teórico, em seu estudo dos desdobramentos do evento conversacional, Kerbrat-Orecchioni (2006) assinala haver, em toda a troca comunicativa, um emissor ou falante e um ou vários receptores, também denominados como ouvintes. Para a autora, as condições daquele que ocupa uma ou outra posição modifica-se, continuamente, à medida que a interação transcorre:

Portanto, nem sempre é possível distinguir claramente destinatário direto e indireto: em vez de opô-los radicalmente, é frequentemente preferível falar de destinatário privilegiado vs. Secundário (hierarquia evidentemente móvel no curso de uma mesma conversação e até mesmo de um único turno de fala) (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 29).

Isso significa que o quadro participativo sofre transformações, no que tange ao estatuto dos participantes quanto ao seu papel interlocutório – o destinatário direto assume, em determinados momentos da interação, o estatuto de destinatário indireto e vice e versa, ao passo que os papéis interacionais, tais como os de político ou de moderador, não se modificam:

Os papéis interacionais se caracterizam, ao contrário, por sua relativa estabilidade ao longo da troca, porque estão diretamente ligados ao tipo de interação em curso (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 32).

Devido à grande rotatividade, em se tratando dos papéis interlocutórios desempenhados ao longo da interação, a autora opta por denominar os participantes do evento interacional como destinatário privilegiado⁴² ou destinatário secundário, em lugar de se referir aos mesmos como “destinatários diretos” ou “indiretos”, sinalizando haver, pois, uma hierarquia de destinatários.

⁴¹ Termo apresentado por Goffman (1967) para denominar os participantes que participam fisicamente da interação e os que a observam ou dela participam de forma indireta.

⁴² A autora denomina os interlocutores como falante e ouvinte, locutor e alocutário, além de destinatário privilegiado e secundário.

Neste estudo, consideramos que tal rotatividade do quadro participativo pode produzir, no discurso político, efeitos de persuasão sobre o eleitorado, especialmente por meio da manipulação da *deíxis* pessoal, assunto que trataremos mais adiante.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, no contrato interacional, há os participantes reconhecidos, isto é, os que fazem parte do contrato interlocutório fisicamente: “eles fazem oficialmente parte do grupo conversacional, assim como atestado pelo “arranjo físico” desse grupo [...], assim como os simples expectadores que, segundo a autora, são, a princípio, excluídos, participando da interação apenas como “testemunhas de uma troca”.

Partindo desse princípio, Kerbrat-Orecchioni (2006) estabelece a noção de *tropo comunicacional*, segundo a qual a determinação dos interlocutores na interação – daqueles a quem, de fato, o discurso se dirige – depende de um complexo esquema de papéis interacionais, assemelhando-se à figura de atores em um teatro:

A mesma análise pode ser feita em alguns tipos de interações não ficcionais, como as entrevistas ou debates midiáticos, nos quais os participantes fingem estar falando exclusivamente entre si, quando nos é permitido pensar que é, antes de tudo, aos ouvintes que visa o discurso que se constrói no estúdio. Conclusão: a configuração do formato de recepção é, ao mesmo tempo, fluida (porque as fronteiras que separam as diferentes categorias de receptores não são nítidas) e flutuante (porque o estatuto interlocutivo dos participantes não para de se modificar ao longo do desenvolvimento da interação) (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 31, *grifo nosso*).

Assim, há que se observar a existência de um destinatário aparente – para o qual o participante da interação se dirige direta ou indiretamente – e um destinatário principal ou real, que não participa fisicamente da troca verbal, mas para o qual o discurso se destina, de fato, e a partir do qual se constrói. Kerbrat-Orecchioni (2006) denomina esse fenômeno, verificado no debate político, tal como no teatro, como um tipo de “estratagema enunciativo”: trata-se do *tropo comunicacional*. Desse modo, a autora esquematiza um quadro por meio do qual apresenta os principais estatutos de interlocução em “trílogos”, os quais podem ser atribuídos aos seguintes participantes da interação: o de alocutário direto ou de alocutário indireto.

Ao proceder à análise da estrutura participativa de interações articuladas em trílogos, em seu estudo acerca da argumentação, atrelada à linguística da enunciação e à pragmática, Marianne Doury (1995) assinala haver, no debate político-eleitoral, um tipo de organização nomeadamente complexa e volátil. Há, segundo a autora, três tipos de participantes nesse tipo de troca verbal⁴³:

⁴³ Original em francês: Ainsi, le cadre participatif du débat met en jeu au moins quatre personnes: – au moins deux débatteurs, – un public, – un “modérateur”, chargé de faire appliquer les règles qui caractérisent le débat (DOURY, 1995, p.4).

- os debatedores, que constroem suas imagens, em uma relação de interdependência, uma vez que um depende do outro para que um diálogo se constitua;
- o moderador e o público presente na platéia;
- os telespectadores, que não participam, fisicamente, da interação, conquanto seja em função deles que todo o evento comunicativo, no caso, o debate, se articule.

Cumpramos observar que, assim como Kebrart-Orecchioni (2006), Doury (1995) concebe o trílogo como um tipo de troca verbal em que os papéis podem variar. Isso significa afirmar que os destinatários se inscrevem na interação ora como diretos, ora como indiretos.

Finalmente, cada tipo de destinatário deve ser caracterizado de acordo com a oposição direta / indireta, relativa à hierarquia do sistema de endereçamento. É essa distinção que permite definir o tropo comunicativo: nesse caso, o alocutário, constituído por vários índices como destinatário direto, é de fato apenas um destinatário secundário, enquanto o "verdadeiro" destinatário do discurso é um destinatário indireto (DOURY, 1995, p.7).⁴⁴

De fato, para a autora, o participante cuja influência é mais forte, em se tratando de seu papel interacional dentro de um quadro participativo trílogo, é, com efeito, o público/telespectador, para o qual ambos os debatedores orientam suas práticas discursivas:

Nos *Duelos aos Cinco*, que constituem nosso corpus como em qualquer debate mediado, a existência de um público (e a imagem que os debatedores constroem) influenciam fortemente a maneira como elaboram seu discurso. Além disso, condiciona sua própria existência. É para esse público que os convidados concordam em se conhecer e interagir durante o show. Em muitos casos, é provável que um debate privado, reunindo os mesmos participantes, não tenha chance de existir, sendo cada um convencido antecipadamente dos limites de tal reunião (impossibilidade de vencer o outro, respeito pelo interlocutor insuficiente para discutir com ele, etc.) No entanto, esse terceiro, verdadeiro destinatário da interação, é excluído do formato de emissão do debate (DOURY, 1995, p.4).⁴⁵

⁴⁴ Tradução nossa da versão original em francês: Enfin, chaque type de destinataire doit être caractérisé selon l'opposition direct / indirect, relative à la hiérarchie du système d'adresse. C'est cette distinction qui permet de définir le trope communicationnel : dans ce cas, l'allocutaire, constitué par divers indices comme destinataire direct, n'est en fait qu'un destinataire secondaire, alors que le "vrai" destinataire du discours n'est qu'un destinataire indirect (DOURY, 1995, p. 7).

⁴⁵ Tradução nossa da versão original em francês: Dans les *Duels sur la Cinq* qui constituent notre corpus comme dans tout débat médiatisé, l'existence d'un public (et l'image que les débatteurs en construisent) influence très fortement la façon dont ils élaborent leur discours. Plus encore: elle en conditionne l'existence même. C'est pour ce public que les invités acceptent de se rencontrer, et de dialoguer pendant la durée de l'émission. Dans bien des cas, il est probable qu'un débat privé, réunissant les mêmes participants, n'aurait aucune chance d'exister, chacun étant par avance convaincu des limites d'une telle rencontre (impossibilité de convaincre l'autre, respect de l'interlocuteur insuffisant pour argumenter avec lui, etc.) Pourtant, ce tiers, véritable destinataire de l'interaction, est exclu du format d'émission du débat (DOURY, 1995, p.4).

1.4.3 A noção de quadro argumentativo

Em suas análises acerca do debate eleitoral, Fávero e Aquino (2002) assinalam que o debate político-eleitoral se afigura como um tipo de contrato interacional que apresenta, necessariamente, um quadro participativo especial: trata-se, segundo as autoras, de um *quadro argumentativo*:

O debate televisivo apresenta não só um quadro interacional específico, como também um tipo de argumentação especial. A argumentação, definida como meio de persuadir o interlocutor (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1983), desenvolve-se não para convencer o outro debatedor, nem o mediador, mas o público ouvinte, telespectador que, por sua vez, também apresenta especificidades: não se trata de um público especial, de uma só classe social, de um só gênero, pois são eleitores o jovem ou o idoso, o assalariado ou o empresário, todo o público, enfim, precisa ser alvo da persuasão (AQUINO e FÁVERO, 2002, p. 173).

Para Fávero e Aquino (2002), o quadro argumentativo configura-se como uma estrutura participativa interacional específica, na qual o propósito não é o de convencer o outro debatedor mediante o uso de argumentos, mas sim o de atacá-lo, rechaçando sua imagem, refutando-lhes as teses, dentre outros comportamentos verbais calcados no dissenso. Não obstante, em um primeiro momento espere-se que o destinatário seja o candidato oponente, é por meio de uma análise mais profunda da dinâmica em que se inscreve o quadro participativo do debate, que se pode observar para quem, de fato, os debatedores se dirigem: ao público telespectador, o qual, conforme as autoras, também apresenta características específicas, em função de sua complexidade:

Não se trata de um público especial, de uma só classe social, de um só gênero, pois são eleitores o jovem ou o idoso, o assalariado ou o empresário, todo o público, enfim, precisa ser alvo da interação (FÁVERO e AQUINO, 2002, p. 173).

Posto isso, Fávero e Aquino (2002) apresentam duas estratégias que norteiam a dinâmica e o desenvolvimento do debate político-eleitoral, instauradas, segundo as autoras, com “um duplo direcionamento”:

- provocar o adversário, fazendo com que exponha sua face publicamente;
- persuadir o telespectador a aceitar o candidato que está com a palavra (nesse procedimento, é automática a rejeição do adversário).

Considerando que os debatedores procedem ao uso de uma estratégia comum no debate eleitoral – que consiste em efetuar o ataque, em detrimento da busca de um consenso – pode-se afirmar que, dentro do esquema participativo trílogico, há que se observar a formação de um “duo”, o qual, segundo Fávero e Aquino (2002) constitui-se a partir de uma espécie de cisão dentro dessa estrutura triangular.

Fávero e Aquino (2002) observam que, em determinadas intervenções ou interpelações dos candidatos, a volatilidade dos papéis no debate eleitoral pode ser observada, sobretudo, nos momentos em que um candidato se volta para o oponente, tecendo-lhe acusações, dentre outros atos. Nesse caso, observa-se que, em um primeiro momento, o destinatário direto consiste no próprio rival.

Por outro lado, sobretudo nos momentos em que se visa a atingir o telespectador, nos turnos de abertura e de fechamento, nos quais os candidatos procedem à construção de uma autoimagem crível, por meio da apresentação de seus programas e propostas eleitorais, o destinatário direto passa a ser o eleitor/ telespectador.

De fato, é para o público que o debate é elaborado, ele condiciona sua existência; é por ele que os debatedores aceitam o convite e é a existência desse público e a imagem que os debatedores fazem dele que vai influenciar fortemente a forma como o discurso é elaborado (DOURY, 1995: 227). Contudo, esse verdadeiro destinatário fica excluído, muitas vezes, do cenário onde o debate se realiza, parecendo, por essa razão, um destinatário indireto. Assim, pode-se dizer que esse público é indireto, aparentemente; na realidade, ele é o principal – é a razão da própria existência do debate (FÁVERO e AQUINO, 2002, p. 169).

Diante disso, Fávero e Aquino (2002) chegam à proposição de que a forma de organização do debate eleitoral, em se tratando dos papéis participativos e de sua forma de recepção, configuram-se como, “não marcadas”⁴⁶ e “flutuantes”. Consecutivamente, nesse tipo de interação – em que os papéis podem ser reconfigurados – outras formações, dentro da estrutura do quadro participativo do debate podem aparecer, como, por exemplo, a cisão do trílogo em “duos”.

A formação de *duos*, no debate eleitoral, confere a esse tipo de interação especificidades linguístico-contextuais que podem ser observadas nas intervenções dos candidatos e do mediador. Em outras palavras, cumpre observar determinadas intenções persuasivas, as quais subjazem às escolhas dos papéis interlocutórios assumidos pelos participantes da interação, na medida em que a deliberação por atribuir um tipo de papel interlocutório a um dado participante da interação) pode colaborar para estreitar relações ou, por outro lado, rechaçar a imagem do outro.

A atribuição de um outro papel a um dado participante pode ser observada nos casos em que se confere ao auditório, muitas vezes, a condição de destinatário indireto, em detrimento do debatedor, que passa a ocupar a posição de uma terceira pessoa – uma não pessoa (Benveniste, 2015). Ao atribuir-se a posição de destinatário privilegiado ao auditório, excluindo

⁴⁶ Compreende-se como uma forma de recepção não marcada um tipo de interação na qual não há, de fato, limites nítidos entre os tipos de ouvintes, podendo exercer ora o papel de destinatários diretos, ora o de indiretos.

o debatedor da cena da enunciação, muda-se o *tropo comunicativo* (Kerbrat-Orecchioni, 2006), provocando alterações no quadro participativo⁴⁷ do debate eleitoral, fato que será explorado na análise do *corpus*.

1.4.4 A formação de coalizões dentro dos trílogos: duo conflitual estratégico e duo consensual

Ao discorrer acerca da formação de coalizões ou alianças no debate eleitoral, Blas Arroyo (2011) define-o como um esquema participativo no qual se observam a união entre dois ou mais atores que, por sua vez, procedem à adoção de uma estratégia em comum diante de um terceiro participante do contrato interacional.

Para Blas Arroyo (2011), considerando-se que, no trílogo, ocorrem formações de alianças ou coalizões, pode-se afirmar que os principais destinatários, isto é, os destinatários principais, são, de fato, o auditório e o moderador, para os quais os debatedores orientam o seu discurso.

Para Blas Arroyo (2011), há dois modos pelos quais os participantes da interação procedem à formação de coalizões dentro de um trílogo: as alianças formadas entre moderador e auditório e aquelas que se instituem entre um dos debatedores e auditório:

A natureza das coalizões pode ser, pois, muito variada. No contexto do debate, sua constituição pódre ocorrer a cargo de duas figuras principais, o moderador ou algum dos contendores. Contudo, em ambos os casos, o polo ao qual aderem é sempre o mesmo, a audiência. Desse modo, o falante se converte em aliado e porta-voz das ideias, crenças e aspirações do público expectador (BLAS ARROYO, 2011, p. 156).⁴⁸

Importa acrescentar que, segundo o autor, há duas possibilidades no que tange à formação das coalizões no debate eleitoral: o auditório pode ora se manter neutro, ora estabelecer aliança com um de seus participantes, dando a sua aprovação, procedendo à adesão, às suas assunções. O auditório, que consideramos ser constituído pela platéia presente no debate

⁴⁷ O quadro participativo em que o debate eleitoral se circunscreve apresenta uma estrutura complexa e dinâmica, na medida em que, ao longo do processo de interação, seus participantes ocupam papéis voláteis, ocasionando mudanças frequentes no papel dos interlocutores, à medida que o evento comunicativo transcorre. Em outras palavras, os debatedores têm seus papéis no evento comunicativo continuamente reconfigurados, conforme a intenção discursiva dos participantes. Assim, a delimitação dos papéis interacionais é eminentemente fluída.

⁴⁸ Tradução nossa da versão original em espanhol: La naturaleza de las coaliciones puede ser, pues, muy variada. En el contexto del debate, su constitución puede correr a cargo de dos figuras principales, el moderador o alguno de los contendientes. Con todo, en ambos casos el polo al que adhieren es siempre el mismo, la audiencia. De este modo, el hablante se convierte en aliado y portavoz de las ideas, creencias y aspiraciones del público espectador (BLAS ARROYO, 2011, p. 156).

e, sobretudo, pelos milhões de telespectadores que não ocupam a cena fisicamente, configura-se, desse modo, em uma figura premente em interações trílogues. Com efeito, pode-se afirmar que esse auditório pode aderir a um ou outro debatedor, por meio de alianças e coalizões, mobilizando-se em favor de uma determinada tese que lhe é apresentada e, concomitante a isso, ser conduzido a refutar as demais, apresentando-se, pois, como um tipo de participante tão importante como o moderador e debatedores.

Entretanto, mais interessantes, do ponto de vista político, são as ocasiões nas quais a coalizão com a audiência surge de instâncias de um dos contendores no debate, [...] um dos índices verbais que mais claramente traduz esses intentos de coalizão é o representado pelas marcas dêiticas de pessoa, especialmente de um nós exclusivo, de cujo âmbito de referência se deixa o adversário deliberadamente à margem (BLAS ARROYO, 2011, p. 157).⁴⁹

Marques (2017) pondera que, no discurso político eleitoral, a complexidade da estrutura de participação dos interactantes pode ser *plurílogo*, no sentido de agregar, segundo a autora, moderador, debatedores e o público:

Quanto ao número de participantes, o debate é um plurílogo, que agrega por um lado, o jornalista-moderador e os políticos-opponentes/participantes-adversários no debate, presentes no mesmo espaço físico da televisão, e, num outro plano, mas igualmente fundamental e atuante, o público, na função preferencial de eleitorado (MARQUES, 2017, p.18).

Partindo dos estudos de Zamouri (1995) e Caplow (1984), Fávero e Aquino (2002) procedem ao exame da formação de coalizões entre dois interlocutores, assim como à análise do papel desempenhado por um terceiro participante, dentro de quadros participativos trílogues. Segundo as autoras, em estruturas triangulares, como a que se verifica no debate eleitoral, pode-se observar, a formação de tipos distintos de “duos”, uma vez que há a possibilidade de uma cisão dentro do próprio trílogo:

Embora a interação social seja essencialmente triangular, uma das suas características é a possibilidade de cindir-se em dois mais um: A+B, A+C, B+C, ocasionando a formação de duos [...] (FÁVERO e AQUINO, 2002, p. 164).

De acordo com as autoras, os “duos” podem ser denominados das seguintes formas: *duos consensuais*, *duos conflituais* ou *duos instáveis*. Assim, no exame do debate eleitoral, é possível observar a formação de um “duo conflitual” entre os debatedores, os quais, por sua

⁴⁹ Tradução nossa da versão original em espanhol: Ahora bien, más interesantes desde el punto de vista político son aquellas ocasiones en las que la coalición con la audiencia surge a instancias de uno de los contendientes en el debate. [...] uno de los índices verbales que más claramente traduce esos intentos de coalición es el representado por las marcas dêiticas de persona, especialmente de un nosotros exclusivo, de cuyo ámbito de referencia se deja deliberadamente al margen al adversario (BLAS ARROYO, 2011, p. 157).

vez, visam à formação de um “duo consensual” com o auditório, na medida em que o verdadeiro propósito da coalizão e da formação de um “duo conflitual” entre os candidatos é, de fato, o de persuadir o eleitorado – um terceiro participante –, tomando-o como uma espécie de aliado contra o candidato oponente (Fávero e Aquino, 2002, p. 171).

Posto isso, pode-se afirmar que, no debate eleitoral, procede-se à formação do que as autoras denominam de “duo conflitual estratégico”, na medida em que os participantes da interação estabelecem um embate de modo deliberado, isto é, um comportamento verbal marcadamente conflituoso, a partir do qual se instaura um tipo de interação em que os interlocutores assumem o papel de adversários, instaurando um duo conflitual com o propósito de conquistar a atenção do eleitorado mediante o estabelecimento de um *duo consensual*:

Não poderá ocorrer concordância quanto à posição apresentada por um debatedor; a discordância é a garantia da conquista do eleitorado, cujo número precisa ser ampliado quando do encerramento do debate (FÁVERO e AQUINO, 2002, p. 171).

Posto isso, pode-se afirmar que as críticas, acusações – dentre outros atos de ameaça – destinadas ao candidato oponente, cumprem finalidades persuasivas, visto que o destinatário real (o interlocutor privilegiado) é, de fato, o eleitorado que assiste ao debate. Instaura-se o conflito para, paradoxalmente, chegar-se a um consenso.

Nessa direção, a noção de “duo conflitual estratégico”, proposta pelas autoras, explica, de modo profícuo, o fato de haver argumentação em um tipo de interação na qual não se objetiva o consenso, como se espera em debates cooperativos (BLAS ARROYO, 2011), cujos propósitos são os de modificar crenças e valores do outro debatedor mediante o uso de argumentos ao fim da interação. O que ocorre no debate eleitoral é, justamente, o contrário: trata-se de promover e aprofundar o dissenso que, nesse caso, afigura-se como uma prática comum ao discurso de ambos os candidatos e que, por ser adotada por dois membros do trílogo, configura-se como o que se pode denominar como a formação de um “duo conflitual” de finalidades estratégicas, conforme já ressaltamos.

Nesse sentido, não se pode afirmar que o debate eleitoral se apresenta como um “diálogo de surdos” (Marc Angenot, 2012; 2015), uma vez que é possível observar finalidades argumentativas por meio do aprofundamento do conflito. Nesse caso, o dissenso, promovido pelo embate entre os interlocutores – cujas práticas verbais não visam chegar a um acordo – cumpre um fim, segundo as autoras: o de estabelecer uma aliança como o público a quem, de fato, estão orientadas. Em outras palavras, o estabelecimento de “*duo conflitual*” (Fávero e Aquino, 2002) cumpre finalidades discursivas de natureza persuasiva, porque os interlocutores, no caso, os candidatos que o compõem, fazem uso de estratégias comuns, em um complexo

trabalho de co-construção de um discurso polêmico, a fim de construir uma aliança com um dos participantes da interação. A esse respeito, cumpre observar a tentativa de instaurar o que as autoras denominam como “duo consensual”, que se estabelece, de modo estratégico, com o eleitor.

Blas Arroyo (2011) assinala que, no debate político, os interlocutores se dirigem a uma audiência bastante complexa, sendo estruturada em níveis distintos:

Desde o público que assiste ao vivo ao enfrentamento (platéia da televisão, parlamento...) e os telespectadores que o seguem em suas casas, até as pessoas que não presenciaram diretamente os debates, mas que estão a par de seu desenrolar por meio da imprensa. E, tudo isso, sem se esquecer da possibilidade de uma audiência, entretanto, mais ampla, que, no caso do debate eleitoral seria representada pelo conjunto do eleitorado (BLAS ARROYO, 2011, p. 43).⁵⁰

O debate político apresenta, assim, um tipo de estrutura participativa que nos remete ao teatro, no qual o público⁵¹ – verdadeiro destinatário da peça – encontra-se alheio ao espetáculo, na medida em que não participa diretamente do desenrolar da trama, mas é em função dele que o espetáculo, de fato, se desenvolve. Os atores encenam e parecem dialogar entre si, quando, na verdade, estão a dialogar para um público que se encontra ausente da encenação e para o qual todo o espetáculo se dirige. Nesse sentido, afirma Charaudeau (2015), acerca desse tipo de interlocução, o seguinte: “o discurso político é um jogo de máscaras”.

Importa assinalar que, no debate político, o eleitorado, constituído pelos cidadãos a que se quer convencer, configura-se na principal instância da enunciação a qual o orador se dirige, conforme assinala Charaudeau (2015):

Sendo a política um domínio de prática social em que se enfrentam relações de força simbólicas para a conquista e gestão de um poder, ela só pode ser exercida na condição mínima de ser fundada sobre uma legitimidade adquirida e atribuída. Mas isso não é suficiente, pois o sujeito político deve também se mostrar crível e persuadir o maior número de indivíduos de que ele partilha certos valores. É o que coloca a instância política na perspectiva de ter que articular opiniões a fim de estabelecer um consenso. Ela deve, portanto, fazer prova da persuasão para desempenhar esse duplo papel de representante e de fiador do bem-estar social (CHARAUDEAU, 2015, p. 79).

⁵⁰ Desde el público que asiste en vivo al enfrentamiento (platô de television, parlamento...) y los telespectadores que lo han seguido desde sus casas, hasta las personas que no han presenciado en directo los debates, pero están al tanto de su desarrollo por la prensa. Y todo ello, sín olvidar la posibilidad de una audiencia todavia más amplia, que en el caso del debate electoral verdria representada por el conjunto del electorado (BLAS ARROYO, 2011, p. 43).

⁵¹ O discurso político, se televisionado, apresenta certas especificidades decorrentes do fato de ser formulado para telespectadores diversificados, quer em razão da extensão territorial do país, quer dos diferentes níveis social, econômico e cultural da população. Caso esse discurso se configure como um debate televisivo, outras características o individualizarão, pois observamos que o detentor da palavra formula seus enunciados preocupando-se em interagir com seu adversário, com o mediador – ali presentes – e, principalmente, com a terceira parte, constituída pelos telespectadores – seu eleitorado em potencial. Assim, é preciso, antes de mais nada, persuadir, garantir a adesão dos telespectadores, seja de modo explícito ou velado (AQUINO, 2003, p. 197).

Nesse sentido, é possível afirmar que, no debate político eleitoral, é possível, sim, estabelecer um consenso engendrado pela realização do discurso político, conquanto a lógica desse evento discursivo seja a instauração do conflito entre os participantes da interação, conforme salienta Charaudeau (2015). Trata-se, não obstante, do estabelecimento de um consenso, isto é, “de pontos de acordo”, com uma terceira instância – “a instância cidadã” – a qual se quer persuadir por intermédio de um discurso que se procura legitimar – no caso, o da “instância política”.

CAPÍTULO 2- OS ESTUDOS INTERACIONAIS: AS CONTRIBUIÇÕES DE ERVING GOFFMAN (1967)

Os estudos acerca da imagem remontam à Antiguidade Clássica. Aristóteles já havia analisado, de modo sistemático, a importância do *ethos*, isto é, do caráter na construção do discurso, bem como no processo de persuasão do auditório pelo orador.

Na segunda metade do século XX, em 1967, o sociólogo Erving Goffman publica um ensaio acerca dos modos pelos quais os interlocutores agem em situações cotidianas com vistas a manter o equilíbrio na interação. De acordo com Goffman (1967), em todo processo de interação há uma orientação defensiva e protetora, no que diz respeito à imagem negociada no evento comunicativo.

Todo indivíduo assume, por meio de um conjunto de traços comportamentais, uma imagem social, denominada como face. A face consiste na autoimagem pública que todo interactante requer para si e deseja que seja valorizada pelos demais participantes de um dado grupo social. O desejo de ser reconhecido, bem como de que se atribuam juízos de valor positivos à autoimagem social (*face want*) é parte, pois, do trabalho de face (*face work*) empreendido pelos interlocutores na interação, mobilizando falantes e ouvintes a procederem ao uso de estratégias diversas no processo de gestão da imagem. Ademais, cumpre ressaltar que, segundo Goffman (1967), os interlocutores esperam que se preservem sua liberdade de escolha e de ação, assim como o desejo de que os domínios de sua vida privada não sejam cerceados devido a ações alheias. Trata-se dos “territórios do eu”.

Toda pessoa vive em um mundo de encontros sociais, que a compromete em contatos face a face ou mediados com outros participantes [...] Pode-se definir o termo face como o valor positivo que uma pessoa reclama efetivamente para si por meio da linha que os outros supõem que uma pessoa tenha seguido durante determinado contato (GOFFMAN, 1967, p.3).

Goffman (1967) ressalta, ainda, que todo processo interacional expõe seus participantes à iminência de ver sua face ameaçada, uma vez que, em qualquer troca verbal, os sujeitos ameaçam a face alheia – consciente ou inconscientemente – e, por conseguinte, têm sua face sob ameaça constante.

Há uma orientação defensiva, no sentido de preservar a própria face e uma orientação protetora, visando a preservar a face do outro. O simples contato com um interlocutor já representa o rompimento do equilíbrio, ameaçando a imagem tanto do locutor quanto do interlocutor. Isso leva a um acordo tácito entre as partes: um não ameaça a face do outro até o momento em que a própria face não é ameaçada (SILVA, 2008, p. 169).

Por essa razão, pode-se afirmar que a construção da face resulta de um complexo processo de observação do outro na interação e de colaboração mútua. Os indivíduos constroem sua autoimagem social em consonância com os juízos alheios que lhes são atribuídos em um complexo trabalho de figuração:

O indivíduo elabora a face a partir da própria face e a dos demais participantes, o indivíduo utiliza determinados procedimentos, denominados processos de figuração ou de negociação de imagem (GALEMBECK, 2008, p.330).

Vale ressaltar, ainda, as seguintes considerações de Amossy (2008) acerca do complexo processo de construção da imagem, o qual, segundo a autora, decorre de diversos fatores, dentre os quais, está a pressão exercida pela influência dos demais participantes do evento comunicativo. Observa-se, pois, a relevância da relação interpessoal na gestão da imagem:

A construção da face flui das relações que se estabelecem entre os participantes do ato interacional. O indivíduo elabora a face a partir da própria competência em verificar as interposições atribuídas pelos demais participantes, bem como aquelas atribuídas aos atos alheios (...) Goffman mostra que toda interação social, definida como “a influência recíproca que os parceiros exercem sobre suas ações respectivas quando estão em presença física uns dos outros”, exige que os atores forneçam, por seu comportamento voluntário ou involuntário, certa impressão de si mesmos que contribui para influenciar seus parceiros do modo desejado (AMOSSY, 2008, p.12).

Nesse sentido, a interação implica, necessariamente, conflito e negociação. Desse modo, diversos procedimentos de natureza linguístico-discursiva são acionados no que tange ao gerenciamento da imagem, ou seja, da negociação das relações de interlocução. Esses procedimentos são empregados pelos participantes da interação com o propósito de não ameaçar a face alheia e, por conseguinte, de preservar-lhes a face de possíveis ameaças.

A negociação origina-se sempre em um conflito ou divergência e, a partir de uma discussão, busca-se chegar a um acordo; não há situação de fala que não exija de cada participante uma preocupação sobre como tratar a si e aos outros (FÁVERO, 2008, p.307).

Assim, cabe aos participantes do evento comunicativo fazer uso das regras apropriadas a cada situação concreta de interação, levando-se em conta o tipo de contrato interacional que se estabelece nas trocas verbais.

De acordo com Goffman (1967), há três tipos de processos por meio dos quais se procede ao trabalho de face na interação: aqueles cujas ações dos interactantes visam evitar o ataque, os processos de correção – por meio dos quais se procede ao emprego de estratégias ou rituais interacionais com vistas a mitigar danos causados às faces – e, por fim, a pontualização, um procedimento que diz respeito ao emprego agressivo do trabalho de face, o qual se caracteriza pelo predomínio de atos de ameaça propositados, comuns a situações de conflito.

Nos processos em que se procede à reparação de atos de ameaça, bem como naqueles em que se busca evitar ataques à face, objetiva-se estabelecer a harmonia nas trocas verbais. Trata-se da cortesia verbal, um fenômeno linguístico-discursivo que se configura em um conjunto de estratégias linguísticas e interacionais que se inscrevem num determinado grupo social e que asseguram a gestão ou o trabalho de face na interação.

A cortesia configura-se, sobretudo, em um conjunto de regras sociais, estabelecidas e apropriadas pelos participantes do evento comunicativo, de forma ritualizada, por meio do uso e da internalização daquilo que é ou não adequado a uma dada situação comunicativa. O trabalho de face visa, assim, a garantir que as relações de cooperação entre os interlocutores estejam asseguradas, a despeito do conflito e das possíveis divergências que emergem do simples fato de interagir com o outro.

Para Goffman, a cortesia é uma instituição cultural que tende a estabelecer e manter boas relações sociais. Configura-se como um conjunto de normas reguladoras de caráter impositivo que afetam a todos os aspectos da vida em comunidade. Quando aprendemos uma língua, temos que assimilar certas normas relativas à forma de nos dirigirmos aos interlocutores, de acordo com a situação e/ ou nível social do interlocutor. Também aprendemos a utilizar distintas estratégias para nos dirigirmos a uma mesma pessoa segundo as circunstâncias discursivas. A posição social e a circunstância podem intervir de forma concomitante, pois nem sempre nos expressamos da mesma forma (SILVA, 2008, p. 168).

Dentre os três procedimentos apresentados por Goffman (1967), dos quais se faz uso em diferentes tipos de situações comunicativas, importa ressaltar o terceiro: a pontualização. No caso da pontualização, o ataque configura-se como atos ritualizados, os quais perfazem a interação, assumindo, assim, a forma de estratégias de natureza linguístico-interacionais. Nesse sentido, o ataque passa a ser a regra, na medida em que tanto falantes como ouvintes o esperam no tipo de contrato interacional estabelecido. Vale lembrar que, nesse tipo de situação comunicativa, os interlocutores procedem ao ataque e a atividades de imagem que privilegiam a manutenção da autoimagem pública, em detrimento da face alheia. Trata-se do emprego agressivo do trabalho de face.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, para Goffman (1967), nem sempre o propósito comunicativo e interacional dos interlocutores é o de entrar em conjunção com o acordo. Desse modo, pode-se afirmar que há, com efeito, tipos específicos de interação em que o objetivo é proceder ao ataque, que se afigura como um tipo de estratégia cuja finalidade é rechaçar a imagem alheia, promovendo o conflito. Consideramos, neste estudo, investigar que tipos de estratégias se empregam em situações de conflito, em que se procede ao emprego da pontualização, isto é, ao emprego agressivo do trabalho de face.

Ainda no que concerne à questão da imagem na interação, cabe apresentar outra noção postulada por Goffman (1967), segundo a qual os interlocutores expõem, num complexo processo de figuração e de representação, um esquema de condutas e de comportamentos verbais e não verbais. A esse esquema de comportamentos atribuem-se valores e avaliações diversas, permitindo aos demais participantes da interação a possibilidade de procederem à formulação de um tipo de “linha de conduta”. Em outras palavras, o conceito de linha (*line*) – da qual Goffman trata – consiste num conjunto de comportamentos assumidos pelos sujeitos na interação e com o qual se identificam:

Toda pessoa vive em um mundo de encontros sociais, que a compromete em contatos face a face ou mediados com outros participante., Em cada um desses contatos tende a representar o que as vezes se denomina como uma linha, isto é, um esquema de atos verbais e não verbais (GOFFMAN, 1967, p.13).⁵²

Ao reproduzirem padrões ou normas e esquemas de comportamentos, os sujeitos da interação representam, por meio de um processo de figuração, determinados esquemas ou padrões de comportamentos verbais e não verbais recorrentes, os quais, por sua vez, se inscrevem em situações discursivas específicas. Neste estudo, analisar-se-ão os padrões de comportamentos verbais que emergem no discurso político. O intuito é observar o que, no discurso analisado, pode ser considerado prototípico. Desse modo, há que se analisar quais traços ou esquemas de comportamento – sobretudo os verbais – apresentam-se de modo significativo.

Para Goffman, em todo contato social os participantes reproduzem um padrão ou norma/linha de comportamento (em inglês, *line*) em elementos verbais e/ou não verbais, por meio do qual expressam suas posições e por meio do qual também se avaliam a si mesmos e aos demais participantes [...] Graças a um determinado padrão de comportamento com o qual o sujeito se identifica e que outros lhe atribuem, o participante apresenta uma imagem [...] (ERLICH, 1993, p.29).

2.1. O conceito de imagem após Goffman: principais considerações

As contribuições de Goffman (1967), precursor nos estudos acerca da interação verbal, serviram como base para trabalhos posteriores sobre a imagem e os procedimentos voltados para a sua manutenção em diferentes interlocuções. Dentre as teorias fundadoras, das quais

⁵² Tradução nossa da versão original em espanhol: Toda persona vive en un mundo de encuentros sociales, que la compromete en contatos cara a cara o mediatizados con otros participantes. En cada uno de estos contatos tende a representar lo que a veces se denomina una línea, es decir, un esquema de actos verbales y no verbales (GOFFMAN, 1967, p.13, *grifos nossos*).

surgiram inúmeros trabalhos relativos à interação, vale ressaltar as contribuições de Brown e Levinson (1987[1978]), cuja obra intitulada *Impoliteness: some universals for language usage* aborda a cortesia de modo bastante aprofundado. Nesse estudo, os autores partem de algumas noções apresentadas por Goffman (1967), tais como a de face, trabalho de face e cortesia, procedendo à elaboração de um modelo de análise interacional. Os conceitos de “face” e de “territórios do eu”, postulados por Goffman (1967) são utilizados pelos autores e renomeados, respectivamente, como *face positiva* e *face negativa*.

- Face positiva: consiste na imagem social que os interlocutores requerem para si e que gostariam que fosse aceita e valorizada pelos demais participantes da interação.
- Face negativa: diz respeito ao desejo de não imposição e da necessidade de liberdade de ação.

De acordo com os teóricos, todo falante nativo de uma língua apresenta uma face, positiva e negativa e é dotado de racionalidade. Trata-se de uma pessoa modelo (MP). Para Brown e Levinson (1987[1978]), as noções de face e de cortesia são categorias universais, fato que contribui para questionamentos em torno de questões que envolvem a importância dada à imagem social, assim como com a preocupação com a liberdade de ação e o desejo de não imposição em diferentes culturas. De fato, aquilo que é considerado relevante em se tratando de face positiva e negativa é variável e depende de fatores culturais. Há culturas em que prevalecem relações de distanciamento, assim como aquelas em que a aproximação entre os falantes é a norma. Desse modo, as noções de face positiva e negativa geram controvérsias.

Haverkate (1994) apresenta as seguintes considerações em torno das noções de face positiva e negativa, desenvolvidas por Brown e Levinson (1987[1978]).

A imagem de cada ser humano se compõe de dois fatores complementares, marcados em termos positivo e negativo. O primeiro designa a imagem positiva que o indivíduo tem de si mesmo e que aspira a que seja reconhecida e reforçada pelos outros membros da sociedade. O segundo se refere ao desejo de cada indivíduo de que seus atos não se vejam impedidos pelos outros (HAVERKATE, 1994, p. 18).⁵³

O autor ressalta, ademais, a relevância da personalidade humana, no que diz respeito ao trabalho de face empreendido pelos interlocutores, na acepção de Brown e Levinson (1987[1978]), ao longo das interações verbais:

⁵³ Tradução nossa da versão original em espanhol: La imagen de cada ser humano se compone de dos factores complementarios, marcados con los términos positivo y negativo. El primero designa la imagen positiva que el individuo tiene de sí mismo y que aspira a que sea reconocida y reforzada por los otros miembros de la sociedad. El segundo se refiere al deseo de cada individuo de que sus actos no se vean impedidos por otros (HAVERKATE, 1994, p.18).

É inerente a essa visão que a personalidade humana é um objeto sagrado cuja violação não deve ficar impune. A sanção é o conflito, ou seja, um tipo de interação marcada, apreciada negativamente por ir contra as normas geralmente aceitas. Para evitar que se produza essa situação, os interactantes buscam um equilíbrio, intentando proteger sua própria personalidade, assim como a do outro (HAVERKATE, 1994, p. 19).⁵⁴

A problematização em torno da face e dos modos pelos quais os interlocutores avaliam a imagem veiculada na interação é abordada por diversos autores, tais como: Culpeper (1996; 2011), Spencer-Oatey (2008), Bravo (2005), dentre outros. Assim, diversas críticas destinadas à concepção etnocentrista acerca das faces, postuladas no modelo de análise de Brown e Levinson (1987[1978]), emergiram de estudos sobre a (des) cortesia. Para Spencer-Oatey (2008), a face configura uma categoria social e, portanto, passível de variação:

A face é um conceito intuitivamente significativo para as pessoas, mas difícil de definir com precisão. Sua preocupação com o senso de valor, dignidade e identidade das pessoas está associada a questões como respeito, honra, status, reputação e competência (SPENCER- OATEY, 2008, p.27).⁵⁵

Assim, Spencer-Oatey (2008) considera a face sob o ponto de vista social, na medida em que, para a autora, a imagem constitui-se de elementos relativos à dignidade, à identidade e à honra, sendo concebida, além disso, de modo intuitivo pelos falantes. Ademais, é importante acrescentar que a face está relacionada à reputação e à competência para essa autora.

Cabe assinalar que Spencer-Oatey (2008) considera que o termo “face” enfatiza o aspecto individual na interação, ao passo que segundo a autora, o termo *rapport management* (gerenciamento harmônico da imagem) inscreve a imagem na relação entre um “eu” e o “outro”. No que se refere à gestão da face (*face management*), empreendida pelos interactantes, a autora assinala que a linguagem não é somente empregada de modo a manter ou ameaçar as relações sociais de interlocução, mas dá suporte a aspectos relativos a regras sociais e metas interacionais.

No entanto, eu uso o termo gerenciamento de relacionamento em vez de gerenciamento da face, porque seu escopo é mais amplo: como o gerenciamento da face, ele examina o modo como a linguagem é usada para construir, manter e / ou ameaçar relacionamentos sociais, mas, como explicado abaixo, inclui a gestão dos direitos da socialidade e objetivos interacionais. Além disso, o termo “face” parece

⁵⁴ Tradução nossa da versão original em espanhol: Es inherente a esta visión que la personalidad humana es un objeto sagrado cuya violación no suele quedar impune. La sanción es el conflicto, o sea, un tipo de interacción marcado, valorado negativamente por ir en contra de las normas generalmente aceptadas. Para evitar que se produzca esta situación, los interactantes buscan un equilibrio, intentando proteger su propia personalidad, así como la del otro (HAVERKATE, 1994, p. 19).

⁵⁵ Face is a concept that is intuitively meaningful to people, but one that is difficult to define precisely. Its concern with people’s sense of worth, dignity and identity, and is associated with issues such as respect, honour, status, reputation and competence[...] (SPENCER- OATEY, 2008, p.27).

focar-se em preocupações pessoais, enquanto o gerenciamento de relacionamento sugere um maior equilíbrio entre si e o outro (SPENCER- OATEY, 2008, p. 25).⁵⁶

A noção de face à luz de uma abordagem social – segundo a qual a imagem é resultado de um trabalho de coprodução – pautada na importância das relações interpessoais, perfaz, assim, os estudos mais recentes em torno da imagem na interação.

Ao redefinir a noção de face, Culpeper (2011) parte da concepção de imagem postulada por Spencer-Oatey, segundo a qual há três componentes que a constituem: a qualidade da face (*quality face*), a identidade social da face (*social identity face*) e a face constituída por relações sociais (*relational face*). A qualidade da face diz respeito a qualidades pessoais, isto é, nossas habilidades, aparência, ou tudo o que se refira ao âmbito individual. A identidade social da face e o terceiro tipo apresentado dizem respeito ao âmbito social e coletivo, respectivamente, ou seja, aos papéis sociais assumidos pelos indivíduos na interação. Diante do exposto, nota-se a importância dada, nos estudos mais recentes, ao papel das relações interpessoais e de colaboração na constituição da face e no percurso interpretativo acerca da imagem, realizado pelos interactantes.

A concepção de imagem, como um princípio universal, foi abordada por diversos teóricos. Para Kerbrat-Orecchioni (2006), a face e a cortesia configuram-se em princípios universais, embora, para a autora, trate-se de fenômenos eminentemente variáveis em termos culturais.

E é também por isso que a polidez é um fenômeno universal, como é universal a importância atribuída ao território e à face, nas relações interpessoais como nas relações entre os países [...] Mas esse fenômeno universal apresenta aspectos bastante diferentes, segundo as culturas e as sociedades[...] (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.102).

Para Bravo (2005), cujos estudos problematizaram, sobretudo, o fato de que a face assume, na interação, contornos de ordem sociocultural, relacionados, portanto, a contextos específicos de interação, a face é um fenômeno universal, embora varie devido a contingências socioculturais. Isso significa que, segundo a autora, há que se analisar a face levando-se em consideração que as necessidades variam entre diferentes esferas sociais e culturais. Brown e Levinson (1987[1978]) cujos estudos valorizaram, sobremaneira, a importância da face

⁵⁶ Tradução nossa da versão original em inglês: However I use the term of management rapport rather than face management because its scope is broader: like face management, it examines the way that language is used to construct, to maintain and/or to threaten social relationships but, as explained below, its also includes the management of sociality rights and interactional goals. In addition, the term “face” seems to focus on concerns for self, whereas rapport management suggests a greater balance between self and other (SPENCER- OATEY, 2008, p. 25).

negativa e da necessidade de liberdade de imposição, sustentam a concepção de que, em todo evento interacional, há duas faces em ameaça – as quais se busca salvaguardar: a face positiva, que consiste na necessidade dos falantes de terem sua autoimagem social aceita pelos demais, assim como a face negativa, que reside no desejo de manter o território pessoal, isto é, o âmbito privado livre de quaisquer ações que o cerceiem, como já ressaltamos.

No entanto, segundo Bravo (2005), importa observar os efeitos sociais, positivos ou negativos, no tocante à aprovação da autoimagem pública, bem como da liberdade de possíveis coerções. Para Bravo (2005), a concepção de face positiva e negativa não contempla – de modo efetivo – variações culturais relativas ao que é priorizado e o que não é, em termos de imagem, não podendo, pois, ser “traduzida” da mesma maneira em diferentes esferas sociais e culturais:

Uma das afirmações que mais problemas causaram na hora de interpretar efeitos sociais de cortesia em *corpora* situados tem sido assumir que os aspectos da imagem social, o negativo (necessidade de não oposição nas ações) e o positivo (necessidade de aprovação da personalidade e de que se compartilhem os próprios desejos e pontos de vista) têm um caráter transcultural. Essa afirmação tem sido discutida por nós em vários de nossos trabalhos anteriores, nos quais sustentamos que a imagem social tem uma configuração sociocultural particular a um determinado grupo ou sociedade e que não pode traduzir-se tão somente a outros contextos, mas sim determinar quais são os contextos socioculturais que fazem parte dessa configuração. Mediante essa justificativa, utiliza-se uma nova denominação para esses aspectos (autonomia e afiliação), que, ao nosso ver, tem uma maior capacidade explicativa. A imagem de autonomia e a afiliação não são autoexplicativas e, por isso, constituem categorias vazias a ser preenchidas com os contextos socioculturais que correspondam a cada caso (BRAVO, 2005, p.25).⁵⁷

Desse modo, partindo das noções de aproximação e de distanciamento de Durkheim⁵⁸, Bravo (2005) renomeia as faces positivas e negativas, postuladas por Brown e Levinson (1987[1978]), atribuindo-lhes as categorias de autonomia e de afiliação:

⁵⁷ Tradução nossa da versão original em espanhol: Una de las afirmaciones que más problemas han causado a la hora de interpretar efectos sociales de cortesia en *corpus* situados ha sido asumir que los aspectos de la imagen social, el negativo (necesidad de no imposición en las acciones) y el positivo (necesidad de aprobación de la personalidad y de que se compartan los propios deseos y puntos de vista) tienen un carácter transcultural. Esta afirmación ha sido discutida por nosotros en varios de nuestros trabajos anteriores, en los cuales sostenemos que la imagen social tiene una configuración socio-cultural particular para un determinado grupo o sociedad y que no puede trasladarse sin más a otros contextos, sino que es necesario determinar cuáles son los contextos socioculturales que forman parte de esa configuración. Con esta justificación se utiliza una nueva denominación para estos aspectos (autonomía y afiliación), que a nuestro entender tiene una mayor capacidad explicativa. La imagen de autonomía y la de afiliación no son auto-explicativas y por eso constituyen categorías vacías a ser rellenadas con los contextos socio-culturales que correspondan en cada caso (BRAVO, 2005, p. 25).

⁵⁸ Tradução nossa da versão em espanhol: Además, puede oscurecer el peso de la dicotomía vislumbrada por Durkheim, y también la tensión continua entre dos necesidades polares básicas de la personalidad humana: distancia y cercanía respecto de los otros. En sus contactos con la deidad, el hombre necesita mantener al dios en la distancia, marcar una diferencia categórica entre lo humano y lo divino. De igual manera, y éste es uno de los paralelos fundamentales, durante los contactos interpersonales, cada individuo necesita ser percibido como algo diferenciado del grupo. Esta necesidad básica está en contraposición constante con una necesidad opuesta, la necesidad de comunión del hombre con la deidad. En los encuentros humanos, esto se traduce en la necesidad de ser percibido como parte del grupo, el segundo paralelo crucial. Fant y Bravo entendieron que lo que está en juego

De maneira decisiva, fez-se observar que, apesar da proximidade conceitual entre esses termos e as categorias estipuladas por Brown e Levinson, a autonomia não necessariamente equivale à ausência de imposição à liberdade de ação e ao direito ao domínio do território próprio, e que a afiliação nem sempre implica que os desejos próprios sejam aprovados pelos outros (BRAVO, 2005, p.41).⁵⁹

Assim, a autonomia consiste, segundo Bravo (2005), no distanciamento ou na necessidade dos sujeitos de assumirem um papel autônomo em relação a um grupo, ao passo que a afiliação equivale à aproximação dos interlocutores com o grupo. Há que se observar que essas categorias não têm significados equivalentes às noções de face positiva e negativa. Em outras palavras, afiliação e autonomia⁶⁰ não consistem, necessariamente, na necessidade de aprovação social ou de liberdade de imposição, respectivamente, em razão de configurar categorias cujos efeitos são variáveis, consoante contingências socioculturais. São, portanto, categorias conceituais distintas, que, entretanto, atuariam, segundo a autora, de modo mais abrangente, no que diz respeito à análise do trabalho de face. Trata-se de categorias “vazias” ou “virtuais”, cujos significados são preenchidos pelo contexto cultural, conforme suas idiossincrasias.

Uma das afirmações que mais problemas causaram no momento de interpretar os efeitos sociais de cortesia em corpora situados foi assumir que os aspectos da imagem social, o negativo (necessidade de não imposição nas ações) e o positivo (necessidade de aprovação da personalidade e de que se compartilhem os próprios desejos e pontos de vista) têm um caráter transcultural. Essa afirmação foi discutida por nós em vários trabalhos anteriores, nos quais sustentamos que a imagem social tem uma configuração sociocultural particular para um determinado grupo ou sociedade e que não se pode traduzir, sem mais, a outros contextos, mas sim se torna necessário determinar quais são os contextos socioculturais que fazem parte dessa configuração. Com essa justificativa se utiliza uma nova denominação para esses aspectos (autonomia e afiliação), que, ao nosso entender, tem maior capacidade explicativa. A imagem de autonomia e a afiliação não são autoexplicativas e, por isso, constituem categorias vazias a ser preenchidas com os contextos socioculturais que correspondem a cada caso (BRAVO, 2005, p. 25).⁶¹

puede conceptuarse con los términos generales de autonomía y afiliación, en estrecha correspondencia con la distancia y la comunión que perfiló Durkheim (COBÓS, 2014, p.40).

⁵⁹ Tradução nossa da versão em espanhol: De manera decisiva, hicieron ver que a pesar de la cercanía conceptual entre estos términos y las categorías estipuladas por Brown y Levinson, la autonomía no necesariamente equivale a la ausencia de imposición a la libertad de acción y el derecho al dominio del territorio propio, y que la afiliación no siempre involucra que los deseos propios sean aprobados por otros (BRAVO, 2005, p.41).

⁶⁰ Tradução nossa da versão em espanhol: Fant y Bravo entendieron que lo que está en juego puede conceptuarse con los términos generales de autonomía y afiliación, en estrecha correspondencia con la distancia y la comunión que perfiló Durkheim. De manera decisiva, hicieron ver que a pesar de la cercanía conceptual entre estos términos y las categorías estipuladas por Brown y Levinson, la autonomía no necesariamente equivale a la ausencia de imposición a la libertad de acción y el derecho al dominio del territorio propio, y que la afiliación no siempre involucra que los deseos propios sean aprobados por otros (CURCÓ, 2014, p. 42).

⁶¹ Tradução nossa da versão original em espanhol: Una de las afirmaciones que más problemas han causado a la hora de interpretar efectos sociales de cortesia en corpus situados ha sido asumir que los aspectos de la imagen social, el negativo (necesidad de no imposición en las acciones) y el positivo (necesidad de aprobación de la

Em seu estudo acerca da imagem, assim como dos modos pelos quais operam as concepções de face positiva e negativa em comunidades de fala em que a imagem de grupo se apresenta sobremaneira importante na dinâmica das interações, a saber, em culturas orientais, Cobos (2014) procede à análise do gerenciamento da imagem à luz de parâmetros socioculturais que, segundo a autora, perfazem quaisquer tipos de avaliações que se fazem em torno do que é priorizado pelos interlocutores em se tratando da imagem: a autonomia em relação a um determinado grupo ou a afiliação a ele.

No plano teórico, a noção tradicional de imagem pública segundo consideram Brown e Levinson (1987) tem sido questionada severamente em, pelo menos, dois sentidos. Por um lado, tem-se insistido que se trata de uma concepção ocidental centrada de maneira excessiva no indivíduo e não pode dar conta de muitos comportamentos verbais em sociedades não ocidentais (COBOS, 2014, p.44).⁶²

Nesta pesquisa, consideramos que, na interação, há, com efeito, uma orientação defensiva no sentido de proteger-se de possíveis sanções, conforme os postulados de Goffman (1967) e Brown e Levinson (1987[1978]), assim como o desejo ou a necessidade de aprovação de uma autoimagem pública. Não obstante, assim como Bravo (2005), compreendemos que o desejo de liberdade de imposição, bem como a necessidade de aprovação da imagem, em termos sociais, varia culturalmente.

Deste modo, considerar-se-ão a autonomia e a afiliação como categorias que ora promovem o distanciamento, ora a aproximação. Distanciamento nos casos em que o locutor busca assumir contornos próprios em relação ao seu grupo, ou o oposto, no caso, a necessidade de pertencer a um dado grupo com o qual o locutor comunga as mesmas visões de mundo e concepções ideológicas, fato que pode produzir relações de aproximação com o grupo.

Em se tratando da face, procedemos à consideração de algumas noções postuladas por Spencer-Oatey (2008) e Culpeper (1996; 2011), segundo as quais a face constitui-se, na interação, da confluência de fatores diversos, tais como: a identidade, a honra, o status, assim como a reputação e a competência. Além desses aspectos, consideramos que a face se afigura

personalidad y de que se compartan los propios deseos y puntos de vista) tienen un carácter transcultural. Esta afirmación ha sido discutida por nosotros en varios de nuestros trabajos anteriores, en los cuales sostenemos que la imagen social tiene una configuración socio-cultural particular para un determinado grupo o sociedad y que no puede trasladarse sin más a otros contextos, sino que es necesario determinar cuáles son los contextos socio-culturales que forman parte de esa configuración. Con esta justificación se utiliza una nueva denominación para estos aspectos (autonomía y afiliación), que a nuestro entender tiene una mayor capacidad explicativa. La imagen de autonomía y la de afiliación no son auto-explicativas y por eso constituyen categorías vacías a ser rellenas con los contextos socio-culturales que correspondan en cada caso (BRAVO, 2005, p.25).

⁶² Tradução nossa do original em espanhol: En el plano teórico, la noción tradicional de imagen pública según la plantearon Brown y Levinson (1987) ha sido cuestionada severamente en al menos dos sentidos. Por un lado, se ha insistido en que se trata de una concepción occidental centrada de manera excesiva en el individuo y no puede dar cuenta de muchos comportamientos verbales en sociedades no occidentales (COBOS, 2014, p.44).

na interação como uma categoria histórica e social. A concepção de face é perfilada, ademais, por elementos relacionados ao entorno: os papéis sociais desempenhados nas relações de interlocução.

Nessa direção, consideramos, no presente estudo, a necessidade de adotar uma nova terminologia – mediante a qual a noção de face seja compreendida, de modo mais abrangente, à luz desses fatores. Desse modo, denominamos a junção desses elementos – e o desejo de que essa imagem veiculada pelas manifestações discursivas seja aceita – como *autoimagem pública*: “A preocupação com o senso de valor, dignidade e identidade das pessoas e está associada a questões como respeito, honra, status, reputação e competência [...]” (SPENCER-OATEY, 2008, p.27).⁶³

Assim, pode-se afirmar que a noção de autoimagem pública se apresenta como uma categoria conceitual, relativa à imagem social pública, erigida mediante um complexo esquema de representações. Trata-se de uma imagem forjada em função do outro, num tipo de atividade de coprodução. Uma imagem à qual se espera que o outro atribua valores positivos, levando-se em consideração a confluência de todos os fatores apontados. Embora, neste estudo, consideremos o desejo de liberdade de imposições – que denominaremos como a *autoimagem privada* dos interactantes – cumpre ressaltar que, na análise dos dados, a investigação do *corpus* levará em consideração, sobretudo, a *autoimagem pública*, devido à sua relevância em se tratando dos atos de ameaça que lhes são destinados.

⁶³ Tradução nossa da versão original em inglês: Its concern with people’s sense of worth, dignity and identity, and is associated with issues such as respect, honour, status, reputation and competence[...] (SPENCER- OATEY, 2008, p.27).

CAPÍTULO 3. A CORTESIA VERBAL

3.1 As contribuições das teorias fundadoras: os postulados de Brown e Levinson (1987[1978])

Os estudos acerca da cortesia verbal resultam de pesquisas de natureza socio-interacional que tomaram como base as ideias apresentadas por Goffman (1967) – relativas aos acordos e rituais estabelecidos na interação – a saber: as noções de face, os chamados “territórios do eu” e o trabalho de face, dentre outros conceitos. A esses processos de reparação – que visam a mitigar um ato de ameaça – assim como aqueles destinados a evitar possíveis ataques, atribuiu-se o termo cortesia verbal. A cortesia verbal consiste, pois, num complexo esquema de estratégias ou recursos, de natureza linguístico-interacional, sendo empregada como um meio de estabelecer a harmonia e o equilíbrio na interação. Trata-se de uma “instituição social” (Silva, 2008), haja vista o fato de que suas regras não são fixas: um ato é denominado cortês ou não conforme as regras de conduta de determinados grupos sociais e de suas apreciações acerca do que se adequa ou não a uma dada situação interacional.

Para Goffman, a cortesia é uma instituição cultural que tende a estabelecer e manter boas relações sociais. Configura-se como um conjunto de normas reguladoras de caráter impositivo que afetam a todos os aspectos da vida em comunidade (SILVA, 2008, p. 168).

Não obstante, é a partir dos estudos de Brown e Levinson (1987[1978]) que, de fato, as análises relacionadas aos mecanismos linguísticos empregados pelos interactantes despontaram na Linguística. Na obra intitulada: *Politeness: some universals for language usage*”, os conceitos de face e “territórios do eu” são renomeados e explorados de modo mais aprofundado pelos autores sendo denominados, respectivamente, como face positiva e negativa.

Cumpre assinalar que, de acordo com Brown e Levinson (1987[1978]), a cortesia afigura-se como um conceito de dimensões universais, assim como a noção de face. Além desses conceitos, observa-se, no modelo teórico desenvolvido pelos autores acerca da cortesia verbal, outras noções, tais como o conceito de pessoa modelo (MP) e o de racionalidade, segundo o qual todo falante nativo de uma língua é provido de racionalidade e possui duas faces: uma negativa e outra positiva. A racionalidade consiste, segundo os autores, na competência dos sujeitos em discernir, por meio do raciocínio, acerca do que deve ser levado em conta em se tratando da preservação das faces na atividade interacional, a saber, a sua e a de seus parceiros em um dado evento comunicativo. Trata-se da capacidade dos falantes em

proceder ao emprego de estratégias, de natureza diversa, na busca da manutenção da harmonia nas trocas verbais.

Assim, a autoimagem social, isto é, a imagem pública, na qual se investe emocionalmente (*face want*) pode ser perdida (*to lose face*), em função de atos ameaçadores distintos, denominados *face threatening acts* (FTAs). A face configura-se, desse modo, na imagem que cada indivíduo requer para si e deseja que seja reconhecida e valorizada. Esta última é denominada por Brown e Levinson (1987[1978]) como “face positiva”, ao passo que se atribui o termo “face negativa” ao desejo da liberdade de imposições – noção apropriada de Goffman (1967).

A fim de corroborar a hipótese de que a face e a cortesia se configuram em categorias pragmáticas universais, os autores elencam, em seu estudo, uma série de mecanismos ou estratégias de cortesia empregadas em três idiomas: inglês, tamil e tsetal, voltadas em prol da regulamentação do equilíbrio nas interações face a face.

Não obstante, possa-se afirmar que o modelo de Brown e Levinson (1987[1978]) tenha influenciado, de modo proeminente, diversos estudos acerca da (des) cortesia, cabe ressaltar que, em virtude de sua tentativa de se estabelecerem parâmetros de ordem universal – na análise dos fatos linguísticos e de seus desdobramentos na interação – diversas críticas proliferaram acerca desse modelo de análise. Atribuem-se, ao modelo de Brown e Levinson (1987[1978]), tendências etnocêntricas, no tratamento daquilo que é, efetivamente, valorizado em diferentes culturas, no caso, a autoimagem ou a liberdade de imposição.

De fato, há culturas em que a autoimagem é mais relevante que a necessidade de liberdade, haja vista o fato de que, em certas comunidades de fala, os valores de um grupo e a afiliação a ele é, sobremaneira, valorizada, a despeito de que a liberdade de imposição seja ameaçada.

Outro aspecto questionado, no que concerne aos estudos de Brown e Levinson (1987[1978]), diz respeito às razões pelas quais um ato ameaçador às faces seria desencadeado. Os autores elencam três motivos pelos quais uma ameaça verbal é realizada e que influenciariam, sobremaneira, na escolha de quais mecanismos corteses se empregariam nessas situações: as relações de poder (P), a distância social entre locutor e interlocutor (D), e, por fim, o grau ou nível de imposição de um ato de ameaça em diferentes culturas.

Para os autores, há motivações sociais que determinam e orientam a dinâmica na interação nos três tipos de situações apresentadas. As relações de poder perfazem as relações entre falante e ouvinte, de modo que há tipos de contratos interacionais em que se observa maior ou menor igualdade entre os participantes da interação. Nos casos em que há diferenças

significativas, em termos de poder entre os interlocutores, a relação é de assimetria, ao passo em que em relações de relativa igualdade, observa-se a simetria.

Em relações assimétricas, um ato ameaçador destinado àquele que possui mais poder configura-se como um ato grave, de modo que compete àquele que se encontra investido de menor poder mobilizar, com maior frequência, diferentes estratégias de cortesia. O mesmo não se aplica ao interlocutor que possui mais poder como, por exemplo, em casos em que o ofensor é o patrão. O segundo fator, apresentado por Brown e Levinson (1987[1978]), consiste no nível de distanciamento ou de aproximação entre os interlocutores. Em relações em que predomina maior distanciamento, observa-se a atuação dos mecanismos de cortesia de modo mais frequente. O terceiro motivo diz respeito ao nível de gravidade de um ato de ameaça em uma dada cultura, o qual acarretaria maior ou menor uso de atos cortesês.

Há que se acrescentar que, para Brown e Levinson (1987[1978]), ao longo da interação, os interlocutores podem ou não cometer um ato de ameaça. Ao procederem ao ato de ameaça, os interlocutores podem efetivar o ataque à face diretamente (*on record*) ou indiretamente (*off record*). Assim, há casos em que a ameaça ocorre sem qualquer tipo de procedimento de atenuação (*baldly*) e há aqueles em que a ameaça ocorre mediante o emprego de mecanismos de reparação. Neste último, observa-se o que os teóricos denominaram como cortesia positiva – destinada à face positiva – e negativa, orientada para a face negativa. Há, ainda, a possibilidade de executar um FTA de modo indireto, mediante o emprego de procedimentos distintos.

Em seu estudo acerca dos atos ameaçadores das faces (FTAs), os autores procedem à sua exposição de modo minucioso. Há, segundo Brown e Levinson (1987[1978]), atos que ameaçam a face positiva e aqueles que promovem a ameaça da face negativa.

- ✓ Atos que ameaçam a face positiva do falante: confissões, humilhar-se a si mesmo, pedidos de desculpas, dentre outros.
- ✓ Atos que ameaçam a face negativa do falante: promessas, compromissos com o outro.
- ✓ Atos que ameaçam a face positiva do ouvinte: acusações, injúrias, xingamentos.
- ✓ Atos que ameaçam a face negativa do ouvinte: pedidos, convites, perguntas indiscretas relacionadas à vida pessoal e comentários de natureza invasiva.

Por fim, cumpre assinalar os motivos pelos quais, segundo Brown e Levinson (1987[1978]), cometem-se atos de ameaça à face de modo direto, sem o uso de procedimentos de reparação: devido à urgência em se comunicar algo ou em casos de baixa ameaça à face daquele que comete o FTA. Trata-se de casos de pedidos e oferecimentos, ou em situações de

assimetria, nas quais um falante que, numa condição hierarquicamente superior, procede ao emprego de ataques diretos e sem atenuadores, destinados à face de um subordinado.

3.2. As contribuições de Catherine Kerbrat- Orecchioni (2006)

O fato de Brown e Levinson (1987[1978]) privilegiarem o ataque e a defesa como o cerne de suas investigações têm seus desdobramentos. Diversos autores, cujo objeto de estudo é a (des) cortesia, procedem a uma leitura crítica da obra de Brown e Levinson (1987[1978]) acerca da cortesia verbal e, sobretudo, da interpretação dos atos de ameaça (FTAs) no gerenciamento das faces. De fato, devido ao estabelecimento de um modelo de análise, por meio da sistematização de atos de fala corteses, a obra de Brown e Levinson (1987[1978]) apresenta-se como um trabalho essencial nos estudos pragmáticos, a partir da qual diversos autores apresentam novos conceitos (Kerbrat-Orecchioni, 2006) ou mesmo elaboram novos esquemas de análise (Culpeper, 1996; 2011).

Kerbrat- Orecchioni (2006) expande a teoria de Brown e Levinson (1987[1978]), acrescentando que, além dos atos de ameaça, há que se observar os atos de valorização, postulando, assim, a existência de um tipo de cortesia produtiva. Para a autora, há dois tipos de cortesia: a cortesia negativa – uma cortesia de natureza compensatória – a partir da qual os falantes buscam mitigar ou reparar possíveis danos às faces de seus interlocutores, seja a face positiva ou negativa, e a cortesia positiva – que, segundo a autora, consiste num fenômeno voltado para a valorização das faces. Trata-se de uma cortesia produtiva, por meio da qual os atos operam no sentido de valorizar a imagem do outro.

A esse modelo reprovou-se, sobretudo, uma concepção excessivamente pessimista, e até mesmo “paranoide”, da interação – representando os indivíduos em sociedade como seres vivos sob ameaça permanente de FTAs de todo gênero [...] Com efeito, é incontestável que Brown e Levinson reduzem demais a polidez à sua forma “negativa” [...] sem pensar que alguns atos de fala também podem ser valorizantes para essas mesmas faces, como o elogio, o agradecimento ou os votos (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 82).

Posto isso, cumpre assinalar que a autora procede à apresentação de um novo conceito: o de FFA (*face flattering acts*), ou atos valorizadores da face. Observa-se, ademais, que a autora problematiza o fato de haver um tipo de cortesia voltado para a face positiva e outro para a face negativa, apresentando uma nova categorização ou terminologia: a de cortesia positiva (valorizadora) e a existência de atos valorizadores (FFAs).

E acrescentamos que a polidez ocupa, de direito, no sistema global, um lugar tão importante quanto a polidez negativa: mostrar-se polido na interação é produzir FFAs

tanto quanto abrandar a expressão dos FTAs (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 83).

3.3. A Pragmática Sociocultural

As teorias de cunho pragmático-sociocultural, cujos aportes teórico-metodológicos têm influenciado os estudos focados no fenômeno da (des) cortesia, têm em comum o fato de conceberem todo e qualquer ato de fala como manifestações linguísticas que dependem de fatores relacionados, sobretudo, ao contexto. Kaul de Marlangeon (2005) tece as seguintes considerações acerca da relevância do contexto na análise desse fenômeno, de natureza pragmático-linguística:

Tanto a cortesia, como a descortesia arraigam o discurso em uma dimensão social. As ações do ser humano sempre foram dirigidas de modo a obter êxito na convivência cotidiana [...] produzir um enunciado é estabelecer uma interação social (KAUL de MARLANGEON, 2005, p. 300).⁶⁴

Como vimos, Brown e Levinson (1987[1978]), dentre outros estudiosos, conceberam a cortesia como um fenômeno pragmático e, portanto, marcadamente social. Todavia, questões relativas à variabilidade dos atos – em decorrência de sua aplicação em contextos situacionais distintos, assim como a possibilidade de que os atos (des) corteses possam se reconfigurar ou mesmo neutralizar-se, não foram, efetivamente, abordadas pelas contribuições das teorias fundadoras. Ademais, observa-se a prioridade dada às intenções do falante, em detrimento de uma análise mais aprofundada do complexo processo interpretativo – pelo qual o ouvinte se apresenta na condição de coprodutor dos enunciados – assumindo, pois, um papel de suma importância, no que diz respeito à avaliação dos atos. Há que se acrescentar que uma análise minuciosa da cortesia, em se tratando de seus desdobramentos estratégico-argumentativos, não é observada, de maneira efetiva, em diversos modelos de análise da cortesia verbal.

Não obstante, por meio de estudos mais recentes⁶⁵, a dimensão social da (des) cortesia vem sendo abordada por diversos pesquisadores, cujo objeto de estudo e práticas teórico-metodológicas apresentam, em comum, a seguinte concepção: a variabilidade intrínseca aos fenômenos de (des) cortesia e, por conseguinte, a relevância do contexto na interpretação dos atos de fala.

⁶⁴ Tradução nossa do original em espanhol: Tanto la cortesía como la descortesía arraigan el discurso en una dimensión social. Las acciones del ser humano siempre han estado dirigidas a lograr éxito en la convivencia cotidiana [...] producir un enunciado es entablar una interacción social (KAUL de MARLANGEON, 2005, p. 300).

⁶⁵ Culpeper (1996; 2011), Erlich (1993), Bolívar (2005), Blas Arroyo (2011).

Nos estudos sobre a cortesia, seus representantes mais citados, Lakoff (1973), Brown e Levinson (1987) e Leech (1983) – aderem a uma pragmática que chamo de formal, na qual a figura do falante é central e o ouvinte somente adota um papel passivo de intérprete das intenções do primeiro. O nível para a análise é o enunciado (micronível), reduzindo-se ao contexto ao necessário, para justificar *en situ* a interpretação [...] trata-se de uma micropragmática na qual a unidade de análise é constituída pelos atos de fala e suas consequências em um espaço limitado ao enunciado. A aproximação ao texto parte de considerá-lo autônomo e autossuficiente, isto é, que o contexto extralinguístico não é levado em conta por aqueles que o utilizam (BRAVO, 2008, p. 12).⁶⁶

No texto intitulado: ¿Qué es la cortesía y la descortesía?⁶⁷, Breñes Peña e Fuentes Rodríguez (2013) definem a cortesia da seguinte maneira:

A cortesia é um fenômeno pragmático que surge na interação comunicativa para assegurar seu êxito [...] Busca-se a harmonia entre os interactantes, em virtude do objetivo comunicativo que o locutor pretende, assim como as circunstâncias sociais que o rodeiam (BRENES PEÑA e FUENTES RODRÍGUEZ, 2013, p.9).⁶⁸

O contexto configura-se, desse modo, como parte do evento comunicativo, reconfigurando-se à medida que a situação discursiva se redefine, ao longo do evento conversacional:

Essa relação não é unilateral, mas dialética: dado, na abertura da interação, o contexto é, ao mesmo tempo, construído pela maneira por meio da qual ele se desenvolve; definida de início, a situação é incessantemente redefinida pelo conjunto de acontecimentos conversacionais (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.35).

Trata-se de um movimento em que a situação interacional influencia a construção do discurso e assume, concomitantemente, diferentes contornos, em se tratando da escolha dos mecanismos linguístico-discursivos e, sobretudo, no que concerne aos procedimentos de manutenção da imagem dos participantes do evento comunicativo.

Isso equivale a dizer que a situação interacional é única, isto é, não é estabelecida previamente, mas é algo que se constrói a partir da negociação entre os interlocutores e que depende diretamente das competências e intenções de cada um deles, bem como do modo como essa atividade se instaura e se desenvolve no intercurso conversacional (BENTES e LEITE, 2010, p.147).

⁶⁶ Tradução nossa do original em espanhol: En los estudios sobre la cortesía, sus representantes más citados, Lakoff (1973), Brown e Levinson (1987) y Leech (1983) – adhieren a una pragmática que llamo formal, en la cual, la figura del hablante es central y el oyente sólo adopta un rol pasivo de intérprete de las intenciones del primero. El nivel para el análisis es el enunciado (micronivel), reduciendose el contexto a lo necesario para justificar *en situ* la interpretación[...] se trata de una micropragmática en la que la unidad de análisis está constituída por los actos de habla y sus consecuencias en un espacio limitado al enunciado. La aproximación al texto parte de considerarlo autónomo y autossuficiente, es decir que el contexto extralinguístico no es tomado en cuenta por quienes le utilizan (BRAVO, 2008, p. 12).

⁶⁷ Tradução do original em espanhol: o que são cortesia e descortesia?

⁶⁸ Tradução nossa do original em espanhol: La cortesía es un fenómeno pragmático que surge en la interacción comunicativa para asegurar su éxito [...]Busca la armonía entre los interactuantes, en virtud del objetivo comunicativo que pretende el locutor y las circunstancias sociales que lo rodean (BRENES PEÑA e FUENTES RODRÍGUEZ, 2013, p.9).

Assim, o entorno define e redefine a situação comunicativa e, por conseguinte, as estratégias ou procedimentos – de que os interlocutores fazem uso na gestão da imagem – sobretudo em se tratando do que é considerado apropriado ou não, em termos interpretativos. Em outras palavras, a natureza dinâmica das variações contextuais desvela um aspecto de suma importância no estudo da cortesia verbal: a avaliação dos atos corteses, consoante seus efeitos, positivos ou negativos. Acerca do valor positivo ou negativo que se atribui a um elemento linguístico, o qual, segundo Brenes Peña (2011), emerge das relações interpessoais estabelecidas entre falantes e ouvintes, observam-se as seguintes colocações:

Ou seja, a (des)cortesia pode ser considerada uma função no sentido de que é uma relação que liga uma palavra ou estrutura verbal com um elemento do contexto, nesse caso, o efeito social, consoante as normas de comportamento próprias à situação comunicativa (BRENES PEÑA, 2011, p.44).⁶⁹

O fato de a cortesia ser estudada como um fenômeno dotado de funções ou finalidades discursivas corrobora a noção de que nem sempre os atos corteses visam a reparar ou a mitigar possíveis ameaças. Em outras palavras, nem sempre a cortesia visa a estabelecer, tão somente, relações de harmonia. Isso significa afirmar que, segundo essa vertente teórico-metodológica, a cortesia assume contornos estratégico- argumentativos, uma vez que esse comportamento verbal se orienta para que determinados propósitos sejam cumpridos (Eelen, 2001).

Trata-se, pois, de um tipo de concepção do fenômeno da cortesia que leva em consideração fatores relativos à relação interpessoal, à variabilidade dos atos e seus efeitos (des) corteses, assim como questões referentes ao contexto situacional e ao caráter estratégico da cortesia.

Há, portanto, uma miríade de elementos extralinguísticos cuja confluência perfaz as trocas verbais, moldando-as à medida que o evento comunicativo se instaura. Os interlocutores são coprodutores do evento comunicativo e é por meio de suas representações do que constitui o entorno interacional que se atribuem os diferentes significados:

Esclareçamos, primeiramente, que os componentes do contexto só são pertinentes na interação sob a forma de representações: contexto= conjunto de representações que os interlocutores têm do contexto [...] (KEBRART- ORECCHIONI, 2006, p. 33).

Em seu estudo acerca dos aspectos eminentemente sociais e culturais da (des) cortesia, Brenes Peña (2011) chama atenção para a relevância do contexto situacional. As regras

⁶⁹ Tradução nossa do original em espanhol: Esto es, la (des) cortesía puede considerarse como una función en el sentido de que es una relación que liga una palabra o estructura verbal con, en este caso, un elemento del contexto, el efecto social, según las pautas de comportamiento propias de la situación comunicativa (BRENES PEÑA, 2011, p. 44).

intrínsecas a certos tipos de situações comunicativas, as quais influenciam no modo pelo qual se organizam as relações entre os falantes são fatores relevantes na avaliação dos efeitos de (des)cortesia. Em outras palavras, significa afirmar que os efeitos de cortesia ou de descortesia decorrem da relação dos elementos linguísticos com o contexto – que engloba o tipo de discurso bem como suas normas específicas de conduta. (Brenes Peña, 2011 p. 44). Tais efeitos podem apresentar valores positivos ou negativos, decorrentes de um complexo processo de configuração e reconfiguração dos atos de fala, em virtude de regras ou modos ritualizados que perfazem o evento comunicativo. Pode-se afirmar, em vista disso, que esses valores se encontram atrelados aos tipos de avaliações e interpretações feitas ao longo da interação face a face.

O sociocultural enfoca as relações da linguagem com a sociedade. Considera-se que o/a falante de uma língua é provido de recursos interpretativos que provém de seu entorno social e de suas experiências comunicativas prévias, as quais, parcialmente, compartilha com outras pessoas (grupo) e parcialmente não compartilha com essas mesmas pessoas (indivíduo) (BRAVO, 2004, p.8).⁷⁰

Há, portanto, relações intrínsecas entre linguagem e sociedade e, por conseguinte, entre os falantes e seu entorno social. A competência em avaliar que tipo de recursos ou procedimentos devem ser empregados depende de um conjunto de vivências ou experiências de mundo compartilhadas, previamente, por um determinado grupo.

Em se tratando da relação entre a escolha dos atos de cortesia e de sua adequação, em termos de codificação, isto é, daquilo que é aceito ou não, cumpre observar as seguintes considerações de Silva (2008):

Não temos dúvida de que o tema da cortesia está relacionado à identidade individual e social, pois serve para construirmos nossa imagem pessoal e social diante do(s) grupo(s) do(s) qual (ais) participamos.[...] Segundo Álvarez Muro (2002), trata-se de atos simbólicos, gestuais e verbais que expressam sentimentos de apreço e/ou respeito codificados e que, de alguma forma, são conscientes. Esses atos servem para regular uma ação relacionada à construção da identidade pessoal e social, tendo em vista o grupo a que se refere, com vistas a minimizar os conflitos decorrentes da interação. Dessa forma, há um discurso da cortesia que apresenta aspectos valorativos em bons e maus, bonitos ou feios, adequados ou inadequados (SILVA, 2008, p.166).

Assim, pode-se afirmar que a construção da imagem social e os atributos que lhes são conferidos estão intrinsecamente ligados aos valores assumidos e compartilhados por uma dada comunidade ou grupo social.

⁷⁰ Tradução nossa da versão original em espanhol: Lo sociocultural se enfoca en las relaciones del lenguaje con la sociedad. Se considera que el/la hablante de una lengua está provido de recursos interpretativos que provienen de su entorno social y de sus experiencias comunicativas previas, los cuales, parcialmente, comparte con otras personas (grupo) y parcialmente no comparte con esas mismas personas (indivíduo) (BRAVO, 2004, p.8).

Os estudos orientados para a análise de *corpora* orais, tendo como escopo teórico-metodológico a Pragmática Sociocultural, partem das relações entre os elementos linguísticos e os fatores extralinguísticos. Segundo essa vertente, não se pode afirmar que, de fato, há atos de fala inerentemente corteses ou descorteses, mas sim que os efeitos de cortesia ou de descortesia residem, justamente, na relação de interdependência entre os fatos da língua e aspectos extralinguísticos.

Minha própria posição é dupla no sentido de que eu vejo a (im) polidez semântica e a (im) polidez pragmática como opostos interdependentes em uma escala. A (im) polidez pode ser mais inerente a uma expressão linguística ou pode ser mais determinada pelo contexto, mas nem a expressão nem o contexto garantem uma interpretação da (im) polidez (CULPEPER, 2011, p.153).⁷¹

Os atos de fala corteses são voláteis: sua escolha e sua interpretação – ou mesmo recodificação – dependem da situação interacional, do tipo de contrato comunicativo que se estabelece, bem como das relações interpessoais, dos objetivos da interação e, sobretudo, de esquemas de representações no complexo processo de figuração que subjaz às interações face a face. Ademais, há que se ressaltar que um determinado ato pode se apresentar de diferentes maneiras, se concebermos o fenômeno (des)cortesia como um contínuo.

Como Culpeper (2011) assevera, a interpretação de um ato de (des) cortesia e, por conseguinte, de seus efeitos, pode ser mais ou menos dependente do contexto: “A (des)cortesia pode ser mais inerente a uma expressão linguística ou pode ser mais determinada pelo contexto” (CULPEPER, 2011, p.153), fato que corrobora a afirmação de que a cortesia se configura em um complexo fenômeno de natureza linguístico-discursiva, cujos atos serão analisados, neste estudo, à luz da Pragmática Sociocultural.

3.3.1. A perspectiva da variação: o papel do contrato interacional

Conforme ressalta Brenes Peña (2011), faz-se necessário analisar um elemento linguístico à luz de aspectos históricos e sociais. Em outras palavras, a análise dos fatos

⁷¹ Tradução nossa do original em inglês: Minha própria posição é dupla no sentido de que eu vejo a (im) polidez semântica e a (im) polidez pragmática como opostos interdependentes em uma escala. A (im) polidez pode ser mais inerente a uma expressão linguística ou pode ser mais determinada pelo contexto, mas nem a expressão nem o contexto garantem uma interpretação da (im) polidez (CULPEPER, 2011, p.153).

⁷¹ Tradução nossa da versão original em inglês: My own position is dual in the sense that I see semantic (im)politeness and pragmatic (im)politeness as inter-dependent opposites on a scale. (Im)politeness can be more inherent in a linguistic expression or can be more determined by context, but neither the expression nor the context guarantee an interpretation of (im)politeness (CULPEPER, 2011, p.153).

linguísticos, em consonância com os preceitos sociais que, segundo a autora, regem os eventos comunicativos, deve ater-se à relevância, sobretudo, dos seguintes fatores: a adequação do elemento verbal ao que se propõe na interação e à avaliação, positiva ou negativa, de um ato de fala (Brenes Peña, 2011, p.42).

Em relação à adequação de um elemento verbal, Brenes Peña (2011) assevera que o que torna ou não um ato apropriado ao evento comunicativo está relacionado ao fato de que, em determinadas trocas verbais, alguns atos assumem uma configuração ritualizada, sendo, pois, não marcados, em virtude de serem esperados pelos participantes da interação:

“atitude comunicativa apropriada ou esperada”, em uma determinada situação de interação, a qual, por sua vez, poderá desencadear efeitos sociais de neutralidade, sendo, pois, um ato não marcado (BRENES PEÑA, 2011, p. 42).

Ao investigar o papel da situação interacional e de seus desdobramentos no processo interpretativo dos elementos linguísticos, Brenes Peña (2011) ressalta o fato de a descortesia “naturalizar-se” em determinados tipos de situações comunicativas, sinalizando que, devido a contingências sociais e culturais, alguns atos de fala são ritualizados, isto é, passam a constituir a regra.

Nesse sentido, pode-se afirmar que um ato de cortesia ou de descortesia é apropriado em função de fatores linguísticos, pragmáticos e argumentativos e, sobretudo, em função da finalidade ou dos propósitos comunicativos pelo qual é empregado.

É pertinente ressaltar que o discurso político é entendido aqui no sentido proposto por Blas Arroyo (2001), como um tipo de discurso em que há um confronto cujas regras diferem daquelas comumente usadas e, no entanto, embora não exista código acerca do formato de debate político, concordamos com esse autor que ele deve ser estudado dentro de uma retórica interpessoal, como proposto por Leech (1997), uma vez que se analisam de que modo se utilizam as estratégias que os palestrantes empregam em sua interação comunicativa. Concordamos com Blas Arroyo (2001: 11) que, nesse tipo de discurso, “comportamento descortês - e não cortesia – representa, justamente, a norma” (FLORES, M.E. e INFANTE, J, 2014, p.56).⁷²

Assim como Brown e Levinson (1987[1978]), Brenes Peña (2011) reconhece o fato de que a (des) cortesia consiste em um fenômeno que permeia todas as culturas. No entanto, ao proceder à abordagem dos atos de fala, sob o enfoque da Pragmática Sociocultural, numa visão

⁷²Tradução nossa da versão original em espanhol: Es pertinente precisar que, discurso político se entiende aquí en el sentido propuesto por Blas Arroyo (2001), como un tipo de discurso en donde hay una confrontación cuyas reglas difieren de las empleadas habitualmente y, sin embargo, aunque no existe un código sobre la forma del debate, concordamos con este autor, en que deberá estudiarse dentro del seno de la retórica interpersonal, tal como fue propuesta por Leech (1997), ya que se analizan las estrategias que los locutores emplean en su interacción comunicativa. Estamos de acuerdo con Blas Arroyo (2001:11) en que en esta clase de discurso “el comportamiento descortés –y no la cortésia– representa justamente la norma” (FLORES, M.E. e INFANTE, J, 2014, p.56).⁷²

modular acerca da (des) cortesia, Brenes Peña (2011) enfatiza que esse fenômeno deve ser analisado à luz de uma metodologia calcada na variabilidade, segundo a qual há que se ter em conta diversos fatores, sobretudo, o reconhecimento de que os valores positivos, que se atribuem à (des) cortesia, são resultantes do uso, isto é, de sua regularização em dados eventos comunicativos⁷³.

Assim, Brenes Peña (2011) assinala a importância de se considerarem três fatores a partir dos quais se procede à análise da (des) cortesia: a variação sociocultural, a variação relativa ao gênero comunicativo e a variação relacionada à situação interativa (Brenes Peña, 2011, p.60).

Acerca da variação sociocultural, a autora faz algumas considerações:

Uma vez que a (des)cortesia não se concebe nem se manifesta linguisticamente igual em todas as culturas, o primeiro constrangimento ao qual se submetem nossas criações verbais em relação com a (des)cortesia verbal é, logicamente, o sociocultural (BRENES PEÑA, 2011, p. 60).⁷⁴

A autora assinala, ainda, que a influência do tipo de gênero comunicativo que veicula a interação, assim como as implicações ocasionadas pelos tipos específicos de situações interativas, colaboram para a validação dos atos como corteses ou não, a depender de sua adequação aos propósitos comunicativos pelos quais são empreendidos.

O papel da situação interativa na interpretação dos atos de (des) cortesia, configurando-os como atos marcados e não marcados, no sentido de se apresentarem como apropriados ou não a uma dada situação interacional, é também abordada por Hilgert (2001), segundo o qual há atos esperados, e, portanto, não marcados, e atos não esperados, nesse caso, atos marcados, devido às características da situação interativa.

Posto isso, tomando-se como exemplo o emprego de elogios, em demasia, em situações interacionais regidas pelo conflito, pode-se afirmar que, nesses casos específicos, atos de cortesia apresentam-se como a exceção, ao passo que os atos não marcados, ou seja, os atos, de fato, esperados, são aqueles que promovem o desacordo.

⁷³ A esse respeito, Kerbrat-Orecchioni (2006) faz as seguintes considerações: [...] Os falantes de uma dada cultura, uma vez que interiorizaram algumas normas comunicativas, evidentemente, consideradas por eles como boas, julgam ridículo ou chocante qualquer desvio em relação a essas normas: tanto a falta quanto o excesso nos comportamentos rituais são estigmatizados [...] (KEBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 138).

⁷⁴ Dado que la (des) cortesía no se concibe ni se manifiesta linguisticamente igual en todas las culturas, el primer constreñimiento al que se someten nuestras creaciones verbales en relación con la (des) cortesía verbal es, logicamente, el sociocultural (BRENES PEÑA, 2011, p. 60).

3.3.2. A cortesia como um contínuo: níveis de (des)cortesia.

Como vimos, de acordo com Brenes Peña (2011), tanto a cortesia, como a descortesia cumprem finalidades, de modo que os atos de (des)cortesia se inscrevem em determinados contextos ou situações interativas, a partir das quais se avalia aquilo que se apresenta como adequado ou não.

Em relação à sua adequação, cumpre assinalar que, para Brenes Peña e Fuentes Rodriguez (2013), o êxito das relações de cortesia é assegurado em função de normas específicas de conduta, estabelecidas em determinadas comunidades de fala, assim como em função de seus objetivos comunicativos.

A cortesia é um fenómeno pragmático que surge na interação para assegurar seu êxito. Busca-se a harmonia entre os interlocutores, em virtude do objetivo comunicativo que o locutor pretende e as circunstancias sociais que o rodeiam. Cada comunidade estabelece normas de conduta que determinaram a reação positiva entre os participantes na relação [...] O falante escolhe respeitá-las ou não (BRENES PEÑA e FUENTES RODRÍGUEZ, 2013, p.9).⁷⁵

A cortesia se estabelece, assim, como um fenómeno pragmático, o qual se articula a normas de conduta cristalizadas que, por sua vez, determinam as relações interpessoais na interação. De acordo com a autora, trata-se de uma “atitude colaborativa”, em que o esperado é, de fato, manter a harmonia nas trocas verbais, resultante da adequação dos atos de fala:

O esperado é buscar a harmonia, agradar a imagen do interlocutor (cortesia). Desse modo, consegue-se uma atitude colaborativa deste e a comunicação flui. Ao mesmo tempo, o falante consegue ver reforçada sua imagen como uma pessoa considerada, adequada e correta (BRENES PEÑA e FUENTES RODRIGUEZ, 2013, p. 9).⁷⁶

A noção de adequação dos atos de fala encontra-se, segundo Brenes Peña e Fuentes Rodriguez (2013), intrinsecamente relacionada ao fato de haver níveis ou graus de descortesia. Nesse sentido, cabe observar que a cortesia se configura em um fenómeno linguístico e social, de modo que, devido à influência do tipo de situação comunicativa, na qual se inscrevem os fatos da língua, verifica-se que os atos de fala variam à medida que são empregados em polos opostos do que se considera adequado (apropriado) ou não a uma comunidade de fala.

⁷⁵ Tradução nossa do original em espanhol: La cortesía es un fenómeno pragmático que surge en la interacción para asegurar su éxito. Busca la armonía entre los interactantes, en virtud del objetivo comunicativo que pretende el locutor y las circunstancias sociales que lo rodean. Cada comunidad establece unas normas de conducta que determinan la reacción positiva entre los participantes en la relación[...] El hablante elige si respetarlas o no. (BRENES PEÑA e FUENTES RODRÍGUEZ, 2013, p.9).

⁷⁶ Tradução nossa do original em espanhol: Lo esperado es buscar la armonía, alabar la imagen del interlocutor (cortesía). De este modo, se consigue una actitud colaborativa de este y la comunicación fluye. Al mismo tiempo, el hablante consigue ver reforzada su imagen como persona considerada, adecuada y correcta (BRENES PEÑA e FUENTES RODRIGUEZ, 2013, p. 9).

Essa função tem dois polos: positivo (a cortesia), negativo (a descortesia), dentre os quais existe um contínuo gradual, cujo centro ou ponto de partida é o considerado apropriado, não cortês, nem descortês (BRENES PEÑA e FUENTES RODRIGUEZ, 2013, p. 9).⁷⁷

Partindo-se do pressuposto de que, para as autoras (2013), a (des) cortesia constitui-se em função do que é, de fato, apropriado ou não, no que diz respeito ao contrato interacional estabelecido entre os participantes da interação. Convém analisar, pois, os atos de fala – corteses e descorteses – tendo-se em vista o fato de que esses enunciados ocupam uma posição num contínuo, a qual pode variar devido às contingências contextuais:

Gradação dos atos, conforme postulam as autoras Brenes Peña e Fuentes Rodriguez (2013):

Cortês $\longrightarrow$ apropriado (neutro) $\longrightarrow$ Descortês

Trata-se, segundo as autoras, de um fenômeno cuja função apresenta dois polos: um positivo, a cortesia; e um negativo, a descortesia. Entre esses polos, há que se ressaltar a existência de um contínuo, constituído de graus, cujo ponto de partida configura-se naquilo que se considera apropriado, não cortês ou descortês (Brenes Peña e Fuentes Rodriguez, 2013, p. 9).

A avaliação do polo que cada elemento ocupa, positivo ou negativo, decorre das normas de conduta que uma determinada comunidade estabelece, assim como das normas de conduta que determinam as relações entre os participantes da interação, isto é, as relações interpessoais. Vale assinalar, ainda, a relevância do objetivo comunicativo do locutor e do interlocutor, ao estabelecerem um dado contrato interacional. Nesse sentido, a cortesia configura um fenômeno que atua de formas diversas, haja vista os objetivos comunicativos da interação, assim como as regras estabelecidas entre os interactantes, que sustentam o que se avalia como apropriado ou não, marcado ou não marcado.

O tipo de discurso no qual se produz a comunicação elabora, por sua vez, as normas do que é considerado aceitável ou esperado nele (BRENES PEÑA e FUENTES RODRIGUEZ, 2013, p.9).⁷⁸

⁷⁷ Tradução nossa da versão original em espanhol: Esta función tiene dos polos: positivo (la cortesía), negativo (la descortesía), entre los cuales existe un continuum gradual, cuyo centro o punto de partida es lo considerado apropiado, no cortés ni descortés (BRENES PEÑA e FUENTES RODRIGUEZ, 2013, p. 9).

⁷⁸ Tradução nossa da versão original em espanhol: El tipo de discurso en el que se produce la comunicación, por su parte, elabora unas normas de lo considerado aceptable o esperable en él (BRENES PEÑA e FUENTES RODRIGUEZ, 2013, p.9).

Outro aspecto a ser tratado, no que concerne aos graus ou níveis de descortesia, refere-se ao fato de as estratégias operarem mediante o emprego de um mesmo ato de fala. Os graus ou níveis de (des) cortesia explicam, segundo Kaul de Marlangeon (2003), sobretudo, a ocorrência de estratégias, em alguns casos, de modo concomitante. Posto isso, pode-se afirmar que a configuração das estratégias como cortesias ou não, isto é, o estabelecimento de sua posição no “contínuo” não se deve, tão somente, ao uso de um ou de outro mecanismo linguístico em particular.

A autora assinala ainda que o modelo postulado por Brown e Levinson (1987[1978]) não discorre, de modo efetivo, acerca da possibilidade de acúmulo de estratégias similares:

Lavandera (1988, 1201) considera que esse modelo restringe a noção de cortesia às estratégias aplicáveis somente quando há uma ameaça de imagem, e que seus autores, B. e L., não consideram que a cortesia, como sua força ilocutiva, é um componente permanente dos atos de fala e, assim, omitem de seus dados linguísticos estratégias que visam à descortesia ou um grau neutro de (des) cortesia. Por outro lado, a autora considera que não está claro que o grau de cortesia seja atribuído a um mecanismo linguístico ou a estratégias específicas, mas sim a um ato de fala completo pelo qual tais estratégias são efetivadas, uma vez que apenas esse pressuposto possibilita explicar o acúmulo de estratégias. Similares realizadas em um mesmo ato de fala (KAUL de MARLANGEON, 2003, p. 8).⁷⁹

Diante do exposto, é possível afirmar que as estratégias de (des) cortesia se acumulam, isto é, podem ser veiculadas por um mesmo ato.

3.4 Funções da cortesia

De acordo com Brenes Peña e Fuentes Rodriguez (2013), há três finalidades pelas quais se empregam atos de cortesia: finalidades de coesão, finalidades argumentativas e finalidades sociais.

Na finalidade coesiva, o falante tem como objetivo estabelecer relações harmônicas, sem que se rompa o equilíbrio da interação. Trata-se da cortesia ritual, empregada em agradecimentos e despedidas.

Na finalidade estratégica, observa-se o uso argumentativo da cortesia, em virtude de o falante utilizá-la a fim de lograr determinados fins. Trata-se da cortesia estratégica.

⁷⁹ Tradução nossa da versão original em español: Lavandera (1988, 1201) encuentra que este modelo restringe la noción de cortesía a estrategias aplicables sólo cuando hay amenaza de imagen, y que sus autores, B. y L., no advierten que la cortesía, como la fuerza ilocutoria, es un componente permanente de los actos de habla y así omiten de sus datos lingüísticos las estrategias dirigidas a la descortesía o a un grado neutral de aquélla. Por otra parte, sigue diciendo la autora, no está claro que el grado de cortesía esté adscripto a un mecanismo lingüístico particular o estrategias, sino a un acto de habla completo dentro del cual ocurre, pues sólo esta presuposición hace posible explicar la acumulación de estrategias similares en un mismo acto de habla (KAUL de MARLANGEON, 2003, p.8).

Por fim, na finalidade social da cortesia, observa-se a projeção do falante, que apresenta uma imagem de si próprio como uma pessoa colaborativa, amável. Nesse caso, a projeção da imagem, segundo as autoras, “transcendem ao próprio intercambio comunicativo” (BRENES PEÑA e FUENTES RODRÍGUEZ, 2013, p. 9).

3.4.1 O papel estratégico-argumentativo da cortesia

É importante frisar que, atualmente, boa parte dos estudos toma, como ponto de partida, a noção de que a cortesia e a descortesia atuam, sobretudo, de modo a assegurar que o auditório assumam determinadas posturas ideológicas. Isso ocorre, sobremaneira, em discursos midiáticos, por meio dos quais a (des) cortesia se afigura como recurso de cunho pragmático-argumentativo.

A cortesia não é somente a estratégia de fazer com que a interação verbal se desenvolva de forma harmônica para se conseguir o acordo. Nos últimos anos, a descortesia se converteu em um mecanismo útil para captar o receptor de um modo ou de outro (BRENES PEÑA e FUENTES RODRÍGUEZ, 2013, p.7).⁸⁰

Nesse sentido, a cortesia passa a ser concebida como um tipo de recurso ou mecanismo que assume contornos retórico-argumentativos na interação. Trata-se de um fenômeno pragmático e linguístico cujo uso se dá, não só em função de motivações ou condicionamentos interacionais, mas, sobretudo, de motivações persuasivas.

De acordo com Brenes Peña (2011), a (des) cortesia configura-se como um fenômeno pragmático-retórico, de caráter estratégico, na medida em que implica, necessariamente, uma finalidade. Trata-se de um processo de “seleção estratégica”:

Em suma, sob nosso ponto de vista, a (des)cortesia é uma seleção estratégica relacionada a determinados fins que supõem o excesso ou o defeito do comportamento esperado. Em outras palavras, a cortesia e a descortesia verbal, ao serem fenômenos marcados, sempre implicam na contemplação de um objetivo final (BRENES PEÑA, 2011, p. 59).⁸¹

Partindo-se do pressuposto de que se trata de um fenômeno que pode assumir a função estratégica para se lograr um fim, pode-se afirmar, por conseguinte, que a cortesia assume,

⁸⁰Tradução nossa da versão original em espanhol: La cortesía no es solo la estrategia de hacer que la interacción verbal se desarrolle de forma armónica para conseguir el acuerdo. En los últimos tiempos, también la descortesía se ha convertido en un mecanismo útil para captar al receptor de un modo u otro (BRENES PEÑA e FUENTES RODRÍGUEZ, 2013, p.7).

⁸¹Tradução nossa da versão original em espanhol: En conclusión, desde nuestro punto de vista, la (des)cortesía es una selección estratégica con respecto a unos fines que supone el exceso o el defecto del comportamiento esperable. En otras palabras, la cortesía y descortesía verbal, al ser fenómenos marcados, siempre implican la contemplación de una finalidad última (BRENES PEÑA, 2011, p. 59).

nesse caso, uma orientação argumentativa, na medida em que seus atos atuam no sentido de convencer alguém.

Por outro lado, em relação ao segundo dos assuntos mencionados, a determinação do caráter instrucional da (des) cortesia verbal, alguns autores diferenciaram entre uma cortesia não estratégica ou ritual e uma cortesia estratégica ou argumentativa. De acordo com A. Briz Gómez, (2007: 6), o orador pode ser estrategicamente cortês quando “me aproximo do outro de modo cortês como uma estratégia para alcançar um fim que não seja cortês” ou pode se comportar educadamente “porque existe alguém que é educado” ou pode comportar-se com cortesia “porque existe uma norma de conduta social ou uma lógica cultural” que indica isso (BRENES PEÑA, 2011, p. 58).⁸²

3.4.2. Cortesia estratégica e estratégias de atenuação

Em se tratando da distinção entre a cortesia ritual e a cortesia estratégica, faz-se necessário apresentar as contribuições de Briz (2010; 2013), que, além de estabelecer critérios – segundo os quais é possível observar tipos específicos de cortesia – colabora de modo a sistematizar, de forma pormenorizada, os diversos procedimentos linguístico-discursivos de atenuação. Briz (2010) define a cortesia como um fenômeno voltado, paradoxalmente, tanto para o distanciamento quanto para aproximação, concomitantemente:

Como atividade social, trata-se de um fenômeno de aproximação do outro em busca de um equilíbrio social, entendida em relação à imagem do falante e a do ouvinte (Goffman, Brown y Levinson, Bravo), com os custos e os benefícios que esses vão alcançar ou sofrer (Leech) ou com os direitos e obrigações de ambos (Fraser e Haverkate, Fant) (BRIZ, 2010, p. 1).⁸³

Ademais, há que se observar que, segundo Briz (2010), nem sempre a cortesia configura estratégias que atuam, tão somente, em prol da imagem do outro, mas sim em função do desejo de autoproteção e de valorização do falante. Isso significa que, em certos casos, a cortesia não assume valores altruístas, na medida em que, em casos particulares de interlocução, pode cumprir objetivos discursivos argumentativos.

⁸² Tradução nossa da versão original em espanhol: Por otra parte, en relación con el segundo de los asuntos señalados, la determinación del carácter instrucional de la (des) cortesía verbal, algunos autores han diferenciado entre una cortesía no estratégica o ritual y una cortesía estratégica o argumentativa. Según A. Briz Gómez, (2007:6), el hablante puede ser estratégicamente cortés cuando “me acerco al otro cortésmente como estrategia para lograr un fin distinto del ser cortés” o puede comportarse cortésmente “porque hay una del ser cortés” o puede comportarse cortésmente “porque hay una norma de conducta social o una lógica cultural” que así se lo indica (BRENES PEÑA, 2011, p. 58).

⁸³ Tradução nossa da versão original em espanhol: Como actividad social, se trata de un fenómeno de acercamiento o aproximación al otro en busca de un equilibrio social, ya se entienda en relación con la imagen del Hablante y del Oyente (Goffman, Brown y Levinson, Bravo), con los costes y los beneficios que estos van a lograr o a sufrir (Leech) o con los derechos y obligaciones de ambos (Fraser y Haverkate, Fant) (BRIZ, 2010, p. 1).

Ao investigar os principais aspectos concernentes ao funcionamento do evento conversacional, Kebrart-Orecchioni (2006) assinala, tal como Briz (2010), que a cortesia, nem sempre, visa a assegurar a manutenção da imagem do outro por razões altruístas. Segundo a autora, há, com efeito, interesse ou razões pessoais pelas quais a cortesia se instaura no discurso.

O respeito às regras de polidez deriva, portanto, mais do princípio de racionalidade (é mais razoável favorecer a viabilidade da troca que se empenhar na precipitação de sua morte) que de uma ética fundamentalmente altruísta: se nos mostramos altruístas na interação, é, certamente e antes de tudo, por interesse pessoal (KEBRART-ORECCHIONI, 2006, p. 102).

Briz (2010) ressalta que a cortesia pode apresentar propósitos estritamente rituais bem como finalidades estratégico-argumentativas, sendo denominada como um tipo de “cortesia ritualizada”. A esse respeito, Brenes (2011) faz as seguintes considerações acerca da cortesia ritual, assim como de uma cortesia estratégica ou argumentativa:

Por outro lado, em relação ao segundo dos assuntos assinalados, a determinação do caráter instrucional da descortesia, alguns autores têm diferenciado entre uma cortesia não estratégica ou ritual e uma cortesia estratégica ou argumentativa. Segundo A. Briz Gomez (2007:6), o falante pode ser estrategicamente cortês quando “me aproximo do outro de forma cortês como estratégia para se alcançar um fim distinto do “ser cortês” ou pode se comportar cordialmente “porque há uma forma de conduta social ou uma lógica cultural” que assim se observa (BRENES, 2011, p. 58).⁸⁴

Segundo Briz (2010), há, pois, uma cortesia “normativa”, cujo propósito é o de assegurar formas ritualizadas na interação, como no caso das saudações e dos cumprimentos. Nesses casos, observa-se que os interactantes não procedem ao emprego de atos de mitigação com vistas a proteger sua face ou com o objetivo de abster-se de sanções, em casos de conflito, fato que se verifica, por outro lado, no emprego da cortesia estratégica:

a) Ou me aproximo do outro com um propósito cortês, porque existe uma norma de comportamento social ou uma lógica cultural que me dita ou aconselha (as imagens básicas ou o que chamamos de “ideomas culturais”⁸⁵, em Briz, 2004, 82-83) Em parte, é o que alguns autores chamam de cortesia normativa, que geralmente apresenta um alto grau de ritualização (seja o caso de uma saudação que responde a outra saudação). Um é, portanto, simplesmente ou essencialmente cortês. [...] b) Ou abordo o outro educadamente como uma estratégia para alcançar um fim que não seja educado, ou seja, algo é estrategicamente cortês: a conversa em espanhol é um exemplo de cortesia

⁸⁴ Tradução nossa da versão original em espanhol: Por otra parte, en relación con el segundo de los asuntos señalados, la determinación del carácter instruccional de la (des) cortesía, algunos autores han diferenciado entre una cortesía no estratégica o ritual y una cortesía estratégica o argumentativa. Según A. Briz Gomez (2007: 6), el hablante puede ser estrategicamente cortés cuando “me acerco al otro cortésmente como estrategia para lograr un fin distinto del ser cortés o puede comportarse cortesmente “porque hay una forma de conducta social o una lógica cultural” que así se lo indica (BRENES PEÑA, 2011, p. 58).

⁸⁵ *Ideomas culturais* consistem, conforme postulam Bravo (2003) e Hernández Flores (2003), dentre outros estudiosos, como “premissas culturais”, conferidas a um ato como ameaçador ou não em decorrência das possíveis interpretações de uma comunidade de fala no que concerne à imagem.

estratégica ou, caso contrário, usa menos a cortesia ritual do que em outras partes do mundo hispânico (BRIZ, 2010, p.1).⁸⁶

A cortesia estratégica, por outro lado, configura um fenômeno pragmático-argumentativo, de que se faz uso de modo deliberado e consciente, com vistas a alcançar um fim.

Nesse sentido, tais atos assumem a forma de procedimentos estratégicos, apresentando, pois, valor egóico. No caso de interações regidas pela polêmica, nas quais os atos descorteses apresentam-se de forma naturalizada, constituindo-se como a regra, observa-se, por outro lado, que os atos de cortesia estratégica ocorrem como mecanismos que visam a assegurar a autoimagem do falante. Assim, devido à situação interacional, podem-se depreender as intenções que, de fato, conduziram o falante a fazer uso de estratégias corteses ou de atenuação egocêntrica: preservar a si mesmo.

Quando o discurso é polêmico e existe desacordo entre os interlocutores, a presença do atenuante regula convenientemente a negociação e faz com que esta progrida de forma adequada em suas relações sociais (BRIZ, 2010, p.10).⁸⁷

3.4.3. A atenuação como mecanismo estratégico-discursivo

De acordo com Briz (2012), a compreensão da atenuação como estratégia linguística não a circunscreve como expressão de cortesia tão somente. É possível fazer uso de um mecanismo de atenuação sem que se proceda à reparação ou a mitigação de um ato de ameaça. Em outras palavras, em determinadas situações de interação, empregam-se atenuadores com vistas a salvaguardar a autoimagem social do locutor. Além disso, há casos em que os atenuadores engendram efeitos de ironia ou sarcasmo, em situações em que se faz uso, em demasia, em lugar de apresentarem-se como efetivas expressões de valorização da imagem do interlocutor. Nesses contextos, por meio da inadequação dos atos de atenuações, no que

⁸⁶ Tradução livre da versão original em espanhol: a) O bien me acerco al otro con fin cortés, porque hay una norma de conducta social o una lógica cultural que así me lo dicta o aconseja (las imágenes básicas o lo que hemos denominado ideomas culturales, en Briz, 2004, 82-83). En parte, es la que algunos autores han llamado cortésia normativa, la cual presenta a menudo un alto grado de ritualización (sea el caso de un saludo que responde a otro saludo). Uno es, así, simple o esencialmente cortés (BRIZ, 2010, p.1).

b) O bien me acerco al otro cortésmente como estrategia para lograr un fin distinto del ser cortés, es decir, uno es estratégicamente cortés: la conversación española es un ejemplo de cortésia estratégica o, de otro modo, usa menos la cortésia ritual que en otras partes del mundo hispánico (BRIZ, 2010, p.1).

⁸⁷ Tradução nossa do original em espanhol: Cuando el discurso es polémico y existe desacuerdo entre los interlocutores, la presencia del atenuante regula convenientemente la negociación y hace que progrese de forma adecuada en sus relaciones sociales (BRIZ, 2010, p.10).

concerne ao tipo de situação de interlocução em que se empregam, depreende-se que se trata de atos cujos efeitos não são efetivamente corteses.

A atenuação, como estratégia linguística, vai mais além, portanto, da atividade cortês. Algo pode ser atenuado, como se pode notar, mas não ser necessariamente cortês (pensemos também na atenuação irônica ou em uma atenuação por conveniência ou uma em que se intenta conseguir um fim mais ou menos confesso [...]) (BRIZ, 2012, p.36).⁸⁸

Para algumas vertentes teórico-metodológicas, a atenuação configura-se, sobretudo, como manifestação linguística da cortesia, sendo, pois, orientada no sentido de estabelecer o sucesso das relações interpessoais. Não obstante, a observação do uso da atenuação e de seus desdobramentos, em dadas situações concretas de interação, leva a crer que esse recurso não é indicativo, necessariamente, do uso efetivo de uma estratégia de cortesia, sendo, tão somente, compreendida como um tipo de procedimento cuja finalidade é a de proteger a imagem do falante. Em outras palavras, a atenuação pode, de fato, configurar um mecanismo utilizado no trabalho de manutenção da imagem do outro, assumindo, pois, o papel de um recurso cortês, mas sua função não se restringe, unicamente, à reparação de atos de ameaça. Não se trata, consecutivamente, de uma atitude compensatória somente, mas, em determinados contextos situacionais, convém assinalar que a atenuação reside, frequentemente, em um fenômeno linguístico discursivo de natureza estratégica:

Conforme tínhamos dito, a atenuação afeta as relações interpessoais e, assim, além da atividade linguística, participa de uma atividade social. Efetivamente, a atenuação é um mecanismo estratégico de distanciamento linguístico da mensagem e, por sua vez, de aproximação social: linguisticamente, atenuação significa distância; socialmente, atenuação significa aproximação. O locutor mitiga ou debilita a força ilocutória, de tal maneira que consegue, assim, distanciar-se de sua mensagem para se aproximar (social e afetivamente) ou não se afastar extremamente do interlocutor ou de terceiros (BRIZ, 2013, p. 286).

O sucesso do emprego dos atenuadores se deve, ademais, à sua adequação aos contextos interacionais em que esses recursos se inscrevem. Os efeitos dos atenuadores podem, inclusive, apresentar resultados opostos ao que se esperava:

[...] o princípio e as máximas de cortesia constituem um princípio social explicativo da atenuação, mas não o único [...] Entretanto, um excesso de atenuação ou de expressões valorizadoras ou de agrado, que se denominou (hipercortesia) pode indicar, inclusive, um efeito contrário que se busca causar (BRIZ, 2012 p. 36).⁸⁹

⁸⁸ Tradução nossa do original em espanhol: La atenuación, como estrategia lingüística, va mas allá, por tanto, de la actividad cortés. Uno puede ser atenuado, como estamos notando, y no necesariamente cortés (pensemos tambien en la atenuación irónica o en la atenuación por conveniencia o en la que intenta lograr con tramos un fin más o menos confesable [...]) (BRIZ, 2012, p.36).

⁸⁹ Tradução nossa do original em espanhol: [...] el principio y las máximas de cortesía constituyen un principio social explicativo de la atenuación, pero no único [...] Asimismo, un exceso de atenuación o de expresiones

Nessa direção, segundo Briz (2013), a atenuação apresenta três funções: autoproteção, prevenção e reparação. Neste estudo, considerar-se-á, sobretudo, a função estratégica de autoproteção postulada pelo autor. Desse modo, consideramos necessário apresentar os principais aspectos dessa função argumentativa, no que tange às “atividades de imagem” na interação ou a mecanismos linguístico-discursivos “autocêntricos” (BRIZ, 2013, p. 286).

De acordo com Briz (2013), a estratégia de atenuação autoprotetora consiste num meio ou mecanismo de promover a proteção do locutor, minimizando a força ilocutória de determinados atos cujo emprego pode comprometer a face do ouvinte e, por conseguinte, a face do falante. Em razão disso, empregam-se atos de atenuação com vistas a salvaguardar a própria imagem, com o propósito de abster-se ou mitigar responsabilidades. Trata-se, pois, de um tipo de mecanismo linguístico-discursivo orientado, de modo efetivo, para a proteção da autoimagem do locutor, isto é, vinculado a aspectos concernentes ao “papel do eu”, afetando suas proposições e intenções enunciativas.

Vincula-se ao papel do “eu” e, portanto, a unidades monologais, que afetam o que é dito e a intenção do próprio falante: atenuação de falante. É, assim, um mecanismo autocêntrico (FANT; GRANATO, 2002) ou uma atividade de imagem de falante, segundo N. Hernández Flores (2004) (BRIZ, 2013 p. 286).

Há que se ressaltar a relevância de diversas estratégias que operam como atenuadores de autoproteção da imagem do locutor, dentre as quais se observam que consistem no afastamento do que é dito, efetuadas por meio de recursos diversos, tais como: uso de perífrases, uso de verbos modais, procedimentos de reformulação, mecanismos de despersonalização – mediante a substituição de pronomes de primeira pessoa por um “nós” –, além do intenso uso de advérbios e expressões que visam a relativizar o que é dito, minorando ou modalizando o impacto dos enunciados. Trata-se, pois, de uma miríade de “táticas” de gerenciamento ou de “operações” de autoimagem cujo emprego visa a assegurar a autoproteção do locutor na troca verbal.

Trata-se de uma estratégia para “velar por si mesmo”, isto é, para salvaguardar o “eu” (locutor), isto é, buscar não se responsabilizar ou minorar as responsabilidades ou, ainda, ser politicamente correto no momento de falar de certos temas, de certas pessoas ou de certas instituições, etc. Vincula-se ao papel do “eu” e, portanto, a unidades monologais, que afetam o que é dito e a intenção do próprio falante: atenuação de falante. É, assim, um mecanismo autocêntrico (FANT; GRANATO, 2002) ou uma atividade de imagem de falante, segundo N. Hernández Flores (2004). (BRIZ, 2013, p. 286).

Vale frisar que, segundo Briz (2013), o emprego desses mecanismos táticos de autoproteção opera, no discurso, no sentido de promover a “eficácia” em um complexo processo de gestão das faces, com vistas a lograr um fim na atividade interacional. Nesse sentido, há que se observar, também, o caráter argumentativo de certos procedimentos de atenuação: “A atenuação relaciona-se sempre com a eficácia e com a atividade argumentativa” (BRIZ, 2013, p.283).

3.4.4. Cortesia codificada e cortesia interpretada

A partir dos conceitos de cortesia verbal codificada e interpretada, Brenes (2011) apresenta alguns tipos de cortesia verbal – noções também apresentadas por outros teóricos – cujos efeitos, em virtude do contexto, corroboram a importância de que compreenda o fenômeno à luz da avaliação que se atribui aos atos.

A finalidade da interação, em função da qual se empregam atos de (des)cortesia, confere à situação comunicativa certos princípios. Como vimos, em situações cuja norma é estabelecer o conflito, predominam atos de descortesia verbal. Isso significa que, nesses tipos específicos de interação, o que se espera são atos de ameaça. Pode-se afirmar que os atos de cortesia se configuram, nesses gêneros comunicativos, como transgressões da norma, conforme já ressaltamos no presente estudo. Nesse sentido, a cortesia passa a ser interpretada conforme os padrões que permeiam a situação discursiva.

Vimos, ainda, que a norma, ou seja, os atos esperados, isto é, ritualizados, podem ser associados a um elemento linguístico ou não. Desse modo, a cortesia pode ser resultado da interpretação ou de processos de codificação e de recodificação, assim como dos diferentes efeitos de sentido decorrentes de um complexo processo de reconfiguração.

A cortesia verbal codificada refere-se ao efeito da (des) cortesia que tem sido convencionalmente associada a um elemento linguístico. A cortesia verbal interpretada, por outro lado, é identificada com o verdadeiro efeito [...] em relação às normas de comportamento prevalentes na situação comunicativa específica. [...] Precisamente, essa distinção nos permite explicar a existência do fenômeno conhecido como falsa descortesia (J. Culpeper, 1996, 2005), da indolência ou pseudo-indolência (M> Albelda Marco, 2008b) ou descortesia não autêntica ou descortesia não genuína (M.Bernal, 2008b), ou seja, a uso de elementos que, embora do ponto de vista codificado causem um efeito de descortesia, no plano interpretado causam o efeito oposto: cortesia e afiliação entre os interlocutores (BRENES PEÑA, 2011, p. 47).⁹⁰

⁹⁰ Tradução nossa da versão original em espanhol: La cortesía verbal codificada alude al efecto de (des)cortesía que ha sido asociado convencionalmente a un elemento lingüístico. La cortesía verbal interpretada, en cambio, se identifica con el verdadero efecto [...] en relación con las normas de comportamiento imperantes en la situación

3.4.5. A reconfiguração da cortesia: tipos específicos de cortesia interpretada

Como vimos, a adequação dos atos de cortesia está atrelada à situação comunicativa, à relação interpessoal que se estabelece entre os interlocutores – que decorre, justamente, de um determinado tipo de interlocução – assim como das motivações culturais que subjazem ao evento comunicativo. De acordo com Spencer- Oatey (2008), a cortesia verbal configura um tipo de “julgamento social” – trata-se de um fenômeno intrinsecamente social e seus desdobramentos decorrem, sobretudo, da adequação ou não de um ato ao contrato interacional estabelecido.

Como Fraser e Nolan (1981: 96) apontam, a polidez é realmente um julgamento contextual: 'Nenhuma sentença é inerentemente educada ou indelicada. Muitas vezes consideramos indecorosas certas expressões, mas não são as expressões em si, mas as condições sob as quais são usadas que determinam o julgamento da polidez '. Em outras palavras, sentenças ou construções linguísticas não são *ipso facto* educadas ou rudes; antes, a polidez é um julgamento social, e os oradores são considerados educados ou rudes, dependendo do que dizem em que contexto. A polidez, nesse sentido, é uma questão de adequação (SPENCER-OATEY, 2008, p. 3).⁹¹

Nesse sentido, nenhum fato da língua é eminentemente cortês ou descortês, haja vista o fato de que sua configuração se dá à medida que a interação evolui – no decorrer das trocas verbais, em um dado evento comunicativo. Acerca desse aspecto, Haverkate (1994) apresenta algumas considerações: “[...] Insistimos que não há orações corteses, já que a cortesia de cada oração depende do contexto ou da situação na qual tal oração é emitida” (HAVERKATE, 1994, p. 78).⁹²

De acordo com Culpeper (1996; 2011), há contextos comunicativos que, devido ao tipo de relação que se estabelece entre os interlocutores – no caso, de aproximação e de simetria – empregam-se atos que, aparentemente, afiguram-se como descortesias e que, todavia, revelam

comunicativa concreta[...] Precisamente, esta distinción permite explicar la existencia del fenómeno conocido como mock impoliteness (J. Culpeper, 1996, 2005), false impoliteness o pseudo-impoliteness (M> Albelda Marco, 2008b) o non- authentic impoliteness o non-genuine impoliteness (M.Bernal, 2008b) , esto es, la utilización de elementos que, si bien desde el punto de vista codificado provocan un efecto de descortesía, en el plano interpretado causan el efecto contrario: cortesía y afiliación entre los interlocutores (BRENES PEÑA, 2011, p. 47).

⁹¹ Tradução nossa da versão original em inglês: As Fraser and Nolan (1981: 96) point out, politeness is actually a contextual judgement: 'No sentence is inherently polite or impolite. We often take certain expressions to be impolite, but it is not the expressions themselves but the conditions under which they are used that determine the judgement of politeness'. In other words, sentences or linguistic constructions are not *ipso facto* polite or rude; rather, politeness is a social judgement, and speakers are judged to be polite or rude, depending on what they say in what context. Politeness, in this sense, is a question of appropriateness (SPENCER-OATEY, 2008, p. 3).

⁹² Tradução nossa do original em espanhol: [...] Insistimos en que no hay oraciones corteses, ya que la cortesía de cada oración depende del contexto o la situación en que se emita (HAVERKATE, 1994, p. 78).

aspectos da relação interpessoal firmada no evento comunicativo: relações de proximidade e de solidariedade. Ademais, cumpre observar que, em virtude do tipo de contrato conversacional estabelecido entre os interactantes, os atos que em um nível frasal apresentam-se como FTAs (atos de ameaça), podem cumprir outro papel na interação: o de estratégias ou mecanismos de afiliação ao grupo.

Os fatores que influenciam a ocorrência de falta de cortesia em relações iguais são complexos. Se a falta de cortesia se correlacionar com a intimidade, podemos supor que uma descortesia genuína, em oposição à falsa descortesia, será mais provável de ocorrer em um relacionamento extremamente íntimo? Há alguma evidência para isso (CULPEPER, 1996, p. 354).⁹³

Não obstante esses atos apresentem, no âmbito linguístico, a forma de ataques, afiguram-se, efetivamente, como recursos de pertencimento a um grupo. Assim, por meio de uma análise atenta, sobretudo, do nível discursivo, observar-se-á que esses atos de falsa descortesia, (*mock impoliteness*) na definição de Culpeper (1996; 2011), na verdade, produzem efeitos corteses: “A falsa descortesia ou brincadeira é a descortesia que permanece na superfície, desde que se entenda que não se intenta causar ofensa” (CULPEPER, 1996, p.354)⁹⁴.

Acerca da pseudocortesia, assim como no que diz respeito aos estudos relacionados a situações discursivas semelhantes, importa observar as considerações de Haverkate (1994):

Observa-se que os insultos podem desempenhar também um papel irônico ou jocoso. O exemplo mais conhecido desse tipo de interação não sincera é o que Labov (1972) descreve em seu estudo sobre os insultos rituais entre os adolescentes negros de Nova Iorque. Como as proposições expressas por esses insultos são claramente faladas, das quais todos os participantes são conscientes, Labov conclui que os intercâmbios ofensivos rituais funcionam como manifestação simbólica de solidariedade entre os membros do grupo (HAVERKATE, 1994, p.79).⁹⁵

Zimmerman (2005) denomina esse fenômeno como anticortesia, procedendo à sua abordagem como estratégia de afiliação entre jovens. Nesses contextos específicos, observou-

⁹³ Tradução nossa da versão original em inglês: The factors influencing the occurrence of impoliteness in equal relationships are complex. If lack of politeness correlates with intimacy, can we assume that genuine impoliteness, as opposed to mock impoliteness, will be more likely to occur in an extremely intimate relationship? There is some evidence for this (CULPEPER, 1996, p. 354).

⁹⁴ Tradução nossa da versão original em inglês: Mock impoliteness, or banter, is impoliteness that remains on the surface, since it is understood that it is not intended to cause offence.” (CULPEPER, 1996, p.354)

⁹⁵ Tradução nossa da versão original em espanhol: Obsérvese que los insultos pueden desempeñar también un papel irónico o jocoso. El ejemplo más conocido de este tipo de interacción no sincera es el que describe Labov (1972) en su estudio sobre los insultos rituales entre los adolescentes negros de Nueva York. Como las proposiciones expresadas por estos insultos son claramente falsas, de lo que son conscientes todos los participantes, Labov concluye que los intercambios ofensivos rituales funcionan como manifestación simbólica de solidaridad entre los miembros del grupo (HAVERKATE, 1994, p. 79).

se que, devido às contingências extralinguísticas, os atos de anticortesia perderam seus efeitos descorteses, neutralizando-se e ritualizando-se.

Trata-se de uma inversão provocada não somente pelo tipo discursivo, ou situação interativa, mas também por fatores socioculturais. Os jovens intentam criar uma identidade grupal distinta da comunidade de referência e, para isso, utilizam expressões que, nessa comunidade, consideram ofensivas. Eles desafiam a abordagem geral e criam seu próprio código. Nesse caso, para os participantes dessa interação, os termos perderam seu caráter ofensivo nesse contexto, embora se saiba (permanece em um plano virtual) o que prevalece no idioma.⁹⁶

Por outro lado, no caso da falsa cortesia (*mock politeness*), observam-se atos cujo propósito não é o de reparar ou evitar danos à face alheia, necessariamente, mas sim atos de cortesia que se inscrevem num ambiente cuja norma é o conflito. Nesses casos, devido ao contexto, os atos de pseudocortesia – não marcados, isto é, inadequados, do ponto de vista do que é esperado – reconfiguram-se, assumindo a função de estratégias de ameaça encobertas, a partir das quais o falante abstém-se da responsabilidade por seu comportamento verbal (Culpeper, 1996; 2011).

Os atos de falsa cortesia que, no nível frasal, isto é, na esfera dos enunciados, aparentam apreço e altruísmo, por parte do locutor, configuram-se, no âmbito extralinguístico, em procedimentos de autoproteção da autoimagem e, concomitantemente, de ameaça à face alheia. A observação de diversos elementos, a partir dos quais se desvelam os verdadeiros efeitos que emergem de situações comunicativas concretas, tais como: os papéis desempenhados pelos participantes da interação, as intenções comunicativas, os conhecimentos de mundo acerca do evento comunicativo, assim como as características relativas gênero comunicativo, são de suma importância para a compreensão desse fenômeno linguístico-discursivo.

Importa observar que a falsa cortesia é concebida por alguns autores como uma forma de ironia. Para Haverkate (1994) há dois modos pelos quais a ironia é empreendida: por meio da negação ou da inversão da força ilocutória de um enunciado irônico, ou por meio da ironia cujos efeitos incidem sobre o conteúdo proposicional do enunciado.

Dentro do primeiro subtipo, a ironia consiste na mudança da força ilocutiva, e afeta, sobretudo, os atos expressivos. Somente assim pode-se explicar, por exemplo, que o

⁹⁶ Tradução nossa da versão original em espanhol: Se trata de una inversión provocada no solo por el tipo discursivo, o situación interactiva, sino también por factores socioculturales. Los jóvenes intentan crear una identidad grupal distinta a la comunidad de referencia, y para ello utilizan expresiones que en esta se consideran ofensivas. Retan, así, al enfoque general y crean su propio código. En este caso, para los participantes en esta interacción los términos han perdido su carácter ofensivo en este contexto, aunque se conoce (queda en un plano virtual) el que tienen en la lengua (ZIMMERMAN, 2005, p. 86).

emissor utilize um elogio para transmitir um ato de fala que, formalmente, constitui seu antônimo: uma crítica (BRENES PEÑA, 2011, p. 237).⁹⁷

Cabe assinalar, ademais, outro tipo de cortesia, deveras empregada em interações regidas pelo conflito: a hipercortesia ou a ultracortesia. A hipercortesia (ultracortesia) configura atos que, por figurarem no discurso de modo cortês em demasiado, passam a assumir a forma de atos irônicos, cujos efeitos são os de descortesia. Posto isso, importa observar que a ocorrência de padrões recorrentes se mostra pertinente afigurando-se, pois, como indícios ou marcas, por meio das quais os interlocutores passam a inferir acerca do que, de fato, cumpre fins corteses ou não. Assim, a interpretação dos fatos da língua é depreendida do que é, efetivamente, esperado e compreendido como apropriado às condições em que se processa a interação. É, pois, à medida que o processo interacional se instaura – no decorrer do evento comunicativo – que os padrões ou normas, intrínsecas à situação discursiva, são reconhecidos.

A partir daí, verifica-se, então, de que modo os atos de fala operam e que sentidos ou efeitos – corteses ou descorteses - emergem nesse complexo processo interpretativo.

⁹⁷ Tradução nossa da versão original em espanhol: Dentro del primer subtipo, la ironía consistente en el cambio de la fuerza ilocutiva, afecta, principalmente, a los actos expresivos. Sólo así puede explicarse, por ejemplo, que el emisor utilice una alabanza para transmitir un acto de habla que, formalmente, constituye su antónimo: una crítica (BRENES PEÑA, 2011, p. 237).

CAPÍTULO 4: DESCORTESIA VERBAL

4.1 Principais aportes teórico-metodológicos

Com o advento da Pragmática e, posteriormente, com o aparecimento de diversos estudos cujo objeto de análise incide sobre os diferentes processos de gerenciamento da imagem na interação (Goffman, 1967; Brown e Levinson, 1987[1978]), por meio da cortesia verbal, proliferaram obras que visavam à análise do comportamento verbal assumido pelos interlocutores sob a vertente linguístico-interacional (Lakoff, 1993; Brown e Levinson, 1987[1978]; Leech, 1983), dentre outros.

Não obstante, observa-se que boa parte dos estudos acerca da cortesia verbal não contemplara a descortesia verbal, sobretudo em se tratando do fenômeno no que tange aos seus aspectos estratégicos e discursivos, além de seu papel argumentativo e estratégico, em determinados contextos de interlocução. Em outras palavras, por muito tempo a descortesia verbal foi concebida como um desvio, isto é, como a ausência das regras de cortesia. De acordo com Culpeper (1996;2011), cujas pesquisas visam a estabelecer um modelo de análise da descortesia, nenhum estudo procedeu à investigação, de modo efetivo, do fenômeno da descortesia e de seus desdobramentos em termos teóricos e metodológicos. Com efeito, a dinâmica de eventos comunicativos em que se consideram situações hostis de interação de modo cooperativo é, segundo Culpeper (1996), passível de ser tomada como objeto de estudo:

A ideia de que o escopo de uma teoria da cortesia possa ser estendida para incluir confrontos comunicativos ou antagônicos não é nova. Craig et al. (1986) e Tracy (1990) argumentam que um relato adequado da dinâmica da comunicação interpessoal deve considerar tanto a comunicação hostil quanto a cooperativa. Ao analisar o discurso do tribunal americano, Lakoff (1989) e Penman (1990) estenderam seus modelos de polidez para incluir características do discurso de confronto. Lui (1986), investigando a polidez em um romance chinês, discutiu a descortesia como uma extensão da teoria da cortesia de Brown e Levinson (1987). No entanto, nenhum desses estudos se concentra amplamente na descortesia, na tentativa de melhorar nossa compreensão de sua operação e sua base teórica (CULPEPER, 1996, p.350).⁹⁸

⁹⁸ Tradução nossa da versão original em inglês: The idea that the scope of a politeness theory might be extended to include antagonistic or confrontational communication is not new. Craig et al. (1986) and Tracy (1990) argue that an adequate account of the dynamics of interpersonal communication should consider hostile as well as cooperative communication. In analysing American courtroom discourse, both Lakoff (1989) and Penman (1990) extended their models of politeness to include features of confrontational discourse. Lui (1986), investigating politeness in a Chinese novel, discussed impoliteness as an extension of Brown and Levinson's theory of politeness (1987). j However, none of these studies focus comprehensively on impoliteness in an attempt to improve our understanding of its operation and its theoretical basis (CULPEPER, 1996, p.350).

Desse modo, o tratamento dado à cortesia, concebida como um conjunto de mecanismos reparadores no trabalho de face empreendido pelos interlocutores, não corresponde à visão acerca da descortesia verbal que, em alguns estudos, apresenta-se de forma marginalizada, devido à pouca importância que lhe fora dada. De acordo com Eelen (2001), desconsiderou-se a descortesia como um fenômeno linguístico-discursivo empregado, de modo estratégico, com vistas a se alcançar um fim em boa parte dos estudos interacionais:

A cortesia explica-se por conta de normas culturais, mas o mesmo não é aplicado à descortesia. Além disso, os postulados de Leech e Lakoff [...] não podem oferecer, de fato, uma explicação plausível para a ocorrência ou equiparar a existência de um comportamento cortês [...] nenhuma dessas teorias é capaz de explicar a descortesia de forma adequada. O melhor que podem fazer é reduzir a descortesia como a falta, ausência, ou violação das normas (EELLEN, 2001, p. 98-101).⁹⁹

Contudo, com os avanços da Pragmática Sociocultural, diversos estudiosos (Culpeper, 1996; 2011; Kaul de Malargeon, 2005; 2014; Brenes Peña, 2011; Blas Arroyo, 2010; 2011), dentre outros, procederam à investigação da descortesia consoante suas próprias regras, considerando a complexidade desse fenômeno em se tratando da abordagem de interações cuja norma é rechaçar a face alheia de modo estratégico: “O estudo dos efeitos interacionais e das finalidades argumentativas dos falantes que têm como propósito a descortesia é possível” (EELLEN, 2001, p.113).¹⁰⁰

Assim como Brown e Levinson (1987[1978]), Eelen (2001) admite que a descortesia pode, de fato, estar vinculada aos fatores levantados e investigados pelos teóricos, a saber: a falta de conhecimento do falante devido ao engano, no que diz respeito ao que se considera descortês para seu interlocutor (*misunderstanding*), bem como devido às relações de poder, além de casos de interações em que o locutor comete atos de descortesia em razão de necessidades imediatas de comunicação. A despeito disso, Eelen (2001) faz algumas ressalvas, segundo as quais um ato de ameaça não se explica, tão somente, em virtude da falta de conhecimento de quem o comete, uma vez que, para o autor, há, com efeito, atos deliberados de descortesia, os quais, nesses casos, assumem a forma de estratégias cujo objetivo é, efetivamente, o de refutar a imagem do interlocutor com propósitos argumentativos.

⁹⁹ Tradução nossa da versão original em inglês: “Politeness is there because of cultural scripts, but the same is not true of impoliteness. Likewise, Leech’s PP, Lakoff’s rules [...] cannot offer a real explanation for the occurrence or even the existence of impolite behaviour in the same way as they do for polite behaviour. [...] None of these theories is able to explain impoliteness adequately. The best they can do is capture it as the ‘lack’, ‘absence’, or ‘violation’ of norms” (EELLEN, 2001, p. 100-101).

¹⁰⁰ Tradução nossa da versão do original em inglês: “The study of the interactional effects and argumentative goals of the speaker’s aim for impoliteness is made possible” (EELLEN, 2001, p. 113).

Nesse sentido, para Eelen (2001), a descortesia assume, pois, valor argumentativo, na medida em que serve a determinados objetivos retórico-interacionais. Em decorrência disso, Eelen (2001) assinala a necessidade de que os estudos acerca da descortesia investiguem esse fenômeno a partir de suas próprias regras. Em outras palavras, é necessário analisar os princípios e regras que subjazem aos atos de descortesia, com vistas a (re)construir os modos pelos quais esse fenômeno, que pode assumir cunho estratégico-argumentativo, organiza-se.

Embora a maioria dos estudos acerca da cortesia verbal – que não procederam a uma abordagem aprofundada da descortesia enquanto fenômeno linguístico-discursivo – tenha partido das investigações de Goffman (1967), referentes à face e às formas de representação dos sujeitos em tipos de interações cotidianas, verifica-se que essas análises não contemplaram, de modo efetivo, algumas colocações e problematizações apresentadas pelo sociólogo, no tocante ao fato de que, em tipos específicos de interação, a intenção dos interlocutores é, justamente, a de entrar em conjunção com o conflito. Nesses casos, a norma é estabelecer a polêmica por meio de atos de ameaça, fenômeno denominado por Goffman (1967) como emprego agressivo do trabalho de face. Posto isso, vale ressaltar que, segundo Goffman (1967), há três razões por meios das quais atos de ameaça são desencadeados:

- Atos de ofensa cometidos devido à “inocência” ou falta de conhecimento do interlocutor, no que se refere ao tipo de contrato de interação estabelecido.
- Em casos nos quais as ofensas ou os atos de ameaça ocorrem de maneira deliberada, isto é, de modo intencional, cujo propósito é, efetivamente, o de insultar “abertamente” o interlocutor. As ofensas ocorrem, segundo o autor, de forma “maliciosa”.
- Atos de ameaça que ocorrem de maneira acidental, sem que sejam premeditados ou planejados de modo efetivo.

Ao pontuar o fato de que, em determinadas situações comunicativas, os atos de ofensa ocorrem em virtude de fatores extralinguísticos, relativos à intencionalidade do falante, ou mesmo à “malícia”, ou seja, em decorrência de determinados propósitos ou finalidades comunicativas, Goffman (1967) apresenta um tipo de concepção acerca do trabalho de face que leva em consideração alguns aspectos relativos ao contexto, os quais, por sua vez, configuram-se em objeto de estudo das teorias que o sucederam: de cunho pragmático-cultural.

Destarte, conquanto alguns de seus precursores – a saber, autores que não contemplaram, de modo efetivo, os desdobramentos da intencionalidade e, sobretudo, do fato de haver tipos de interação calcadas no conflito – não tenham considerado a importância da descortesia nos estudos interacionais, cumpre observar que, para Goffman (1967), nem sempre a busca pela harmonia e o equilíbrio configuram-se no objetivo real de certas situações

comunicativas. Como vimos, Goffman (1967) faz considerações, inclusive, acerca de um tipo de procedimento de que se faz uso em interações em que predominam os atos de ameaça propositais: a “pontualização”, conceito aventado pelo teórico que diz respeito ao emprego agressivo do trabalho de face. Assim, observa-se que, em sua abordagem dos processos de representação e figuração na interação, o autor reconhece a descortesia como um fenômeno estratégico, dotado de finalidades específicas.

Assim como Eelen (2001) e Goffman (1967), Blas Arroyo (2011) afirma haver tipos específicos de situações discursivas cujos propósitos são o de rechaçar a face do interlocutor com vistas a instaurar o conflito de modo deliberado:

Porém, essa atitude supõe, na prática, desconhecer que, em não poucas ocasiões, o desacordo se impõe sobre a conciliação e que, às vezes, inclusive, os falantes atuam deliberadamente buscando esse conflito (BLAS ARROYO, 2011, p. 9).¹⁰¹

De acordo com Kaul de Marlangeon (2005), há situações de interação cuja regra é, com efeito, a disjunção com a harmonia no evento comunicativo, como no caso dos debates políticos:

O falante descortês responde a um estado de desequilíbrio ou se engaja intencionalmente para fazer prevalecer sua cosmovisão ou a imagem que deseja apresentar, em detrimento do ouvinte (KAUL de MARLANGEON, 2005, p. 300).¹⁰²

A descortesia afigura-se, assim, como um fenômeno de natureza retórico-pragmática, haja vista o fato de que atua, por meio de estratégias, de modo a cumprir determinadas finalidades de persuasão.

Ao elaborar um modelo de análise da descortesia, tomando como base, em partes, o modelo de Brown e Levinson (1987[1978]) acerca da cortesia, considerando-se o fenômeno da descortesia, no entanto, consoante sua própria organização, Culpeper (2011) define-a da seguinte maneira:

- 1- A descortesia ocorre quando um falante comunica um ataque à face intencionalmente ou;
- 2- O ouvinte percebe ou avalia o comportamento ou ato de descortesia como um ato de ataque intencional, ou ocorre a combinação de 1 e 2¹⁰³.

¹⁰¹ Tradução nossa da versão em inglês.

¹⁰² Tradução nossa da versão original em inglês.

¹⁰³ Definição de descortesia apresentada por Culpeper (2011).

Posteriormente, Culpeper (2011) redefine a noção de descortesia, a qual, segundo o autor, havia sido pautada em demasia no ataque. A nova definição é a de que a descortesia consiste em uma atitude negativa, tratando-se de comportamentos singulares, que ocorrem em contextos específicos de interação: “A descortesia é uma atitude negativa voltada para comportamentos específicos em contextos específicos” (CULPEPER, 2011, p. 11).¹⁰⁴

Assim, considera-se que a descortesia depende mais da avaliação dos interlocutores, devido ao tipo específico de interação, que dos tipos de ataques, a saber, das formas linguísticas que a veiculam. Desse modo, para Culpeper (2011), a descortesia pode ser definida como formas de comportamento ou de linguagem avaliadas de modo negativo em um contexto particular.

Conforme salientam Brenes Peña e Fuentes Rodríguez (2013), a descortesia caracteriza-se pela criação ou pelo estabelecimento de ambientes de enfrentamento, mediante o ataque, o qual pode apresentar-se de modo consciente ou inconsciente. No tocante à interpretação do que se considera (des)cortês, há que se ressaltar que, de acordo com Culpeper (2011), o modo pelo qual os participantes da interação avaliam ou interpretam um ato de fala de modo negativo depende das percepções que se tem em relação a alguém. Em outras palavras, a avaliação do que é dito está, segundo Culpeper (2011), vinculado ao tipo de pessoa, bem como aos conhecimentos que se tem a seu respeito. Nesse sentido, as representações e as projeções que se depreendem daquilo que se sabe a respeito de um indivíduo afetarão, efetivamente, os juízos de valor que se lhes atribui.

O tipo de pessoa a que você pensa estar comunicando algo afetará sua avaliação acerca do que eles dizem. O conhecimento sobre as pessoas pode ser agrupado, seguindo-se pesquisas em cognição social. São três as áreas: normas de personalidade (relativas a preferências, interesses, características, objetivos, etc.); normas de relação social e papel (relativas a papéis de parentesco, papéis ocupacionais, papéis relacionais, etc.); normas de associação a grupos (relativas a gênero, raça, classe, idade, nacionalidade, religião etc.) (CULPEPER, 2011, p. 14).¹⁰⁵

Os estudos da descortesia à luz de Pragmática Sociocultural têm se expandido ao longo dos últimos anos. Brenes Peña (2011), ao proceder à abordagem das estratégias de descortesia em programas de humor, cujo foco incide na agressão deliberada da imagem de seus

¹⁰⁴ Tradução nossa da versão original em inglês: Impoliteness is a negative attitude towards specific behaviors occurring in specific contexts.

¹⁰⁵ Tradução nossa da versão original em inglês: The kind of person you perceive to be saying something will affect your evaluation of what they say. Knowledge about people can be grouped, following research in social cognition. I three areas: personality norms (concerning preferences, interests, traits, goals, etc.); social relation and role norms (concerning kinship roles, occupational roles, relational roles, etc.); group membership norms (concerning gender, race, class, age, nationality, religion, etc.) (CULPEPER, 2011, p. 14).

participantes, com o propósito de obter-se a adesão do auditório e, por conseguinte, sua audiência, a autora estabelece alguns princípios intrínsecos a esse tipo de atividade de imagem, por meio da qual se exploram elementos concernentes à face, tais como o papel social desempenhado pelos interlocutores, assim como as emoções¹⁰⁶, dentre outros. A autora arrola, ademais, alguns tipos de ataques, de natureza retórico- pragmática, como o uso intenso de argumentos *ad hominem* e argumentos de autoridade, de procedimentos de falsa cortesia ou pseudocortesia, bem como de outros mecanismos paralinguísticos, como as interrupções e os assaltos ao turno.

Acerca da função pragmática da descortesia, Brenes Peña (2011) assinala a importância da intencionalidade do locutor em deteriorar a imagem do interlocutor, a qual deve, no entanto, estar atrelada à decodificação dessa pretensão pelo interlocutor. Isso significa afirmar que, segundo Brenes Peña (2011), a intencionalidade em cometer ofensas não implica, necessariamente, que haja descortesia na interação, haja vista o fato de que, de acordo com a autora, há que se observar as interpretações efetuadas pelo interlocutor – alvo dos ataques.

Em outras palavras, para que a descortesia se instaure, é necessário haver intenção em cometer ataques e, concomitantemente, a interpretação, por parte do alvo, de que se trata, efetivamente, de atos ofensivos. Posto isso, pode-se afirmar que há uma relação de interdependência entre o que, de fato, é intencionado e o que se interpreta. Essa confluência entre as intenções do falante e as avaliações negativas do ouvinte, em torno dos atos de ameaça, culmina no que se pode denominar como descortesia verbal.

Consequentemente, em nossa opinião, para que possamos afirmar que a função pragmática da (des) cortesia está presente no discurso, deve haver tanto uma imagem social do receptor como uma decodificação do receptor que esteja de acordo com essa afirmação. Caso contrário, produz-se uma falha pragmática que nos permite falar de intencionalidade ou avaliação (des) cortês, mas não de (des)cortesia verbal no sentido estrito do termo. Essa concepção implica que, para determinar em nosso corpus a existência de uma (des) cortesia verbal, devemos atentar-nos tanto à intencionalidade do emissor, quanto à avaliação do destinatário (BRENES PEÑA, 2011, p. 57).¹⁰⁷

A intencionalidade em cometer um ato ameaçador, por meio do qual se observam efeitos de descortesia, pode ser identificada mediante a observação de fatores de ordem contextual que,

¹⁰⁶ Kienpointner (1997) assinala que as emoções se encontram intrinsecamente ligadas ao trabalho de face empreendido pelos interactantes.

¹⁰⁷ Tradução nossa da versão original em espanhol: En consecuencia, a nuestro juicio, para que podamos afirmar que en el discurso está presente la función pragmática de la (des)cortesía, debe existir tanto una imagen social del receptor como una descodificación del receptor que sea acorde con esta pretensión. En el caso contrario, se produce un fallo pragmático que nos permite hablar de intencionalidad o evaluación (des)cortés, pero no de (des) cortesía verbal en el sentido estricto del término. Esta concepción implica que, para poder determinar en nuestro corpus la existencia de (des)cortesía verbal, debemos atender tanto a la intencionalidad del emisor, como a la evaluación del receptor (BRENES PEÑA, 2011, p. 57).

atrelados aos elementos linguísticos, conduzem o interlocutor a interpretar seus efeitos, mediante um complexo processo de inferências. Tais processos de inferências, a partir dos quais são ativados conhecimentos de mundo e esquemas de representações, em se tratando da imagem veiculada pelo discurso do locutor, levam o alvo do ato de ataque a codificar um ato de modo positivo ou negativo.

Para Culpeper (2011), há três situações por meio das quais se observa o fenômeno da descortesia: em ocasiões em que há, tão somente, intencionalidade por parte do locutor em produzir atos ofensivos – a despeito de o interlocutor interpretá-los de modo negativo ou não –, em situações em que o interlocutor avalia ou interpreta os atos de forma negativa, isto é, de modo ofensivo – mesmo que não haja intenção do locutor em provocar ameaça, e, por fim, em casos em que ocorre a conjunção das duas situações: o falante procede à execução de atos de ameaça em função dos quais se depreende que o ouvinte assume uma atitude ou reação negativa.

No caso concreto da descortesia verbal, apontamos a opção mais conciliadora que mantém J. Culpeper, o qual considera que pode falar-se de descortesia verbal em qualquer das situações mencionadas: quando unicamente existe intencionalidade de denegrir a imagem social do receptor por parte do emissor, quando o receptor sente que sua imagem social foi degradada, embora o emissor não tenha pretendido, e quando se produz a conjunção de ambas as situações (BRENES PEÑA, 2011, p. 56).¹⁰⁸

Partindo-se do pressuposto de que o fenômeno da (des) cortesia assume contornos sociais, mediante as relações interpessoais, as quais se atualizam em função dos efeitos provocados pelos atos de cortesia ou de descortesia, Brenes Peña (2011) afirma que é necessário, porém, que o interlocutor se sinta ofendido ou respeitado, para que a (des) cortesia assuma seu valor. Em outras palavras, se se observarem os atos de (des)cortesia de modo superficial, sem que se atente aos seus efeitos, positivos ou negativos, não se pode afirmar que a cortesia ou a descortesia foi, de fato, concretizada no discurso.

À guisa de exemplo, podem ser citados casos nos quais o interlocutor sente-se ofendido devido a ataques ou ao emprego de atos ofensivos, que lhes são destinados, sem que, no entanto, se observe qualquer tipo de intencionalidade de quem os cometeu, verificando-se, assim a descortesia imotivada (Brenes Peña, 2011), a qual, segundo a autora, é recorrente no discurso de estrangeiros e de crianças.

¹⁰⁸ Tradução nossa da versão original em espanhol: En el caso concreto de la descortesía verbal, ya hemos apontado la opción más conciliadora que mantiene J. Culpeper, quien considera que puede hablarse de descortesía verbal en cualquiera de las situaciones mencionadas: cuando unicamente existe intencionalidad de denegrir la imagen social del receptor por parte del emisor, cuando el receptor siente que su imagen social ha sido degradada, aunque el emisor no lo pretendiera, y cuando se produce la conjunción de ambas situaciones (BRENES PREÑA, 2011, p. 56).

Brown e Levinson (1987[1978]), cujas análises priorizaram, sobremaneira, a figura do falante e de suas intenções, em detrimento de uma análise mais apurada das relações interpessoais, desconsideraram um aspecto relevante, no tocante à imagem do falante. Trata-se de outra questão acerca da descortesia deveras problematizada: o fato de que os atos descorteses não afetam somente a imagem daqueles aos quais são destinados, mas também a autoimagem de quem os comete: a do falante.

De acordo com Brenes Peña (2011), embora a descortesia afete a imagem do ouvinte, observa-se que os atos descorteses operam no discurso de modo a modificar, ademais, a imagem do falante.

Diante da teoria de P. Brown e Levinson (...), que considera a cortesia como um conjunto de estratégias verbais dirigidas por um emissor a um destinatário e que afetam apenas a situação da imagem social desse indivíduo, investigações subseqüentes destacaram que o uso consciente e deliberado de elementos linguísticos educados ou descorteses, juntamente com a modificação da imagem social de nosso alocutário, projeta, simultaneamente, uma determinada imagem do falante (BRENES PEÑA, 2011, p. 52).¹⁰⁹

Assim, ao longo da interação, projeta-se uma imagem do falante, a qual se modifica, à medida que se empregam atos descorteses. Trata-se, pois, de um complexo processo de (re) construção da imagem, em que ao afetar a face do interlocutor, o falante vê, por conseguinte, sua imagem afetada ou, em outras palavras, modificada.

A descortesia afigura-se, portanto, como um fenômeno linguístico-discursivo, de natureza eminentemente social, podendo assumir contornos e finalidades distintas. Seu estudo deve ater-se a fatores relativos à relação interpessoal, ao modo pelo qual os sujeitos avaliam os atos de fala, assim como as variações, no que tange à importância dada à imagem (positiva ou negativa), por diferentes grupos sociais ou culturas. Trata-se, pois, de um fenômeno complexo, cuja dinâmica depende de diversos elementos, linguísticos e extralinguísticos, em torno dos quais se articulam os fatos da língua.

¹⁰⁹Tradução nossa da versão original em espanhol: Frente a la teoría de P. Brown e Levinson (...), en la que se considera que la cortesía es un conjunto de estrategias verbales que son dirigidas por un emisor a un destinatario y que afectan únicamente a la situación de la imagen social de este, las investigaciones posteriores han puesto de relieve que la utilización consciente y deliberada de elementos lingüísticos corteses o descorteses, junto con la modificación de la imagen social de nuestro alocutario, proyecta, de manera simultanea, una determinada imagen del locutor (BRENES PEÑA, 2011, p. 52).

4.2. Funções da descortesia

As funções comunicativas de um evento interacional configuram-se como um elemento de suma importância na interpretação dos fatos da língua. Culpeper (1996; 2011) assinala a existência das seguintes funções da descortesia verbal: coesiva, argumentativa, social e modal.

A função *coesiva*, utilizada em casos em que se busca terminar uma conversação, rompendo a relação social com o outro; a *função argumentativa*, por meio da qual se busca alcançar determinados fins; a *função social* da descortesia, a partir da qual o falante apresenta uma imagem agressiva de si mesmo, e, por fim, a *função modal*, decorrente de situações ou eventos comunicativos que provocam, no interlocutor, enfado e tensão. Trata-se de um tipo de explosão emotiva.¹¹⁰

Em relação às funções argumentativa e social da descortesia, cumpre fazer algumas observações. Ao tratar dessas funções, arroladas por Culpeper (1996; 2011), Brenes Peña e Fuentes Rodríguez (2013) asseveram que, no caso da finalidade argumentativa da descortesia, observa-se que a projeção da imagem ocorre, no evento discursivo, de modo a apoiar ou oferecer respaldo à argumentação, em situações marcadamente conflituosas, nas quais o nível de enfrentamento é, de veras, intenso, tais como o debate político ou outros tipos de interações polêmicas.

No caso da descortesia cujo propósito é social, por meio da qual se projeta uma imagem agressiva, há que se acrescentar que, nesses casos, conforme as autoras, a construção de uma imagem forte pode servir para suscitar temor ou mesmo, em discursos políticos, para conduzir o outro a estabelecer relações de identificação ou relacionar-se a algum tipo de ideologia política. (Brenes Peña e Fuentes Rodríguez, 2013). Neste estudo, considerar-se-ão, sobretudo, as funções argumentativa e social da descortesia e seus desdobramentos no âmbito do discurso político.

b) Argumentativo: busca atingir certos fins. Por exemplo, enfurecer o outro, projetar uma certa imagem que apóie nossa argumentação. Obviamente, isso ocorre em situações de grande confrontação: disputas em conversas, textos políticos, etc., até na publicidade por meio do efeito rebote (atrai o que seria inaceitável)

c) Social: projeta uma imagem agressiva do falante. Assim, consegue-se que o temam ou o considerem uma pessoa forte. No texto político, pode ser usado para se identificar com a imagem da força, do poder, ou, pelo contrário, da oposição, ou mesmo pode associar-se a uma determinada ideologia política (BRENES PEÑA e FUENTES RODRÍGUEZ, 2013, p. 10).¹¹¹

¹¹⁰ Cumpre observar que, segundo Culpeper (1996), há tipos de descortesia, dentre os quais estão: a descortesia de entretenimento, a descortesia afetiva e a descortesia institucional.

¹¹¹ Tradução nossa da versão original em espanhol: b) Argumentativo: busca conseguir ciertos fines. Por ejemplo, enfadar al otro, proyectar determinada imagen que apoye nuestra argumentación. Esto ocurre, evidentemente, en

Importa acrescentar que, segundo Culpeper (1996; 2011), a descortesia pode atuar, também, de modo a obter a audiência do telespectador por meio da ameaça à face dos participantes da interação – em casos de programas de humor – configurando-se em um tipo de descortesia denominada como *descortesia de entretenimento*¹¹². Ademais, Culpeper (1996; 2011) elenca as funções institucionais da descortesia – apresentando, como exemplo, interações entre militares e seus subordinados – bem como sua função afetiva.

É sabido que, em determinados contextos interacionais, a descortesia afigura-se como um ato não marcado, isto é, ritualizado, na medida em que, nesses casos, apresenta-se como a regra, naturalizando-se. Trata-se do discurso político, por meio do qual se busca rechaçar a imagem do oponente, deslegitimando-a, com vistas a persuadir o eleitorado. No caso da descortesia de entretenimento, há que se ressaltar que a neutralização dos atos de descortesia não se concretiza de maneira efetiva (Brenes Peña, 2011).

O fato é que, nos últimos anos, a descortesia tem se configurado em um recurso deveras eficaz em se tratando de atrair a atenção do auditório mediante o uso da exposição ou ameaça da face dos participantes da interação. Trata-se, pois, de um mecanismo que visa a assegurar a atenção do auditório, haja vista o fato de que, mediante a ameaça – refutando-se a imagem alheia – busca-se a adesão do público-alvo. Observem-se, a esse respeito, as considerações de Blas Arroyo (2010):

Um dos aspectos mais relevantes no estudo desse extremo menos harmonioso das relações interpessoais e, possivelmente, chamativo, é a constatação de que tanto o caráter quanto o grau que os comportamentos descorteses alcançam estão intimamente relacionados aos contextos em que se desenrolam, sejam eles individuais, culturais ou institucionais. Em relação a este último, por exemplo, chama-se a atenção para a existência de vários tipos de discurso nos quais o comportamento interacional esperado por parte dos participantes é precisamente o de agressividade verbal e da descortesia, como é o caso dos debates políticos na sede parlamentar (Martín Rojo, 2000; Harris, 2001) e eleitoral (Fernández, 2000; Blas Arroyo, 2001, 2003), programas de treinamento militar (Culpeper, 1996; Bousfield, 2008) ou discursos em contextos da mídia (Culpeper, 2005), como abordaremos neste artigo. E é, especialmente nos últimos tempos, que os comportamentos ofensivos, a busca de conflitos interpessoais, as interrupções abusivas e agressivas voltadas para os outros participantes e outros comportamentos provocativos, tornaram-se uma prática comum

situaciones de gran enfrentamiento: disputas en la conversación, texto político, etc., incluso en publicidad por el efecto rebote (atrae lo no aceptado).

c) Social: proyecta una imagen agresiva del hablante. Así este consigue que lo teman, o lo consideren una persona fuerte. En el texto político puede servir para identificarse con la imagen de fortaleza del poder, o por el contrario, de la oposición, o puede asociar-se a una ideología política (BRENES PEÑA e FUENTES RODRÍGUEZ, 2013, p. 10).

¹¹² Tradução nossa da versão original em espanhol: A esse respeito, Fuentes e Alcaide fazem as seguintes considerações: “Actualmente, la descortesía y agresividad verbal se están imponiendo en el discurso televisivo como un medio de persuasión y, sobre todo, como medio altamente eficaz de captación de la atención de la audiencia[...]” (FUENTES RODRIGUEZ e ALCAIDE LARA, 2008, p.22).

em vários meios de comunicação, em particular, na televisão (BLAS ARROYO, 2010, p. 184).¹¹³

Desse modo, o estudo da descortesia, em suas mais distintas funções, mostra-se, atualmente, imprescindível para um melhor entendimento acerca de seu uso como meio de persuasão na obtenção de audiência no discurso televisivo (Fuentes Rodriguez e Alcaide Lara, 2008).

4.3 Comportamento verbal agressivo e persuasão: funções estratégicas da descortesia em interações agonais

Há muito, tem-se afirmado que a descortesia estratégica se configura em um fenômeno autônomo¹¹⁴, devendo ser estudado a partir dos elementos intrínsecos¹¹⁵ que a constituem, a saber, a construção de uma autoimagem positiva em detrimento dos desejos de imagens alheios. Conquanto, nas últimas décadas, o fenômeno da cortesia verbal tenha prevalecido como objeto de análise de diversos trabalhos acerca da interação, tais como os de Brown e Levinson (1987[1978]), Lakoff (1993), Leech (1983) dentre outros; cumpre observar que o estudo da descortesia em sua função estratégica¹¹⁶ vem crescendo e se destacando, sobretudo em se tratando dos efeitos sociais decorrentes do emprego de um tipo singular de comportamento

¹¹³ Tradução nossa da versão original em espanhol: Uno de los aspectos más relevantes en el estudio de este extremo menos armónico, y eventualmente descarnado, de las relaciones interpersonales es la constatación de que tanto el carácter como el grado que alcanzan los comportamientos descorteses se hallan íntimamente relacionados con los contextos en que se desenvuelven, sean estos de carácter individual, cultural o institucional. A propósito de estos últimos, por ejemplo, se ha llamado la atención acerca de la existencia de diversos tipos de discurso en los que el comportamiento interaccional esperable por parte de los participantes es, justamente, el de la agresividad verbal y la descortesía, como ocurre con los debates políticos en sede parlamentaria (Martín Rojo, 2000; Harris, 2001) y electoral (Fernández, 2000; Blas Arroyo, 2001, 2003), los programas de entrenamiento militar (Culpeper, 1996; Bousfield, 2008) o las alocuciones en contextos mediáticos (Culpeper, 2005), como las que abordaremos en el presente artículo. Y es, especialmente en los últimos tiempos, las conductas ofensivas, la búsqueda del conflicto interpersonal, las interrupciones abusivas y desconsideradas hacia otros participantes, y demás comportamientos provocadores, se han convertido en práctica común en numerosos medios de comunicación, en particular la televisión (BLAS ARROYO, 2010, p. 184).

¹¹⁴ Entende-se autonomia, aqui, como independência, no sentido de que a descortesia se afigura como um fenômeno linguístico-discursivo que apresenta características passíveis de ser estudadas, sem que a circunscreva, necessariamente, sob os domínios da cortesia verbal. A descortesia não se configura no oposto da cortesia, mas possui normas e propriedades próprias (CULPEPER, 1996; Blas Arroyo, 2011; Kaul de Marleageon, 2005).

¹¹⁵ Dentre as diversas definições de descortesia, pode-se apresentar a de Kaul de Marleageon (2005): “Constituída de *comportamentos conscientes e estratégicos*, destinados a ferir a imagem do interlocutor, para responder a uma situação de enfrentamento ou desafio, ou com o propósito de começá-la. A grande maioria de seus atos são diretos. A descortesia é sempre uma agressão verbal do falante destinada ao ouvinte” (KAUL DE MARLEAGEON, 2005, p. 130, *grifos nossos*).

¹¹⁶ A concepção da descortesia como um fenômeno linguístico-discursivo que pode ocorrer de forma estratégica é apresentada por diversos autores que a analisam em *corpora* distintos: Blas Arroyo (2011), Culpeper (1996) García- Pastor (2007); Brenes Peña (2011); Bolívar (2005); Kaul de Marleageon (2005); Fernandez- García (2010; 2018) dentre outros.

verbal descortês, que ocorre, em determinadas situações de interlocução, de modo intencional e não marcado,¹¹⁷ com vistas a se alcançar um fim.

Assim, diversos autores¹¹⁸ têm explorado esse fenômeno interacional a partir da proposta de modelos alternativos de análise, levando-se em consideração a natureza do fenômeno em seus aspectos linguísticos, discursivos e, inclusive, argumentativos (Blas Arroyo, 2011; Eelen, 2001; Erlich, 1993), assim como os possíveis desdobramentos sociais decorrentes do uso crescente de um comportamento verbal agressivo, o qual perfaz diferentes contratos interacionais.

A descortesia tem sido estudada, ademais, como recurso estratégico com vistas à construção de uma imagem de afiliação que assegure, de modo efetivo, relações de solidariedade entre seus participantes, nas quais os atos de descortesia fingida (*mock impoliteness*) ou como descortesia de afiliação, conforme a denomina Zimmerman (2005), na medida em que os atos de ameaça se configuram em estratégias de aproximação entre os interactantes. Nesse caso, os atos de descortesia são reconfigurados, devido ao contexto de interação – trata-se de jovens com estreita relação de amizade, de modo que os atos de falsa descortesia se afiguram como recursos ou estratégias de identificação entre os membros de um dado grupo. Os efeitos interacionais desses atos são positivos e sua realização colabora com a criação de uma imagem colaborativa ou de afiliação dos interlocutores, mediante a qual os sujeitos se filiam ao grupo, estabelecendo relações de identidade e de aproximação.

Em seu trabalho acerca das práticas de comportamento verbal agressivo nas forças armadas, Culpeper (1996; 2011) delibera de que modo o uso de uma descortesia institucionalizada por parte dos militares ritualiza-se e se, de fato, pode vir a se naturalizar em atividades comunicativas similares. Nesses encontros de interlocução, observa-se um tipo de interação marcadamente assimétrica, cujas relações de poder repercutem, sobremaneira, no modo pelo qual os subordinados são ofendidos pelos seus superiores. Em outras palavras, o comportamento verbal descortês passa a se configurar de maneira ritualizada, na medida em que a norma é, necessariamente, proceder ao estabelecimento do conflito.

Além do discurso entre membros do exército, Culpeper (1996; 2011) procede ao exame de outros ambientes de interação, também regidos pelo confronto verbal, como os programas de concursos, mais especificamente, um concurso britânico veiculado por um programa de

¹¹⁷ Trata-se de um comportamento esperado em determinados ambientes de interação, cuja norma é o conflito; não a busca do estabelecimento de trocas harmônicas (BLAS ARROYO, 2011; CULPEPER, 1996).

¹¹⁸ Brenes Peña (2011); Blas Arroyo (2011); Culpeper (1996; 2011); Eelen (2001); Erlich (1993), Kaul de Marlangeon, (2005; 2014); Bolívar (2005; 2013), Marques (2012; 2017), dentre outros.

televisão, o *The Wikest Link*, no qual os participantes têm sua imagem sob a ameaça de juízes que empreendem atos de descortesia como forma de entretenimento ou espetáculo. Vale ressaltar que Culpeper (1996; 2011) aplica seu modelo de descortesia verbal, ainda, em *corpora* constituídos de textos da esfera literária, analisando os comportamentos descorteses em textos dramáticos.

Com o advento da televisão e a crescente propagação da informação pela mídia, de modo progressivo, ao longo dos anos, emergem novos programas que, veiculados pelo principal meio de comunicação de massas – a televisão – cumprem a função de atingir audiências exponenciais. Há, desse modo, um crescente interesse, por parte da audiência e dos organizadores desses programas, em fazer uso da descortesia como forma de espetáculo. Esse fato pode ser explicado por razões diversas, como, por exemplo, se observarmos que, na mídia, há um contínuo incremento do que se denomina como uma “cultura da crítica” (Blas Arroyo, 2010) à qual subjazem os discursos que exploram a imagem de seus participantes. A esse respeito, Blas Arroyo (2010) chama a atenção para o fato de que a descortesia considerada como forma de entretenimento, com a finalidade de gerar efeitos de humor, vem sendo incrementada por contextos midiáticos como a televisão:

Contudo, mais relevantes são as observações que sublinham os vínculos de descortesia com o humor, o entretenimento ou o espetáculo [...] Relações que, efetivamente, se incrementam em contextos midiáticos como a televisão (BLAS ARROYO, 2010, p. 202).¹¹⁹

O autor vai mais além: para Blas Arroyo (2010), o interesse dos telespectadores em assistir a tais programas, tomando como forma de entretenimento o ataque à imagem de seus participantes, justifica-se pelo fato de haver certo “prazer voyeurístico”, na medida em que os telespectadores se regozijam ao assistir aos conflitos e situações negativas que ameaçam a imagem dos participantes de interações dessa natureza.

Trata-se, segundo Blas Arroyo (2010), de um sentimento de segurança e de superioridade despertado nos telespectadores que se apresentam como testemunhas de um conflito sem, no entanto, incorrerem no risco de sofrer a mesma situação de ameaça, já que por trás da tela de televisão, encontram-se livres e seguros, no mundo real:

Nessa, o conteúdo da descortesia está intimamente associado a fatores psicossociais que explicam a atitude dos espectadores, como um certo prazer voyeurista ao observar os males e conflitos que aborrecem os outros, ou os sentimentos de segurança e

¹¹⁹ Tradução nossa do original em espanhol: Con todo, más relevantes son las observaciones que subrayan los vínculos de la descortesia con el humor, el entretenimiento o el espectáculo [...] Unas relaciones que, logicamente, se incrementan en contextos mediáticos como la televisión (BLAS ARROYO, 2010, p. 202).

superioridade que os inspiram a ser meras testemunhas de relações desarmonicas, das quais, felizmente, encontram-se livres na vida real (BLAS ARROYO, 2010, p. 202).¹²⁰

Outro aspecto a ser mencionado, no que tange aos programas cuja finalidade é fazer uso do comportamento verbal descortês e, consecutivamente, da vulnerabilidade de seus participantes – em se tratando de sua autoimagem – diz respeito ao tipo de esquema de participação verificado nesses ambientes interacionais. Trata-se de programas cujo quadro participativo é manipulado, sobremaneira, para atrair o telespectador. Nesses eventos discursivos, o verdadeiro interlocutor é, muitas vezes, um destinatário que não participa fisicamente da atividade comunicativa, tal como pode ser observado nos debates políticos, sejam eles parlamentares ou eleitorais. Não obstante, pode-se afirmar que é, justamente, em função desse auditório que tal evento comunicativo se desenvolve.

Nesse sentido, observa-se que, para atingir o maior número de telespectadores possível, diversos programas procedem à exploração do conflito como forma de espetáculo, fazendo uso do ataque à imagem de seus participantes como instrumento de persuasão do auditório, para o qual os comportamentos agressivos são um atrativo. Cumpre assinalar que, nesse tipo específico de interação, a descortesia cumpre finalidades estratégicas, sendo, pois, utilizada de modo deliberado. Em seu estudo intitulado: *Descortesía verbal y tertulia televisiva*, Brenes Peña (2011) faz uma análise dos tipos de procedimentos descorteses empregados com o intuito de rechaçar a face dos participantes do evento comunicativo, com vistas a garantir a audiência. Trata-se de um gênero denominado *tertúlias televisivas*.

A autora assinala ainda que, em determinadas atividades comunicativas, os atos de cortesia assumem papel egocêntrico, ao passo que a descortesia, empregada como forma de entretenimento, cumpre finalidades discursivas motivadas por interesses de persuasão, apresentando-se como um recurso a serviço do trabalho de argumentação, isto é, como um meio de promover a persuasão do receptor:

Em outras palavras, cortesia e descortesia verbal, sendo fenômenos marcados, sempre envolvem a contemplação de se alcançar um objetivo final. A (des) cortesia verbal, portanto, foi utilizada a serviço da argumentação, sendo entendida em sentido amplo, não como demonstração da validade de uma conclusão, mas como meio de persuasão da vontade do destinatário (BRENES PEÑA, 2011, p. .59).¹²¹

¹²⁰ Tradução nossa da versão original em espanhol: En esta, el contenido de la descortesía se halla intimamente asociado a factores psico-sociales que explican la actitud de los espectadores, como un cierto placer voyeurístico al observar los males y conflictos que atenazan a los demás, o los sentimientos de seguridad y superioridad que inspira el ser meros testigos de unas relaciones inarmónicas de las que, afortunadamente, ellos se ven libres en la vida real (BLAS ARROYO, 2010, p. 202).

¹²¹ Tradução nossa da versão original em espanhol: En otras palabras, la cortesía y la descortesía verbal, al ser fenómenos marcados, siempre implican la contemplación de una finalidad última. La (des) cortesía verbal, por tanto, se utiliza a servicio de la argumentación, entendiéndose esta en sentido amplio, no como la demostración de

Assim como Brenes Peña (2011), Blas Arroyo (2010) procede ao exame das estratégias de descortesia em contextos midiáticos, tomando como objeto de análise um concurso musical na forma de um *reality show*, chamado “Operación Triunfo”, no qual os jurados ridicularizam e humilham os participantes, por intermédio de atos de ameaça distintos.

Blas Arroyo (2010) objetiva, nesse estudo, investigar de que modo se orquestram os atos de ameaça em um tipo de descortesia de entretenimento, refletindo acerca da possibilidade de neutralização da agressividade verbal que, em situações discursivas dessa natureza, assumem características lúdicas.

O autor chama a atenção para o fato de que se trata de um discurso situado em uma comunidade de prática descortês regida por condutas comunicativas agressivas, reforçadas pelo fato de haver, nesse contexto de interação, relações de poder marcadamente assimétricas, estabelecidas entre jurados e participantes do concurso. A agressividade acentua-se, conforme destaca Blas Arroyo (2010), devido ao fato de estabelecerem-se alianças ou coalisões entre jurados e alguns participantes do concurso, em detrimento de outros, em um hábil “jogo dialético”, por meio do qual se reforça o dissenso. O entretenimento é obtido graças à exploração da imagem dos participantes, por meio da qual se intenta obter o interesse do telespectador e, consecutivamente, sua atenção. Entretanto, pode haver alianças ou coalisões entre os participantes do programa e parte da audiência que, muitas vezes se identifica com as vítimas dos ataques. Assim, observa-se que, nesse complexo jogo de construção e de desconstrução das imagens, o público acaba sendo atraído pela natureza agressiva do evento discursivo.

Não há dúvida de que esses fatores explicam também o comportamento de uma parte significativa da audiência, tanto no que se refere à que assiste ao programa através da televisão em suas casas, como aquela que, na platéia, reage com regozijo diante das agressões sem misericórdia de nossos jurados (BLAS ARROYO, 2010, p. 202).¹²²

Nesse sentido, pode-se afirmar que, além de entreter, a descortesia constitui-se como um fenômeno estratégico, na medida em que é por meio da exploração da imagem dos interactantes que se atraem os espectadores: “Definitivamente, poderíamos elucubrar acerca de

la validez de una conclusión, sino como medio de persuasión de la voluntad del receptor (BRENES PEÑA, 2011, p.59).

¹²² Tradução nossa do original em espanhol: No cabe duda de que estos factores explican también el comportamiento de una parte significativa de la audiencia, tanto la que ve el programa a través del televisor de sus casas, como la que, en el platô, reacciona con regocijo ante las agresiones inmisericordes de nuestro jurado (BLAS ARROYO, 2010, p. 202).

uma descortesia não genuína, perfeitamente orquestrada para o disfrute dos telespectadores e o interesse comercial [...]”(BLAS ARROYO, 2010, p. 187).¹²³

Além dos *corpora* mencionados, observa-se, ademais, o emprego da descortesia com função estratégica no gênero discurso publicitário, amplamente analisado por Alcaide Lara (2010) em seu trabalho intitulado “*La decortesia (también) “vende”: acercamiento al estudio de estrategias descorteses en el discurso publicitario*”, no qual a autora propõe o exame das estratégias utilizadas com o propósito de atacar a imagem social do destinatário dos anúncios com vistas a atraí-lo, no intuito de persuadi-lo a comprar:

Essas estratégias são utilizadas no discurso publicitário com o único propósito de afetar a imagem social do destinatário, que será restaurada no mesmo instante em que adquira o produto ou utilize os serviços oferecidos pela marca ou anúncio, ou simplesmente fica convencido das qualidades do mesmo. [...] Uma descortesia que, portanto, tem caráter “estratégico” [...] tem como finalidade primordial incitá-lo a comprar, adquirir produtos, solicitar serviços, a atuar, ou necessidades próximas que levam diretamente ao produto. Em outras palavras, persuadir (ALCAIDE LARA, 2010, p. 222).¹²⁴

Para Alcaide Lara (2010), o anúncio publicitário afigura-se com um tipo de discurso de caráter argumentativo-persuasivo, já que a autora o caracteriza como um evento dotado de “conflitualidade” e “polêmica”, noções a partir das quais se intenta, mediante o ataque à autoimagem social do interlocutor, mobilizá-lo a agir. Nesse sentido, a descortesia assume, assim como nos demais casos – de descortesia midiático lúdica, descortesia de entretenimento, descortesia persuasiva midiática – propósitos persuasivos.

Devemos partir do fato de que o publicitário é um tipo de discurso com um caráter fundamentalmente argumentativo-persuasivo, no qual toma especial relevância o conceito de “polemicidade” ou “conflitividade” (ALCAIDE LARA, 2010, p. 224).¹²⁵

Nesse estudo, Alcaide Lara (2010) assinala, ainda, que o público-alvo dos anúncios publicitários, aos quais se destinam os procedimentos descorteses, não intervém, no entanto,

¹²³ Tradução nossa da versão original em espanhol: En definitiva, podríamos estar elucubrando acerca de una descortesia no genuína, perfectamente orquestrada para el disfrute de los espectadores y el interés comercial [...] (BLAS ARROYO, 2010, p.187).

¹²⁴ Tradução nossa do original em espanhol: Dichas estrategias se utilizan en el discurso publicitario con el único propósito de afectar a la imagen social del destinatario, que será restaurada en el mismo instante en que este adquiere el producto o utiliza los servicios ofrecidos por la marca anunciante, o simplemente queda convencido de las bondades del mismo. [...] Una descortesia que, por supuesto, tiene carácter “estratégico”. [...] tiene como finalidad primordial incitarlo a comprar, adquirir productos, solicitar servicios, a actuar, o crearle necesidades que lleven directamente al producto. En una palabra, persuadir (ALCAIDE LARA, 2010, p. 222).

¹²⁵ Tradução nossa do original em espanhol: Debemos partir del hecho de que el publicitario es un tipo de discurso con un carácter fundamentalmente argumentativo-persuasivo, en el que toma especial relevancia el concepto de “polemicidad” o “conflictividad” (ALCAIDE LARA, 2010, p. 224).

diretamente no esquema comunicativo. Trata-se de um sujeito ou entidade, segundo a autora, em função do qual o discurso se realiza e se erige, uma vez que está voltado para esse interlocutor que, não obstante, não apresenta possibilidade de resposta, porque não está, fisicamente, em uma interação física com o anunciante:

Simplificando, implicitamente, física ou discursivamente, o objeto do discurso, objetivo de estratégias descorteses, deve ser incluído no esquema comunicativo no qual essas estratégias são colocadas em prática, de modo a prever uma possível reação factual ou linguística, da pessoa (marca), cuja imagem se deteriorou, independentemente da reação do último destinatário, que em publicidade é realmente o cliente a ser capturado. Portanto, seu papel discursivo é diverso, pois é o objeto do discurso e, ao mesmo tempo, o destinatário desse discurso descortês (ALCAIDE LARA, 2010, p. 238).¹²⁶

É importante observar, no que diz respeito à configuração dos papéis discursivos dos anúncios publicitários, em se tratando da estrutura de participação dos interactantes, que os atos descorteses estratégicos, assim como o trabalho de persuasão, orientam-se, justamente, para um tipo bastante singular de interactante: um terceiro indivíduo que intervém em interações circunscritas nesse formato, de modo indireto ou implícito.

Alcaide Lara (2010) assinala que, nesse tipo de discurso, emprega-se o que a autora denomina como “descortesia a terceiros”, tipo de descortesia estratégica que se configura em atos ou comportamentos descorteses destinados a rechaçar a imagem social de seu interlocutor de forma tática, com propósitos tácitos de persuasão. Trata-se de uma forma de descortesia que se manifesta pelo uso de recursos linguísticos¹²⁷, cuja função não se restringe, tão somente, em afetar a imagem alheia, mas sim em atacar para levar esse terceiro interlocutor a tomar ações, de modo efetivo, mobilizando-o a fazer algo, em decorrência dos atos descorteses que lhes são destinados. Assim, cumpre reiterar que o autêntico destinatário assume uma forma discursivamente implícita (Alcaide Lara, 2010), já que não se apresenta, de modo explícito, como um participante do evento comunicativo, visto que esse “verdadeiro” destinatário, conforma assinala a autora, não interage “fisicamente” no discurso publicitário.

Assim, por exemplo, dentro do fenómeno “descortesia a terceiros” poderiam se incluir todas aquelas formas de descortesia que têm como objetivo um sujeito ou entidade que não intervém em um esquema comunicativo pontual, mas cuja finalidade é levar

¹²⁶ Tradução nossa da versão original em espanhol: Simplificando, de forma física o de forma discursivamente implícita, el objeto de discurso objetivo de las estrategias descorteses, debe estar incluído en el esquema comunicativo en el que se están poniendo en práctica dichas estrategias, de tal manera que se prevea una posible reacción, factiva o lingüística, de la persona (marca), cuya imagen se ha deteriorado, al margen de la reacción del destinatário último, que en publicidad es realmente el cliente al que hay que captar. Por lo tanto, su papel discursivo es diverso, pues es objeto de discurso a la vez que verdadero destinatario de ese discurso descortés (ALCAIDE LARA, 2010, p. 238).

¹²⁷ Segundo Esperanza Alcaide Lara (2010), esses elementos linguísticos estão, geralmente, associados, socialmente, a atividades descorteses.

esse mesmo sujeito a reagir [...] questionando a imagem do outro (ALCAIDE LARA, 2010, p. 242).¹²⁸

Nesse sentido, Alcaide Lara (2010) afirma que a descortesia estratégica, destinada a terceiros, com propósitos de persuasão, mediante o ataque, consiste em um fenômeno discursivo que pode ser, inclusive, observado em outros âmbitos ou eventos comunicativos, cujos destinatários reais constituem-se em um participante implícito, o qual pode ser representado por um sujeito físico ou por uma entidade. Trata-se dos debates eleitorais televisionados, segundo a autora.

Outro estudo a ser mencionado, referente às pesquisas acerca da descortesia em sua função estratégica, no texto intitulado: *Argumentación, (des)cortesía y género en el discurso parlamentario*, é o trabalho de Catalina Fuentes Rodriguez (2010) cujo objeto de análise é o discurso político, mais especificamente, o debate parlamentar. Nesse estudo, a autora assinala que o discurso político é construído a partir de um complexo processo de polarização, mediante o qual os interactantes procedem à representação agressiva dos membros de um “exogrupo”, ao qual se opõem os participantes de um “endogrupo”, cujos valores e ideologias se busca reafirmar e veicular por meio de comportamentos verbais agressivos.

O discurso político está construído em torno de uma polarização de espaços cognitivos [...] vários conjuntos de representações se opõem de maneira, geralmente, agressiva. O objetivo é apresentar a si próprio como o verdadeiro e impor-se ao sistema contrário. Isso justifica os mecanismos discursivos empregados, e, sobretudo, os recursos argumentativos, dentro dos quais se encontra o emprego da descortesia ou violência verbal [...] (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p.3).¹²⁹

Por outro lado, cumpre observar que esses comportamentos verbais agressivos, que consistem em atos estratégicos de descortesia, atuam de modo a persuadir um terceiro participante, mediante o ataque da imagem do outro debatedor para, em contrapartida, construir-se uma autoimagem colaborativa com o verdadeiro destinatário da troca verbal, o eleitor. Para isso, Fuentes Rodriguez (2010) parte de uma análise da (des)cortesía considerada

¹²⁸ Tradução nossa da versão original em espanhol: Así, por ejemplo, dentro del fenómeno de “descortesía a terceros se podrían incluir todas aquellas formas de descortesía que tienen como objetivo un sujeto o entidad que no interviene en el esquema comunicativo puntual, pero cuya finalidad generalmente es hacer reaccionar a esse mismo sujeto [...] poniendo en entredicho la imagen de otro (ALCAIDE LARA, 2010, p. 242).

¹²⁹ Tradução nossa da versão original em espanhol: El discurso político está construído en torno a una polarización de espacios cognitivos[...] varios conjuntos de representaciones se oponen de manera, generalmente, agresiva. El objetivo es presentar lo propio como lo verdadero y imponerse al sistema contrario. Esto justifica los mecanismos discursivos empleados, y, sobre todo, los recursos argumentativos, dentro de los cuales se encuentra el empleo de la descortesía o la violencia verbal[...] (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p. 3).

como um instrumento argumentativo¹³⁰ que, utilizada em um ambiente de interlocução fortemente agônico e persuasivo, contribui para reforçar a confrontação ideológica e argumentativa diante de um público eleitor, ao qual se busca convencer:

Tudo isso se concentra na construção da imagem dos próprios participantes (Goffman 1959, 1967, Brown - Levinson 1987): um “eu” criado para esse tipo de interação (Arundale 2006, Spencer – Oatey 2007). É um papel de grupo: os parlamentares são porta-vozes de uma ideologia e do orçamento de uma comunidade de prática. Seu receptor é triplo: o próprio grupo, ao qual o requerente deve demonstrar sua força e habilidade; o grupo oponente, com o qual se estabelece o confronto ideológico e argumentativo, e o público votante, dotado de poder, que tenta persuadir sua eficácia e a bondade de suas propostas (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p. 3).¹³¹

A descortesia afigura-se, pois, como um recurso que visa a defender as teses próprias e, concomitantemente, atacar as teses do oponente, visto que se trata de um discurso polarizado : “Portanto, a argumentação parlamentar está polarizada em: – defender a própria postura; – atacar as dos outros” (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p. 5)¹³².

Em outras palavras, para defender e consolidar as próprias convicções, nesse tipo de interlocução, os políticos procedem ao enfrentamento e refutação das teses alheias. Fuentes Rodriguez (2010) denomina esse fenômeno interacional como um tipo de “descortesia para a construção da imagem”. Esse fenômeno é analisado pela autora, o qual promove não só o enfrentamento e o aprofundamento da polarização entre endogrupo e exogrupos; mas também a construção de uma autoimagem profissional e de identidade – na medida em que, por meio de um discurso marcadamente agressivo, muitos políticos estabelecem a figura de um candidato forte.

Assim, por meio desse tipo específico de descortesia, conforme pontua Fuentes Rodriguez (2010), intenta-se proceder à construção de uma imagem poderosa, da autoimagem de um bom argumentador e de um político “brilhante, capaz e agressivo” (Fuentes Rodriguez,

¹³⁰ Tradução nossa da versão original em espanhol: Segundo Fuentes Rodriguez (2010), tanto a cortesia, quanto a descortesia afiguram-se em instrumentos de estratégicos, sendo denominados, inclusive, como um tipo de mecanismo argumentativo: “argumentación y cortesia se encuentran íntimamente entrelazados y el texto político aún más, ya que se trata de un texto con proyección pública y muy ritualizado. En este artículo pretendemos mostrar las estrategias argumentativas empleadas por hombres y mujeres en el Parlamento andaluz [...] (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p. 2).

¹³¹ Tradução nossa do original em espanhol: Todo ello se enfoca hacia la construcción de la imagen de los propios participantes (Goffman 1959, 1967; Brown & Levinson, 1987): un “self” creado para este tipo de interacción (Arundale 2006, Spencer –Oatey 2007). Es un rol grupal: los parlamentarios son portavoces de una ideología y de los presupuestos de una comunidad de práctica. Su receptor es triple: el propio grupo, ante el que el postulante tiene que demostrar su fuerza y capacidad; el grupo contrario, con el que establece la confrontación ideológica y argumentativa, y el público votante, dotado de poder, al que se intenta persuadir de su eficacia y de la bondad de sus propuestas (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p. 3).

¹³² Por tanto, la argumentación parlamentaria está polarizada en: – defender la postura propia; – atacar la de los otros (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p. 5).

2010), em detrimento da apresentada pelo político adversário: “Esta é uma função estratégica que compartilha o âmbito parlamentar com o midiático: descortesia para a construção da imagem” (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p.5).¹³³ Segundo Fuentes Rodriguez (2010), a descortesia para a construção da imagem configura-se como um fenômeno interacional observável tanto do debate parlamentar, quanto no debate midiático, isto é, no debate eleitoral televisionado.

O resultado é uma argumentação forte, com a intensificação como característica fundamental [...] No entanto, às vezes, é utilizada ‘por alguns parlamentares [...] como característica definidora de sua identidade, de sua imagem ou papel [...] no enfrentamento verbal, para projetar-se como argumentador brilhante, capaz e agressivo (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p. 3).¹³⁴

Além disso, o estudo acerca da descortesia, empreendido por Fuentes Rodriguez (2010), aponta para o fato de que, no discurso político, a descortesia cumpre, pois, os seguintes propósitos ou finalidades discursivas: atacar ou deslegitimar a imagem alheia¹³⁵ – estabelecendo um ambiente discursivo polarizado – construir uma imagem profissional ou pública (imagem de rol) positiva; e, por fim, persuadir um terceiro participante¹³⁶, no caso, o eleitor, mediante a desconstrução do discurso alheio.

Nesse sentido, a autora afirma que as estratégias descortesas colaboram com a projeção de uma identidade com contornos próprios, assim como com o estabelecimento de uma autoimagem profissional (*imagen de rol*) sólida. Em outras palavras, a descortesia configura-se, segundo Fuentes Rodriguez (2010) em um instrumento estratégico que se emprega em prol da argumentação e da constituição de uma autoimagem social e profissional favoráveis.

Ao mesmo tempo, o parlamentar projeta uma imagem pessoal, cria um “eu” que, a despeito de estar inscrito como membro do grupo e falar em seu nome, intenta desenhar uma identidade pessoal sobre o grupo. [...] Busca destacar-se reivindicar sua imagem, legitimar-se como o melhor representante do grupo. Para isso, recorre a uma argumentação que pretende ser brilhante, na qual utiliza-se a descortesia como uma arma (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p.5).¹³⁷

¹³³ Es esta una función estratégica que comparte el ámbito parlamentario con el mediático: descortesía para la construcción de la imagen (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p. 5).

¹³⁴ Tradução nossa da versão do original em espanhol: El resultado es una argumentación fuerte, con la intensificación como característica fundamental[...] Sin embargo, a veces es utilizada por algunos parlamentarios [...] como rasgo definitorio de su identidad, de su imagen o rol[...] en el enfrentamiento verbal, para proyectarse como argumentador brillante, capaz y agresivo (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p. 3).

¹³⁵ Tradução livre da versão do original em espanhol: Todo un inventario de la retorica clásica al servicio de un objetivo: la argumentación de ataque, de minusvaloración del contricante (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p. 9).

¹³⁶ A autora reconhece que, devido à estrutura participativa do debate parlamentar, cumpre observar o papel de um terceiro participante, o qual se busca persuadir, daí sua importância: “ Su receptor es triple: el próprio grupo [...] y el público votante, dotado de poder, al que se intenta persuadir [...]” (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p. 3).

¹³⁷ Al mismo tiempo, el parlamentario proyecta una imagen personal, crea un yo que, a pesar de estar inscrito como miembro del grupo y hablar en su nombre, intenta dibujar una identidad personal por encima de él [...] Busca

A questão do conflito na interação, atrelado à retórica argumentativa, tem sido amplamente estudada por Frances D. Erlich (1993), cujo trabalho incide sobre os desdobramentos linguístico-discursivos da polêmica em interações dialogadas, dentre elas, o discurso político, à luz dos construtos teóricos da Pragmática Discursiva e da Teoria da Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]).

De acordo com Erlich (1993), em contextos de interação marcados pelo dissenso, observa-se que os comportamentos agressivos estão orientados de modo a fixar ou reforçar as posições do falante para, em contrapartida, refutar as dos demais interlocutores. Para isso, segundo a autora, os interlocutores recorrem ao emprego de estratégias retórico-argumentativas, a partir das quais os falantes procedem à valorização das faces em detrimento da face alheia, mediante o emprego das estratégias de legitimação e deslegitimação¹³⁸.

A interação oral ou escrita nos textos produzidos neste âmbito discursivo ocorre em um cenário de enfrentamento que favorece o desenvolvimento de textos contrapostos nos quais se recorre a diversas estratégias retórico-argumentativas para fixar a própria posição e rebater a de outros (ERLICH, 2007, p.268).¹³⁹

Como assinala em minha análise de encontros dialogados polêmicos, também utilizo aportes da “nova retórica” e, ademais, aplico a noção sociológica de imagem (Goffman, 1967). Nesse tipo de interação, cada participante se preocupa por enaltecer, manter e defender sua imagem, ao mesmo tempo em que trata de menosprezar a de seu interlocutor. Identifico no corpus estratégias de argumentação retórica que o locutor utiliza para valorizar sua imagem e desvalorizar a de seu interlocutor (ERLICH, 2007, p. 270).¹⁴⁰

Diante do exposto, pode-se afirmar, pois, que a descortesia se afigura como um fenômeno linguístico-discursivo de natureza social que, em determinados contextos, assume funções estratégicas e, inclusive, contornos argumentativos, reverberando em termos persuasivos, sobretudo em se tratando de *corpora* cuja finalidade é obter a adesão de seus

destacar, reivindicarse, legitimarse como el mejor representante del grupo. Para ello recurre a una argumentación que pretende brillante, en la que la descortesía se utiliza como una arma. (FUENTES RODRIGUEZ, 2010, p. 5).

¹³⁸ Trata-se de funções estratégicas intrínsecas ao discurso político, segundo Chilton e Schäffner (2000), cujos estudos têm influenciado diversos estudiosos de interações políticas, tais como: Blas Arroyo (2011); Bolívar (2005), Erlich (1993), Fernandes García (2018), dentre outros.

¹³⁹ Tradução nossa da versão original em espanhol: La interacción oral o escrita en los textos producidos en este ámbito discursivo ocurre en un escenario de enfrentamiento que favorece el desarrollo de textos contrapuestos en los que se recurre a diversas estrategias retórico-argumentativas para fijar la propia posición y rebatir la de otros (ERLICH, 2007, 268).

¹⁴⁰ Tradução nossa da versão original em espanhol: Como señalé, en mi análisis de encuentros dialogados polémicos, también utilizo aportes de la “nueva retórica” y, además, aplico la noción sociológica de imagen (Goffman, 1967). En este tipo de interacción, cada participante se preocupa por enaltecer, mantener y defender su imagen al tiempo que trata de menoscarbar la de su interlocutor. Identifico en el corpus estrategias de argumentación retórica que el locutor utiliza para valorizar su imagen y desvalorizar la de su interlocutor (ERLICH, 1993, p 100).

interlocutores – presentes fisicamente na interação ou não. Erlich (1993) assinala que os falantes fazem uso de estratégias retóricas e argumentativas, empregadas ora no intuito de valorizar sua imagem, ora para desvalorizar o outro, fato que corrobora a assunção de que a descortesia pode cumprir, de fato, determinadas funções discursivas, inclusive argumentativas, não podendo ser concebida, como muitos a consideraram por muito tempo, como um desvio de normas corteses, tão somente, mas sim como uma manifestação discursiva dotada de regras próprias, com finalidades bem definidas, a depender do tipo de contrato interlocutório e do evento comunicativo no qual se inscreve.

4.4 O modelo de descortesia elaborado por Culpeper (1996; 2011)

Partindo do paradigma postulado por Brown e Levinson (1987[1978]) acerca da cortesia verbal – compreendida como um conjunto de estratégias com vistas a manter ou reparar o equilíbrio da interação – Culpeper (1996; 2011) estabelece um modelo de análise voltado para explicar a descortesia. Nesse modelo, apresentam-se estratégias de descortesia que, de acordo com o autor, opõem-se às estratégias de cortesia, elencadas por Brown e Levinson (1987[1978]), em virtude de servirem como meios de ataque à face, em situações de enfrentamento:

Cada uma dessas superestratégias de cortesia tem sua superestratégia de descortesia antagônica. [...] Em vez de incrementar ou dar suporte à imagem, as superestratégias da descortesia são um meio de atacar a imagem (CULPEPER, 1996, p.290).¹⁴¹

Em seu tratado, Culpeper (1996;2011) estabelece, pois, estratégias paralelas às arroladas por Brown e Levinson (1987[1978]) que, em contrapartida, configuram-se no oposto: no caso, em estratégias de descortesia, a saber: descortesia direta, descortesia positiva, descortesia negativa, falsa cortesia (*mock politeness*) ou sarcasmo e descortesia indireta.¹⁴²

¹⁴¹ Tradução nossa do original em inglês: Each of these politeness superstrategies has its opposite impoliteness super- strategy. They are opposite in terms of orientation to face. Instead of enhancing or supporting face, impoliteness superstrategies are a means of attacking face (CULPEPER, 1996, p. 290).

¹⁴² (1) Bald on record impoliteness - the FTA is performed in a direct, clear, unambiguous and concise way in circumstances where face is not irrelevant or minimised. It is important to distinguish this strategy from Brown and Levinson's Bald on record. For Brown and Levinson, Bald on record is a politeness strategy in fairly specific circumstances. For example, when face concerns are suspended in an emergency, when the threat to the hearer's face is very small (e.g. "Come in" or "Do sit down"), or when the speaker is much more powerful than the hearer (e.g. "Stop complaining" said by a parent to a child). In all these cases little face is at stake, and, more importantly, it is not the intention of the speaker to attack the face of the hearer. (2) Positive impoliteness - the use of strategies designed to damage the addressee's positive face wants. (3) Negative impoliteness - the use of strategies designed to damage the addressee's negative face wants. (4) Sarcasm or mock politeness - the FFA is performed with the use of politeness strategies that are obviously insincere, and thus remain surface realisations. (5) Withhold

Neste estudo, cumpre analisar, de modo mais aprofundado, a falsa cortesia (*mock politeness*), devido à sua relevância em se tratando de um tipo de estratégia que, de maneira efetiva, apresenta-se como um recurso deveras utilizado em situações de enfrentamento. Culpeper (1996) faz as seguintes considerações acerca da pseudocortesia:

(4)Sarcasmo ou falsa cortesia- o FTA é realizado com o uso de estratégias de descortesia obviamente insinceras e, portanto, sua realização permanece na superfície [...] Meu entendimento do sarcasmo está próximo da concepção de ironia de Leech (1983). Ela declara o Princípio da Ironia (PI) da seguinte forma: "Se você deve causar ofensa, pelo menos faça-o de uma maneira que não entre em conflito com o PP [Princípio da Polidez], mas permita que o ouvinte chegue à ofensa indiretamente, por meio de uma implicatura " (1983: 82) (CULPEPER, 1996, p. 357).¹⁴³

De acordo com Culpeper (1996; 2011), a pseudocortesia (*mock politeness*) configura-se como um tipo de estratégia ofensiva que, no entanto, emerge de formas indiretas, isto é, por meio de uma implicatura. Grice (1975) postulou a existência de algumas máximas conversacionais em seus estudos acerca da eficiência do contrato interacional, responsáveis por manter o que o autor denominou como “princípio de cooperação”: a máxima da qualidade, a máxima da quantidade, a máxima do modo, e a máxima da pertinência. De acordo com Grice (1975), a violação dessas máximas pode acarretar efeitos diversos, dentre os quais, o aparecimento de implicaturas conversacionais.

No caso da pseudocortesia, há que se ressaltar que, por ser concebida como um mecanismo cujos efeitos são similares ao da ironia – Leech (1998) considera a falsa cortesia como uma forma de ironia – observa-se a violação, por conseguinte, da máxima da qualidade.

É evidente que isso é o oposto da harmonia social [...] Prefiro o uso do termo sarcasmo à ironia de Leech, já que a ironia pode ser usada para diversão e comédia. O sarcasmo (falsa cortesia para promover desarmonia social) é claramente o oposto de brincadeira (falsa descortesia para garantir a harmonia social) (CULPEPER, 1996, p.357).¹⁴⁴

politeness - the absence of politeness work where it would be expected. Brown and Levinson touch on the face-damaging implications of with- holding politeness work[...] (CULPEPER, 1996, p. 357).

¹⁴³Tradução nossa da versão original em inglês: (4) Sarcasm or mock politeness - the FFA is performed with the use of politeness strategies that are obviously insincere, and thus remain surface realisation [...] My understanding of sarcasm is close to Leech's (1983) conception of irony. He states the Irony Principle (IP) as follows: "If you must cause offence, at least do so in a way which doesn't overtly conflict with the PP [Polite- ness Principle], but allows the hearer to arrive at the offensive point of your remark indirectly, by way of an implicature." (1983: 82) (CULPEPER, 1996, p. 357).

¹⁴⁴ Tradução nossa da versão original em inglês: This is, of course, the opposite of the social harmony [...] I prefer the use of the term sarcasm to Leech's irony, since irony can be used for enjoyment and comedy. Sarcasm (mock politeness for social disharmony) is clearly the opposite of banter (mock impoliteness for social harmony) (CULPEPER, 1996, p.357).

Nos *corpora* em que predominam os atos descorteses, a pseudocortesia tem se mostrado um ato recorrente, que produz efeitos ameaçadores para os desejos de imagem daqueles a quem são destinados.

4.5. As categorias de afiliação exacerbada e de autonomia exacerbada (refratariedade): a descortesia de fustigação

Como vimos, o modelo de Brown e Levinson (1987[1978]) acerca da cortesia verbal apresenta a face e o fenômeno da cortesia verbal como princípios universais. Para os autores, a face positiva consiste na autoimagem pública, a qual todo indivíduo reclama para si ao longo da interação, investindo-a, pois, de emoções e expectativas (*face want*), na medida em que, ao apresentar uma determinada imagem social, busca-se, por meio de um complexo processo de gerenciamento das faces, a valorização e a aprovação dos demais participantes da interação.

No entanto, há muito se discute o fato de a face positiva e negativa não serem, em todas as culturas, valorizadas do mesmo modo. Em outras palavras, para algumas culturas ou grupos sociais, a proteção da face negativa – que corresponde ao desejo de não imposição e de liberdade – não é a prioridade, como nos casos das “sociedades de vergonha”. Nesse sentido, o predomínio da cortesia positiva ou negativa é, também, variável culturalmente.

Assim, podemos opor as sociedades nas quais predomina a polidez negativa (princípio: incomodar o mínimo possível e abrandar o máximo possível os FTAs inevitavelmente cometidos), e as sociedades nas quais, ao contrário, a polidez positiva é a preferida (produção abundante de FFAs: visitas, convites, presentes, elogios, etc.). [...] Podemos também contrastar as sociedades, conforme a importância relativa que elas atribuem ao território do eu ou, ao contrário, à face positiva. [...] Em outras sociedades, ao contrário, se atribuirá uma importância crucial à proteção de uma face positiva, particularmente sensível e vulnerável; as chamadas sociedades “de honra” (como as sociedades árabes) ou “de vergonha” (como a sociedade japonesa), nas quais para os interactantes importa, antes de mais nada, mitigar seu mútuo narcisismo; “fazer boa figura”, não “perder a face” e fazer com que o outro não a perca (KEBRART-ORECCHIONI, 2006, p. 125).

Assim, para algumas sociedades, o apreço ao grupo supera a necessidade de liberdade de imposição. Trata-se das culturas de aproximação, conforme assinala Bravo (2010), cujo interesse de seus membros é, justamente, o de se filiar a um determinado grupo social, com o qual se compactuam ideias e modos de agir. Desse modo, se para algumas culturas a autonomia – ou a necessidade de liberdade e de não imposição – é predominante, em outras, por outro lado, é a busca por uma autoimagem social e pública validada e aceita que se estabelece como principal objetivo.

Em Bravo (1999, 2003, 2005), afirma-se que este modelo implicou em sérias dificuldades para sua aplicação a outros contextos socioculturais que não correspondem àqueles subjacentes às interpretações que encontramos na teoria exposta no trabalho de Brown e Levinson (1987), levando a suposições errôneas por analistas que impedem descrever a complexa idiosincrasia das manifestações que o fenômeno da cortesia adota, dependendo de um conjunto de fatores contextuais internos e externos ao texto e à própria situação comunicativa. Uma das afirmações que causaram mais problemas na interpretação dos efeitos sociais de cortesia no corpus localizado foi assumir que aspectos da imagem social, o negativo (necessidade de não imposição de ações) e o positivo (necessidade de aprovação da personalidade e de que seus próprios desejos e pontos de vista sejam compartilhados) têm um caráter transcultural (BRAVO, 2010, p. 25).¹⁴⁵

Assim, vale lembrar, a respeito das concepções de faces positiva e negativa, os postulados de Bravo (2005; 2010), que propõe novas categorias de análise como alternativas às noções apresentadas por Brown e Levinson (1987[1978]), no que tange ao estudo das interações e, em específico, no processo de gestão da imagem: as noções de autonomia e de afiliação, as quais se configuram em atitudes de afastamento em relação a um determinado grupo ou de aproximação, respectivamente. Essas categorias são, segundo a autora, “vazias” ou “virtuais”, cujo sentido é preenchido em virtude de contingências socioculturais, não correspondendo, pois, aos princípios de faces negativa e positiva, postulados por Brown e Levinson (1987[1978]).

Em seu estudo acerca da descortesia no discurso político, Kaul de Marlangeon (2005) parte dessas categorias conceituais, empregando-as na elaboração de um novo modelo de análise das estratégias de descortesia, a qual denomina como *descortesia de fustigação*, por meio da qual os interlocutores procedem ao ataque, ora mediante a afiliação exacerbada a um grupo – procedendo ao ataque para defender seus valores e posicionamentos – ora por meio da autonomia exacerbada (refratariedade) em relação ao grupo, dispondo, assim, de procedimentos discursivos que possam dar suporte a uma imagem mais individual e singular. Para a autora, a descortesia configura-se, sobretudo, em um fenômeno social e linguístico, no qual o sujeito busca, de modo intencional e deliberado, fazer prevalecer sua cosmovisão e sua imagem, em detrimento dos desejos de imagens de seu ouvinte.

¹⁴⁵ Tradução nossa da versão original em espanhol: En Bravo (1999, 2003, 2005) se afirma que ese modelo ha implicado serias dificultades para su aplicación a otros contextos socioculturales que no se corresponden con los que subyacen a las interpretaciones que encontramos en la teoría expuesta en el trabajo de Brown y Levinson (1987), dando lugar a asunciones erróneas por parte de los/as analistas que impiden describir la compleja idiosincrasia de las manifestaciones que adopta el fenómeno de la cortésia dependiendo de un conjunto de factores contextuales tanto internos como externos al texto y a la propia situación comunicativa. Una de las afirmaciones que más problemas han causado a la hora de interpretar efectos sociales de cortésia en corpus situados ha sido asumir que los aspectos de la imagen social, el negativo (necesidad de no imposición en las acciones) y el positivo (necesidad de aprobación de la personalidad y de que se compartan los propios deseos y puntos de vista) tienen un carácter transcultural (BRAVO, 2010, p. 25).

Refratariedade [...] entendida como a autonomia exacerbada de ver-se e ser visto comopositor ao grupo, em uma atitude rebelde relativamente àquele que suscita sua oposição. É uma descortesia de fustigação que o falante descortês emprega para responder a um estado de desequilíbrio ou estabelecê-lo em prol de seus requerimentos de imagem, em detrimento do ouvinte afiliado a seu próprio grupo (KAUL de MARLANGEON, 2005, p. 166).¹⁴⁶

Assim, Kaul de Marlangeon (2005) define a *descortesia de fustigação* como um conjunto de comportamentos estratégicos, os quais se inscrevem, segundo a autora, em uma situação de enfrentamento, cujo propósito é, sobretudo, o de rechaçar diretamente a imagem do interlocutor:

Constituída por comportamentos conscientes e estratégicos, destinados a ferir a imagem do interlocutor, para responder a uma situação de enfrentamento ou desafio, ou com o propósito de começá-la. A grande maioria de seus atos são diretos. A descortesia é sempre uma agressão verbal do falante destinada ao ouvinte (KAUL DE MARLANGEON, 2005, p. 130).

Cumprasse assinalar que, em seu estudo acerca da descortesia verbal e seus efeitos discursivos, Kaul de Marlangeon (2003) procede, ademais, à análise do que denomina como “força argumentativa” que, no discurso polêmico, é decorrente de um “contínuo *cortesia-descortesia*”, cujo propósito é avaliar determinadas relações sociais em dado contexto de interação: o discurso do tango na década de 20, depreendendo-se, desse tipo específico de interação, o *ethos* evidenciado na cultura rio-platense.

Nesse sentido, a autora expõe um modelo com vistas a demonstrar que aos atos de cortesia e de descortesia entremeiam-se atos mais ou menos cortesões, num complexo processo de gradação.

Aqui apresentamos nossa segunda hipótese: as estratégias de cortesia (no sentido amplo do termo, que denota o continuum) não se aplicam apenas a esse objetivo reparador ou minimizador, mas também com o objetivo oposto de realizar o ato ameaçador ou acentuar sua ameaça, sem reparo da imagem, o que nos leva ao outro extremo do continuum: o da descortesia (KAUL DE MARLANGEON, 2003, p. 9).¹⁴⁷

Outro aspecto referente à crítica ao modelo proposto por Brown e Levinson (1987[1978]), que merece ser destacado, diz respeito ao papel do contexto e ao tipo de interação

¹⁴⁶ Tradução nossa da versão original em espanhol: Refratariedad[...] entendida como la autonomía exacerbada de verse y ser visto comopositor al grupo, en una atitude rebelde respecto de aquello que suscita su oposición. Es una descortesia de fustigación que emplea el hablante descortés para responder a un estado de desequilíbrio o entablarlo en pos de sus requerimientos de imagen en detrimento del oyente afiliado a su propio grupo (KAUL de MARLANGEON, 2005, p.166).

¹⁴⁷ Tradução nossa da versão original em espanhol: Aquí introducimos nuestra segunda hipótesis: las estrategias de cortesia (en el sentido lato del término, que denota al continuo) no sólo se aplican con aquel propósito reparador o minimizador, sino también con el propósito contrario de realizar el acto amenazador o acentuar su amenaza, sin reparación de imagen, lo cual nos lleva al otro extremo del continuo: el de la descortesia (KAUL DE MARLANGEON, 2003, p. 9).

e às suas especificidades. Para Kaul de Malargeon (2003; 2005), a descortesia não se deve, exclusivamente, aos fatores elencados por Brown e Levinson (1987[1978]), segundo os quais um ato de ameaça ocorre, tão somente, em decorrência das regras: poder, distância social e risco de perda da face – o qual, segundo os autores, se dá em função da gravidade de um ato de ameaça.

Segundo nossos autores, a escolha de estratégias codifica o risco calculado de um ato ameaçador de imagem cujo peso está medido em termos de variáveis sociais independentes P (poder), D (distância social) e R (nível de imposições definidas intraculturalmente sobre os requisitos de imagem (positiva e negativa) que são de conhecimento mútuo entre os membros de cada cultura. A importância de P, D e R reside naquilo que são fatores que envolvem a outros fatores, também importantes, como os situacionais. Assim, esses se incorporam a aqueles e os fazem variar situacionalmente, ou seja, em um contexto particular para um ato particular ameaçador de imagem (KAUL de MALARGEON, 2003, p. 10).¹⁴⁸

Por outro lado, observa-se que, segundo a autora, esses três fatores estão arraigados, de fato, a motivações situacionais, ou seja, a contextos específicos de interação, cujos desdobramentos resultam na variabilidade, no que tange à interpretação que se depreende do emprego de um ato ameaçador nas práticas comunicativas. Desse modo, observa-se que os efeitos de cortesia ou de descortesia dependem de uma ampla gama de variáveis, as quais, segundo Kaul de Marlangeon (2003), relacionam-se, sobretudo, ao contexto situacional.

Posteriormente, em um estudo deveras profícuo acerca dos tipos de comunidades (comunidades de fala, comunidades discursivas, comunidades de práticas corteses e comunidades de práticas descorteses), Kaul de Marlangeon (2014) aprofunda suas análises acerca da (des)cortesia, apresentando um estudo no qual coteja comunidades de prática corteses e comunidades de prática descorteses, distinguindo-as de comunidades de fala e de comunidades discursivas. Para a autora, faz-se necessário comparar e delimitar as características do que denomina como “unidades de análise do discurso (des) cortês. Essas unidades de análise são designadas pela autora como comunidades de práticas corteses e comunidades de práticas descorteses, levando-se em consideração sua natureza social,

¹⁴⁸ Según nuestros autores, la elección de estrategias codifica el riesgo calculado de un acto amenazador de imagen cuyo peso está medido en términos de las variables sociales independientes P (poder), D (distancia social) y R (rango de imposiciones definido intraculturalmente sobre los requisitos de imagen positiva y negativa) que son de conocimiento mutuo entre los miembros de cada cultura. La importancia de P, D y R reside en que son factores que involucran a otros también importantes como los situacionales. Así éstos se incorporan a aquéllos y los hacen variar situacionalmente, es decir, en un contexto particular para un acto particular amenazador de imagen (KAUL de MALARGEON, 2003, p. 10).

extralingüística e multidimensional, sob o enfoque teórico-metodológico da Pragmática Sociocultural¹⁴⁹:

El primer objetivo de la presente comunicación es comparar y delimitar las unidades de análisis del discurso de (des)cortesía denominadas comunidad de práctica cortés y comunidad de práctica descortés con las comunidades extralingüísticas de habla y discursiva. El segundo objetivo de este estudio es caracterizar la naturaleza social, extralingüística y multidimensional de tales comunidades de práctica cortés y descortés dentro del enfoque pragmático sociocultural (KAUL de MARLANGEON, 2014, p. 7).

Trata-se, segundo a autora, de “delimitar unidades onde ocorrem práticas e eventos sociais e culturais” (KAUL de MARLANGEON, 2014, p. 10), ou seja, não se busca, tão somente, proceder ao exame de atos de fala e turnos de fala (Kaul de Marlangeon, 2014), prática que difere de uma pragmática formal, cujo foco são os elementos linguísticos e estratégias cortesias, isto é, o âmbito frasal, desvinculado da observação de um contexto cultural e extralingüístico.

Para a autora, as comunidades de fala são aquelas que permitem que os sujeitos se reconheçam como pertencentes a um mesmo grupo linguístico, ou seja, indivíduos que apresentam “um modo comum de falar” (Kaul de Marlangeon, 2014). Já as comunidades de prática discursiva são aquelas cujo léxico especializado e compartilhado pelos integrantes de um determinado grupo o distingue de outro grupo ou comunidade discursiva. Trata-se de uma comunidade que possui um léxico repertoriado e um dado conhecimento compartilhado – que sejam comuns a todos seus interactantes, em um determinado tipo de evento comunicativo.

Em uma determinada *comunidade de prática discursiva*¹⁵⁰, seus membros compartilham e “encontram-se mutualmente envolvidos em uma tarefa particular”. Para a autora, o conceito de comunidade de prática deve ser considerado como uma unidade ou evento comunicativo que apresenta três dimensões: uma empresa conjunta, um compromisso mútuo e um repertório compartilhado entre seus membros.¹⁵¹

¹⁴⁹ Asimismo, al comparar la pragmática tradicional o formal de la cortesía con la pragmática sociocultural de la cortesía, Bravo (2009, 57) observa que la unidad de análisis de la pragmática tradicional es el acto de habla y las estrategias de cortesía presentes en el enunciado, mientras que la pragmática sociocultural considera las actividades comunicativas integrantes del texto que se hallan en relación de co-textualidad y de contextualidad en un episodio de dicho texto (KAUL de MARLANGEON, 2014, p. 9).

¹⁵⁰ En una comunidad discursiva puede haber disidencias, pero siempre mantenidas dentro del consenso y la interdependencia de sus miembros; en una comunidad de práctica descortés, por lo contrario, los comportamientos son independientes y carentes de compromiso mutuo. Mientras que los miembros de una comunidad discursiva reciben y responden mensajes informativos, los miembros de una comunidad de práctica descortés actúan según dos posibilidades: o bien procuran unilateralmente comportamientos descorteses, o bien intercambian hostilidades (KAUL de MARLANGEON, 2014, p. 16-17).

¹⁵¹ [...] el concepto de comunidad de práctica debe ser visto como una unidad que posee tres dimensiones: empresa conjunta, compromiso mutuo y repertorio compartido (KAUL de MARLANGEON, 2014, p. 13).

No caso do discurso político, observa-se que os debatedores pertencem a uma mesma comunidade de fala e de prática discursiva – ambos fazem uso do mesmo dialeto e de um léxico específico e formas de comportamento verbal intrínsecas a esse tipo de evento comunicativo.

As comunidades de prática cortês e descortês, assim como a comunidade de fala e a comunidade discursiva, caracterizam-se por serem extralinguísticas e sociais, uma vez que todas abrangem grupos de pessoas que têm em comum o uso de signos linguísticos, seja porque compartilham atitudes primordialmente corteses (comunidade de prática cortês) ou porque coincidem com atitudes primordialmente descorteses (comunidade de prática descortês), ou devido a uma maneira comum de falar (comunidade falante) ou por um léxico específico na troca de informações especializadas (KAUL de MARLANGEON, 2014, p.10).¹⁵²

Para a referida autora, as comunidades de práticas descorteses têm, como unidade de análise, gêneros que veiculam práticas eminentemente descorteses por parte de seus membros, dentre os quais está o debate político¹⁵³ eleitoral televisionado. Nessas comunidades de práticas descorteses bilaterais (Kaul de Marlangeon, 2014), cujo propósito dos falantes é fazer prevalecer sua própria cosmovisão e seus desejos de imagens, em detrimento do ouvinte, não há, como nas comunidades de práticas corteses, interesse de colaboração mútua:

Em uma comunidade de prática cujos membros são primordialmente descorteses em forma bilateral ou bidirecional, isto é, dados à réplica e à descortesia, o compromisso mútuo da cortesia se transmuta em prevenção mútua ou em consciência acerca de uma possível hostilidade que cada membro pode empregar em prol da conquista de seus objetivos ou da prevalência de sua cosmovisão; assim ocorre nas comunidades concernentes ao debate político e às “rixas” de futebol (KAUL de MARLANGEON, 2014, p.14).¹⁵⁴

O debate político configura-se, nessa direção, em uma comunidade discursiva cujo repertório ou conhecimento compartilhado entre seus membros reside na ritualização do ataque e do conflito e, consecutivamente, apresentando-se como uma comunidade de prática descortês,

¹⁵² Tradução nossa da versão original em espanhol: Las comunidades de práctica cortés y de práctica descortés, la comunidad de habla y la comunidad discursiva se caracterizan por ser extralingüísticas y sociales, pues todas ellas abarcan grupos de personas que tienen en común un uso de signos lingüísticos, sea porque comparten actitudes primordialmente corteses (comunidad de práctica cortés) o porque coinciden en actitudes primordialmente descorteses (comunidad de práctica descortés), sea por un modo común de hablar (comunidad de habla) o sea por un léxico específico en el intercambio de información especializada (comunidad discursiva)(KAUL de MARLANGEON, 2014, p. 10).

¹⁵³ Acerca do debate político, que se afigura como um gênero típico de comunidades de fala descorteses, Kaul de Marlangeon assinala que, nesse tipo de interação, observa-se o uso de um tipo de descortesia bilateral ou bidirecional: “Las comunidades de interacción bilateral apelan a la descortésia por la ausencia de un compromiso mutuo; cada cual persigue su realización personal “(KAUL DE MARLANGEON, 2014, p. 14).

¹⁵⁴ Tradução nossa da versão original em espanhol: En una comunidad de práctica cuyos miembros son primordialmente descorteses en forma bilateral o bidireccional, es decir, dados a la réplica de la descortésia, el compromiso mutuo de la cortésia se transmuta en prevención mutua o conciencia acerca de la posible hostilidad que cada miembro puede desplegar en pos del logro de sus objetivos o de la prevalencia de su cosmovisión; así ocurre en las comunidades concernientes al debate político y a las hinchadas de fútbol (KAUL DE MARLANGEON, 2014, p. 14).

uma vez que os atos de ameaça e o conflito predominam, tornando-se a regra geral do evento comunicativo.

O debate político eleitoral apresenta-se como um gênero cujo repertório compartilhado ou empresa conjunta (Kaul de Marlangeon, 2014) constitui-se de um conjunto de estratégias ou hábitos verbais agressivos, os quais se realizam de modo bilateral¹⁵⁵, isto é, o ataque à imagem advém da interlocução entre ambos os debatedores:

As comunidades de interação bilateral apelam à descortesia pela ausência de um compromisso mútuo; cada qual persegue sua realização pessoal; o êxito ou até o prestígio do outro estão em detrimento dos próprios, como no caso dos contendentes políticos [...] ¹⁵⁶(KAUL de MARLANGEON, 2014, p. 14-15).

Nesse caso, a regularidade evidenciada nesse tipo de comunidade de prática discursiva é o comportamento verbal agressivo, o qual é esperado tanto pelos interactantes do evento comunicativo, isto é, da comunidade discursiva, como pelo auditório, interlocutor para o qual a interação se dispõe.

Portanto, essa análise trata não apenas da apreensão de formalidades de natureza formal, como atos de fala ou de turnos, mas também da apreensão de regularidades de natureza não formal, como estratégias de (des) cortesia, buscando investigar a intenção do falante e a reação (previsível ou imprevisível) que causa no interlocutor, ou seja, os efeitos que ele e qualquer ouvinte percebem no contexto em que essas estratégias ocorrem (KAUL de MARLANGEON, 2014, p. 8).¹⁵⁷

Destarte, a descortesia configura-se, conforme pondera a autora, em uma categoria intrínseca a determinadas comunidades de práticas. Para a autora, as comunidades de práticas manifestam propósitos ora corteses, ora descorteses, conforme o gênero em que se encontram

¹⁵⁵ Las comunidades de interacción bilateral apelan a la descortesía por la ausencia de un compromiso mutuo; cada cual persigue su realización personal; el éxito o hasta el prestigio del otro van en detrimento de los propios como en el caso de los contendientes políticos. Estas comunidades tienen un conocimiento compartido del repertorio de recursos acumulados en el tiempo a que cada miembro puede echar mano para prevalecer sobre los demás. Cuando esos recursos son eventualmente negociables, el acuerdo puede desplazar a la descortesía potencial; y, si lo logra, se está en presencia de una empresa conjunta de los que negocian en una comunidad de práctica cortés. Las comunidades en que ocurre descortesía unilateral tienen un conocimiento compartido del repertorio de recursos acumulados en el tiempo a que el sujeto de mayor poder puede echar mano para prevalecer sobre el de menor poder, como en los casos del suboficial militar sobre el soldado o del juez sobre el testigo.

¹⁵⁶ Tradução nossa da versão original em espanhol: Las comunidades de interacción bilateral apelan a la descortesía por la ausencia de un compromiso mutuo; cada cual persigue su realización personal; el éxito o hasta el prestigio del otro van en detrimento de los propios como en el caso de los contendientes políticos [...] (KAUL de MARLANGEON, 2014, p. 14-15).

¹⁵⁷ Tradução nossa da versão original em espanhol: Por ello, dicho análisis se ocupa no sólo de la aprehensión de regularidades de naturaleza formal, como actos de habla o turnos de habla, sino también de la aprehensión de regularidades de naturaleza no formal, como estrategias de (des)cortesía, procurando indagar la intención del hablante y la reacción (previsible o imprevisible) que causa en el interlocutor, es decir, los efectos que éste y cualquier oyente perciben en el contexto en que se producen (KAUL de MARLANGEON, 2014, p. 8).

imbricadas ou que as veiculam: “As de prática descortês manifestam propósitos (des)cortesés através de gêneros específicos” (KAUL de MARLANGEON, 2014, p.12).¹⁵⁸

4.6 As contribuições de Blas Arroyo (2011): a construção de um modelo de análise da descortesia institucional atrelada a finalidades persuasivas

Nos últimos anos, o debate eleitoral vem ocupando um local de destaque na cena midiática das democracias contemporâneas, apresentando-se como principal instrumento de mobilização dos cidadãos nas campanhas eleitorais. Há muito, tem-se estudado esse tipo de interação pelas Ciências Políticas, assim como pelo campo da Sociologia, dentre outras ciências afins. No entanto, no âmbito dos estudos pragmáticos, as pesquisas que se debruçam sobre as questões linguístico-discursivas que perfazem tipos de interações específicas, de natureza agônica e persuasiva, como o debate eleitoral televisionado, são, ainda, bastante escassas.

Assim, com o intuito de sanar essa lacuna bibliográfica, Blas Arroyo (2011) propõe um novo modelo de análise para o fenômeno da descortesia em ambientes de interação marcados pelo embate dialético¹⁵⁹. Para o autor, faz-se necessário, pois, observar os aspectos discursivos e interacionais desses enfrentamentos, sobretudo, em se tratando de discursos públicos e institucionais, com vistas a compreender os efeitos sociais de um tipo específico de comportamento descortês de que se faz uso nessas trocas verbais:

[...] Não faltam na história moderna ótimos exemplos nos quais o comportamento dos candidatos no transcurso desses debates teve uma influência decisiva no desenlace final das eleições (BLAS ARROYO, 2011, p. 13).¹⁶⁰

Para isso, procede-se, no estudo intitulado “Políticos em conflito: uma aproximação pragmático-dialética da descortesia verbal”, ao estabelecimento de categorias conceituais de análise com o objetivo de responder às seguintes questões:

- que princípios interacionais e discursivos inspiram esse gênero do discurso político que pode ter tanta importância para a vida pública do país?

¹⁵⁸ Las de práctica (des)cortés manifiestan propósitos (des)cortesés a través de géneros específicos” (KAUL de MARLANGEON, 2014, p. 12).

¹⁵⁹ O autor assinala que o debate político-eleitoral televisionado se configura em um tipo de interação marcadamente agônica, fazendo uso de termos metafóricos que aludem à guerra e à luta para denominar as relações interacionais analisadas. Observam-se os seguintes termos: “pugna dialética, embate dialético, duelos dialéticos, combate dialético, dentre outras expressões.

¹⁶⁰ Tradução nossa do original em espanhol: [...] No faltan en la historia moderna ejemplos sonados en los que el comportamiento de los candidatos en el transcurso de estos debates ha tenido una influencia decisiva en el desenlace final de las elecciones (BLAS ARROYO, 2011, p. 13).

- quais são as estratégias discursivas e os recursos formais e retóricos utilizados com mais frequência pelos protagonistas do debate eleitoral?
- quais fatores (institucionais, textuais, interpessoais ou meramente idioletais) condicionam os padrões de variação apresentados por essas estratégias e recursos?¹⁶¹

Em seu estudo acerca do tipo de dinâmica interacional verificada em interações marcadas pelo dissenso, na qual se desenrola o debate eleitoral, Blas Arroyo (2011) procede à análise do que se denomina como “descortesia institucional”, assim como dos recursos retórico-argumentativos empregados pelos debatedores que operam de modo a aprofundar o dissenso, uma vez que, no *corpus* sob análise, ocorre, segundo o autor, “ A busca pelo conflito e pela persuasão[...]” ¹⁶²(BLAS ARROYO, 2011, p. 18).

Importa assinalar que, para o autor, o debate político afigura-se como um tipo de troca comunicativa que se inscreve no seio dos discursos de natureza argumentativa, uma vez que sua função primordial é a de persuadir o eleitorado. Com a crescente exploração da agressão e do ataque pessoal como formas de espetáculo pela mídia, observa-se o que Blas Arroyo (2011) afirma tratar-se de um contínuo incremento da “cultura da crítica”.

Nessa direção, conforme ressalta Blas Arroyo (2011), o debate político eleitoral afigura-se como uma guerra metafórica, uma batalha dialética, a partir da qual os interlocutores assumem comportamentos verbais de enfrentamento, com vistas a alcançar um fim. Para o autor, assim como outros tipos de discursos de natureza persuasiva, o debate político eleitoral consiste na tentativa constante de atuar sobre o outro – um interlocutor privilegiado, que não participa da interação fisicamente – mobilizando-o a decidir aquele a quem, simbolicamente, será conferido a identidade de vencedor ou de vencido. Trata-se, segundo Blas Arroyo (2011), de um “quarto polo” do processo de interlocução, ao qual se destinam os principais esforços de persuasão, que pode ser representado por um tipo de audiência deveras complexa, a qual decidirá quem será o vencedor ou o perdedor da “pugna dialética”:

Características como o confronto acima mencionado entre dois participantes sobre questões de interesse social, em que são adivinhados dois aspectos complementares, como a defesa de suas ideias e a luta de outros; o uso nesse processo dialético de estratégias de argumentação e persuasão; a mediação de um terceiro protagonista, que garante o cumprimento das regras do jogo. [...] A existência de um quarto pólo de interlocução, representado por um público complexo, ao qual os principais esforços

¹⁶¹ Tradução nossa do original em espanhol (BLAS ARROYO, 2011, p.15).

¹⁶² Tradução nossa da versão original em espanhol: “la búsqueda del conflicto y la persuasion” (BLAS ARROYO, 2011, p.18).

de persuasão são destinados e em cujas mãos está a decisão da identidade de vencedores e perdedores (BLAS ARROYO, 2011, p. 448).¹⁶³

Outro aspecto a ser ressaltado reside no fato de que, não obstante a natureza do debate eleitoral seja marcadamente agonal, nesse enfrentamento dialético, os objetivos discursivos não consistem, tão somente, no ataque e no ato de rechaçar a imagem do candidato oponente, mas sim na tentativa de estabelecer alianças ou coalizões com o eleitorado no pleito, mediante estratégias de persuasão que se dirigem à audiência, muitas delas calcadas no raciocínio lógico, conforme pondera o autor:

No entanto, o debate não é apenas o espaço para ataques e críticas ao adversário e sua formação política. O confronto é - deve ser - também o lugar para o raciocínio e a persuasão. Logicamente, o contexto político torna impossível que os efeitos dessa persuasão cheguem ao interlocutor, que perderia um braço antes de reconhecer que o rival está certo, mas milhões de espectadores em cujos votos reside o destino do jogo eleitoral e, em muitos casos, a própria carreira política do candidato. Argumentação e retórica também são peças fundamentais no processo de persuasão inerente a todo discurso político, embora ambas as entidades adquiram no debate um perfil especial [...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 16 -17).¹⁶⁴

De fato, no debate eleitoral, observa-se que os candidatos não visam a argumentar de modo a convencer um ao outro, tal como nos debates cooperativos¹⁶⁵, mas atuam de modo a estabelecer um tipo de confronto, bastante singular, a partir do qual se disferem ataques que, por sua vez, veiculam formas ou visões de mundo e posições de ordem ideológicas que se busca compartilhar com o auditório, por meio de alianças. Ao comungar dos mesmos valores veiculados pelo discurso de um dado orador, tem-se uma coalizão e, portanto, a mobilização de uma parcela do eleitorado – o telespectador – que, a partir desse complexo processo de persuasão, posiciona-se em favor de um dos debatedores, o qual se coloca como o porta-voz de

¹⁶³ Tradução nossa da versão original em espanhol: Rasgos como el mencionado enfrentamiento entre dos participantes sobre temas de interés social, en el que se adivinan dos vertientes complementarias, tales como la defensa de las ideas propias y el combate de las ajenas; la utilización en ese proceso dialéctico de estrategias de argumentación y persuasión; la mediación de un tercer protagonista, que vela por el cumplimiento de las reglas del juego [...] La existencia de un cuarto polo de interlocución, como el representado por una audiencia compleja, a la que van destinados los principales esfuerzos de persuasión y en cuyas manos está decidir la identidad de vencedores y vencidos (BLAS ARROYO, 2011, p. 448).

¹⁶⁴ Tradução nossa da versão original em espanhol: Ahora bien, el debate no es solo el espacio para el ataque y la crítica al adversario y a su formación política. El cara a cara es – debe ser – también el lugar para el razonamiento y persuasión. Lógicamente, el contexto político hace imposible que los efectos de esta persuasión alcancen al interlocutor, quien perdería un brazo antes de reconocer que el rival tiene razón, pero sí a millones de espectadores en cuyos votos reside la suerte del juego electoral y, en muchos casos, la propia carrera política del candidato. [...] Argumentación y retórica son, asimismo, piezas fundamentales en el proceso de persuasión inherente a todo discurso político, si bien ambas entidades adquieren en el debate un perfil especial [...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 16-17).

¹⁶⁵ Distingue-se, na obra de Blas Arroyo (2011), entre *debates cooperativos* e *não cooperativos*.

uma “entidade coletiva”. Os resultados das eleições, assim como seu impacto no comportamento do eleitor em potencial, podem, em partes, corroborar essa afirmação.

De acordo com Blas Arroyo (2011), as estratégias de persuasão e argumentação encontram-se voltadas, nesse tipo de interação agônica, para duas vertentes que, segundo o autor, complementam-se: a defesa das próprias ideias e das próprias visões político-ideológicas, e, em contrapartida, o combate das teses alheias:

[...] a defesa das próprias ideias e o combate das alheias”, com a intenção de atingir um interlocutor privilegiado, isto é, o principal interactante ao qual se procura convencer, através da formação de alianças: Especialmente interessante, essas alianças resultam de um ponto de vista político-ideológico, quando são os candidatos que estabelecem coalisões com o público. Através da manipulação da *dêixis* pessoal e de outros recursos similares, o político converte-se em um porta-voz interessado em milhões de eleitores potenciais, sublinhando a comunidade de interesses e aspirações que os unem, bem como o muro que os separa dos adversários, a quem é apresentado como contrários ao interesse geral (BLAS ARROYO, 2011, p.450).¹⁶⁶

Posto isso, consideramos haver, nesse tipo de dinâmica interacional, deveras singular, um trabalho de persuasão do auditório que se dá, sobretudo, mediante a formação de “*duos conflituais*”¹⁶⁷, a partir dos quais se busca entrar em um consenso com o auditório – conquanto o debate eleitoral seja, nomeadamente calcado no dissenso.

Assim, conforme salienta Blas Arroyo (2011), dentre os recursos de que se faz uso para atingir o auditório, observa-se o que o autor denomina como *ambiguidade referencial*. Trata-se de atos que decorrem da manipulação dos âmbitos de referência do falante e do ouvinte, por meio do emprego estratégico e deliberado de uma *dêixis* pessoal¹⁶⁸ que se reconfigura conforme as intenções discursivas dos interactantes ao longo do enfrentamento. Neste estudo, consideramos que este fenômeno pode servir como um importante instrumento de aproximação do eleitor em potencial, mediante a construção de imagens de afiliação (Bravo, 2005; 2010), a

¹⁶⁶Tradução nossa da versão original em espanhol: [...] la defensa de las ideas propias y el combate de las ajenas” [...] Especialmente interesantes, resultan estas alianzas desde el punto de vista político-ideológico cuando son los candidatos quienes establecen coaliciones con el público. Mediante la manipulación de la *dêixis* personal y otros recursos similares, el político se convierte en portavoz interesado de millones de potenciales electores, al subrayar la comunidad de intereses y aspiraciones que los unen, así como el muro que los separa de los adversários, a quienes se presenta como contrários al interés general (BLAS ARROYO, 2011, p. 450).

¹⁶⁷ Tradução nossa da versão original em espanhol: Embora Blas Arroyo (2011) se refira à formação de alianças ou coalisões, a partir de esquemas interlocutórios em interações trílogues, o termo “duo conflitual” é resultante da pesquisa de Fávero e Aquino (2002) acerca da singularidade de eventos comunicativos dessa natureza, em especial, no que se refere ao seu quadro participativo.

¹⁶⁸ Os pronomes apresentam-se de modo a incluir ou a excluir participantes de interações dialógicas. São, sobretudo, manipulados em prol de intenções discursivas. Denomina-se esses pronomes como “pronomes ideológicos”, expressões “indiciais” ou “dêiticas”, que cumprem a função de identificar os papéis interlocutórios e o âmbito de referência dos interactantes de um evento comunicativo (BLAS ARROYO, 2011), (FERNÁNDEZ GARCÍA, 2010).

partir das quais os candidatos procedem ao estabelecimento de coalizões ou alianças com o auditório.

Trata-se de procedimentos de *multidestinação*, a partir dos quais se observa a sobreposição de destinatários, que decorre da complexidade ilocucionária presente em eventos discursivos desse tipo. Acerca desse fenômeno, Verón (1987) afirma haver, no debate eleitoral, o apelo ao que se pode designar como uma entidade denominada “coletivo de identificação”: “O coletivo de identificação se expressa-se em um “nós inclusivo” (VERÓN, 1992, p. 15).¹⁶⁹

A esse respeito, Zoppi- Fontana (2016) faz, também, as seguintes considerações:

Se lembrarmos aqui que um dos principais efeitos do discurso político, como prática simbólica, é trabalhar sobre os mecanismos imaginários de constituição da(s) identidade(s) para produzir a representação de um coletivo de identificação, aparece claramente manifesta a eficácia discursiva do funcionamento da figura do porta-voz: o NÓS dialógico maximamente inclusivo que ela produz subsome num mesmo espaço referencial posições de sujeito eventualmente diferentes, impedindo divisões internas ou separações do todo indistinto que se soma, como não pessoa discursiva, ao “eu” do locutor para constituir o *NÓS político* (ZOPPI-FONTANA, 2016, p.65).

Em seu estudo acerca da formação de alianças no embate eleitoral, Blas Arroyo (2001; 2011) distingue entre as formações de coalizões entre moderador e auditório, e entre debatedores e auditório. Neste estudo, interessa-nos, sobretudo, as coalizões constituídas entre debatedores e auditório. Para isso, consideramos as contribuições de outros autores (Fávero e Aquino, 2002; Doury, 1995) acerca desse fato linguístico- discursivo, para um exame mais pormenorizado da questão no capítulo dedicado à organização e estrutura do gênero debate eleitoral.

Outro aspecto destacado por Blas Arroyo (2011), em se tratando da estrutura do debate eleitoral e de sua natureza, em termos sociais e discursivos, que contribui para o agravamento da descortesia, diz respeito ao fato de esse tipo de evento comunicativo configurar-se um gênero discursivo eminentemente polarizado. Segundo o autor, o discurso político está calcado, pois, no desacordo – conquanto, paradoxalmente, seja a partir do dissenso que se formam as coalizões, com vistas à obtenção de um acordo¹⁷⁰ – mediante o qual se desconstroem o discurso alheio e, consecutivamente, a imagem do outro. Por outro lado, procede-se, no embate político, à exaltação da autoimagem e daqueles que pertencem ao mesmo grupo, isto é, os próprios correligionários, no pleito eleitoral, podendo-se observar, pois, duas vertentes ou princípios

¹⁶⁹ Tradução nossa da versão original em espanhol: “El colectivo de identificación se expresa en el ‘nosotros’ inclusivo” (VERÓN, 1992, p. 15).

¹⁷⁰ Nesse sentido, pode-se afirmar que o debate político apresenta uma estrutura complexa e singular, uma vez que é por meio do desacordo que se visa ao acordo, isto é, ao estabelecimento de alianças com um participante que, em sua maioria, não está, fisicamente, presente na interação.

básicos da comunicação política complementares: o desacordo e, em contrapartida, a tentativa do estabelecimento de um acordo com o auditório no pleito eleitoral.

Desse modo, observa-se que, devido a essa estrutura dicotômica, o debate eleitoral apresenta um *“fuerte grado de polarización entre las facciones representadas por las huestes propias y rivales”* (BLAS ARROYO, 2011, p. 183). Em outras palavras, pode-se afirmar que o princípio organizacional de ataque e autovalorização, inerente ao discurso político, implica, necessariamente, na polarização, à qual subjazem fortes antagonismos entre polos ideológicos distintos que, por sua vez, configuram-se em reflexos de uma polarização social, já existente: “Como não poderia ser de outra maneira, o normal é que essa polarização seja um reflexo de uma já existente na sociedade [...]”.¹⁷¹

A natureza eminentemente polarizada do debate eleitoral implica, pois, em princípios complementares: ataque e defesa/contra-ataque, por um lado, e autovalorização e elogio, por outro. Para o autor, a análise do tipo de dinâmica interacional, que se instaura em trocas verbais regidas pela descortesia institucional, deve considerar, desse modo, o ataque, seguido da autovalorização, como principal categoria de análise:

Definitivamente, a polarização das campanhas e dos discursos que as acompanham pode ser a causa, antes o reflexo, de outra polarização, não menos intensa na sociedade. No plano discursivo, essa polarização se revela através de uma série de estratégias interacionais e socio-cognitivas bem conhecidas, entre as quais se afiguram as que dão ênfase nas virtudes e na mitigação dos próprios defeitos, mas, talvez, de forma mais marcada ainda, na insistência nos defeitos do oponente (Van Dijk, 2004). Nesse marco, o debate face a face se apresenta, pois, como um jogo de persuasão disputado por antagonistas, cuja natureza obriga que o incremento da imagem e dos interesses próprios, seja associado, necessariamente, ao descrédito do adversário. Isso explicaria a importância que tem, nesse discurso, as manifestações verbais de agressividade verbal e, além disso, um tipo de descortesia institucional (BLAS ARROYO, 2011, p.184).¹⁷²

Cumprе assinalar que a descortesia institucional se inscreve em um tipo de “comunidade de atividade midiática” em que a contenda e a violência verbal são, segundo Blas Arroyo (2011), “orquestradas” para o auditório, em cujo contexto o ataque é legitimado por se tratar de

¹⁷¹ Tradução nossa da versão original em espanhol: Como no podía ser de otra manera, lo normal es que esa polarización sea un reflejo de la existente en la sociedad [...]” (BLAS ARROYO, 2011, p. 183).

¹⁷² Tradução nossa da versão original em espanhol: En definitiva, la polarización de las campañas y de los discursos que las acompañan puede ser la causa, antes que el reflejo, de otra polarización, no menos intensa en la sociedad. En el plano discursivo, esta polarización se revela a través de una serie de estrategias interaccionales y socio-cognitivas bien conocidas, entre las que figuran el énfasis en las virtudes y la mitigación de las debilidades propias, pero quizá de forma más característica aún, la insistencia en los defectos del contrario (Van Dijk, 2004). En este marco, el debate cara a cara se presenta, pues, como un juego de persuasión disputado entre antagonistas, cuya naturaleza obliga a que el ensalzamiento de la imagen y los intereses propios vaya asociado, necesariamente, al descrédito del adversario. Ello explicaría la importancia que en este discurso tienen las manifestaciones verbales de la agresividad verbal y aun de una cierta descortesía institucional (BLAS ARROYO, 2011, p. 184).

um ato não marcado, uma vez que é esperado e aceito pelos participantes da interação. Também postulada por Culpeper (1996; 2011), a noção de descortesia de caráter institucional diz respeito aos ambientes regidos por comportamentos verbais agressivos, nos quais o ataque ou a agressão verbal atuam de modo institucionalizado, sendo, pois, esperados e, portanto, ritualizados. Trata-se de interações entre oficiais militares, *talk shows*, dentre outros programas, cuja imagem do participante é explorada pela mídia com fins de obter-se audiência, dentre outros tipos de interações.

No embate dialético, verificado no debate político, observa-se que o comportamento verbal descortês é esperado, uma vez que perfila as relações entre os interlocutores nesse tipo de contrato comunicativo. Nesse sentido, pode-se afirmar que, no debate político eleitoral, o comportamento verbal agressivo é parte constitutiva desse tipo de ritual interlocutório (Blas Arroyo, 2011).

Ao proceder à análise da descortesia institucional e de seus desdobramentos na dinâmica discursiva do embate político eleitoral, Blas Arroyo (2011) intenta elaborar um novo modelo de análise que contemple as motivações contextuais que desencadeiam um tipo singular e específico de comportamento verbal, mediante a análise dos mecanismos linguístico-discursivos mobilizados pelos interactantes. O objetivo é desvelar de que modo se concretizam os comportamentos descorteses no debate político, a partir da análise das estratégias e recursos – linguísticos, retóricos e interacionais – empregados pelos participantes do conflito dialético sob análise. Conquanto Culpeper (1996; 2011) tenha apresentado um quadro teórico-metodológico de análise das estratégias de descortesia verbal, tendo como ponto de partida a teoria de Brown e Levinson (1987[1978]) acerca da cortesia verbal, com a qual teórico estabelece um contraponto, há que se observar críticas relacionadas à aplicação do esquema de análise proposto pelos dois estudiosos, sobretudo em se tratando das estratégias de descortesia direta, positiva e negativa.

Mais problemática nos parece, no entanto, a insistência – arrastada desde os modelos originais de Brown e Levinson e Culpeper, sobre a qual desejamos mostrar centrar, aqui, a atenção – em combinar estratégias conceituais (desejar, desdenhar, criticar, ridicularizar...) com outras estritamente formais e retóricas (o emprego de certos pronomes, marcadores de identidade, tabus e palavras que soam mal), ou inclusive com algumas que poderíamos situar no nível da interação verbal (invadir o espaço do outro mediante interrupções, fazer-lhe sentir incomodado através de silêncios negativos, etc.) [...] Sendo as coisas dessa forma, no que se segue, apresentamos uma análise alternativa para dar conta do modo em que se constrói a descortesia no debate eleitoral, e os diversos planos, dentre os quais se pode distinguir em sua realização (BLAS ARROYO, 2011, p. 201).¹⁷³

¹⁷³ Tradução nossa, com adaptações, da versão em espanhol: Más problemática nos parece, sin embargo, la insistencia – arrastada desde los modelos originales de Brown e Levinson y Culpeper, y sobre la que aquí deseamos

Nessa direção, para Blas Arroyo (2011), é mister distinguir-se entre o que se denomina como estratégias funcionais – empregadas no trabalho de ataque à imagem – dos recursos linguísticos e retóricos dos quais se faz uso, a fim de que se concretizem as manifestações descorteses. Em outras palavras, segundo Blas Arroyo (2011), as manifestações discursivas, que perfazem o comportamento verbal agressivo, são efetivamente postas em funcionamento por meio do emprego de recursos de natureza linguística, retórica e interacional. Posto isso, o autor delimita, dentro do quadro teórico e metodológico de análise proposto, os seguintes planos nos quais a descortesia se realiza (BLAS ARROYO, 2011, p. 202):

- a) o das estratégias conceituais ou funcionais, nas quais se baseiam os políticos para refutar a imagem do adversário;
- b) o plano dos recursos linguísticos e retóricos, mediante os quais o orador leva a cabo essas estratégias formalmente;
- c) o plano dos mecanismos interacionais com os quais se enfrenta o interlocutor, levando-se em conta suas eventuais reações¹⁷⁴.

A seguir, apresentar-se-á um breve esboço das estratégias conceituais ou funcionais, conforme as denomina o autor, na análise da descortesia verbal institucional, empreendida no âmbito do debate político eleitoral.

4.6.1 Estratégias funcionais de descortesia no debate eleitoral

As estratégias conceituais ou funcionais agrupam-se, conforme delimitado por Blas Arroyo (2011), em cinco tipos:

1. Estratégia: associar o interlocutor a fatos, intenções e valores negativos¹⁷⁵:

centrar la atención – en combinar estrategias conceptuales (desairar, desdeñar, criticar, ridicularizar...) con otras estrictamente formales y retóricas (el empleo de ciertos pronombres, marcadores identitarios, tabúes y palabras malsonantes, etc), o incluso con algunas que podríamos situar en el nivel de la interacción verbal (invadir el espacio del otro mediante interrupciones, hacerle sentir incómodo a través de silencios engorrosos, etc.). [...] Así las cosas, en lo que sigue presentamos un análisis alternativo para dar cuenta del modo en que se construye la descortesia en el debate electoral, y los diversos planos que pueden distinguirse en su realización[...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 201).

¹⁷⁴ Tradução nossa, com adaptações, da versão em espanhol: a) las estrategias conceptuales o funcionales en las que se basan los políticos para zaherir la imagen del adversario; b) los recursos lingüísticos y retóricos mediante los que el orador lleva a cabo formalmente esas estrategias; los mecanismos interaccionales con los que se enfrenta al interlocutor y las eventuales reacciones de este último[...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 202).

¹⁷⁵ Tradução nossa, com adaptações, do original: Asocia al interlocutor con hechos, intenciones, valores, etc. perniciosos (BLAS ARROYO, 2011, p. 203).

Nos casos em que se associa o interlocutor a fatos negativos, podem ser observadas as acusações de incompetência, ocultação e falta de credibilidade. Acusa-se o debatedor oponente de não ter competência para exercer a função pretendida, assim como de não ser um candidato com credibilidade para assumir quaisquer funções, apelando-se a fatos passados, a partir dos quais se associa a imagem do rival a eventos ou acontecimentos que lhe refutem a imagem. Os ataques podem, nesse caso, ser diretos ou indiretos, mediante o emprego de alusões. O interesse é, sobretudo, o de associar a imagem do interlocutor a valores e fatos negativos, com os quais se possa rechaçar sua autoimagem pública e privada.

Tome-se, como exemplo, o fato de que, no discurso político, os candidatos fazem uso de dados estatísticos – nesse caso, mecanismos de natureza retórica, uma vez que cumprem o fim de tornar o discurso crível por meio de sua semelhança a tipos de raciocínios matemáticos – para corroborar ataques e acusações de manuseio indevido do dinheiro público, baixo desenvolvimento da economia durante a gestão do acusado, dentre outros aspectos factuais. Nesse caso, utiliza-se um mecanismo retórico para concretizar-se a primeira sub- estratégia de acusar o oponente de incompetência e, por conseguinte, de associá-lo à ideia de incredibilidade, cumprindo a segunda sub- estratégia: não se pode confiar nesse candidato. No caso da terceira sub- estratégia, a de ocultação, observam-se táticas de ataques disferidos à imagem pública do candidato rival, ao qual se opõe devido à supostas ocultações em sua “agenda oculta”, apelando, assim, ao seu passado político.

2. Dizer que mente

O emprego dessa estratégia no discurso político, em especial, no debate eleitoral, é, de acordo com o autor: “Uma das maiores ofensas possíveis para a imagem do imputado, quer seja na esfera pública ou na privada” (BLAS ARROYO, 2011, p. 208)¹⁷⁶. Isso significa que, em momentos em que se procede ao uso desse tipo de estratégia, pode-se observar maior probabilidade de danos à autoimagem dos interlocutores, uma vez que se faz necessário provar o que se diz, por meio das próprias palavras ou mediante a apresentação de documentos, dentre outros recursos, a partir dos quais se concretiza a estratégia referida. Pode-se, por exemplo, proceder à exposição de notícias ou mesmo de falas antagônicas com o intuito de comprovar a acusação de que o oponente, de fato, mente. Nesse caso, consideramos, neste estudo, o uso de

¹⁷⁶ Tradução nossa da versão original em espanhol: Una de las mayores ofensas posibles para la imagen del imputado, ya sea en la esfera pública o en la privada” (BLAS ARROYO, 2011, p. 208).

um recurso retórico baseado em argumentos de autoridade¹⁷⁷, dentre outros mecanismos por meio dos quais a estratégia “dizer que o outro mente” materializa-se na tessitura do discurso político.

3. Mostrar desprezo, depreciar.

Esse tipo de ataque destina-se, sobretudo, à autoimagem pública do interlocutor. Trata-se de atos de descortesia como o menosprezo, o sarcasmo e o apelo à ridicularização, que incidem, direta ou indiretamente sobre as virtudes, habilidades, qualidades e aparência do candidato oponente, de modo a rechaçar-lhe a imagem, tanto no plano individual, quanto no plano social. Em outras palavras, atacam-se as competências e qualidades individuais (*quality face*) e seu desempenho e papel institucional e social (*sociality face*). Assim, para explicar essa estratégia de descortesia, bem como o âmbito, individual e social, relativo à imagem a que se destina, Blas Arroyo (2011) recorre ao emprego da teoria relacional da face da linguista britânica Spencer-Oatey (2008), cujo trabalho acerca da face diferencia-se das concepções de face positiva e face negativa de Brown e Levinson (1987[1978]). Assim, ao menosprezar o outro devido à sua incompetência, em se tratando das suas realizações políticas, no plano profissional, ou relativamente ao seu caráter, isto é, ao plano pessoal, dentro desse combate dialético, permite ao orador desconstruir a imagem do outro diante do auditório. No caso do ataque ao plano pessoal, utilizam-se ataques *ad hominem* e ridicularizações, os quais, utilizados em demasia podem, no debate político, acarretar consequências negativas para aquele que os emprega.

4. Formular contrastes desvantajosos para o interlocutor

Ao formular contrastes desvantajosos em relação ao adversário, no embate dialético eleitoral, o participante que faz uso dessa estratégia visa a estabelecer dois polos: um negativo, do qual o candidato rival faz parte; e um polo positivo, que se atribui, deliberadamente, a si. Isso significa que, por meio do emprego do estabelecimento de contrastes, a partir de uma “égide maniqueísta”, conforme assinala Blas Arroyo (2011), contrastam-se fatos ou valores positivos em relação a feitos e realizações negativas, relacionadas à imagem do candidato

¹⁷⁷ Os argumentos de autoridade consistem em provas, como a referência à palavra de outrem, ou mesmo a notícias de jornais de grande circulação, dentre outros recursos, que, por sua vez, atribuem fidedignidade e legitimidade às acusações. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) os consideram como um tipo de argumento quase-lógico.

oponente. Trata-se de um tipo de estratégia com a qual se estabelecem relações dicotômicas, com vistas ao ataque.

Segundo Blas Arroyo (2011), há que se destacar, dentro dessa macroestratégia, o que o autor denomina como uma subestratégia, que consiste em rechaçar a imagem de membros do grupo relacionado ao debatedor rival, assim como a imagem de pessoas às quais o oponente atribui valores positivos. Trata-se, pois, de um tipo de ataque, direto ou indireto, veiculado por meio do estabelecimento de contrastes entre o candidato que ataca e terceiras pessoas, que, amiúde, não participam do debate:

Por fim, incluímos, também, nesse paradigma da descortesia uma subestratégia como a que leva a avaliar de forma desvantajosa pessoas ou fatos próximos do interlocutor [...] Com ela, o orador menospreza aquele que sabe que é valorizado muito positivamente pelo adversário, quer seja um correligionário ou um aliado, pertencente ao mesmo grupo ideológico (BLAS ARROYO, 2011, p. 218).¹⁷⁸

Estabelecem-se, assim, contrastes desvantajosos entre ideias, propostas políticas, fatos pertinentes, dentre outros aspectos, por meio de antíteses, entre dois polos: um negativo – o do interlocutor a que se ataca – e um positivo – no caso, o do falante, fato que desvela, muitas vezes, a polarização ideológica que permeia o confronto dialético entre os participantes.

5. Acusar o interlocutor de contraditório

Trata-se, segundo o autor, de um tipo de “manobra dialética” empregada com muita frequência no debate eleitoral, com o intuito de deslegitimar a imagem do adversário mediante a acusação de contradições, entre feitos e propostas. Realiza-se, por meio dessa estratégia, um contraponto entre o que se prometeu e a realidade: apontam-se inconsistências no discurso adversário sob uma égide temporal, na medida em que se apela a fatos passados para, a partir deles, refutar a imagem do debatedor oponente, colocando-se em xeque sua credibilidade. Blas Arroyo (2011) oferece, como exemplo de concretização dessa estratégia, o apelo a recursos retóricos, como as perguntas sem valor referencial, com as quais não se busca, efetivamente, obter informação, mas sim atacar a imagem alheia.

¹⁷⁸ Tradução nossa da versão original em espanhol: Finalmente, incluímos también en este paradigma de la descortesía una subestrategia como la que lleva a evaluar de forma desvantajosa a personas o hechos cercanos al interlocutor[...] Con ella, el orador menosprecia aquello que sabe que es valorado muy positivamente por el adversario, ya sea un correligionario o un aliado perteneciente al mismo bando ideológico (BLAS ARROYO, 2011, p. 218).

4.7 Descortesia verbal e persuasão: uma análise dos recursos formais e retóricos ao serviço do comportamento verbal agressivo no pleito eleitoral

O discurso político e, mais precisamente, o debate eleitoral, consistem em eventos discursivos de natureza intrinsecamente argumentativa e persuasiva (Blas Arroyo, 2011). No debate político, intenta-se obter o apoio e a confiança do público eleitor por meio da construção de um discurso marcado pelo dissenso, deliberadamente elaborado de modo a deslegitimar a imagem do outro para, em um polo ideologicamente oposto, construir a imagem de um político competente e digno de confiança, mediante um tipo de função inerente ao gênero abordado, a legitimação¹⁷⁹ (Blas Arroyo, 2011). Em outras palavras, para Blas Arroyo (2011), o discurso político é argumentativo porque cumpre finalidades discursivas de persuasão, visto que seu objetivo final é conduzir o auditório a uma mudança de opinião e, consecutivamente, de atitudes, influenciando-o.

As relações especiais que o político mantém com seu público e os recursos que ele usa para obter seu apoio são fatos relacionados ao caráter intrinsecamente argumentativo e persuasivo do discurso político (BLAS ARROYO, 2011, p. 240).¹⁸⁰

Argumentação e persuasão são, para o autor, “dois componentes básicos desse gênero” (BLAS ARROYO, 2011, p. 240), no qual os atos de descortesia se concretizam a partir de recursos de natureza retórico-argumentativa – além dos de natureza linguística e interacional. Assim, atos de descortesia e recursos retórico-argumentativos perfazem, segundo Blas Arroyo (2011), a tessitura do discurso político.

Em resumo, é o político que, por meio de suas habilidades oratórias e dialéticas, é capaz de construir um discurso suficientemente sugestivo, capaz de afetar as opiniões e atitudes de pelo menos uma parte significativa da audiência (BLAS ARROYO, 2011, p. 245).¹⁸¹

¹⁷⁹ Chilton e Schäffner (2000) afirmam haver, no discurso político, cinco funções estratégicas, que podem depreender-se do tipo de manifestação interacional sob análise: a coerção, a legitimação, a deslegitimação, o encobrimento. Blas Arroyo (2011) também faz uso dessas funções estratégicas do discurso político, assim como diversos autores (Catalina Fuentes, 2010) e Bolívar (2013), cujos estudos têm como *corpus* manifestações discursivas da esfera política.

¹⁸⁰ Tradução nossa da versão original em espanhol: Las especiales relaciones que el político mantiene con su público y los recursos que emplea para ganar su apoyo son hechos relacionados con el carácter intrinsecamente argumentativo y persuasivo del discurso político (BLAS ARROYO, 2011, p. 240).

¹⁸¹ Tradução nossa da versão original em espanhol: En definitiva, es el político el que a través de sus habilidades oratorias y dialécticas es capaz de construir un discurso suficientemente sugestivo, capaz de afectar a las opiniones y actitudes de, al menos, una parte significativa de la audiencia (BLAS ARROYO, 2011, p. 245).

Dessa maneira, Blas Arroyo (2011) afirma que, no debate político eleitoral, mobilizam-se elementos diversos que cumprem o papel de realizar, isto é, de concretizar o que o autor denomina como *estratégias funcionais de descortesia*.

Isso significa que, para Blas Arroyo (2011), os recursos retóricos atuam, no debate eleitoral, ora a serviço da descortesia, ora em favor da construção de uma autoimagem de afiliação sólida com o eleitorado – que se erige em detrimento do debatedor rival – com o propósito tácito de incidir sobre as atitudes e opiniões do auditório, modificando-as. Nesse tipo de interlocução, duas orientações discursivas entrecruzam-se e complementam-se, em um complexo processo de gerenciamento das imagens: a legitimação do próprio discurso da autoimagem – mediante a tentativa de validação de posturas e teses – assim como a deslegitimação das teses opostas e, consecutivamente, da imagem do outro (Chilton e Schäffner, 2000) e (Blas Arroyo, 2011).

Definindo a persuasão como um “processo mediante o qual as pessoas intentam reforçar ou modificar as atitudes ou o comportamento de outras”¹⁸², o autor salienta que, conquanto no debate político o enfrentamento e o conflito sejam a regra, faz-se necessário que os debatedores balizem o grau de agressividade verbal em suas intervenções de modo a manter uma imagem credível, baseada na competência e confiança, com vistas a manter o auditório em um mesmo plano de interesses, por meio de um trabalho de argumentação que lhes ofereça suporte e ratifique seu projeto político:

Em seu objetivo de seduzir a audiência, os políticos não podem limitar sua atividade ao ataque, sem misericórdia, contra seus adversários, já que a necessidade de criar uma boa imagem de si mesmos é imprescindível para a realização de seu projeto (BLAS ARROYO, 2011, p. 285).¹⁸³

Assim, segundo o autor, nenhum político pode restringir seu discurso ao ataque, tão somente, de modo que, no intuito de que se lhe confira legitimidade, importa aos debatedores dar sustento aos atos de ameaça empreendidos no pleito eleitoral, alicerçando suas assunções em recursos de natureza retórico-argumentativa, os quais, muitas vezes, têm a função de lhes servir de respaldo no emprego agressivo do trabalho de face ou mesmo intensificar um determinado ato de ameaça:

¹⁸²Tradução nossa da versão original em espanhol: proceso mediante el cual unas personas intentan reforzar o modificar las actitudes o comportamientos de otras [...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 240).

¹⁸³Tradução nossa do original em espanhol: En su objetivo de seducir a la audiencia, los políticos no pueden limitar su actividad al ataque inmisericorde contra sus adversários, ya que la necesidad de crear una buena imagen de sí mismos resulta imprescindible para la culminación de su proyecto (BLAS ARROYO, 2011, p. 285).

No entanto, o debate não é apenas o espaço para ataques e críticas ao adversário e sua formação política. O confronto é – e deve ser – também, o lugar para o raciocínio e a persuasão. Logicamente, o contexto político torna impossível que os efeitos dessa persuasão cheguem ao interlocutor [...] mas sim a milhões de espectadores cujos votos residem no destino do jogo eleitoral e, em muitos casos, na própria carreira política do candidato. Para isso, este último deve apresentar uma imagem suficientemente equilibrada, na qual os golpes dialéticos contra o oponente sejam compensados com outras mensagens mais positivas, conceitualmente e formalmente [...] Argumentação e retórica também são peças fundamentais no processo de persuasão em todo discurso político.¹⁸⁴

Assim, para Blas Arroyo (2011), as *estratégias conceituais de descortesia*, empregadas com o propósito de rechaçar a imagem do candidato rival no embate político, podem ser realizadas mediante recursos argumentativos diversos. Dentre os elementos retóricos, mediante os quais os atos descorteses se realizam, concretizando-se, formalmente, no debate eleitoral, observam-se procedimentos diversos, tais como: as figuras de retórica – como as figuras de presença, a metáfora e a ironia – as acusações por intermédio da apresentação de dados numéricos e baseados em dados estatísticos, os argumentos de autoridade – os quais oferecem fundamento aos atos ameaçadores, corroborando-os – as perguntas retóricas, formuladas, frequentemente, com o objetivo de ameaçar a autoimagem do interlocutor, entre outros mecanismos de natureza retórica.

Outro aspecto a ser ressaltado reside no fato de que, ao analisar a formulação de citações de discursos alheios pelos oradores no discurso político, Blas Arroyo (2011) observa que, no debate eleitoral, os candidatos as utilizam com o intento de refutar teses, acusar de incompetência, desconstruir proposições, a fim de colocar em xeque a imagem do interlocutor diante da audiência. O mesmo ocorre, de acordo com o autor, em relação ao uso certos tipos de raciocínios que remetem à razão, como no caso dos entimemas, assim como no que tange ao emprego de outros recursos, quais sejam, as figuras retóricas, como a metáfora, a repetição e a ironia, à guisa de exemplo:

No entanto, no debate face a face, as metáforas também podem se tornar uma importante arma de ataque na boca dos candidatos. [...] É claro que essas mesmas metáforas podem voltar-se contra aqueles que as formulam ou, pelo menos, atuar de forma defensiva contra aos ataques do adversário [...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 312).¹⁸⁵

¹⁸⁴ Tradução nossa do original em espanhol: Ahora bien, el debate no es solo el espacio para el ataque y la crítica al adversario y a su formación política. El cara a cara es – y debe ser – también el lugar para el razonamiento y persuasión. Logicamente, el contexto político hace imposible que los efectos de esta persuasión alcancen al interlocutor [...] pero sí a millones de espectadores en cuyos votos reside la suerte del juego electoral y, en muchos casos, la propia carrera política del candidato. Para ello, este último debe presentarse una imagen suficientemente equilibrada, en la que los zarpazos dialéticos al oponente se vean compensados con otros mensajes conceptual y formalmente más positivos[...] Argumentación y retórica son, asimismo, piezas fundamentales en el proceso de persuasión a todo discurso político [...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 17).

¹⁸⁵ Tradução nossa da versão original em espanhol: Ahora bien, en el debate cara a cara las metáforas pueden convertirse también en una importante arma arrojada en boca de los candidatos[...] Claro que esas mismas

É importante frisar que, segundo o autor, esses recursos podem colaborar, também, para a formulação de atos protetivos pelos oradores, realizados como estratégias de defesa no embate político.

Em sua análise do debate eleitoral empreendido pelos candidatos à presidência da Espanha, Rajoy e Zapatero, Blas Arroyo (2011) observa que a metáfora empregada pelos candidatos pode atuar, frequentemente, de modo a refutar a autoimagem pública do candidato rival, bem como a apresentada pelos membros de seu partido. Nessa direção, conforme salienta Blas Arroyo (2011), cria-se, por meio do emprego de metáforas relativas a campos semânticos que engendram valores negativos, um discurso marcadamente axiológico, a partir do qual se objetiva atrelar a imagem do oponente a domínios metafóricos relacionados à doença, a germes e a outros transtornos:

As metáforas que refletem o medo e as ameaças à ordem social se interpretam frequentemente em termos de germes ou enfermidades. Dessa maneira, os problemas políticos, econômicos e sociais se assemelham às doenças que afetam o corpo humano (BLAS ARROYO, 2011, p. 314).¹⁸⁶

Outro exemplo, que mostra de que modo os recursos retórico-argumentativos atuam a serviço da descortesia no debate eleitoral, conforme salienta Blas Arroyo (2011), reside na apresentação de premissas falsas, seguidas de conclusões destinadas a confundir a audiência.

Nesses casos, os candidatos utilizam-se da construção de tipos específicos de raciocínios, a partir de premissas que, aparentemente, levam a conclusões aparentemente verdadeiras. Trata-se de um procedimento argumentativo que visa a convencer por assemelhar-se a juízos ou formas de raciocínio lógicas, apresentando, por essa razão, papel relevante no trabalho de persuasão engendrado no discurso dos candidatos, conforme assinala Blas Arroyo (2011). Ocorre que, a partir da construção desses entimemas incompletos, os candidatos buscam, com frequência, deslegitimar as proposições do candidato rival, desconstruindo suas teses e, consecutivamente, ameaçando-lhes a imagem diante do auditório.

Esses entimemas, que representam uma forma característica de argumentação no discurso político, são silogismos nos quais ora se suprimiu alguma das premissas prévias, ora se elimina a conclusão, já que o orador as interpreta como implícitas ou óbvias em seu discurso. Desse modo, na retórica clássica, recebem o nome de silogismos truncados [...] No entanto, sua natureza persuasiva converte os entimemas

metáforas pueden volverse en contra de quien las formula o, cuando menos, actuar defensivamente frente a los ataques del adversario[...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 312).

¹⁸⁶ Tradução nossa da versão original em espanhol: [...] las metáforas que reflejan el miedo y las amenazas al orden social se interpretan frecuentemente en términos de gérmenes o enfermedades. De esta manera, los problemas políticos, económicos y sociales se homologan a las dolencias que afligen al cuerpo humano (BLAS ARROYO, 2011, p. 314).

especialmente válidos para o ataque ao adversário [...] (BLAS ARROYO, 2011, p.297).¹⁸⁷

Além dos entimemas, importa observar que as perguntas retóricas se afiguram, também, como recursos argumentativos que, empregados no debate eleitoral, cumprem a função de assegurar que os comportamentos verbais agressivos se concretizem, conforme pondera o autor. Frequentemente, seu uso se encontra atrelado à deslegitimação do candidato adversário, a partir do ataque ou da acusação – atos que se configuram em estratégias funcionais de descortesia, conforme assinala Blas Arroyo (2011). Trata-se, pois, de um recurso ou mecanismo retórico empregado, no pleito eleitoral, mediante o qual os comportamentos agressivos se realizam, formalmente, configurando-se em um recurso formal pelo qual as manifestações descorteses são levadas a termo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os recursos retóricos, veiculados pelo debate político, podem converter-se, nessas manifestações discursivas, em verdadeiras manobras de ataque, como é o caso de citações que remetem a alguma instituição ou pessoa que inspire prestígio, isto é, que se configurem em argumentos de autoridade (argumentos baseados no prestígio), segundo Blas Arroyo (2011):

Muito mais frequente é que tais citações de autoridade se convertam em autênticos estiletos com os quais, ao contrário, se ataca, já que o conteúdo dessas citações é quase sempre contrário aos interesses deste último. Contudo, as possibilidades a esse respeito são diversas (BLAS ARROYO, 2011, p. 289).¹⁸⁸

Não obstante, há que se ressaltar que os mecanismos retórico-argumentativos, elencados por Blas Arroyo (2011), podem, também, conferir valores positivos à imagem do candidato que os utiliza, colaborando para a construção de uma autoimagem positiva, passível de credibilidade diante do eleitorado.

A constituição de uma imagem colaborativa concretiza-se, do debate eleitoral, por meio de procedimentos de natureza retórica, isto é, táticas argumentativas que visam a seduzir o auditório, com o qual se procede à construção de relações de identificação – que engendradas

¹⁸⁷ Tradução nossa da versão original em espanhol: Estos entimemas, que representan una forma característica de argumentación en el discurso político, son silogismos en los que o bien se ha suprimido alguna de las premisas previas o bien se ha eliminado la conclusión, ya que el orador interpreta estas como implícitas u obvias en su discurso. De ahí que, en la retórica clásica, reciban el nombre de silogismos truncados. [...] Asimismo, su naturaleza persuasiva convierte a los entimemas en especialmente válidos para el ataque al adversario [...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 297).

¹⁸⁸ Tradução nossa da versão em espanhol: Mucho más frecuente es que tales citas de autoridad se conviertan en autenticos estiletos con los que atacar al contrario, ya que el contenido de esas citas es casi siempre contrario a los intereses de esto último. Con todo, las posibilidades a este respecto son diversas (BLAS ARROYO, 2011, p. 289).

no discurso, asseguram que o eleitor compartilhe as mesmas posições político-ideológicas de um dado candidato – conforme pontua Blas Arroyo (2011):

[...] Conforme assinala, acertadamente, Halmari (2008), embora essas figuras retóricas não sejam por si, no sentido de que, mediante seu emprego o político creia poder modificar o comportamento do eleitorado, na prática, podem ser interpretadas como tais se servem, ao menos, para criar sobre essa audiência a imagem de um falante verbalmente enloquente e, por extensão, a de um líder competente e digno de confiança (BLAS ARROYO, 2011, p. 245).¹⁸⁹

As estratégias funcionais de descortesía analisadas anteriormente se realizam no discurso mediante uma série de recursos lingüísticos bastante estudados desde a antiguidade pela retórica clássica. Alguns deles, como a interrogação retórica, a metáfora, as repetições ou os paralelismos léxicos e sintáticos podem ser utilizados também com outros valores persuasivos, não relacionados estritamente com as agressões verbais ao adversário [...] (BLAS ARROYO, 2011, p.223).¹⁹⁰

Nesse sentido, a representação positiva da autoimagem, assim como a do grupo do qual os políticos participam, são fatores de suma importância no debate eleitoral, apresentando-se como uma faceta complementar ao ataque, no que concerne ao emprego agressivo do trabalho de imagem. Segundo Blas Arroyo (2011), a legitimação da autoimagem consiste, nesse complexo processo de interlocução, fundado no conflito, em um movimento dialético contíguo aos atos de ameaça, no que se refere ao fazer discursivo dos candidatos.

A motivação para a ofensa deve equilibrar-se – e, ainda, ser superada pela capacidade para a representação positiva do eu e do grupo político o qual se representa. Frequentemente, ambas as facetas aparecem sequencialmente contíguas ao discurso (BLAS ARROYO, 2011, p. 234).¹⁹¹

Para isso, deve-se recorrer, no embate eleitoral, conforme assinala Blas Arroyo (2011), ao que o estudioso denomina como “comportamento politicamente correto”, o qual reside em atos que visam a mitigar a força ilocutória dos atos de ataque, com vistas a proteger a autoimagem, em uma tentativa de equilibrar a ofensa com a construção de uma imagem relativamente comedida diante do auditório.

¹⁸⁹ Tradução nossa da versão em espanhol [...] como señala acertadamente Halmari (2008), aunque estas figuras retóricas no sean per se, en el sentido de que mediante su empleo el político crea poder modificar el comportamiento del electorado, en la práctica pueden interpretarse como tales si sirven al menos para crear en esa audiencia la imagen de un hablante verbalmente elocuente y, por extensión, la de un líder competente y digno de confianza (BLAS ARROYO, 2011, p. 245).

¹⁹⁰ Tradução nossa da versão em espanhol: Las estrategias funcionales de la descortesía analizadas anteriormente se realizan en el discurso mediante una serie de recursos lingüísticos bien estudiados desde antiguo por la retórica clásica. Algunos de ellos, como la interrogación retórica, la metáfora, las repeticiones o los paralelismos léxicos y sintáticos pueden utilizarse también con otros valores persuasivos, no relacionados estrictamente con las agresiones verbales al adversario [...] (BLAS ARROYO, 2011, p.223).

¹⁹¹ Tradução nossa da versão em espanhol: Las cualidades para la ofensa deben equilibrarse – y aun, ser superadas – por la capacidad para la representación positiva del yo y del bando político la que se representa. A menudo, ambas facetas aparecen secuencialmente contíguas en el discurso (BLAS ARROYO, 2011, p. 234).

Partindo desse pressuposto – de que, no debate político, constrói-se uma autoimagem em detrimento da apresentada pelo oponente – em um complexo movimento dialético no qual ataque e autovalorização complementam-se, afigurando-se como duas faces de uma mesma moeda, Blas Arroyo (2011) assinala que os recursos retóricos que atuam a serviço do ataque colaboram, em contrapartida, para a construção de uma autoimagem favorável – que se erige em detrimento do outro, uma vez que se configuram em recursos retóricos a serviço da realização das estratégias descorteses.

Neste estudo, consideramos que os recursos retóricos atuam como instrumentos que colaboram na realização e na intensificação de atos descorteses, além da possibilidade de cumprirem um papel relevante no estabelecimento de uma imagem de colaboração sólida com o auditório.

4.8 As três provas do discurso: o *logos* o *ethos* e o *pathos*

Outro aspecto explorado pelos políticos, que, segundo Blas Arroyo (2011), consiste nos “três pilares clássicos da retórica aristotélica”¹⁹², prevalentes no trabalho de persuasão empreendido pelos oradores, diz respeito ao emprego de três provas argumentativas, as quais perfazem as práticas discursivas da comunicação política. Trata-se do apelo ao *logos*, por meio do qual se recorre às capacidades intelectuais do auditório; a criação de um *pathos*, a partir do qual se inspira a comoção do auditório, assim como a construção de um *ethos*, pelo qual se erige a imagem do político honesto e competente (BLAS ARROYO, 2011).

Mais de dois milênios depois, esses recursos servem também para explicar uma boa parte do trabalho dialético desempenhado pelos candidatos em seus enfrentamentos eleitorais. Em outras palavras, nos debates face a face, os políticos devem aplicar com êxito as três regras clássicas da retórica: a) o apelo ao *logos*, isto é, às capacidades do auditório. B) a apresentação de um *ethos* ajustado à imagem de político competente e honesto, tanto no desempenho das funções públicas, como no plano discursivo. C) a criação de um *pathos* comovente, capaz de afetar as emoções da audiência (BLAS ARROYO, 2011, p. 288).¹⁹³

¹⁹² Tradução nossa da versão em espanhol: En la creación de esas imágenes de competencia y honestidad, los políticos se sirven de estrategias que cabe situar en los tres pilares clásicos de la retórica, las apelaciones aristotélicas a la razón (*logos*), la moral (*ethos*) y, no menos importante, las emociones (*pathos*) (BLAS ARROYO, 2011, p. 238).

¹⁹³ Tradução nossa da versão em espanhol [...] más de dos milénios después, estos recursos sirven también para explicar una buena parte de la labor dialéctica desplegada por los candidatos en sus enfrentamientos electorales. O dicho de otra manera, en los debates cara a cara los políticos deben aplicar con éxito las tres reglas clásicas de la retórica: a) La apelación al *logos*, esto es, a las capacidades del auditório. b) La presentación de un *ethos* ajustado a la imagen de político competente y honesto, tanto en el desempeño de las funciones públicas como en el plano discursivo. c) La creación de un *pathos* conmovedor, capaz de afectar a las emociones de la audiencia. (BLAS ARROYO, 2011, p. 288).

Nessa direção, de acordo com Blas Arroyo (2011), no discurso político, os oradores devem ser capazes de empregar, com êxito, o que o autor denomina como as *três regras clássicas da retórica*: como o apelo ao *logos*, ao *ethos* e ao *pathos* – que contribuem para a construção da imagem de honestidade e competência, além da efetivação de um discurso bem articulado, capaz de promover a adesão do auditório. Assim, para o autor, no complexo processo de construção da imagem desejada, os políticos recorrem ao emprego das “três provas do discurso”¹⁹⁴, uma vez que não se deve restringir o discurso eleitoral, tão somente, ao ataque. As intervenções dos candidatos devem balizar-se em argumentos, na apresentação de propostas e, sobretudo, na construção de uma imagem crível, de um candidato capaz de argumentar de forma convincente:

Dos políticos se espera que sejam capazes de argumentar convenientemente e de seduzir a um público do qual depende em última instância a sorte do jogo eleitoral. No entanto, em que consiste essa capacidade de sedução no debate eleitoral? (BLAS ARROYO, 2011, p. 240).¹⁹⁵

De acordo com Blas Arroyo (2011), o político que pretende erigir um discurso eficaz, demonstrando possuir certa habilidade dialética, deve ser capaz, também, de fazer uso de argumentos diversificados, fundamentados em certos tipos de raciocínios, cujo apelo ao intelecto e à razão do auditório promovam a imagem de um debatedor dotado de capacidades intelectuais. Dentre esses recursos, Blas Arroyo (2011) assinala o emprego de silogismos, argumentos quase-lógicos, comparações, argumentos baseados em contradições, perguntas retóricas, uso de tautologias, apelo a dados numéricos, além de outros tipos de provas, por meio das quais o orador busca organizar suas intervenções no embate político de maneira lógica e sistemática. Trata-se do apelo à razão (Blas Arroyo, 2011).

Ademais, o apelo ao *logos* do auditório permite ao orador realizar ou reforçar atos ameaçadores à imagem do candidato oponente, conforme assinala Blas Arroyo (2011), que procede ao exame do enfrentamento político entre os candidatos Rodríguez Zapatero e Rajoy:

Em um de seus momentos mais brilhantes durante o primeiro debate com Rodriguez Zapatero, Rajoy recorre a argumentos [...] para maltratar a imagem de seu adversário. Mediante uma série extensa de perguntas retóricas [...] o líder da oposição critica a grandeza de seu rival, a quem apresenta como um político inconsistente e

¹⁹⁴Aristóteles denomina o *ethos*, o *logos* e o *pathos* como as três provas ou argumentos mais importantes, engendrados pelo discurso persuasivo (REBOUL, 2004).

¹⁹⁵ Tradução livre do original em espanhol: De los políticos se espera que sean capaces de argumentar convenientemente y de seducir a un público de quien depende en última instancia la suerte del juego electoral. Ahora bien, en que consiste esta capacidad de seducción en el debate electoral? (BLAS ARROYO, 2011, p. 240).

contraditório, capaz de dizer e fazer uma coisa e se opor a ela para permanecer no poder (BLAS ARROYO, 2011, p. 298).¹⁹⁶

Importa assinalar, ainda, a distinção feita por Blas Arroyo (2011) que, partindo dos estudos de Aristóteles acerca da retórica na política, assinala haver, dentre os recursos de que se faz uso para a realização da descortesia, os relacionados às provas racionais – que apelam à razão e à inteligência do público-alvo – bem como às provas “não técnicas”. No que concerne às “provas não técnicas”, observa-se que, conquanto o discurso político seja permeado por recursos que remetem à razão, mediante o uso de argumentos que se assemelham ao pensamento lógico, como os dados matemáticos e estatísticos, entre outros recursos retóricos, como as perguntas retóricas, as figuras e argumentos de autoridade, Blas Arroyo (2011) reconhece que as emoções desempenham um importante papel na construção de um discurso que cumpre a função de promover a adesão do eleitorado. Desse modo, um estudo do *pathos* no debate político mostra-se, segundo o autor, de suma importância, visto que, no processo de mobilização do eleitorado, os debatedores procedem, frequentemente, ao apelo à subjetividade do auditório que lhes podem ser suscitadas.

Desse modo, segundo Blas Arroyo (2011), o apelo ao *pathos* contribui, de modo efetivo, para a formulação de um tipo de intervenção voltada para as emoções que se podem engendrar no auditório. A esse respeito, o autor faz as seguintes considerações:

Os especialistas em comunicação política sabem que o meio televisivo favorece o apelo às emoções na relação entre os políticos e seu público. No caso do debate, embora essa intimidade entre ambos os participantes seja, logicamente, ilusória, não deixa, por isso, de ser menos afetiva (BLAS ARROYO, 2011, p. 305).¹⁹⁷

Conforme Blas Arroyo (2011), o apelo ao *pathos* apresenta um papel premente no pleito eleitoral, uma vez que as habilidades relacionadas ao desempenho do orador em ser capaz de suscitar a emoção do público, mediante recursos diversos, afiguram-se, muitas vezes, mais profícuas se comparadas à sua competência discursiva no que tange ao âmbito intelectual, em se tratando dos efeitos de persuasão promovidos e, consecutivamente, da adesão do auditório.

¹⁹⁶ Tradução nossa do original em espanhol: En uno de sus momentos más brillantes durante el primero debate con Rodriguez Zapatero, Rajoy acude a argumentos [...] para maltratar la imagen de su adversario. Mediante una serie extensa de preguntas retóricas[...] el líder de la oposición vapulea la talla de su rival, al que presenta como un político inconsistente y contradictorio, capaz de decir y hacer una cosa y la contraria con tal de mantenerse en el poder (BLAS ARROYO, 2011, p. 298).

¹⁹⁷ Tradução nossa em espanhol: Los expertos en comunicación política saben que el medio televisivo favorece la apelación a las emociones en la relación entre los políticos y su público. En el caso del debate, aunque esa intimidad entre ambos participantes sea, logicamente, ilusoria, no por ello deja de ser menos efectiva (BLAS ARROYO, 2011, p. 305).

Outro aspecto destacado por Blas Arroyo (2011), ao analisar debates eleitorais realizados na Espanha, diz respeito ao fato de que o apelo às emoções pode ser resultado de um estilo discursivo particular, diferenciando, assim, candidatos que optam por um discurso mais atrelado ao *logos* ou, por outro lado, focam-se na execução de um discurso mais alicerçado em táticas relacionadas às emoções. No caso do debate eleitoral, observa-se que o apelo às emoções se dá, de forma mais incisiva, nas intervenções que constituem os turnos de fechamentos, nos quais os candidatos fazem um resumo geral de suas propostas e, concomitantemente a isso, apresentam uma intervenção marcada por aspectos vinculados a um viés linguístico-discursivo mais subjetivo. Nesses turnos, pode-se verificar que os candidatos buscam, amiúde, pedir votos, apresentar propostas voltadas para um bem comum, sendo essas manifestações discursivas mais orientadas para o futuro (Blas Arroyo, 2011).

Outro ponto importante, mencionado por Blas Arroyo (2011), reside no fato de que se busca estreitar, no embate eleitoral, laços com a audiência por parte dos políticos, mediante a realização de estratégias de aproximação do telespectador, a partir da construção de uma imagem colaborativa, com o propósito de estabelecer alianças e coalizões com o eleitor em potencial. Para isso, de acordo com o autor, os candidatos fazem uso de uma estratégia deveras profícua no discurso político, que diz respeito à manipulação da *deíxis* pronominal. Nessa direção, consideramos que o emprego de pronomes pessoais inclusivos pode contribuir para a promoção de relações mais estreitas com o auditório, situando-o em um mesmo plano de interesses, na medida em que, ao inclui-lo no mesmo âmbito de referência pessoal, o debatedor intenta reforçar os laços com seu público-alvo. Trata-se do que Blas Arroyo (2011) denomina como uma “retórica da efusividade”, manobra dialética pela qual, segundo o autor, objetiva-se despertar emoções distintas no eleitor:

O emprego de um nós inclusivo, no qual a audiência desempenha um papel central (ganhar juntos), serve para reforçar *uma retórica de efusividade*, com alusões ao sacrifício (trabalhando muito duro) e ao otimismo no futuro (vamos sair dessa crise e vamos sair melhores [...]) (BLAS ARROYO, 2011, p.307, *grifos nossos*).¹⁹⁸

Outro aspecto destacado por Blas Arroyo (2011), relativo ao apelo ao *pathos*, concerne ao que o autor denomina de *personalização*. Trata-se de uma estratégia que se configura na tentativa de reforçar vínculos de aproximação ou de comprometimento em relação ao eleitorado, mediante o emprego de fórmulas pessoais em primeira pessoa. Ademais, observa-

¹⁹⁸ Tradução nossa do original em espanhol: El empleo de un nosotros inclusivo, en el que la audiencia desempeña un papel estelar (ganar juntos), sirve para reforzar una retórica de efusividad, con las alusiones al sacrificio (trabajando muy duro) y al optimismo en el futuro (vamos a salir de esta crisis y vamos a salir mejores [...]) (BLAS ARROYO, 2011, p. 307).

se que, frequentemente, utiliza-se no trabalho de persuasão verificado no pleito eleitoral o que diversos teóricos (Blas Arroyo, 2011; Bolívar, 2015; 2013) denominam como *coloquialismo*, faceta discursiva que consiste em fazer uso de uma linguagem mais informal e coloquial, bastante semelhante à utilizada pelo telespectador, com vistas a alcançar um número maior de eleitores.

Cumprir observar que esse fato linguístico-discursivo é evidenciado, também, nos estudos de Bolívar (2013), em sua análise acerca do uso dos pronomes pessoais na dinâmica do discurso político venezuelano, no qual se debruça sobre o seguinte fato discursivo: “As diferenças de um “eles” e de um “nós”, típicas de processos de polarização” (BOLÍVAR, 2013, p.169).¹⁹⁹ Assim como Blas Arroyo (2011), Bolívar (2013) assinala a relevância de uma análise da dinâmica pronominal no discurso político, considerando seus efeitos de aproximação e de distanciamento, assim como os de afetividade e de polarização. Ademais, a autora observa que o apelo ao *personalismo*, veiculado pelo emprego deliberado de pronomes de primeira pessoa pelos interlocutores no discurso político, sugere a emergência de fatos linguístico-discursivos específicos que consolidam propósitos ou finalidades de cunho persuasivo, como a evocação de uma figura forte no discurso, contribuindo, ainda, para desvelar a construção de uma imagem marcadamente autoritária.

Além desse fato linguístico-discursivo, os estudos de Blas Arroyo (2011) evidenciaram que, em interlocuções entre políticos, ocorre o emprego de outro recurso: trata-se da *ambiguidade referencial*, utilizada pelos interactantes de modo estratégico. A ambiguidade referencial, isto é, o apelo à possibilidade de oscilações no que tange ao uso dos pronomes pessoais e sua multiplicidade em se tratando da referência dos participantes de um dado evento comunicativo, permite observar de que modo os políticos buscam investir-se da responsabilidade em relação a determinados atos ou, em contrapartida, procuram atribuir sua responsabilidade a outrem, no caso, a um “eles”. Trata-se, pois, da possibilidade de proceder à dissolução da responsabilidade pessoal por um ato em particular em uma “instância coletiva”, fato que engendra, no discurso político, formas diversas de referência, as quais colaboram ora para acentuar um ato de ameaça, ora para dirimir a força ilocutória de um enunciado, de maneira estratégica.

Assim como Bolívar (2013), verifica-se que Blas Arroyo (2011) analisa a questão da afetividade, depreendida de casos em que se procede à *ambiguidade referencial*, considerando efeitos discursivos distintos, decorrentes do emprego de uma primeira pessoa na interação,

¹⁹⁹ Tradução nossa da versão original em espanhol: Las diferencias entre ELLOS y NOSOTROS, propias de procesos polarizantes [...] (BOLÍVAR, 2013, p.169).

sobretudo, de um “eu”, pelo qual o político pode assumir as responsabilidades por um evento, ou mesmo destacar-se de forma individual, construindo uma imagem forte, com vistas a estabelecer relações de afetividade com o auditório.

Outro aspecto mencionado por Blas Arroyo (2011), no que tange ao embate eleitoral, consiste no *apelo à vida privada*²⁰⁰ de modo deliberado, recurso utilizado, amiúde, por candidatos cujos discursos se inserem em um plano mais pessoal, marcado pela subjetividade, como estratégia para assegurar uma maior aproximação em relação ao eleitor, segundo Blas Arroyo (2011). Nesse caso, apresentam-se fatos da vida cotidiana e privada, a fim de expor valores que se julgam compartilhados por uma maioria, como os relacionados à família, à carreira e, até mesmo, à vida conjugal do debatedor.

Ao analisar a exploração da exposição do plano pessoal em debates eleitorais por candidatos distintos, Blas Arroyo (2011) assinala que alguns políticos procedem à narrativa de histórias – trata-se, segundo o autor, de “*estratégias narrativas*” – a partir das quais se intenta construir o que pode se denominar como “*um sentimento de comunidade coletiva*” (Blas Arroyo, 2011).

Outro aspecto, referente às três provas engendradas no discurso político, observadas por Blas Arroyo (2011), consiste na construção da imagem. Conforme assinala o autor, no que concerne à construção da imagem no discurso político, faz-se necessário que os oradores procedam à apresentação de um *ethos*, ao qual se atribuam valores positivos. A apresentação de um *ethos* que instigue credibilidade corresponde à construção de uma imagem relacionada ao político competente, honesto e, consecutivamente, capaz de gerir, de modo favorável, as funções públicas que lhe serão conferidas, caso seja eleito (Blas Arroyo, 2011). O político deve, pois, apresentar o *ethos*²⁰¹ de um candidato dotado de habilidades, a imagem de um sujeito no qual a nação poderá depositar confiança ao longo de sua gestão.

Em todo caso, a retórica clássica nos adverte há séculos de que a capacidade de persuasão não depende somente da utilização de técnicas destinadas a apelar ao intelecto (*logos*), mas também à integridade moral (*ethos*) [...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 459).²⁰²

²⁰⁰ Vale ressaltar que essa questão é, também, abordada por Charaudeau (2016), para o qual os políticos, frequentemente, evocam sentimentos de forma estratégica, em uma mistura de dois âmbitos: o privado e o público, em um processo designado pelo autor como “subjetivação do político”: “Nesse ambiente, misturam-se espaço privado e espaço público, religião e política, sexo e poder” (CHARAUDEAU, 2016, p. 89).

²⁰¹ Acerca do *ethos*, Blas Arroyo (2011) faz as seguintes considerações: “La presentación de un *ethos* ajustado a la imagen de político competente y honesto, tanto en el desempeño de las funciones públicas como en el plano discursivo” (BLAS ARROYO, 2011).

²⁰² Tradução da versão original em espanhol: En todo o caso, la retórica clásica nos advierte desde hace siglos de que la capacidad de persuasión no depende solo de la utilización de técnicas destinadas a apelar al intelecto (*logos*), sino también, a la integridad moral (*ethos*) [...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 459).

O *ethos* apresenta-se, assim, como um procedimento retórico a partir do qual os oradores buscam estabelecer relações de confiança com um tipo de participante cuja importância, no debate eleitoral, reside na atribuição do sucesso ou do fracasso dos debatedores. É para esse público que estão voltados os valores ideológicos que subjazem ao fazer discursivo dos candidatos, assim como à construção da imagem do líder que inspira credibilidade que, por meio de mecanismos linguístico-discursivos diversos, é construída e veiculada pelo discurso político.

A audiência, portanto, torna-se um elemento decisivo no discurso político, isto é, o participante para o qual as mensagens são finalmente dirigidas [...] para alcançar isso, o político deve estabelecer algum tipo de aliança com o auditório a ser abordado, dando a impressão de que ele ou ela representa as preocupações e desejos de suas origens (BLAS ARROYO, 2010, p. 413).²⁰³

Segundo Blas Arroyo (2011), os *ethé* vinculados à integridade moral, à competência e honestidade são, dentre outros tipos de *ethos* apresentados no discurso político, aqueles que promovem e estreitam relações de identificação e confiança, entre candidatos e auditório.

Não obstante, Blas Arroyo (2011) assinala que, dentre os três recursos de persuasão – *ethos*, *logos* e *pathos* – o mais explorado, no debate político eleitoral, consiste no apelo às emoções da audiência, pelo fato de que se trata de um enfrentamento dialético que, segundo o autor, é veiculado pela mídia para uma parcela significativa de telespectadores, uma “*mass media*”, a que se busca sensibilizar com o intuito de garantir sua adesão. Nessa direção, a mídia, conforme ressalta Blas Arroyo (2007) apresenta, pois, um papel de suma importância nas escolhas discursivas dos participantes: “Hoje, o debate político é fortemente condicionado pela poderosa influência da mídia de massa”²⁰⁴ (BLAS ARROYO, 2007, p. 409).

Para alcançar seus objetivos, os políticos devem fazer uso de diversos modos de persuasão que são reconhecidos desde a antiguidade na tradição retórica: o *logos*, que é a força e relevância dos argumentos exercidos pelo que persuade; o *ethos*, que é a credibilidade do persuasor, e o *pathos*, que apela para a emoção. Embora todos esses elementos estejam frequentemente presentes no discurso persuasivo, na política, o componente emotivo torna-se especialmente importante [...] é frequentemente usado pelos oradores mais carismáticos, com efeitos hipnóticos sobre a audiência e, possivelmente, com consequências trágicas, como a história nos mostrou (BLAS ARROYO, 2007, p. 415).²⁰⁵

²⁰³ Tradução nossa da versão do original em inglês: The audience therefore becomes a decisive element in political discourse, that is, the participant to whom the messages are ultimately addressed[...] to achieve this, the politician must establish some kind of alliance with the audience being addressed by giving the impression that he or she represents their backgrounds concerns and desires (BLAS ARROYO, 2007, p. 413).

²⁰⁴ Tradução nossa da versão original em inglês: Today, political debate is strongly conditioned by the powerful influence of the mass media (BLAS ARROYO, 2007, p. 409).

²⁰⁵ Tradução nossa do original em inglês: To achieve their goals, politicians must make use of several modes of persuasion that have been recognized since ancient times in the Aristotelian tradition: the *logos*, which is the force and relevance of the arguments wielded by the persuader; the *ethos*, which is the persuader's credibility, and the

4.9 A cortesia no debate eleitoral: o comportamento verbal politicamente correto

Como vimos, o debate eleitoral configura-se como um gênero marcadamente conflitivo e agonal. Embora a descortesia seja a regra nesse formato de interlocução, pode-se afirmar que um político que apenas ataca, sem apelar à razão ou ao uso de argumentos, pode, com efeito, perder créditos diante do auditório ao qual se visa convencer. Desse modo, conquanto a hostilidade seja a regra, há que se observar que um candidato agressivo em demasia pode obter resultados negativos, sobretudo em se tratando de sua imagem diante do público telespectador (Blas Arroyo, 2011):

Embora, como tivemos a oportunidade de comprovar, o formato do combate dialético convida, claramente, à hostilidade e ao conflito entre as partes, os políticos não podem limitar-se a atacar sem mais nem menos seus rivais. E, menos ainda, em um meio como a televisão, que castiga com dureza excessiva e onde a máxima é não ser demasiado agressivo porque o contrário pode resultar contraproducente. Desse modo, os políticos em cena pública devem moderar seu discurso por mais que sejam carregados de razões (BLAS ARROYO, 2011, p. 239).

Conforme assinala Blas Arroyo (2011), as expressões atenuantes que permeiam a situação de desacordo entre os contendentes, no embate eleitoral, não apresentam, de fato, função mitigadora, tais como as estratégias cortesias genuínas em interações regidas pela cooperação mútua. De acordo com o autor, esses recursos constituem a regra, em *corpora* desse tipo, não a excessão.

No entanto, nossas objeções a essa interpretação derivam, como vimos, do desacordo de que tais formas podem ser consideradas uma expressão de cortesia em um gênero abertamente agonal, como o debate político face a face. Pelo contrário, em nossa opinião, encontramos-nos diante de comportamentos verbais politicamente corretos cujas funções estratégicas, embora diversas, dependendo do contexto em que aparecem, sempre perseguem obter o máximo benefício para o falante, mas em nenhum caso para o rival (BLAS ARROYO, 2011, p. 260).²⁰⁶

Ademais, Blas Arroyo (2011) ressalta que esse tipo de comportamento interacional costuma ocorrer tanto em fases menos conflitivas, a saber, após as réplicas e contra réplicas –

pathos, which appeals to the emotions. Although all these elements are usually present in persuasive discourse, in politics the emotive component becomes especially important [...] it is often used by the most charismatic orators, with hypnotic effects over the audience and, possibly, tragic consequences, as history has shown us (BLAS ARROYO, 2007, p. 415).

²⁰⁶ Tradução nossa da versão original em espanhol: Sin embargo, nuestros reparos a esta interpretación se derivan, como hemos visto, del desacuerdo con que dichas formas puedan considerarse como expresión de cortesía alguna en un género abiertamente agonal como el debate político cara a cara. Por el contrario, a nuestro juicio, nos encontramos ante comportamientos verbales *políticamente correctos* cuyas funciones estratégicas, aunque diversas en función del contexto en que aparecen, persiguen siempre obtener el máximo beneficio para el orador pero en ningún caso para el rival (BLAS ARROYO, 2011, p. 260).

tantos nos momentos em que o enfrentamento e o dissenso se aguçam, nas partes centrais do debate. De modo geral, o comportamento politicamente correto reside, segundo Blas Arroyo (2011), na tentativa do orador de atenuar seu discurso de modo estratégico, não obstante, sem qualquer pretensão de salvaguardar a imagem alheia, servindo, muitas vezes, para justificar seus próprios ataques diante de um terceiro interlocutor, o auditório:

Entretanto, uma característica essencial dessas expressões é sua óbvia falta de sinceridade. O orador beira ao cinismo quando afirma o desgosto causado por suas próprias críticas [...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 258).²⁰⁷

De acordo com Blas Arroyo (2011), há diversos recursos que se configuram em mecanismos ou procedimentos que podem ser considerados como formas de comportamento politicamente correto, uma vez que, segundo o autor, trata-se de enunciados, expressões ou construções linguísticas eminentemente “não sinceras”, tendo-se em vista o contexto no qual se inserem. Dessa maneira, conforme salienta o autor, não são os elementos linguísticos que se constituem propriamente como cortesias ou não cortesias, mas sim as condições sob as quais essas formulações se realizam, as quais, evidentemente, colaboram na configuração de sua real função e natureza discursiva na interação.

Em sua análise desse tipo específico de comportamento verbal, Blas Arroyo (2011) elenca uma série de partículas, expressões, enunciados e estratégias ou movimentos dialéticos, por meio dos quais os interactantes intentam mitigar a força ilocutória de seus ataques. Segundo o autor, esses mecanismos discursivos não apresentam a função de moderar propriamente o desacordo em si, mas sim de modular a intensidade dos atos de ameaça, com vistas a proteger a imagem de quem os realiza ou mesmo, conforme assegura o autor, com propósitos de intensificar ofensas aos adversários.

Nesse sentido, esses recursos funcionam, frequentemente, no discurso agonal do debate, em um plano similar à ironia, já que, da mesma maneira, oferecem pistas que permitem realizar uma leitura pragmática diferente, e frequentemente oposta, da qual deriva seu sentido literal (BLAS ARROYO, 2011, 272).²⁰⁸

Trata-se de estratégias lexicais, como uso de partículas adverbiais e orações condicionais, formas de impessoalização do eu – utilizadas no intento de dissolver a

²⁰⁷ Tradução nossa do original em espanhol: Ahora bien, una característica esencial de estas expresiones es su evidente insinceridad. El hablante bordea el cinismo cuando afirma el disgusto que le producen sus propias críticas [...] (BLAS ARROYO, 2011, p. 258).

²⁰⁸ Tradução nossa da versão original em espanhol: En este sentido, dichos recursos funcionan a menudo en el discurso agonal del debate en un plano similar a la ironía, ya que, al igual que esta, ofrecen pistas que permiten realizar una lectura pragmática diferente, y a menudo opuesta, a la que se deriva de su sentido literal.

agressividade verbal de um FTA – modos de silenciamento do interlocutor ou do grupo político rival, uso de predicados doxáticos, uso de estratégias de distanciamento e de impessoalização como forma de eximir-se da responsabilidade pelo ato de ameaça, emprego de formas de referência coletiva – por meio do emprego de um nós – a fim de dirimir as responsabilidades de um “eu” diante dos ataques efetuados, bem como de diferentes manobras de desfocalização pragmática.

Outro aspecto mencionado por Blas Arroyo (2011) consiste no uso de formas que promovem certa aproximação solidária com o interlocutor, o qual, paradoxalmente, se ataca. Evidentemente, há que se observar que tal recurso ou mecanismo de aproximação apresenta-se como um procedimento eminentemente falso, conforme pondera o autor, configurando-se em uma ação típica de comportamento politicamente correto, empreendido no debate político eleitoral.

O teórico assinala, ainda, que a referência a um “nós correligionário”, frequentemente realizada no debate político eleitoral, evidencia a tentativa do orador de dissolver sua responsabilidade pessoal em uma “instância coletiva”, indicando outra forma de realização do comportamento politicamente correto, nomeadamente empregado no embate eleitoral, uma vez que, por meio dessas formas de referência, dilui-se, consideravelmente, a obrigação do debatedor de responder pelos atos de ameaça efetuados em seu discurso.

CAPÍTULO 5. A ARGUMENTAÇÃO

5.1 Argumentação, conflito e política: diálogos possíveis.

Os estudos acerca da persuasão mediante o discurso remontam aos primeiros agrupamentos de homens em comunidades e, posteriormente, ao advento da democracia, na Grécia Antiga. No momento em que o homem passou a se organizar em comunidades, culminando na formação de sociedades, cujas demandas não poderiam ser resolvidas, tão somente, por meio da força, mas sim mediante o uso da palavra, observa-se o surgimento, segundo Fiorin (2016), da argumentação:

A vida em sociedade trouxe para os seres humanos um aprendizado extremamente importante: não se poderiam resolver todas as questões pela força, era preciso usar a palavra para persuadir os outros a fazer alguma coisa. Por isso, o aparecimento da argumentação está ligado à vida em sociedade e, principalmente, ao surgimento das primeiras democracias (FIORIN, 2016, p. 9).

Assim, com a instauração da democracia e de uma nova configuração de sociedade, economia e política, decorrente do surgimento da *pólis* grega, as demandas sociais e o gerenciamento dos conflitos passam a ser reconfigurados de modo que a coletividade aceite uma determinada posição sem que se recorra à força física, mas sim a partir da organização de um discurso calcado em práticas argumentativas:

Até então, era a violência e o face a face. A partir daí, os conflitos deveriam ser acertados não mais diretamente entre as pessoas neles implicadas, mas diante de um determinado público: o dos pares, que se denomina público, ou o dos especialistas, juízes ou outros. À força física dever-se-ia, portanto, substituir a força do simbólico: somente aquele que detivesse o domínio sobre os signos, obteria a adesão da coletividade (KLIKENBERG, 2004, p. 11).

De acordo com Mosca (2004; 2007), o surgimento da retórica resulta dos embates entre cidadãos da Sicília face à invasão de suas terras que, segundo a autora, “serviram-se da força das palavras para a coerção do inimigo”. Assim, o embate e a luta, mediante o uso da palavra, configuram-se em uma característica intrínseca à atividade argumentativa, desde os primórdios. A técnica de persuadir, isto é, os raciocínios ou dispositivos argumentativos a partir dos quais o orador conduz o outro a aceitar suas posições foi, na Grécia Antiga, objeto de estudo de filósofos que ensinavam a prática de convencer por meio da palavra. Trata-se dos sofistas: um grupo de filósofos que instauraram, em Atenas, o ensino da arte de convencer em público, por meio de proposições não necessariamente verdadeiras, mas com aparência de verdade, com vistas a promover uma disciplina a partir da qual professavam a retórica.

O poder da palavra, isto é, a emergência da fala do orador diante de um público, passa a ser ensinado e, inclusive, cobrado: nasce uma disciplina que será o embrião do direito. Assim, observa-se o surgimento da política que, concomitante ao despontar da retórica, afigura-se como um caminho alternativo à força física que, outrora, empregava-se para se fazer justiça frente aos conflitos e antagonismos. Instituem-se, assim, tanto na Grécia, como em Roma, “o espaço político ou o espaço público”²⁰⁹, por meio da criação da assembleia grega e do senado romano, local de deliberação e palco de ideias antagônicas, opiniões e tomada de decisões mediante o voto. Trata-se, segundo Chauí (2001), “da invenção da política”.²¹⁰

Nesse sentido, cumpre assinalar que argumentação, democracia e política se entrecruzam, na medida em que é por meio da aceitação do conflito e das ideias antagônicas que os governos despóticos dão lugar, na Idade Clássica, a uma sociedade calcada na deliberação e na “democratização” das decisões e do poder. Logo, o conflito passa a ser institucionalizado e torna-se um tipo de prática de valor social e de caráter público, atendendo às novas demandas político-econômicas e sociais.

Em 1958, após o término da Segunda Guerra Mundial, num contexto de restauração das democracias, em resposta às ideias totalitárias que marcaram a Europa na primeira metade do século XX, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958) resgatam a retórica aristotélica, apresentando o Tratado da Argumentação, tendo como subtítulo a denominação *Nova Retórica*, no qual os autores empreendem o estudo das técnicas argumentativas, a partir das quais os oradores buscam, por meio da linguagem, influenciar um determinado auditório, na tentativa de assegurar sua adesão mediante a construção de um discurso constituído de proposições verossímeis, isto é, plausíveis.

Não se trata mais de convencer por meio de argumentos lógicos, formais, comprovados a partir de dados matemáticos, mas sim mediante o uso de provas baseadas no que pode ser considerado razoável, isto é, verossímil.

A argumentação volta-se para o verossímil, aquilo que é plausível e razoável e não da esfera das certezas absolutas, lógico-matemáticas, comportando pontos controvertidos e passíveis de discussão. Como a linguagem natural é seu instrumento, a ambiguidade não lhe é estranha (MOSCA, 2007, p.300).

²⁰⁹ Chauí (2001).

²¹⁰ Criaram o espaço político ou espaço público – a assembleia grega e o senado romano –, na qual os que possuem direitos iguais de cidadania discutem suas opiniões, defendem seus interesses, deliberam em conjunto decidem por meio do voto, podendo, também pelo voto, revogar uma decisão tomada. É esse o coração da invenção política (CHAUÍ, 2001, p. 376).

Segundo Amossy (2017), a apresentação de um tratado que remonta à retórica argumentativa configura-se no resgate de um pensamento voltado para uma visão pluralista em torno da realidade, a partir da consideração do verossímil:

Eles respondem às preocupações do filósofo que procurava restabelecer a racionalidade no coração do que chamava, em sentido amplo, de questões humanas. De acordo com ele, na era do pluralismo, os seres humanos só podem escapar da arbitrariedade e da violência buscando um acordo, não sobre o racional, mas sobre o razoável (AMOSSY, 2017, p. 21).

Observa-se, assim, a proposta de um método de análise cuja finalidade era a de contemplar as diferentes técnicas ou tipos de argumentos, por meio dos quais o orador intenta alcançar seu principal objetivo: o de conduzir seu auditório a agir da maneira esperada, levando-o a aceitar as teses que lhe são apresentadas, promovendo, assim, sua adesão. Nesse sentido, importa assinalar que, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), a atividade argumentativa implica, nomeadamente, em uma tomada de ação, na medida em que se busca conduzir o outro a agir da maneira esperada.

Assim como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), Toulmin publica, em 1958, sua obra intitulada “Os usos do argumento”, a partir da qual o autor busca, mediante o estudo do valor argumentativo dos enunciados, resgatar as investigações acerca da argumentação, tendo como base um modelo monologal, partindo do princípio de que a argumentação estaria circunscrita a “esquemas argumentativos”.

Ascombre e Ducrot (1988), por sua vez, apresentam uma teoria da argumentação de cunho pragmático-semântico: “A teoria da argumentação na língua é uma teoria da significação”²¹¹, conforme salienta Platin (2008), estudioso da argumentação. Nessa direção, Ascombre e Ducrot (1988) examinam de que modo os encadeamentos dos enunciados e sua orientação a uma dada conclusão promovem, por meio da semântica, projeções argumentativas.

Nesse sentido, cumpre observar que, para esses autores, a argumentação inscreve-se na língua, na medida em que o encadeamento de enunciados projeta determinadas orientações argumentativas, isto é, está orientado para determinadas conclusões, de modo que qualquer enunciado pode apresentar o que se denomina como “argumentatividade”. De acordo com essa perspectiva, o valor argumentativo dos enunciados independe de fatores contextuais, uma vez que, para os autores, a argumentação afigura-se como um fato de língua, não como um fato relacionado ao discurso. Trata-se de uma concepção em torno da argumentação que difere,

²¹¹ (PLATIN, 2008, p.33).

nomeadamente, da concepção oriunda da retórica argumentativa, cuja finalidade era a de persuadir um auditório por meio de argumentos (FIORIN, 2016, p. 16).

Assim, de acordo com essa concepção teórica, a da argumentatividade, isto é, da argumentação na língua, a linguagem é, por si mesma, eminentemente argumentativa, uma vez que o próprio encadeamento de enunciados resulta, por si só, em determinadas projeções ou desdobramentos argumentativos. Posto isso, pode-se afirmar que, para as teorias da “Argumentação na língua” a argumentatividade é um fenômeno inerente à linguagem ou está intrinsecamente ligada aos fatos da língua.

Já para Grize (1990), a argumentação configura um fenômeno de natureza cognitiva, partindo do pressuposto de que à linguagem subjazem processos cognitivos. Trata-se, pois, de considerar a língua e a argumentação a partir de esquemas e operações lógico-discursivas (PLATIN, 2008, p. 38-39). Diante do exposto, cumpre assinalar que a diversidade de aportes teóricos, relacionados à argumentação, aponta para uma crescente revitalização dos estudos argumentativos.

Ademais, importa assinalar que, dentre as razões que podem justificar o interesse pela argumentação e de seus desdobramentos, no período pós-guerra, observa-se a necessidade da criação de um “discurso sensato” (Platin, 2008), como contraponto à emergência dos discursos fanáticos, veiculados por governos totalitários, que se opunham à pluralidade de opiniões e à possibilidade de haver antagonismo de ideias.

A construção de um pensamento autônomo da argumentação nos anos 1950 foi, sem sombra de dúvida, profundamente estimulada pela vontade de encontrar uma noção de “discurso sensato”, por oposição aos discursos fanáticos dos totalitarismos (PLATIN, 2008, p.8).

A emergência de discursos passíveis de influenciar o outro, mediante a palavra, em lugar da força ou da violência física, passa, então, a ser objeto de estudo a partir da década de 50, em contraposição aos discursos totalitários.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a argumentação se instaura, assim, em uma aceitação do princípio de contradição, isto é, do dissenso, haja vista que é mediante o antagonismo de ideias que a atividade argumentativa é engendrada no discurso, segundo Platin (2008). A argumentação inscreve-se, pois, em contratos de interlocução calcados na contraposição dos discursos. Não obstante, observa-se que, nessas situações discursivas, não se busca chegar a um acordo entre as partes por meio da apresentação de argumentos, mas sim o contrário.

Acerca do dissenso, Angenot (2015, p. 16) postula que “há consideráveis dificuldades de persuadir o outro: as interlocuções humanas não raras vezes são *diálogos de surdos*”,

conforme o autor, que problematiza a questão do contradiscurso e do antagonismo, procedendo a uma abordagem do desentendimento.

De acordo com Platin (2008), cumpre distinguir duas concepções acerca da argumentação, quais sejam, a que se inscreve em um modelo monolocal, segundo o qual se busca sistematizar a argumentação tendo como base as estruturas da língua, e a que a situa em um modelo dialogal, pelo qual se leva em consideração, não somente aspectos monológicos, mas também aspectos dialógicos, conforme ressalta o autor (2008). Acerca do modelo dialogal, trata-se de circunscrever a prática argumentativa tanto no âmbito enunciativo, como na esfera interacional:

Na argumentação, há irredutivelmente o enunciativo e o interacional. De acordo com uma feliz formulação de Schiffrin, “a argumentação é um modo de discurso nem puramente monológico nem puramente dialógico [...] um discurso pelo qual os locutores defendem posições discutíveis” (1987, 17-18). Trata-se, então, de articular um conjunto de noções que permitam levar em conta esse aspecto biface da atividade argumentativa (PLATIN, 2008, p.65).

Platin (2008) assinala, ainda, que o modelo de análise dialogal²¹² configura-se como polifônico e intertextual. Trata-se de um modelo analítico que considera a argumentação como um tipo de atividade marcada pelo embate entre um discurso e um contradiscurso, a partir do qual duas proposições antagônicas contrapõem-se, cada qual com seu arcabouço ideológico. Tais assunções ideológicas engendram, por sua vez, as distintas posições assumidas no discurso, em prol das quais os participantes da atividade comunicativa argumentam, com o intuito de justificá-las:

As interações fortemente argumentativas apoiam-se sobre um desacordo que apresenta características específicas: ele não é instantaneamente reparado no decorrer da interação em que surgiu; é tematizado na interação; pode ser levado para um lugar argumentativo específico. Desse modo, ele produz interações organizadas em torno de um conflito preexistente; o conflito é a razão de ser dessas interações e condiciona seu desenrolar; as intervenções dos participantes são desenvolvidas e planejadas (PLATIN, 2008, p. 68).

Assim como Platin, Amossy (2017; 2018) apresenta uma visão polifônica e dialógica da argumentação. Não obstante Amossy (2018) considere que todo discurso se apresente como uma resposta a outros discursos, – já que, para a autora, a argumentação é intrínseca a toda a realização discursiva – cumpre ressaltar que, para a autora (2017; 2018), há que se distinguir

²¹² Acerca da argumentação sob a égide dialogal, Platin (2008) assinala o seguinte: “Falaremos de “modelo dialogal” da argumentação para cobrir, ao mesmo tempo, o dialogal propriamente dito, o polifônico e o intertextual, a fim de insistir em um aspecto fundamental da argumentação, o da articulação de dois discursos contraditórios.” (PLATIN, 2008, p. 66).

entre discursos que apresentam “dimensão argumentativa”, daqueles que possuem “intenção argumentativa”, isto é, aqueles que possuem “visada argumentativa” (Amossy, 2017; 2018).

Assim, conforme pontua Amossy (2017)²¹³, há discursos cuja natureza e estrutura os circunscrevem entre os que apresentam viés argumentativo, tratando-se de eventos comunicativos com clara “intenção argumentativa”, na medida em que consistem em discursos por meio dos quais se intenta agir sobre o outro para convencê-lo de algo. Nesse caso, podem-se mencionar o discurso político, o discurso jurídico ou o publicitário.

Quanto aos discursos que se inscrevem em uma “dimensão argumentativa”, observam-se todos os que se apresentam, aparentemente, como discursos marcados pela neutralidade, tais como a narrativa, as notícias de jornais, dentre outros eventos discursivos. Embora Amossy (2017), em sua obra *Apologia à Polêmica*, estabeleça a distinção entre gêneros de “dimensão argumentativa” e os que apresentam um tipo de “persuasão programada”, isto é, os gêneros de “intenção argumentativa”, no tocante à sua estrutura organizacional e suas finalidades discursivas, para a autora, todos os discursos possuem uma dimensão argumentativa, ou seja, são intrinsecamente argumentativos, independentemente de sua natureza²¹⁴. Outro aspecto a ser ressaltado reside no fato de que, assim como Angenot (2015), Amossy (2017; 2018) procede a uma abordagem de relações de interlocução marcadas pelas dissensões, às quais subjazem a dicotomia e a polarização:

É preciso, ainda, para evitar confusões, distinguir entre a intenção e a dimensão argumentativa. Mesmo que, por sua natureza dialógica, o discurso comporte, como qualidade intrínseca, a capacidade de agir sobre o outro, de influenciá-lo, é preciso diferenciar entre a estratégia de persuasão programada e a tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s). No primeiro caso, o discurso manifesta uma intenção argumentativa: o discurso eleitoral ou o anúncio publicitário constituem exemplos flagrantes disso. No segundo caso, o discurso comporta, simplesmente, uma dimensão argumentativa (AMOSSY, 2006, p. 32-34): isso ocorre com a notícia de jornal, que se pretende neutra, com a conversa ou com uma grande parte das narrativas ficcionais (AMOSSY, 2017, p.131).

²¹³ Do mesmo modo, Aristóteles inscrevia o discurso político no seio dos discursos voltados para a esfera do argumentar, tal como ressalta Mosca (2007): Partindo-se dessa caracterização, vê-se que alguns campos são propícios à argumentação, tal como se vê na Retórica clássica, em que o deliberativo correspondia ao político, à defesa do bem comum, com as tradições de assembleias, hoje parlamentares.

²¹⁴ Percebe-se, portanto, que, por sua natureza dialógica, o discurso comporta como qualidade intrínseca a capacidade de agir sobre o outro, de influenciá-lo. Sem dúvida, é preciso manter a distinção entre a estratégia de persuasão programada e a tendência de todo discurso de orientar as maneiras de ver do(s) interlocutor(es). No primeiro caso, o discurso manifesta uma orientação argumentativa: o discurso eleitoral ou a publicidade constituem exemplos flagrantes disso. No segundo caso, ele comporta simplesmente uma dimensão argumentativa (Amossy, 2006 [2000], 2005): assim acontece com o artigo informativo que preza por sua neutralidade, a conversa coloquial ou o texto ficcional. Mas a argumentação, apresente ela ou não uma vontade manifesta de conduzir à aprovação, é sempre parte integrante do discurso em situação (AMOSSY, 2007, p.122).

A esse respeito, Mosca (2007) assinala haver, desde a retórica aristotélica, eventos comunicativos cujas finalidades discursivas incidem, necessariamente, no campo da argumentação, haja vista o fato de terem, como principal objetivo, influenciar o outro. Logo, tal distinção – entre discursos com tácitas intenções argumentativas e aqueles que apresentam propósitos discursivos que não apresentam finalidades de persuasão – pode ser observada desde a herança aristotélica, isto é, a Retórica clássica, em que se verificou uma distinção efetiva no que tange aos objetivos discursivos de cada gênero estudado:

Partindo-se dessa caracterização, vê-se que alguns campos são propícios à argumentação, tal como se vê na Retórica clássica, em que o deliberativo correspondia ao político, à defesa do bem comum, com as tradições de assembleias, hoje parlamentares; o forense, para o trato dos procedimentos judiciais; e o epidítico, para as diversas ocorrências da vida em sociedade, destinando-se a exaltar ou censurar seus costumes e episódios marcantes, aquilo que desperta prazer ou desprazer (MOSCA, 2007, p. 295).

A concepção de argumentação, compreendida como o “domínio da controvérsia” (Mosca, 2007) sendo, portanto, vinculada ao dissenso, estando presente em situações comunicativas conflituais, é mencionada, também, por outros estudiosos, como Fiorin (2016):

Um discurso pode concordar com outro ou discordar de outro. Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os discursos são sempre o espaço privilegiado de luta entre vozes sociais, o que significa que são precipuamente o lugar da contradição, ou seja, da argumentação, pois a base de toda a dialética é a exposição de uma tese e sua refutação (FIORIN, 2016, p.9).

Para Mosca (2007) e Fiorin (2016), a argumentação encontra-se, de modo efetivo, intrinsecamente atrelada ao conflito, a partir do qual a atividade argumentativa se desenvolve com vistas a promover o consenso ou a mudança de atitudes daqueles a quem se destina: “A argumentação, enquanto domínio da controvérsia e da plurivocidade, está presente nas mais diversas situações polêmicas e conflituais”. (MOSCA, 2007, p. 300). Em outras palavras, para a autora, a argumentação se desenvolve a partir de um dissenso, frente a um antagonismo de assunções: “A argumentação se desenvolve onde não há consenso, diante de uma questão polêmica” (MOSCA, 2007, p. 300).

Acerca desse fato, em seu estudo intitulado *Retórica e objetividade*, Gracio (2014) destaca uma “relevância incontornável”, intrínseca à atividade de argumentação, pelo fato de que subjazem, aos procedimentos argumentativos, antagonismos que lhes são inerentes, sendo, pois, necessário considerar o estudo da argumentação à luz de um “pluralismo” que, de forma efetiva, a constitui:

É, pois, nesse quadro que a argumentação assume uma relevância incontornável, pelo menos se advogarmos que é a dimensão de troca e de interação, e não a mera

expressividade, aquilo está no coração dos procedimentos argumentativos. De facto, ao pensarmos a argumentação no registro das oposições discursivas, podemos associá-la desde logo a um pluralismo que lhe é inerente, remetendo esse pluralismo não só para uma resistência à unidimensionalização que elide a alternativa, como para um apelo à poiesis imaginativa como forma mais saudável e libertadora de lidar com o que se revela como problemático (sendo aqui de relembrar o laço que une o “lidar com o problemático” e a “política”, a “indeterminação” e a “deliberação”). Nesse sentido, os procedimentos argumentativos são indissociáveis do alargamento do pensável (GRACIO, 2014, p.182).

No que se refere à natureza das manifestações de cunho persuasivo, Aquino (1997) assinala que um discurso argumentativo pode ser caracterizado pela defesa de um dado ponto de vista, o qual se estabelece em contraposição a outro, a partir da formulação de argumentos sobre os quais se assentam um determinado posicionamento. Assim, nesse movimento dialético, em que se contrapõem posições antagônicas, observa-se, segundo a autora, um desacordo evidente e necessário entre os participantes de determinadas trocas verbais. No entanto, cumpre observar que, para Aquino (1997), o simples fato de entrar em confronto, a partir de um enfrentamento polêmico, não significa que um discurso seja, efetivamente, argumentativo. Para isso, faz-se necessário que se instaure um discurso situado em relação a outro discurso, também argumentativo, ao qual se apresentem contra-argumentos. Nesse sentido, Aquino (1997) assinala que a argumentação deve ser passível de ser refutada, contrariamente ao que se verifica no discurso demonstrativo, cujas proposições são irrefutáveis:

Um discurso argumentativo situa-se em relação a outro discurso argumentativo, implícito ou explícito; corresponde a defender um ponto de vista contra outro, o que significa, segundo Erlich (1993), polemizar. Para Möeschler (1986), entrar em polêmica não é indicativo de que somente existe um desacordo, mas toda a possibilidade de ocorrerem contra-argumentos. Por tal motivo, a argumentação fica propensa a ser refutada, diferenciando-se, assim, do discurso demonstrativo, lógico, dedutivo que é irrefutável (AQUINO, 1997, p.146).

Dissenso e argumentação encontram-se, desse modo, intimamente relacionados, sobretudo em se tratando de discursos que apresentam “intenções argumentativas” (Amossy, 2017; 2018), tais como o discurso político, cujas finalidades ou propósitos comunicativos são os de conduzir um terceiro participante – o eleitor – a realizar determinadas ações, influenciando-o.

É, portanto, a atividade que consiste em trazer argumentos em favor de sua tese e contra a tese adversa que constrói a fala polêmica [...] Estamos bem no campo da retórica argumentativa. Argumentamos quando surge um desacordo sobre uma determinada questão e quando duas respostas opostas são dadas sobre um mesmo assunto, obrigando cada uma das partes a justificar os fundamentos de sua posição (AQUINO, 1997, p. 112).

Diante do exposto, pode-se afirmar que a argumentação é oriunda dos processos de negociação e de gerenciamento do conflito por intermédio da linguagem, a partir da qual os sujeitos encontraram uma alternativa à força física para a conquista e à manutenção do poder.

Política, argumentação e dissenso afiguram-se, assim, como atividades relacionadas e, em determinadas manifestações discursivas, imbricadas, na medida em que o discurso político, fundado no antagonismo de teses opostas e no conflito, consiste em um tipo específico de evento comunicativo cujo surgimento remonta ao próprio estabelecimento da democracia e de práticas de linguagem argumentativas. Dessa maneira, recorreremos aos pressupostos da argumentação para uma análise aprofundada do comportamento verbal agressivo, que perfaz o discurso político, marcadamente agonal, sobretudo às contribuições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) e Amossy (2018), as quais serão apresentadas a seguir.

5.2 As contribuições de Perelman e Olbrechts- Tyteca para o estudo das técnicas argumentativas: a *Nova Retórica*

Em meados do século XX, mais precisamente na década de 70, o filósofo Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca procederam à elaboração de um modelo de análise com vistas a sistematizar os modos pelos quais se organizam, no discurso, as diversas formas ou mecanismos argumentativos cujo emprego se deve à busca da adesão. Trata-se da tentativa de estabelecer uma “lógica dos valores”, por meio da qual se expliquem sistemas de crenças e manifestações discursivas – concernentes ao campo das ciências humanas – que não se configuram, necessariamente, como verdades absolutas, mas como fatos verossímeis, passíveis de serem investigados à luz de uma ciência que se ocupa dos efeitos argumentativos decorrentes de enunciados diversos.

Em outras palavras, propôs-se um modelo de análise voltado para a compreensão dos princípios que regem um campo do saber que foge ao cálculo, ou à lógica formal, mediante a observação, descrição e análise das técnicas de persuasão empregadas no sentido de resolver questões relativas ao campo dos valores, crenças e ideologias, relativas à esfera da opinião:

Faz três séculos que o estudo dos meios de prova utilizados para obter a adesão foi completamente descurado pelos lógicos e teóricos do conhecimento (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.2).

Há muito, a retórica aristotélica fora relegada a meras questões de eloquência, em detrimento de seu caráter marcadamente dialógico-argumentativo. Com o fim do Império Romano e, posteriormente, com o advento, séculos depois, do pensamento cientificista, por

meio do Positivismo, a lógica formal prevaleceu como o único meio de explicação dos fenômenos. A esse respeito, Platin (2008) tece as seguintes considerações: “A argumentação não foi esquecida, ela foi é profundamente deslegitimada” (PLATIN, 2008, p.20).

Em resposta à deslegitimação da retórica e do pensamento aristotélico – em decorrência do advento do cientificismo e de concepções cartesianas acerca do conhecimento – Perelman e Olbrechts-Tyteca publicam, em 1956, a obra intitulada *Tratado da Argumentação*, também denominada como *Nova Retórica*, que consiste no estudo da eficácia argumentativa de técnicas distintas, empregadas em diferentes manifestações discursivas, cujo propósito é o de obter a adesão do auditório.

A publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica da dialética grega, constituem uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.1).

Posto isto, importa assinalar que a elaboração de um tratado com o qual se possa, de maneira efetiva, proceder à análise de questões de ordem subjetiva e, portanto, não mensuráveis, segundo procedimentos teórico-metodológicos cientificistas, deve-se à necessidade de não relegar à obscuridade²¹⁵ questões referentes ao âmbito dos valores e das crenças. Assim, o resgate da antiga retórica, por meio da elaboração de um tratado que contemple questões concernentes ao âmbito das ciências humanas, têm como propósito oferecer escopo teórico-metodológico à análise das mais variadas manifestações discursivas, quer sejam orais, quer sejam escritas, em se tratando de enunciados cujo propósito é, evidentemente, o de convencer:

Os meios de prova de que se servem as ciências humanas, o direito e a filosofia; examinaremos as argumentações apresentadas por articulistas em seus jornais, por políticos em seus discursos, por advogados em suas peças de defesa, por juízes em suas sentenças, por filósofos em seus tratados (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.13).

Nessa direção, o *Tratado da Argumentação* representa um ressurgimento dos estudos acerca das técnicas de persuasão empreendidas pelos participantes de um dado evento comunicativo. É por meio desse estudo que se estabelece um resgate de noções oriundas da herança clássica com o objetivo primordial de proceder à elaboração de um “inventário” dos

²¹⁵ Deveríamos, então, tirar dessa evolução da lógica e dos incontestáveis progressos por ela realizados a conclusão de que a razão é totalmente incompetente nos campos que escapam ao cálculo e de que, onde nem a experiência, nem a dedução lógica podem fornecer-nos a solução de um problema, só nos resta abandonarmo-nos às forças irracionais, aos nossos instintos, à sugestão ou à violência? (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.3).

diversos procedimentos argumentativos de que se faz uso para convencer e persuadir o auditório em discursos distintos, conforme pondera Platin (2008):

Uma contribuição essencial do Tratado é seu inventário das formas argumentativas. Ali encontramos, para começar, um conteúdo de descrição empírica incomparável: “Mais de oitenta tipos de argumentos de observações esclarecedoras sobre a função argumentação de mais de sessenta e cinco figuras [...] (PLATIN, 2008, p.48).

5.2.3 O auditório

Como vimos, a obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) visa a assegurar a análise de *corpora* distintos à luz de uma ciência que se configura em uma ruptura com um tipo de pensamento, cujo apogeu, no final do século XIX, influenciou diversos campos do saber: trata-se do cientificismo, pautado na razão, cujas práticas partem da premissa de que toda forma de conhecimento deve, forçosamente, ser descrita e investigada sob o crivo de um raciocínio eminentemente lógico. Isso significa conceber o conhecimento de modo unilateral, como um campo ou domínio unívoco. Não obstante, para a dialética aristotélica, há que se examinar as provas ou os meios pelos quais é possível comprovar ideias ou evidências que apresentem valor de verdade, isto é, que se apresentem como plausíveis e prováveis, na medida em que, para o auditório²¹⁶, a depender do trabalho de persuasão empreendido pelo orador e da maneira como suas proposições se apresentam e são validadas no discurso, uma determinada assunção pode, com efeito, afigurar-se como um enunciado dotado de verossimilhança:

O campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo. Ora, a concepção claramente exposta por Descartes, na primeira parte do Discurso do método, era a de considerar “quase como falso tudo quanto era apenas verossímil”. Foi ele que, fazendo da evidência a marca da razão, não quis considerar racionais senão as demonstrações que, a partir de ideias claras e distintas, estendiam, mercê de provas apodíticas a evidência dos axiomas a todos os teoremas [...] A publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica da dialética grega, constituem uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA 2005, p.1).

Nesse sentido, importa observar que o auditório, bem como os meios pelos quais se busca sua adesão, são questões deveras proeminentes no estudo empreendido por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]):

²¹⁶ Os autores distinguem três tipos de auditórios: o auditório universal que é “constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos todos os homens adultos e normais”; o auditório que se constitui a partir de um único interlocutor com o qual se dialoga; e o terceiro, que diz respeito ao próprio sujeito que produz o discurso, isto é, quando o sujeito delibera consigo mesmo: “quando ele delibera ou figura as razões de seus atos” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.34).

O que conservamos da retórica tradicional é a ideia mesma de auditório, que é imediatamente evocada assim que se pensa num discurso. Todo discurso se dirige a um auditório, sendo muito frequente esquecer que se dá o mesmo com todo escrito (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005 p.7).

Desse modo, os autores resgatam, como já ressaltamos, uma noção oriunda da herança aristotélica – assim como outras, dentre as quais, as figuras, os lugares e o auditório – que consiste no auditório, isto é, em todos aqueles de que se busca a adesão: “[...] O conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.22).

Cabe ao orador, em um complexo percurso argumentativo, fazer uso de provas ou mecanismos de persuasão com as quais o auditório comungue, de modo efetivo, aos quais se atribuam valores de verdade, em virtude de compartilhar, com o discurso que lhe é destinado, os mesmos olhares, crenças e valores. Em outras palavras, faz-se necessário que o auditório estabeleça relações de conjunção ou de identificação com a figura do orador e, por conseguinte, com o discurso que lhe é apresentado.

Importa, pois, ao orador competente - no sentido de conduzir o auditório à adesão das teses que lhes são apresentadas - que seja capaz de promover relações de identificação, a partir das quais seja possível concretizar os reais objetivos de suas práticas argumentativas: os de persuadir diferentes grupos. Nessa direção, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) chamam a atenção para o fato de que o orador perspicaz é aquele que se mostra hábil na tarefa de conduzir auditórios heterogêneos ao consentimento de suas teses, fato que implica, necessariamente, o conhecimento daqueles que se visa a persuadir:

O conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma construção prévia de qualquer argumentação eficaz [...] Ele deverá utilizar argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.23-24).

Nesse sentido, o discurso deve adequar-se àqueles a que se destina, sendo construído, pois, em função de seu público-alvo. A escolha dos meios de prova, dos tipos de argumentos e de mecanismos diversos de persuasão decorrem, sobretudo, da imagem que se constrói do auditório e que se lhe atribui. Trata-se de um trabalho de coprodução: à medida que o orador elabora seu discurso – formulando-o a partir daquilo que se sabe acerca do auditório – constrói-se uma determinada imagem que se confere àqueles que se busca persuadir. É necessário, ademais, estabelecer o que Perelman e Olbrechts-Tyteca, (2005[1958]) definem como “pontos de acordo”, a serem empreendidos pelo orador com um auditório ao qual se visa convencer.

O êxito da argumentação reside, de modo efetivo, na capacidade de adequação do discurso ao conjunto de valores e crenças admitidas pelos seus interlocutores. Destarte, a seleção dos argumentos empregados na organização do discurso do orador, assim como a imagem que se intenta apresentar, está intrinsecamente relacionada ao que se supõe ser valorizado pelo auditório. Por essa razão, faz-se necessário que se adeque o discurso a diferentes prismas ou visões de mundo:

É, de fato, ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.27).

Ademais, há que se assinalar outro ponto relevante, no tocante à construção da imagem do orador, de seu discurso e, consecutivamente, na construção da imagem do auditório: o da inadequação da escolha dos meios de convencimento. Trata-se de um erro argumentativo, cujo resultado é a invalidação do discurso, podendo apresentar-se como “revulsiva”, ocasionando danos à imagem do orador. Considera-se que a inadequação na escolha dos argumentos diz respeito a um problema que reside na adequação dos argumentos de que se faz uso no que concerne à sua validação consoante o sistema de crenças e representações assumidas pelo auditório, podendo, com efeito, resultar no fracasso da atividade argumentativa:

Uma argumentação considerada persuasiva pode vir a ter um efeito revulsivo sobre um auditório para o qual as razões pró são, de fato, razões contra (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.22).

Em seu estudo acerca da construção da imagem no discurso, Amossy (2008) ressalta que, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), a argumentação afigura-se do seguinte modo:

Perelman concebe a argumentação como o conjunto de meios verbais pelos quais um orador tenta provocar ou reforçar a adesão de um auditório às teses que ele submete a seu assentimento. Em outros termos, um locutor quer agir sobre seu alocutário, não por meio de um ato de discurso pontual, mas no quadro de uma troca verbal que comporta suas regras próprias (AMOSSY, 2008, p. 123).

Posto isso, cumpre ressaltar que cada auditório possui, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), suas especificidades, no que tange aos seus valores, crenças e ideologias. Em outras palavras, pode-se afirmar que um público-alvo constituído de especialistas difere, sobremodo, de um público-alvo constituído de leigos, segundo Fiorin (2016, p. 74). A bíblia, por exemplo, pode configurar, diante de um auditório cujos membros são cristãos, um autêntico argumento de autoridade, ao passo que para um auditório constituído de ateus, trata-se apenas de um livro.

No que diz respeito à Nova Retórica, bem como à herança aristotélica, Mosca (2004) assevera, em relação ao verossímil, que os efeitos de verdade se depreendem das relações de “espelhamento” e de “identificação”, cujos efeitos apoiam-se na instauração de ideias comuns a uma maioria, voltadas para uma coletividade. Nesse sentido, compete ao orador ser capaz de conduzir o auditório de modo a compactuar com suas posições ideológicas e visões acerca do mundo:

Para Perelman, a argumentação deve, de fato, levar o auditório a aplicar às conclusões a anuência dada às premissas, e ela o faz apoiando-se nos *topoi*, ou lugares-comuns, que são o apanágio de todos os participantes da troca verbal (AMOSSY, 2008, p. 124).

5.2.4 Lugares comuns: os lugares da quantidade e da qualidade

Dentre os conceitos resgatados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) na instauração de um tratado por meio do qual se possa sistematizar, de modo efetivo, que tipo de recursos de natureza argumentativa mobilizam-se na adesão do auditório, há que se ressaltar os *lugares-comuns*. No que concerne ao *lugar da quantidade*, frequentemente empregado no trabalho de persuasão em discursos diversos, cumpre assinalar de que modo os autores o concebem e de que maneira os consideram como um recurso argumentativo em discursos cuja finalidade é a persuasão:

Entendemos por lugares da quantidade os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas [...] Aristóteles assinala alguns desses lugares: um maior número de bens é preferível a um menor número, o bem que serve a um maior número de fins é preferível ao que só é útil ao mesmo grau, o que é mais duradouro e mais estável é preferível ao que o é menos (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.97).

No tocante a questões relacionadas ao âmbito político, pode-se afirmar que o apelo aos lugares da quantidade opera, nomeadamente, no sentido de fundamentar determinadas concepções como, por exemplo, a de democracia:

O lugar da quantidade, a superioridade do que é admitido pelo maior número é que fundamentam certas concepções de democracia e, também, as concepções da razão que assimilam esta ao senso comu. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.98).

Por outro lado, importa observar que, na atividade argumentativa, recorre-se aos lugares da qualidade quando a intenção do orador é a de refutar os aspectos positivos decorrentes da quantidade, isto é, da “superioridade do que é admitido pelo maior número”. Em outras palavras, fazer uso desse recurso argumentativo significa privilegiar a qualidade em lugar da

quantidade: “Os lugares da qualidade, os menos apreensíveis, aparecem na argumentação quando se contesta a virtude do número” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.100).

5.2.5 As figuras de comunhão e de presença

Com o advento do pensamento positivista e a deslegitimação da retórica enquanto ciência ou campo do conhecimento, as figuras retóricas passaram a ser concebidas sob a ótica da eloquência, tal como ocorrera com a retórica. Nesse contexto, é importante observar que a retórica se configura na “arte do bem dizer”, ao passo que as figuras são, então, reduzidas ao seu papel meramente estilístico, em detrimento de suas reais funções argumentativas. As figuras perdem, assim, seu caráter argumentativo, procedendo-se ao seu estudo como recursos estilísticos, empregados de modo a “ornamentar” o discurso.

Devido ao resgate da herança aristotélica, em meados do século XX, por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), as figuras passam, novamente, a ser estudadas e analisadas à luz de uma teoria da argumentação. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), as figuras configuram-se em mecanismos argumentativos, na medida em que atuam de modo a engendrar efeitos de persuasão no discurso, assumindo, pois, valor eminentemente estratégico:

Em consequência da tendência da retórica a limitar-se aos problemas de estilo e de expressão, as figuras foram cada vez mais consideradas simples ornamentos, que contribuem para deixar o estilo artificial e floreado [...] Para nós, que nos interessamos menos pela legitimação do modo literário de expressão do que pelas técnicas do discurso persuasivo, parece importante não tanto estudar o problema das figuras em seu conjunto quanto mostrar em que e como o emprego de algumas figuras determinadas se explica pelas necessidades da argumentação (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.189-190).

Partindo desse pressuposto, os autores elencam três tipos de figuras, segundo as quais é possível ao orador: “impor ou sugerir uma escolha, aumentar a presença ou realizar a comunhão com o auditório” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.195).

Como é sabido, compete ao orador, no complexo processo de construção do discurso, fazer uso de elementos de persuasão por meio dos quais seja possível estabelecer relações de identificação com seus interlocutores, cuja eficácia depende da escolha atenta dos tipos de argumentos. Essa escolha ocorre em função daquilo que o orador sabe a respeito do auditório que visa a persuadir, em se tratando de crenças, valores e visões de mundo. As figuras de comunhão, recursos argumentativos por meio dos quais o orador procede à aproximação com seu auditório, são, conforme ressaltam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), estratégias

ou técnicas (*technê*) cuja finalidade é, sobretudo, a de promover a comunhão com aqueles a que se busca convencer:

As figuras de comunhão são aquelas em que, mediante procedimentos literários, o orador empenha-se em criar ou confirmar a comunhão com o auditório. Amiúde essa comunhão é obtida mercê de referências a uma cultura, a uma tradição, a um passado comum (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 201).

Já a figura de presença consiste em tornar presente, na memória do auditório, uma determinada ideia que se busca promover, mediante o discurso. Neste estudo, procedemos à análise do papel argumentativo desempenhado, sobretudo, pela repetição, um tipo de figura de presença comumente utilizada com vistas a assegurar a persuasão do auditório. Importa observar que as figuras de presença, em particular, a figura de repetição, é empregada com vistas a conduzir o auditório a tomar determinadas posturas devido à reiteração de palavras, expressões, dentre outros tipos de enunciados. Nessa direção, é possível afirmar que, por meio do uso dessa figura pelo orador, o auditório pode reter concepções e ideias diversas em decorrência da repetição, cuja finalidade é a de reforçar, de modo efetivo, o que é veiculado e que se busca promover pelo discurso: “As figuras de presença têm por efeito tornar presente na consciência o objeto do discurso” (PERELMAN e OLBRECHTS TYTECA, 2005 [1958], p. 197).

5.2.6 Tipos de argumentos

Vimos que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) resgataram diversos conceitos advindos da retórica aristotélica, dentre os quais estão os tipos de argumentos quase-lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real e os argumentos que fundamentam a estrutura do real. Neste estudo, apresentar-se-ão alguns argumentos que constituem os três grupos elencados pelos autores que perfazem o repertório de recursos argumentativos utilizados pelos debatedores no embate político eleitoral.

5.2.6.1 Argumentos quase-lógicos

Os argumentos quase-lógicos assemelham-se ao raciocínio lógico, matemático, baseado em premissas demonstráveis. Sua força ou efeitos de persuasão advém, justamente, do fato de apresentarem semelhanças a estruturas lógicas, remetendo, pois, ao âmbito da lógica formal e das ciências exatas. Não obstante, trata-se de argumentos cujo emprego produz efeitos de

verdades aparentemente indiscutíveis. Nesse sentido, os argumentos quase-lógicos assemelham-se a uma forma de pensamento baseada na razão, não se configurando, no entanto, em proposições verdadeiras ou comprováveis, mas, tão somente, verossímeis.

Acerca dos argumentos quase-lógicos, importa observar as asseverações de Fiorin (2016):

Segundo Perelman e Tyteca, a lógica examina as formas de demonstração; a retórica estuda a argumentação[...] Argumentos são razões contra determinada tese ou a favor dela, com vistas a persuadir o outro de que ela é justa ou injusta, moral ou imoral, benéfica ou prejudicial, etc.[...] Os argumentos quase-lógicos são os que lembram a estrutura de um raciocínio lógico, mas suas conclusões não são logicamente necessárias [...] O argumento quase-lógico é um argumento aparentemente lógico (FIORIN, 2016, p. 115-116).

Outro tipo de argumento quase-lógico consiste na argumentação pelo ridículo, segundo a qual se atribui a alguém a ideia de incompetência devido ao fato de cometer um ato incompatível ou não admitido, merecendo, pois, ser sancionado pelo riso. Trata-se de trazer à luz a fragilidade do discurso alheio, em termos argumentativos, conforme ressaltam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]).

O ridículo é aquilo que merece ser sancionado pelo riso [...] Uma afirmação é ridícula quando entra em conflito, sem justificação, com uma opinião aceita. Fica de imediato ridículo aquele que peca contra a lógica ou se engana no enunciado dos fatos [...] Basta um erro de fato, constata La Bruyère, para lançar um homem sensato no ridículo”. O ridículo se exerce em prol da conservação do que é admitido; uma simples mudança injustificada de opinião, ou seja, uma oposição ao que a própria pessoa havia enunciado, poderá expor a ele (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 234).

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), há mecanismos pelos quais se procede, assim como na lógica formal, à indicação de que uma determinada proposição, pela qual se sustenta a argumentação do orador, está calcada no absurdo. Ridicularizar “pelo engenho”, isto é, por meio de formas de raciocínio que visam a mostrar uma incompatibilidade no discurso, configura-se, segundo os autores, em um mecanismo argumentativo deveras utilizado na atividade de persuasão. Um exemplo desse tipo de raciocínio – mediante o qual o orador parece admitir certas proposições quando, de fato, opõe-se a elas – diz respeito a um tipo de figura que, conforme ressaltam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), inscreve-se em uma forma de argumentação indireta. Trata-se da ironia:

A ironia sempre supõe conhecimentos complementares acerca dos fatos, de normas. [...] A ironia não pode ser utilizada nos casos em que pairam dúvidas acerca das opiniões do orador [...] O uso da ironia é possível em todas as situações argumentativas (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 236).

Ademais, observa-se que a comparação a qual, assim como a argumentação pelo ridículo, configura um argumento quase-lógico, consiste, conforme ressalta Fiorin (2016) em: “Uma maneira de definir e aproximar ou diferenciar um objeto de outros” (FIORIN, 2016, p.122). Nesse sentido, nota-se que a comparação é aplicada, sobremaneira, em discursos diversos, sobretudo, naqueles que visam a instaurar o conflito. Comparando-se, procede-se à polêmica em certos casos. O cotejo de situações, objetos ou pessoas afigura-se, assim, em um mecanismo argumentativo deveras empreendido pelo orador, haja vista o fato de que, segundo Perelman e Tyteca (2005[1958]), a comparação subjaz à própria atividade argumentativa:

A argumentação não poderia ir muito longe sem recorrer a comparações, nas quais se cotejam vários objetos para avaliá-los um em relação ao outro [...] São em geral apresentados como constatações de fato, enquanto a relação de igualdade ou de desigualdade afirmada só constitui, em geral, uma pretensão do orador (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 274-275).

Outro aspecto a ser ressaltado acerca desse argumento reside, segundo os autores, no fato de que o orador procede, em muitos casos, ao ato de cotejar fatos, objetos ou situações diversas, atribuindo-lhes relações de grandezas, tais como de superioridade, desigualdade, dentre outros aspectos, o que não significa que, efetivamente, sejam “constatações de fato”, visto que os critérios pelos quais algo é superior ou inferior são de natureza subjetiva: trata-se de projeções do orador, portanto, não mensuráveis. Em outras palavras, aquilo a que se atribuem valores negativos ou positivos depende dos propósitos argumentativos do orador.

Argumentos de contradição e incompatibilidade

Na atividade argumentativa, recorrer à incompatibilidade ou contradição entre o que se diz e as ações ou posturas tomadas é um dos argumentos quase-lógicos mais comuns. Trata-se de um argumento cujos efeitos de persuasão depreendem-se do fato de que esse tipo de recurso remete à ideia do raciocínio lógico:

Quem critica um argumento tenderá a pretender que o que tem à sua frente depende da lógica; a acusação de cometer uma falta de lógica é, em geral, por sua vez, uma argumentação quase-lógica. A pessoa prevalece, com essa acusação, do prestígio do raciocínio rigoroso. Essa acusação poderá situar-se no próprio nível da argumentação (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 220).

Recorrer à incompatibilidade consiste, pois, em apresentar que não se pode defender duas proposições distintas.

A asserção, dentro de um mesmo sistema, de uma proposição e de sua negação, ao tornar manifesta uma contradição que ele contém, torna o sistema incoerente e, com isso, inutilizável. Trazer a lume a incoerência de um conjunto de proposições é expô-

lo a uma condenação inapelável, é obrigar quem não quer ser qualificado de absurdo a renunciar pelo menos a certos elementos do sistema (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 221).

No entanto, conquanto a força argumentativa, isto é, os efeitos de persuasão sejam decorrentes do apelo ao raciocínio lógico e do modo de organização de proposições com aparência formal, há que se observar que se trata, com efeito, de argumentos que não consistem em demonstrações formais:

O que caracteriza a argumentação quase-lógica é, portanto, seu caráter não formal e o esforço mental de que necessita sua redução ao formal. [...] A incompatibilidade é sempre relativa a circunstâncias contingentes, sejam estas constituídas por leis naturais, fatos particulares ou decisões humanas (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 223).

5.2.6.2 Argumentos baseados na estrutura do real

Os argumentos baseados na estrutura do real apoiam-se na realidade ou em fatos que se inscrevem no real. Sua força ou seus efeitos de persuasão advêm, efetivamente, da relação entre esses argumentos e aos valores e crenças admitidos por uma maioria. Trata-se de estabelecer relações entre argumentação e valores que se supõe serem assumidos pelo auditório, depreendendo-se - dessa relação - o fomento de uma determinada ideia.

Há dois tipos de argumentos baseados na estrutura do real: os fundamentados em relações de sucessão e aqueles que se apoiam em relações de coexistência. Dentre os argumentos fundados em relações de sucessão, considerar-se-ão os que relacionam um determinado acontecimento a um vínculo causal, bem como os que promovem a relação entre um dado acontecimento e os efeitos que dele decorrem. No primeiro caso, conforme ressaltam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), observam-se as seguintes considerações:

Se um exército, dotado de um excelente serviço de informações alcança sucessos, pode-se querer descobrir a causa deles na eficácia do serviço em questão, pode-se de seus sucessos atuais, inferir que ele possui um bom serviço de informações (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.302).

Ainda no que diz respeito às relações de sucessão por meio dos efeitos ou consequências decorrentes de um fato em particular, importa assinalar *o argumento pragmático*, meio de prova por meio da qual um determinado evento é avaliado em função das consequências que dele se depreendem:

Denominamos argumento pragmático aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.302).

Há que se acrescentar que, conforme assevera Fiorin (2016): “No caso dos argumentos pragmáticos, defende-se uma dada ação, levando em conta os efeitos que ela produz”. O autor ainda assinala, em se tratando desse tipo de argumento, que as consequências indesejadas não determinam que uma dada proposição deva ser concebida como falsa:

O argumento *ad consequentiam* deve ser utilizado com cuidado, porque quando é levado ao extremo, sem que seja balizado por valores, a especulação sobre as consequências, pode-se justificar tudo, mesmo as ações mais repulsivas: por exemplo, “O turismo sexual deve ser incentivado, porque cria postos de trabalho”; “Deveríamos matar os velhos, porque isso resolveria o problema do déficit da Previdência Social” (FIORIN, 2016, p. 165-166).

No que concerne aos argumentos constituídos por relações de coexistência, considerar-se-ão, neste estudo, os argumentos de autoridade e os argumentos fundados nas relações entre a pessoa e seus atos, dentre os quais, considerar-se-á o argumento *ad hominen*. Observem-se algumas considerações acerca do segundo tipo de mecanismo de persuasão:

A reação do ato sobre o agente é capaz de modificar constantemente a nossa concepção da pessoa, em se tratando de atos novos que lhes atribuímos ou de atos antigos aos quais nos referimos. [...] Um ato é, mais do que um indício, um elemento que permite construir e reconstruir nossa imagem da pessoa, classificar esta em categorias às quais se aplicam certas qualificações [...] (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.338).

De fato, o apelo, por parte do orador, às relações que se estabelecem entre uma pessoa e seus atos, novos ou antigos, visa a assegurar a ideia de identificação segundo a qual os atos cometidos por alguém refratam sua imagem e, por conseguinte, os atributos ou predicados que operam em um complexo processo de representações. O ato configura-se, nesse sentido, em um indicativo de futuras ações ou mesmo na constituição da imagem²¹⁷, positiva ou negativa, que se atribui aos sujeitos. De acordo com Fiorin (2016), os argumentos *ad hominen* atuam no discurso de três maneiras: por meio de ataques pessoais diretos, ataques pessoais indiretos ou mediante o apelo à existência de contradições entre as proposições do alvo do ataque e seu discurso e modos de agir. Neste estudo, consideramos, sobretudo, os ataques *ad hominen* diretos.

O ataque pessoal emerge de situações discursivas regidas pelo conflito, sobretudo. Observam-se ataques relativos a valores do oponente, tais como: a honra, a capacidade e a confiabilidade. Sustenta-se uma proposição mediante a acusação do outro.

²¹⁷ Esse argumento, em que não se discutem os méritos intrínsecos do ponto de vista ou da dúvida do oponente, mas se desqualifica o adversário como interlocutor sério, apresentando-o como alguém incompetente, não confiável ou inconsequente, recebe o nome latino de *argumentum ad hominen* (argumento dirigido à pessoa). Essa forma de resposta dirige-se à audiência e não ao oponente. Ela busca silenciá-lo, ao pôr em dúvida sua confiabilidade. Nesse argumento, confrontam-se a pessoa com seus discursos ou atos (FIORIN, 2016, p.171).

Trata-se de atitudes que visam a questionar a honestidade, a ética, bem como sua integridade moral. Seus argumentos são refutados em decorrência da imagem negativa que lhe é atribuída, em função dessas acusações ou *argumentos ad hominen*. Quanto ao ataque indireto, importa ressaltar que se configuram em atos pelos quais se questiona uma determinada posição em função da ausência da imparcialidade no que diz respeito a crenças, visões de mundo, bem como concepções políticas que subjazem a um discurso parcial. Por meio desse tipo de argumento, refuta-se uma dada proposição devido ao fato de que, quem a defende se apresenta de modo tendencioso acerca do assunto, conforme ressalta Fiorin (2016). No terceiro caso, a contradição entre as propostas de um sujeito e suas ações é o alvo da crítica. Os argumentos *ad hominen* atuam de modo a convencer mediante ataques que, embora não sejam corroborados por dados, afiguram-se como argumento em situações em que não se apresentam provas.

No que diz respeito ao argumento de autoridade²¹⁸, cumpre assinalar que seu uso se relaciona ao ato de apresentar instituições, autores, citações – dentre outras formas de oferecer suporte ao discurso – com vistas a obter a confiança do auditório. Trata-se de fundamentar, isto é, de alicerçar o discurso em bases que inspirem certa legitimidade, a partir das quais o orador procede, pois, à persuasão mediante a apropriação de proposições ou assunções alheias.

O argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio a favor de prova [...] As autoridades invocadas são muito variáveis: ora será o “parecer unânime” ou “a opinião comum”, ora certas categorias de homens, “os cientistas”, “os filósofos”, “os padres da igreja”, “os profetas”, por vezes a autoridade será impessoal: “a física”, “a doutrina”, “a religião”, “a bíblia”, por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, P.348-350).

5.2.6.3 Argumentos que fundamentam a estrutura do real

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real consistem em tomar como base ou fundamento um caso particular, a partir do qual se erigem proposições cujo emprego visa a assegurar a adesão do auditório, recorrendo-se a fatos singulares para validá-las. Conforme asseveram Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), os argumentos que fundamentam a estrutura do real são três:

²¹⁸ O objetivo é levar a platéia a aceitar um ponto de vista, baseando-se na autoridade de quem o enuncia, no seu conhecimento especializado, na sua credibilidade ou na sua integridade pessoal.[...] Esse tipo de argumento é o que é chamado, em retórica, argumento de autoridade ou *argumentum ad verecundiam*, isto é, um argumento que apela para a modéstia, para o respeito, para a reverência [...] A autoridade pode ser um grupo humano ou uma época gloriosa da história (FIORIN, 2016, p. 176-177).

Nos parágrafos a seguir, analisaremos as ligações que fundamentam o real pelo recurso ao caso particular. Este pode desempenhar papeis muito variados: como o exemplo, permitirá uma generalização; como ilustração, esteará uma regularidade já estabelecida; como modelo, incentivará a imitação [...] (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 399).

Acerca dos argumentos cujo emprego parte de fatos particulares, a fim de assegurarem efeitos de persuasão, Fiorin (2016) afirma que tais recursos se configuram em argumentos indutivos ou analógicos. Neste estudo, considerar-se-ão os argumentos indutivos, dentre os quais, o exemplo e o argumento pelo modelo.

São os argumentos indutivos ou analógicos, ou seja, aqueles em que se generaliza a partir de um caso particular ou aqueles em se transpõe para outro domínio o que é aceito num campo particular. No primeiro caso, temos o argumento por exemplo, por ilustração ou por modelo e, no segundo, o *argumento a simili* (por analogia) (FIORIN, 2016, p. 170).

O argumento pelo exemplo e pela ilustração

Acerca do exemplo e de seu papel na argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) tecem as seguintes considerações:

Seja qual for a maneira pela qual o exemplo é apresentado, em qualquer área em que se desenvolva a argumentação, o exemplo invocado deverá, para ser tomado como tal, usufruir de estatuto de fato, pelo menos provisoriamente, a grande vantagem de sua utilização é dirigir a atenção a esse estatuto (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 402).

Trata-se, desse modo, do apelo a um fato ou caso particular, mediante o qual o orador intenciona promover um tipo de generalização de modo estratégico. Nesse sentido, compete ao exemplo alicerçar ou dar fundamento a uma regra em particular.²¹⁹

A ilustração, por outro lado, difere do exemplo, na medida em que atua de modo a assegurar ou “reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral [...]” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 407).

O argumento pelo modelo

²¹⁹ Perelman insiste no facto de que o exemplo invocado para apoiar uma tese deverá imperativamente “usufruir [para o auditório] do estatuto de facto, pelo menos provisoriamente” [1970, p. 475], o que significa que, se o exemplo invocado não entrar no jogo do acordo prévio, a técnica argumentativa corre o risco de não produzir efeito [...] Note-se que Perelman não adota a distinção proposta por Aristóteles entre os exemplos que se baseiam em “factos anteriores” e os exemplos que “nós próprios inventamos”, como as parábolas e as fábulas (BRETON e GAUTHIER, 2001, p. 66-67).

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), a argumentação não prescinde do estabelecimento de relações de identificação, por meio das quais se reproduzem ou se repetem condutas ou modos de comportamento, considerando-se o fato de que a identificação com determinados comportamentos pode ser efeito da atividade argumentativa:

Mas a imitação de uma conduta nem sempre é espontânea. Às vezes, pode-se ser levado a ela. A argumentação se fundamentará, quer na regra de justiça, quer num modelo ao qual se pedirá que se amoldem [...] (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 413).

Segundo os autores, há diversos tipos de modelos, a partir dos quais um indivíduo passa a moldar ou a basear suas ações. Há que se observar, contudo, o peso do prestígio, em se tratando daquele ou do que se imita. Desse modo, “Um homem, um meio, uma época”²²⁰ podem, conforme assinalam os autores, conceder valor a atos ou ações devido ao prestígio ou reconhecimento que possuem, decorrendo, dessas condições, os efeitos de persuasão.

Podem servir de modelo pessoas ou grupos cujo prestígio valoriza os atos. O valor da pessoa, reconhecido previamente, constitui a premissa da qual se tirará uma conclusão preconizando um comportamento particular. Não se imita qualquer um; para servir de modelo, é preciso um mínimo de prestígio (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 414).

5.3 Provas extrínsecas e provas intrínsecas

No que tange ao trabalho argumentativo, importa observar que o orador pode proceder ao uso de provas de natureza diversas, dentre as quais se observam aquelas forjadas mediante o discurso, por meio da disposição dos argumentos, relativos à escolha dos mecanismos de persuasão, assim como as provas extrínsecas ao discurso.

Na realidade, o orador dispõe de dois tipos de provas: as *atekhnai*, ou seja, extra-retóricas, e as *entekhnai*, ou seja, intraretóricas.[...] As provas extrínsecas são as apresentadas antes da invenção: testemunhas, confissões, leis, contratos.[...] As provas intrínsecas são as criadas pelo orador; dependem, pois, de seu método e de seu talento pessoal, são sua maneira própria de impor seu relatório (REBOUL, 2004, p. 49-50).

Nesse sentido, recorrer ao estabelecimento de comparações, ao ataque da imagem pessoal (*argumentos ad personam*), ou, por exemplo, ao emprego de procedimentos de apropriação do que foi dito pelo outro, com vistas a apresentar inadequações em seu discurso, no que concerne à incompatibilidade entre o que se disse e o modo pelo qual alguém se comportou, consistem em tipos de provas engendradas pelo discurso, ao passo que o apelo à

²²⁰ Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005, p. 414).

apresentação de documentos de instituições e de pessoas, por meio do emprego de um argumento de autoridade, conferindo ao discurso veracidade, consiste no uso de provas extrínsecas.

De todo modo, trata-se de recursos por meio dos quais o orador procede à organização de seu trabalho argumentativo. No discurso político, o apelo a provas extrínsecas ao discurso configura-se como uma estratégia argumentativa bastante recorrente.

5.4 As contribuições de Amossy (2018) para um estudo da argumentação no discurso

Os estudos de Amossy (2018) acerca da argumentação têm, como ponto de partida, o trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), destinado a estabelecer uma lógica da opinião, isto é, uma proposta teórico-metodológica que possa explicar, de modo profícuo, questões relativas à esfera da opinião, concernente a fatos verossímeis, mas não necessariamente verdadeiros. Como vimos, nesse estudo, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) resgatam inúmeros conceitos e noções oriundas de uma retórica argumentativa, propondo um inventário de técnicas argumentativas, partindo da herança grega.

Não obstante a obra seja de suma importância para o resgate da retórica argumentativa, há objeções de estudiosos como Platin (2005) e Amossy (2018) no que tange ao *Tratado da Argumentação*, o qual acabou privilegiando, segundo os autores, um esquema de análise considerado como um modelo abstrato em demasia (Amossy, 2018). Além disso, segundo Amossy (2018), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) não consideram, de modo efetivo, questões relacionadas às “práticas languageiras” na *Nova Retórica*, conquanto sua importância para os estudos da argumentação seja proeminente.

De modo geral, Perelman se concentra menos na análise do discurso argumentativo em seus aspectos languageiros do que nos esquemas de pensamento que subjazem à argumentação e aos tipos de ligação que a articulam (AMOSSY, 2018, p. 23).

No entanto, Amossy (2018) pontua a relevância do Tratado de Argumentação (TA) para o estudo da argumentação, devido ao fato de a obra contemplar questões concernentes à construção do auditório – orador e auditório estabelecem relações de influência recíprocas – assim como as elucubrações realizadas pelos autores em torno da importância da dimensão comunicacional inerente a todo processo argumentativo: “Essa reorientação é particularmente importante por insistir sobre a dimensão comunicacional de toda argumentação” (AMOSSY, 2018, p. 21).

Além disso, importa assinalar que Amossy (2018) ressalta a relevância da teoria da argumentação proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) para a Análise do Discurso (AD), bem como no tocante aos estudos linguísticos, na medida em que os autores consideram questões deveras prementes, como o papel desempenhado pelos *lugares comuns* – noção resgatada da retórica aristotélica – assim como a necessidade de um estudo apurado do raciocínio plausível e, sobretudo, dos recursos por meio dos quais os oradores buscam garantir a adesão do auditório.

Se a nova retórica de Perelman, que *não estuda os processos linguageiros como tais*, escapa ao domínio da linguística, *ela oferece, contudo, à análise do discurso um quadro essencial*, na medida em que insiste sobre alguns constituintes essenciais: a importância do auditório, o caráter fundador das premissas e dos pontos de acordo na interação argumentativa e também os lugares comuns que balizam a argumentação. Enquanto nas primeiras décadas (Como Austin) ou os pragmáticos (como Ducrot) não se referem à obra de Perelman, em nossos dias, ao contrário, *os linguistas e os analistas do discurso veem nela, cada vez mais, uma fonte fecunda para a pesquisa linguística* (AMOSSY, 2018, p. 24, *grifos nossos*).

5.4.1 Procedimentos metodológicos para uma análise argumentativa do discurso

Partindo dos pressupostos teóricos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), Amossy (2018) propõe retomar e expandir os postulados da *Nova Retórica* acerca da argumentação, procedendo a um tipo de abordagem que leva em consideração questões concernentes ao âmbito da interação, da linguagem e de uma dimensão discursiva. Para isso, a autora considera, também, as contribuições de teorias interacionistas, retóricas e lógicas (da argumentação na língua), com o propósito de elaborar um modelo de análise que compreenda gêneros discursivos diversos, tantos os que se apresentam uma “intenção programada de persuasão” conforme Amossy (2018), os gêneros de “visada argumentativa”, isto é, que denotam intenção argumentativa, tanto aqueles que apresentam uma “dimensão argumentativa”, ou seja, gêneros que, aparentemente, aparentam neutralidade, sem intenções claras de persuadir, isto é, finalidades discursivas eminentemente persuasivas.

Para Amossy (2018), assim como para a Retórica clássica, há discursos cuja construção e finalidade fundam-se, necessariamente, sobre tácitos propósitos de mobilizar e influenciar aqueles a quem estão destinados, tais como: o gênero judiciário, o discurso publicitário, os debates parlamentários, bem como os discursos eleitorais, dentre outros. Nesse sentido, importa observar que, desde os estudos de Aristóteles – o qual postulava os gêneros epidídico, deliberativo e judiciário – o discurso político já havia sido considerado um tipo de interlocução

marcada por apresentar fins de persuasão. Acerca do discurso de *visada argumentativa*, cumpre observar as seguintes considerações de Amossy (2018):

O uso da palavra está, necessariamente, ligado à questão da eficácia. Visando a uma multidão indistinta, a um grupo definido ou a um auditório privilegiado, o discurso procura sempre produzir um impacto sobre seu público. Esforça-se, frequentemente, para fazê-lo aderir a uma tese: ele possui, então, uma *visada argumentativa* (AMOSSY, 2018, p. 7, *grifos nossos*).

Com o advento de uma teoria dialógica da linguagem (Bakhtin, 1929), diversos estudiosos – cujos estudos tomam a argumentação como objeto de análise (Amossy, 2018; Fiorin, 2016; Mosca, 2007) – passam a levar em consideração que todo enunciado configura um eco de enunciados anteriores, sendo, pois, permeado por outras vozes e discursos, com os quais dialogam, no momento em que se instaura. Nesse sentido, pode-se afirmar que um discurso é argumentativo, na medida em que se afigura como uma “atitude responsiva” relativamente a um outro discurso, em razão do qual se constitui e se efetiva:

A argumentação pretende agir sobre um auditório e, por isso, deve adaptar-se a ele. Ela participa da troca entre parceiros, mesmo quando se trata de uma interação virtual em que não há diálogo efetivo. Além disso, intervém num espaço já saturado de discurso, reagindo àquilo que se disse e que se escreveu antes dela: está inserida numa confrontação de pontos de vista da qual participa mesmo quando não há polêmica aberta ou dissenso declarado (AMOSSY, 2018, p. 41).

Desse modo, para Amossy (2018), conquanto haja discursos de cunho marcadamente persuasivo – dentre os quais está o discurso político – cumpre observar que, para a autora, todas as manifestações discursivas indicam, de alguma forma, uma mobilização do outro. Assim, mesmo textos literários, “menos engajados”, assim como conversações ordinárias (Amossy, 2018), podem ser analisados à luz de uma teoria da argumentação no discurso, uma vez que se configuram em manifestações discursivas de “dimensão argumentativa”:

Mas o discurso também pode, mais modestamente, procurar modificar a orientação dos modos de ver e de sentir: nesse caso, ele possui uma “dimensão argumentativa” (AMOSSY, 2018, p. 7).

Nessa direção, Amossy (2018) postula um modelo de análise que contempla manifestações discursivas distintas, dentre as quais estão as trocas verbais engendradas pelo dissenso, cuja solução do conflito, por meio da razão, está longe de ser alcançada de modo efetivo. Nesses casos, pode-se afirmar que o antagonismo, que subjaz à organização e às finalidades discursivas de determinados tipos de contratos interlocutórios, não é o indicativo,

necessariamente, de um *diálogo de surdos*²²¹, uma vez que acabam cumprindo uma função argumentativa deveras específica, conforme salienta Amossy (2018):

O que pode a troca verbal nas sociedades humanas? Em que medida ela está fundada na razão? Ela autoriza um acordo e uma solução dos conflitos ou se lança em diálogos de surdos? Ela é o instrumento da democracia ou o lugar da manipulação? (AMOSSY, 2018, p. 8).

De fato, pode-se afirmar que o conflito, decorrente de posicionamentos distintos, a saber, de um discurso e de um contradiscurso²²², cumpre um papel premente em determinadas situações de interlocução regidas pelo dissenso, na medida em que, mediante a instauração de relações antagônicas, busca-se orientar o auditório a aderir ou a compactuar com uma determinada posição que lhe é apresentada, em contraposição a outras, em função do qual são refutadas:

A linguagem é utilizada por sujeitos falantes de modo a influenciar seus parceiros, quer seja para sugerir maneiras de ver, para fazer aderir a uma posição, ou para gerir um conflito (AMOSSY, 2018, p. 44).

Nessa direção, partindo de uma concepção “ampliada e modular da argumentação”, Amossy (2018) assinala haver argumentação mesmo em gêneros que, embora apresentem uma intenção argumentativa, isto é, são gêneros de “visada argumentativa” são, frequentemente, considerados como um “diálogo de surdos” (Marc Angenot, 2012), por não configurar trocas linguageiras a partir das quais se chega a um acordo entre os interlocutores, por meio da resolução de um conflito, o qual é intrínseco à troca verbal realizada. Em outras palavras, em determinados gêneros de “visada argumentativa”, conquanto apresentem “intenções programadas de persuasão”, não apresentam, de fato, uma solução do conflito neles engendrado, nem, tampouco, se configuram em interações cujos interlocutores chegam a um consenso mediante a argumentação. Em certos casos, como no debate político eleitoral, um tipo de debate não cooperativo, nota-se que o interlocutor não convence o debatedor rival por meio de seu trabalho de persuasão. Assim, nesses tipos específicos de interlocução, propõem-se questões que não são solucionadas de modo efetivo, sendo tais formas de interação denominadas, em razão desse fato, como um autêntico “diálogo de surdos” (Angenot, 2012):

O discurso argumentativo pode propor questões que ele tenta destacar e formular, mas que se recusa a solucionar. Pode-se submeter um problema à reflexão do auditório sem, no entanto, avançar uma solução definitiva (AMOSSY, 2018, p. 45).

²²¹ Termo apresentado por Marc Angenot (2012).

²²² Termo apresentado por Platin (2008).

A despeito disso, Amossy (2018) considera-os gêneros eminentemente argumentativos, devido a uma visão “modular da argumentação”, apresentada pela autora, a partir da qual é possível observar um “*continuum*” entre gêneros marcadamente argumentativos que ocupam, em uma escala de intensidade argumentativa, um polo mais argumentativo – trata-se dos gêneros de visada argumentativa – ao passo que, em um outro polo, observam-se trocas verbais cujos efeitos de argumentação são menos significativos, denotando maior neutralidade, no caso, os gêneros que possuem apenas uma dimensão argumentativa.

Neste estudo, interessa-nos, sobretudo, investigar de que modo se organizam os elementos que contribuem para a instauração da argumentação em gêneros de visada argumentativa, uma vez que o debate político eleitoral sob análise apresenta determinadas características que, conforme salienta Amossy (2018), circunscreve-o no âmbito das manifestações linguístico-discursivas de viés persuasivo. Para isso, considerar-se-ão as noções de auditório, *topos*, *ethos*, *pathos* e *logos*, assim como as concepções de figuras e *lugares*, entre outros “conceitos operatórios”, fornecidos, conforme pontua Amossy (2018), pela contribuição dos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) e pela herança aristotélica.

Dentre os capítulos e análises que compõem a obra de Amossy (2018), observam-se os seguintes “aspectos do discurso”²²³, sobre os quais a autora se debruça em sua análise da argumentação no discurso: o *ethos* e o auditório, configurando o capítulo concernente ao “dispositivo da enunciação”; os fundamentos da argumentação, constituídos a partir das evidências compartilhadas e pela *doxa*, os “esquemas argumentativos”, assim como o *logos* e o *pathos*. Concluindo a obra, Amossy (2018) apresenta, na quarta parte, um estudo acerca dos gêneros discursivos, cuja premência influencia, segundo a autora, a própria constituição e organização da atividade de argumentação veiculada por cada um. Assim, observa-se que a obra visa a concatenar aspectos interacionais, linguísticos e retórico-argumentativos – os últimos, decorrentes das contribuições teóricas de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), sobretudo – com o propósito de oferecer “um modelo operacional” para uma análise discursivo-argumentativa de textos diversos.

Na parte dedicada à análise dos dispositivos da enunciação, observa-se o estudo da noção de auditório enquanto instância de recepção²²⁴, a qual é responsável, segundo Amossy

²²³ Entre os aspectos do discurso postulados por Amossy (2018) estão o *ethos* e o auditório, configurando o capítulo referente ao “dispositivo da enunciação”; os fundamentos da argumentação, capítulo em que se procede ao exame das evidências compartilhadas da *doxa*; assim como as considerações acerca do papel desempenhado pelos “esquemas argumentativos” que, segundo a autora, perfazem o *logos* e o *pathos*.

²²⁴ Em seu estudo, Amossy (2018) considera que o auditório pode ser denominado como todos aqueles que se quer persuadir, tal como afirmam Perelman e Olbrechts-tyteca (2005), assumindo, assim, a configuração de uma instância receptiva, ou instância do alocutário, cuja função consiste em moldar, devido sua importância, a instância

(2018), pela construção da imagem do orador, uma vez que sua construção ocorre em decorrência de sua adaptação ao auditório. Dessa forma, importa observar que, para a autora, deve-se considerar a existência de um “auditório virtual” e a de um “auditório face a face”.

Em sua abordagem do auditório, a partir do qual se instaura um “quadro alocutório”, constituído de participantes que podem ou não participar fisicamente da interação, Amossy (2018) assinala que o alvo da atividade de persuasão pode configurar uma “entidade variável”, isto é, pode afigurar-se como um público de natureza diversa, o qual ocupa estatutos voláteis e que, não necessariamente, deve participar, concretamente, de um dado evento comunicativo:

Para constituir uma peça-chave do dispositivo argumentativo, o auditório não precisa intervir concretamente. *Essa perspectiva é largamente compartilhada por todos aqueles que, a exemplo de Perelman, não concebem a argumentação fora do quadro da comunicação* (AMOSSY, 2018, p. 52, grifos nossos).

Fica evidente, assim, que o estatuto do auditório pode variar, conforme aponta Amossy (2018), cujos desdobramentos incidem na configuração do trabalho de argumentação do orador, conforme a natureza da participação daqueles a que se visa persuadir:

No quadro da análise argumentativa, é preciso destacar que a natureza e o estatuto do auditório modificam profundamente a dinâmica da argumentação. Suas modalidades são diferentes se o público ao qual se dirige não tem direito de resposta ou, ao contrário, se for a um interlocutor que se mostra parceiro ativo da troca (AMOSSY, 2018, p. 54).

No processo de adaptação ao auditório, o locutor pode recorrer à *doxa*, conforme ressalta Amossy (2018), que consiste na opinião comum, isto é, na opinião compartilhada por aqueles de que se busca a adesão. Trata-se da tentativa de estabelecer “pontos de acordo”, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) e Amossy (2018) consideram, a partir da seleção de teses e premissas fundadas em opiniões e crenças que se supõe serem aceitas pelo público,²²⁵ ao qual o orador se dirige. Em outros termos, o auditório possui um papel capital, na medida em que é ele que define o conjunto das opiniões, de crenças e dos esquemas de pensamentos no qual a fala, que visa a levar à adesão, deve apoiar-se. Adaptar-se ao auditório é, antes de mais nada, levar em conta a sua *doxa*:

Prolongando as perspectivas aristotélicas sobre a importância dos lugares-comuns, Perelman convida o analista a pôr em evidência o alicerce dóxico de todo discurso argumentativo[...] (AMOSSY, 2018, p. 58).

do locutor, que se constrói a partir das impressões acerca daqueles que visa a convencer. Para isso, Amossy (2018) recorre aos princípios da teoria da enunciação de Benveniste (1966; 1974), que, segundo a autora, fornece os “instrumentos preciosos para a análise da argumentação no discurso”, em se tratando dos índices de alocação e da “concretização da imagem do alocutário” no texto (AMOSSY, 2018, p. 60).

²²⁵ Amossy (2018) denomina o auditório como público ou alocutário, ao passo que se reporta ao orador como locutor.

Nessa direção, cumpre observar que, para Amossy, (2018) o auditório se configura na instância de recepção da troca argumentativa, a qual se quer influenciar, circunscrevendo-se, portanto, na tessitura do discurso, pelo orador, sob a forma de marcas ou índices de alocação, utilizados de modo a reconstruir a instância do alocutário no texto.

Impõe-se, então, a questão de saber não somente com que tipo de auditório o orador se relaciona, mas também de que maneira a imagem do auditório construída pelo orador se inscreve na materialidade da troca verbal. De acordo com quais modalidades da análise argumentativa pode-se esclarecer e ajudar a estudar a instância do alocutário no texto? (AMOSSY, 2018, p. 52).

Assim, não obstante Amossy (2018) parta das contribuições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) para a análise do papel premente desempenhado pelo auditório na atividade argumentativa, no que concerne ao processo de construção das práticas discursivas do locutor, a autora assinala a importância de atentar-se à sua inscrição na materialidade do discurso, a partir da observação dos “traços do público” presentes no enunciado sob a forma de índices de alocação, assim como da relevância de uma análise de seu estatuto em “casos concretos” (AMOSSY, 2018, p. 56). Para isso, procede-se à observação dos recursos mediante os quais o locutor inscreve seu interlocutor no evento comunicativo, a partir das “designações nominais” explícitas, das descrições do auditório, de pronomes pessoais e pelo apelo às evidências compartilhadas.

No caso em que o auditório é interpelado de modo explícito, por meio de formas nominais, observam-se os nomes próprios e o emprego de vocativos, com os quais o orador o convoca, definindo-o de modo claro: minhas senhoras (es), caros amigos, dentre outras formas. No que diz respeito aos casos em se procede às descrições do auditório, faz-se menção a uma segunda pessoa do singular, por meio de formas mais extensas, como, por exemplo, em: “você, que se colocam contra o fascismo” (Amossy, 2018).

Já no que se refere ao emprego de pronomes pessoais, como índices de alocação, a partir dos quais o orador interpela o auditório, nota-se, segundo Amossy (2018), que a variabilidade de remetentes, em se tratando dos possíveis referentes dessas formas dêiticas, pode configurar uma estratégia, uma vez que cabe ao analista do discurso avaliar suas consequências e efeitos no discurso:

Esses elementos permitem várias interpretações na medida em que podem remeter a variados referentes[...] Uma análise dos pronomes pessoais, permite, assim, envolver o auditório, definido como o conjunto daqueles que queremos persuadir, tanto sob a forma de um “você”, e de um vocês, quanto de um “nós”. Nota-se que o auditório visado pode, também, ser interpelado na terceira pessoa[...] É somente no contexto, entretanto, que é possível ver em que medida o “ele” é uma não pessoa (segundo

Benveniste) excluída da comunicação, mas um substituto de um “você”. Em todos os casos, o uso da terceira pessoa para designar o auditório constitui um efeito de indireção, que pode depender do que Kerbrat-Orecchioni denomina “tropo comunicacional”: fala-se para alguém fingindo dirigir-se a outro (1986: 131). Trata-se de estratégias das quais importa, em cada caso, examinar as consequências (AMOSSY, 2018, p. 62-63).

Por fim, no que concerne ao papel desempenhado pelas evidências compartilhadas como um meio de interpelar o auditório, Amossy (2018) salienta o fato de o alocutário ser, amiúde, designado por meio do apelo a “crenças, opiniões e valores que o discurso lhe atribui explícita ou implicitamente” (AMOSSY, 2018, p. 62). Esse meio de reconstituição do alocutário consiste, segundo Amossy (2018), em um modo implícito de convocar o outro, instaurando-se, no discurso, mediante o emprego de pressuposições ou por meio do apelo aos *topoi*:

Essa camada do implícito, que se inscreve ora nas pressuposições, ora nos *topoi* e nas ideias preconcebidas que estão subentendidos nos enunciados, necessita de uma análise autônoma [...]” (AMOSSY, 2018, p. 62).

Ao explorar a questão das representações coletivas no processo de persuasão do auditório, Amossy (2018) retoma o conceito de *topos* ou *topoi* (lugares comuns), proveniente da retórica aristotélica, resgatado pela Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), a partir do qual o orador lança mão do “espaço do plausível”, conforme salienta a autora, com o propósito de ratificar determinados posicionamentos frente ao auditório. Trata-se de concepções que, conforme Amossy (2018) salienta, “repousam sobre um consenso geral”, ou seja, sobre formas de pensar suscetíveis de serem aceitas por uma maioria, afigurando-se como um tipo de pensamento admitido por assumir valor de verdade. A *doxa* configura-se, assim, no conjunto de conhecimentos compartilhados e aceitos como plausíveis, pelo auditório, postulando-se haver “diferentes estados da doxa”, a partir da instauração de uma nova concepção em torno do conhecimento comum: a noção de interdiscurso (discurso social).

Definir *doxa* como o saber compartilhado de uma comunidade em uma dada época é conceber os interactantes como tributários das representações coletivas e das evidências que subjazem a seus discursos, é ver a sua palavra modelada pelo que se diz e se pensa em torno deles, pelo que eles absorvem, muitas vezes de modo inconsciente, pelo que consideram evidente em darem conta disso[...] O locutor, que se engaja em uma troca para pôr em evidência o seu ponto de vista, está tomado por um espaço dóxico que determina a situação de discurso em que ele argumenta, modelando a sua palavra até o centro de sua intencionalidade e de seu planejamento (AMOSSY, 2018, p. 112-113).

No processo de validação desses esquemas de pensamento compartilhados e ratificados por um determinado grupo social, cumpre observar, segundo Amossy (2018), os *elementos dóxicos* sobre os quais se funda um dado discurso. No entanto, esses elementos dóxicos podem,

por sua vez, opor-se a elementos dóxicos de natureza antagônica, em uma relação na qual um enunciado responde ou evoca outro. Assim, segundo a autora, para pôr em relevo e avaliar a função dos elementos dóxicos, cumpre observar a necessidade de perceber o enunciado como dependente de outros discursos a partir dos quais ele se elabora. Pode-se utilizar, então, juntamente com a noção de *doxa*, que se refere à opinião comum, isto é, ao conjunto vago de crenças e de opiniões que circula na coletividade, as noções denominadas pela autora como *discurso social* ou *interdiscurso* (Amossy, 2018). Nesse sentido, pode-se afirmar que Amossy (2018) procede a uma ampliação da noção de *doxa* e de *topos* (lugar comum) aristotélica e Perelmaniana, as quais, segundo a autora, subjazem às diferentes manifestações discursivas, no que concerne à sua interpretação e ao seu tratamento em termos metodológicos:

O topos, ou o lugar, para Amossy (2018), configura-se, assim como na retórica aristotélica e na nova retórica perelmaniana, como um “esquema comum subjacente aos enunciados [...], que não é dóxico em si mesmo, já que consiste em forma vazia. (AMOSSY, 2018, p. 122).

É importante frisar que, para Amossy (2018), o *topos* configura-se como uma categoria preenchida pelo contexto que, ao contrário da noção de lugar-comum, não reside em uma ideia cristalizada, postulada e aceita por uma dada coletividade. Quanto ao lugar-comum, pode-se afirmar que, para a autora, é tomado no sentido de “ideia preconcebida” ou de um conhecimento coletivo compartilhado coletivamente, que apresenta, conforme salienta a Amossy (2018), sentidos predeterminados:

O lugar-comum: é, de fato, o lugar particular de Aristóteles[...] podemos alinhar-nos com o uso corrente, tomando-o em seu sentido mais tardio de forma plena: tema consagrado, ideia fixa confinada em repertório (AMOSSY, 2018).

Amossy (2018) considera os seguintes *topói*, oriundos da herança aristotélica e perelmaniana:

- os lugares da quantidade: segundo o qual algo vale mais em virtude de sua quantidade;
- os lugares da qualidade: que consiste na validação de algo que se mostra superior em função de sua qualidade;
- os lugares da ordem: que diz respeito ao fato de que algo é superior por ser anterior;
- os lugares do existente: que considera melhor o que existe em lugar do que é somente provável²²⁶.

²²⁶ Amossy (2018) considera, além desses lugares, os da essência, que se configura da seguinte forma: é preferível o que incorpora melhor sua essência (AMOSSY, 2018, p. 121). Neste estudo, considerar-se-ão, sobretudo, os dois primeiros lugares elencados pela autora: os da quantidade e os da qualidade.

No entanto, é importante assinalar que, para a autora, esses *topoi* afiguram-se como categorias preenchidas pelo contexto, isto é, por diversos lugares-comuns (opiniões compartilhadas por uma coletividade, uma ideia fixada em um dado repertório) em diferentes manifestações discursivas:

É de se notar que os lugares permitem defender uma tese e seu contrário, já que se pode, indiferentemente, apelar para o lugar da quantidade ou da qualidade, e que a prioridade do que existe sobre o que não existe pode ser invertida, se o ideal a atingir aparecer como superior a uma realidade degradada[...] Não é por isso que se deve confundir o *topos*, ou “lugar retórico”, com o que chamamos, hoje, de lugar-comum. Esquemas lógicos que subjazem ao discurso, modelos de relações aos quais se adaptam conteúdos diversos, os lugares provenientes da tradição aristotélica não constituem o reservatório de ideias preconcebidas[...] Vê-se claramente que o *topos* do mais e do menos nada mais é do que a ossatura de uma argumentação que se baseia também numa série de lugares comuns compreendidos como opiniões compartilhadas (AMOSSY, 2018, p. 121-123).

Em outras palavras, significa afirmar que aquilo que para um dado grupo social configura-se, dentro do lugar da quantidade, como o que é mais desejável, em um outro grupo pode afigurar-se, por outro lado, como o que é indesejável. Como exemplo, Amossy (2018) apresenta um discurso francês para o qual os emigrantes – aqueles que partiram e não combateram um inimigo da França – mereceriam “menos” que os “filhos da pátria”, que nela permaneceram. Trata-se, segundo a autora, de um *topos* de quantidade que é endossado, na materialidade concreta do discurso, por opiniões compartilhadas, isto é, lugares comuns que se aplicam a opiniões particulares, veiculadas por um dado grupo.

Nesse sentido, conforme se postula na teoria da argumentação no discurso, os lugares comuns – a saber, os da quantidade, da qualidade, da ordem e da existência – são preenchidos consoante o conhecimento compartilhado e aceitos por um determinado grupo, para o qual determinadas visões de mundo ou posicionamentos são comungados e comumente veiculados, a partir das diversas manifestações discursivas que são colocadas em prática ao longo das trocas verbais. De fato, não se trata, tão somente, de atribuir valor positivo ao que é quantitativamente maior, em se tratando do emprego do lugar da quantidade em um dado discurso, mas sim do que se entende como maior ou menor, assim como do que se considera melhor.

5.4.2 Os esquemas argumentativos no discurso

Partindo das contribuições da retórica aristotélica²²⁷, Amossy (2018) procede ao estudo dos esquemas argumentativos ou fundamentos lógicos do discurso argumentativo e de seus efeitos de persuasão. Trata-se, não obstante, de analisar de que modo determinados tipos de raciocínios lógicos encontram-se atrelados, em uma perspectiva da argumentação no discurso, a recursos de natureza interacional e “linguageira” até então negligenciados pela retórica e pela lógica informal sendo, posteriormente, levados em conta no exame da persuasão pela Pragmática e pela Análise do Discurso:

Mais precisamente, a pragmática e a análise do discurso questionam procedimentos que reduzem a complexidade da linguagem natural e negligenciam os dados discursivos da troca verbal (AMOSSY, 2018, p. 138).

Propondo-se a examinar as estruturas argumentativas dos textos, atendo-se, no entanto, a questões de ordem interacional, resultantes da “materialidade languageira” das diferentes trocas verbais, Amossy (2018) procede ao estudo de alguns tipos de raciocínios lógicos, oriundos da herança aristotélica, a saber: o silogismo, o exemplo e a analogia (ilustração), assim como do que, no âmbito da lógica informal fora considerado, por muito tempo, como paralogismos ou argumentos falaciosos, tais como: a questão complexa, a falsa dicotomia, a generalização abusiva, a falsa causalidade, bem como argumentos oriundos da retórica –*ad hominen*, *ad vercundiam*, e *ad baculum* – empregados e analisados, pela autora, em seu cuidadoso exame de *corpora* diversos.

Além desses argumentos, Amossy (2018) procede à investigação do que denomina como raciocínio entinêmico, o qual subjaz discursos diversos, configurando-se, segundo a autora, na “armadura” sobre a qual a argumentação se sustenta. Para Amossy (2018), o entinema – uma das principais formas de pensamento estudadas – constitui-se a partir de premissas não necessariamente verdadeiras, mas que se apresentam válidas em um dado evento comunicativo. Nessa forma de raciocínio, há, muitas vezes, uma premissa maior, apresentada por um proponente, que é, segundo a autora, acompanhada de uma premissa menor e de uma conclusão:

O que é, então, o entinema, e que ligação ele tem com o silogismo? Entre as diversas definições existentes, a mais operatória parece ser aquela que foi retomada e divulgada por Quintiliano. Ela apresenta o entinema como silogismo lacunar, a saber, um silogismo cujos elementos não estão todos presentes. Segundo Aristóteles, o entinema

²²⁷ Acerca das contribuições da herança Clássica, em se tratando do *logos*, Amossy faz as seguintes considerações: “A retórica oriunda de Aristóteles coloca, no âmago do *logos*, dois procedimentos lógicos – a dedução e a indução –, que correspondem a duas construções lógico-discursivas: de um lado, o entinema derivado do silogismo, e, do outro, o exemplo ou a analogia. “Todo mundo” – lê-se no primeiro livro da Retórica – “apresenta a prova de uma asserção expondo ou exemplos ou entinemas, e não há nada além disso” (Aristóteles, 1991: 85). Isso quer dizer que, para Aristóteles, a argumentação no nível do *logos* fundamenta, principalmente, os raciocínios lógicos que estão na base do discurso com intenção persuasiva (AMOSSY, 2018, p. 137).

é composto de termos pouco numerosos e frequentemente menos numerosos do que os que constituem o silogismo [...] Essa é a base sobre a qual se pôde considerar o entinema um silogismo truncado, do qual se pode omitir tanto a premissa maior quanto a conclusão (AMOSSY, 2018, p.140).

Para Amossy (2018), o fato de o entinema atuar sobre um auditório, para o qual se destina, permite inscrevê-lo em um “quadro de comunicação”, a partir do qual parceiros interacionais, em uma dada situação de interlocução, buscam apresentar posições, muitas vezes divergentes e antagônicas, que podem ser reconstruídas pelo analista mediante a recuperação de premissas ausentes, correspondentes a um determinado raciocínio entimêmico. A reconstrução do entinema pode dar-se, pois, a partir de premissas válidas. Assim, cabe ao analista identificar e investigar o raciocínio entimêmico, ora a partir da observação de uma premissa menor ou maior, ora pela observação de uma determinada conclusão engendrada por essa forma de raciocínio:

Ele deve, entretanto, *retraduzir as réplicas dos interactantes* em termos de proposições e acrescentar diversos elementos ausentes para conseguir reconstituir os esquemas silogísticos sobre os quais se baseiam as intervenções[...] (AMOSSY, 2018, p. 142, *grifos nossos*).

No complexo processo de reconstrução das premissas ausentes, não formuladas explicitamente, ou mesmo em premissas presentes, que perfazem cada entinema apresentado pelos interactantes no discurso, faz-se necessário atentar-se ao “discurso em situação” (Amossy, 2018), ou seja, à situação discursiva e ao tipo de contrato interlocutório empreendido entre os participantes de um dado evento comunicativo, para que seja possível ao analista “retraduzir as réplicas dos interactantes”.

Ele não deixa de ser a armadura que sustenta a interação; ignorá-lo seria apagar um aspecto essencial da argumentação. Um exemplo suplementar permitirá mostrar melhor como se pode levar em conta, simultaneamente, a estrutura entimêmica e a materialidade linguageira, e também salientar como o tratamento particular do entinema já é em si um elemento argumentativo importante (AMOSSY, 2018, p. 149).

No que diz respeito ao exemplo, importa ressaltar que se trata de mais um tipo de raciocínio, proveniente da herança clássica, a ser tratado por Amossy (2018), assim como por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]). O exemplo pode ser do tipo histórico – que se configura em um fato do passado – ou ficcional, isto é um evento formulado no âmbito do próprio discurso do orador a partir de uma narrativa ou apólogo. No caso do “exemplo histórico”, cumpre assinalar que seu status reside no fato de cumprir uma determinada autoridade em função de fundamentar um acontecimento presente. Trata-se de um evento precedente ao qual o orador recorre e evoca com vistas a assegurar a legitimidade de algo:

O exemplo ou a analogia, que estabelece “a relação da parte à parte e do semelhante ao semelhante”, é o segundo pilar sobre o qual a retórica de Aristóteles funda o *logos* [...] O novo é posto em perspectiva e esclarecido pelo familiar e pelo antigo. Segundo Aristóteles, é necessário distinguir entre o exemplo real, tirado do passado, e o exemplo fictício, inventado pelo orador em função das necessidades da causa, como o apólogo ou a narrativa (AMOSSY, 2018, p. 152).

Assim, observa-se uma forma de raciocínio a partir da qual o orador visa a promover a indução do auditório, mediante fatos ancorados em um passado. O exemplo histórico é, amiúde, empregado no discurso político, segundo Amossy (2018), além de configurar um tipo de recurso argumentativo empregado em todos os discursos de visada argumentativa, conforme ressalta a autora:

Ele, assim, recorre ao exemplo histórico, que se encontra em numerosas explorações na argumentação política. Se esse tipo de exemplo *convém a todo discurso com intenção persuasiva*, ele se presta, no entanto, mais particularmente aos discursos que pertencem ao deliberativo (Amossy, 2018, p. 152, *grifos nossos*).

Além disso, Amossy (2018) aponta – no complexo processo que subjaz a uma análise argumentativa no discurso – a importância de outros elementos imprescindíveis, como o tipo de *ethos* apresentado ou que se visa apresentar, a *doxa* compartilhada que perfaz a troca verbal, bem como as imagens – apontando, inclusive, a importância das faces²²⁸ nela negociadas.

Outros aspectos concernentes à situação discursiva são, também, estudados por Amossy (2018), como o dispositivo enunciativo e as marcas que cada sujeito deixa no texto, por meio das escolhas lexicais – muitas vezes pautadas por um léxico marcadamente axiológico – dentre outros.

5.4.3 O *ethos*

Outro aspecto explorado por Amossy (2018) – concernente às três provas do discurso, pelas quais se pode obter a adesão do auditório – diz respeito ao *ethos*, conceito oriundo da herança clássica²²⁹, que se encontra no bojo de uma discussão em torno de sua natureza, a qual,

²²⁸ No que concerne à noção de face, Amossy (2018) considera as contribuições de Goffman (1967) para um estudo da imagem em interações diversas.

²²⁹ Em meados do século XX, as Neo-Retóricas²²⁹ procederam ao resgate e à investigação de alguns conceitos oriundos da herança aristotélica, dentre os quais estão os três tipos de argumentos ou provas do discurso cujo emprego, configura-se, segundo Aristóteles, nos meios mais importantes pelos quais se busca a adesão do auditório. No tocante às três provas, observam-se três mecanismos de convencimento, cujo uso produz efeitos de persuasão: o *ethos* – concernente ao caráter do orador – construído mediante o discurso; o *logos*, no caso, a argumentação propriamente dita, isto é, a organização dos argumentos no discurso; e o *pathos*, que diz respeito às paixões suscitadas no auditório. Para Aristóteles, o *ethos*, que se configura na imagem forjada pelo orador, constitui-se na prova mais importante engendrada mediante o discurso, no que diz respeito ao processo de persuasão. O *pathos*, voltado para a figura do interlocutor, configura um mecanismo deveras eficaz em se tratando

segundo diversos estudiosos²³⁰ acerca da imagem ou do caráter do orador no discurso, pode ser de procedência pré-discursiva ou discursiva, conforme ressalta a autora:

Em sua Retórica, Aristóteles denomina *ethos* [...] o caráter, a imagem de si, projetada pelo orador desejoso de agir por sua fala, pondo em destaque o fato de que essa imagem é produzida pelo discurso. Assim, ele inaugura um debate que vai se seguindo ao longo dos séculos e a respeito do qual até hoje há desdobramentos. Trata-se de saber se é preciso privilegiar a imagem de si que o orador projeta em sua fala ou, antes, a imagem que deriva de um conhecimento prévio de sua pessoa (AMOSSY, 2018, p 80).

Partindo de diferentes abordagens, apresentadas por teóricos distintos, relativas ao conceito de *ethos*,²³¹ Amossy (2018) assinala que a imagem do orador – designado, também, como locutor – é construída mediante a junção de elementos preexistentes, assim como a partir das marcas apreendidas da própria tessitura do discurso, no que tange à sua materialidade concreta:

O locutor que não pode se apoiar em uma autoridade institucional suficiente ou apropriada, aquele que se vê recoberto por uma imagem estereotipada ou apropriada, aquele que se vê recoberto por uma imagem estereotipada que vai contra os seus propósitos pode trabalhar para modificá-la em seu discurso. A encenação verbal do eu manifesta modalidades segundo as quais o orador se esforça para colocar em evidência, corrigir ou apagar os traços que, presumidamente, lhe são atribuídos. É a partir daí que se pode ver como a imagem prévia do locutor é remodelada por um discurso que ora a reforça, ora se dedica a transformá-la. Se a representação preexistente se revela favorável e apropriada à circunstância, o orador pode apoiar-se nela. Mas ele deve modulá-la ou reorientá-la se, ao contrário, ela lhe for desfavorável, ou se não convier aos objetivos persuasivos que almejou (AMOSSY, 2018, p. 92).

Nessa direção, para Amossy (2018), a noção de *ethos* pode ser explicada por meio de referências distintas²³², a saber: as contribuições da herança clássica, as considerações das

de orientar o público-alvo a assumir determinadas condutas em virtude das emoções que lhes são suscitadas pelo orador.

²³⁰ Amossy (2018) menciona diversos autores em sua apresentação e análise do *ethos*, dentre os quais estão: Maingueneau (2008), Reboul (2004), dentre outros. Para Maingueneau (2008), a eficácia da adesão ao caráter, isto é, ao *ethos* que se apresenta ao auditório depende, dentre outros fatores, de um complexo processo de incorporação, conceito postulado pelo autor, a partir do qual se busca persuadir o auditório às teses que lhes são apresentadas. A incorporação consiste, segundo o autor, na “maneira pela qual o coenunciador se relaciona ao *ethos* de um discurso.” (2008, p.72). Assim, segundo o autor, a adesão se deve a relações de identificação: “*O destinatário a identifica apoiando-se num conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar [...] (MAINGUENEAU, 2008, p. 18)*”. O *ethos* configura um conjunto de elementos que atuam de modo a construir ou mobilizar determinadas emoções naqueles aos quais se dirige. Trata-se, segundo Maingueneau (2008), de dispositivos cujos desdobramentos são a aceitação ou não do caráter veiculado pela figura do orador.

²³¹ Amossy (2018) aponta algumas teorias que se debruçam sobre a questão do *ethos*, como a retórica aristotélica, as contribuições de Benveniste a Ducrot – que procedem à apresentação do *ethos* dentro de um esquema enunciativo – assim como as contribuições de Orecchioni (2006) e de Goffman (1967) acerca da construção de uma imagem e sua negociação ao longo da interação.

²³² Em sua explicação acerca do *ethos*, Amossy (2018) evoca diversos teóricos, dentre os quais está Reboul (2004), cuja definição de *ethos* julgamos importante mencionar aqui. De acordo com Reboul (2004), o *ethos* corresponde à figura do orador, ao passo que o *pathos* relaciona-se à figura do auditório. Cabe observar que, tanto o *ethos*,

ciências da linguagem – sobretudo, as de Benveniste (2008) e de Ducrot, que postulam haver um “dispositivo enunciativo” – bem como as considerações de Maingueneau (2008)²³³. Além disso, importa assinalar que Amossy (2018) leva em consideração aspectos apresentados pela Análise da Conversação em sua investigação no tocante à construção da imagem no discurso.

De acordo com Amossy (2018), os estudos de Benveniste (2008) acerca da enunciação levam em conta que o *ethos* se estabelece mediante um complexo processo de inscrição do locutor naquilo que diz. Trata-se da compreensão da enunciação enquanto situação de alocução, na qual um locutor se instaura no discurso e é percebido a partir das marcas subjetivas que deixa em seu discurso. Essa noção, expandida pela teoria de Maingueneau²³⁴ – para o qual o *ethos* se configura em uma instância inerente ao próprio ato de produzir enunciados, na medida em que se inscreve na enunciação e no enunciado – é, também, apresentada por Amossy (2018), a qual estabelece um conceito de *ethos* nomeadamente vinculado à enunciação: “Para conferir a si certo status suscetível de legitimar o seu dizer, o enunciador deve se inscrever em uma cena de enunciação” (AMOSSY, 2018, p 85).

Para a autora, a inscrição do *ethos* em uma cena de enunciação se dá por conta de seu papel desempenhado em um dado tipo de manifestação discursiva: “Ele faz isso mais facilmente, porque cada gênero de discurso comporta uma distribuição prévia dos papéis” (AMOSSY, 2018, p. 85). Nesse sentido, para Amossy (2018), faz-se necessário considerar, para a análise do *ethos*, o gênero que veicula uma determinada troca linguística²³⁵ onde, segundo a

quanto o pathos, emergem de relações intersubjetivas entre orador e auditório. Reboul (2004) define o *ethos* da seguinte forma: “O *ethos* é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança” (REBOUL, 2004, p. 48).

²³³ Pode-se afirmar que, para Maingueneau (2008), o *ethos* afigura-se como um conjunto de predicados, sejam eles verbais ou paralinguísticos, tais como a maneira pela qual se convence – branda ou mais agressiva – os olhares, a disposição do corpo, a aparência e, sobretudo, as escolhas argumentativas. Há *ethé* que evocam a ideia de trabalhador, ao passo que alguns remetem ao homem forte ou capacitado, solidário ou erudito. Os diferentes *ethé* constituem-se a partir daquilo que se espera suscitar no auditório: trata-se de uma relação de “espelhamento”, por meio da qual o auditório se identifique com um complexo esquema de atributos apresentados pelo orador: “Vê-se que o *ethos* é distinto dos atributos “reais” do locutor. Embora seja associado ao locutor, na medida em que ele é a fonte da enunciação, é do exterior que o *ethos* caracteriza esse locutor.[...] Mais exatamente, não se trata de traços estritamente “intradiscursivos” porque, como vimos, também intervêm, em sua elaboração, dados exteriores à fala propriamente dita (mímicas, trajes...)” (MAINGUENEAU, 2008, p.14).

²³⁴ Para Maingueneau (2008), o *ethos* configura-se como uma instância inerente ao próprio ato de produzir enunciados, na medida em que se inscreve na enunciação e no enunciado, por conseguinte. Trata-se, segundo o autor, de um elemento intrinsecamente ligado ao processo de enunciação: “O *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, mas não se pode ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale. Parece necessário, então, estabelecer uma distinção entre *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo” (MAINGUENEAU, 2008, p. 15).

²³⁵ Segundo Fiorin (2016), importa observar alguns aspectos em se tratando do modo pelo qual é possível determinar o *ethos* de um enunciador: o estabelecimento da totalidade da produção de um sujeito enunciativo. (2016, p. 71): “Onde se encontram, na materialidade discursiva da totalidade, as marcas do *éthos* do enunciador? Dentro dessa totalidade, procuram-se recorrências em qualquer elemento composicional do discurso ou do texto:

autora, o locutor desempenha um determinado papel, em virtude de ocupar uma posição previamente instituída que lhe permite adotar um dado comportamento verbal, tal como ocorre no debate político eleitoral, objeto de análise desta tese.

Assim, a inscrição do sujeito no discurso não se efetua somente por meio dos embreantes e dos traços de subjetividade na linguagem (modalizadores, verbos e adjetivos axiológicos etc.). Isso se faz também pela ativação de um tipo e de um gênero de discurso nos quais o locutor ocupa uma posição antecipadamente definida, e pela seleção de um roteiro familiar que serve como modelo para a relação com o alocutário (AMOSSY, 2018, p. 86).

Cumpra assinalar, ademais, que a análise do *ethos* circunscreve-se, conforme Amossy (2018), no âmbito das interações verbais. Desse modo, a autora destaca, ainda, a importância dos estudos de Goffman (1967) para a abordagem da inscrição da imagem do sujeito em diferentes tipos de manifestações discursivas.

Importa observar, assim, elementos relacionados à imagem enquanto “categoria social, profissional, étnica, nacional etc. do locutor” (AMOSSY, 2018, p. 92); assim como o que Amossy (2018) denomina como “imagem singular”, a qual se coloca em circulação à medida que se processa uma determinada troca comunicativa, sendo, pois, construída no próprio evento discursivo. Essas imagens podem, não obstante, modificar-se e apresentar-se até mesmo de modo antagônico, consoante o tipo de auditório a que se visa persuadir e os diferentes objetivos de imagem do orador. Isso significa que, conforme salienta a autora, podem-se observar, em um mesmo evento discursivo, diferentes imagens apresentadas por um mesmo orador.

Desse modo, o *ethos* emerge tanto do discurso, como salientamos, como de elementos pré-discursivos, depreendidos da posição social – da categoria social na qual os sujeitos se inscrevem – em um dado campo ou esfera social, sendo constituído, também, a partir do imaginário social e dos estereótipos, provenientes de “modelos culturais”, os quais perfazem o modo pelo qual se constrói a imagem do orador.

É preciso, portanto, ter em conta a imagem que se atribui, em momento preciso, à pessoa do locutor ou à categoria da qual ele participa. É preciso ter acesso ao estoque de imagens de uma dada sociedade ou ainda *conhecer a imagem pública de uma personalidade política ou midiática* (AMOSSY, 2018, p. 92, *grifos nossos*).

A respeito do *ethos* pré-discursivo, Amossy (2008) faz as seguintes considerações: “A estereotipagem [...] é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado” (AMOSSY, 2008, p.125).

na escolha do assunto, na construção das personagens, nos gêneros escolhidos, no nível de linguagem usado, no ritmo, na figurativização, na escolha dos temas, nas isotopias, etc” (FIORIN, 2016, p. 71).

Desse modo, pode-se considerar que o estabelecimento de um discurso calcado em uma argumentação eficaz, credível, emerge de um tipo de contrato firmado entre orador e auditório, já que a argumentação opera à medida que o auditório comunga as mesmas ideologias ou visões de mundo veiculadas pelo discurso do orador, mas, sobretudo, pela imagem que se instaura mediante suas práticas. Acerca do processo de estereotipagem que perfaz as relações entre orador e auditório, Mosca (2004) assinala que a concepção prévia que se atribui ao orador não é, com efeito, singular, na medida em que depende de ideias consensuais, relativas a representações coletivas, isto é, à *doxa*:

A estereotipagem, lembremos, é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, *um esquema coletivo cristalizado*. Assim, a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida [...] se se tratar de uma personalidade conhecida, ele será percebido por meio da imagem pública forjada pelas mídias (MOSCA, 2004, p.126, *grifos nossos*).

Diante do exposto, segundo Amossy (2018), faz-se necessário proceder ao exame dos componentes que constituem a situação comunicativa na qual se insere um determinado status institucional – o de professor ou de um político, por exemplo – bem como da representação prévia que dele se obtém – a de um professor progressista ou do político autoritário – que pode ou não autorizar determinadas posturas, concernentes a um campo do qual o locutor participa, seja ele político, literário, intelectual, social, dentre outros (AMOSSY, 2018, p. 91).

As noções de campo e de gênero são, também, exploradas por Amossy (2018) na última parte de sua obra, intitulada “Quadros formais e institucionais”, na qual a autora ressalta a necessidade de se situar a argumentação em um *quadro discursivo* a partir do qual o trabalho de persuasão se articula. A argumentação encontra-se, desse modo, em uma relação de interdependência com o âmbito discursivo em que se desenvolve, o qual influencia, sobremaneira, as práticas argumentativo-discursivas empreendidas pelos participantes de um dado evento comunicativo.

A argumentação depende diretamente do quadro discursivo no qual ela se desenvolve. A análise dos exemplos demonstrou muito bem: o bom desenvolvimento da troca verbal é tributário do domínio do qual ela depende e do gênero no qual se insere. Não se pode estudar o ethos de Jaurés sem levar em conta o fato de que ele emite um discurso parlamentar, nem o entinema em uma réplica de Primo Levi sem ver que ele o utiliza no quadro de uma entrevista. É preciso lembrar que a retórica antiga, distinguindo o judiciário, o deliberativo e o epidíctico, ligava estritamente o uso da fala persuasiva a um lugar socioinstitucional. Ampliando o quadro da interação, as ciências da linguagem contemporâneas multiplicaram as situações e os gêneros nos quais a argumentação pode ser examinada (AMOSSY, 2018, p. 245).

No caso do debate político eleitoral, importa observar que o tipo de quadro participativo presente nesse tipo de evento comunicativo colabora com a manipulação deliberada do status ou do papel de cada interactante, fato que será explorado nesta tese, de modo mais aprofundado posteriormente.

5.4.5 As vias do *logos* e do *pathos*: a imbricação da razão e da emoção no discurso

Acerca da questão do *logos* e do *pathos*, Amossy (2018) ressalta o fato de essas provas do discurso serem discutidas por longa data, gerando controvérsias, sobretudo, em se tratando do papel das emoções no trabalho de argumentação. De acordo com a autora, o *pathos*, que se configura nas emoções, isto é, “no efeito emocional produzido no alocutário” (AMOSSY, 2018, p. 206) foi, por muito tempo, desprestigiado e desmerecido em relação à razão, que desempenhou um papel proeminente:

Além das tensões e das reticências que se apresentam em certas retóricas e além da discrição com que às vezes o *pathos* é tratado, este é ainda objeto de receios relativos às ameaças que representa para todo empreendimento racional. Teme-se uma lógica das paixões que encerre os homens em convicções irracionais, tornando-os surdos aos argumentos do outro. Em outros termos, as paixões, que contribuem para a ação sobre o público e que são adjuvantes da persuasão, são também aquilo que impede a negociação dos pontos de vista, arruinando toda disposição para ouvir argumentos (AMOSSY, 2018, p. 200).

Para muitos estudiosos,²³⁶ que se debruçam em torno dos procedimentos vinculados à razão, o *pathos* – isto é, o apelo às emoções suscitadas no auditório – não deve ser priorizado como meio de prova, tal como se considera a razão no discurso pelo qual se visa a persuadir um dado auditório. Não obstante, Amossy (2018) considera que, tanto o *logos*, quanto o *pathos* são de suma importância para uma análise argumentativa de *corpora* diversos.

Amossy (2018) ressalta o fato de que diversas teorias, de natureza distinta, renegam, desde a Retórica, as emoções a um segundo plano no trabalho de argumentação: “O perigo do poder que pode ser exercido sobre os ouvintes ao se dirigir a suas paixões é objeto de reflexões desde a Antiguidade. Aristóteles considerava que não se deve “perverter” o juiz despertando nele sentimentos que poderiam interferir em uma avaliação objetiva das coisas” (AMOSSY, 2018, p. 198). No caso da Lógica informal e da pragma-dialética, Amossy (2018) ressalta que: “Mais ainda do que a retórica, a lógica informal e a maior parte das teorias da argumentação tomaram partido contra a intromissão das emoções no raciocínio lógico e na interação argumentativa. Isso porque não partem da tríade logos-ethos-pathos: é ao logos, como discurso e razão, que reservam, sobretudo, sua atenção. A tentativa de conduzir o auditório a certa posição dada é concebida como um empreendimento que se realiza por vias racionais, que excluem todo e qualquer recurso ao sentimento que se realiza por vias racionais, que excluem todo e qualquer recurso ao sentimento considerado irracional[...] Os seguidores da pragma-dialética alinham-se às posições da lógica informal que vê, nas paixões, uma fonte de erro” (AMOSSY, 2018, p. 201-202).

Nesse sentido, trata-se de uma visão segundo a qual *logos* e *pathos* estão intimamente imbricados, na medida em que se relacionam no discurso, uma vez que, de acordo com a autora, é possível identificar, por meio de um complexo processo de construção das emoções, “um sistema de razões sólidas” (Amossy, 2018):

De início, a emoção se inscreve claramente em um saber de crença que desencadeia certo tipo de reação, diante de uma representação social e moralmente proeminente. Normas, valores e crenças implícitas sustentam as razões que suscitam o sentimento. A adesão do auditório às premissas determina a aceitabilidade das razões e do sentimento. [...] Vê-se como a argumentação pode ser construída no discurso [...] (AMOSSY, 2018, p. 208).

Um exemplo disso é que, por meio da construção de um tipo de raciocínio entinêmico, é possível racionalizar um determinado sentimento diante do auditório, como o medo. Trata-se de expor uma premissa e uma conclusão, ligadas por crenças e tipos de representações sociais, que asseguram a aceitação de uma dada emoção (Amossy, 2018). Em outras palavras, a emoção é, segundo Amossy (2018), construída mediante o discurso.

A questão que se coloca é a de saber como uma argumentação pode não expressar, mas suscitar e construir emoções discursivamente” (AMOSSY, 2018, 207).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o *pathos* é concretizado, isto é, “argumentado”, conforme a autora, a partir da racionalização das emoções. Isso significa que os efeitos de emoção, suscitados no auditório, são, o mais das vezes, resultado da argumentação pela qual se busca legitimá-lo ou deslegitimá-lo:

Entretanto, a emoção para a qual se apela e que se deve ser o resultado da argumentação, pode, também, depois de ter sido explicitamente mencionada, ser sustentada e justificada pela razão (AMOSSY, 2018, p.210).

Posto isso, pode-se afirmar que, para Amossy (2018), a dicotomia entre *logos* e *pathos* deve ser suprimida por uma visão conciliadora entre razão e emoção, na medida em que o *pathos* – que consiste nas emoções suscitadas no alocutário, segundo a autora – é construído mediante o discurso e procedimentos relativos à razão, como a formulação de justificativas fundadas, muitas vezes, em esquemas de pensamentos alicerçados em tópicos ou “lugares que em nossa cultura, justificam uma emoção” (AMOSSY, 2018, p. 208), assim como em raciocínios entinêmicos, construídos a partir de premissas orientadas a uma dada conclusão.

Propõe-se, assim, que a emoção pode ser construída, discursivamente, mediante “estratégias de designação” as quais, segundo a autora, consistem em interpelar um determinado interlocutor, categorizando-o:

Os sentimentos de compaixão são construídos por meio de paradigmas de designação e de sua função categorizante: assim, “miseráveis” fornece uma informação sobre as condições de vida dos interessados e, ao mesmo tempo, evoca o sentimento que eles devem inspirar no leitor. Para que a indignação possa acompanhar a piedade, é necessário, porém, que um responsável seja designado: ora são os adversários políticos interpelados por “você”, ora o conjunto dos indivíduos reunidos na câmara para deliberar (“nós”), ora um agente desindividualizado que abarca o conjunto do sistema: “organização social”, “o ambiente social”, a sociedade[...] (AMOSSY, 2018, p. 211).

Dentre as práticas possíveis, que se podem depreender do trabalho do locutor com a emoção no discurso, estão o fato de buscar-se, no trabalho de persuasão fundado no *pathos*, argumentar a emoção, refutá-la no discurso ou na tentativa de compartilhá-la, conforme aponta Amossy (2018).

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DO *CORPUS*

6.1 Apresentação de novas categorias de análise e algumas considerações acerca da investigação do *corpus*.

6.1.2 Proposta de novas categorias de análise: construtos teóricos e justificativas.

Em resumo, como vimos, podem-se observar alguns modelos ou quadros teórico-metodológicos voltados para a análise da realização das estratégias de descortesia em situações de interação conflitivas. Em seus estudos acerca dos comportamentos verbais descorteses, Culpeper (1996; 2011) elabora um esquema de análise da descortesia, paralelo às estratégias de cortesia verbal postuladas por Brown e Levinson (1987[1978]), a partir do qual são examinados os comportamentos agressivos voltados para a face positiva e negativa dos interlocutores. Kaul de Marlangeon (2003; 2005; 2014), cuja pesquisa acerca da descortesia tomamos como escopo teórico neste estudo, chama a atenção para o fato de os interactantes construírem imagens de afiliação e de autonomia exacerbadas, a partir das quais promovem-se relações de aproximação ou de afastamento e distanciamento, no que concerne a um dado grupo. De acordo com a autora, a descortesia de fustigação se concretiza em interações regidas pela dissensão, mediante a tomada de duas posições antagônicas: a autonomia exacerbada ou a refratariedade em relação ao grupo, cujas posições e posturas os falantes são refutadas ou por meio da afiliação de um interactante exacerbada aos valores e posicionamentos de seu grupo, agindo de modo descortês para defendê-lo.

Já Blas Arroyo (2011) assinala, em seu estudo, que as estratégias de descortesia de que se faz uso, no embate político eleitoral, são concretizadas – isto é, realizadas no pleito eleitoral – por meio do emprego de recursos ou mecanismos de natureza interacional e, sobretudo, retórico-argumentativa. Para o autor, há que se observar que, no gênero debate eleitoral, as estratégias de descortesia podem apresentar efeitos de persuasão, na medida em que se busca o apoio, por meio do estabelecimento de alianças com um terceiro participante – o eleitor em potencial – coalizões que se realizam mediante a desconstrução das teses do candidato adversário e, consecutivamente, de sua autoimagem social. Em outras palavras, rechaça-se a imagem do oponente diante de um auditório, cuja avaliação é imprescindível para escolha de um “vencedor”. Para isso, o autor procede à distinção do que denomina como estratégias conceituais – a saber, atos ou comportamentos verbais agressivos empreendidos pelos interlocutores – dos recursos ou mecanismos utilizados na realização dessas estratégias,

apresentando, assim, cinco tipos de estratégias descorteses: associar o interlocutor a fatos, intenções e valores negativos, dizer que o interlocutor mente, mostrar desprezo em relação ao adversário, formular contrastes desvantajosos e acusar o interlocutor de contraditório. (Blas Arroyo, 2011).

Assim como Blas Arroyo (2011), Brenes Peña (2011) elabora um modelo de análise que contempla os atos de descortesia empregados em interações regidas pela espetacularização da polêmica, mais especificamente, o gênero denominado “tertúlias televisivas”, dentre os quais estão a desqualificação e a imposição de opinião, que, segundo a autora, se atualizam no discurso por meio de mecanismos linguísticos e retóricos, tais como os pronomes de tratamento, assim como os argumentos de autoridade, acusações *ad hominem*, dentre outros recursos linguístico-discursivos.

Outro teórico, cujo estudo acerca da descortesia toma como *corpus* o debate político eleitoral, Silva (2013) procede ao estudo e descrição das estratégias descorteses destinadas à desconstrução da autoimagem do candidato oponente, com o tácito propósito de adquirir o voto do eleitor, mediante a exposição de uma imagem negativa do adversário. Para isso, o autor parte dos construtos teóricos de Culpeper (1996; 2011) e Blas Arroyo (2001; 2010; 2011), atrelados aos estudos da face de Goffman (1967) com o intuito de estabelecer quatro categorias analíticas concernentes ao comportamento verbal descortês: *as estratégias de autopromoção*, além das estratégias de desqualificação do outro, as quais são desdobradas em outras sub-estratégias. O autor ainda postula as estratégias concernentes à formulação de contrastes desvantajosos, assim como as que consistem em proceder à impessoalização da crítica. (Silva, 2013).

Nessa direção, tomando-se como base os construtos teóricos apresentados, propomos, neste estudo, apresentar algumas *categorias de análise* que consideramos contemplar os comportamentos verbais agressivos verificados no *corpus* sob análise, tal como o fizeram os autores supracitados. Para isso, procedemos ao exame da agressividade verbal e suas manifestações linguístico-discursivas, com o propósito de trazer à luz atos ou estratégias recorrentes.

Em razão de alguns fatos discursivos apresentarem-se de maneira recorrente, de forma estratégica, ao longo de todo o pleito eleitoral, perfazendo as intervenções de ambos os candidatos, pode ser o indicativo de que sua proeminência, no *corpus*, pode ser pertinente evidenciando determinados padrões discursivos, sugerindo a possibilidade de podermos elencar e estabelecer, neste estudo, algumas estratégias descorteses no embate eleitoral sob análise. Dessa maneira, propomos as seguintes *categorias de análise descorteses*, formuladas, sobretudo, com base nas contribuições de Brenes Peña (2011), Blas Arroyo (2010; 2011),

Culpeper (1996; 2011), Fávero e Aquino (2002), Silva (2013) e Kaul de Marlangeon (2003; 2005; 2014), dentre outros:

- Proceder à desqualificação do adversário mediante o uso de recursos *linguísticos-interacionais e argumentativos* diversos.
- Promover a autopromoção em detrimento da imagem do outro
- Proceder à manipulação estratégica do *âmbito de referência do falante*, isto é, do *quadro participativo* de modo deliberado.
- Estabelecer um *duo consensual* por meio de aliança ou coalizão com o auditório em detrimento do oponente.
- Proceder ao emprego de um léxico marcadamente depreciativo e axiológico.
- Estabelecer afiliação exacerbada com o grupo.
- Estabelecer autonomia exacerbada em relação ao grupo.
- Proceder ao uso da estratégia de personalização de modo deliberado.

6.1.3. Considerações acerca da análise do *corpus*

Neste estudo, consideramos investigar de que modo o comportamento verbal agressivo pode cumprir finalidades de persuasão, na medida em que se rechaçam as teses e a imagem do adversário com vistas a conquistar a confiança de um terceiro participante, ao qual se busca representar, estabelecendo relações de identificação. Trata-se do eleitor em potencial, que constitui o auditório para o qual ambos os debatedores se voltam, por meio de um emprego agressivo do trabalho de face que, no entanto, cumpre uma finalidade: convencer um entidade que não participa fisicamente da interlocução, mas da qual depende o estatuto de vencedor ou de vencido. Nessa direção, levando-se em consideração que, no pleito eleitoral, instaura-se um tipo de argumentação específica (Fávero e Aquino; Blas Arroyo; 2011), procedemos a uma análise das diferentes estratégias descorteses, bem como dos recursos interacionais, linguístico e retórico-argumentativos por meio dos quais ditas estratégias se concretizam no discurso político, isto é, se materializam nas diferentes intervenções (turnos) dos candidatos no discurso político eleitoral. Levamos em consideração, desse modo, tanto os “recursos languageiros” (Amossy, 2018), quanto retórico-argumentativos, que contribuem para a realização de uma dada estratégia descortês no discurso (Blas Arroyo, 2011).

Outro aspecto a ser ressaltado consiste no fato de procedermos a uma análise individual de cada bloco, assim como das estratégias descorteses e recursos distintos, utilizados em sua

realização, de forma linear, isto é, à medida que aparecem nas intervenções (turnos) de ambos os candidatos. Consideramos, neste estudo, que a ordem sequencial das estratégias é significativa, em se tratando da observação de seu papel no gerenciamento das imagens e do conflito, assim como de sua ocorrência, no que tange ao turno de cada candidato – há estratégias mais ou menos empregadas pelos interactantes. Nessa direção, é provável que possamos delinear questões concernentes a padrões discursivos na fala de cada debatedor, bem como aspectos referentes à intensificação da descortesia ao longo do debate eleitoral, que se incrementa em virtude dos tipos de atos descorteses observados e de sua recorrência no turno de cada candidato em seções distintas do pleito eleitoral.

Além disso, cumpre observar que, dentre os recursos de natureza retórica observados (Amossy, 2018; Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]; Blas Arroyo; 2011), importa-nos verificar em que contexto atuam: para intensificar ou realizar um ato de ameaça, veiculando estratégias descorteses; na tentativa de obter-se adesão do auditório; como estratégia de autopromoção da imagem; ou em casos de defesa, isto é, como mecanismos estratégicos destinados a salvaguardar a imagem do locutor no discurso.

6.2 Análise do primeiro bloco do debate

O debate começa com as considerações iniciais dos candidatos, no que diz respeito às suas propostas políticas e aos respectivos planos de governo, caso assumam a presidência. Após os comentários iniciais do mediador do debate – o qual propõe que cada debatedor se apresente, bem como seu plano de governo – observa-se, no longo turno de Aécio Neves, o primeiro a falar, a introdução dos tópicos economia, inflação e dados relacionados à gestão de Dilma Rousseff, assim como acusações diretas de que o governo petista fracassara:

(Exemplo 1)

Pergunta de Aécio Neves- boa tarde...a você Nascimento... agradeço ao SBT por essa oportunidade...cumprimento a candidata e me dirijo aos telespectadores pra dizer... em primeiro lugar que sou candidato à presidência da república para encerrar um ciclo de governo que fracassou...fracassou na condução da economia...que vai nos deixar como legado...uma inflação saída de controle...crescimento baixo e uma perda crescente da credibilidade do país...o que impacta fortemente nos investimentos e claro na geração de empregos...sou candidato à presidência da república porque o governo fracassou na gestão do estado nacional porque o Brasil se transformou num grande cemitério de obras inacabadas com sobrepreços e com denúncias a todo momento de irregularidades na sua condução... eu quero ser candidato a presidência da república porque os indicadores sociais...pioraram nesses últimos anos...a saúde piorou...a educação piorou...e a criminalidade aumentou

eu quero ser candidato eu sou candidato e quero ser presidente da república porque construí... ao longo dos últimos anos projeto pro Brasil...um projeto que não é de um partido político...um projeto generoso...um projeto de união de integração nacional... um projeto que vai combater a inflação com extrema firmeza e determinação que vai resgatar a confiança para que os investimentos voltem a gerar emprego no Brasil...que vai cuida eh:: da educação do seu filho... eu quero ser presidente...para conduzir pessoalmente uma política nacional de segurança pública...o ciclo de governo que aí que...que aí...está não tem mais...condições...de governar o Brasil (linhas 18 a 36 - *grifos nossos*)

Nesse turno, observa-se, que Aécio Neves efetua a fuga do tópico proposto pelo mediador do debate, que consistiria, sobretudo, na apresentação de planos de governo, procedendo à exposição exaustiva dos “fracassos” relacionados ao governo que, segundo o candidato, perfizeram, sobremaneira, a gestão de sua oponente. Para isso, verifica-se que Aécio Neves faz uso de escolhas lexicais deveras incisivas, as quais remetem a aspectos negativos do governo atual, fato que consideramos colaborar para a intensificação da descortesia, em termos de agressividade. Vocábulos referentes ao tópico “economia”, tais como: inflação, crescimento econômico baixo, desemprego em função da perda de credibilidade, além de sobrepreços, remetem ao campo semântico econômico com o propósito de trazer à luz os problemas da gestão vigente, no caso, o de sua adversária política.

Nessa direção, pode-se afirmar que a reiteração de itens lexicais – do mesmo campo semântico– atua de modo estratégico, com o propósito de relacionar a imagem e o governo de Dilma Rousseff a fatos e eventos negativos (Blas Arroyo, 2011). Trata-se de uma tentativa de Aécio de erigir o *ethos* de um político competente²³⁷, credível, com boas referências e repertório especializado, o qual entende de gestão e de questões atreladas à economia. A esse respeito, vale lembrar que, no discurso político, são utilizados, pelos debatedores, o emprego de “tecnicismos” (Blas Arroyo, 2011), ou seja, de um tipo de linguagem própria a uma esfera de atividade, isto é, a uma determinada comunidade discursiva (Kaul de Marlangeon, 2014).

Acerca das escolhas lexicais, realizadas de forma estratégica no embate político eleitoral, Aquino (2003) faz as seguintes considerações:

Pode-se, enfim, salientar que a observação do funcionamento do léxico terminológico de uma área do conhecimento específico (no caso, voltado às Ciências Econômicas) em contextos discursivos permite compreender a produção de significados outros que não o relacionado ao campo conceitual da área em que se insere essa linguagem especializada (AQUINO, 2003, p. 210).

²³⁷ A esse respeito, Charaudeau (2016) ressalta que: “Desse modo, os candidatos usam estratégias de persuasão e de sedução para dotarem-se de imagens de “caráter”, de “potência”, de “humanidade”, de “inteligência”, resumindo, de “chefe”, segundo sua personalidade” (CHARAUDEAU, 2016, p.74).

FTAs, atos ameaçadores, (Brown e Levinson, 1987[1978]) destinados a aspectos de sua autoimagem profissional ou do papel social desempenhado²³⁸ em um complexo trabalho de atividade de imagem (Fuentes Rodriguez, 2013), que consiste na apresentação do político competente e bem informado. Importa salientar que essas acusações evidenciam que a credibilidade de Dilma Rousseff é questionada, assim como seu *ethos* de competência, na medida em que Aécio Neves procede à problematização acerca da capacidade da presidenciável de gerir o Brasil ao longo de seu mandato.

Em seguida, após Aécio arrolar todos os motivos pelos quais quer ser presidente – reiterando, diversas vezes, seu desejo mediante a construção: “eu quero ser presidente”, pode-se observar o emprego de uma figura de presença que consiste na repetição (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), cuja função é manter presente uma determinada ideia no imaginário do auditório

Essas acusações evidenciam que Aécio Neves questiona não só a idoneidade da gestão de Dilma Rousseff, na medida em que traz à tona o fracasso do governo vigente, no caso, o do PT “um ciclo de governo que fracassou”, mas também a própria honestidade da presidenciável, que é colocada em xeque, conforme evidencia o excerto do turno do candidato (exemplo 1) “o Brasil se transformou num grande cemitério de obras inacabadas com sobrepreços e com denúncias a todo momento de irregularidades na sua condução...”.

No entanto, no excerto apresentado, nota-se que Aécio Neves emprega um tipo de atenuador estratégico, de valor autocêntrico (BRIZ, 2013), no caso, o vocábulo “irregularidades”, que aparece no turno do candidato em lugar de uma expressão mais agressiva. Com efeito, o uso do atenuador indica a real intenção do locutor: a de proteger sua autoimagem pública mediante o emprego de uma falsa cortesia (*mock politeness*) (Culpeper, 1996; 2011), veiculada por um procedimento de atenuação sem fins altruístas (BRIZ, 2013), já que, posteriormente, o orador procede à apresentação de uma série de ataques *ad hominem* destinados à candidata, os quais residem no questionamento de sua honestidade (Silva, 2013).

Em seguida, observa-se, novamente, o emprego da figura de repetição – uma estratégia argumentativa – com a qual Aécio Neves enfatiza os resultados negativos do governo de Dilma Rousseff, conforme aponta outro excerto do turno do presidenciável:

²³⁸ Spencer- Oatey (2008), Culpeper (2011) e Fuentes Rodriguez (2013) chamam a atenção para esse aspecto da imagem. Trata-se de uma “imagem de rol”, de um papel social desempenhado, que subjaz à noção de imagem ou face para os autores.

“a saúde piorou...a educação piorou...” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]). Importa assinalar que essas repetições antecedem a apresentação de uma possível solução para os problemas econômicos e sociais decorrentes da má gestão da oponente, conforme salienta Aécio Neves: “a instauração de um projeto para o Brasil”, em mais uma clara tentativa do presidenciável de associar a imagem de Dilma Rousseff a fatos negativos (Blas Arroyo, 2011).

Trata-se, de acordo com o candidato, de um projeto novo, que é seu – não de um partido político tão somente, aludindo ao governo do PT (um ciclo de governo que fracassou). Nesse momento, nota-se, novamente, o uso de uma estratégia de autopromoção da imagem pública em detrimento do outro, por meio da apresentação de uma imagem forte de autonomia do candidato em relação ao seu grupo, isto é, em relação ao agrupamento político de que faz parte (Bravo, 2005), na medida em que o locutor busca apresentar contornos próprios, fato evidenciado pelo uso recorrente de pronomes de primeira pessoa: “eu quero ser presidente”.

A reafirmação de sua individualidade de forma categórica, na medida em que o candidato procede à ênfase do teor pessoal da condução dos fatos políticos, caso seja eleito, evidencia um discurso marcado pelo fenômeno da pessoalização ou personalização, conforme afirmam Blas Arroyo (2011), Bolívar (2013) e Marques (2017), técnica ou fenômeno linguístico- discursivo²³⁹ que, segundo os autores, colabora para enfatizar a imagem individual do orador diante do auditório na tentativa de sua adesão. O fato de mostrar-se desse modo no discurso evidencia o uso de uma estratégia de autoimagem que visa a assegurar, mais uma vez, o *ethos* de competência, ou seja, do *ethos* de um candidato firme, determinado, cujo propósito é o de promover a “integração do país” (Amossy, 2018; Marques, 2017). Trata-se de apresentar a imagem do candidato que irá conduzir “pessoalmente” uma nova política nacional.

Outro aspecto a ser destacado reside no fato de Aécio Neves evocar um conjunto de crenças e valores com as quais supõe que seu auditório concorda, isto é, um tipo de conhecimento compartilhado e repertoriado por um dado grupo, a saber, uma *doxa* que supõe ser aceita por seu eleitor (Amossy, 2018), apresentando, assim, um discurso calcado na concepção de que, após a gestão do partido de sua oponente, o Brasil tornou-se um país dividido, isto é, polarizado, em se tratando, sobretudo, de concepções político-ideológicas. Em outras palavras, verifica-se que, ao ressaltar que seu projeto não é o de

²³⁹ Para Blas Arroyo (2011), o personalismo consiste em uma técnica utilizada pelos políticos em seu discurso, ao passo que Bolívar (2013) considera o personalismo um fenômeno que permeia o discurso político da era de Hugo Chaves.

um partido somente, mas para toda uma nação, Aécio Neves fomenta, em seu auditório, a ideia da necessidade de integração de um país que, devido à gestão do Partido dos Trabalhadores e, em função de suas propostas e concepções de como governar, falhou.

Trata-se do governo que, segundo o candidato, fracassou ao gerir a nação “o ciclo de governo que aí que...que aí...está não tem mais...condições...de governar o Brasil...”. Nesse excerto do turno de Aécio Neves (exemplo 1), verifica-se, ademais, o emprego de um argumento pragmático (Perelman e Olbrechts- Tyteca, 2005[1958]), por meio do qual se procede à avaliação das consequências de um fato para que se possam estabelecer projeções futuras em função de seus efeitos. Nessa construção argumentativa, verificam-se as seguintes proposições: o PT não foi capaz de governar o Brasil por um longo ciclo e, por essa razão, não terá condições de seguir governando.

Por outro lado, na tentativa de estabelecer como verossímil o fato de que o governo de sua oponente é incapaz, verifica-se que o candidato busca construir uma autoimagem credível, justamente em virtude da exposição negativa do governo de sua adversária. Assim, valoriza-se a própria imagem rechaçando-se a imagem do outro. Trata-se de mais um ato de autopromoção da imagem em detrimento da imagem alheia, veiculada pelo emprego do argumento pragmático.

No final do turno de abertura de Aécio Neves (exemplo 1), verifica-se, ainda, o apelo ao *pathos* (Amossy, 2018), em uma tentativa do candidato de aproximar-se de seu eleitor, por meio da confiança: “com extrema firmeza e determinação que vai resgatar a confiança para que os investimentos voltem a gerar emprego no Brasil...que vai cuidar eh:: da educação do seu filho...”. Ao dirigir-se ao auditório, interpelando-o, o qual, nesse momento, passa a ocupar um papel interlocutório de destaque, o de destinatário direto (Kerbrat-Orecchioni, 2006), observa-se que o candidato Aécio Neves visa a assegurar maior aproximação com o eleitor, promovendo uma imagem colaborativa com seu público-alvo, por meio da qual o presidenciável busca obter maior adesão. Trata-se do emprego de uma estratégia que intenta promover proximidade e afiliação com o auditório mediante o estabelecimento de uma aliança ou coalizão, conforme assinalam Blas Arroyo (2011) e Fávero e Aquino (2002).

Importa observar que a forma de tratamento “seu filho”, de que Aécio Neves faz uso, consiste em um índice de alocução (Amossy, 2018), utilizado pelo candidato na busca de estabelecer maior aproximação com seu auditório, ou seja, seu eleitor em potencial. Verifica-se, pois, a tentativa de estabelecer, pelo candidato, um *duo consensual*

com o auditório, por meio da manipulação estratégica dos papéis interlocutórios²⁴⁰ do tipo de interação em análise, o debate eleitoral (Fávero e Aquino, 2002).

Outro aspecto a ser mencionado, referente ao turno de Aécio Neves, reside no fato de que o presidenciável representaria, conforme aponta seu discurso, a esperança de que o Brasil voltará a crescer. É ele quem vai cuidar da educação dos filhos de seus eleitores. É Aécio Neves quem vai promover a integração do Brasil e resgatá-lo de uma gestão “fracassada”, a qual conduziu o país a uma economia também “fracassada”. Em outras palavras, segundo o candidato, é ele quem vai conduzir a nação “pessoalmente”. Nesse caso, consideramos que Aécio Neves intenta promover a adesão do auditório mediante a apresentação do *ethos* de “salvador”: “eu quero ser presidente...para conduzir pessoalmente uma política nacional de segurança pública...o ciclo de governo que aí que...que aí...está não tem mais...condições...de governar o Brasil...” (exemplo 1). Além disso, pode-se afirmar que esse recurso se configura em um fato discursivo denominado por Charadeau (2016) como “dramatização ou encenação do drama político”²⁴¹, estratégia por meio da qual o orador busca garantir a adesão do auditório, apresentando-se como “uma possível solução salvadora, que pode encarnar-se na figura de um salvador que proporá reparar a situação de desordem” (CHARAUDEAU, 2016, p. 91).

O debate prossegue com a atribuição do próximo turno de fala, pelo mediador, à candidata e atual presidente Dilma Rousseff:

(Exemplo 2)

Réplica de Dilma Rousseff: boa noite Carlos Nascimento...boa noite candidato...boa noite a todos vocês que nos acompanham...eu...agradeço...essa oportunidade ao SBT pra mim poder apresentar as minhas propostas...eu...sou...defensora de um modelo diferente para o Brasil do que governou antes...até...dois mil e doze...um Brasil que emprega ao contrário de um Brasil que desemprega...um Brasil que cria oportunidades iguais para todos contra um Brasil da exclusão e um Brasil da desigualdade...um Brasil...que vai governar pra todos...contra um Brasil que não foi governado pra todos...eu faço parte de um projeto... que resgatou...trinta e seis milhões de brasileiros da pobreza...tirou-os do mapa da fome e elevou quarenta e dois milhões as classes médias...faço parte de um projeto...que quer eh:... construir as bases para um Brasil moderno mais inclusivo mais produtivo e e mais competitivo...onde a educação estará no centro de tudo...faço parte de um projeto que não vê...a não

²⁴⁰ Fávero e Aquino (2002) consideram que o debate eleitoral se configura em um tipo de interação na qual os papéis ocupados pelos interlocutores são flutuantes, isto é, podem mudar à medida que a interação transcorre. No debate eleitoral analisado, consideramos que a oscilação nos papéis interlocutórios pode assumir valor estratégico e ter repercussões em termos de imagem.

²⁴¹ Acerca desse fato, Charadeau (2016) assinala haver, no discurso político, uma espécie de encenação, constituída da seguinte maneira: “A cena política já foi comparada a um palco de teatro no qual se representam dramas e mesmo tragédias [...] Realmente pode-se ver que a ação política se desenrola segundo as três fases clássicas do drama: a) uma situação de crise que se caracteriza, aqui, pela existência de uma desordem social de que os cidadãos (ou uma parte da coletividade) são vítimas; b) uma fonte do mal, razão de ser dessa desordem, que pode encarnar-se numa pessoa, que deve ser achada e denunciada; c) uma possível solução salvadora, que pode encarnar-se na figura de um salvador que proporá reparar a situação de desordem (CHARAUDEAU, 2016, p. 90-91).

ser na justiça social...as condições para a união nacional...um projeto...que quer levar avante...segurança saúde transporte de qualidade...eu peço o voto de vocês...e peço que vocês nos acompanhem para entender as nossas propostas...(linhas 37 a 51 – *grifos nossos*)

No turno de Dilma Rousseff observam-se, primeiramente, o emprego de atos valorizadores da imagem (FFAs), isto é, estratégias de cortesia produtiva (Kerbrat-Orecchioni, 2006) destinadas, sobretudo, às imagens do mediador e do auditório. Embora Dilma assegure, num primeiro momento, que seu propósito é o de seguir as regras instauradas pelo programa, no trecho: “essa oportunidade ao SBT pra mim poder apresentar as minhas propostas...”, o que se observa, de fato, é o uso de uma série de estratégias descorteses cujo propósito é o de apresentar a contraposição, sobretudo, em termos ideológicos – das práticas do grupo de que a candidata faz parte em relação à facção de seu oponente.

Observa-se, assim, uma contraposição ideológica que se estabelece entre Dilma e seu adversário – bem como entre suas facções políticas – que permeia todo o seu turno, configurando-se em um claro exemplo de descortesia bilateral (Kaul de Marlangeon, 2014). Importa assinalar que se trata da apresentação de duas formas distintas de governar – que remetem às noções de igualdade e de desigualdade, de justiça e de injustiça –, aludindo, assim, à concepção do bem e do mal²⁴², num discurso marcadamente axiológico.

Para isso, empregam-se diversas estratégias descorteses que, no discurso da candidata à reeleição, são realizadas a partir de recursos ou mecanismos de natureza interacional, linguística e retórica (Blas Arroyo, 2011). Esses mecanismos, que operam na forma de ataques, em sua maioria, perfazem o tópico da Dilma e estão voltados de modo a apoiar um determinado grupo: o dos que lutam por um Brasil justo, seu endogrupo (Fuentes Rodriguez, 2013).

Ao aderir a um determinado grupo, com o qual Dilma compartilha os mesmos valores e crenças, observa-se que a locutora ataca, em contrapartida, os valores e crenças às quais se opõe: a do grupo adversário. Trata-se de um ato de descortesia por afiliação exacerbada (Kaul de Marlangeon, 2005), na medida em que Dilma busca rechaçar a autoimagem alheia – a de seu oponente, Aécio Neves – na tentativa de defender e

²⁴² Charaudeau (2016) assinala haver três fases na “dramatização política”, dentre as quais está: “[...]c) uma possível solução salvadora, que pode encarnar-se na figura de um salvador que proporá reparar a situação de desordem (CHARAUDEAU, 2016, p. 90-91)”. Observa-se que, assim como seu oponente, Dilma apresenta-se como a solução para os problemas do país.

fomentar as ideias e concepções preconizadas pelo grupo ao qual pertence. Verifica-se que a candidata objetiva, pois, valorizar a imagem de seu agrupamento político, seu endogrupo (Fuentes Rodrigues, 2013), mediante o elogio do modo de governar de seu partido. Nota-se, assim, o emprego da descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005). Observe-se o excerto do turno da candidata (exemplo 2): “Dilma Rousseff: eu...sou...defensora de um modelo diferente para o Brasil do que governou antes...até...2012...”

Outro aspecto a ser destacado do turno analisado diz respeito ao emprego de uma figura de presença, no caso, a repetição (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]) da forma “Um Brasil”. Trata-se de um recurso mediante o qual a presidenciável visa a tornar uma ideia presente na memória de seu auditório que, no caso, consiste na oposição entre dois Brasis, isto é, de duas formas distintas de governar.

Cumpre assinalar que, ao reiterar a forma “Um Brasil” (no exemplo 2), com vistas a opor duas concepções diferentes em termos de gestão, a candidata procede à realização de duas estratégias, de modo concomitante: a descortesia destinada a autoimagem de Aécio Neves e à de seus partidários, assim como à cortesia positiva destinada ao seu próprio grupo, ou seja, àqueles que, assim como a presidente, buscam um país de igualdade. Assim, acerca da repetição da fórmula “Um Brasil...” no turno sob análise, pode-se afirmar que essa expressão não só opera como uma estratégia de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005), por meio da afiliação exacerbada ao modelo político-econômico que Dilma Rousseff defende, mas também se afigura como um mecanismo de cortesia valorizadora (Kerbrat-Orecchioni, 2006), destinada ao grupo do qual a candidata é membro.

Trata-se, como mencionamos, de duas estratégias distintas, uma cortês e valorizadora e outra descortês, veiculadas, entretanto, pelo mesmo recurso linguístico-discursivo, fato discursivo assinalado por Kaul de Marlangeon (2014), ao considerar que um mesmo elemento linguístico pode veicular tantos atos corteses como descorteses, de modo concomitante, a depender do contexto.

Outro aspecto a ser considerado acerca do turno de Dilma Rousseff diz respeito à reiteração de itens lexicais relacionados ao campo semântico do “bem-estar social”, os quais remetem à concepção político-ideológica que sustenta a proposta do governo promovido por Dilma Rousseff. Conforme salienta a candidata, sua gestão está voltada para as camadas populares, fato que desvela a finalidade do emprego do léxico adotado: a de persuadir o auditório por meio de uma estratégia que reside em fazer uso de um

campo lexical específico promovendo efeitos descorteses. Vejamos um excerto do exemplo 2:

Dilma Rousseff: um Brasil que emprega ao contrário de um Brasil que desemprega...um Brasil que cria oportunidades iguais para todos contra um Brasil da exclusão e um Brasil da desigualdade...um Brasil...que vai governar pra todos...contra um Brasil que não foi governado pra todos... (*grifos nossos*)

O fato de Dilma Rousseff estabelecer comparação entre dois Brasis indica, ademais, o emprego de um outro recurso argumentativo: um argumento de comparação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), o qual cumpre a função de realizar uma estratégia de descortesia, materializando-a no discurso, por meio da qual a presidenciável estabelece contrastes desvantajosos (Silva, 2013) entre sua forma de governar e a de seu oponente.

É importante frisar, ainda, a apresentação de uma concepção que perpassa boa parte das proposições de Dilma, cujos efeitos contribuem para o aprofundamento do dissenso na interação: a ideia de dois “Brasis” – o da igualdade e o da injustiça – a qual reverbera no discurso de ambos os candidatos por meio de diversas construções linguístico-discursivas. No trecho em que Dilma Rousseff à reeleição faz menção a uma possível unificação do país, reiterando, sobremaneira, a existência das contradições sociais, que serão sanadas caso seja reeleita, observa-se um aprofundamento das relações de antagonismo e dicotomia na interação, conforme se observa no turno da candidata à reeleição (exemplo 2): “um projeto que não vê...a não ser na justiça social...as condições para a união nacional...” (*grifos nossos*).

Assim, logo no início do debate, conforme evidenciam os exemplos 1 e 2, pode-se observar uma crescente polarização – intrínseca ao gênero interlocutório sob análise – (Blas Arroyo, 2011), a qual permeia o discurso de Dilma Rousseff e colabora para aprofundar o dissenso na interação. O apelo a essas questões sociais pontuada por Dilma indica, além disso, que a candidata à reeleição recorre ao uso de um recurso retórico: trata-se do apelo ao *tropos* da igualdade e da justiça (Amossy, 2018).

Nesse excerto, verifica-se, ademais, o apelo ao *pathos* (Amossy, 2018) efetuado por Dilma Rousseff, na medida em que se observam itens lexicais que remetem à esfera do bem-estar social, da inclusão, do fim da pobreza e da fome. O apelo ao receio do auditório do possível regresso a uma situação de pobreza e de fome, caso a candidata presidenciável não seja reeleita, é utilizado pela candidata para construir uma imagem afiliativa forte com os eleitores que consideram a fome e a pobreza questões prementes em uma boa gestão (Bravo, 2005). Assim, pode-se afirmar que Dilma Rousseff faz um

apelo ao *pathos* de seu auditório (Amossy, 2018), assim como à *doxa* que supõe ser compartilhada por parte de seus eleitores – no caso, um conhecimento compartilhado e repertoriado de que a fome e a pobreza devem ser combatidos por um futuro presidente (Amossy, 2018).

De fato, trata-se de apresentar não somente as propostas de um governo cuja gestão está voltada, segundo a locutora, para questões sociais, mas sim da tentativa de erigir, por meio das escolhas lexicais de modo deliberado, o *ethos* (Amossy, 2018) de um político solidário, ou seja, de alguém justo, procedendo à construção de uma imagem afiliativa com o grupo determinado: o auditório:

[...]propostas...eu...sou...defensora de um modelo diferente para o Brasil do que governou antes...até...2012...um Brasil que emprega ao contrário de um Brasil que desemprega...um Brasil que cria oportunidades iguais para todos contra um Brasil da exclusão e um Brasil da desigualdade...um Brasil...que vai governar pra todos...contra um Brasil que não foi governado pra todos...eu faço parte de um projeto... que resgatou...trinta e seis milhões de brasileiros da pobreza...tirou-os do mapa da fome (trecho do exemplo 2)

Outro aspecto do turno que cumpre assinalar refere-se ao apelo a números, que indica que a candidata recorre ao lugar da quantidade, segundo o qual algo é avaliado como positivo em virtude de se mostrar superior em termos numéricos: Dilma resgatou 36 milhões da pobreza e da fome (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]; Amossy, 2018)

Outro fato que deve ser destacado consiste na forma de interpelação do auditório. Ao referir-se ao auditório por meio da forma pessoal “vocês”, como se observa no trecho: “eu peço o voto de vocês...e peço que vocês nos acompanhem”, verifica-se que Dilma Rousseff faz uso de um índice de alocação (Amossy, 2018) com o qual se estabelece aproximação com o eleitor – que constitui seu auditório. Nessa direção, a forma “vocês” evidencia a tentativa de estabelecer relações afiliativas com o auditório, uma vez que essa forma de tratamento indica certa coloquialidade (Blas Arroyo, 2011), produzindo, assim, efeitos de aproximação e menor distanciamento com o público. Trata-se de um linguajar estratégico no que tange ao discurso político (Blas Arroyo, 2011).

Observa-se, por fim, a tentativa clara de marcar aproximação e comprometimento da locutora em relação às proposições apresentadas ao auditório – evidenciado pelo uso do pronome empregado em primeira pessoa – que reforça sua crença nas ideias e concepções político-ideológicas que expõe ao eleitor, conforme indica o excerto: “Eu sou defensora de um modelo diferente [...] “Eu faço parte de um projeto [...]”.

Vale ressaltar que o uso do pronome em primeira pessoa evidencia a utilização de uma estratégia de autonomia, por meio da qual Dilma assume contornos próprios, denotando uma imagem singular, configurando-se em um ato de personalização (Blas Arroyo, 2011; Bolívar, 2013; Marques, 2017), pelo qual a presidenciável enfatiza o *ethos* de político forte, independente, que age e defende seu projeto e suas posições político-ideológicas a qualquer custo.

O debate prossegue com o turno do mediador que faz algumas considerações acerca de como se organizarão os turnos: os candidatos terão a autonomia de elaborar perguntas destinadas ao seu adversário, devendo responder às questões apresentadas pelo candidato oponente. Nesse momento, observa-se que os candidatos têm liberdade para escolherem os tópicos que serão abordados, por meio dos quais se procede mais ao ataque que à apresentação de planos de governo propriamente.

(Exemplo 3)

Mediador: muito obrigada...damos início então agora às perguntas entre os candidatos com *temas livres*...suprimido ((confuso)) a fazer perguntas é o candidato Aécio Neves...candidato...o senhor tem 1 minuto pra fazer sua pergunta... (linhas 52-54, *grifos nossos*)

Em seguida, o turno é atribuído a Aécio Neves, que procede à formulação de uma pergunta destinada à oponente:

(Exemplo 4)

Aécio Neves: candidata...pelo visto...a senhora quer fazer agora nos próximos quatro anos tudo aquilo que não fez nos últimos quatro anos... a senhora será...a primeira candidata da república a deixar o governo com uma inflação maior do que aquela que recebeu... mas novamente volto a falar da Petrobrás...porque já virou quase uma rotina nos nossos debates...a cada debate...uma nova denúncia...e a denúncia de hoje nos jornais diz respeito à Coperge no Rio de Janeiro...segundo o Tribunal de Contas da União...foram encontradas irregularidades no valor de dezoito bilhões de reais ((pausadamente)) não bastou Passademo ((incompreendido)) com o prejuízo de cerca de dozmilhões de reais aos brasileiros...não bastou Brasil e Lima alçada em quatro milhões...já se gastou mais de trinta e há denúncia de super faturamento para pagar propina à sua base aliada...agora...a senhora sempre diz que não sabe de nada e não tem a menor responsabilidade sobre isso...eu pergunto à senhora candidata...de quem é a responsabilidade depor tantos desvios de dinheiro público na Petrobrás...(linhas 55 a 67, *grifos nossos*)

Logo no início do turno, verifica-se que Aécio Neves ironiza o fato de Dilma Rousseff querer fazer nos próximos quatro anos o que não efetuou nos anos em que ocupou a presidência. Trata-se de um ataque à autoimagem pública da candidata que se dá por meio de uma estratégia de desqualificação, na medida em que Aécio Neves acusa sua oponente de incompetência e de incongruência (Silva, 2013) por desejar realizar, posteriormente, o que não havia feito quando teve, de fato, a oportunidade.

Em seguida, verifica-se que Aécio Neves associa a imagem de Dilma Rousseff a fatos negativos (Silva, 2013), utilizando o superlativo para potencializar seu ataque, aprofundando-o (exemplo 4): “Aécio Neves: a senhora será...a primeira candidata da república a deixar o governo com uma inflação maior do que aquela que recebeu...”. Nesse caso, nota-se que o apelo ao lugar da quantidade, preenchido pela seguinte informação: a de que a inflação é maior com Dilma (Amossy, 2018). Não obstante, o maior, isto é, a quantidade significativa referente a uma maior quantidade, no que se refere à inflação, apresenta efeitos negativos, produzindo, assim, resultados descorteses para a imagem da debatedora.

Outro aspecto acerca a ser mencionado reside no fato de o candidato buscar rechaçar a autoimagem pública de sua adversária por meio do uso de um argumento pragmático – que consiste em avaliar um ato futuro consoante as consequências de algo que supostamente ocorreu – a fim de deslegitimar a autoimagem pública de Dilma Rousseff perante o auditório, ao questionar a credibilidade de sua oponente, deixando implícito que, se a presidenciável não fizera nada em quatro anos de gestão, possivelmente não fará, não sendo digna de confiança.

De acordo com a Nova Retórica, pode-se depreender determinados atos, prevendo-os, consoante o que se sabe a respeito de uma pessoa: “Um ato é, mais do que um indício, um elemento que permite construir e reconstruir nossa imagem de pessoa, classificar esta em categorias às quais se aplicam certas qualificações [...]” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958], p.338). Nessa direção, pode-se afirmar que Aécio Neves faz uso desse argumento ao mencionar que Dilma não fez nada ao longo de quatro anos de sua gestão, além de acusá-la de ser conivente e responsável pelos casos de corrupção de seus correligionários, atacando sua autoimagem pública, deslegitimando-a.

Mais adiante, verificam-se acusações referentes à Petrobrás, respaldadas pelo uso de argumentos de autoridade ou *ad vercundian* (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005 [1958]) – já que Aécio Neves faz referência a instituições idôneas, no caso, o Tribunal de Contas da União e às denúncias dos jornais, com o propósito de alicerçar seus atos de descortesia.

O apelo a terceiros – como o Tribunal de Contas, os jornais ou o apelo a dados numéricos – cumpre a finalidade de respaldar as estratégias de desqualificação da autoimagem pública de Dilma Rousseff, por meio das quais o candidato busca atribuir à adversária a imagem de corrupção e desonestidade. Trata-se de uma tentativa de Aécio Neves de atacar a oponente e, concomitantemente, de salvaguardar a sua própria imagem

diante de possíveis sanções, fundamentando suas acusações com argumentos de prestígio (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]). Observa-se, nesse caso, que a atribuição da responsabilidade pelas acusações a outrem constitui, por sua vez, em um ato descortês de impessoalização da crítica, na medida em que o candidato faz uso de um mecanismo de distanciamento em relação à sua proposição, no que se refere às acusações engendradas por seu discurso (exemplo 4):

Aécio Neves: e a denúncia de hoje nos jornais diz respeito à Coperge no Rio de Janeiro...Segundo o Tribunal de Contas da União...foram encontradas irregularidades no valor de dezoito bilhões de reais ((pausadamente)) (*grifos nossos*)

Ao término de seu turno, observa-se que Aécio Neves efetua mais um ataque à candidata adversária, mediante o questionamento dos possíveis responsáveis pelo desvio de dinheiro público. Nesse momento, observa-se o uso de uma pergunta cuja resposta de Dilma, negativa ou positiva, causaria, de qualquer forma, danos potenciais à sua autoimagem e à de seu governo, no caso, uma pergunta retórica. Trata-se da formulação de um paralogismo (Amossy, 2018), uma questão complexa, a partir da qual o locutor expõe uma proposição, presente em formas interrogativas desse tipo. No caso, verifica-se que a proposição de que os correligionários de Dilma Rousseff desviaram dinheiro público, veiculada por esse tipo de formulação interrogativa, cumpre a função de concretizar um ato de desqualificação da imagem de grupo da candidata, mediante uma acusação (Bravo, 2005). Assim, a formulação da pergunta configura-se como um recurso retórico por meio do qual uma estratégia descortês é levada a cabo no discurso (Blas Arroyo, 2011) (exemplo 4):

Aécio Neves: agora...a senhora sempre diz que não sabe de nada e não tem a menor responsabilidade sobre isso...eu pergunto à senhora candidata...de quem é a responsabilidade por tantos desvios de dinheiro público na Petrobrás? (excerto do exemplo 4).

Observa-se, ademais, a tentativa, por parte do candidato, de vincular a imagem de Dilma Rousseff aos escândalos relacionados ao seu partido e governo, por meio de um tipo de raciocínio segundo o qual a parte apresenta relação com o todo e o todo se encontra concatenado às suas partes. Trata-se de um argumento cujo efeito de persuasão se dá devido à inclusão da parte com o todo²⁴³ (Perelman e Olbrechts- Tyteca, 2005[1958]), a

²⁴³ A relação de inclusão ocasiona dois grupos de argumentos que há interesse em distinguir: os que se limitam a demonstrar essa inclusão das partes num todo e os que demonstram a divisão do todo em suas partes e as relações entre as partes daí resultantes. Os argumentos quase-lógicos do primeiro grupo, que se limitam a confrontar o todo com uma de suas partes, não atribuem nenhuma qualidade particular nem a certas partes, nem ao conjunto: tratam-no como igual a cada uma de suas partes: analisam-se apenas as

fim de associar a imagem de Dilma Rousseff à de seus correligionários, enfatizando sua imagem de grupo com fins estratégicos e descorteses (Bravo, 2005).

Pode-se afirmar, além disso, que ao acusar o grupo do qual Dilma Rousseff faz parte, um exogrupo (Fuentes Rodriguez, 2013), Aécio Neves apresenta-se de modo refratário ao agrupamento político oponente, em um claro exemplo de descortesia de fustigação por autonomia ou refratariedade exacerbada (Kaul de Marlangeon, 2005).

O primeiro bloco do debate prossegue e o turno é, então, atribuído a Dilma Rousseff:

(Exemplo 5)

Dilma Rousseff: candidato...Aécio Neves...eu gostaria de dizer que em relação...a...tudo o que está acontecendo na Petrobrás...quem investigou...a Polícia Federal que foi levada a investigar e que ao contrário do passado ...não era dirigido...por...filiados...do PSDB...como foi o caso da Polícia Federal...no governo tucano...a Polícia Federal investigou e vai investigar...implacavelmente porque construir provas...passou pelo Ministério Público e agora...candidato...e justiça vai julgar...e isso significará que o Brasil...pela primeira vez...vai ter...de fato o combate sistemático à corrupção porque candidato...o:...debate passado eu lhe perguntei...onde estão os corruptos...onde estão os corruptos da reelei//da compra dos votos da reeleição...todos soltos...onde estão os corruptos do metrô...de São Paulo e...dos trens...todos soltos...onde estão os corruptos...do processo...SIVAN todos soltos onde estão os...os...corruptos da privataria tucana...aquela do aquela do limite...da responsabilidade...todos soltos...então quero dizer pro senhor eu...tenho um compromisso diferente...o meu compromisso é investigar e punir...aqueles governos que não investigam...não acham candidato assim como agora...quando a gente pergunta onde está...e qual foi a quantidade de recursos passados para...as três...rádios...e um jornal mineiro que...o senhor detém em Minas Gerais não há transparência...não há informação...esse candidato...é essa a diferença entre nós...eu investigo...eu investigo...e construo as provas para punir... (linhas 68-85, *grifos nossos*)

Nesse turno, observa-se que Dilma Rousseff passa a apresentar, como reação aos ataques de Aécio Neves (Culpeper, 1996;2011), veiculados pelo turno anterior, acusações ao partido de seu oponente, o qual, segundo a candidata, encontra-se envolvido com casos de corrupção. No entanto, segundo a Dilma, a diferença entre seu grupo – constituído pelo seu governo – e o do oponente, um exogrupo ao qual a debatedora se opõe, reside no fato de haver ou não investigação efetiva, no que concerne aos casos de desvio de dinheiro público. Observa-se, novamente, que Dilma Rousseff procede à afiliação exacerbada ao agrupamento político ao qual pertence para, ao mesmo tempo, proceder ao ataque ao grupo adversário, constituído pelo PSDB e por Aécio Neves no pleito eleitoral.

relações que permitem uma comparação quase-matemática entre o todo e suas partes. Isto possibilita apresentar argumentações fundamentadas no esquema “o que vale para o todo vale para a parte” [...] (PERELMAN e OLBRECHTS –TYTECA, 2005, [1958], p. 262).

Trata-se da descortesia de fustigação, pela qual a candidata ataca e, concomitantemente, defende-se das acusações de corrupção e de desvio de dinheiro público (Kaul de Marlangeon, 2005).

Vale assinalar o fato de que, ao acusar o grupo de seu rival, a candidata ressalta que é ao longo de sua gestão que a Polícia Federal passa a investigar, de modo efetivo, os casos de corrupção: “a Polícia Federal que foi levada a investigar e que ao contrário do passado *...não era dirigido...por... filiados...do PSDB...como foi o caso da Polícia Federal...no governo tucano...*” (trecho do exemplo 5).

Nota-se, assim, que Dilma Rousseff comete um ato de ameaça à uma instituição reconhecida pela sociedade, no caso, à Polícia Federal, na medida em que sinaliza sua desconfiança em relação à sua idoneidade, à época da gestão tucana. Outro aspecto a ser mencionado consiste no emprego de uma figura de presença (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958], que reside na repetição, significativa, da fórmula: onde estão os políticos corruptos?... todos soltos, reiterada pela candidata, com o propósito de atacar a imagem de grupo de Aécio Neves e tornar “presente”, na memória do auditório, uma determinada ideia, a saber, os casos de corrupção e de impunidade relacionados a Aécio Neves e seus correligionários.

Há que se ressaltar, ainda, que Dilma recorre ao emprego de perguntas retóricas, respondidas pela própria candidata estrategicamente: “onde estão os corruptos?...todos soltos”, fato que indica o uso de mais um recurso de natureza retórica empreendido para acusar seu adversário, na medida em que a presidenciável procede à concretização de uma estratégia de deslegitimação, por meio de um tipo de paralogismo, mais precisamente, de uma pergunta retórica sem intenções de obter informações que, em si, carrega uma proposição negativa acerca de seu oponente (Amossy, 2018). Desse modo, Dilma Rousseff intensifica a descortesia na interação por meio do emprego de recursos argumentativos que cumprem a finalidade de ameaçar a autoimagem pública de Aécio Neves e sua imagem de grupo, concretizando, assim, uma estratégia descortês no discurso (Blas Arroyo, 2011).

Dilma Rousseff assinala, ainda, que, no seu governo, a Polícia Federal, de fato, exerceu sua função, não sendo, pois, “dirigida” por membros de partidos políticos, como o PSDB. Por outro lado, na busca de promover sua autoimagem pública e, em contrapartida, na tentativa de acusar seu oponente, a candidata efetua atos de cortesia produtiva voltados para a valorização de sua imagem – FFAs – (Kerbrat-Orecchioni, 2006) ao responsabilizar-se, de modo efetivo, pelo processo de investigação, conforme

indica o excerto do exemplo 5: “*eu...tenho um compromisso diferente...o meu compromisso é investigar e punir...aqueles governos que não investigam...não acham candidato...*”. A esse respeito, cumpre assinalar que a presidenciável faz uso de uma estratégia de *personalização* (Blas Arroyo, 2011; Bolívar, 2013; Marques, 2017), na medida em que procede ao emprego de um pronome de primeira pessoa, no singular, para erigir, deliberadamente, uma imagem autônoma em relação ao grupo. Trata-se de uma tentativa de autovalorização, uma vez que, ao se aproximar de sua proposição, Dilma Rousseff assume a responsabilidade pelos atos – é a própria candidata quem investiga de modo efetivo, comprometendo-se. Esse fato sugere que Dilma intenta reforçar sua imagem de autonomia (Bravo, 2005).

Nesse sentido, pode-se afirmar que, na tentativa de atingir seu auditório, Dilma Rousseff procede à construção do *ethos* do político forte, competente, capaz de tomar decisões e ações prementes (Amossy, 2018). Vale ressaltar, ainda, que a debatedora recorre à *arethé* e à *phronesis*, na busca de traçar o *ethos* de uma candidata cujo discurso se inscreve na benevolência com o auditório (Amossy, 2018), na medida em que funda seus argumentos visando à construção de uma imagem à qual se atribuam valores que remetam à justiça social, haja vista o fato de que ressalta, sobremaneira, a maneira pela qual se faz justiça: por meio da investigação dos atos de corrupção de todos, de forma justa, conforme corrobora o trecho a seguir (exemplo 5): “Dilma Rousseff: é essa a diferença entre *nós...eu investigo...eu investigo...e construo as provas para punir...*” (*grifos nossos*).

Importa assinalar, no tocante ao turno de Dilma Rousseff, que o uso do pronome “*nós*” (inclusivo) pela interactante se afigura como uma estratégia de ataque à autoimagem pública de Aécio Neves e de seu grupo, nesse caso, o PSDB, embora a candidata inclua seu adversário na mesma esfera de referência pessoal. Segundo Dilma, não há, de modo efetivo, investigações nas gestões de seu oponente – já que tudo é “engavetado” – ao contrário da sua gestão.

O emprego do pronome inclusivo “*nós*”, nesse contexto, evidencia que Dilma estabelece aproximação com Aécio Neves, a fim de cotejar duas formas de agir diante dos fatos de corrupção. Trata-se de uma estratégia de descortesia que consiste em estabelecer comparações e contrastes desvantajosos com o oponente, com o intuito de colocar-lhe a imagem sob ameaça (Blas Arroyo, 2011).

Assim, verifica-se um ato de ameaça ao candidato e, de modo concomitante, de valorização da autoimagem da candidata, que produz efeitos de (des) cortesia mediante o

emprego dos pronomes “nós” e “eu”, conforme aponta o trecho do turno de Dilma (exemplo 5) “é essa a diferença entre *nós...eu* investigo” (*grifos nossos*).

Importa assinalar que o emprego do pronome em primeira pessoa, no trecho “*eu* investigo”, promove o fortalecimento e a valorização da autoimagem de Dilma Rousseff, sobretudo, no âmbito social e profissional, ou seja, sua imagem de papel desempenhado socialmente (Culpeper, 1996; Spencer-Oatey, 2008)²⁴⁴, indicando, além disso, que a candidata busca reforçar sua imagem de autonomia (Bravo, 2005), representada pelo uso do dêitico pessoal. Trata-se de uma estratégia descortês com a qual a candidata visa a promover sua autoimagem em detrimento da de seu oponente, recorrendo, para isso, à manipulação estratégica da *dêixis* pessoal.

O primeiro bloco do debate segue com o turno de réplica de Aécio Neves, permeado de ameaças à autoimagem de Dilma Rousseff:

(Exemplo 6)

Aécio Neves: candidata...eu acredito e confio nas nossas instituições...todos esses casos aos quais a senhora se refer...foram investigados...se as pessoas estão soltas é porque não foi...não foram/não foram ((gagueja)) condenadas...portanto...as provas não existiram...mas não vou olhar pro passado...vamos olhar pro presente e pro futuro eu digo à senhora onde estão os corruptos do seu partido...PRESOS ((ênfatisando) candidata...o presidente do SEU partido foi preso ((enumerando com os dedos)) o tesoureiro do SEU partido foi PREso o ministro mais importante do seu governo FO-I PRE-SO...mas eu quero que a senhora responda à minha pergunta de agora de quem é a responsabilidade sobre esses desvios de recursos da Petrobrás que não cessam nunca eu não estou repetindo as outras perguntas...eu estou falando candidata das denúncias de HOJE...de agora...não é possível que a senhora não se sinta responsável por isso...não existe candidata me perdoe...uma terceira alternativa só existem duas...ou a senhora foi conivente...ou a senhora foi incompetente...para cuidar da maior empresa pública brasileira... (linhas 86-98, *grifos nossos*)

Nesse turno, verifica-se, em um primeiro momento, que Aécio Neves efetua um ato de cortesia produtiva,²⁴⁵ destinada às instituições brasileiras, ao frisar que acredita e confia em nossas instituições que, segundo o candidato, investigaram e inocentaram seus correligionários. No entanto, trata-se de um ato de cortesia valorizadora que assume viés estratégico por cumprir, ademais, propósitos argumentativos: o de salvaguardar sua autoimagem e a de seu grupo, em detrimento da imagem de sua oponente. Pode-se inferir, em um nível discursivo, que Aécio Neves visa, com esse ato cortês, mais a defender sua imagem de grupo dos ataques presentes no turno anterior, efetivados por Dilma Rousseff, que, de fato, a elogiar as instituições de estado, conforme o presidencial salienta.

²⁴⁴ Os autores denominam esse aspecto da face como “imagem de rol” ou imagem de papel social assumido ou desempenhado.

²⁴⁵ Termo postulado por Catharine Kerbrat-Orecchioni (2006).

As instituições públicas que, conforme o candidato, aprovaram suas contas públicas, são, pois, confiáveis, de modo que sua gestão, por conseguinte, também se configura da mesma maneira. Por outro lado, ao discordar de Dilma – que coloca em xeque a integridade da Polícia Federal – nota-se que Aécio Neves ameaça a imagem da adversária. Cabe assinalar que, nesse contexto específico de interação, cujos atos de descortesia apresentam-se de modo ritualizado (Blas Arroyo, 2011), a cortesia configura-se, em muitos casos, como falsa (*mock politeness*) (Culpeper, 1996; 2011), ao passo que a atenuação se afigura, frequentemente, como um ato eminentemente estratégico, sem valor altruísta, nesses contextos interacionais (Briz, 2013).

Observa-se, ainda, que após elogiar a idoneidade das instituições brasileiras, o candidato procede ao emprego de um raciocínio entinêmico, do qual podem-se depreender premissas maiores e menores, elementos a partir dos quais é possível reconstruir um tipo de raciocínio entinêmico, orientados de modo a alicerçar uma conclusão, conforme assinala Amossy (2018).

Aécio Neves: todos esses casos aos quais a senhora se refer...foram investigados...se as pessoas estão soltas é porque não foi...não foram/não foram ((gagueja)) condenadas...portanto...as provas não existiram...

No excerto, pode-se observar, no que tange à organização do raciocínio entinêmico apresentado por Aécio Neves, a seguinte forma de pensamento que subjaz a esse esquema argumentativo: a) todos os casos foram investigados (premissa); b) as pessoas estão soltas porque não foram condenadas (premissa); e c) logo, não existiram provas (conclusão). Pode-se afirmar que essa forma de raciocínio, empregada por Aécio Neves, cumpre duas finalidades distintas: proteger-se de ameaças e, concomitantemente, dar respaldo ao seu discurso, fundamentando-o, na medida em que o candidato recorre a uma forma de pensamento que remete à razão.

Dando continuidade ao seu turno, Aécio Neves segue afirmando que, ao contrário de seu grupo, no caso, seus correligionários, os membros do governo de Dilma Rousseff são culpados, porque foram cassados e presos de fato. Em seguida, observa-se que o candidato vincula, mais uma vez, a imagem da presidenciável à corrupção, na medida em que volta a questionar sua responsabilidade acerca dos fatos. Verifica-se, assim, o emprego de atos de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005), por meio do uso, por Aécio Neves, de uma estratégia de descortesia, que consiste em promover refratariedade exacerbada em relação ao grupo de Dilma Rousseff, uma vez que o candidato faz uma série de acusações aos correligionários de sua adversária, como

membros do partido, assim como do governo da candidata, conforme indica o excerto a seguir: “Onde estão os corruptos do seu partido...PRESOS ((ênfatizando) candidata...”

Vale ressaltar que o trecho em que Aécio Neves questiona onde estão os corruptos do partido de Dilma Rousseff indica que o candidato se vale da formulação de uma pergunta retórica (linhas finais do exemplo 6), com a qual busca, novamente, refutar a autoimagem pública da adversária, atacando sua credibilidade. Ataca-se, além disso, a imagem de grupo de Dilma, na medida em que Aécio Neves mostra oposição em relação ao agrupamento político de sua oponente no pleito eleitoral. A pergunta retórica configura-se, assim, em um recurso argumentativo que concretiza uma estratégia de descortesia (Blas Arroyo, 2011), que consiste em proceder à refratariedade em relação ao grupo oponente, isto é, um ato de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005).

A respeito dessa forma de interrogação, pode-se afirmar, ainda, que se trata de um tipo de pergunta para a qual uma resposta da candidata produziria, de qualquer modo, efeitos negativos à sua autoimagem, na medida em que o candidato acusa os membros de seu partido de corruptos. Amossy (2018) assinala tratar-se de uma questão complexa, aquela que “compreende pressupostos que já apresentam uma resposta”, um tipo de paralogismo frequentemente utilizado na comunicação argumentativa, segundo a autora.

No entanto, essas fórmulas de interpelação que podem indicar deferência, como: “a senhora” e as considerações “me perdoe”, e que poderiam ser interpretados como atos de cortesia ou como mecanismos atenuadores, não apresentam, de fato, essa função. Trata-se, por outro lado, de elementos cujos desdobramentos atuam de modo a salvaguardar a autoimagem do candidato Aécio Neves. O emprego desses atenuantes ocorre de modo estratégico, já que não se trata de atos genuínos de cortesia, pois não apresentam propósitos altruístas (Briz, 2013), mas sim egocêntricos. A esse respeito, importa assinalar que se trata de um tipo de comportamento politicamente correto, frequentemente utilizado, de modo deliberado, no discurso político, conforme assinala Blas Arroyo (2011), como se observa no excerto do exemplo 6:

Aécio Neves: não é possível que a senhora não se sinta responsável por isso...não existe candidata me perdoe... uma terceira alternativa... só existem duas...ou a senhora foi conivente...ou a senhora foi incompetente...para cuidar da maior empresa pública brasileira... (*grifos nossos*)

Por fim, observa-se que Aécio Neves utiliza, ainda no (exemplo 6). mais um raciocínio que compromete a imagem de Dilma Rousseff, um outro tipo de paralogismo, que consiste em uma falsa dicotomia, frequentemente utilizado na comunicação argumentativa, segundo Amossy (2018), na medida em que não oferece alternativas ao

interlocutor, conforme se verifica no trecho do turno em análise: “ou a senhora foi conivente...ou a senhora foi incompetente...para cuidar da maior empresa pública brasileira...”. Observa-se que ambas as alternativas – ou Dilma Rousseff foi conivente, ou foi incompetente – perfazem o que Amossy (2018) denomina como falsa dicotomia, a partir da qual o candidato busca refutar a autoimagem pública da presidenciável.

Trata-se de mais um recurso argumentativo utilizado por Aécio Neves em seu trabalho agressivo de imagem (Goffman, 1967), por meio do qual se realiza uma estratégia descortês no discurso (Blas Arroyo, 2011).

O debate prossegue com o turno de Dilma Rousseff:

(Exemplo 7)

Dilma Rousseff: candidato...é estarrecedor que o senhor acha...ache aliás que...esse/essas pessoas não foram condenadas em nenhum desses processos que eu falei elas num foram elas não foram porque eram inocentes aliás não foram condenadas porque são inocentes...não candidato...não foram investigadas...é diferente...vocês têm uma praxe...vocês engavetam...escondem debaixo do tapete...vocês chegaram a transferir ao caso da pasta rosa um delegado de uma determinada...de um determinado lugar para outro...o que eu quero dizer ao senhor é o seguinte...eu candidato...sou responsável por punir é ESTA a minha responsabilidade de uma responsabilidade de estado...investigar com a Polícia Federal...denunciar o ministério público federal...denunciar o ministério público e...punir com o judiciário caso contrário... candidato...eu estaria numa situação que...não é correto...é achando que eu estou acima do governo não eu...eu/eu...eu represento o governo

]]

Mediador: obrigado (linhas 99-112, *grifos nossos*)

Nesse turno, Dilma Rousseff assinala a fragilidade dos argumentos apresentados por Aécio Neves em torno da questão da culpabilidade dos que foram investigados pela Polícia Federal, assegurando que não houve, de fato, uma investigação séria nas gestões do partido de seu oponente, cometendo, novamente, atos de ameaça à autoimagem pública do candidato adversário, à de seu partido e, conseqüentemente, à credibilidade da Polícia Federal, em se tratando de sua eficácia em punir. Em outras palavras, Dilma Rousseff desconstrói o esquema entinêmico apresentado pelo seu oponente no turno anterior (Amossy, 2018).

Observa-se que a candidata assume a responsabilidade de investigar e punir todos os envolvidos em corrupção, assegurando, no entanto – como estratégia de defesa de sua autoimagem – que não se coloca acima do Estado e das instituições, afirmando que, tão somente, os representa. Nota-se que a candidata faz uso de um argumento de autoridade, na medida que apela a instituições reconhecidas pela sociedade, tais como a Polícia Federal e o judiciário, a fim de dar respaldo à sua postura de proceder à investigação e às acusações contra seu adversário: “investigar com a Polícia Federal...denunciar o

ministério público federal...denunciar o ministério público e...punir com o judiciário”. Nesse sentido, pode-se observar o emprego de um recurso argumentativo que apresenta a função de concretizar, no discurso de Dilma, uma estratégia de desqualificação, conforme postula Blas Arroyo (2011).

O exame detido do turno de Dilma indica, ademais, que a candidata efetua atos descorteses que consistem em ameaçar a imagem por meio de refratariedade exacerbada ao grupo, em um exemplo de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005). Ao interpelar Aécio Neves e membros de seu partido, referindo-se aos seus correligionários políticos, por meio da fórmula de tratamento “vocês”, observa-se que Dilma acentua o distanciamento entre Dilma e seu oponente, mediante a instauração de uma relação dicotômica e polarizada, instaurada entre um “nós” e um “vocês”, associando seu oponente, além disso, a fatos negativos (Blas Arroyo, 2011), relacionados às ações tomadas por seus parceiros políticos.

A reiteração dessa fórmula de tratamento “vocês” evidencia a tentativa de deixar presente na memória do auditório os fatos negativos associados a Aécio Neves e seus partidários veiculados pela sequência de acusações. Trata-se de uma figura de presença, que consiste na repetição (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]). Nota-se, ainda, que essa forma de interpelação reforça o dissenso, pois acentua as relações de polarização entre Dilma Rousseff e seu adversário, conforme indica o excerto retirado do turno analisado (exemplo 7):

Dilma Rousseff: vocês têm uma praxe...vocês engavetam...escondem debaixo do tapete...vocês chegaram a transferir ao caso da pasta rosa um delegado de uma determinada... (*grifos nossos*)

O primeiro bloco do debate tem continuidade e o turno é, novamente, concedido à candidata Dilma Rousseff, que tece algumas considerações acerca de suas propostas e planos de governo no pleito eleitoral.

(Exemplo 8)

Dilma Rousseff: pois não...Nascimento... candidato...eu tenho como prioridade...prioridade...no meu governo...a educação e nós estamos em épocas do Enem...oito e nove vai ser o Enem que é...o maior concurso de:...unificado que o Brasil possui através /por meio do Enem nós vamos ter... acesso não só...a cinco mil cursos nas universidades federais...vamos ter acesso ao Prouni ((incompreendido))...vamos ter acesso ao Fies...vamos ter acesso ao Ciência sem Fronteiras...vocês foram contra...é claro...ao Prouni foi/foram contra...também...às...às escolas técnicas federais...mais...eu gostaria muito de saber por que vocês...sempre...torceram contra esse que é um dos programas mais importantes hoje porque garante acesso democrático...na minha época a gente...tinha de viajar de avião pra fazer...pra fazer vestibular...hoje não precisa...entra na internet e faz o concurso...(linhas 113-123, *grifos nossos*)

Nesse momento, observa-se que Dilma Rousseff emprega uma sequência de atos de valorização destinados à sua autoimagem pública – FFAs – no que concerne ao âmbito social e de desempenho de sua imagem (Spencer – Oatey, 2008; Culpeper, 2011), em um exemplo de cortesia valorizadora ou positiva (Kerbrat-Orecchioni, 2006), por meio da apresentação de programas sociais empreendidos ao longo de sua gestão como presidente da República.

Cumprasse assinalar que, nesse turno, observam-se, sobretudo, atos de cortesia produtiva destinados ao modo pelo qual seu governo atua, em prol da educação, como o Fies, o Enem, o Ciências sem Fronteiras e o Prouni. Trata-se de um turno com o qual a candidata busca erigir o *ethos* do político competente, recorrendo a aspectos de sua imagem de papel desempenhado socialmente²⁴⁶ – (Culpeper, 2011; Spencer-Oatey, 2008) – para sua autopromoção.

Observa-se que a candidata reitera o uso de um “nós inclusivo”, que inclui o auditório no mesmo âmbito de referência pessoal, produzindo efeitos de aproximação com o eleitor que assiste ao debate. Em outras palavras, a candidata inclui o eleitor na mesma esfera de referência pessoal de modo estratégico para obter sua adesão. Trata-se de uma tentativa de coalizão com o público, a partir da qual Dilma Rousseff intenta obter sua adesão. Busca-se, assim, estabelecer um *duo consensual* com o eleitor (Fávero e Aquino, 2002), ao qual se visa a persuadir, conforme evidencia o excerto (exemplo 8) a seguir:

Dilma Rousseff: *vamos* ter acesso ao Fies...*vamos* ter acesso ao Ciência sem Fronteiras...*vocês* foram contra (grifos nossos)

O emprego de um “vocês”, forma pela qual Dilma Rousseff interpela seu adversário e seus correligionários, indica, por outro lado, que Aécio Neves é excluído do âmbito de referência do, “nós inclusivo” utilizado por Dilma para aproximar-se do eleitor, produzindo por outro lado, efeitos descorteses para a imagem de Aécio Neves e de seus partidários, em um claro exemplo de descortesia de fustigação por refratariedade exacerbada (Kaul de Marlangeon, 2005). Trata-se da manipulação estratégica do âmbito de referência do falante, empregada pela candidata Dilma para produzir efeitos descorteses em relação à imagem de grupo de Aécio Neves.

Cumprasse assinalar, ainda, que a contraposição entre um “nós” – representado por Dilma e os eleitores – e um “vocês” evidencia um aprofundamento nas relações de

²⁴⁶ Trata-se de um aspecto da imagem social, denominado “imagem de rol” por Fuentes Rodriguez (2013), além dos autores supracitados.

polarização e dissenso, intrínsecos ao tipo de contrato interlocutório sob análise (Blas Arroyo, 2011).

Por fim, Dilma Rousseff formula um tipo de interrogação retórica, por meio da qual a candidata não intenta, de modo efetivo, obter informações, mas sim atacar a imagem de grupo de Aécio Neves, na medida em que acusa o oponente e seus correligionários de torcer contra seus programas sociais. Trata-se de mais um exemplo de descortesia por refratariedade exacerbada ao grupo ao qual Aécio Neves pertence (Kaul de Marlangeon, 2005), representado pelo pronome “vocês”, utilizado para interpelar o debatedor adversário e seus partidários.

Dilma Rousseff: eu gostaria muito de saber por que vocês...sempre...torceram contra esse que é um dos programas mais importantes. (*grifos nossos*)

Com relação a esse excerto, vale ressaltar que a formulação da pergunta retórica consiste em um recurso ou mecanismo argumentativo utilizado na concretização de um ato descortês, pois cumpre, além da finalidade argumentativa, o propósito de rechaçar a autoimagem pública de Aécio Neves e de seu grupo. (Blas Arroyo, 2011)

Há que se ressaltar, ainda, o uso de um atenuante por Dilma Rousseff, no caso, o verbo “gostaria”, no futuro do pretérito, que embora aparente denotar certa cortesia, perfaz um ato marcadamente descortês. Trata-se de um atenuador sem valor altruísta (Briz, 2013), um mecanismo atenuante autocêntrico, na medida em que Dilma Rousseff faz uso desse procedimento para salvaguardar sua própria imagem, suavizando, assim, a força ilocutória do ataque que empreende contra seu adversário.

Em seguida, o mediador do debate confere a palavra a Aécio Neves, cujo turno é permeado por diversos atos de descortesia, constituídos de *ataques ad hominem*, manutenção estratégica do tópico e uso de argumentos quase-lógicos (Perelman e Olbrechts- Tyteca, 2005[1958]), dentre os quais se observa o argumento de contradição e incompatibilidade, segundo o qual um fato é considerado incompatível à medida em que um ato ou ação se opõe àquilo que foi dito ou proposto.

Nota-se que Aécio Neves apresenta esse tipo de argumento como um mecanismo de defesa de sua autoimagem pública e, concomitantemente, como um instrumento de descortesia destinado à autoimagem do governo de Dilma Rousseff e de seu partido. Trata-se, então, de mais ataques ao partido rival e, consecutivamente, à imagem de grupo da candidata (Kaul de Marlangeon, 2005).

Observa-se, ademais, o apelo ao raciocínio com base em premissas, cujo uso se deve à provável intenção do candidato de aproximar seu discurso ao pensamento lógico.

Aécio Neves procede ao emprego de um raciocínio entinêmico – por meio do qual o presidenciável expõe duas premissas e uma constatação final (Amossy, 2018). De acordo com Aécio Neves, se, de fato, se observaram tantos crimes supostamente praticados na gestão do PSDB e, a despeito disso, o governo do PT não os investigou, logo, não havia, de fato, conforme o candidato, crimes a se investigar. Trata-se de uma forma de raciocínio cujas premissas firmam-se em virtude de sua semelhança com o pensamento lógico, aparentando verossimilhança. As premissas apresentadas pelo candidato cumprem a função de alicerçar uma conclusão destinada a rechaçar a imagem de Dilma Rousseff. Desse modo, é possível afirmar que Aécio Neves faz uso de um recurso argumentativo cuja finalidade é concretizar uma estratégia de descortesia (Blas Arroyo, 2011).

Cumprе ressaltar, ainda, no tocante ao turno de Aécio Neves, outro ato de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005), pela qual o candidato procede, novamente, à defesa de seu partido – o PSDB – e, por conseguinte, ao ataque aos parceiros políticos de sua oponente: o governo de Dilma. Verifica-se, nesse caso, um ato de afiliação exacerbada ao grupo, por parte de Aécio Neves, o qual acarreta perdas ou ameaças à autoimagem pública de Dilma Rousseff e do grupo ao qual a candidata pertence.

(Exemplo 9)

Aécio Neves: candidata...antes de responder à sua pergunta...eu vou deixar aqui uma indagação no ar...se a senhora acha que houve tantos crimes cometidos no governo do PSDB a senhora lista aqui vários deles vocês governaram o Brasil por 12 anos candidata...por que que a senhora não investigou...por que que a senhora não fez novas denúncias...porque não existiu o que investigar ou então a senhora prevaricou...se a senhora está dizendo aqui...agora no momento da reeleição que foram cometidos crimes que não foram investigados...a sua responsabilidade era denunciá-los para que o Ministério Público que não pertence ao seu governo...ou a Polícia Federal...que não pertence ao seu governo...são instituições de estado...fizessem a investigação... e não coloque palavras na minha boca nem do meu partido...quem foi contra escolas técnicas...candidata...o Prona/Pronatec é uma inspiração do PEPE pergunte lá aos técnicos do ministério da educação...programa de ensino profissionalizante que foi ampliado...nós temos que reconhecer que precisa melhorar...MUITO...foi inspirado no/nas Etecs aqui de São Paulo...aproveito pra cumprimentar o governador Geraldo Alckmin que aqui me acompanha pela extraordinária...eh:...vitória...as boas propostas têm que avançar...o prouni candidata... foi uma inspiração até até porque sua primeira experiência foi lá...foi em Goiás...no governo do PSDB...que ampliasse a oportunidade de vaga para outras universidades o PT tem uma mania candidata...enfim...que simplesmente alguém é dono dos programas...ninguém é dono desse Brasil...vamos falar aqui pro telespectador pra telespectadora as boas coisas têm que continuar o que nós precisamos é qualificar ((olhando para a câmera)) a gestão pública...colocar gente Séria...gente honrada...pra que os resultados atinjam as pessoas...eu quero sim fazer a nova escola brasileira...a senhora fala em flexibilizar o currículo do ensino médio...depois de doze anos de governo por que que não fez isso antes...isso é necessário...fico feliz inclusive que a senhora concorde conosco...eu vou fundar a nova escola brasileira...uma escola que ensine...que

prepare o aluno e o jovem para os desafios da vida que certamente estão por vir...(linhas 124-150, *grifos nossos*)

Concluindo suas acusações – referentes ao tópico em que trata da defesa do PSDB – Aécio Neves reforça suas acusações mediante o emprego de um argumento *ad verecundian* (Amossy, 2018): a acusação de que Dilma Rousseff e seu governo sobrepõem-se às instituições do estado. Esse ataque corrobora um fato que se acentua à medida que o debate prossegue: a intenção do candidato de atrelar à imagem de Dilma a ideia de abuso de poder e de desmandos. A partir disso, observa-se que Aécio Neves segue acusando sua oponente e seu grupo – o PT – de atuarem de modo antidemocrático, visto que, conforme assinala o candidato, Dilma Rousseff e seu governo não respeitam as instituições públicas, a saber, o Ministério Público e a Polícia Federal.

Nesse sentido, importa observar que Aécio Neves busca a adesão de seu auditório promovendo um discurso calcado no medo. Em outras palavras, verifica-se que o presidencialista procura fomentar, conforme sugere a análise do debate, a ideia de que Dilma Rousseff e seu governo configuram ameaças às instituições do Estado de direito e, por conseguinte, ao próprio Estado. Trata-se do apelo ao *topos* da liberdade e da democracia, validado por uma *doxa* compartilhada, isto é, um *interdiscurso* calcado na relevância das instituições democráticas e no respeito aos valores que de sua autonomia em relação aos poderes de um presidente da República. Em outras palavras, nesse turno, pode-se observar que Aécio Neves visa a aludir à ideia de totalitarismo, a partir da qual procura promover a repulsa do eleitor a um governo que pretende ser o “dono do Brasil”, conforme ressalta o candidato. O fato de buscar coadunar a imagem de Dilma Rousseff e de seu partido a regimes não democráticos indica o uso de outra estratégia: atrelar a imagem da candidata à reeleição a fatos negativos, depreciando-a (Blas Arroyo, 2011).

Nota-se, ainda, no que diz respeito à alusão empregada por Aécio Neves, relativa ao passado político do PT, que o candidato apela para o *pathos*, isto é, para as emoções de medo ou de repulsa (Amossy, 2018) que busca despertar em seu eleitor, diante da iminente ameaça de um governo que não compactua com ideias democráticas. Verifica-se, assim, que o candidato recorre ao uso de um argumento *ad baculum* (Amossy, 2018) para refutar a autoimagem de Dilma Rousseff e de seus correligionários.

De acordo com Charaudeau (2016) há, no discurso político, o que o autor denomina “encenação do drama político”. Segundo o autor, “a cena política já foi comparada a um palco de teatro no qual se representam dramas e mesmo tragédias” (2016,

p, 90). Aécio Neves busca, nessa direção, por meio do apelo às emoções suscitadas no auditório, associar a imagem de Dilma e de seu partido à ideia de medo e ameaça.²⁴⁷

Aécio Neves vale-se, ademais, da manutenção do tópico de modo estratégico com vistas a assegurar a ideia que busca expor: a incompetência do governo adversário e a dúvida acerca de seu compromisso com um Estado de direito, bem como o respeito às suas instituições. A manutenção do tópico afigura-se, nesse caso, como um procedimento estratégico, produzindo e intensificando efeitos de descortesia.

No excerto do exemplo 9: “e não coloque palavras na minha boca nem do meu partido...”, verifica-se mais um ato de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005), empregada pelo candidato Aécio Neves como mecanismo de ataque e, concomitantemente, como um recurso de manutenção de sua autoimagem pública. Ainda nesse trecho, observa-se que o locutor se aproxima, de modo efetivo, de seu partido, o PSDB – verificando-se, além disso, um ato de cortesia produtiva, um FFA, (Kerbrat-Orecchioni, 2006) destinada à autoimagem pública de um componente do grupo, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Ao defender seu partido, o candidato Aécio Neves faz uso de uma estratégia de afiliação exacerbada em relação ao seu agrupamento político e aos seus correligionários que produz efeitos descorteses para a imagem de Dilma Rousseff. Verifica-se que, mais uma vez, Aécio Neves procura atrelar, como já havíamos ressaltado, a imagem do Partido dos Trabalhadores à de um partido cujas propostas e planos têm como propósito monopolizar o que, segundo o candidato, pertence a todos. Nota-se que Aécio Neves faz uso do discurso de sua oponente – o de que, em seu governo, o PT procedeu à ampliação de programas sociais – retomando-o, a fim de refutar o conteúdo das proposições de Dilma como estratégia de ataque à adversária.

Por fim, verifica-se que o presidenciável comete um ato de falsa cortesia (*mock politeness*), destinada à autoimagem pública da candidata (Culpeper, 1996; 2011). Nota-se que esse ato produz efeitos de descortesia, em virtude de se tratar de um enunciado irônico, como um mecanismo de ataque e, ao mesmo tempo, de autoproteção: “depois de doze anos de governo por que que não fez isso antes...isso é necessário...fico feliz inclusive que a senhora concorde conosco...eu vou fundar a nova escola brasileira...”.

²⁴⁷ O efeito de angústia, neste caso, é devido à evocação de uma ameaça que nasce de uma situação de perigo potencial, pondo aquele que a escuta numa posição de vítima passível dessa ameaça. Evidentemente, esse estado de angústia varia segundo a iminência do perigo, mas, em si, está ligado à incerteza de um acontecimento por vir, que pode provocar paralisia. (CHARAUDEAU, 2016, p. 92).

Trata-se de associar a imagem de Dilma, ironicamente, ao riso de exclusão (Perelman e Olbrechts-Tyteca 2005[1958]), com tácitos propósitos descorteses.

O debate segue, em seu primeiro bloco, com a instituição do turno de Dilma Rousseff:

(Exemplo 10)

Dilma Rousseff: candidato...é interessante o senhor fazer a pergunta por que que não fizeram antes...se o senhor gosta tanto dos nossos programas...sociais...por que o senhor não os fez antes quando podia...por que era governo...porque o senhor estava sim nas escolas técnicas federais...o senhor era líder quando foi aprovado...então...candidato num dá...pro senhor não...assumir a responsabilidade também pelos seus atos foram os/ foram...as provas que vocês levaram e... as oclusões que vocês fizeram que impedem uma investigação maior...agora...no caso específico dos trens e do metrô de São Paulo...a Suíça...mandou...todas as provas para o Brasil e isto está em processo...tanto é assim que vocês estão sendo chamados para depor na justiça...candidato eu tenho orgulho de ter...uma vida...sem... nenhum parente empregado...sem nenhum uso indevido do dinheiro público em propriedades MI-nha ou da minha família (linhas 151-161, *grifos nossos*)

O debate prossegue e o turno é atribuído à candidata Dilma Rousseff, que retoma o tópico de seu oponente, refutando suas considerações acerca dos programas sociais. Verificam-se, nesse turno, ataques *ad hominem*, destinados à autoimagem pública de Aécio Neves, por meio de acusações de corrupção e desvio de dinheiro, nepotismo e ocultação de informações. Ademais, cumpre ressaltar, novamente, o emprego da descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005) por meio da afiliação exacerbada ao grupo por parte da candidata que, em decorrência disso, atua em sua defesa mediante o ataque ao grupo adversário, no caso, a gestão do PSDB: “se o senhor gosta tanto dos *nossos* programas...sociais...” (exemplo 10, *grifos nossos*).

Há que se acrescentar que a descortesia por afiliação exacerbada ocorre por meio do emprego do pronome “vocês”, forma de interpelação que se apresenta em oposição a um “nós”, representado pelo pronome “nosso”. Trata-se de um nós “inclusivo”, constituído de um “eu”, no caso, a Dilma Rousseff, e de um “eles”, que diz respeito aos que governam com a candidata à reeleição, ou seja, seus correligionários. Nesse sentido, pode-se afirmar que a candidata objetiva fortalecer sua imagem de grupo e, em contrapartida, atacar a imagem de grupo de Aécio Neves (Bravo, 2005), acentuando, assim, a polarização e a dicotomia no embate eleitoral (Amossy, 2018).

No tocante ao turno de Dilma Rousseff, verificam-se, ainda, atos de cortesia produtiva (Kerbrat-Orecchioni, 2006), por meio dos quais a candidata valoriza sua autoimagem, ao mencionar que não faz uso indevido de dinheiro público em propriedades de sua família como Aécio Neves, conforme se observa no excerto: “eu tenho orgulho de

ter...uma vida...sem... nenhum parente empregado”. Trata-se de uma estratégia de autopromoção em detrimento da imagem alheia, por meio da qual Dilma Rousseff enaltece a própria imagem e, concomitantemente, rechaça a de seu oponente, Aécio Neves, mediante o emprego de um argumento de comparação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]).

Observa-se, além disso, a manutenção do tópico relativo à possível ocultação (Silva, 2013), por parte do PSDB, dos casos de corrupção que, segundo a candidata, impediu que se instaurasse uma investigação de forma efetiva. Nessa direção, é possível afirmar que a manutenção do tópico opera de modo a atacar a autoimagem do candidato. Trata-se de um mecanismo estratégico de descortesia. Cumpre assinalar que, ao acusar Aécio Neves e seus correligionários de ocultar informações, referentes a uso indevido de dinheiro público, Dilma Rousseff faz uso de uma fórmula de tratamento que representa Aécio Neves e seus partidários, o pronome “vocês”, com o qual a candidata interpela um grupo ao qual se opõe, mostrando-se refratária a ele. Trata-se de mais um caso de descortesia, desta vez, por refratariedade exacerbada aos valores e princípios de um agrupamento político, no caso, os correligionários rivais (Kaul de Marlangeon, 2005).

O debate segue com a atribuição do turno a Aécio Neves:

(Exemplo 11)

Aécio Neves: candidata...o seu governo...isso é história...passará para a história como governo com descompromisso com a ética... com desvios em/ em toda a parte foram seis ministros demitidos por desvios...as agências reguladoras ocupadas por pessoas que foram ali..fazer... negócios candidata...a senhora permitiu ser sucedida na Casa Civil da Presidência da República... o cargo que a senhora gosta de dizer que é o mais importante depois da presidência da república pelo in/dileta ((incompreendido)) e próxima amiga que foi ali...fazer...negócios e foi demitida...candidata...não..não me meça com a sua régua...governei Minas Gerais...candidata...com honradez...a senhora candidata...está desrespeitando o estado de Minas Gerais...com as acusações absurdas...com as mentiras todo dia charcadas na/nas redes anonimamente candidata...a senhora in-fe-liz-men-te tem permitido ao Brasil...ver a mais BAI-XA campanha da sua história democrática...a partir...da primeira eleição que tivemos...de Fernando Collor...(linhas 162-173, grifos nossos)

Contrapondo-se às acusações empreendidas pela candidata, Aécio Neves retoma o tópico relativo ao desvio de dinheiro público, pela gestão do PT, trazendo à luz o eixo condutor de seu discurso: o fato de o partido de sua oponente não ser digno de credibilidade, na medida em que não possui ética.

Verifica-se o apelo à ética, bem como a valores que se supõe serem aceitos por uma maioria, ou seja, uma *doxa* comum ao eleitor, tais como a honestidade e a honra²⁴⁸

²⁴⁸ Segundo Erlich (1993), o apelo à ética configura-se como um tipo de estratégia cujo emprego promove a valorização da imagem do locutor.

(Amossy, 2018). Observa-se, ainda, dentre os recursos descorteses utilizados por Aécio Neves, a fim de deslegitimar a autoimagem de Dilma Rousseff, ataques *ad hominem*²⁴⁹, a partir dos quais o candidato procede ao ataque pessoal direto com o propósito de questionar a credibilidade de sua oponente.

Verifica-se, ademais, que Aécio Neves recorre à manutenção do confronto direto (Culpeper, 1996; 2011), mediante atos de ameaça direta à autoimagem pública de sua oponente. Nota-se uma confluência de recursos cujo fim é o de rechaçar e deslegitimar a figura de Dilma Rousseff, dentre os quais encontra-se, de modo recorrente, o apelo a elementos lexicais que remetem à esfera da moralidade, tais como: descompromisso, ética, honradez, desrespeito, mentiras charcadas, além da acusação de que se trata da “mais baixa campanha” da história democrática do Brasil. A reiteração desses elementos linguísticos relacionados ao campo semântico da ética, colabora para reforçar os ataques à imagem de Dilma Rousseff, por meio do emprego de uma estratégia descortês, a aproximação da candidata à reeleição a fatos negativos (Silva, 2013). Nesse turno, cabe ressaltar, que o candidato visa a erigir o *ethos* de um político honrado, credível ao eleitorado.

Por fim, cumpre destacar a menção, feita por Aécio Neves, à figura do ex-presidente, Fernando Collor de Mello, cujo mandato foi impedido devido ao seu envolvimento com corrupção, tratando-se, pois, de uma figura conhecida no âmbito da política brasileira. No momento em que Aécio Neves traz à luz a figura de Collor, por meio da comparação entre sua oponente e o primeiro presidente eleito após a ditadura militar, observa-se que o candidato traça um tipo de discurso de modo a relacionar a imagem de Dilma Rousseff à de um presidente que sofreu um *impeachment*. Além disso, menciona-se um passado de ditadura militar, assim como a ideia de que ambos – tanto Dilma, quanto Collor – se contrapõem à ideia de democracia.

A análise do excerto sugere que Aécio Neves busca, ao longo do debate, vincular a autoimagem pública de Dilma Rousseff a um passado comum com o qual o auditório se encontra numa relação de disjunção: a ditadura militar, em contraposição à tentativa de redemocratização, e o governo “baixo” do ex-presidente Fernando Collor de Mello,

²⁴⁹ Esse argumento, em que não se discutem os méritos intrínsecos do ponto de vista ou da dúvida do oponente, mas se desqualifica o adversário como interlocutor sério, apresentando-o como alguém incompetente, não confiável [...] O ataque pessoal direto dirige-se a qualquer aspecto do argumentador: seu caráter, sua competência, sua honorabilidade. O que se pretende é atingir a ética do oponente, considerando-o desonesto, não íntegro, não digno de confiança (FIORIN, 2016, p. 171).

Nesse sentido, observa-se que Aécio Neves busca alinhar seu discurso a um passado comum, mediante o uso da alusão, um recurso argumentativo (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]) que tem a função de concretizar um ato de descortesia deliberada, cuja finalidade é a de ameaçar a autoimagem de Dilma Rousseff²⁵⁰.

Trata-se, pois, de um tipo de discurso cujo conflito se erige de modo a deslegitimar a autoimagem do outro com vistas a alcançar um fim: fomentar o sentimento de medo – na medida em que se recorre ao *pathos* – com vistas a promover a repulsa do auditório (Amossy, 2018). Observa-se, ademais, o apelo à *doxa*, isto é, ao senso comum (Amossy, 2018) acerca da importância das instituições democráticas e do suposto perigo que o governo vigente ofereceria ao Estado de direito, conforme aponta a análise do turno de Aécio Neves, o qual se utiliza desses recursos de natureza retórica na realização dos atos de descortesia em um discurso marcadamente axiológico e agressivo.

O primeiro bloco do debate segue com mais um turno de Aécio Neves, que formula uma nova pergunta destinada a Dilma:

(Exemplo12)

Aécio Neves pergunta: candidata... vamos falar daquilo que interessa à dona de casa... ao cidadão... ao jovem e à jovem... ao trabalhador que está... se conseguir... já chegando em casa do trabalho... provavelmente muitos estão nos ouvindo agora... no rádio do carro... pela dificuldade que têm hoje pra chegar em casa...inflação... candidata...a senhora reiterou nos dois últimos debates que a inflação está sob controle...o seu secretário de política econômica disse que existe uma alternativa... deixe-se de comer carne, passe a comer ovo...o ovo no seu governo já aumentou mais de cinquenta por cento... temos que ver o que vai restar para se comer depois que a população não conseguir mais comprar o ovo... mas a grande questão é o seguinte...candidata... vamos falar de futuro... daquilo que interessa às pessoas, o que a senhora pretende fazer... já que não apresentou ao Brasil um plano de governo para controlar a inflação e fazer com que o Brasil volte a crescer? vamos elevar o nível do debate... eu dou à senhora a oportunidade de dizer aos brasileiros como vai controlar a inflação ou se ela está realmente sob controle...(174-187, *grifos nossos*)

Nesse turno, pode-se observar que o candidato busca estabelecer aproximação com o eleitor, ao mencionar a “dona de casa”, “o cidadão”, “o trabalhador”, em uma clara tentativa de instaurar relações de afiliação (Bravo, 2005), isto é, uma imagem colaborativa no que tange ao auditório. O candidato apela para uma *doxa* comum ao mencionar

²⁵⁰ Há alusão quando a interpretação de um texto, se se omitisse a referência voluntária do autor a algo que ele evoca sem designar, esteja incompleta; esse algo pode consistir num acontecimento do passado, num uso ou num fato cultural, cujo conhecimento é próprio dos membros do grupo com os quais o orador busca estabelecer essa comunhão. A esses fatos culturais atribui-se em geral uma afetividade particular: enternecimento ante as lembranças, orgulho da comunidade [...] (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005[1958], p. 201)

problemas pelos quais o eleitor em potencial passa— como o trânsito nas grandes cidades — além de recorrer ao uso de uma estratégia de deslegitimação da imagem de Dilma, bem como da imagem de seus correligionários. Aécio Neves critica a inflação no governo da atual presidente e candidata à reeleição, assim como a fala de seu secretário de política econômica: “deixe-se de comer carne, passe a comer ovo...o ovo no seu governo já aumentou mais de cinquenta por cento”. Nesse trecho, cumpre observar que o candidato apela a dados numéricos, estatísticos, com o propósito de dar respaldo à acusação destinada aos membros do governo de Dilma.

Outro aspecto a ser mencionado acerca do turno sob análise, diz respeito ao fato de que Aécio Neves faz uso da citação de um correligionário de Dilma, a fim de atribuir autoridade à sua acusação. Trata-se de um argumento de autoridade (Perelman e Olbrechts- Tyteca, 2005[1958]), por meio do qual o debatedor intensifica e corrobora seu ataque, destinado tanto à imagem individual da adversária, quanto à sua imagem de grupo (Bravo, 2005). Além disso, importa salientar que, ao atacar os correligionários de Dilma Rousseff, Aécio Neves efetua uma estratégia de descortesia de fustigação por refratariedade exacerbada aos parceiros políticos de sua oponente (Kaul de Marlangeon, 2005).

Ainda no mesmo turno, (exemplo 12), o uso de um “nós inclusivo”, empregado por Aécio Neves, por meio do qual estabelece aproximação com sua rival, inserindo-a no mesmo âmbito pessoal de referência, evidencia, no entanto, o uso de um recurso linguístico-discursivo cuja finalidade é, de fato, refutar a imagem da oponente. Em outras palavras, a utilização do “pronome inclusivo” atenua um ato de ameaça à face negativa de Dilma, na medida que Aécio intenta impor algo sobre sua oponente, no caso, a obrigação de discutir acerca do futuro do país. Nesse sentido, pode-se afirmar que Aécio Neves faz uso de uma estratégia que consiste na manipulação estratégica da *ambiguidade referencial* (Blas Arroyo, 2011), isto é, o candidato recorre a uma estratégia de manipulação da *dêixis* pessoal para refutar sua adversária. Por fim, verifica-se que Aécio apela a perguntas retóricas, cuja função é, sobretudo, a de intensificar os ataques a Dilma, questionando sua competência e seu *ethos* de credibilidade.

O primeiro bloco do debate prossegue com o turno de réplica de Dilma Rousseff:

(Exemplo 13)

Réplica de Dilma Rousseff: candidato... antes de começar eu vou dar um esclarecimento...não houve nenhuma acusação contra a ex-ministra chefe da Casa Civil... Erenice Guerra... que não seja uma similar a sua... sabe qual? emprego de parente...ou seja...nepotismo...o senhor empregou um irmão, um tio...três primas e três primos...é disso que se trata... candidato... eu nunca fiz

isso na minha vida... queria dizer que no caso da inflação eu tenho certeza que a inflação no Brasil está sob controle...existe hoje uma tentativa de criar um clima de "quanto pior melhor"...esta tentativa... candidato... de criar um clima de quanto pior melhor... vocês fizeram na Copa, dizendo que não ia ter Copa... que não ia ter condições... o Brasil não tinha aeroportos... portos... enfim.. o Brasil não estava preparado e ficou claro que o Brasil fora de campo estava muito bem preparado...os aeroportos funcionaram... a segurança funcionou...no caso da inflação... é o mesmo...nós temos tido... candidato... dois choques de ofertas...um e o outro por conta da seca, essa mesma seca... candidato... que hoje está colocando São Paulo numa situação insustentável...qual é? nós tivemos choque de preço da energia...a energia aumentou... nós não temos racionamento... nós não vamos impor racionamento... porque tínhamos as térmicas para despachar...elas custam um pouco mais caro... nós vamos ter de pagar...a outra foi o choque nos alimentos...também por conta da seca...tudo isso é passageiro... o que que não é passageiro... candidato? quando o senhor não planeja... o senhor não investe e você condena uma cidade do porte de São Paulo à mais terrível falta de água...nós sabemos... candidato... que a gestão da água ela afeta ao governo do Estado... então tem responsáveis... candidato...(linhas 188-208, *grifos nossos*)

Nesse turno, é possível observar que a debatedora pleiteia, diante das acusações de seu oponente, Aécio Neves, a inocência e competência de seus correligionários, buscando, assim, preservar e enfatizar sua imagem de grupo: “nós tivemos choque de preço da energia... [...] nós vamos ter de pagar” (exemplo 13). Para isso, Dilma faz uso de um pronome exclusivo que a representa, assim como seus correligionários, mediante o qual exclui Aécio Neves. Ao aproximar-se de seu endogrupo (Fuentes Rodriguez, 2013), a candidata procede ao emprego de uma estratégia descortês que consiste na afiliação exacerbada em relação ao agrupamento político do qual é membro, em um claro exemplo de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005). Nesse caso, cumpre assinalar que a candidata objetiva valorizar sua imagem de grupo, seus feitos governamentais, por meio do uso, também, de uma estratégia descortês de autopromoção em detrimento da imagem de seu oponente.

Nota-se que o grupo do qual Aécio Neves faz parte, isto é, seus correligionários, também é atacado pela candidata. A forma de interpelação “vocês”, no trecho “vocês fizeram a Copa”, ao assegurar que o agrupamento oponente cria um clima de insegurança no país, indica o antagonismo entre Dilma e seu agrupamento político rival, em mais um exemplo de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005). Trata-se de uma estratégia de descortesia que consiste na refratariedade, ou seja, na autonomia exacerbada em relação ao grupo adversário.

Observa-se, nessa direção, a construção de um discurso marcadamente polarizado (Blas Arroyo, 2011), evidenciado pelas formas de interpelação “nós” (grupo de Dilma) em contraposição a um “vocês”, que remete ao agrupamento político de Aécio Neves no pleito eleitoral. Ainda no exemplo 15, a candidata empreende um ataque à autoimagem

pública de Aécio Neves mediante o emprego de uma pergunta retórica, no trecho “sabe qual?”, acusando-o de nepotismo, por empregar um irmão, um tio e três primas. Trata-se, pois, do uso de uma estratégia descortês de deslegitimação, intensificada, no exemplo analisado, por um recurso de natureza argumentativa, uma pergunta retórica, com a qual não se visa a obter informações, mas sim atacar. Além disso, o trecho evidencia que a debatedora intenta associar a imagem de seu adversário a fatos negativos, em uma tentativa de depreciar sua autoimagem pública (Blas Arroyo, 2011; Silva, 2013).

Já no excerto do turno de Dilma (exemplo 15): “eu nunca fiz isso na minha vida...”, observa-se o uso de um argumento de comparação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), bem como o apelo à ética²⁵¹, pela presidenciável em uma clara tentativa de construir o *ethos* da candidata honesta, cujas práticas políticas são regidas por valores positivos. Desse modo, a debatedora procede à formulação de contrastes desvantajosos em relação ao seu oponente (Silva, 2013), produzindo efeitos descorteses.

Segue o debate com mais um turno de réplica de Aécio Neves, nesse primeiro bloco do embate eleitoral:

(Exemplo 16)

Réplica de Aécio Neves: como nós vemos a candidata tem sempre uma justificativa...mas não tem nenhuma solução...minha amiga... meu amigo que nos ouve... para a Presidente da República...mais uma vez... inflação não é problema...ela não tem nenhuma proposta... nenhuma solução de enfrentar essa questão...eu pergunto mais uma vez a quem nos ouve agora... você compra com o mesmo dinheiro hoje o que comprava há seis meses atrás? ou há um ano atrás? se compra... eu acho que o caminho é votar na candidata Dilma Rousseff...mas não adianta você mascarar a realidade... candidata... hoje infelizmente a inflação voltou a atormentar a vida dos brasileiros e das brasileiras... porque o seu governo foi leniente com ela...fomos nós que controlamos a inflação lá atrás, candidata, e, infelizmente, o seu governo vai deixar uma herança perversa para o futuro... inflação alta... crescimento baixo... e perda de credibilidade...sem credibilidade não há investimento...sem investimento não tem emprego...nós tivemos quatrocentos mil empregos a menos este ano do que no ano passado no mesmo período... candidata... (linhas 209-221, *grifos nossos*)

Nesse turno, importa observar que o Aécio Neves recorre, logo no início de sua fala, ao uso de um “nós” que inclui os telespectadores e, em contrapartida, exclui sua adversária. Ao fazer uso desse recurso, isto é, do apelo à ambiguidade referencial (Blas Arroyo, 2011), pode-se afirmar que o candidato busca estabelecer aproximação com seu auditório, ao passo que visa, por meio do mesmo recurso linguístico-discursivo, atacar a imagem pública de Dilma Rousseff. Trata-se de uma estratégia de descortesia que

²⁵¹ Partindo dos estudos de Erlich (1993), Aquino (1991) assinala que o apelo à ética se configura em uma prática que contribui para valorizar a imagem do locutor no discurso.

consiste na manipulação deliberada da dêixis pessoal para produzir efeitos negativos em se tratando da imagem do interlocutor, intensificado pelo emprego do conectivo “mas”, uma conjunção adversativa cuja função é enfatizar o antagonismo e, consecutivamente, o ataque (de que a candidata tem sempre uma justificativa), porém nenhuma solução.

Ainda no mesmo turno, no (exemplo 16), Aécio Neves busca estabelecer aproximação com o eleitor em potencial, por meio das formas de interlocução “meu amigo”, “minha amiga”, apelando para um discurso mais afetivo, ao fazer uso dessas formas de vocativo. Trata-se de uma estratégia de afiliação com o auditório, em função do qual o candidato visa a erigir uma imagem de colaboração e aproximação.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o candidato recorre a uma estratégia de afiliação com o auditório, visando construir uma imagem de grupo com seu eleitor: “minha amiga... meu amigo que nos ouve...”. Para isso, importa ressaltar que o candidato recorre à possibilidade de “flutuação” dos papéis interlocutórios no quadro participativo do debate eleitoral (Fávero e Aquino, 2002), na medida em que o presidencial reconfigura a participação do eleitor no embate eleitoral, inserindo-o como destinatário direto (Kerbrat-Orecchioni, 2006). Em contrapartida, cumpre observar que Aécio Neves exclui Dilma da interação, inserindo-a em uma “categoria de não pessoa”²⁵², destituindo-a de seu papel de interlocutora direta, fato que consideramos produzir efeitos descorteses para a adversária: “ela não tem nenhuma proposta...”.

No próximo turno de Dilma Rousseff, que dá prosseguimento ao debate, observa-se a tréplica da presidencial:

(Exemplo 17)

Tréplica de Dilma Rousseff: candidato... de emprego vocês não podem falar... vocês nos entregaram o país com onze milhões e quatrocentos mil mil desempregados... a segunda maior quantidade de desempregados...só ganhávamos da Índia...e uma vitória muito ruim... candidato...agora... eu queria dizer pro senhor...eu não vou combater a inflação com os métodos do senhor... que é desempregar... arrochar o salário e não investir...vocês falam que querem fazer inflação convergir pra três por cento...ora... é importante que a dona de casa que tá nos escutando saiba... vou falar para ela...o que acontecerá se ela for para três por cento? nós vamos ter uma taxa de desemprego de quinze por cento...ele está se queixando de uma taxa de desemprego de cinco por cento...hoje nós temos no Brasil...neste ano...quase um milhão de empregos criados...e vamos elevar os juros para vinte e cinco? ninguém nunca mais vai comprar a prazo nesse país.(linhas 222-232, *grifos nossos*)

²⁵² Termo apresentado por Benveniste.

Nesse turno, cujo tópico abordado continua sendo o do desemprego. No exemplo 17, Dilma Rousseff procede à formulação de acusações e estratégias de defesa, tanto no que se refere à sua imagem individual, quanto de sua imagem de grupo (Bravo, 2005), representada pela forma de tratamento “nós”. Cumpre observar que a polarização e o antagonismo se exacerbam, evidenciados pelo uso recorrente dos pronomes “nós” e “vocês” os quais, por sua vez, desvelam a intenção da candidata de fortalecer sua imagem de grupo e, em contrapartida, refutar a imagem de Aécio Neves e de seus correligionários: “vocês nos entregaram o país com onze milhões e quatrocentos mil mil desempregados”. Nesse caso, a descortesia intensifica-se por meio do apelo aos números e ao lugar da quantidade que produz efeitos negativos, em virtude de o número de desempregados ser maiores (Amossy, 2018).

A tensão decorrente da oposição entre um “nós” e um “vocês” indica o emprego de uma estratégia que consiste em promover refratariedade exacerbada em relação ao grupo, no caso, os participantes do governo rival, em mais um exemplo de descortesia de fustigação, presente no discurso da presidenciável (Kaul de Marlangeon, 2005). Por fim, o turno é concluído com uma sequência de perguntas retóricas, recursos argumentativos pelos quais a candidata intensifica a ameaça à imagem pública e privada de Aécio Neves, uma vez que impõe sobre seu adversário o dever de explicar questões de ordem econômica que, segundo a candidata, afetam diretamente o eleitor, conforme indica o excerto: “o que acontecerá se ela for para três por cento? Ademais, verifica-se o apelo a dados numéricos e estatísticos, utilizados para respaldar o discurso de Dilma²⁵³.

Há que se ressaltar que, ao mencionar “a dona de casa”, ainda no exemplo 17, Dilma Rousseff busca estabelecer afiliação com parte de seu eleitor, constituído por esse tipo de interlocutor ou de *destinatário privilegiado* (kerbrat-Orecchioni, 2006), a saber, a dona de casa, na medida em que a candidata intenta obter sua adesão por meio da tentativa da formulação de um *duo consensual* (Fávero e Aquino, 2002), isto é, de uma aliança ou coalizão com parte de seu auditório, mediante a instauração de uma imagem de colaboração com esse grupo social (Blas Arroyo, 2011): “é importante que a dona de casa que tá nos escutando saiba... vou falar para ela...o que acontecerá se ela for para três por cento? nós vamos ter uma taxa de desemprego de quinze por cento...” (Excerto do exemplo 17).

O primeiro bloco do debate segue com um novo turno atribuído à presidenciável:

²⁵³ Aquino (1991) e Erlich (1993) pontuam que a apresentação de dados estatísticos e numéricos corroboram a imagem do locutor, valorizando-a.

(Exemplo 18)

Pergunta de Dilma Rousseff: candidato... eu tenho uma pergunta a fazer pro senhor... os nossos governos reorganizaram o estado que nós recebemos sucateado...fizemos concursos públicos... a maior parte dos concursados... candidato... foi para a educação... para a saúde e para a segurança.., nós temos uma taxa de quatro vírgula dois por cento de gastos com pessoal em relação ao PIB. vocês deixaram com quatro vírgula oito por cento...candidato... ao contrário de vocês...nós fazemos concurso...ao contrário de vocês...nós não nomeamos sem concurso...o que nós conseguimos... candidato...é que de cada quatro funcionários públicos que têm cargo de comissão... três sejam cargos de funcionários públicos de carreira...candidato... eu nunca nomeei parentes para o meu governo...eu gostaria de saber se o senhor nunca fez a mesma coisa...responda candidato. (linhas 233-242, *grifos nossos*)

No próximo turno formulado por Dilma Rousseff, no qual a candidata formula sua pergunta, procede-se, sobretudo, à apresentação das obras e feitos do governo de Dilma, representado por um “nós”. Novamente, pode-se observar que a presidenciável apela a um dêitico pessoal que se contrapõe a um “vocês”, representado por Aécio e seus correligionários, fato que evidencia a refratariedade de Dilma Rousseff em relação ao agrupamento político da qual seu adversário faz parte. O emprego dessas formas pessoais sugere que Dilma apela, novamente, à descortesia de fustigação, uma vez que busca fazer “prevalecer sua cosmovisão” (Kaul de Marlangeon, 2005), em detrimento do modo de governar de seu oponente. Trata-se, pois, do uso de uma estratégia que reside na promoção do grupo em detrimento da facção rival, isto é, uma estratégia descortês por refratariedade exacerbada.

Outro aspecto a ser mencionado, referente ao turno de Dilma Rousseff, reside no fato de que a candidata busca enaltecer sua autoimagem pública, ao mencionar os investimentos, ao longo de sua gestão, destinados à educação e à abertura de concursos públicos. Trata-se do uso de uma estratégia de autopromoção da imagem. Nesse turno, a candidata procede, além disso, ao elogio, isto é, ao uso de FFAs de seu governo – representado por um “nós” (Kerbrat-Orecchioni, 2006). Por fim, concluindo seu turno, verifica-se que Dilma intensifica seus ataques a Aécio Neves, por meio de ataques *ad hominem*, destinados à honra e ao caráter de seu oponente, atrelando sua imagem a fatos negativos (Blas Arroyo, 2011) os quais, inclusive, são reforçados por meio de uma pergunta retórica, conforme indica o excerto: “eu gostaria de saber se o senhor nunca fez a mesma coisa...responda candidato”. O excerto indica o emprego de uma pergunta que, embora seja introduzida por um modalizador, o verbo “gostaria”, cuja função seria de atenuar a força ilocutória do enunciado, dirimindo a intensidade da agressividade verbal, não apresenta valor altruísta (Briz, 2013), já que, na conclusão de sua fala, a candidata Dilma Rousseff faz uso de uma forma deveras incisiva, atacando a autoimagem negativa

do adversário pelo emprego da forma verbal “responda”, impondo-lhe uma obrigação (última linha do turno).

Dando continuidade ao primeiro bloco do debate, atribui-se ao candidato Aécio Neves o turno de réplica:

(Exemplo 19)

Réplica de Aécio Neves: candidata... vou lhe responder com uma alegria enorme...em primeiro lugar... agradeço a homenagem que a senhora faz ao Presidente Fernando Henrique...tenho certeza... por quem a senhora tem um apreço muito grande... mas vou tentar falar de futuro... sempre tive um cuidado muito grande... em respeitar as pessoas... respeitar os adversários...nós tivemos... no passado não muito remoto... um episódio muito triste na política brasileira...quando o candidato Fernando Collor trouxe para o meio do debate político... de forma absolutamente irresponsável... uma parente do ex-presidente Lula...a senhora gosta de falar de parentes...o meu governo... me ajudou muito a minha irmã... a minha irmã Andréa...figura extraordinária...acham que eu sou o neto preferido de Tancredo... mas era ela...ela assumiu o serviço de voluntariado do Estado de Minas Gerais... me ajudou a coordenar a área de comunicação sem remuneração...candidata...a senhora é porque não conhece Minas Gerais...se conhecesse um pouco ia saber o respeito que Minas tem por ela... nas enchentes... nas catástrofes... era ela quem mobilizava empresários... mobilizava as igrejas pra resolver o problema das pessoas mais simples...por isso eu me orgulho muito da Andréa ser a minha companheira...agora... candidata... a senhora conhece Igor Rousseff... seu irmão candidata... eu não queria chegar a esse ponto...o seu irmão foi nomeado pelo prefeito Fernando Pimentel no dia vinte de setembro de 2003... e nunca apareceu para trabalhar... candidata...essa é a grande verdade... lamento ter que trazer esse tema aqui... a diferença entre nós é que a minha irmã trabalha muito e não recebe nada...o seu irmão recebe e não trabalha nada...infelizmente agora nós sabemos por que a senhora disse que não nomeou parentes no seu governo... a senhora pediu que os seus aliados o fizessem... candidata Dilma Rousseff. (linhas 243-265, *grifos nossos*)

Logo no início de seu turno de réplica, Aécio Neves faz uso de um recurso de ironia para realizar uma estratégia de descortesia encoberta (Culpeper, 1996; 2011), ao mencionar sua alegria e a e admiração de Dilma por um de seus correligionários, no caso, o ex-presidente de seu partido, Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de um ato de falsa cortesia (*mock politeness*), recurso a partir do qual o candidato intensifica o ataque à debatedora adversária, ao abordá-la fazendo uso do sarcasmo.

Em seguida, nota-se que Aécio Neves faz uso de um argumento de comparação, ao cotejar as más atitudes que atribui a Dilma com as de Fernando Collor, ex-presidente do Brasil que sofrera um impedimento. Entretanto, ao atrelar a imagem de Dilma Rousseff à de um ex-presidente deveras impopular, verifica-se que Aécio Neves busca associar Dilma a fatos e pessoas negativas (Blas Arroyo, 2011). Recorre-se, no mesmo turno, ao argumento pelo modelo – nesse caso, pelo antimodelo – uma vez que o presidencialável intenta deslegitimar sua adversária em se tratando de valores como o caráter e a ética (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]).

O turno prossegue e diversos atos de cortesia positiva são destinados à figura de Andreia, sua irmã, atacada por Dilma, a qual, segundo o candidato, cumpre um papel premente no que tange às questões de ajuda, inclusive, humanitária, em uma tentativa de valorizar os feitos de sua irmã e, consecutivamente, produzir efeitos emocionais positivos diante do eleitor, apelando para o *pathos* do auditório: “o respeito que Minas tem por ela... nas enchentes... nas catástrofes... era ela quem mobilizava empresários... mobilizava as igrejas pra resolver o problema das pessoas mais simples...”

Por fim, verifica-se que Aécio Neves recorre a um argumento de comparação, na medida em que coteja Igor Rousseff e Andreia, mencionando que o irmão de Dilma, nomeado pelos correligionários da presidenciável, não trabalha, mas recebe seus honorários, ao contrário de sua irmã. Trata-se de formular contrastes desvantajosos (Silva, 2013), entre duas pessoas que, conquanto não façam parte da interação, têm, também, suas faces ameaçadas.

Já no trecho: “lamento ter que trazer esse tema aqui...”, verifica-se que o candidato Aécio Neves visa atenuar seu discurso, dirimindo sua força ilocutória, mediante o uso da forma verbal “lamento”, um tipo de modalizador que perfaz seu discurso com propósitos não altruístas (Briz, 2013), uma vez que sua intenção é a de salvaguardar sua própria imagem, por meio de um comportamento politicamente correto (Blas Arroyo, 2011) em um ato de falsa cortesia (*mock politeness*), conforme ressalta Culpeper (1996; 2011).

Em seguida, atribui-se o turno a Dilma Rousseff, a qual formula sua réplica:

(Exemplo 20)

Réplica de Dilma Rousseff: candidato... o seu irmão...aliás... a sua irmã e o meu irmão...eles têm de ser regidos pela mesma... eles não podem estar no governo que nós estamos...o nepotismo... candidato...eu não criei...o nepotismo... candidato... é uma decisão do Supremo Tribunal Federal... toda a sociedade brasileira sabe que dentro do Governo Federal e dentro do Governo do Estado de Minas não pode ter um irmão... uma irmã... um tio... três primos e três primas...o senhor tem de dar conta de todos... não só da sua irmã...digo o seguinte... também todo mundo sabe... quem lê os decretos que vocês publicam... que ela era responsável pela destinação das verbas em todas as questões relativas a propaganda...ora... a imprensa tem perguntado... quanto é que vocês colocaram nos três rádios e no jornal que vocês possuem? essa é uma pergunta que não é minha... candidato... o senhor deve a ela... a imprensa (linhas 266-276, *grifos nossos*)

Nesse turno, Dilma segue efetuando ataques destinados à autoimagem pública de Aécio Neves, recorrendo ao uso de um argumento de autoridade, no caso, a um órgão idôneo, o Supremo Tribunal Federal, com o intuito de respaldar suas acusações acerca do nepotismo: “ [...] o nepotismo... candidato...eu não criei...o nepotismo... candidato... é uma decisão do Supremo Tribunal Federal...”. Nesse caso, pode-se afirmar que esse

argumento se configura em um recurso, conforme assinala Blas Arroyo (2011), que cumpre a função de concretizar uma estratégia descortês. Como Dilma faz uso desse argumento para dar alicerce ao seu discurso, atribuindo a essa instituição a responsabilidade sobre a crítica ao nepotismo, que atribui ao candidato adversário, pode-se afirmar que a candidata emprega uma estratégia descortês de impessoalização da crítica (Silva, 2013), com o propósito de salvaguardar sua imagem por meio de certo distanciamento em relação à proposição apresentada, promovendo, assim, a atenuação da força ilocutória de sua assunção.

Ademais, observa-se que Dilma procede ao apelo de uma *doxa* que julga ser compartilhada com seu auditório, um repertório compartilhado com o eleitor de que o nepotismo é uma ação negativa: “também todo mundo sabe”.

Ainda no mesmo turno, no excerto a seguir: “a imprensa tem perguntado... quanto é que vocês colocaram nos três rádios e no jornal que vocês possuem...”, é possível verificar que Dilma procede, novamente, ao emprego de uma estratégia descortês que consiste na impessoalização da crítica (Silva, 2013), uma vez que a candidata visa a atribuir à imprensa a responsabilidade sobre a pergunta retórica veiculada posteriormente, no caso, a quantidade de recursos públicos desviados para três rádios e um jornal que Aécio Neves e seus correligionários possuem: “essa é uma pergunta que não é minha... candidato... o senhor deve a ela... a imprensa...”.

A esse respeito, importa assinalar a ocorrência de um ataque à imagem de grupo do candidato (Bravo, 2005), na medida em que Dilma acusa o presidenciável e seus parceiros políticos, representados pelo pronome “vocês”, de “colocar” dinheiro em rádios e em um jornal. Nessa direção, verifica-se a realização de mais uma estratégia descortês por fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005), a de refratariedade exacerbada em relação ao agrupamento rival, concretizada pelo uso de um recurso argumentativo e um linguístico: uma pergunta retórica e o uso do pronome de tratamento “vocês”, o qual representa o exogrupo de Dilma (Fuentes Rodriguez, 2013).

O primeiro bloco do debate prossegue com um último turno, uma intervenção de tréplica do candidato Aécio Neves:

(Exemplo 21)

Tréplica de Aécio Neves: candidata... a senhora está mentindo para o Brasil... nepotismo é proibido por lei... não existe... não existe candidata... parentes trabalhando no governo...ela assumiu um cargo de voluntariado... trabalha espontaneamente... é o cargo que a esposa geralmente dos governantes ocupam...portanto... entenda bem a lei... a senhora não a leu direito... candidata... e no meu governo... no que diz respeito à distribuição de verbas não acontece o que acontece no seu onde esses blogs aparelhados recebem

recursos para atacar a honra dos seus adversários, para colocar infâmias na rede financiadas com dinheiro público...eu atendi... candidata... a uma reivindicação histórica do sindicato... das empresas de radiodifusão do Estado onde todas as empresas... todas as rádios receberam as mesmas verbas, o mesmo número de inserções... candidata...tudo isso foi denunciado pelo seu partido e sabe o que aconteceu? o Ministério Público disse que estava tudo absolutamente correto... venha discutir o seu governo... candidata. nós somos candidatos à Presidência da República e pare de ofender Minas Gerais...candidata... (linhas 277-289, grifos nossos)

Nesse turno, a descortesia exacerba-se com diversas acusações do candidato. Trata-se do uso de estratégias descorteses de deslegitimação que atacam a imagem pública e pessoal de Dilma Rousseff, realizadas pelo emprego de argumentos *ad hominen*, ao assinalar que Dilma é mentirosa.

Em seguida, Aécio apresenta a defesa como reação aos ataques (Culpeper, 1996; 2011), além de questionar a competência e inteligência de sua oponente, fato evidenciado pelo trecho “entenda bem a lei... a senhora não a leu direito”, isto é, problematizando aspectos relativos à sua imagem de desempenho (*imagen de rol*) (Fuentes Rodriguez, 2013). Assim, ao proceder ao uso desse tipo de construção, nota-se que Aécio Neves questiona a competência de Dilma, bem como usa capacidade e inteligência, ao afirmar que sua oponente necessita entender a lei e se inteirar acerca dos fatos. O fato de salientar que Dilma desconhece as leis, na medida que não as lê, indica que Aécio ironiza sua oponente, questionando sua intelectualidade, em um exemplo de ataque que incide sobre a sua pessoa, por meio do uso de argumento *ad hominen*.

Posteriormente, ainda no mesmo turno (exemplo 21), Aécio Neves acusa Dilma de divulgar informações falsas por meio de *blogs*, atrelando a imagem de sua adversária a fatos negativos (Blas Arroyo, 2011), colocando em xeque sua honestidade mediante uma estratégia descortês de desqualificação e depreciação.

Por fim, observa-se a utilização de uma pergunta retórica, no trecho: “sabe o que aconteceu?”, por meio da qual o candidato não busca, de modo efetivo, obter informações, mas sim veicular mais um FTA destinado a rechaçar a autoimagem pública de Dilma Rousseff, já que reforça seu ataque e o enfatiza pelo uso de mais um recurso retórico: um argumento de autoridade (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), a partir do qual se defende das acusações da debatedora. Trata-se do apelo a uma instituição idônea pelo presidencialismo, a qual é reconhecida pela sociedade e cumpre a função de legitimar sua imagem e inocência, no caso, o Ministério Público. O emprego recorrente de recursos argumentativos pelo candidato evidencia um discurso mais calcado no *logos*, em virtude da quantidade de procedimentos de natureza retórica utilizados na concretização das estratégias de descortesia e de sua intensificação.

6.3 Análise do segundo bloco do debate

O segundo bloco do debate tem início com as considerações do mediador, o jornalista Carlos Nascimento, que apresenta informações concernentes aos rumos da interação, em se tratando das intervenções de cada candidato e do tratamento dado aos temas cuja escolha é, nesse momento do embate, livre.

(Exemplo 22)

Mediador: estamos de volta...com o debate com os candidatos à presiDência de república Dilma Rousseff e Aécio NEves...uma realização do SBT... do portal UOL... e da rádio Jovem Pam... você pode participar... acessando a página do SBT e do UOL na internet...nesse segundo bloco nós teremos uma nova rodada de perguntas entre os candidatos... e os temas são...LIVRES...neste bloco...a candidata Dilma Rousseff... é a primeira a fazer a pergunta...a senhora tem... um minuto candidata..(linhas 292-297, *grifos nossos*)

A esse respeito, é importante ressaltar que a escolha dos temas, que passa a ser realizada pelos candidatos, pode ocasionar um agravamento dos efeitos de descortesia no evento comunicativo, devido ao fato de serem da responsabilidade de cada debatedor.

Isso significa que, ao efetuarem a escolha do tópico que mais lhe convier, os interactantes podem fomentar a descortesia na relação de interlocução, a qual pode apresentar-se mais polêmica, uma vez que a escolha de uma temática mais agressiva para a imagem do debatedor adversário, de modo deliberado, tende a acirrar o confronto, fato que veremos ao longo deste bloco. Vale ressaltar que a maior parte das intervenções descorteses costumam intensificar-se, conforme menciona Blas Arroyo (2011), nas seções centrais do debate, por tratar-se do momento em que os candidatos não só expõem seus programas, mas procedem, sobretudo, à formulação de perguntas, réplicas e tréplicas, produzindo uma quantidade significativa de atos descorteses, incrementando, assim, o dissenso.

O primeiro turno de interlocução é atribuído à candidata Dilma, a qual formula uma pergunta destinada a Aécio Neves, cujo tópico é o envolvimento com corrupção:

(exemplo 23)

Pergunta de Dilma Rousseff: candidato...uhm:... há pouco...saiu no UOL...que hoje nos recepciona aqui nesse debate... uma notícia... que diz o seguinte...que...o ex diretor... da Petrobrás...afirmou... ao Ministério Público Federal...que:...o:...presidente...do...eh:...do...do PSDB ex presidente do PSDB Sérgio Guerra... recebeu propina para esvaziar uma CPI... da Petrobrás...Veja o senhor... que...é muito fácil... o senhor ficar...fazendo denúncias...por isso é que eu digo... que o que importa... candidato...quando... a gente verifica... que...o...PSDB... recebeu propina... pra esvaziar...U-MA...CPI...o que que importa candidato?...importa investigar candidato... importa ele saber...lamento que ele esteja morto...mas importa saber...Como recebeu QUANdo recebeu e pra quem distribuiu...por isso que a gente tem de investigar doa a quem doER candidato...

Mediador: obrigado (linhas 298-309, *grifos nossos*)

Na primeira intervenção de Dilma Rousseff no segundo bloco, pode-se observar que a candidata inicia seu turno com uma acusação ao PSDB, grupo rival. Essa acusação perfaz um ato de descortesia por desqualificação destinado aos membros do partido de que Aécio Neves faz parte e, consecutivamente, à sua autoimagem pública. Trata-se de uma acusação indireta, na medida em que se usa uma estratégia de impessoalização da crítica (Silva, 2013), a partir da qual o grupo rival – um exogrupo – é acusado, mediante a fala de terceiros, no caso, o ex-diretor da Petrobrás. O fato de a candidata fazer menção a um canal conhecido, de grande circulação, a UOL, assegura à afirmação da presidenciável certa legitimidade, devido ao emprego de um argumento de autoridade (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), que cumpre a função de alicerçar e fundamentar suas proposições, além de intensificar seu comportamento verbal agressivo.

Observa-se, ainda, que ao atacar o bando rival, a candidata procede ao uso de outra estratégia descortês que consiste em estabelecer refratariedade exacerbada em relação ao grupo oposto, uma vez que a presidenciável ataca a imagem de grupo de seu oponente (Bravo, 2005). Trata-se do uso de uma estratégia de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005).

Desse modo, ao acusar Aécio Neves mediante a fala de outrem, a candidata protege sua autoimagem e, concomitante a isso, dá respaldo ao seu discurso: em outras palavras, não é Dilma quem, de fato, acusa seu oponente, mas sim o diretor da Petrobrás. Nesse sentido, pode-se afirmar que o uso do argumento *ad vercundian* (Amossy, 2018), atrelado ao ataque, apresenta a função de validar a ameaça empreendida pela debatedora, fato que colabora para que a locutora proteja sua autoimagem de eventuais críticas, conforme se observa no excerto do turno sob análise (exemplo 23):

Dilma Rousseff: veja o senhor... que...é muito fácil... o senhor ficar...fazendo denúncias...por isso é que eu digo... que o que importa... candidato... quando... a gente verifica... que...o... PSDB... recebeu propina... pra esvaziar...U-MA ...CPI...o que que importa candidato?...importa investigar candidato... (grifos nossos)

Ainda no mesmo turno, verifica-se que Dilma formula mais ataques à autoimagem pública de Aécio Neves e à de seu partido. Nota-se que a candidata ataca a imagem de afiliação de seu oponente com o auditório (Bravo, 2005), por meio de uma estratégia de desqualificação – Dilma acusa Aécio de encobrir fatos e de cometer atos de corrupção, esvaziando uma CPI. O ataque se efetua por meio do uso de duas estratégias: a de desqualificação pela acusação direta – o partido de Aécio recebeu propina – e pelo uso de

uma estratégia de refratariedade exacerbada ao grupo opositor, no caso, o PSDB, em mais um exemplo de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005). Nesse caso, a descortesia de fustigação realiza-se, formalmente, por meio da fórmula de tratamento “a gente”, a partir da qual se excluem os membros do partido rival (o PSDB). Por outro lado, nota-se que Dilma Rousseff inclui o auditório e todos aqueles que aspiram ao combate da corrupção, promovida pelo partido rival.

É importante assinalar que, ao promover a exclusão de Aécio Neves e de seus correligionários, atacando sua imagem de grupo, Dilma procede ao uso de mais uma estratégia descortês que consiste em produzir efeitos descortesos para o interlocutor por meio da manipulação deliberada da esfera de referência do falante. Trata-se de utilizar a ambiguidade referencial, presente no gênero debate eleitoral, mobilizando seu quadro participativo de modo estratégico (Blas Arroyo, 2011), conforme indica o excerto do turno de Dilma: “quando a gente verifica que o PSDB recebeu propina para esvaziar uma CPI, o que que importa, candidato? importa investigar”.

Importa ressaltar, ademais, que a fórmula “a gente” se configura em uma forma de tratamento que visa a promover, além disso, relações de afiliação como o eleitor em potencial, no caso, aquele que, assim como a presidenciável, se indigna com as acusações de corrupção que recaem sobre o PSDB, na medida em que a presidenciável objetiva incluir todos os brasileiros que aspiram a uma investigação efetiva, a fim de estabelecer relações de aproximação com o auditório mediante a construção de uma imagem de afiliação com o grupo constituído pelo eleitor em potencial.

Vale lembrar, ainda, que a forma de tratamento “a gente” remete à coloquialidade, presente no discurso de Dilma Rousseff, fato linguístico-discursivo que sugere suas intenções de manter aproximação com seu público-alvo. Trata-se da tentativa de estabelecimento de um *duo consensual* ou coalizão com o auditório (Fávero e Aquino, 2002), com o qual se visa a estabelecer uma imagem colaborativa (Blas Arroyo, 2011).

Outro aspecto da intervenção de Dilma Rousseff, (exemplo 23) diz respeito ao uso de uma pergunta retórica, verificada no trecho: “o que importa, candidato?”, por meio da qual a candidata ataca a autoimagem pública de Aécio Neves, procedendo ao uso de outra estratégia de desqualificação. Rechaça-se a autoimagem pública do presidenciável por meio de acusações de corrupção e de ocultação – o PSDB não investiga, segundo Dilma – a qual formula uma pergunta cuja resposta é ela mesma quem dá: “O que importa, candidato? importa investigar”. Nesse sentido, observa-se que a resposta à pergunta

formulada por Dilma é oferecida pela própria debatedora de modo deliberado, com o intuito de promover efeitos descorteses.²⁵⁴

Amossy (2018) denomina esse recurso de natureza argumentativa como uma “questão complexa”, um tipo de paralogismo que “compreende pressupostos que já apresentam uma resposta” (Amossy, 2018, p. 161). Ademais, trata-se de uma pergunta que não cumpre a finalidade de obter informações acerca de algo, mas sim outro propósito discursivo: no caso, ameaçar a autoimagem pública do interlocutor. Desse modo, utiliza-se um recurso de natureza argumentativa que cumpre o propósito de levar a termo um ato descortês (Blas Arroyo, 2011).

Mais adiante, observa-se que a candidata procede à reiteração do termo “importa”, que, no segmento analisado, reforça a relevância de uma investigação minuciosa e necessária, segundo Dilma Rousseff. Nessa direção, há que se observar que, nesse trecho, a candidata busca reforçar seu ataque por meio de uma figura de repetição (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), cujo uso visa a assegurar que um ato ou um dado evento permaneça presente na memória do auditório (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]). Nota-se, assim, que a candidata emprega recursos retóricos e linguísticos para a realização das estratégias de descortesia (Blas Arroyo, 2011), destinadas a rechaçar seu oponente diante do auditório.

O segundo bloco do debate prossegue com o turno de resposta de Aécio Neves, o qual reage aos ataques de Dilma Rousseff, procedendo à formulação de um contra-ataque:

(Exemplo 24)

Réplica de Aécio Neves: candidata... aí já vai uma... outra diferença proFUNda... entre nós dois...pra mim...não importa de qual partido seja o denunciado... a investigação tem que ir a fundo... e pela primeira vez ((falando alto)) pelo MENOS... há algo positivo aQUI:...a senhora ((rindo)) pela primeira vez... dá cre-di-bi-li-da-de às denúncias do senhor Paulo Roberto((ironia))...é esse que disse que dois por cento...dois por cento... de todas as obras sob sua responsabilidade... iam para o seu par-ti-do candidata... iam para o te-sou-reiro do SE-U...par-ti-do ((ênfase))... e o que que a senhora fez durante em período?...nada?...a senhora tomou providência...pra pedir o afastamento do tesoureiro... do SEU partido...candidata?...NÃO...as denúncias que surgem aí são denúncias construídas a partir...daquilo que a Polícia Federal chama uma organização criminosa atuando no seio da nossa maior empresa ((falando mais devagar))...foram doze anos candidata...doze anos em que os cofres da Petrobrás foram assalTados ((ênfase)) e esse dinheiro distribuído...temos sim que ir a fundo...saber quem são os beneficiários...agora se a senhora não tem receio... e diz aqui... que quer apuração... que quer que as investigações... possam ir a fundo...porque que o seu partido essa semana impediu que o senhor Vacari... fosse à CPI depor...nós convocamos o seu partido...o PT e alguns/alguns aliados impediram que ele fosse lá explicar/explicar...o que foi feito com esse recurso e vou lhe dizer mais

²⁵⁴ Trata-se de um ato que, segundo Erlich (1993) e Aquino (1997), contribui para valorizar a imagem do locutor que o emprega.

candidato...ele ainda é o tesoureiro do seu partido... e ele é responsável por transferir... recursos para a SUA campanha ((ênfase))... terá sido por isso...que ele não foi afastado ((indagação))? porque pelo menos... quatro milhões de reais foram transferidos com a assinatura do senhor Vacari NES- TA campanha eleitoral para a sua conta de campanha ...de onde veio esse recurso candidata?...vamos investigar logo...eu acho que os brasileiros que estão ((olhando para a câmera)) nos ouvindo...devem saber antes das eleições inclusive... quem são os responsáveis por transferir o dinheiro... e quem recebeu esse dinheiro... independente de partido político... tem que ser puNIDO ((ênfase)) candidata... (linhas 310-335, *grifos nossos*)

No turno que veicula a réplica de Aécio Neves, observa-se que o candidato faz uso de estratégias descorteses distintas, como reação aos ataques efetuados por Dilma Rousseff (Culpeper, 1996; 2011). No trecho (exemplo 24), em que o presidenciável assinala haver uma diferença profunda entre ele e sua oponente, nota-se que o emprego do pronome “nós inclusivo”, inclui ambos os debatedores – Aécio Neves e Dilma Rousseff. No entanto, verifica-se que o uso desse pronome cumpre finalidades discursivas descorteses, uma vez que é utilizado para estabelecer uma comparação – trata-se de um argumento quase-lógico, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) – estabelecida por Aécio em relação à Dilma, no que se refere à relação com os membros do partido. No caso, observa-se que a comparação cumpre a finalidade de formalizar uma estratégia descortês: a de formular contrastes desvantajosos para o candidato oponente (Silva, 2013).

De acordo com Aécio Neves, todos devem ser investigados de forma efetiva, inclusive os membros do partido de que se faz parte. Nesse sentido, observa-se que Aécio desqualifica a autoimagem pública de Dilma, acusando-a de corrupção por não “fazer nada” diante dos “dois por cento”, referentes a obras realizadas com dinheiro público, valor destinado, segundo o candidato, ao tesoureiro do partido de sua oponente, o PT.

Nesse caso, há que se observar que Aécio busca sustentar suas acusações com dados numéricos, estatísticos, apelando, assim, à razão²⁵⁵, fato que sugere a construção de um discurso mais centrado no *logos* (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]) e que pode contribuir para a valorização de sua imagem: “É esse que disse que dois por cento...dois por cento...de todas as obras sob sua responsabilidade iam para o *seu* partido, candidata, iam para o tesoureiro do SE-U partido”.

Outro aspecto a ser ressaltado acerca do turno de Aécio Neves (exemplo 24) diz respeito ao fato do candidato recorrer a uma forma de raciocínio entinêmico (Amossy, 2018), a fim de ameaçar a autoimagem pública de Dilma Rousseff, no momento em que

²⁵⁵ De acordo com Aquino (1997), baseando-se nos estudos de Erlich (1993), o apelo à razão configura-se como uma estratégia que colabora para fortalecer a imagem do locutor.

o presidenciável formula perguntas retóricas, respondidas, no entanto, pelo próprio debatedor: “e o que que a senhora fez durante esse período? nada? a senhora tomou alguma providência... pediu o afastamento do tesoureiro do seu partido candidata? não...”(grifos nossos).

O raciocínio entinêmico, subjacente à sequência de perguntas retóricas, apresenta-se da seguinte maneira: a) é necessário investigar todos, inclusive o PT, não somente um partido; b) Dilma não investigou seu próprio partido; c) Dilma não investiga todos. A forma de raciocínio apresentada por Aécio é composta por duas premissas, a) e b), as quais podem ser depreendidas de seu entimema, cumprindo a finalidade de corroborar a seguinte conclusão: c) Dilma não investiga, de modo efetivo, todos.

Nota-se que o debatedor visa, por meio dessa forma de organização das ideias, a conduzir o auditório a chegar a uma mesma conclusão por meio das premissas que subjazem ao seu discurso (Amossy, 2018), na busca de rechaçar a autoimagem pública de Dilma mediante um tipo de construção que remete ao raciocínio lógico, em uma tentativa de levá-la ao descrédito. Nessa direção, o entimema perfaz um discurso que se apresenta verossímil ao auditório em função de sua semelhança com formas que aparentam ser verdadeiras.

Além disso, observa-se que a acusação à candidata é reforçada, isto é, intensificada, por meio do apelo à ironia. Trata-se de um ato que, aparentemente, configura-se como cortês, – Aécio ressalta algo positivo de modo sarcástico – cujos efeitos são, no entanto, descorteses, fato corroborado por recursos extralinguísticos, como o riso.

Cumprido observar que, pelo fato de se situar em uma interação marcadamente agonal, um ato aparentemente cortês acaba por configurar um falso elogio (Culpeper, 1996; 2011), na medida em que se reconfigura, transmutando-se em um ataque, devido ao contexto em que se inscreve, conforme indica o trecho do turno de Aécio Neves: “e, pela primeira vez... pelo menos...há algo positivo aqui. ...a senhora ((risos)) pela primeira vez...dá credibilidade às denúncias do senhor Paulo Roberto...”.

No que tange a esse recurso, há que se acrescentar que a ironia, que se configura em um recurso retórico, apresenta a função de proceder à desqualificação do outro por meio de um “riso de exclusão”. Trata-se de um argumento pelo ridículo, cuja função é deslegitimar a candidata adversária, intensificando a animosidade na interação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]). Vale ressaltar, ainda, que a ironia é utilizada com vistas

a rechaçar a autoimagem de Dilma Rousseff e veicula uma estratégia descortês, no caso, a desqualificação por meio de uma acusação.

Em virtude do exposto, o contexto e a intencionalidade do interactante Aécio Neves permitem afirmar que esse ato se configura em exemplo de falsa cortesia (*mock politeness*) (Culpeper, 1996; 2011), realizado pelo candidato para deslegitimar o discurso de sua adversária, no momento em que o aspirante à presidência parece elogiar Dilma, ao mencionar que há algo positivo em suas ações.

Outro aspecto a ser observado no turno sob análise reside no fato de o candidato questionar o porquê de o tesoureiro de Dilma, o senhor Vacari, não ter sido afastado, colocando em xeque a honestidade da presidenciável mediante a suspeição de seu *ethos* de político que promove justiça (Amossy, 2018), por meio de uma investigação séria e efetiva. Segundo Aécio Neves, a candidata não investiga, de fato, uma vez que não afastou alguém suspeito de desviar dinheiro em seu mandato. Ao formular uma pergunta que coloca em suspeição a própria conduta da candidata à presidência, – fato corroborado pelo uso de um verbo que, entretanto, modaliza seu discurso, dirimindo a força ilocutória de seu enunciado: “não terá sido por isso?” – Aécio Neves visa a desconstruir a *areté* (Amossy, 2018; Fiorin, 2016), isto é, um aspecto relacionado ao *ethos* de sinceridade e honestidade da oponente.

Ao atacar membros do grupo rival, como reação aos ataques de Dilma, Aécio Neves procede, além disso, ao emprego de uma estratégia de afiliação exacerbada ao grupo, no caso, ao PSDB, defendido pelo candidato. Nesse caso, pode-se observar o emprego da descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005), bem como um ataque à imagem de grupo de sua oponente (Bravo, 2005).

Por outro lado, o emprego do pronome possessivo no trecho “seu partido”, forma de interpelação utilizada por Aécio Neves para atacar Dilma e seus correligionários, afigura-se como um recurso por meio do qual se realiza uma estratégia de descortesia por refratariedade exacerbada, isto é, pela oposição ao grupo rival, no caso, os partidários da debatedora.

Outra estratégia de ataque a ser pontuada, no que se refere ao turno de Aécio Neves, (exemplo 24) refere-se ao fato de o candidato atribuir à Dilma uma imagem de afiliação (Bravo, 2005) com um partido acusado de corrupção, o PT, buscando fortalecer essa imagem de grupo estrategicamente. Assim, é possível afirmar que o presidenciável busca desconstruir o discurso construído por Dilma, segundo o qual se procede à investigação de todos na gestão de Dilma. Nessa direção, nota-se que Aécio Neves apela

para um *ethos* prévio do suposto envolvimento de Dilma com corrupção (Maingueneau, 2008; Amossy, 2018), tendo como propósito desconstruir a autoimagem pública de sua oponente.

Por fim, verifica-se que o candidato emprega a estratégia de impessoalização da crítica (Silva, 2013), na medida em que confere a outrem, no caso, à Polícia Federal, a responsabilidade pelas acusações de que o PT e Dilma fazem parte de “uma organização criminosa”. Para realizar essa estratégia, nota-se que Aécio Neves faz uso de um argumento de autoridade, uma vez que apela a uma instituição idônea e reconhecida pela sociedade, como a Polícia Federal, por meio do qual o presidenciável intenta legitimar e conferir respaldo às suas acusações, atribuindo autoridade ao seu discurso, marcadamente agressivo. Observa-se, ainda, que a desqualificação da autoimagem pública de Dilma Rousseff pelo debatedor veicula uma acusação de incongruência em relação à conduta da adversária política (Blas Arroyo, 2011) que, a despeito de prometer investigar, age de modo escuso, haja vista que um membro de seu partido impede alguém de depor em uma CPI.

A acusação de incongruência, destinada à Dilma e ao partido do qual faz parte, o PT, é realizada mediante o emprego de uma pergunta retórica que em si carrega uma proposição negativa a respeito da debatedora, configurando-se em uma “questão complexa”, conforme assinala Amossy (2018), conforme aponta o excerto do turno do candidato: “por que que o seu partido (grifos nossos) esta semana impediu que o senhor Vaccari ((batendo no painel)) fosse à CPI depor?”. Observa-se que o trecho da intervenção de Aécio evidencia uma proposição, no caso, uma acusação, imbricada na formulação interrogativa: o fato de que o partido de Dilma impediu alguém de depor em uma CPI.

Nota-se, ainda, o apelo a um léxico negativo²⁵⁶ (Blas Arroyo, 2011) pelo candidato Aécio Neves, que compreende um campo semântico relacionado ao crime, também utilizado para refutar a autoimagem social de Dilma Rousseff – sobretudo em se tratando de aspectos relacionados à qualidade de sua face (*quality face*), assim como ao seu papel profissional desempenhado (Spencer-Oatey, 2008; Culpeper, 1996; 2011) – e, concomitantemente, de seus partidários.

O fato de associar a figura de Dilma Rousseff a um fato negativo (Blas Arroyo, 2011), configura uma estratégia de descortesia que rechaça não só a imagem da

²⁵⁶ Aquino (2003) chama a atenção para a importância do uso de um léxico específico, de modo estratégico, no processo de construção do discurso e da imagem de políticos no embate eleitoral.

debatedora, mas a de seus correligionários, em um claro ato de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005), a qual se realiza mediante o emprego de uma estratégia que consiste em promover ameaça à imagem de grupo da mediante a refratariedade exacerbada em relação ao agrupamento político rival, conforme aponta o excerto do turno sob análise: “as denúncias que surgem aí são denúncias construídas a partir daquilo que a Polícia Federal chama uma organização criminoso atuando no seio da nossa maior empresa. ((falando mais devagar)) ...” (*grifos nossos*)

Em seguida, ainda no exemplo 24, observa-se o emprego de uma estratégia de afiliação exacerbada em relação ao grupo, empregada pelo candidato, em contraposição aos correligionários de sua rival, o PT. Verifica-se que a afiliação ao grupo se concretiza por meio do uso, por Aécio Neves, de um dêitico pessoal, um “nós exclusivo”, com o qual exclui Dilma e os membros do PT da esfera de referência da primeira pessoa do plural, que compreende Aécio e seu grupo político, representando-os. Trata-se do que Blas Arroyo (2011) denomina como um “nós político”, isto é, um “nós correligionário”, mediante o qual o orador dissolve sua individualidade, na medida em que reforça sua imagem de afiliação em relação ao grupo (Bravo, 2005), conforme aponta o excerto do exemplo 24:

Aécio Neves: nós convocamos o seu partido...o PT... e alguns aliados impediram que ele fosse lá explicar o que foi feito com esse recurso... e vou lhe dizer mais candidata... ele ainda é o tesoureiro do seu partido e ele é responsável por transferir recursos para a sua campanha...(*grifos nossos*)

No excerto do turno de Aécio (exemplo 24), verifica-se que um pronome “nós exclusivo” é utilizado em contraposição ao emprego do pronome possessivo “seu”, pelo qual Aécio Neves interpela e acusa sua adversária política, o qual referencia o grupo político de sua oponente, conforme se observa na intervenção de Aécio Neves: “Nós convocamos o seu partido, o PT”.

O fato de Aécio Neves excluir Dilma Rousseff e seus correligionários de seu âmbito de referência pessoal indica o emprego de uma estratégia de descortesia que consiste em produzir efeitos ameaçadores, descortesias, a partir da manipulação estratégica do âmbito de referência do falante (Blas Arroyo, 2011).

Outro aspecto observado na intervenção do candidato refere-se ao fato de Aécio excluir Dilma da condição de destinatário direto (Kerbrat-Orecchioni, 2006), estratégia utilizada por Aécio Neves a fim de produzir efeitos de distanciamento. A exclusão de Dilma como destinatária direta e a modificação de seu papel dentro do quadro participativo do debate produz efeitos descortesias e negativos para os desejos de imagem

da candidata, corroborando o fato de que os papéis são “flutuantes” no contexto do debate político (Fávero e Aquino, 2002).

Em seguida, observa-se que Aécio Neves formula uma série de perguntas retóricas, que veiculam a acusação de corrupção e desvio de dinheiro público para a conta de Dilma Rousseff, cuja resposta é apresentada pelo próprio candidato, a fim de refutar a autoimagem pública da candidata oponente diante do auditório, com o qual o presidenciável busca estabelecer uma aliança, isto é, uma coalizão. As perguntas retóricas configuram-se em recursos argumentativos e são destinadas a rechaçar a autoimagem de Dilma Rousseff e de seus correligionários, cumprindo a função de concretizar atos de descortesia pela desqualificação da imagem de grupo de sua adversária (Blas Arroyo, 2011). Trata-se, ademais, do emprego de questões complexas, um tipo de paralogismo (Amossy, 2018), uma vez que carregam uma assunção negativa em relação à presidenciável, isto é, uma proposição veiculada pelo próprio enunciado formulado por Aécio e que colaboram para acentuar a ameaça à autoimagem pública de sua adversária política, intensificando, assim, a animosidade na interlocução.

Concluindo seu longo turno, (exemplo 24) nota-se, ainda, que Aécio Neves manipula a *dêixis* pessoal para estabelecer uma aliança ou coalizão com o auditório (Blas Arroyo, 2011) – em detrimento da autoimagem da candidata adversária – convocando-o a refletir acerca da responsabilidade de Dilma em relação às acusações de corrupção e desvio de dinheiro público para sua campanha eleitoral, conforme aponta o excerto do turno em análise:

Aécio Neves: vamos investigar logo... eu acho que os brasileiros que estão nos ouvindo devem saber antes das eleições...inclusive... quem são os responsáveis por transferir o dinheiro e quem recebeu esse dinheiro... (grifos nossos)

Nesse caso, observa-se que Aécio Neves utiliza o verbo na primeira pessoa do plural: “vamos”, e o pronome “nos”, os quais remetem ao âmbito de referência de um “nós” que representa o candidato e seu grupo político, buscando, assim, despertar a indignação de um terceiro participante. Trata-se do eleitor, o interlocutor privilegiado (Kerbrat-Orecchionni, 2006), para o qual todo o trabalho de persuasão da interação encontra-se destinado, conquanto esse interactante não participe do evento comunicativo fisicamente.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, ao ser inserido dentro do mesmo âmbito de alocação do candidato Aécio Neves, o eleitor passa a ocupar outro papel na interlocução, no caso, o do destinatário direto (Kerbrat-Orecchioni, 2006), fato corroborado pelo

dêitico pessoal – um índice de alocação que pode colaborar para promover aproximação com o auditório (Amossy, 2018) – fato que sugere uma clara tentativa de estabelecer relações de afiliação por parte de Aécio Neves com seu destinatário privilegiado.

Observa-se, assim, que Aécio Neves busca o estabelecimento de uma aliança ou coalizão com o auditório (Blas Arroyo, 2011), por meio da tentativa da instauração de um *duo consensual* (Fávero e Aquino, 2002), a partir do qual o candidato visa a fazer parte do grupo constituído pelos eleitores, em uma tentativa de promover uma imagem de afiliação com o seu eleitor (Bravo, 2005).

O segundo bloco do debate prossegue com o turno de réplica de Dilma Rousseff:

(Exemplo 25)

Réplica de Dilma Rousseff: candidato...o senhor tem dois pesos e duas medidas...eu...pode ter certeza...e...sem neNHUM constrangimento...investigarei...tudo e todos...eu nunca engavetei...candidato...eu não jogo pra baixo do tapete...agora...fica claro candidato...uma coisa o senhor gosta muito... de culpar todos...agora quando chega...o ex-presidente do seu partido...o senhor... sai... e diz... que tem de investigar o PT... não senhor...nós temos de investigar...doar a quem doer...todos...nós temos de investigar todos os envolvidos...candidato...não é desta forma...que este país...vai MODificar sua relação...com... os delitos e os crimes...é investigando todos...candidato...implacavelmente...e não como vocês faziam... quando um delegado chegava PERto de uma investigação...ele era despachado para outra cidade...quando um engavetador via um um processo complicado...ele engavetava...

Mediador: obrigado... (linhas 336-347, *grifos nossos*)

Dilma Rousseff dá início ao seu turno de réplica com a apresentação de uma expressão metafórica, por meio da qual busca explicar de que modo o candidato rival analisa os fatos, segundo ela, de modo incoerente. Trata-se de uma estratégia descortês que consiste em mostrar a incongruência do oponente, formalizada por meio de uma expressão popular, utilizada como meio de estabelecer um discurso com o qual boa parte do eleitor se identifique, uma vez que denota certa coloquialidade (Blas Arroyo, 2011), por se tratar de uma fórmula repertoriada e comum ao auditório. Trata-se de um predicado doxástico (Blas Arroyo, 2011).

Além disso, verifica-se, no mesmo turno, o emprego do pronome pessoal na primeira pessoa do singular por Dilma, por meio do qual a candidata intenta reforçar sua imagem de autonomia diante do auditório (Bravo, 2005) para, concomitantemente a isso, erigir o *ethos* do político competente e atuante, ao apresentar-se ao público de forma individualizada, dispondo-se a investigar tudo e todos. O reforço da imagem de autonomia (Bravo, 2005), empreendido por Dilma, por meio do emprego do pronome de primeira pessoa, atrelado a um ato de fala comissivo, configura uma estratégia de autopromoção da imagem, a qual ocorre em detrimento da imagem de seu oponente.

Mais adiante, a candidata ressalta que Aécio Neves “gosta” de culpar a todos, interpelando-o por meio da forma “o senhor”, pronome de tratamento que, em interações regidas pela cortesia, pode implicar em respeito ou deferência. No caso do debate, observa-se que o termo “senhor” é empregado em alternância com outras formas de tratamento, como “candidato” ou “candidato Aécio Neves”, empregadas em atos de ameaça à imagem do oponente.

No mesmo turno (exemplo 25), observa-se que Dilma faz uso da fórmula “vocês”, com a qual a candidata aprofunda a polarização entre as duas facções políticas distintas, as quais representam os grupos políticos dos dois debatedores, PT e PSDB. Como, na interação sob análise, esperam-se formas mais marcadas pela deferência, como o “senhor” e a “senhora”, denotando decoro e certo respeito – a forma vocês é marcada por coloquialidade – pode-se afirmar que o emprego do pronome “você” pode apresentar efeitos distintos, podendo implicar, inclusive, em depreciação ou desprezo, na medida em que indica um tipo de interpelação que realça a dicotomia na interlocução. Em outras palavras, consideramos que, nesse tipo de interação específica, marcada por certa formalidade e pelo emprego da descortesia de modo deliberado, o uso dessa forma pode apresentar efeitos descortesias. Quanto à forma “o senhor”, observa-se que, na intervenção de Dilma, insere-se no turno da candidata antecedendo atos direcionados ao ataque da autoimagem pública de Aécio Neves, aprofundando, também, os efeitos de descortesia.

No excerto do exemplo 25: “Eu nunca engavetei, candidato, eu não jogo pra baixo do tapete”, uma acusação de Dilma Rousseff, pode-se observar, ademais, que a candidata enfatiza sua imagem de autonomia pelo uso do pronome em primeira pessoa, a fim de assinalar que, ao contrário de Aécio e de seus partidários – no caso, os correligionários do candidato – nunca engavetou nenhum processo, ou seja, nunca ocultou informações. Nota-se, pois, que a candidata busca promover sua autoimagem em detrimento da autoimagem pública de seu rival, acusado de ocultar e esconder fatos escusos, cuja imagem é atrelada a fatos negativos (Blas Arroyo, 2011). Assim, observam-se, no excerto, duas estratégias de descortesia: a de desqualificação e a de promoção da autoimagem em detrimento da do oponente.

Em seguida, a candidata utiliza o pronome de primeira pessoa no plural, um “nós inclusivo”, o qual representa Dilma e, também, inclui Aécio Neves no mesmo âmbito de referência. Entretanto, nota-se que a candidata inclui seu adversário no mesmo âmbito de referência para atribuir-lhe uma obrigação, no caso, a de investigar todos, assim como

ela, que, inclusive, se propõe a isso de forma tácita. Nessa direção, observa-se, que o uso desse “nós” ocorre em oposição a um “vocês”, forma pela qual a candidata interpela um *exogrupo* (Fuentes Rodriguez, 2013), o de seu adversário, no caso, o PSDB, conforme indica o trecho do turno analisado (exemplo 25):

Dilma Rousseff: agora quando chega...o ex-presidente do seu partido...o senhor... sai... e diz... que tem de investigar o PT... não senhor...nós temos de investigar...doa a quem doer...todos...nós temos de investigar todos os envolvidos...candidato... não é desta forma...que este país...vai MODificar sua relação...com... os delitos e os crimes...é investigando todos...candidato...implacavelmente...e não como vocês faziam... quando um delegado chegava PERto de uma investigação...ele era despachado para outra cidade...quando um engavetador via um um processo complicado...ele engavetava...

Não obstante, a inclusão de Aécio Neves no mesmo âmbito pessoal por Dilma não se configura, nesse caso, em uma estratégia cortês, uma vez que a candidata estabelece aproximação em relação ao adversário político com o propósito de ameaçar-lhe, uma vez que o impele a algo, no caso, a obrigação de investigar em lugar de “engavetar” denúncias. Trata-se de uma estratégia descortês de manipulação estratégica do âmbito de referência pessoal, já que a candidata à presidência faz uso da ambiguidade presente no quadro participativo do embate eleitoral para produzir efeitos descorteses (Blas Arroyo, 2011). Com efeito, trata-se de uma inclusão cuja finalidade é a de impor responsabilidades ou obrigações sobre o candidato Aécio Neves. Verifica-se, assim, um ato impositivo (Culpeper, 1996; 2011) que contribui, pois, para ameaçar-lhe a autoimagem privada, produzindo efeitos negativos para os desejos de imagem do candidato (Goffman, 1967).

Importa assinalar, ainda, que o fato de Dilma acusar o bando rival aponta para o uso de outra estratégia descortês que consiste em estabelecer refratariedade ou afastamento exacerbado em relação ao grupo de seu adversário, ao qual a presidenciável se contrapõe, uma vez que ocorre uma refutação ao modo de governar do partido rival, no tocante ao tratamento dado aos crimes e delitos.

Dilma Rousseff: nós temos de investigar todos os envolvidos... candidato... não é desta forma que este país vai modificar sua relação com os delitos e os crimes...é investigando todos... candidato... implacavelmente... e não como vocês faziam (*grifos nossos*)

Há, pois, uma relação de polarização entre um “nós”, representado por Dilma e seu grupo, e um “vocês”, representado por Aécio Neves e seus correligionários. Ao vincular-se ao seu grupo, atuando em sua defesa, observa-se, por outro lado, o emprego de uma estratégia de descortesia por afiliação exacerbada de Dilma Rousseff ao seu grupo

político. Trata-se de outro exemplo de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005).

O debate prossegue com o turno de tréplica de Aécio Neves:

(Exemplo 26)

Tréplica de Aécio Neves: lamento que a candidata não tinha entendido nada do que eu disse... ((sorrindo))) investiguem-se todos To-dos...candidata ((irônico)) agora o seu discurso...não tem conexão...com a sua prática...o seu governo... impediu o quanto pôde que a CPI da Petrobrás e depois a CPML... fossem instaladas... e depois que foi instalada porque eu fui ao lado de outros senadores do Supremo Tribunal para garantir o seu funcionamento... vocês tentaram fraudar a CPML...vocês tentaram fraudar a CPML...funcionários do SEU governo do palácio do planalto... foram lá...dar o gabarito às respostas...às perguntas ((escrevendo na mão)) que a sua base...faria a essas pessoas... tem que investigar...SIM...TODOS...mas permita candidata... que isso seja investigado...SIM...TODOS...mas permita candidata que isso seja investigado...a senhora volta sempre no passado...onde é que estavam eh:...eh:... nesses doze anos...eh:...essas denúncias...por que que vocês não tomaram... vou repetir mais uma vez não tomaram... vou repetir mais uma vez as atitudes necessárias para reabrir todos esses processos?...candidata...das duas a uma...ou não existia Na-Da relevante com relação a essas denúncias... ou então o seu governo prevaricou...não tem uma terceira alternativa...
Mediador: candidato Aécio...o senhor agora deve... fazer... a seguinte pergunta... (linhas 348-363, *grifos nossos*)

A tréplica de Aécio Neves tem início com um ato de atenuação dos efeitos de descortesia decorrentes do fato de o candidato afirmar que sua rival não entende seu discurso, colocando em xeque a capacidade de compreensão e inteligência de sua oponente. Aécio ataca a autoimagem de Dilma, fazendo uso, no entanto, de uma fórmula aparentemente cortês – o verbo lamentar – que se apresenta, nesse tipo de contrato de interlocução, como um ato de falsa cortesia (*mock politeness*) (Culpeper, 1996; 2011), ação comedida e denominada, no debate eleitoral, como um tipo de comportamento politicamente correto (Blas Arroyo, 2011), conforme se observa no excerto: lamento que a candidata não tenha entendido nada do que eu disse, investiguem-se todos, candidata”.

No entanto, o emprego de um verbo atenuador que modaliza o discurso, minorando a intensidade da força ilocutória da proposição de Aécio Neves, em termos de agressividade verbal, assume, nesse tipo de interação, marcadamente agonial, caráter estratégico, uma vez que os atos corteses não são esperados sendo, portanto, marcados. Em outras palavras, no evento comunicativo sob análise, o comportamento verbal esperado e ritualizado pelos participantes é, justamente, a agressividade verbal (Blas Arroyo, 2011). Assim, o atenuador não apresenta função altruísta, no sentido de mitigar um possível ataque à imagem alheia, mas cumpre finalidades egocêntricas (Briz, 2013), no caso, de salvaguardar a autoimagem daquele que produz o ato de ameaça diante do auditório, Aécio Neves. O modalizador utilizado por Aécio Neves indica, pois, o emprego

de um procedimento autocêntrico de atividade de imagem (BRIZ, 2013), evidenciando um tipo de falsa cortesia (*mock politeness*) (Culpeper, 1996;2011).

Dando prosseguimento ao seu turno de tréplica, (exemplo 26), o candidato procede à formulação de novos ataques, empregando uma estratégia que visa a desqualificar o conteúdo do enunciado veiculado pelo discurso de Dilma – a qual busca deslegitimar – a partir da acusação de incongruência entre as práticas e ações políticas tomadas pela candidata e seu discurso. Segundo Aécio Neves, Dilma Rousseff impediu investigações à Petrobrás que, conforme assinala o candidato, foram iniciativas suas e de membros do Supremo Tribunal Federal, conforme é possível verificar no excerto: “*eu fui ao lado de vários senadores do Supremo Tribunal Federal... para garantir o seu funcionamento*” (*grifos nossos*).

Cumpra assinalar que, mais uma vez, Aécio Neves recorre ao uso de um procedimento de personalização²⁵⁷, tática analisada por Blas Arroyo (2011), Bolívar (2013) e Marques (2012; 2017), a partir da qual o político busca erigir uma imagem de autonomia firme (Bravo, 2005), com o intuito de destacar-se em relação ao grupo, a fim de apresentar ao auditório a figura de um político capaz. Observa-se que, nesse caso, o presidenciável recorre a uma estratégia de autopromoção, a qual se dá em detrimento da autoimagem pública de Dilma no pleito eleitoral. Trata-se de uma estratégia de descortesia, que produz efeitos negativos para a imagem de Dilma, que consiste na autopromoção em detrimento do outro. No exemplo 26, observa-se, ademais, que o candidato faz menção ao Supremo Tribunal Federal em uma tentativa de legitimar suas acusações mediante o apelo a uma instituição reconhecida, utilizando, assim, um argumento de autoridade (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]).

Já no momento em que o candidato acusa os correligionários de Dilma Rousseff de fraudarem uma investigação, verifica-se, novamente, o uso de pronomes pessoais possessivos – por meio da forma “seu governo”, isto é, sua base – como recursos linguísticos que cumprem a função de concretizar as estratégias de descortesia. (Blas Arroyo, 2011), já que tais formas de interpelação colaboram para promover a acentuação da polarização entre um “nós” e um “vocês”, ou seja, entre duas facções políticas distintas e antagônicas no pleito eleitoral.

²⁵⁷ Pessoalização ou personalização são os termos adotados e expostos por Blas Arroyo (2011) e Bolívar (2013) em seus estudos acerca do discurso político para a abordagem dos efeitos produzidos pelo intenso uso de um “eu”, assim como do apelo a fatos e vivências pessoais, cuja finalidade é conseguir a adesão dos eleitores mediante a emoção e a subjetividade. Neste estudo, consideramos ambos os termos, em se tratando de adotar uma terminologia para tal evento linguístico-discursivo presente no embate político-eleitoral.

Além disso, verifica-se que Aécio Neves relaciona, repetidamente, a imagem de Dilma Rousseff aos membros de seu grupo, o PT, acusados da fraude de modo estratégico. Trata-se de um ato ameaça que consiste em promover refratariedade exacerbada destinada ao agrupamento político da candidata – representada pelo PT e por Dilma – ameaçando, consecutivamente, a imagem pública da debatedora. No caso, observa-se que Aécio Neves visa a comprometer a credibilidade de Dilma e a de seus correligionários frente ao auditório, em um claro ato de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005). Nessa direção, esse ato veicula mais uma estratégia descortês, que consiste em produzir ameaças à imagem de grupo da presidenciável mediante a refratariedade ou autonomia exacerbada em relação aos seus correligionários, bem como às posturas e valores por eles apresentadas.

A refratariedade ao grupo oponente, constituído por Dilma Rousseff e seus correligionários, pode ser observada e corroborada por meio de índices de alocação (Amossy, 2018) que situam os oponentes no discurso no mesmo âmbito de referência de Dilma (vocês), ao qual se opõe um “nós” – que inclui Aécio Neves e seus partidários. Em contrapartida, importa assinalar que Aécio Neves procede à exclusão de Dilma e de seu grupo do âmbito de referência pessoal de um “nós”, o qual representa Aécio e seus correligionários de modo deliberado e estratégico. Em outras palavras, trata-se da manipulação da ambiguidade referencial postulada por Blas Arroyo (2011), mediante o emprego de um “nós exclusivo”, conforme aponta o excerto do turno analisado (exemplo 26):

Aécio Neves: vocês tentaram fraudar a CPMI... funcionários do seu governo, do Palácio do Planalto... foram lá dar o gabarito... as respostas às perguntas que a sua base faria a essas pessoas (*grifos nossos*)

Encerrando seu turno, verifica-se que Aécio Neves procede à formulação de perguntas retóricas, cuja resposta é, entretanto, prontamente apresentada pelo próprio candidato. Trata-se de uma sequência de perguntas retóricas cujos efeitos são negativos para a autoimagem pública de Dilma Rousseff e de seu grupo, na medida em que se apresentam na forma de acusações. A pergunta retórica configura um recurso de natureza argumentativa, empregado na realização de uma estratégia descortês, a desqualificação, a partir da qual o candidato acusa a oponente e seus aliados de não investigarem efetivamente, ocultando fatos (Blas Arroyo, 2011).

Aécio Neves: onde é que estavam... nesses doze anos... essas denúncias? por que que vocês não tomaram, you repetir mais uma vez, as atitudes necessárias para reabrir todos esses processos, candidata? de duas uma... ou não existia

nada relevante em relação a essas denúncias ou então o seu governo prevaricou... não tem uma terceira alternativa... (Trecho do exemplo 26)

Pode-se dizer que a pergunta formulada por Aécio destinada a Dilma colabora para intensificar a ameaça à imagem da candidata, uma vez que não lhe oferece alternativas (Culpeper, 1996; 2011), mostrando-se, desse modo, deveras impositiva. Em outras palavras, pode-se afirmar que a pergunta produz, de qualquer modo, danos à autoimagem pública e privada da oponente – porque cerceia sua liberdade de ação – caso Dilma a responda ou não.

Outro aspecto a ser destacado nesse trecho da intervenção de Aécio reside no fato de a pergunta configurar uma questão complexa que, segundo Amossy (2018), consiste em um tipo de paralogismo, um recurso que, embora seja considerado por muitos estudiosos da argumentação como um tipo de argumento falacioso, cumpre, segundo a autora, propósitos argumentativos prementes no discurso persuasivo. Amossy (2018) ressalta a importância desse argumento que apresenta em sua composição uma proposição acerca de algo, sendo que, nesse caso, observamos a veiculação de uma proposição negativa, intensificando, assim, os efeitos descorteses para a imagem de Dilma Rousseff.

As acusações de Aécio evidenciam, além disso, o uso de uma falsa dicotomia, por tratar-se de mais um tipo de paralogismo, elencado por Amossy (2018). Em outras palavras, pode-se afirmar que, no caso da pergunta formulada por Aécio, observam-se duas afirmações que produzem efeitos descorteses para a imagem de sua oponente: ou Dilma fez acusações descabidas, ou prevaricou, isto é, dois fatos considerados, de qualquer modo, negativos para os desejos de imagem da debatedora (Goffman, 1967).

O debate prossegue com a introdução de um novo turno de Aécio Neves, o qual formula, nesse momento, uma pergunta destinada à candidata Dilma Rousseff:

(Exemplo 27)

Pergunta de Aécio Neves: candidata...vamos tentar novamente falar de futuro... em homenagem e respeito ao telespectador ((olhando para a câmera))...né...que nos acompanha a esta hora... eh::...eu recebi...eh::...provavelmente a senhora tenha recebido...um documento da UNICEF...que mostra...um dado absolutamente alarmante...para mim...confesso do ponto de vista/do ponto de vista pessoal...do ponto de vista pessoal...chocante...Vinte- e- quatro dos jovens adolescentes mor-rem por dia no Brasil...HO-JE...nesta quinta-feira que nós estamos aqui...vinte e quatro mães... vão estar... chorando o assassinato... dos seus filhos...apenas um país no mundo mata mais por assassinato do que o Brasil ...infelizmente... alguns dos seus programas iniciados pelo seu governo... como por exemplo o Crack é possível vencer...depois de quatro anos...nem quarenta por cento das metas foram... al-can-ça-das...de que forma candidata... a senhora pretende ser mais solidária? permitir que o Governo Federal... apoie... os estados e municípios... no enfrentamento... da criminalidade? vamos... elevar o nível do debate candidata...(linhas 364-376, grifos nossos)

Nesse turno, observa-se um ato de descortesia encoberta (Culpeper, 1996; 2011), veiculada pela pergunta formulada por Aécio Neves, por meio do qual o candidato ironiza o fato de a candidata não abordar fatos relativos ao futuro, apresentando propostas ou planos de governo. No trecho: “vamos tentar falar de futuro”, em um primeiro momento, aparentemente cortês, verifica-se que o candidato passa a imagem de alguém compreensivo e complacente com uma suposta dificuldade da candidata oponente em tratar de assuntos relacionados ao futuro, quando, de fato, o presidenciável busca ameaçar a imagem de Dilma por meio do apelo a um recurso de natureza retórica: a ironia. Aécio Neves faz uso, nesse trecho, de um ato de falsa cortesia (*mock politeness*) (Culpeper, 1996; 2011), do qual se podem depreender efeitos negativos, isto é, descortesias, no que concerne aos desejos de imagem (*face want*) (Goffman, 1967) de sua oponente, Dilma Rousseff.

Em seguida, no exemplo 27, Aécio Neves formula um ato de cortesia produtiva ou valorizadora (Kerbrat-Orecchioni, 2006), por meio de elogios – FFAs destinados ao auditório – com o qual o candidato visa a estabelecer relações de afiliação e de aproximação (Bravo, 2005). Nessa direção, intenta-se, de fato, estabelecer coalizão com o grupo constituído pelos eleitores em potencial.

Dando continuidade ao seu turno, ao mencionar um documento da Unicef, verifica-se que Aécio Neves faz uso de uma estratégia de descortesia que consiste na impessoalização da ofensa (Silva, 2013), na medida em que atribui a outro a responsabilidade da acusação de que, no Brasil, em que se mata majoritariamente jovens, os investimentos com programas como “*Crack: é possível vencer*” não alcançou nem quarenta por cento das metas propostas pelo governo de Dilma, conforme mostra o excerto:

Aécio Neves: candidata...vamos tentar novamente falar de futuro... em homenagem e respeito ao telespectador ((olhando para a câmera))...né...que nos acompanha a esta hora... eh:...eu recebi...eh:...provavelmente a senhora tenha recebido...um documento da UNICEF...que mostra...um dado absolutamente alarmante...para mim...confesso do ponto de vista/do ponto de vista pessoal...do ponto de vista pessoal...chocante...Vinte- e- quatro dos jovens adolescentes mor-rem por dia no Brasil...HO-JE...nesta quinta-feira que nós estamos aqui...vinte e quatro mães... vão estar... chorando o assassinato... dos seus filhos...apenas um país no mundo mata mais por assassinato do que o Brasil...infelizmente... alguns dos seus programas iniciados pelo seu governo... como por exemplo o Crack é possível vencer...depois de quatro anos...nem quarenta por cento das metas foram... al-can-ça-das...de que forma candidata... a senhora pretende ser mais solidária? permitir que o Governo Federal... apoie... os estados e municípios... no enfrentamento... da criminalidade? vamos... elevar o nível do debate candidata...

Além disso, pode-se afirmar que, ao assinalar que os fatos são oriundos de um documento da Unicef, Aécio Neves procede ao uso de um argumento de autoridade (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]) ao designar, pelo nome, uma fonte confiável com a qual possa sustentar suas assunções. Trata-se do uso, pelo candidato, de uma forma estratégica de fundamentar o discurso, salvaguardando, assim, sua autoimagem pública de possíveis sanções pela construção de um discurso demasiado agressivo.

Cumprе observar, ainda, que Aécio Neves faz uso, mais uma vez, de dados numéricos, apelando à razão²⁵⁸, por meio da apresentação de dados estatísticos, cujo emprego dá suporte à sua acusação e, consecutivamente, à desqualificação da autoimagem de Dilma e de seu governo, conforme se verifica no seguinte excerto do turno do candidato: “nem quarenta por cento das metas foram alcançadas”. Além disso, a apresentação dos dados numéricos indica que o candidato procede ao apelo aos lugares da quantidade (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]; Amossy, 2018). Nesse sentido, pode-se afirmar que o apelo aos dados numéricos e estatísticos, assim como ao lugar da quantidade desvelam a intenção de construção de um discurso pautado no *logos*, isto é, na razão²⁵⁹.

Outro aspecto a ser assinalado acerca do turno em que Aécio Neves formula sua pergunta diz respeito a um argumento que consiste no apelo ao medo – o *argumento ad baculum* (Amossy, 2018), que se configura em um recurso argumentativo cuja função é a de realizar uma estratégia de descortesia, no caso, a acusação de que o Brasil – na gestão da candidata à reeleição – ocupa a posição do país que mais mata por assassinatos no mundo.

O uso do argumento evidencia que o candidato intenta convocar o auditório a deliberar acerca de um fato que julga ser considerado premente pelos brasileiros que o assistem, já que à medida que o debate transcorre, “vinte e quatro mães estarão chorando o assassinato de seus filhos”, conforme salienta o presidenciável. Verifica-se, nesse trecho, o apelo à *doxa* (Amossy, 2018) – conhecimento compartilhado pelo eleitor e repertoriado por uma dada comunidade discursiva (Kaul de Marlangeon, 2014) – de que a morte de jovens é um fato extremamente negativo para a gestão vigente.

Nesse sentido, pode-se afirmar que Aécio Neves visa a despertar no auditório determinadas emoções em torno das seguintes questões: medo, piedade, ou mesmo, indignação. Desse modo, observa-se que o candidato evoca o *pathos* do auditório

²⁵⁸ (Aquino, 1997; Erlich, 1993).

²⁵⁹ Aquino (1997) assinala que o apelo à razão e a dados estatísticos colabora para a valorização da imagem do locutor no discurso.

(Amossy, 2018), na medida em que apela a sentimentos suscitados no eleitor a partir dos quais seu destinatário privilegiado (Kerbrat-Orecchioni, 2006) é impelido a compactuar com suas afirmações, no caso, o fato de que o governo vigente não tem investido, de forma efetiva, em segurança pública.

Nota-se, ainda, mediante o emprego do verbo “matar”, um realce do dissenso que permeia o fato apresentado: o Brasil mata muito e é, segundo o candidato, o país campeão em se tratando de morte de jovens ao longo da gestão de Dilma. A esse respeito, Charaudeau (2016) assinala que, em determinados discursos, o apelo às emoções e ao medo é deveras comum em determinadas manifestações discursivas, por meio das quais o orador busca despertar a sensação de insegurança no eleitor. Trata-se, inclusive, de aliar a imagem de Dilma a fatos negativos, estratégia descortês elencada por Blas Arroyo (2011).

Concluindo seu turno (exemplo 27), verifica-se que Aécio Neves formula uma pergunta cuja finalidade não reside apenas em obter informações, mas também em ameaçar a autoimagem de Dilma, uma vez que carrega em si uma proposição: a de que a candidata à reeleição não é solidária, uma vez que deve promover o apoio a estados e municípios por meio do governo federal. Essa forma interrogativa configura uma pergunta complexa (Amossy, 2018), um paralogismo, isto é, um recurso argumentativo que, mais uma vez é utilizado para concretizar um comportamento verbal descortês (Blas Arroyo, 2011).

Aécio Neves: de que forma... candidata... a senhora pretende ser mais solidária... permitir que o governo federal apoie os estados e municípios no enfrentamento da criminalidade? vamos elevar o nível do debate candidata...

Por fim, no trecho “vamos elevar o debate”, nota-se, implícito na desinência verbal, o uso de um pronome pessoal “inclusivo” – representado pelo dêitico “nós” – que, no entanto, não produz efeitos positivos para a imagem de Dilma, mas sim negativos. Trata-se de um dêitico pessoal inclusivo cuja finalidade é impor algo a Dilma – de modo velado – na medida em que o candidato a inclui na atividade, estrategicamente, no intuito de produzir efeitos descorteses. De qualquer modo, importa observar que, ao convocar sua oponente para uma discussão mais elevada em torno dos fatos, Aécio Neves ameaça tanto sua autoimagem pública, quanto sua autoimagem privada, já que lhe impõe algo. Desse modo, verifica-se que o candidato faz uso de uma estratégia que consiste em manipular o âmbito de referência do falante de modo deliberado para fins descorteses.

O segundo bloco do debate prossegue com o turno de réplica de Dilma Rousseff:

(Exemplo 28)

Réplica de Dilma Rousseff: antes de elevar completamente o nível do debate... já que você o abaixou...candidato... não é possível ...que você... se esconda... atrás do fato... de que investigar, candidato... significa também investigar o seu partido... o senhor não pode apontar o dedo... só pra um partido... aponte pra todos... os partidos, candidato... vocês... NUNca deixaram investigar. Minas... engavetava... na sua época... todos os processos... vocês não deixavam NADA ser investigado...candidato... no que se refere ao... a todos os processos de morte de jovens...nós temos tido um empenho imenso... e este empenho, candidato...é maior que foi o empenho do senhor no seu governo...nós fizemos... toda uma política de combate... toda uma política de combate à violência contra os jovens... uma política...que estava baseada em três aspectos... primeiro... é necessário... prevenir...depois... candidato... é necessário... garantir que os jovens... e que todos eles que têm... e que sofram esse acesso... esse assédio... eles tenham defesa... e finalmente candidato... é fundamental... que o governo coloque... e coloque na pauta... toda uma questão relativa ao combate à violência, às drogas, e que faça com que os jovens não sejam objeto... e não sejam objeto fácil... do tóxico... da violência... e das formas pelas quais o crime se, se infiltra...assim sendo candidato... eu queria te dizer uma coisa... o único governo que fez uma política nacional de combate à violência contra os jovens... foi o meu nos últimos anos. (linhas 378-398, *grifos nossos*)

Em um primeiro momento, verifica-se que a Dilma procede à desconstrução do raciocínio entinêmico (Amossy, 2018) apresentado por Aécio Neves, presente em seu turno de tréplica, resgatando-o para refutar a proposição ou o conteúdo desse enunciado. Nesse sentido, observa-se uma estratégia de descortesia por meio da qual a debatedora desqualifica o candidato oponente, refutando o conteúdo veiculado pelo seu enunciado.

Em seguida, Dilma ataca a autoimagem de Aécio por meio de outra estratégia de desqualificação, apelando, além disso, para um argumento baseado na justiça (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), segundo o qual todos devem ser tratados da mesma forma, estando sujeitos aos mesmos tipos de punição, ou seja, todos os partidos políticos, inclusive o do candidato oponente.

No que concerne ao emprego da fórmula “apontar o dedo só para um partido”, verifica-se que a candidata Dilma Rousseff faz uso, mais uma vez, de uma expressão popular, buscando, por meio de fórmulas conhecidas pelo eleitorado, estabelecer aproximação com o eleitor mediante atos de coloquialismo (Blas Arroyo, 2011).

Já no trecho em que Dilma acusa o debatedor oponente, procedendo à desqualificação da autoimagem pública de seu partido, pode-se observar que a locutora faz uso do pronome você(s), a partir do qual se mostra contrária ao partido oponente, que constitui o *exogrupo* (Fuentes Rodriguez, 2013). Trata-se de um ato de refratariedade exacerbada (Kaul de Marlangeon, 2005), destinada a Aécio Neves e seu grupo político.

Em seguida, ainda no exemplo 28, observa-se que Dilma estabelece um contraponto entre um “nós exclusivo” – representado por ela e seu grupo – e um “vocês”,

que representa o candidato Aécio Neves e seus correligionários. No momento em que Dilma evoca seu grupo por meio de um “nós”, cujo âmbito de referência exclui, no entanto, Aécio Neves e seus correligionários, a candidata intenta promover sua autoimagem pública e de grupo (Bravo, 2005), em uma estratégia de descortesia que consiste na autopromoção da autoimagem em detrimento da apresentada pelo oponente.

Ademais, a afiliação exacerbada de Dilma Rousseff ao seus parceiros políticos configura um ato descortês que consiste em estabelecer afiliação exacerbada com o grupo em detrimento de Aécio Neves e de seus correligionários, em um claro exemplo de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005), a partir do qual a candidata reforça a aproximação com um *endogrupo* (Fuentes Rodriguez, 2013), em contraposição às práticas do grupo adversário, o PSDB. Fortalece-se, assim, a imagem de grupo da presidenciável (Bravo, 2005).

A afiliação ao grupo e o antagonismo em relação aos adversários são reforçados, por sua vez, mediante o emprego de um argumento de comparação (Perelman e Olbrechts- Tyteca, 2005[1958]), um tipo de argumento quase-lógico, bastante presente no discurso político, conforme é possível observar no excerto (grifos nossos): “Nós temos tido um empenho imenso... este empenho candidato... é maior que foi o empenho do senhor no seu governo”. Nota-se que o uso desse argumento evidencia a execução de atos de descortesia mediante o emprego de uma estratégia que consiste em estabelecer contrastes desvantajosos (Silva, 2013).

No mesmo turno de intervenção, verifica-se que Dilma apresenta fatos e informações que evidenciam as realizações de seu governo, no tocante aos problemas de violência envolvendo jovens. Dilma Rousseff resalta a importância de seu programa de combate à violência contra jovens e a proliferação das drogas. Esse fato indica que, no exemplo 28, a a candidata à reeleição procede à apresentação de planos de governo, na busca de valorizar sua imagem de ocupação e desempenho (*imagem de rol*) (Culpeper, 1996; Fuentes Rodriguez, 2013). No entanto, nota-se que o ato de cortesia valorizadora ou produtiva (FFAs), destinada ao seu programa, é acompanhado de uma crítica ao oponente e aos seus adeptos, fato que permite-nos assinalar que a candidata efetua um ato de descortesia pelo qual se procede à autopromoção em detrimento da imagem alheia, conforme se verifica no excerto do turno sob análise: “assim sendo... candidato... eu queria te dizer uma coisa... o único governo que fez uma política nacional de combate à violência contra os jovens foi o meu nos últimos anos” (*grifos nossos*).

Não obstante, cumpre ressaltar que a crítica veiculada pela intervenção de Dilma aparece, entretanto, modalizada por meio de um verbo que colabora para atenuar a força ilocutória do ataque: a forma verbal “queria”: “eu queria te dizer uma coisa”. A imagem individual é enfatizada, por meio do emprego do pronome em primeira pessoa, fato que sugere a tentativa de Dilma de valorizar sua face. Nessa direção, pode-se afirmar que a presidenciável busca, mais uma vez, reforçar sua imagem individual, mediante o emprego de uma estratégia de autonomia (Bravo, 2005), concretizada pelo uso do dêitico pessoal. Trata-se de uma estratégia de pessoalização ou personalização, conforme salientam Bolívar (2013) e Blas Arroyo, (2011) e Marques (2017) que visa a assegurar uma imagem autônoma, com contornos próprios, em relação ao grupo - seu endogrupo - (Fuentes Rodriguez, 2013), do qual Dilma faz parte, com vistas à valorização ou promoção da autoimagem social e do fortalecimento do *ethos* de uma candidata competente.

O segundo bloco do debate prossegue com o turno de réplica de Aécio Neves:

(Exemplo 29)

Réplica de Aécio Neves: então fracassou candidata... porque cinquenta e seis MIL pessoas estão morrendo... assassinadas a cada ano... no-Brasil... infelizmente... candidata... o orçamento... sequer o orçamento que já não é grande coisa do Ministério da Justiça... do Fundo Nacional de Segurança e do Fundo Penitenciário/ penitenciário... não foram executados nem na sua metade. do Fundo Penitenciário... um pouco mais de vinte por cento... agora...do Fundo Nacional de Segurança...cerca de quarenta por cento...onde é que estão as políticas de controle das nossas fronteiras candidata? a Polícia Federal tem o menor orçamento de investimento dos últimos cinco anos... a Polícia Rodoviária Federal que nós temos que fortalecer... também tá sucateada...as Forças Armadas não têm tido atenção do seu governo... a senhora prometeu há quatro anos atrás quatro VANTs para cuidar das nossas fronteiras... os veículos aéreos não tripulados... apenas dois foram colocados em funcionamento... candidata... infelizmente o contingenciamento dos recursos da área de Segurança Pública... têm impedido vários estados... de avançar... no combate à criminalidade... e na defesa dos nossos jovens... é a realidade. (linhas 396-409, *grifos nossos*)

No turno de réplica de Aécio, o candidato dá início à sua intervenção fazendo uso de um ato de descortesia direto (Culpeper, 1996; 2011), por meio do qual afirma, categoricamente, que o governo de Dilma fracassou. Para fundamentar o ato de desqualificação, destinado à autoimagem da oponente, o candidato apresenta dados numéricos (56 mil pessoas estão morrendo) e percentuais, relacionados ao orçamento de instituições idôneas, que são apresentadas como suporte às suas acusações de que Dilma não investe em segurança pública, quais sejam, o Fundo Penitenciário, o Fundo Nacional de Segurança e o Ministério da Justiça. O apelo estratégico a instituições reconhecidas pelo auditório configura-se como um recurso de natureza argumentativa que visa a dar credibilidade ao discurso proferido. Trata-se de um argumento de autoridade ou, seja de

um argumento baseado no prestígio (*ad vercundiam*), conforme apontam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) e Amossy (2018), por meio do qual Aécio Neves busca sustentar seus ataques, salvaguardando sua imagem de possíveis sanções. Outro aspecto a ser ressaltado reside no fato de que, além de realizar um ato descortês, o da deslegitimação, nota-se que o argumento de autoridade colabora, também, para intensificar o dissenso na interação.

Após a sequência de dados numéricos e estatísticos apresentados por Aécio Neves, relacionados ao pouco investimento na segurança, os quais, por sua vez, colaboram para a construção do *ethos* de um político competente e bem informado, que funda seu discurso no *logos*, o candidato recorre ao emprego de uma pergunta retórica, a partir da qual o presidenciável procede a mais um ataque à autoimagem de Dilma Rousseff. Importa assinalar que, por meio dessa formulação retórica, Aécio Neves segue questionando a gestão de sua adversária, uma vez que não se busca, de fato, por meio da apresentação dessa forma interrogativa, a obtenção de informação, não se configurando, pois, em uma questão com propósito referencial. Nesse caso, a pergunta retórica cumpre outros fins: o de desvelar para o auditório, um terceiro participante – o destinatário privilegiado (Kerbrat-Orecchioni, 2006) – o fracasso do governo vigente. Vejamos o excerto do turno de Aécio: “onde é que estão as políticas de controle das nossas fronteiras, candidata?”.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a pergunta retórica se configura, no turno de Aécio Neves, em mais um recurso ou mecanismo argumentativo cuja função é a de formalizar estratégias descorteses e, além disso, de sustentar os atos de ameaça, não só dando respaldo às acusações do candidato, salvaguardando, assim, sua imagem, mas também intensificando a ameaça, uma vez que essa forma interrogativa se afigura como uma pergunta impositiva, a qual compromete, inclusive, a autoimagem privada de Dilma Rousseff (Blas Arroyo, 2011).

O segundo bloco do debate prossegue com o turno de tréplica de Dilma:

(Exemplo 30)

Tréplica de Dilma Rousseff: o senhor tá mal informado... candidato... o governo federal gastou dezessete bilhões e setecentos milhões... em segurança... nos últimos... quatro anos... e não foi candidato... só... do Ministério da Justiça... foi uma operação conjunta... as Forças Armadas participaram ativamente... impedindo... e ((incompreendido)) garantindo... um nível de repressão... nas nossas fronteiras... impressionante... nós fizemos... operações sentinela e... operações... das Forças Armadas... conjugadas com a Polícia Federal... com a Polícia Rodoviária Federal... nós... fizemos... ((pausa mais longa)) uma campanha... "Crack, é possível vencer"... que garantia... e dava suporte... pras famílias... e garantia... e dava suporte... pra que todos... organizadamente... atuassem... na direção... de impedir o uso do crack... ora

candidato... a questão da Segurança Pública afeta aos governos dos estados...
NÓS... participamos de forma complementar... EU ((falando mais alto)) vou
mudar isso... eu quero... que o governo participe.

Mediador: obrigada... (linhas 410-422, *grifos nossos*)

Como reação aos ataques de Aécio Neves, Dilma Rousseff emprega um ato de desqualificação do enunciado apresentado pelo candidato, mediante o uso de um mecanismo modalizador, na medida em que a debatedora assinala que o oponente é pouco informado acerca do assunto, em lugar de acusá-lo diretamente de mentir, mitigando, assim, a força ilocutória de seu ato de ameaça.

Trata-se de um ato de atenuação estratégica (Briz, 2013), o qual veicula um tipo de falsa cortesia (*mock politeness*) (Culpeper, 1996;2011), por meio da qual se intenta mais proteger a própria imagem – minorando um ato ameaçador em potencial – que a autoimagem do outro, no caso, Aécio Neves. Esse fato corrobora a ocorrência do uso de um *comportamento politicamente correto*, verificado no discurso político (Blas Arroyo, 2011).

Nessa direção, Dilma Rousseff faz uso do que Blas Arroyo (2011) denomina ser, no gênero debate político eleitoral, um tipo de comportamento politicamente correto, uma vez que os atos de cortesia, em um evento comunicativo marcadamente agonial, são marcados – isto é – não esperados. Isso significa que, no tipo de contrato interlocutório sob análise, os comportamentos agressivos são, justamente, os mais esperados pelos participantes da interação. Observe-se o excerto do turno de Dilma: “o senhor tá mal informado, candidato”.

Após o ato de atenuação egocêntrica, sem valor altruísta (Briz, 2013), verifica-se que Dilma Rousseff expõe dados numéricos, percentuais, apelando ao uso da razão²⁶⁰ para fundamentar a refutação da acusação que lhe fora feita: “O governo federal gastou dezessete bilhões e setecentos milhões em segurança, nos últimos quatro anos” (*grifos nossos*).

Em seguida, observa-se que a presidenciável utiliza uma estratégia descortês de autopromoção da autoimagem em detrimento da de seu oponente, empregando o pronome

²⁶⁰ De acordo com Charaudeau (2016), ao abordar a questão da credibilidade como uma “aposta da razão” (2016, p. 73). para que um político seja credível, faz-se necessário que o orador atenda a certas condições, dentre as quais está o que o autor denomina como condição de “saber” e condição de “desempenho”: [...] condição de saber (ela sabe e pensa com razão); condição de desempenho (ela tem os meios de aplicar o que anuncia ou promete)[...] Ou seja, a credibilidade depende, ao mesmo tempo, de uma maneira de ser, no que tange ao “dizer a verdade”, de um saber, para demonstrar “razão”, e de um saber fazer, para demonstrar competência” e experiência, sendo esses os componentes da base sobre a qual se constrói a autoridade da pessoa. Aí está uma parte de seu *ethos*” (CHARAUDEAU, 2016, p. 73).

“nós exclusivo”, cujo âmbito de referência abrange Dilma e seus correligionários – que constituem o seu governo – para, em contrapartida, excluir Aécio Neves:

Dilma Rousseff: nós fizemos... operações sentinela e... operações... das Forças Armadas... conjugadas com a Polícia Federal... com a Polícia Rodoviária Federal... nós... fizemos... ((pausa mais longa)) uma campanha... "Crack, é possível vencer"... que garantia... e dava suporte... pras famílias... e garantia... e dava suporte... pra que todos..."

Vale ressaltar que a candidata Dilma Rousseff busca, nesse turno, promover sua imagem e a de seus aliados, na medida em que tece elogios, isto é, atos valorizadores (FFAs) que se configuram em um tipo de cortesia produtiva (Kerbrat-Orecchioni, 2006), destinados a um “nós”, pronome pessoal que representa seu governo, ou seja, seus parceiros políticos. Assim, verifica-se que Dilma Rousseff procede à aproximação em relação ao seu grupo – um *endogrupo* – (Fuentes Rodriguez, 2013), promovendo uma imagem colaborativa com seu governo, fortalecendo, por conseguinte, sua imagem de grupo (Bravo, 2005). A esse respeito, Charaudau (2016) assinala que a palavra do político visa a promover: “[...] um impulso coletivo, de se superar e de se fundir numa “alma coletiva”, para se reunir a um *Nós* [...]” (CHARAUDEAU, 2016, p. 95)²⁶¹.

Vale ressaltar que, no momento em que assinala que a questão da segurança pública afeta os governos dos estados, ressaltando que o Governo Federal atua de modo complementar, nota-se que Dilma formula um ato de descortesia encoberto (Culpeper, 1996; 2011), por meio do qual ataca a autoimagem de Aécio e de sua gestão, deixando implícito que a responsabilidade pela segurança pública é, sobretudo, dos estados. Sabe-se que Aécio Neves é, na ocasião do debate, governador de Minas Gerais. Com isso, observa-se que a Dilma Rousseff alude à figura de seu adversário – que não cuidou da questão da segurança em Minas Gerais – para rechaçá-la. Observe-se o excerto do turno em análise (exemplo 28):

Dilma Rousseff: ora, candidato...a questão da Segurança Pública afeta aos governos dos estados. *Nós* participamos de forma complementar (*grifos nossos*)

No final de seu turno de tréplica, Dilma Rousseff faz uso de uma estratégia de personalização ou pessoalização, conforme ressaltam Bolívar (2013) e Blas Arroyo (2011) e Marques (2017), a partir da qual intensifica sua responsabilidade sobre os atos

²⁶¹ A palavra do orador se esforça por exaltar o sentimento identitário desse *Nós*. Trata-se de exacerbar o “orgulho de ser si mesmo”, valorizando os traços de caráter comunitário do grupo ao qual se pertence[...].” (CHARAUDEAU, 2016, p. 95).

que se propõe a realizar de modo deliberado. Nota-se que, por meio do emprego do pronome de primeira pessoa do singular, o pronome “eu”, a candidata visa a apresentar certa independência em relação ao grupo, objetivando reforçar sua imagem de autonomia (Bravo, 2005) diante do auditório, mostrando-se como uma candidata atuante, que se dispõe a fazer, a realizar mudança: “ Eu vou mudar isso...eu quero que o governo participe”.

Nesse momento, importa assinalar que Dilma Rousseff intenta apresentar o *ethos* do político forte, que procede à realização de mudanças, a qualquer custo (Amossy, 2018). Observa-se, novamente, um fato pertinente: ao longo do debate, Dilma busca realçar a imagem de uma candidata forte, por meio do estabelecimento de uma imagem de autonomia sólida (Bravo, 2005). Nesse sentido, em uma tentativa de erigir a imagem do político que age de modo independente, verifica-se que Dilma procede ao uso do pronome de primeira pessoa, considerado um índice de alocação²⁶² significativo para construção de seu *ethos* discursivo (Amossy, 2018).

O segundo bloco do debate prossegue com um novo turno de Dilma:

(Exemplo 31)

Pergunta de Dilma Rousseff: vou continuar com essa questão de segurança... considero... candidato... que é muito importante... que:... o governo federal... deixe de ser... complementar... e passe a ser... estratégico na questão da segurança Pública... nós tivemos uma ótima experiência durante a Copa... com os doze estados... construindo... organizações... e coordenações...de combate conjunto à violência... tanto é que conseguimos... durante a Copa... e depois da Copa... estamos fazendo operações articuladas... uma... associação... efetiva... entre as forças... das Polícias Militares...o exército... e também... as outras Forças Armadas, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal...modificamos... a prática... sistemática... que era... de estar ausente... o governo federal auSEnte do confronto e do combate... hoje... candidato...eu acredito... que só com essas polícias... articuladas... nós venceremos o crime.
Mediador: obrigado...dois minutos para a resposta... (linhas 323-334, *grifos nossos*).

No turno em que Dilma Rousseff formula sua pergunta e elege um tema, consoante as normas estabelecidas neste bloco, verifica-se que a intervenção da candidata é constituída, sobretudo, de atos de cortesia produtiva (Kerbrat-Orecchioni, 2006), destinadas a enaltecer as realizações de sua gestão, como os investimentos em segurança durante a Copa, assim como o trabalho realizado, conjuntamente, com instâncias como a Polícia Federal, as Forças Armadas e a Polícia Rodoviária Federal.

²⁶² Amossy (2018) assinala a importância de uma análise do dispositivo da enunciação no processo argumentativo, levando-se em conta os “índices de alocação tangíveis”, isto é, os recursos mediante os quais os participantes da interação se situam no discurso.

Trata-se de um turno em que a candidata procede à autovalorização da autoimagem em FFAs – atos de cortesia valorizadora (Kerbrat-Orecchioni, 2006) – por meio da apresentação de planos de governo e propostas, destinada à sua imagem e a de seus correligionários – incluídos no âmbito pessoal do pronome “nós”, utilizado no trecho final: “Nós venceremos o crime”. Observa-se que o uso de um “nós inclusivo” pela candidata Dilma que, diferentemente das outras ocorrências, não exclui a figura de seu adversário político, agregando a todos, isto é, seu governo, os brasileiros e, até mesmo, o candidato oponente em uma luta comum contra o crime. Isso se explica porque, possivelmente, o propósito da candidata é apresentar uma linha (*línea*) de conduta (Goffman, 1967) comedida, generosa, com vistas a atrair a confiança do auditório. Pode-se afirmar que Dilma busca manter sua imagem, protegendo-a, procedendo, assim, à inclusão de seu adversário em um objetivo que julga ser do interesse de todos: a luta contra o crime.

Ademais, no tocante ao emprego do pronome “nós” por Dilma, pode-se afirmar que sua finalidade é a de levar o auditório a compartilhar do mesmo pensamento apresentado pela debatedora: o de que é necessário articular estados e União em prol do combate ao crime, configurando-se em um “nós identitário” (Charaudeau, 2016). Cumpre, assim, assinalar que, no âmbito de referência do pronome “nós inclusivo” encontram-se os brasileiros que, assim como Dilma, esperam pelo combate ao crime (exemplo 31).

Nesse sentido, pode-se afirmar que, ao incluir o telespectador no mesmo âmbito de referência, a candidata busca promover, com o eleitor em potencial, relações de aproximação, mediante a construção de uma imagem colaborativa, isto é, uma imagem de afiliação com seu público. Trata-se da tentativa de proceder ao estabelecimento de um *duo consensual* (Fávero e Aquino, 2002), por meio do qual Dilma visa a promover uma aliança ou coalizão com o seu eleitor (Blas Arroyo, 2011), mediante o estabelecimento de uma imagem de afiliação com um dado grupo: o eleitor em potencial.

Conforme assinalam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), a “enálage do número de pessoas”, por meio da qual ocorre a manipulação estratégica dos âmbitos de referência do locutor e do interlocutor, permite ao orador tentar estabelecer comunhão com o auditório.

No excerto: “nós venceremos o crime”, do exemplo 31, observa-se que Dilma Rousseff faz uso de uma figura de comunhão (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), a partir da qual a candidata busca a adesão dos eleitores em potencial, incluindo-os como

parte de uma provável vitória conjunta contra a criminalidade. Trata-se, assim, de estabelecer a assimilação do auditório, por meio do uso de uma figura de comunhão, uma estratégia argumentativa. O debate prossegue com o turno de resposta de Aécio Neves:

(Exemplo 32)

Réplica de Aécio Neves: candidata... o que me surpreende... na senhora... é o diagnóstico... agora há pouco a senhora disse que a inflação não é um problema do governo... é problema sazonal... e eu acho que não é... por isso... comigo... tolerância ZERO com a inflação. agora... a senhora terceiriza de novo as responsabilidades dizendo que é dos estados essa responsabilidade constitucional... eu amigo... minha amiga... que nos ouve nesse instante... se for eleito Presidente da República e assumo aqui esse compromisso... EU vou liderar pessoalmente uma política NACIONAL de segurança... que começa com a proibição do contingenciamento dos recursos...eu tenho um projeto... candidata... que tramita desde 2011 no Congresso Nacional... que seu partido infelizmente não permitiu que fosse aprovado... que garante que aquilo que é aprovado no orçamento para a Segurança Pública seja e-fe-ti-va-mente gasto... em parceria com os estados... transferidos mensalmente...essa é uma das propostas...eu... propus sim... uma revisão no nosso código Penal...no nosso Código de Processo Penal... para que essa sensação de impunidade... não continue... a prevalecer no país... eu apresentei... uma proposta na minha campanha... a senhora provavelmente dela tomou conhecimento... de que nós precisamos ter uma relação... diferente... com os países vizinhos que produzem a droga que vem ser consumida no Brasil e matar os jovens no Brasil... governos vizinhos fazem vista grossa ((ênfase na entonação)) para a produção de drogas ou de matéria prima de drogas nos seus territórios... e não há nenhuma ação... do nosso governo... se a senhora está satisfeita como parece estar... com o controle das nossas fronteiras... eu não estou ((falando pausadamente))... eu serei o conduTOR da política nacional de Segurança Pública... porque infelizmente hoje candidata... não sei se a senhora sabe esse número... oitenta por cento ...de tudo o que se gasta em Segurança Pública vem dos estados e municípios...apenas treze por cento da União... e a União é quem mais tem...é a União que se apropria da maior parte das receitas dos tributos dos brasileiros... e o que pode ser hoje mais relevante... mais urgente do que cuidar do tráfico de drogas e proteger os nossos jovens? (linhas 435- 461, grifos nossos)

Logo no início de sua intervenção, Aécio Neves faz uso de um enunciado irônico, na medida em que se diz surpreso com os diagnósticos de Dilma acerca da inflação. De fato, o que Aécio intenta é atacar a imagem de sua oponente, questionando seu otimismo em relação à economia.

Nota-se que Aécio procede ao emprego de uma estratégia de desqualificação da proposição apresentada por Dilma, refutando-a, a partir de um processo de intertextualização²⁶³, o qual, segundo Blas Arroyo (2011), consiste em recontextualizar o que fora dito pelo interlocutor, por meio da reprodução de suas palavras que, não obstante,

²⁶³ Tradução livre da versão original em espanhol: Puede adoptar varias formas. En la primera de ellas, el orador no solo reproduce las palabras del rival, sino que, además, las enmarca en el seno de comentarios interesados, que, como no podía ser de otra manera, resultan negativos para los intereses de aquel. (BLAS ARROYO, 2011, p. 294)

são modificadas, deliberadamente, de modo a cumprir determinadas finalidades discursivas, no caso, às daquele que se apropriou do discurso alheio.

No exemplo 32, a intervenção de Aécio Neves evidencia, pois, que o candidato recorre ao próprio discurso de Dilma, citando-o, para, em seguida, refutá-lo. A estratégia de intertextualização²⁶⁴, nesse caso, cumpre a finalidade de rechaçar a autoimagem da candidata diante do auditório, conforme se verifica no excerto da fala de Aécio: “Agora há pouco a senhora disse que a inflação não é um problema do governo... é problema sazonal, e eu acho que não é.” Trata-se de um recurso mediante o qual o candidato recontextualiza a fala de Dilma de modo a contradizê-la, com finalidades descorteses.

Ainda no mesmo turno, Aécio Neves procede ao uso de uma estratégia de personalização (Blas Arroyo, 2011), ao prometer que se for presidente vai liderar, pessoalmente, uma política nacional de segurança. Nota-se que o candidato visa a estabelecer relações de afiliação (Bravo, 2005) com o auditório, para o qual o candidato se dirige mediante o uso de fórmulas corteses: “Meu amigo, minha amiga”.

Nessa direção, no exemplo 32, observa-se que, na busca de aproximar-se do grupo constituído de seus eleitores, Aécio Neves intenta erigir uma imagem de afiliação (Bravo, 2005), isto é, uma imagem firme de grupo, constituída pelo seu destinatário privilegiado (Kerbrat-Orecchioni, 2006).

Ademais, a intervenção de Aécio Neves evidencia que o candidato procede ao uso da cortesia produtiva, isto é, um tipo de cortesia valorizadora (Kerbrat-Orecchioni, 2006), em uma tentativa de estabelecer uma coalizão com o eleitor em potencial. Trata-se de uma estratégia que consiste em proceder ao estabelecimento de uma aliança com o auditório, mediante o estabelecimento de um *duo consensual* (Fávero e Aquino, 2002).

Ao designar o auditório como seu interlocutor direto, modificando seu estatuto de terceiro interlocutor – um participante que não se encontra fisicamente no evento comunicativo – o candidato estabelece maior proximidade com o eleitor, ação que corrobora o fato de o debate eleitoral ter um quadro participativo flutuante (Fávero e Aquino, 2002), cuja manipulação pode assumir, nesse tipo de contrato interlocutório, fins estratégicos e argumentativos, conforme assinala Blas Arroyo (2011), o qual denomina esse fenômeno, no discurso político, como *ambiguidade referencial*.

Assim, nota-se que Aécio Neves busca persuadir seu eleitor por meio da cortesia valorizadora, tratando-o como amigo, na tentativa de promover sua adesão por relações cordiais e de aproximação, conforme apontam os pronomes que os designam, índices de

²⁶⁴ Charaudeau (2016) denomina como “discurso reportado”.

alocução (Amossy, 2018) utilizados pelo candidato em uma clara tentativa de construir uma imagem afiliativa ou colaborativa com seu eleitor.

Observa-se, no mesmo turno (exemplo 32), que Aécio Neves comete atos descorteses destinados à autoimagem de Dilma e de seus correligionários, ao mencionar que o partido de sua adversária vetara um projeto para garantir a segurança pública, apresentado pelo candidato no congresso. O emprego do pronome pessoal possessivo “seu” por Aécio Neves, referente à esfera de referência de seu interlocutor, no caso Dilma Rousseff, afigura-se como um recurso linguístico cuja função é a de concretizar uma estratégia de descortesia por refratariedade exacerbada direcionada aos membros do grupo de que Dilma faz parte, em mais um exemplo de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005).

Além disso, verifica-se que Aécio Neves prossegue à formulação de ataques destinados à autoimagem pública de Dilma e de seu governo, ao afirmar que não há nenhuma ação efetiva, no que tange ao combate do tráfico de drogas, por parte da gestão vigente. Para isso, faz-se uso, no exemplo 32, do pronome possessivo na primeira pessoa do plural (*nosso* governo), em cujo âmbito de referência o candidato inclui a si mesmo e a todos os brasileiros que têm Dilma como presidente: “e não há nenhuma ação... do nosso governo... se a senhora está satisfeita como parece estar... com o controle das nossas fronteiras...”. Trata-se de mais uma estratégia que visa a estabelecer aproximação com o auditório e, consecutivamente, sua adesão, em uma tentativa de estabelecer uma aliança com o eleitor, isto é, um *duo consensual* (Fávero e Aquino, 2002):

Observam-se, ainda, atos de atenuação, por meio do uso da fórmula “parece”, um modalizador que mitiga a força ilocucionária do ataque destinado à autoimagem da oponente, conforme se observa no excerto: “Se a senhora está satisfeita, como parece estar, com o controle das nossas fronteiras... eu não estou. (*grifos nossos*)”

Não obstante, cumpre assinalar que, em função do tipo de interação – um debate eleitoral – marcada pelo dissenso, o uso do atenuador, representado pela forma “parece” remete a um ato de falsa cortesia (Blas Arroyo, 2011; Culpeper, 1996), realizada, no discurso de Aécio por meio de um atenuador que desempenha funções egocêntricas, na medida em que o interesse de Aécio não reside em salvaguardar a imagem de Dilma, mas sim em rechaçá-la, mantendo um discurso relativamente comedido, uma vez que seu potencial de ameaça é dirimido. Nesse caso, a atenuação se apresenta de forma autocêntrica (Briz, 2013).

Mais adiante, ainda no mesmo turno, nota-se que Aécio Neves recorre ao apelo à razão (Blas Arroyo, 2011; Erlich, 1993), a partir da qual busca erigir um discurso fundamentado em dados numéricos, com os quais o candidato objetiva corroborar os atos de desqualificação destinados à autoimagem da debatedora rival, ao criticar os gastos da União com segurança pública. Observa-se que Aécio faz uso da comparação, um argumento quase-lógico (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), mediante o apelo a dados numéricos e percentuais, a partir do qual o presidenciável visa a mensurar os gastos dos Estados, cotejando-os aos da União, cuja responsabilidade é da candidata Dilma Rousseff, conforme salienta o debatedor:

Aécio Neves: não sei se a senhora sabe esse número... oitenta e sete por cento de tudo o que se gasta em Segurança Pública vem dos estados e municípios...apenas treze por cento da União... e a União é quem mais tem...é a União que se apropria da maior parte das receitas dos tributos dos brasileiros.

Verifica-se, assim, que a comparação se configura em um recurso utilizado pelo candidato para dar alicerce a uma estratégia de desqualificação, no caso, às acusações de que Dilma não investe em segurança pública, e, sobretudo, para imprimir ao seu próprio discurso a ideia de racionalidade. Nesse sentido, pode-se afirmar que, ao proceder à realização de uma estratégia de descortesia, o candidato recorre ao uso de recursos de natureza retórica (Blas Arroyo, 2011).

Outro aspecto a ser mencionado reside no fato de Aécio fazer uso de um lugar da quantidade, com o intuito de sustentar a acusação de que a União, pela qual Dilma é responsável, “apropria-se” dos impostos (tributos) dos brasileiros. Nesse momento, o trecho evidencia que o presidenciável busca acusar a União e, consecutivamente, Dilma, de “apropriar-se”, um verbo que modaliza, isto é, atenua a força ilocutória do enunciado, isto é, a intensidade, em termos de agressividade verbal, da acusação destinada à oponente, de modo indireto (descortesia encoberta) (Culpeper, 1996; 2011), uma vez que o uso de um verbo como “roubar” seria demasiadamente agressivo, colocando sob ameaça, a imagem do próprio acusador, Aécio Neves.

Nesse mesmo turno, no que concerne ao fato de Aécio questionar se a candidata desconhece ou não os números concernentes aos gastos dos estados, municípios e União com segurança pública: “não sei se a senhora sabe esse número” (exemplo 32), é importante frisar que o candidato intenta dar azo a uma discussão acerca da competência e inteligência de sua oponente, questionada e colocada em questão em outros momentos do pleito eleitoral. Observa-se que Aécio apresenta essa “dúvida” deliberadamente, com claros propósitos descorteses, na medida em que problematiza o fato de a candidata

desconhecer números e dados importantes relacionados aos gastos do governo com segurança pública. Nessa direção, é possível afirmar que o debatedor visa a desconstruir o *ethos* de competência de sua oponente, deslegitimando-a diante de seu auditório.

Por fim, Aécio formula uma pergunta retórica, destinada a concretizar um ato de descortesia com o qual o presidencialável ameaça a autoimagem pública de Dilma, questionando-a se há algo mais importante que a contenção do tráfico de drogas e a segurança dos jovens, deixando, nas entrelinhas, que é preciso haver maior atenção à questão, conforme se observa no excerto: “e o que pode ser hoje mais relevante...mais urgente do que cuidar do tráfico de drogas e proteger os nossos jovens?” (exemplo 32).

O debate tem continuidade com a réplica da candidata Dilma Rousseff:

(Exemplo 33)

Réplica de Dilma Rousseff: candidato... eu acho que o senhor está usando números incorretos... o que que acontece... candidato? a Constituição atribuiu aos estados...a/ o controle... e a segurança interna do país... eu quero mudar isso... eu acho que a União... tem de participar... e nós mostramos durante a Copa... que quando a União participa... articuladamente com os estados... e quero dizer... os doze estados no qual nós tínhamos... centros de comando e controle... nós conseguimos... é::... conter... TODas as formas de violência... eu acredito... candidato... que tem hoje... talvez o senhor não saiba... porque o senhor está um pouco afastado disso... tem hoje candidato... uma experiência comum dos doze estados da Federação... pra além das divergências políticas no sentido de fato de construir no Brasil... um aparato... de combate ao crime organizado... de combate às drogas e de combate à violência... isso passa, necessas-ria-mente por essa relação integrada...candidato... entre... as Forças Armadas... e as polícias... e o senhor também... candidato ((tom irônico)) (linhas 462-474, *grifos nossos*)

Dando início ao turno de réplica de Dilma, observa-se um ato de atenuação, introduzido por meio de um verbo – achar – que modaliza o discurso de Dilma, dirimindo sua força ilocutória. Cumpre assinalar que esse modalizador é usado pela candidata com a finalidade de amenizar as refutações realizadas contra as acusações de Aécio Neves de que a União, pela qual a debatedora é responsável, destina poucos recursos para a segurança pública. Trata-se, não obstante, de um atenuador que não implica necessariamente cortesia, uma vez que consiste em um tipo de *comportamento político correto* (Blas Arroyo, 2011), cuja realização não se dá com propósitos altruístas, mas visa, tão somente, a proteger a autoimagem de quem efetua um ato de descortesia (Briz, 2010). Nessa direção, esse fato sugere que Dilma busca construir, por meio de um discurso atenuado, a autoimagem de uma candidata comedida e , aparentemente, cortês, que segue um comportamento protocolar, adequado ao contexto de interação, conforme se verifica no excerto do turno analisado: “eu acho que o senhor está usando números incorretos...” (*grifos nossos*).

Já no trecho em que Dilma faz menção à Constituição, a qual, segundo a candidata, é quem, de fato, atribui aos Estados e municípios a responsabilidade pela segurança do país, observa-se o apelo a uma autoridade. Trata-se do emprego de um argumento de prestígio cuja função reside em corroborar tanto a defesa de Dilma como a refutação do discurso de seu oponente: de que compete aos estados a responsabilidade pelos gastos com segurança pública. Assim, nota-se que a candidata invoca *autoridades designadas pelo nome* (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958])²⁶⁵, qual seja, a constituição, a fim de fundamentar seu discurso, além de intensificar a ameaça à imagem de seu oponente: “a Constituição atribuiu aos estados o controle e a segurança interna do país” (*grifos nossos*).

Outro aspecto a ser ressaltado na intervenção de Dilma Rousseff (exemplo 33) consiste no fato de que, ao mencionar a responsabilidade dos Estados, Dilma comete um ataque indireto – em um caso de descortesia encoberta (Culpeper, 1996; 2011) – destinada à imagem de Aécio Neves, na medida em que, na ocasião do debate, Aécio Neves é governador de Minas, sendo, portanto, responsabilidade do presidencial o controle e segurança interna do país. Em decorrência desse ato descortês, Dilma tenciona ameaçar a autoimagem privada de seu adversário político, comprometendo-o com questões de segurança pública.

Em seguida, ao salientar que pretende modificar a forma pela qual a União participa, no tocante ao repasse de verbas para a segurança pública, é possível observar que Dilma Rousseff procede ao emprego de um ato de personalização (Blas Arroyo, 2011; Bolívar; 2013; Marques; 2017), a partir do qual a candidata visa a reforçar sua imagem de autonomia (Bravo, 2005), por meio de um dêitico pessoal, o pronome “eu”, a fim de mostrar-se uma candidata forte diante do auditório. Trata-se de recursos de natureza linguística e interacional, que cumprem a função de realizar a estratégia de autopromoção da imagem, conforme mostra o excerto: “eu quero mudar isso, eu acho que a União tem de participar” (*grifos nossos*).

A esse respeito, cabe assinalar que a candidata busca, por meio de uma estratégia que lhe dá contornos próprios em relação ao grupo, enfatizando sua imagem individual, apresentar não somente autonomia, mas sobretudo o *ethos* de um político forte (Amossy, 2018), cujos propósitos são os de promover mudanças a partir de ações mais pontuais e

²⁶⁵ Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) ressaltam que, dentre as autoridades invocadas pelos que fazem uso do argumento de autoridade, estão: “o parecer unânime, ou a opinião comum, ora certas categorias de homens, “os cientistas”, “os filósofos”, “os Padres da igreja”, “os profetas”; por vezes a autoridade será impessoal: “a física”, “a doutrina”, “a religião”, “a Bíblia”; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 350).

individuais. Desse modo, verifica-se, mais uma vez, que Dilma erige uma imagem de autonomia com a qual objetiva persuadir o eleitor a atribuir-lhe credibilidade em função da ênfase em sua imagem individual.

Ainda no turno de réplica (exemplo 33), nota-se que a candidata faz uso de uma estratégia de autopromoção em detrimento do outro, destinada a enaltecer os feitos de seu governo, em um ato de valorização de sua autoimagem pública e da apresentada por seus correligionários. Para isso, a candidata procede à manipulação deliberada da *dêixis* pessoal, por meio do uso do pronome de primeira pessoa do plural, um “nós exclusivo”, na medida em que exclui Aécio Neves de seu âmbito de referência (exemplo 33): “e nós mostramos durante a Copa que quando a União participa, articuladamente com os estados [...] nós conseguimos, é conter todas as formas de violência” (*grifos nossos*).

Nota-se, nesse caso, que a ambiguidade referencial (Blas Arroyo, 2011) cumpre funções claras de descortesia em relação a Aécio Neves, ao passo que colabora para a promoção e valorização estratégica da autoimagem pública e imagem de grupo de Dilma Rousseff (Bravo, 2005).

O segundo bloco do debate prossegue com o turno de Aécio Neves, que formula uma pergunta à sua adversária política:

(Exemplo 34)

Tréplica de Aécio Neves: candidata... o que me parece e talvez pode parecer ao telespectador é que nós temos aqui dois candidatos de oposição... porque a senhora se dispõe a fazer tudo o que não fez ao longo de quatro anos em que a senhora foi presidente...e os outros oito anos em que teve um papel de destaque no governo do seu antecessor... eu defendo no Congresso Nacional...e o seu partido faz oposição... candidata... a essa proposta... razoável... no impacto no orçamento... apenas de garantia da transferência desses recursos para os estados e para os municípios... a senhora falou do programa "Crack, é possível vencer"... por que candidata... que depois de quatro anos... apenas quarenta por cento do programa... foi executado? o seu governo não assumiu a responsabilidade no enfrentamento dessa questão...o seu ministro falava eh... das nossas prisões...eh... comparando-as às masmorras medievais... não executou cerca de oitenta por cento do orçamento da área... candidata... assuma a responsabilidade do governo que não investiu em segurança pública.
Mediador: obrigada...obrigada...agora o candidato Aécio fará a nova pergunta...por favor... (linhas 475-489, *grifos nossos*)

No turno de réplica de Aécio, observa-se que o candidato faz uso do pronome “nós inclusivo”, por meio do qual se inclui o telespectador no mesmo âmbito de referência, com o propósito de estabelecer relações de aproximação com o eleitorado. Trata-se da tentativa de erigir uma imagem colaborativa com o auditório, na medida em que, ao inseri-lo na mesma esfera de referência pessoal, o candidato busca promover sua imagem de afiliação com o grupo constituído pelos eleitores (Bravo, 2005). Além disso, o uso do

pronome indica que Aécio Neves busca convocar o auditório a compartilhar e comungar de uma mesma forma de pensamento: a de que ambos os candidatos se encontram em uma relação de oposição, com o objetivo de levá-lo a aderir a um lado. Observa-se, além disso, que Aécio Neves busca aprofundar o distanciamento entre ele e sua oponente no pleito eleitoral, Dilma Rousseff.

Verifica-se, desse modo, uma estratégia de descortesia que consiste em manipular, de modo deliberado, o âmbito de referência do falante, aprofundando a polarização e a dicotomização (Amossy, 2018) no debate, produzindo efeitos negativos para os desejos de imagem da candidata oponente. Não obstante, importa assinalar que a instauração desse *duo conflictual* cumpre finalidades estratégicas: a de instituir um *duo consensual* com um terceiro participante, o eleitor em potencial (Fávero e Aquino, 2002):

Tréplica de Aécio Neves: candidata... o que me parece e talvez pode parecer ao telespectador é que nós temos aqui dois candidatos de oposição... porque a senhora se dispõe a fazer tudo o que não fez ao longo de quatro anos em que a senhora foi presidente...e os outros oito anos em que teve um papel de destaque no governo do seu antecessor...

Nota-se que Aécio Neves ataca, além disso, a imagem de grupo de Dilma, ao mencionar que nem ela, nem seus correligionários, tomaram as ações necessárias no combate às drogas e na otimização dos repasses de verbas aos estados e municípios. É importante pontuar que o presidenciável dispõe de uma forma de interpelação que acentua, isto é, que enfatiza a dicotomização presente na relação de interlocução, no caso, o pronome “seus”, utilizado para aprofundar o antagonismo entre os dois grupos políticos, isto é, ao agrupamento político de Dilma e a sua, conforme aponta o excerto do turno do candidato: “eu defendo no Congresso Nacional e o seu partido faz oposição, candidata.”

Além disso, importa observar o uso de uma manobra linguístico discursiva de autovalorização, realizada pelo candidato à presidência, por meio da qual Aécio reforça sua imagem de autonomia (Bravo, 2005), já que, mais uma vez, o candidato recorre ao uso de um dêitico pessoal em primeira pessoa, o pronome “eu”, agora no singular, para reforçar sua autoimagem em detrimento da apresentada por Dilma e pelos membros de seu partido, o PT. Nesse sentido, observa-se o emprego de duas estratégias de descortesia: a de autovalorização da autoimagem, em detrimento da de Dilma, e a estratégia de autonomia exacerbada ou por refratariedade (Kaul de Marlangeon, 2005), em relação à oponente e aos seus correligionários.

Aécio Neves: eu defendo no Congresso Nacional e o seu partido faz oposição, candidata... (*grifos nossos*)

Ainda no turno de réplica, exemplo 34, Aécio Neves procede à formulação de uma pergunta retórica, cuja função é formalizar um ato de descortesia destinado ao governo de Dilma e, consecutivamente, à sua autoimagem pública. Para fundamentar o ataque, nota-se que o candidato faz uso de mais um recurso de natureza retórica: a apresentação de dados estatísticos, que correspondem a um argumento de comparação – em 4 anos, em lugar de cem por cento, somente quarenta por cento do programa apresentado pela gestão de Dilma foi executado, ao passo que o ministro da candidata à reeleição não utilizou nem mesmo oitenta por cento destinado a questões de segurança pública, conforme ressalta Aécio Neves. Ao apelar a números, nota-se que o presidenciável recorre ao emprego do lugar da quantidade (Perelman e Obrechts-Tyteca, 2005[1958]), a fim de rechaçar sua adversária em função de sua má gestão e desconhecimento no que concerne a dados numéricos, atribuindo-lhe, por conseguinte, uma imagem de incompetência (Silva, 2013).

Concluindo seu turno (exemplo 34), Aécio Neves recorre, mais uma vez, ao emprego de uma estratégia de refratariedade em relação ao grupo rival, ao desqualificar o governo e membros do grupo de que Dilma faz parte, e, mais um exemplo de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005), por meio da qual Aécio Neves ataca Dilma e seus correligionários. Nota-se que essa estratégia se concretiza, em termos linguísticos, pelo uso do pronome possessivo “seu”, conforme se observa no trecho: “seu governo e seu ministro”, interpelando a candidata e, deliberadamente, atrelando sua imagem ao grupo, com claros propósitos descorteses. Trata-se de um ato estratégico em que o candidato manipula a *dêixis* pessoal, de modo estratégico, com vistas a atacar a imagem de grupo de Dilma Rousseff, uma vez que se rechaça tanto a presidenciável como os membros de sua gestão, conforme aponta o excerto do turno sob análise (exemplo 34):

Aécio Neves: por que candidata... que depois de quatro anos... apenas quarenta por cento do programa... foi executado? o seu governo não assumiu a responsabilidade no enfrentamento dessa questão... o seu ministro falava eh... das nossas prisões...eh... comparando-as às masmorras medievais... não executou cerca de oitenta por cento do orçamento da área.. candidata...

Há que se observar que Aécio Neves emprega, ademais, um ato de fala diretivo (Brown e Levinson, 1987[1978]), cujos efeitos de descortesia, decorrentes da ordem dada à adversária, colaboram para acentuar a agressividade de seu discurso, ameaçando a autoimagem privada de Dilma, cerceando sua liberdade de ação, na medida em que lhe impõe algo (Culpeper, 1996; 2011): “assuma a responsabilidade”.

O debate prossegue com um novo turno de Aécio Neves, que formula uma pergunta à sua adversária:

(Exemplo 35)

Pergunta de Aécio Neves: candidata...ah:... nos últimos... debates...a senhora tem falado muito das obras em mobilidade...e vou falar mais uma vez ao telespectador... ao ouvinte... que eh:...eh:... as rádios também transmitem... a Jovem Pan também transmite esse nosso debate... muitos certamente presos no no:: trânsito... das nossas GRANdes cidades... e a senhora fala números mirabolantes... números eh:...extremamente impressionantes... quando diz respeito a obras de mobilidade...a questão é que eu tenho viajado pelo Brasil... como a senhora também tem viajado pelo Brasil... e eu fico me perguntando quando vou... à sua cidade... quando vou à Porto Alegre... por exemplo... onde é que está o metrô anunciado no seu programa de governo? quando vou à minha Belo Horizonte... onde está o metrô... que aparece lá como obra do seu governo? quando vou por exemplo a Cuiabá...quando vamos a Curitiba... onde estão essas obras candidata? na verdade a senhora tem um conjunto de boas intenções... que a ineficiência do governo...lamentavelmente... não permitiu que ainda saíssem do papel... mas eu vou fazer isso... com planejamento e com eficiência... transformar promessas... em obras... candidata.
Mediador: obrigado...obrigado... (linhas 490-504, *grifos nossos*)

No turno de pergunta de Aécio Neves, verifica-se que o candidato dá início à sua intervenção introduzindo o tópico “mobilidade urbana”, a partir do qual se formulam diversas acusações de que a candidata oponente não instalou o metrô em diversas metrópoles do Brasil conforme havia prometido, ocasionando trânsito nas grandes cidades. Cumpre observar a tentativa de aproximação com o telespectador – para o qual o candidato se dirige – por meio das formas de interpelação “telespectador” e “ouvinte”.

Verifica-se, assim, o uso de uma estratégia que consiste em estabelecer uma aliança ou coalizão com o eleitor em potencial, por meio da tentativa de criar um *duo consensual* (Fávero e Aquino, 2002) com o auditório, com propósitos argumentativos:

Aécio Neves: vou falar mais uma vez ao telespectador... ao ouvinte... que eh:...eh:... as rádios também transmitem... a Jovem Pan também transmite esse nosso debate... muitos certamente presos no no:: trânsito... das nossas GRANdes cidades... e a senhora fala números mirabolantes... números eh:...extremamente impressionantes...

A tentativa de estabelecer um *duo consensual* com o eleitor se dá, no entanto, a partir da realização de um *duo conflitual* (Fávero e Aquino, 2002), por meio do qual se procede ao ataque à autoimagem pública de Dilma, de modo deliberado, como forma de reforçar a própria imagem no discurso. Trata-se de desqualificar a candidata rival para, em contrapartida, enaltecer a própria diante dos problemas relacionados à má gestão da oponente no tocante à questão do trânsito, conforme salienta Aécio Neves. Outro aspecto observado, na tentativa de aproximação de Aécio em relação ao eleitor, diz respeito ao fato de que o candidato apela para uma questão considerada negativa por boa parte dos

eleitores: estar preso no trânsito das grandes cidades. Diante do exposto, observa-se que Aécio segue, nesse turno, associando um fato negativo à imagem da oponente (Blas Arroyo, 2011), apelando, assim, à opinião comum – *doxa* – que supõe ser aceita por boa parte do auditório (Amossy, 2018).

Em seguida, verifica-se que Aécio recorre à ironia, ao mencionar que os números apresentados pela adversária são “impressionantes” e “mirabolantes”, questionando-os: e a senhora fala números mirabolantes... números extremamente impressionantes quando diz respeito a obras de mobilidade”.

Nesse caso, a ironia pode ser depreendida do fato de que, ao afirmar que os números apresentados por Dilma são impressionantes, o que se objetiva, de modo efetivo, é realizar uma crítica, não um elogio, ameaçando-se, assim, a imagem de Dilma. Além disso, pode-se afirmar que Aécio recorre ao lugar da quantidade, que, nesse caso, apresenta valor negativo, visto que a maior quantidade, isto é, os números altos e “extremamente impressionantes”, preenchem o lugar da quantidade de modo negativo (Amossy, 2018), promovendo efeitos descorteses para os desejos de imagem de Dilma Rousseff.

Mais adiante, no mesmo turno (exemplo 35), observa-se que Aécio Neves formula uma série de perguntas retóricas, a partir das quais realiza diversos atos de ameaça direcionados à autoimagem pública e privada de sua adversária, na medida em que, por meio desse recurso retórico, impõe tais formas interrogativas à Dilma – não lhe oferecendo opções – cujas respostas o presidenciável já conhece. Observe-se o excerto do turno sob análise:

Aécio Neves: quando vamos a Curitiba... onde estão essas obras candidata? na verdade a senhora tem um conjunto de boas intenções... que a ineficiência do governo... lamentavelmente... não permitiu que ainda saíssem do papel... mas eu vou fazer isso... com planejamento e com eficiência... transformar promessas... em obras... candidata. (*grifos nossos*)

Nesse trecho, os segmentos “onde está/ onde estão?” evidenciam, ademais, um ataque à autoimagem privada de Dilma, a qual tem sua liberdade de ação cerceada em decorrência da sequência repetitiva de perguntas formuladas de modo a tolher sua liberdade de ação, uma vez que são impositivas. Trata-se de formulações interrogativas que cumprem a função de impor uma pergunta à candidata de modo direto e sem atenuadores, produzindo, assim, efeitos eminentemente descorteses (Brown e Levinson, 1987[1978]).

Cumpra assinalar que a formulação dessas perguntas apresenta elementos que se repetem, quais sejam, a fórmula: “quando vou” e “quando vamos”, cuja função é deixar

um fato ou acontecimento “presente na memória” do interlocutor, no caso, a de um interlocutor privilegiado (Kerbrat-Orecchioni, 2006), para o qual o discurso se destina, de fato, conquanto não participe do contrato interlocutório fisicamente.

Observa-se, desse modo, o apelo a uma figura de repetição (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]) na intervenção do debatedor Aécio Neves, a forma “quando vou”, que cumpre a função de reforçar os atos de descortesia destinados à autoimagem social de Dilma Rousseff (excerto do exemplo 35):

Aécio Neves: e eu fico me perguntando quando vou... à sua cidade... quando vou à Porto Alegre... por exemplo... onde é que está o metrô anunciado no seu programa de governo? quando vou à minha Belo Horizonte... onde está o metrô... que aparece lá como obra do seu governo? quando vou por exemplo a Cuiabá...quando vamos a Curitiba... onde estão essas obras candidata? (grifos nossos)

Já no trecho em que Aécio Neves faz uso de um pronome possessivo na primeira pessoa do singular – salientando sua predileção por Belo Horizonte – observa-se que o debatedor intenta convencer uma parcela do auditório, no caso, os mineiros, a partir de um recurso que visa à aproximação do eleitor em potencial mediante o apelo à emoção que lhe é suscitada. Trata-se do apelo ao *pathos* (Blas Arroyo, 2011, Amossy, 2018) recurso pelo qual o candidato busca engendrar as emoções do público, ao demonstrar seu “apego” à cidade: “quando vou à minha Belo Horizonte... (grifos nossos).”

Há que se acrescentar que o apelo ao *pathos* evidencia a tentativa do presidenciável de obter aprovação dos eleitores mineiros por meio da busca de afiliação com esse grupo, para o qual o candidato busca erigir uma imagem colaborativa (Bravo, 2005).

A manipulação estratégica da *dêixis*, por meio da qual o candidato busca impor algo sobre sua oponente, no caso, a não realização das obras relativas à mobilidade urbana por Dilma Rousseff, é outra estratégia empregada por Aécio para ameaçar a candidata, visto que a inclusão da debatedora, na mesma esfera de referência pessoal do pronome “nós” (nós inclusivo) produz, de forma efetiva, efeitos descorteses. Em outras palavras, trata-se de incluir Dilma para efetuar um ato descortês, na medida em que a aproximação promovida pelo uso desse “nós”, implícito na desinência do verbo em sua forma “vamos”, visa a impor a responsabilidade pelas obras do metrô à presidenciável, reforçada pelo uso de uma pergunta retórica: “quando vamos a Curitiba... onde estão essas obras... candidata?”.

Em seguida, no exemplo 34, Aécio Neves formula um ato de falsa cortesia (Blas Arroyo, 2011; Culpeper, 1996; 2011), que antecede um ato de desqualificação, soando

irônico. Tal ato é destinado ao governo de Dilma e, consecutivamente, à sua autoimagem pública. Verifica-se, não obstante, que a desqualificação ocorre de modo atenuado, em um tipo de atenuação com vistas a proteger a autoimagem de quem a formulou: “na verdade... a senhora tem um conjunto de boas intenções [...]”

Por se tratar de um tipo específico de interação, cuja lógica reside na prevalência de um comportamento verbal marcadamente agressivo e descortês, pode-se afirmar que Aécio Neves tem como propósito mostrar-se, aparentemente, cortês – trata-se de uma falsa cortesia (*mock politeness*) (Culpeper, 1996; 2011) com finalidades egocêntricas (Briz, 2013), isto é, com propósitos tácitos de salvaguardar sua própria imagem diante de possíveis sanções. Em outras palavras, trata-se de atenuadores de caráter estratégico (Briz, 2013) que, por serem marcados – não esperados – no debate eleitoral, um contrato interlocutório agonal (Marques, 2013; 2017), regido pelos atos descortesios (não marcados), não produz os mesmos efeitos cortesios esperados pelo uso de atenuantes em interações cotidianas ou eventos comunicativos em que a descortesia não prevalece.

Outro aspecto a ser mencionado, relativo ao emprego de atos descortesios mediados por atenuadores, diz respeito ao fato de o candidato atribuir, a um terceiro, (Silva, 2013), no caso, à ineficiência do governo, a responsabilidade pelo fracasso de Dilma, a quem, de fato, Aécio busca atacar. Nesse sentido, observa-se que o candidato manipula as referências ou lugares discursivos para atenuar seu discurso – em prol de sua autoimagem – para, concomitantemente a isso, refutar a autoimagem social e pública de Dilma.

Além disso, cumpre observar que o candidato faz uso de um modalizador, o advérbio “lamentavelmente”, que embora aparente imprimir ao discurso do candidato certa ideia de cortesia, trata-se de um atenuante utilizado para salvaguardar a própria imagem do locutor que ataca: Aécio Neves.

Cumpre assinalar, ademais, que o uso do atenuador, em um turno permeado por atos descortesios, indica que Aécio Neves faz uso de um ato de falsa cortesia (Culpeper, 1996; 2011), cujos efeitos de ironia ampliam e reverberam a descortesia destinada à imagem de Dilma Rousseff (exemplo 35). Vale lembrar que o uso de partículas modalizadoras, cuja função é atenuar a força ilocutória do enunciado, configura-se no que Blas Arroyo (2011) denomina como *comportamento politicamente correto*, empreendido frequentemente pelos debatedores no embate político eleitoral, segundo o autor.

O segundo bloco do debate tem continuidade com um turno de réplica da candidata Dilma Rousseff:

(Exemplo 36)

Réplica de Dilma Rousseff: eu... acredito que você... de fato... não tenha muito conhecimento... porque você não sabe onde tá...o metrô... e o metrô está sendo... ((Aécio fala baixinho: ninguém sabe onde está o metrô)) formatado... pelo aliado seu... o... prefeito... nós demos dinheiro pro prefeito... o prefeito montou e está construindo o metrô que inclusive vai chegar até a Savassi...nós queremos que ele chegue até o Morro do Papagaio... agora...vocês... têm de olhar assim... com cuidado... porque essa é uma parceria... que envolve o Governo Federal... a Prefeitura...e...obviamente a Prefeitura tem também... uma espécie de PPP... nós estamos fazendo... candidato...NOVE metrô no Brasil...é a primeira vez que se faz isso...nove metrô no Brasil... nós estamos gastando cento e quarenta e três... bilhões... tem cento e oitenta e nove ((ênfase na entonação)) ... candidato... BRTs e corredores de ônibus sendo construídos... tem TREze VLTs no Brasil inteiro... nós temos um conjunto de obras de mobilidade urbana extremamente significativo... quero dizer... candidato... que era bom o senhor passear um pouco pelo Brasil... e ver que tem metrô sendo construído ali no Rio de Janeiro... pelo prefeito... pelo governador Pezão... tem metrô construído lá... no Ceará... em Fortaleza... tem metrô sendo construído por todo o Brasil pela priMEIra vez candidato... porque... enquanto vocês foram governo, jamais... investiram... em mobilidade urbana... nós somos... o primeiro GRANde investimento em mobilidade urbana... além disso... candidato... eu queria dizer pro senhor uma coisa... o senhor... quer... se apropriar... dos meus programas sociais... agora... quando eu digo... que um determinado programa está acontecendo...o senhor fala não... eu vou fazer e vou fazer melhor... ora... candidato... vocês nunca quando puderam o fizeram. vocês fizeram Bolsa Família de cinco bilhões/milhões milhões ((repetição da mesma palavra)) ... nós fizemos de cinquenta ...candidato. (linhas 506-529, *grifos nossos*)

No turno de intervenção de Dilma Rousseff que responde à pergunta formulada pelo seu adversário, é possível observar que a candidata formula um ataque mediado por um atenuador, destinado à autoimagem social e pública de seu rival, ao afirmar que Aécio Neves apresenta pouco conhecimento acerca de questões importantes. O uso do verbo “acreditar”, que cumpre a função de um modalizador da intensidade do enunciado em termos de agressividade verbal, assim como o verbo “ter” no subjuntivo, indica que Dilma busca atenuar seu discurso, minimizando seu tom de ameaça.

Não obstante, pode-se afirmar que Dilma Rousseff faz uso de de um ato de falsa cortesia (*mock politeness*) (Culpeper, 1996; 2011), acompanhado de um atenuador de natureza autocêntrica (Briz, 2013), uma vez que, ao mitigar a força ilocutória de seu enunciado, o qual veicula um argumento *ad hominem* (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]) – cuja função é concretizar um tipo de estratégia de desqualificação com a qual se questiona a competência do outro – a candidata visa, de fato, a ameaçar a autoimagem de Aécio Neves sem, no entanto, colocar a sua própria imagem em risco. Em outras palavras, devido ao fato de que os ataques efetuados pela presidente, destinados à pessoa de seu oponente. apresentarem-se, sobretudo, agressivos, mesmo em se tratando de um tipo de interação caracterizada pelo dissenso, cumpre assinalar a

intenção de Dilma Rousseff de apresentar a linha (Goffmas, 1967) do político comedido, evidenciando o emprego de um comportamento politicamente correto, recorrente no discurso político (Blas Arroyo, 2011). Observe-se o excerto do (exemplo 36):

Réplica de Dilma Rousseff: eu... acredito que você... de fato... não tenha muito conhecimento... porque você não sabe onde tá...o metrô... e o metrô está sendo... ((Aécio fala baixinho: ninguém sabe onde está o metrô)) formatado... pelo aliado seu... o... prefeito...(*grifos nossos*)

Importa acrescentar que a atual presidente aponta razões para justificar sua acusação de que Aécio Neves não tem conhecimento suficiente, em virtude de o candidato desconhecer ações realizadas por seus próprios correligionários. Segundo Dilma, é um aliado de Aécio Neves o responsável pela consecução das obras do metrô. Esse fato, apontado pela presidenciável, é, inclusive, ironizado pelo candidato Aécio Neves, em um ato de descortesia:

Dilma Rousseff: e o metrô está sendo ((Aécio fala baixinho: ninguém sabe onde está o metrô)) formatado pelo aliado seu... o prefeito (Trecho do exemplo 35)

Cumpra assinalar que, ao mencionar o aliado de Aécio, Dilma procede ao uso de uma estratégia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005), uma vez que se mostra contrária ao grupo rival, constituído por correligionários de seu oponente.

Além disso, o apelo à ironia e ao riso de exclusão (Perelman e Olbrechts-Tyeca, 2005[1958]) pelo presidenciável Aécio Neves cumprem a função de reforçar a atmosfera de descortesia na interação, o qual pode ser observado em uma tentativa de assalto ao turno de Dilma, efetuada pelo presidenciável. Verifica-se, no entanto, que esse turno, que se sobrepõe ao de Dilma – com o qual, entretanto, o candidato não visa a assegurar, de forma efetiva, a introdução de um novo turno – cumpre, tão somente, a finalidade de atacar e ridicularizar a autoimagem pública de sua oponente, aprofundando, assim, o dissenso na interação.

Mais adiante, ainda em seu turno de réplica, Dilma Rousseff recorre a uma estratégia de autopromoção em detrimento da autoimagem de Aécio e de seus parceiros políticos, ao mencionar, por meio de um “nós exclusivo” (que exclui a pessoa de Aécio), que ela e seus correligionários gastaram o equivalente a 143 bilhões. Nota-se que Dilma apela à razão, na tentativa de valorizar sua imagem, na medida em que apresenta dados numéricos²⁶⁶ para dar sustento à sua afirmação. Assim, observa-se o emprego do lugar da

²⁶⁶ Baseando-se nos estudos de Erlich (1993), Aquino (1997) assinala haver atos que colaboram para a valorização da face do locutor na interação, ao passo que, segundo a autora, há atos que colaboram para desvalorizar a imagem de quem os comete.

quantidade (Amossy, 2018), preenchido pela informação “Nós estamos gastando 143 milhões”. Nesse caso, o gasto significativo de dinheiro com metrô, ou seja, o gasto alto, configura um fato positivo e contribui para que a candidata possa valorizar sua autoimagem na busca da adesão do eleitorado, conforme aponta o excerto:

Dilma Rousseff: nós estamos gastando cento e quarenta e três... bilhões... Tem cento e oitenta e nove ((ênfase na entonação)) ... candidato... BRTs e corredores de ônibus sendo construídos... tem TREze VLTs no Brasil inteiro... nós temos um conjunto de obras de mobilidade urbana extremamente significativo... (exemplo 36)

Já a repetição da fórmula “nove metrô no Brasil” indica, por sua vez, o uso de uma figura de presença, realizada, no discurso da candidata, mediante o uso da repetição, isto é, da reiteração de termos que cumprem a função de deixar um dado evento presente na memória do auditório (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]).

Em seguida, Dilma Rousseff executa mais um ato de descortesia destinado à autoimagem pública de Aécio Neves, ao deixar implícito que o candidato “passeia” pelo Brasil, em lugar de realizar um trabalho efetivamente sério, conforme se pode observar no excerto do turno sob análise (exemplo 36): “era bom o senhor passear um pouco pelo Brasil...” O excerto sugere que Dilma faz uso de um recurso retórico – no caso, a ironia – na realização de uma estratégia de descortesia (Blas Arroyo, 2011), na medida em que a debatedora utiliza do verbo “passear” para depreciar as ações políticas tomadas pelo oponente, ao caracterizar as visitas de seu adversário político pelo Brasil como “passeios”, de modo sarcástico, a fim de acentuar o ataque à autoimagem social de Aécio e, em contrapartida, defender-se de possíveis sanções atreladas a uma possível acusação direta.

Ademais, verifica-se o uso de um argumento de comparação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), a partir do qual a candidata intenta enaltecer seu governo no trecho: “É a primeira vez que se faz isso”. Vale ressaltar que esse argumento quase-lógico cumpre, no turno de Dilma, duas finalidades discursivas: ora a de realizar um ato descortês, destinado aos demais governos – não somente o de Aécio Neves e do PSDB – assim como um ato de cortesia produtiva e valorizadora, já que por meio desse recurso a candidata realiza atos de valorização (Kerbrat-Orecchioni, 2006) destinados à sua gestão e, consecutivamente, à sua autoimagem pública.

Importa ressaltar que o ato de descortesia é realçado, ainda, pelo uso do advérbio “jamais”, imprimindo maior força ilocucionária ao enunciado proferido por Dilma, intensificando o argumento de comparação empregado, por meio do qual a candidata

realiza uma estratégia de descortesia que consiste na autopromoção em detrimento dos demais (trecho do exemplo 36):

Dilma Rousseff: quero dizer... candidato... que era bom o senhor passear um pouco pelo Brasil... e ver que tem metrô sendo construído ali no Rio de Janeiro... pelo prefeito... pelo governador Pezão... tem metrô construído lá... no Ceará... em Fortaleza... tem metrô sendo construído por todo o Brasil pela primeira vez candidato... porque... enquanto você foram governo... jamais... investiram... em mobilidade urbana... nós somos... o primeiro GRANDE investimento em mobilidade urbana...

Ao reportar-se ao grupo adversário, mediante o emprego da forma de interpelação “você”, verifica-se, ainda, o uso de mais uma estratégia descortês, que consiste no estabelecimento de refratariedade exacerbada aos correligionários de Aécio Neves por parte de Dilma Rousseff. Trata-se de mais um caso de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005), na medida em que a dicotomização e a polarização no embate eleitoral aprofundam-se (Amossy, 2018), produzindo maiores efeitos descorteses.

Dilma Rousseff: enquanto você foram governo, jamais investiram em mobilidade urbana (grifos nossos) (exemplo 36)

Em seguida, Dilma realiza outro ato de ameaça, destinado a rechaçar a autoimagem pública de Aécio Neves, por meio de um ato de descortesia direto e sem atenuadores (Culpeper, 1996; 2011), imprimindo maior agressividade ao seu discurso, uma vez que a candidata acusa seu oponente de “roubar” seus programas sociais. Trata-se de um argumento direcionado à pessoa, isto é, um tipo de argumento *ad hominem*, mediante o qual a debatedora apela para aspectos concernentes à honestidade e ao caráter do oponente com o propósito de desconstruir sua imagem, conforme indica o excerto do turno em análise:

Dilma Rousseff: candidato... eu queria dizer pro senhor uma coisa... o senhor... quer... se apropriar... dos meus programas sociais...

Por fim, para concluir o seu turno, Dilma Rousseff ressalta, por meio de mais um argumento de comparação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), que reside no fato de que Aécio e seus correligionários ofereceram o Bolsa Família para apenas cinco milhões de pessoas, ao passo que o grupo de que a candidata faz parte ofereceu um número de pessoas superior: 50 milhões. Novamente, verifica-se o apelo ao lugar da quantidade (Amossy, 2018), a partir do qual a candidata apresenta a ideia de que sua gestão é melhor e mais competente em virtude da quantidade de famílias apreciadas com o Bolsa Família.

Verifica-se, além disso, que o apelo a dados numéricos (Aquino, 1997) fundamenta a estratégia que consiste em “estabelecer contrastes desvantajosos” (Silva, 2013) entre dois grupos que, na interação sob análise, opõem-se: o grupo político de que Aécio faz parte, o PSDB, e os correligionários de Dilma, salientando, desse modo o antagonismo. Nesse sentido, pode-se afirmar que a candidata á reeleição formula outro ato descortês, que ocorre de modo concomitante: a afiliação exacerbada ao seu *endogrupo* (Fuentes Rodriguez, 2013). Esse fato é corroborado pelo uso de um dêitico, um “nós exclusivo”, cujo âmbito de referência compreende Dilma e seus correligionários, do qual Aécio e seus parceiros políticos estão, entretanto, excluídos.

O segundo bloco do debate prossegue com um turno de réplica de Aécio Neves à pergunta de Dilma Rousseff.

(Exemplo 37)

Réplica de Aécio Neves: candidata... eu acho que dizer uma inverdade num momento pode ser equívoco repeti-la... mais de uma vez... aí isso já tem outro nome...não... não foram cinco milhões de pessoas... foram cinco milhões de famílias atendidas no início... sim no início do programa que se transformou... no Bolsa Família...mas eu fiz a indagação pra trazer a realidade dos números... não se pode jogar tantos números ao vento e transformá-los em obras... na verdade... das duzentas obras de mobilidade anunciadas pela senhora... vnte e oito apenas foram entregues... candidata. de cada dez obras que a senhora prometeu fazer pra melhorar o trânsito... falo novamente para o amigo que está no trânsito... apenas uma foi entregue... vocês estão governando o Brasil há doze anos... e vocês demonizaram durante mais de dez anos as parcerias com o setor privado e isso fez com que tudo atrasasse no Brasil... vamos sair das grandes cidades... a transposição do São Francisco... onde é que está essa obra... candidata? parada e com sobrepreço... a Transnordestina... parada e com sobrepreço, essa infelizmente... é a marca do seu governo... obras anunciadas ...e que não terminam nunca (linhas 530-546, *grifos nossos*)

Nesse turno, nota-se, primeiramente, que o candidato emprega uma estratégia de atenuação (Briz, 2013), por meio de construções que modalizam a força do ato ilocutório como “eu acho” e o advérbio “inverdade”, fórmulas que dirimem a intensidade da acusação destinada a Dilma, minorando, assim, a agressividade de seu discurso. Trata-se de uma estratégia de autopreservação utilizada por Aécio Neves, o qual acusa a adversária de cometer um “equívoco”, minimizando, entretanto, o ataque à presidenciável. A esse respeito, pode-se dizer que, nesse tipo de embate de interlocução, esse procedimento de atenuação não visa, de fato, a proteger a imagem de Dilma como já vimos – já que esse recurso não apresenta finalidades altruístas – mas sim, a imagem de Aécio, o qual intenta apresentar-se como um político equilibrado e comedido diante do auditório, por meio de mais um caso de *comportamento politicamente correto* (Blas Arroyo, 2011).

Em seguida, ainda no mesmo período, Aécio Neves afirma que, ao repetir mais de uma vez uma “inverdade”, Dilma mente. Nota-se, pois, um tipo de ataque indireto,

marcado, novamente, por atos de atenuação egocêntrica (Briz, 2013), cuja finalidade não é a de salvaguardar a imagem de Dilma, mas sim a imagem do presidenciável, que incorre no risco de ser demasiado descortês.

Outro recurso observado nesse turno diz respeito ao emprego de uma metáfora por Aécio Neves, uma figura argumentativa cuja finalidade é rechaçar a imagem de Dilma Rousseff, conforme sugere o trecho: “não se pode jogar tantos números ao vento e transformá-los em obras”. Nota-se que o candidato refuta os números apresentados por Dilma em seu turno, acusando-a de apresentar dados falsos.

Observa-se, ademais, que Aécio Neves utiliza um argumento quase-lógico, no caso, a comparação com base em números, a fim de realizar um ato de desqualificação da autoimagem de Dilma e, concomitante a isso, fundamentar seus atos de ameaça em um tipo de raciocínio que se assemelha ao matemático (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), cuja relevância é, inclusive, salientada pelo próprio candidato: “mas eu fiz a indagação pra trazer a realidade dos números”.

Além de apelar à razão, construindo um discurso pautado no *logos*, pode-se afirmar que o presidenciável recorre ao lugar da quantidade (Amossy, 2018), a fim de subsidiar seu discurso e intensificar seus ataques FTAs (Brown e Levinson, 1987[1978]) à imagem de sua oponente.

Posteriormente, ainda no mesmo turno (exemplo 36), nota-se que Aécio Neves busca, novamente, mediante a apresentação de mais dados numéricos, aproximar-se do eleitor em potencial, ao convidá-lo para deliberar acerca da falta de investimentos do governo vigente em mobilidade urbana.

Trata-se de uma tentativa de estabelecer coalizão ou aliança com o auditório (Blas Arroyo, 2011; Fávero e Aquino, 2002), por meio da forma de interpelação amistosa “amigo”, com a qual Aécio busca erigir uma imagem de afiliação com o telespectador (Bravo, 2005), uma vez que seu propósito é aproximar-se do grupo constituído pelos eleitores em potencial.

Não obstante, verifica-se uma estratégia que consiste em estabelecer refratariedade em relação ao grupo da oposição, constituído por Dilma e seus correligionários, representado pelo pronome “vocês”, em um claro exemplo de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005). É possível assinalar, ainda, que Aécio Neves recorre ao uso de um léxico marcadamente axiológico, um campo lexical que remete à ideia de bem e de mal, por meio do qual o candidato procede ao ataque à autoimagem positiva de Dilma e de seu grupo político, mediante a forma “demonizar”.

Nessa direção, nota-se que Aécio Neves busca atrelar a imagem de Dilma Rousseff e de seus partidários a um campo semântico ou esfera de intencionalidades²⁶⁷ relacionado a valores e concepções negativas, com o intuito de aprofundar a ameaça à imagem da oponente diante do auditório e, consecutivamente, o dissenso (Aquino, 2003).

Em seguida (exemplo 37), Aécio Neves formula uma pergunta retórica, a partir da qual ameaça a autoimagem pública e privada de sua oponente, uma vez que essa formulação interrogativa colabora para dirimir a liberdade de escolha de Dilma e, sobretudo, de ameaçar sua autoimagem pública, já que cumpre a função de veicular um ato de desqualificação, mediante a acusação à adversária de não cumprir suas promessas.

Nota-se que essa forma de interrogação, empregada por Aécio Neves, não visa a obter informações de modo efetivo, uma vez que a resposta à sua pergunta é oferecida pelo próprio candidato, ainda no mesmo turno. Amossy (2018) chama a atenção para esse tipo de estratégia argumentativa, denominando-a como uma *pergunta complexa*. Segundo a autora, um tipo de paralogismo.

Por fim, verifica-se que Aécio Neves busca associar a imagem de Dilma e de seus correligionários a fatos negativos, com tácitos propósitos argumentativos: os de desqualificar os oponentes diante de um auditório, a quem o discurso, de fato, se destina (Blas Arroyo, 2011; Kerbrat-Orecchioni, 2006; Fávero e Aquino, 2002). Esse fato é corroborado pela manipulação deliberada e estratégica de um dêitico que cumpre a função, no turno sob análise, de estabelecer relações de aproximação com o eleitor em potencial, ao qual cabe o poder de escolha do candidato que ocupará o papel de “vencedor” ou de “vencido” (Blas Arroyo, 2011).

Trata-se de um “nós inclusivo” que inclui o auditório – com vistas a convocá-lo para deliberar, conjuntamente, acerca da questão da mobilidade urbana nas grandes cidades, conforme indica o excerto do candidato: “vamos sair das grandes cidades...”.

Posto isso, pode-se afirmar que o uso do pronome pessoal aponta, além disso, que Aécio Neves faz uso de uma estratégia de descortesia que consiste na tentativa de estabelecer aliança/coalizão com o auditório, mediante a instauração de um *duo consensual* com esse grupo (Fávero e Aquino, 2002).

Por fim, encerrando o segundo bloco, ocorre o turno de réplica de Dilma Rousseff:

²⁶⁷ Aquino (2003) ressalta o fato de que, no discurso político, muitas vezes os políticos fazem uso de um léxico pertencente a esferas de ocupação ou campos semânticos distintos, com o propósito de construir uma imagem credível diante do público eleitor. Um exemplo disso, é o apelo a vocábulos ou termos oriundos da economia – a autora analisa o discurso de Ciro Gomes – na tentativa de erigir a imagem do candidato competente, com boas referências.

(Exemplo 38)

Tréplica de Dilma Rousseff: candidato... o senhor falou que vocês fizeram pra... vinte milhões de pessoas o bolsa família? Candidato... pensa bem no que o senhor está fazendo/falando...vocês nunca fizeram Bolsa Família para cinco milhões de famílias... não fizeram candidato... vocês não fizeram... vocês NUNca chegaram a vinte milhões de pessoas... atendidas no Brasil...nós chegamos a cinquenta milhões de pessoas...candidato... quero dizer uma coisa... o senhor tá confundindo todas as obras... aliás... eu acho que deliberadamente... o senhor sabe que as obras de mobilidade são em parceria... parceria com governos... e com governadores...todas as obras de mobilidade que nós fazemos em Minas é em parceria com o Governo do Estado... ou com a Prefeitura... e isso vale pra todos os estados...eu discordo do senhor... acho que as obras não estão paradas... candidato... o senhor tem de ser... o senhor tem de se informar melhor... as obras estão andando... e eu digo outra coisa... tem muitas obras saindo do papel hoje...

Nesse último turno de tréplica da candidata Dilma Rousseff (exemplo 38), permeado por ataques à imagem de seu oponente, mas, sobretudo, por estratégias de defesa tanto de sua autoimagem pública, quanto de sua imagem de grupo “ nós chegamos a cinquenta milhões de pessoas”, pode-se observar que a presidenciável busca instaurar uma imagem mais comedida. A debatedora faz uso de partículas ou recursos modalizadores por meio dos quais atenua a intensidade de seus atos de ameaça, destinados à imagem de seu adversário político. No trecho “eu acho que deliberadamente” verifica-se o emprego de um verbo que dirime a força ou intensidade dos efeitos descorteses da acusação de Dilma ao seu oponente, fato observado, também, no trecho: o senhor está confundindo as coisas” que, no caso, configuram-se em críticas menos agressivas e que, não obstante, colocam em suspeição a competência e inteligência ou capacidade de compreensão do oponente: Aécio Neves.

Assim, apesar de iniciar seu turno com uma pergunta retórica: “o senhor falou que vocês fizeram pra... vinte milhões de pessoas o bolsa família?”, seguida de acusações veiculadas pela forma de interpelação vocês “ vocês não fizeram...”, o que se pode observar é um discurso mais atenuado, sem valor altruísta, na medida em que a candidata busca salvaguardar sua própria imagem de possíveis sanções (Briz, 2013). Acerca da forma de interpelação “vocês”, verifica-se, novamente, um aprofundamento da dicotomização e da polarização no contrato de interlocução analisado. Trata-se, ademais, de um recurso linguístico que aponta o uso de mais uma estratégia de descortesia: a autonomia exacerbada em relação ao grupo, no caso, ao partido rival, isto é, os correligionários de Aécio Neves, em um claro exemplo de descortesia de fustigação (2005), pela qual a candidata ataca a imagem de grupo de seu oponente (Bravo, 2005)

6.4 Análise do terceiro bloco do debate

O terceiro bloco tem início com o turno de Dilma Rousseff:

(Exemplo 39)

Pergunta de Dilma Rousseff: candidato... todos os anos... quarenta mil pessoas... morrem... e outras centenas de pessoas... sofrem... consequências por acidentes de trânsito... muitos desses acidentes decorrem porque há motoristas... dirigindo... embriagados ou drogados... em dois mil e doze... eu sancionei... a Lei Seca que punia... com dureza... todos aqueles que causassem... ferimentos ou mortes...so/eh:... sob droga ou álcool... candidato...eu queria saber... o que senhor acha... e como o senhor vê essa questão Lei Seca e... se todo cidadão... que for... acionado... que for solicitado... deve... se dispor a fazer... exame... de álcool e droga? (linhas 569-576, *grifos nossos*)

Nesse turno, que dá início ao terceiro bloco, observam-se acusações bastante agressivas ao candidato adversário, empreendidas por Dilma Rousseff, que alude a um acontecimento da vida privada de Aécio Neves: o fato de seu oponente ter deixado de fazer o exame do bafômetro por estar embriagado. Para isso, nota-se que Dilma escolhe um tópico que produz efeitos descortesias propositadamente, no caso, a questão da Lei Seca, sancionada pela própria presidente em 2012, que surgiu com o intuito de minorar os acidentes decorrentes do uso de drogas e álcool.

Para corroborar sua afirmação de que a Lei Seca é de suma pertinência, nota-se que Dilma apresenta dados numéricos – são 40 mil os que morrem em decorrência de acidentes relacionados ao consumo de álcool – fato que contribui para respaldar seu discurso e sua autoimagem na interação, uma vez que a presidenciável recorre ao lugar da razão, na medida em que apresenta informações corroboradas por números.

Ao respaldar-se em números, enfatizando a quantidade de pessoas mortas de modo a alicerçar seu discurso, Dilma recorre a um recurso de natureza argumentativa: o apelo ao lugar da quantidade. Nesse caso, é o maior número que produz efeitos negativos, fato que confirma a afirmação de Amossy (2018) de que os lugares da quantidade e da qualidade não são fixos, mas sim preenchidos e interpretados em termos negativos ou positivos conforme o contexto no qual estão imbricados. Nesse sentido, pode-se afirmar que a presidenciável apela ao *logos* e ao lugar da quantidade para alicerçar e intensificar uma acusação de embriaguez contra a autoimagem pública de seu adversário político, ou seja, uma estratégia de descortesia por desqualificação veiculada por uma acusação grave, fato que sugere o uso intenso de números e procedimentos que possam alicerçar esse tipo de ataque, deveras agressivo .

Em seguida, observa-se que Dilma Rousseff faz uso de um argumento pragmático (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), segundo o qual aprecia-se um determinado fato ou evento consoante as consequências negativas que se podem depreender a partir dele, no caso, o fato de que muitos morrem e centenas sofrem devido à irresponsabilidade de motoristas bêbados. Nesse aspecto, observa-se que Dilma deixa implícito que seu adversário também pode ser definido como alguém irresponsável, devido ao fato de ter dirigido bêbado. Trata-se de um argumento que serve ao discurso de Dilma no sentido de dar suporte às suas proposições, salvaguardando a imagem da candidata no momento em que procede à acusação, bastante incisiva, de que seu adversário político dirige bêbado.

Em seguida, no (exemplo 39), após fundamentar seu discurso em dados numéricos²⁶⁸ e explicar as prováveis consequências dos acidentes, nota-se que a candidata formula uma pergunta que, aparentemente, visa a obter uma resposta, mas que se configura, de fato, em uma pergunta de natureza retórica, conforme pode ser observado no excerto do turno sob análise:

Dilma Rousseff: que senhor acha e como o senhor vê essa questão da Lei Seca e se todo cidadão que for acionado...que for solicitado... deve se dispor a fazer exame de álcool e droga? (excerto do exemplo 39)

O exame do excerto permite afirmar que a formulação retórica de Dilma, veiculando um ato de desqualificação, tem como finalidade ameaçar as autoimagens pública e privada de Aécio, já que a candidata procede à apresentação de fatos que expõem tanto a imagem social e pública quanto a vida pessoal do acusado. Nota-se, pois, que a candidata ressalta um aspecto relacionado ao âmbito particular da imagem de seu adversário, desvelando aspectos de sua vida fora da política, no caso, sua opção em não fazer o teste de bafômetro quando solicitado, dirigindo alcoolizado. A menção a fatos depreendidos de vivências e a aspectos relacionados àquilo que o auditório sabe a respeito do orador consiste no apelo ao *ethos* prévio (Amossy, 2018), por meio do qual Dilma intenta deslegitimar seu oponente diante dos eleitores. Desse modo, a candidata recorre à formas de comportamento e posturas negativas – fatos que não se depreendem do discurso – que são resgatados para validar uma determinada tese: a de que Aécio Neves não é um político credível. Assim, apela-se para o *ethos* prévio de Aécio (Amossy, 2018), isto é,

²⁶⁸ Erlich (1993) e Aquino (1997) assinalam que o apelo a dados numéricos pode colaborar para valorizar a imagem do político na interação.

para o conhecimento que o auditório possui a seu respeito, a fim de deslegitimar sua autoimagem pública, na consolidação de uma estratégia descortês (Blas Arroyo, 2011).

Há que se acrescentar que ao proceder ao ataque da pessoa de seu adversário, em lugar de suas proposições, a candidata faz uso de mais um argumento, o argumento *ad hominen*²⁶⁹ ou *ad personam*, pelo qual se visa a expor aspectos concernentes ao caráter do interlocutor, configurando-se em um ataque que incide negativamente sobre a imagem do oponente. Em outras palavras, trata-se de mais um recurso de natureza retórica, por meio do qual Dilma busca desconstruir o *ethos* apresentado por seu oponente: o do político honrado, isto é, o *ethos* de um homem digno de credibilidade diante do auditório (Amossy, 2018)

É importante frisar que o ataque *ad hominen*, veiculado pela pergunta de Dilma, colabora para acentuar o dissenso na interação, uma vez que se trata de um procedimento de persuasão que, segundo Amossy (2018), “visa a silenciar o adversário para asfixiar o debate” (AMOSSY, 2018, p. 168).

Outro aspecto a ser mencionado acerca do turno de Dilma consiste no fato de a pergunta formulada por Dilma acerca do bafômetro evidenciar o emprego de mais um recurso retórico, isto é, um tipo de argumento que afeta a imagem de Aécio Neves, produzindo efeitos descorteses, caso o locutor concorde ou caso discorde. Nessa direção, pode-se afirmar que o emprego dessa pergunta incide sobre a autoimagem de Aécio Neves de qualquer modo, caso a resposta seja positiva ou negativa, comprometendo sua face diante do auditório de qualquer modo. Esse procedimento linguístico-discursivo configura um argumento denominado por Amossy (2018) como “questões complexas”, um tipo de paralogismo que, segundo a autora, “compreendem pressupostos que já apresentam uma resposta”.

Nesse caso, importa assinalar que, não obstante Dilma Rousseff não afirme, claramente, que o candidato não fez o teste do bafômetro na pergunta retórica, fica subentendido uma proposição negativa acerca de Aécio: assim como todo cidadão, Aécio deve, sim, passar pelo bafômetro. Observa-se, pois, o emprego de um mecanismo argumentativo por Dilma Rousseff cuja função é realizar, isto é, concretizar uma estratégia descortês de desqualificação, levando-a a cabo no discurso da presidenciável (Blas Arroyo, 2011).

²⁶⁹ De acordo com Amossy (2018), o ataque *ad hominen* “incide diretamente sobre o *ethos* do adversário, mais que do que sobre o conteúdo de suas proposições” (AMOSSY, 2018, p. 165).

Ao incluir Aécio Neves no grupo constituído por “todos os cidadãos”, aludindo ao fato de seu adversário não ter realizado o exame de bafômetro, Dilma Rousseff recorre ao senso comum – isto é, *à doxa* – de que todos os cidadãos têm os mesmos deveres diante da lei, assim como o candidato, o qual, em contrapartida, recusou-se a realizar o teste. Nesse sentido, pode-se afirmar que a presidenciável emprega, além disso, um *argumento baseado na justiça* (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), segundo o qual todos os cidadãos são iguais, partindo do princípio de que “o que vale para um, vale para todos”.

Com efeito, a rejeição que repousa sobre o fato de um motorista dirigir embriagado configura-se, assim, no apelo ao conhecimento compartilhado e repertoriado pelo eleitor: a de que o homem público deve ter ética e responder pelos seus atos da mesma forma que seus eleitores, os cidadãos comuns.

Nessa direção, verifica-se um ato descortês que consiste em uma estratégia de deslegitimação (Blas Arroyo, 2011), que tem como suporte recursos de natureza retórica, os quais lhe dão sustento, intensificando a animosidade entre os debatedores.

O terceiro bloco do debate prossegue com o turno de resposta do candidato Aécio Neves:

(Exemplo 40)

Réplica de Aécio Neves : candidata... tenha coragem de fazer a pergunta direta... é claro que essa é uma ...iniciativa extraordinária... não é sua...o Congresso Nacional... candidata... implementada em todos os governos...a senhora traz nesse debate... talvez pelo desespero... e tenta deturpar... um tema que tem que ser colocado com absoluta clareza...eu tive um episódio sim... e reconheci... candidata... eu tenho uma capacidade que a senhora não tem...eu tive um episódio que parei...eh... numa Lei Seca... porque minha carteira estava vencida... e ali naquele momento inadvertidamente... não fiz o exame e me desculpei me arrependi disso... como a senhora não se arrepende de nada no seu governo... é importante candidata que nós olhemos para frente... vamos falar do Brasil... explique aqui candidata por que que a senhora mantém hoje nomeado por exemplo... na Itaipu binacional o tesoureiro do seu partido... que recebia propina para alimentar a sua campanha candidata Dilma Rousseff...vamos falar de coisas sérias...vamos falar como melhorar a saúde das pessoas como melhorar a Segurança...Pública candidata...não é possível que a senhora queira aqui fazer a mais BAI-XA (ênfase) das campanhas eleitorais até aqui...não é possível... candidata... que esse mar de lama em que se transformaram as redes... onde a senhora ofende a mim... onde sua campanha ofende a minha família... a senhora está ofendendo a todos os brasileiros que querem mudança... candidata...a senhora... infelizmente... por não ter tido a oportunidade de ao longo da sua vida ter outras disputas...foi ungida Presidente da República por um presidente muito popular... acha que é dona da verdade...não é... candidata...o SEu (ênfase) governo fracassou...e a senhora caminha para perder essas eleições... pela incapacidade que demonstrou inclusive... de respeitar os seus adversários...candidata... a senhora não trouxe durante todo esse nosso debate uma proposta sequer que melhore a vida do cidadão...que melhore a saúde pública...que melhore a segurança... a senhora parece que não foi Presidente da República... candidata...olhe para o futuro... ((palmas da platéia))

[
obrigado

Mediador:
Aécio Neves: tire os olhos do retrovisor do passado... pense nos brasileiros...
 candidata. ((aplausos da platéia))
 [

Mediador: obrigada ((interrompendo o turno de Aécio Neves)) um minuto
 para a réplica...
 (linhas 577- 608, *grifos nossos*)

Nesse longo turno de réplica, Aécio Neves formula sua resposta, apresentando uma intervenção permeada por atos de descortesia como reação ao ataque da oponente, ao questionar, em um primeiro momento, a coragem de sua adversária, em um ato de insulto à sua pessoa, mediante o uso de um argumento *ad hominem* (Amossy, 2018), por meio do qual o candidato expõe a autoimagem pública de Dilma: “candidata... tenha a coragem de fazer a pergunta direta...” Trata-se de um tipo de descortesia direta, visto ser realizada sem atenuadores que possam mitigar a força ilocutória do enunciado (Blas Arroyo, 2011). Observa-se, também, que Aécio Neves refuta o enunciado de Dilma, procedendo ao emprego de uma estratégia de desqualificação da proposição de sua adversária, conforme se verifica no excerto: “é claro... que essa... é uma iniciativa extraordinária... não é sua... o Congresso Nacional...candidata... implementado em todos os governos...” (grifos nossos).

Na realização desse ato de descortesia, observa-se que o candidato faz uso de um recurso de natureza retórica para concretizá-lo (Blas Arroyo, 2011), a partir do qual sustenta seu discurso e valida sua refutação. Trata-se de um argumento de autoridade mediante a designação de uma autoridade citada pelo nome (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), no caso, o Congresso Nacional, ao qual pertence, de fato, a iniciativa da Lei Seca, conforme ressalta o candidato.

Em seguida, Aécio Neves procede ao uso de uma estratégia de desqualificação da autoimagem pública de Dilma, ao questionar sua ética no debate, afirmando que sua oponente apela ao ataque e ao comportamento verbal agressivo de forma demasiada, devido ao “desespero”, na medida em que a acusa de “deturpar um tema”.

Não obstante, ao acusar a rival de cometer atos descorteses sobremaneira à sua imagem, Aécio Neves faz uso de um atenuador, a fórmula “talvez”, conforme se verifica no excerto “A senhora traz nesse debate talvez pelo desespero...”, visando a mitigar a intensidade da responsabilidade pelo seu ataque, não procedendo a uma cortesia altruísta, genuína (Culpeper, 1996; 2011), mas sim a um ato de atenuação egocêntrica (Briz, 2013), indicando sarcasmo ou falsa cortesia (Culpeper, 2011). Com efeito, trata-se da tentativa de autoproteção, na medida em que, ao atenuar a força ilocutória de seu ato de ameaça,

modalizando-o, Aécio visa a salvaguardar sua própria imagem de possíveis sanções. Trata-se de uma “atividade de imagem” autocêntrica (Briz, 2013), e de mais um exemplo de *comportamento politicamente correto*, frequentemente utilizado nos embates eleitorais (Blas Arroyo, 2011).

Mais adiante, verifica-se um ato de reconhecimento de erro, fato que ameaça a autoimagem privada de Aécio, uma vez que o candidato assume ter dirigido com a carteira vencida, o que ocasionou, segundo ele, sua negação em realizar o exame de bafômetro. Em contrapartida, observa-se que o locutor recorre ao estabelecimento de contrastes entre sua postura e a tomada pela candidata oponente, a qual, segundo o presidenciável, não assume seus erros. Trata-se de um ato de descortesia que consiste em estabelecer contrastes desvantajosos (Silva, 2013), a fim de reafirmar e validar sua autoimagem em detrimento da apresentada pela adversária, conforme mostra o excerto a seguir do turno sob análise (exemplo 40):

Aécio Neves: eu tive um episódio sim... e reconheci...candidata... eu tenho uma capacidade que a senhora não tem...eu tive um episódio que parei numa Lei Seca porque minha carteira estava vencida e ali naquele momento inadvertidamente não fiz o exame e me desculpei... me arrependi disso...como a senhora não se arrepende de nada no seu governo... é importante...candidata...que nós olhemos para frente. (grifos nossos) (Exemplo 39).

Outro aspecto a ser assinalado diz respeito no uso de um dêitico, o pronome “nós inclusivo”, por meio do qual Aécio Neves inclui Dilma em seu mesmo campo de referência, o qual, no entanto, é empregado para realizar um ato de ameaça à autoimagem pública da candidata, visto que o locutor assinala que Dilma não olha, como ele, para o futuro. Nesse momento, pode-se observar que o candidato procede a uma explicação aparentemente didática acerca do comportamento adequado para um político, na medida em que demonstra “precisar explicar” à sua adversária a atitude correta a se tomar, chamando a atenção para o fato de que Dilma deve pensar nos brasileiros e olhar para o futuro. Ao proceder dessa forma, estrategicamente, Aécio Neves produz efeitos descorteses, uma vez que coloca em questão a capacidade de sua oponente de debater, conforme aponta o excerto (*grifos nossos*):

Aécio Neves: é importante candidata que nós olhemos para frente... vamos falar do Brasil... [...] olhe para o futuro... tire os olhos do retrovisor do passado... pense nos brasileiros... candidata. ((aplausos da platéia))” (Excerto do exemplo 39)

No que se refere ao pronome pessoal em primeira pessoa, que inclui Dilma, porém colabora para produzir efeitos descorteses na interlocução, observa-se o uso de uma

estratégia descortês empregada por Aécio Neves, que consiste na manipulação deliberada do âmbito de referência pessoal para ameaçar a imagem de sua adversária. Há que se ressaltar, ademais, que Aécio Neves vincula a imagem de Dilma ao passado, com o intuito de atrelar sua figura à ideia de retrocesso e ao anacronismo político.

Contudo, esse mesmo recurso cumpre a função de valorizar a imagem de Aécio Neves, sendo possível inferir que a apresentação da ideia de futuro pelo candidato se dá com o propósito de promover sua imagem social, sobretudo no aspecto concernente à sua imagem de desempenho²⁷⁰ (Fuentes Rodriguez, 2013), vinculando-a à esperança e à mudança, afigurando-se, desse modo, como uma estratégia descortês de autopromoção da imagem em detrimento do outro. A esse respeito, importa assinalar que, ao longo do debate, Aécio Neves busca, com frequência, apresentar duas ideias antagônicas – a de passado que se dá em contraposição ao futuro – as quais colaboram para acentuar a polarização, intrínseca a esse tipo de troca verbal (Blas Arroyo, 2011), fato que colabora, assim, para aprofundar a dicotomia na interação.

A observação do *corpus* permite-nos afirmar que esse antagonismo – entre passado e futuro – cumprem tanto a função de desqualificar, quanto a de valorizar a autoimagem pública dos debatedores. Nesse caso, convém ressaltar que Aécio Neves intenta, de forma efetiva, valorizar sua autoimagem pública.

Dando continuidade ao turno analisado (exemplo 40), verifica-se o apelo a uma figura retórica, que consiste no uso estratégico de uma metáfora, no momento em que Aécio Neves busca associar as práticas políticas de Dilma ao passado, conforme se observa no trecho: “tire os olhos do retrovisor do passado”. Nesse excerto, a metáfora contribui para reforçar o ataque à autoimagem pública de Dilma, decorrente da associação da imagem da candidata à ideia de passado e atraso, representados por um objeto, um retrovisor, que remete à ideia daquilo que está sempre atrás. O vocábulo “retrovisor” é empregado de modo a reverberar a ideia de que Dilma simboliza um governo que já faz parte do passado, ao contrário de Aécio Neves, que representaria o futuro e a esperança. Desse modo, o uso dessa figura incrementa a ameaça à autoimagem pública de Dilma Rousseff. Trata-se de uma figura argumentativa (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), utilizada pelo candidato de modo estratégico, com finalidades de persuadir

²⁷⁰ Para Fuentes Rodriguez (2013), trata-se da “imagen de rol”, isto é, de um aspecto da imagem que consiste no papel social desempenhado. Do mesmo modo, Spencer-Oatey (2008) e Culpeper (1996, 2011) assinalam a importância do papel desempenhado, componente do que Culpeper (2011) e Spencer-Oatey (2008) denominam como *social face*.

o auditório, na medida em que se busca levar a autoimagem da oponente ao completo descrédito.

Ainda no mesmo turno, pode-se observar que o candidato à presidência impõe uma pergunta à Dilma, ao formular uma acusação, em um ato que visa a desqualificar a autoimagem pública e privada de Dilma, concomitantemente: “responda candidata...” Ao impor perguntas e não oferecer alternativas à candidata, questionando-a acerca de seu tesoureiro, o qual recebia propina para alimentar sua campanha eleitoral, conforme o candidato, pode-se afirmar que Aécio procede ao emprego de um ato de ameaça à liberdade de ação da oponente, por meio de um ato de descortesia direto e sem atenuadores (Culpeper, 1996; 2011), fato que indica um aprofundamento do dissenso, à medida que o debate transcorre.

Em seguida, no mesmo exemplo, verifica-se que Aécio Neves acusa Dilma de cometer atos demasiado agressivos – no caso, de não apresentar um comportamento politicamente correto (Blas Arroyo, 2011) – assinalando que a oponente comete, sobremaneira, atos diretos, comprometendo as regras estipuladas pelo tipo de contrato interlocutório estabelecido entre os interactantes. Os ataques de Dilma são, segundo Aécio, destinados a rechaçar sua imagem privada (ofende sua família), por meio de ataques *ad hominen* (Amossy, 2018), salientando que sua adversária não tem capacidade de formular um discurso idôneo, mas restrito, tão somente, a ataques *ad personam*, enfraquecendo a imagem de sua oponente. De acordo com Aécio Neves, Dilma formula um discurso pouco elaborado, em se tratando de propostas e planos de governo, trazendo a lume, para o eleitorado, a baixa credibilidade e incompetência de sua oponente, no tocante à abordagem de tópicos prementes.

O debate segue e é possível observar que Aécio Neves procede ao emprego de mais uma estratégia de desqualificação (Silva, 2013), na medida em que acusa Dilma Rousseff de não apresentar programas, fugindo à proposta do debate, evadindo-se do tópico, com o intuito, conforme salienta o candidato, de cometer ataques à sua imagem privada. Nota-se que Aécio desqualifica Dilma mediante o emprego de um argumento quase-lógico, um argumento de comparação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]) que se realiza mediante o uso de um superlativo, no momento em que a acusa de “promover a campanha mais baixa da história” (exemplo 40). Nesse sentido, há que se assinalar que o candidato atrela a imagem de Dilma a fatos negativos, conforme assinala Blas Arroyo (2011).

Ainda no que se refere ao turno analisado (exemplo 40), verifica-se que, após acusar sua oponente de promover a campanha mais baixa da história, Aécio Neves convoca-a a discutir acerca de tópicos considerados mais relevantes. No trecho: “Vamos falar de coisas sérias” observa-se um ato de falsa cortesia (Culpeper, 1996; 2011), o qual evidencia que, conquanto Aécio Neves pareça incluir Dilma na mesma esfera de referência, mediante o uso de um “nós inclusivo”, promovendo sua aproximação, propondo-lhe algo por meio da manipulação da *deixis* pessoal, é evidente que o presidenciável procede ao emprego de uma ato ameaçador para a imagem privada de sua oponente. Em outras palavras, verifica-se que o uso desse “nós inclusivo” produz, efetivamente, efeitos descorteses, uma vez que, por meio de um ato impositivo e da manipulação referencial estratégica, questiona-se a seriedade e idoneidade de Dilma, colocando-se em xeque sua credibilidade, na medida em que o candidato coloca o discurso de sua oponente em suspeição, devido ao excesso de ataques cometidos pela candidata.

[...] A senhora não trouxe durante todo esse nosso debate uma proposta sequer que melhore a vida do cidadão... que melhore a saúde pública... [...] A senhora parece que não foi Presidente da República... (Trecho do exemplo 39, grifos nossos)

É importante salientar que o uso demasiado de ataques *ad hominem*, destinados a expor aspectos concernentes à pessoa do oponente, pode comprometer a imagem de quem os utiliza, conforme assinala Blas Arroyo (2011), mesmo que empreendidos em ambientes de interlocução regidos pela polêmica, imprimindo ao discurso permeado por atos de ataque à pessoa, em demasia, falta de seriedade ou pouca capacidade em argumentar, fato que pode contribuir para enfraquecer a imagem de Dilma.

No turno de Aécio é possível observar, ainda, o emprego da repetição estratégica de um “nós inclusivo”, implícito na desinência do verbo falar, conforme se verifica nas fórmulas “vamos falar”, verificada no excerto retirado do turno do candidato (exemplo 40): “vamos falar do Brasil[...] vamos falar de coisas sérias...vamos falar como melhorar a saúde[...]” (*grifos nossos*).

Acerca do excerto, consideramos que a recorrência de um “nós inclusivo”, depreendido a partir da desinência da forma verbal “vamos” é pertinente, uma vez que colabora para tornar presente na memória do auditório a ideia de que o debate deve versar sobre assuntos relevantes, do interesse do eleitor, indicando, pois, a insistência do candidato em convocar sua oponente para a realização de um debate que discorra sobre questões relacionadas a propostas políticas. Assim, cumpre observar que, nesse caso, a

repetição da locução verbal “vamos falar” apresenta finalidades estratégicas, argumentativas, podendo-se afirmar que a reiteração do termo se configura em uma figura de presença que se concretiza no discurso por meio da repetição (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), isto é, uma estratégia argumentativa de que Aécio Neves faz uso para contradizer as práticas discursivas de sua oponente, ameaçando-lhe a imagem.

Outro aspecto a ser assinalado diz respeito ao fato de que Aécio Neves coloca-se como porta-voz de Minas – em uma tentativa de promover sua imagem de afiliação em relação aos mineiros, visto que o presidenciável intenta se aproximar de um dado grupo, constituído por esses eleitores (Bravo, 2005). Trata-se de uma tentativa de autopromoção de sua autoimagem em detrimento da de Dilma diante desse eleitorado em potencial, no caso, os eleitores mineiros. Importa assinalar que ao buscar estabelecer aproximação com os eleitores desse estado, Aécio Neves faz uso de uma estratégia que consiste na busca do estabelecimento de coalizão ou aliança com o auditório, por meio de um *duo consensual* (Fávero e Aquino, 2002), mediante a tentativa de construção de uma imagem de grupo com esses eleitores (Bravo, 2005).

Cumprir observar, ainda nesse turno (exemplo 40), que o candidato Aécio Neves recorre a um léxico marcadamente axiológico, na busca de ameaçar a autoimagem de Dilma diante do eleitor, como se pode observar nos trechos: “mar de lama” e “a mais baixa campanha”. Desse modo, verifica-se o uso de diversos ataques *ad hominem* contra a autoimagem pública de Dilma Rousseff, os quais são destinados a desconstruir a imagem de afiliação da debatedora em relação ao auditório, na medida em que, segundo seu oponente, a candidata fora “ungida presidente da República” por um presidente muito popular – do qual advém, inclusive, sua popularidade – sem, no entanto, inspirar, de fato, a confiança e a aproximação do eleitor por meio da construção de um discurso e, consecutivamente, de uma imagem credível.

Nesse sentido, conforme pontua Aécio Neves, Dilma Rousseff apresenta-se como uma candidata à reeleição que não realizou outras disputas eleitorais, colocando em suspeição sua competência como debatedora e presidente da república, ressaltando, mais uma vez, uma característica que visa a atribuir a Dilma e ao seu partido: a de um político autoritário, cuja postura e práticas são poucos democráticos. Observe-se o excerto das considerações finais de Aécio no turno analisado: “a senhora [...] por não ter tido a oportunidade de ao longo da sua vida ter outras disputas... foi ungida Presidente da República por um presidente muito popular... acha que é dona da verdade.” (excerto do exemplo 40).

Quanto ao dispositivo da enunciação (Amossy, 2018), isto é, às formas pelas quais os interactantes são convocados a falar nesse longo turno (exemplo 40), nota-se que Dilma é interpelada pelo candidato mediante o emprego de “designações nominais explícitas”, como o uso de vocativos – a senhora, a candidata – índices de alocação²⁷¹ que a situam na posição de destinatária direta, à qual são endereçados todos os atos de ameaça diretamente e sem atenuadores (Culpeper, 1996; 2011; Blas Arroyo, 2011), fato que colabora para acentuar a descortesia na interlocução.

Ao término da intervenção de Aécio Neves (exemplo 40), o auditório aplaude o candidato e, em contrapartida, vaia Dilma Rousseff. Acerca dos aplausos no debate político, Blas Arroyo (2011) assinala que tais atos se configuram em manifestações do auditório que, no embate político eleitoral, podem acarretar na valorização ou na ameaça da face dos envolvidos na interação. Nesse caso, as vaias e os aplausos configuram-se em atos ameaçadores à autoimagem de Dilma e, em contrapartida, colaboram para a promoção da autoimagem de Aécio Neves. Assim, pode-se afirmar que o público que constitui a platéia, o qual, normalmente, não se expressa, cumpre a função de promover, por meio dos aplausos, a autoimagem pública e, concomitantemente a isso, atacá-la. Trata-se da manifestação de um tipo de destinatário que, embora não participe da interação da mesma forma que os debatedores, contribui, também, para aumentar o clima de tensão e dissenso verificado no debate (Blas Arroyo, 2011).

No turno que segue, o de réplica de Dilma, pode-se observar as vaias destinadas à candidata e, novamente, os aplausos direcionados ao debatedor Aécio Neves:

(Exemplo 41)

Réplica de Dilma Rousseff: candidato ((aplausos da platéia para Aécio e vaia para Dilma)) candidato...não adian/ ((Dilma é interrompida pela platéia)

Mediador: um minutinho candidata... com licença...eu gostaria de pedir aos nossos amigos da platéia...vocês são muito queridos e muito bem vindos aqui...mas eu pediria que não se manifestassem...em respeito em primeiro lugar... aos dois candidatos que aqui estão...em segundo lugar... aos nossos telespectadores...porque nós não estamos em um programa de auditório...nós estamos em um debate para a presidência da república de nosso país e deveríamos nos comportar... dessa forma...gostaria que a senhora que estava falando...continuasse...

Continuação a réplica de Dilma Rousseff: candidato...eu acho muito importante a Lei Seca para o Brasil... e acho que o senhor... está tentando diminuir-la... sabe por que candidato? porque... no Brasil... todos/todas os dias... todas as semanas tem gente morrendo por acidentes de trânsito quando um motorista dirige... ou embriagado, ou drogado...então...candidato... eu acho que a gente tem de tratar esse assunto com mais cuidado e com mais seriedade...porque... depende dele... muitas vezes, a...a vida ou a morte... dos nossos jovens...por isso candidato... não é uma coisa... que o senhor... porque passou por uma experiência... pessoalize tanto...acredito, candidato... que ninguém pode... sem sofrer as consequências... dirigir... nem drogado... nem

²⁷¹ Termo utilizado por Amossy (2018) em sua análise de seus efeitos no discurso.

bêbado. EU ((ênfase)) candidato... não dirijo sob álcool e droga... e isso... é uma questão... que não é... afeta só a mim...eu acho que deve ser afeta... a todos os brasileiros...agora acredito candidato... que a Lei Seca trouxe um BEM pro país...trouxe um bem ((ênfase)) pros nossos jovens... e pros nossos adolescentes. ((interrupção do mediador do debate que diz: obrigado))
(linhas 609-630, *grifos nossos*)

O debate prossegue e Dilma volta a ameaçar a autoimagem pública e privada de seu oponente, em seu turno de réplica, ao afirmar que Aécio Neves está tentando diminuir a importância da aplicação da Lei Seca devido ao seu envolvimento com bebida e drogas. Não obstante, por tratar-se de uma acusação que pode ser julgada agressiva em demasia, direcionada a aspectos da vida particular do candidato, na medida em que expõe fatos de sua vida pessoal, observa-se que a candidata faz uso de um atenuador, por meio de um modalizador, no caso, a fórmula “Eu acho”, verificada na primeira linha de seu turno de réplica.

Com efeito, esse modalizador atua de modo a suavizar o discurso de Dilma, em um claro exemplo de *comportamento politicamente correto* (Blas Arroyo, 2011), uma vez que se trata de um atenuante sem finalidades altruístas, mas sim egocêntricas (Briz, 2013). Em outras palavras, pode-se afirmar que as razões discursivas que levam a candidata a fazer uso desse tipo de mitigador são, tão somente, as de salvaguardar sua autoimagem diante do eleitorado em seu “trabalho de imagem”, apresentando-se como um ato eminentemente autocêntrico (Briz, 2013).

Em seguida, verifica-se que Dilma recorre à formulação de uma pergunta retórica, cuja finalidade não reside em obter informações, mas cumpre propósitos estratégicos: ameaçar a autoimagem de seu oponente, mediante um ato de desqualificação. A estratégia de desqualificação se realiza por meio de uma acusação, com a qual a candidata resgata fatos negativos (Silva, 2013), associados ao passado de Aécio, para colocar em xeque seu caráter e credibilidade como candidato à presidência e como cidadão. Dilma acusa Aécio de dirigir embriagado e drogado, assim como de recusar-se a realizar o teste do bafômetro, ressaltando as consequências de tais atos: a morte de jovens brasileiros. Nesse momento, nota-se que Dilma busca reforçar sua imagem de afiliação em relação a parte do auditório (Bravo, 2005), que comunga as mesmas ideias, bem como no que concerne a todos aqueles que compartilham a ideia de que dirigir embriagado é, de fato, um ato criminoso.

Nessa direção, não se pode olvidar que Dilma apela ao *ethos* prévio de Aécio Neves (Amossy, 2018), em uma tentativa de colocar em suspeição sua credibilidade e ética. Dilma Rousseff busca, pois, desconstruir o *ethos* de político honrado e comprometido com a verdade apresentado pelo seu adversário no pleito eleitoral.

A tentativa de estabelecer coalizão (Blas Arroyo, 2011), com o intuito de construir uma imagem de afiliação em relação ao eleitor, com o qual se pretende instaurar um *duo consensual* (Fávero e Aquino, 2002), em detrimento da autoimagem pública de seu oponente, é balizada pelo emprego do pronome de primeira pessoa na fórmula “nossos jovens”, que inclui, em seu âmbito de referência, Dilma e todos os brasileiros que se preocupam com a morte de jovens brasileiros, conforme indica o seguinte trecho (exemplo 41):

Dilma Rousseff: agora acredito candidato... que a Lei Seca trouxe um BEM pro país...trouxe um bem ((ênfase)) pros nossos jovens... e pros nossos adolescentes. ((interrupção do mediador do debate que diz: obrigado))

Trata-se de uma estratégia descortês que consiste na manipulação estratégica da dêixis pessoal, isto é, do âmbito de referência do falante, que se dá de modo deliberado, com vistas a assegurar coalizão por meio da construção de uma imagem colaborativa, isto é, uma imagem sólida de afiliação, na medida em que a presidenciável busca afiliar-se a um grupo, constituído pelo eleitor em potencial, público-alvo do debate eleitoral (Bravo, 2005), e, concomitantemente, para garantir o ataque ao oponente, no caso, Aécio Neves.

A manipulação da ambiguidade referencial é, novamente, verificada no uso da forma de interpelação “a gente”, por meio da qual Dilma inclui Aécio Neves no mesmo âmbito de referência (corresponde a um nós inclusivo), promovendo sua aproximação, para produzir, no entanto, efeitos de descortesia para os desejos de imagem de Aécio Neves (Goffman, 1967). O uso do atenuador, um verbo que modaliza o discurso da candidata, verificado na fórmula “eu acho”, corresponde a uma forma de comportamento politicamente correto (Blas Arroyo, 2011), na medida em que Dilma busca erigir a imagem de uma política comedida. Após o modalizador, a candidata procede, porém, a uma crítica ao oponente, colocando em suspeição sua seriedade e responsabilidade, bem como sua imagem diante dos jovens, deixando nas entrelinhas que o político deve ser um modelo de ética e de boa conduta para os jovens. Trata-se de um tipo de argumento pelo modelo (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), não obstante Aécio Neves se apresente, segundo Dilma, como um “antimodelo”, na medida em que não tem seriedade e, portanto, não seja digno de seriedade. Observe-se o excerto do turno em análise:

Dilma Rousseff: eu acho que a gente tem de tratar esse assunto com mais cuidado e com mais seriedade... porque... depende dele... muitas vezes, a... a vida ou a morte... dos nossos jovens... (trecho do exemplo 41)

Verifica-se, assim, que a manipulação do âmbito de referência do falante produz efeitos de aproximação que, entretanto, incidem negativamente sobre a autoimagem pública de Aécio Neves. Outro aspecto a ser observado no turno de Dilma (exemplo 41) diz respeito ao fato de a candidata parecer convidar seu oponente a deliberar, em conjunto, acerca da importância do respeito à Lei Seca, bem como da seriedade desse assunto, buscando “ensiná-lo” a “tratar com mais cuidado os jovens”, quando, de fato, o que Dilma intenta é ironizar o envolvimento de Aécio Neves com embriaguez e drogas, conforme corrobora o excerto a seguir (exemplo 41):

Dilma Rousseff: por isso...candidato... não é uma coisa que o senhor... porque passou por uma experiência... pessoalize tanto...” (*grifos nossos*)

Mais adiante, verifica-se que Dilma Rousseff reforça o dissenso ao recorrer a um argumento baseado na justiça, segundo o qual, o que vale para um, vale para todos (Perelman e Olbrecht-Tyteca, 2005[1958]), mencionando que “ninguém pode se sofrer as consequências, dirigir nem drogado, nem bêbado”. Nota-se, ademais, que esse argumento se converte em um meio de obter a concordância do auditório, uma vez que Dilma apela para valores compartilhados e repertoriados (Amossy, 2018) por uma maioria, a saber, o fato de que a lei serve para todos, inclusive para o candidato Aécio Neves, apresentando-se como uma porta-voz de uma coletividade que condena atitudes e práticas como as tomadas pelo presidencialismo.

Por fim, no mesmo turno, a candidata à reeleição faz uso de outro argumento quase-lógico, no caso, um argumento de comparação, recurso retórico cuja finalidade é a de realizar duas estratégias de descortesia (Blas Arroyo, 2011): a estratégia de estabelecer contrastes desvantajosos entre os debatedores (Blas Arroyo, 2011) e a de autopromover a imagem de Dilma em detrimento da apresentada pelo seu rival, Aécio Neves que, conforme assinala Dilma, dirige sob efeito de álcool e droga. Vejamos o excerto a seguir do turno da candidata (exemplo 41): “eu... candidato... não dirijo sob álcool e droga...”.

O terceiro bloco do debate prossegue com o turno de tréplica de Aécio Neves, permeado por diversas acusações destinadas à adversária:

(Exemplo 42)

Tréplica de Aécio Neves: tampouco eu candidata... seja correta... seja séria... mentir ((ênfase)) candidata... e insinuar... ofensas como essa não é digno de qualquer cidadão mas é indigno por uma Presidente da República, candidata... a sua campanha é a campanha da mentira ((ênfase))... a senhora mentiu dizendo... e postou um vídeo que eu havia... votado contra o salário mínimo de quinhentos e quarenta e cinco reais ...cortou o vídeo na sequência quando mostrava que nós votamos a favor do/do salário mínimo de seiscentos reais para fraudar uma informação... a senhora no seu Twitter candidata... disse

que Minas Gerais teve a menor redução da taxa de mortalidade infantil do Brasil... mentiu ((ênfase)) candidata... Minas Gerais... no meu tempo de governo... foi o estado que mais reduziu a mortalidade... entre todos os estados do Sudeste... do Sul... e do Centro-Oeste... candidata... a senhora disse no último debate... que construiu três milhões... setecentas mil casas...a senhora mentiu a senhora construiu metade disso... candidata. FA-LE ((ênfase)) a verdade ((falando pausadamente)) o Brasil não merece a campanha que a senhora está querendo fazer. ((interrupção do mediador que diz: obrigado)) (linhas 631-645, *grifos nossos*)

No turno de tréplica de Aécio Neves, o nível de agressividade verbal e dissenso se aguça, na medida em que o candidato apresenta, como reação aos ataques de Dilma (Culpeper, 1996; 2011), atos de desqualificação destinados à candidata, acusando-a de mentir, fraudar calúnias, veiculadas pelas redes sociais e vídeos editados e, além disso, de proceder a apresentação de números falsos, no que concerne aos programas realizados pelo governo da adversária, referente à construção de casas populares.

O fato de Aécio recorrer a um mesmo vocábulo e seus derivados, designando a campanha de Dilma como mentirosa – o candidato emprega a palavra mentir e outros termos derivados dela, pelo menos, cinco vezes, em uma única intervenção – consiste em uma estratégia: trata-se de recorrer a um léxico depreciativo para ameaçar a autoimagem alheia (Amossy, 2018; Blas Arroyo, 2011).

Ademais, observa-se que acusar de mentir consiste em um tipo de ataque *ad hominen*, (Amossy, 2018; Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), por meio do qual se busca destruir o *ethos* de honestidade e de confiança da debatedora rival (Amossy, 2018), corroborando a afirmação de que, nessa etapa do debate, isto é, em sessões centrais do pleito eleitoral, a agressividade verbal intensifica-se sobremaneira, conforme pondera Blas Arroyo (2011) em sua análise de debates eleitorais televisionados.

Observam-se, ainda, atos impositivos que ameaçam a autoimagem de Dilma por não lhe oferecerem alternativas (Brown e Levinson, 1987[1978]), impondo-lhe uma determinada atitude. Pode-se afirmar que a forma verbal no imperativo “fale”, utilizada pelo candidato Aécio Neves, cumpre a função de reforçar o ato descortês, intensificando-o.

No entanto, não se observa, nesse turno (exemplo 42), nenhum ato mitigador que diminua a força ilocutória do enunciado de Aécio Neves. Trata-se de um ato descortês direto e sem atenuadores, empregado pelo debatedor (Culpeper, 1996; 2011). Quanto ao tratamento, isto é, à forma de interpelação da adversária, nota-se que Dilma ocupa o papel interlocutório de destinatária ou interlocutora direta desses ataques, veiculados pelo turno de Aécio, fato corroborado pelo uso de designações nominais explícitas (Amossy, 2018),

no caso, os vocativos “candidata” e “a senhora”, que, como índices de alocação (Amossy, 2018), explicitam Dilma como o principal alvo dos atos de ameaça, isto é, dos FTAs (Brown e Levinson, 1987[1978]).

O terceiro bloco do debate prossegue com o turno do candidato Aécio Neves que formula sua pergunta:

(Exemplo 43)

Pergunta de Aécio Neves: mas eu vou... novamente... nessa questão... da verdade e da mentira... nós somos/ candidata... candidatos à presidência da República... é preciso que haja um limite... que haja um limite nas nossas posturas... e também na ação daqueles que nos cercam... os brasileiros querem saber o que vai acontecer com suas vidas a partir... de primeiro de janeiro... a senhora... não permitiu que os brasileiros tivessem... um programa de governo para analisar... para avaliar... a senhora prefere... a campanha da men-ti-ra... e é essa questão que eu lhe faço agora. a senhora chegou ao cúmulo de mandar a sua equipe de filmagem filmar uma escola a escola Barão de Macaúbas em Belo Horizonte num domingo... no dia doze de outubro... quando ninguém estava lá... para mostrar que a obra estava parada e que a escola não funcionava...a senhora fraudou a informação candidata... a pergunta que eu lhe faço é a seguinte... a senhora não tem nada para mostrar aos brasileiros? e por isso precisa mentir TANTO? o tempo IN-TEI-RO candidata? (linhas 646-657, *grifos nossos*)

No turno de pergunta, verifica-se que Aécio Neves efetua a escolha de um tema marcadamente axiológico e antagônico, por meio do qual o candidato aprofunda o distanciamento e o dissenso no discurso, apresentando dois polos opostos: o da mentira, representado pela presidenciável; e o da verdade, representado pelo próprio candidato. Trata-se de um tópico cuja escolha, deliberada, promove o aprofundamento da polarização, intrínseca a interações agonais como o debate político eleitoral, conforme assinalam Marques (2012; 2017) e Blas Arroyo (2011).

Contudo, ao empregar um “nós inclusivo”, que não exclui Dilma, denotando certa aproximação, Aécio Neves intenta, de modo efetivo, tecer uma crítica ao comportamento verbal agressivo de sua oponente que, conforme o candidato, não perfaz a postura adequada para um candidato à presidência do país. Trata-se, pois, de elemento linguístico-discursivo que produz efeitos descorteses, não obstante promova a inclusão da interlocutora Dilma Rousseff. Vale ressaltar, também, que o Aécio Neves parece explicar a situação à candidata, apresentando um tom didático no que se refere ao comportamento de Dilma no embate eleitoral e fora dele que, no entanto, assume propósitos descorteses, uma vez que produz efeitos negativos no que tange à imagem de sua adversária política, conforme indica o excerto do turno do candidato (exemplo 43).

Aécio Neves: é preciso que haja um limite...que haja um limite nas nossas posturas e também na ação daqueles que nos cercam (*grifos nossos*)

Outro aspecto explorado por Aécio Neves, cujo propósito é rechaçar a autoimagem pública de Dilma, diz respeito ao fato de a candidata não respeitar o protocolo a ser seguido pela situação de interlocução, isto é, por não apresentar um tipo de comportamento necessário e esperado pelos debatedores ao longo do debate, no caso, o de apresentar planos de governo e propostas políticas para os eleitores. De acordo com Aécio, assim como o fez ao proferir atos de ameaça em demasia, violando o princípio da cooperação (Grice, 1975), sua adversária, Dilma Rousseff, foge a tópicos concernentes à apresentação de propostas políticas. A manutenção do ataque, em detrimento da apresentação de propostas políticas é, segundo Aécio, um desrespeito tanto à sua pessoa como ao próprio eleitorado, representado pelos brasileiros, para os quais Dilma não mostrou propostas, de modo efetivo, reduzindo seu discurso ao ataque.

Aécio Neves: os brasileiros querem saber o que vai acontecer com suas vidas a partir de primeiro de janeiro... a senhora não permitiu que os brasileiros tivessem um programa de governo para analisar... para avaliar... (grifos nossos)

Em seguida, verifica-se que Aécio Neves recorre à formulação de uma pergunta retórica, cuja resposta é apresentada pelo próprio candidato, a qual se configura em um tipo de paralogismo, que, segundo Amossy (2018), apresenta-se como uma estratégia argumentativa frequentemente utilizada no discurso político. Observe-se o excerto do exemplo 43:

Aécio Neves: a pergunta que eu lhe faço é a seguinte... a senhora não tem nada para mostrar aos brasileiros e por isso precisa mentir tanto... o tempo inteiro... candidata? (grifos nossos)

Pode-se afirmar que essa forma de interrogação se afigura em um recurso retórico, mediante o qual o presidencialável procede à realização de um ato de descortesia direta e sem atenuadores (Culpeper, 1996; 2011), veiculada por uma estratégia de desqualificação da autoimagem pública de Dilma Rousseff, acusada de mentir.

Ao proceder à acusação de que Dilma mente, ao longo do debate e em outros contextos, indica que o candidato recorre ao emprego de um argumento *ad hominem* (Amossy, 2018), por meio do qual se coloca em xeque o caráter da candidata oponente e, sobretudo, sua capacidade de elaborar um discurso convincente, sem que seja necessário apelar ao uso de ataques exacerbados ou a mentiras. Além disso, ao mencionar fatos relacionados à conduta de Dilma Rousseff – segundo Aécio Neves, Dilma filmara uma escola de modo indevido para acusá-lo – o candidato efetua um ataque com o qual visa a desconstruir o *ethos* de credibilidade e honestidade de sua adversária, com vistas a deslegitimá-la diante dos eleitores.

O terceiro bloco do debate prossegue com o turno de réplica da candidata Dilma Rousseff:

(Exemplo 44)

Réplica de Dilma Rousseff: candidato... acho... aqui... quem mente é o senhor... e acho... que essa história... da escola de Macaúbas... é uma dedução do senhor que o senhor tenta atribuir a mim...agora candidato eu quero dizer o seguinte... acredito que se o senhor... tiver...o Mínimo (ênfase)) de discernimento... o senhor vai reconhecer que:... apesar do que o senhor disse... o seu governo não gastou nem ((elevando o tom da voz)) em Educação... nem em Saúde ((elevando o tom da voz)) o que era o correto e o necessário... o senhor atribui a outros que... mudaram...ah... o cálculo...que não incluíram o que devia ser incluído... a verdade... candidato... é que somado...subtraído e... dividido... o governo do senhor deixou de investir sete vírgula oito milhões, bilhões... desculpa... bilhões na Saúde... e... ((pausa mais longa)) oito bilhões na educação...o senhor... o senhor diz que não é assim... mas esse candidato... é um cálculo claro e bem feito sobre o governo do Estado de Minas Gerais...o senhor se furta... a responder isso...vocês foram obrigados... a assinar um termo de ajustamento de conduta... melhor dizendo...um termo de ajustamento de gestão... que foi uma variante... que o Tribunal de Contas do estado de Minas... usou... para... fazer... um acordo com vocês...acordo esse... que era pra vocês cumprirem a partir daí... candidato... eu me pergunto... e me pergunto mesmo...como é que o senhor acha que o senhor pode sentar aqui... e numa questão tão delicada como a Saúde e a Educação... no Brasil... o senhor se furta... a explicar por que... que o senhor teve de assinar um termo de ajustamento de gestão e de repente... o site...do Tribunal de Contas do Estado saiu do ar? ((entonação que remete à ironia))
(linhas 658-677, *grifos nossos*)

Nesse turno, observa-se que Dilma Rousseff responde ao comportamento descortês de Aécio Neves, apresentando, como reação ao ataque (Culpeper, 1996; 2011), um ato de ameaça por meio do qual refuta o conteúdo veiculado pelo enunciado de seu adversário. Trata-se de uma estratégia de desqualificação da proposição apresentada pelo oponente. Não obstante, após ser acusada de cometer ataques em demasia, segundo Aécio Neves, descumprindo as regras do ritual interacional de que participa, colocando em ameaça sua própria autoimagem pública, verifica-se que a presidenciável faz uso de diversos modalizadores, tais como os verbos “achar”, “acreditar” e “furar”, com o intuito de atenuar a força ilocutória de seu discurso, visando a mitigar os potenciais atos de ameaça destinados ao seu adversário político. Observemos os excertos do exemplo 44:

Dilma Rousseff: candidato... acho... aqui... quem mente é o senhor...
[...] acredito que se o senhor... tiver...o Mínimo (ênfase)) de discernimento...
[...] o senhor se furta a responder isso [...]

Não obstante, o exame dos atos de atenuação, seguidos de ataques, evidenciam os reais propósitos discursivos de Dilma: minorar a ameaça a Aécio sem apresentar, entretanto, propósitos altruístas. Trata-se de um tipo de *comportamento politicamente*

correto (Blas Arroyo, 2011), cuja finalidade é a de salvaguardar sua autoimagem, devido às acusações formuladas pelo oponente, de que o discurso da presidenciável reside, sobretudo, na formulação de ataques, em lugar da apresentação de propostas políticas. Observa-se, desse modo, que Dilma efetua um ato autocêntrico, uma vez que se propõe, de fato, a realizar uma “atividade de imagem” (Briz, 2013).

Ainda nesse turno (exemplo 44) observa-se que Dilma Rousseff procede ao emprego de uma estratégia descortês em sua réplica, que consiste em efetuar rafratariedade exacerbada em relação ao grupo oponente, o qual é representado pelo pronome “vocês”, forma de interpelação pela qual a candidata ameaça a autoimagem dos correligionários de Aécio Neves e, consecutivamente, a do próprio candidato (Kaul de Marlangeon, 2005), rechaçando, assim, sua imagem de grupo (Bravo, 2005).

Verifica-se, entretanto, que Dilma busca oferecer fundamentos à sua acusação, uma vez que, ao questionar a gestão de seu oponente, menciona um órgão idôneo, no caso, o Tribunal de Contas do Estado que, segundo a candidata, teria cobrado um termo de ajustamento de gestão do governo do candidato adversário. Trata-se de um exemplo de descortesia de fustigação (Kaul de Marlangeon, 2005), realizada por uma estratégia que consiste em estabelecer refratariedade exacerbada em relação ao grupo, isto é, um exogrupo (Fuentes Rodriguez, 2013), acentuando a polarização e a dicotomia intrínsecas ao gênero sob análise (Amossy, 2018). O fato de mencionar pelo nome uma instituição idônea e reconhecida pelos cidadãos indica que Dilma Rousseff utiliza um argumento de autoridade (Perelman e Olbrechts-Tyteca 2005[1958]), que cumpre a função de respaldar suas acusações ao oponente, salvaguardando a imagem da candidata.

Outro aspecto a ser assinalado do turno de réplica de Dilma Rousseff diz respeito ao fato de a candidata recorrer a uma terceira entidade para empreender a acusação, ou seja, o Tribunal de Contas, em um ato de impessoalização do ataque (Silva, 2013), com vistas a minimizar possíveis danos causados à sua autoimagem em decorrência do excesso de atos descorteses e, consecutivamente, de possíveis sanções, salvaguardando, assim, sua face:

Dilma Rousseff: vocês foram obrigados a assinar um termo de ajustamento de conduta...melhor dizendo... um termo de ajustamento de gestão... que foi uma variante que o Tribunal de Contas do Estado de Minas usou para fazer um acordo com vocês

Por fim, Dilma Rousseff conclui seu turno (exemplo 44) com a formulação de perguntas retóricas, por meio da qual realiza uma acusação a Aécio Neves – a de ocultar fatos (Silva, 2013) – empregando uma estratégia de desqualificação destinada à

autoimagem do interlocutor. Trata-se de um recurso argumentativo utilizado na realização de uma estratégia descortês (Blas Arroyo, 2011).

Dilma Rousseff: candidato... eu me pergunto... e me pergunto mesmo...como é que o senhor acha que o senhor pode sentar aqui... e numa questão tão delicada como a Saúde e a Educação... no Brasil? o senhor se furtar... a explicar por que... que o senhor teve de assinar um Termo de Ajustamento de Gestão e de repente...o site...do Tribunal de Contas do Estado saiu do ar? ((entonação que remete à ironia))

O debate prossegue com o turno de tréplica de Aécio Neves que apresenta atos de contra-ataque como reação aos atos descorteses empreendidos pela candidata adversária (Culpeper, 1996; 2011).

(Exemplo 45)

Tréplica de Aécio Neves: candidata... a senhora tem ofendido Minas Gerais to-dos os instantes e em to-dos os debates... a senhora não tem conhecimento do que aconteceu no nosso Estado... Minas Gerais... pela força dos seus servidores da sua gente é um Estado respeitado no Brasil...respeitado internacionalmente...se a senhora for ao Banco Mundial... o exemplo de gestão eficiente quem tem é Minas Gerais... se a senhora fosse ao Ministério da Educação e encontrar alguém lá... porque ninguém encontra ministro do seu governo em lugar nenhum... a não ser aqui no auditório ou na campanha eleitoral vai saber que Minas Gerais tem a melhor educação fundamental do Brasil... se for ao Ministério da Saúde candidata... vai ver que Minas Gerais tem a melhor saúde pública de toda a região Sudeste...e se quiser gastar um tempo... lendo a decisão do Tribunal de Contas... para não repetir... o que o seu marqueteiro escreve pra a senhora... a senhora lerá o seguinte...abro aspas “As contas do governo nos exercícios de 2003 a 2010... do então governador Aécio Neves... tiveram pareceres por aprovação... por uma una-ni-mi-dade do Tribunal de Contas”... candidata...vamos discutir o Brasil candidata. (linhas 678-691, grifos nossos)

O turno de tréplica de Aécio Neves tem início com uma acusação destinada à candidata Dilma, que consiste no fato de a atual presidente não respeitar Minas Gerais, ofendendo-a, conforme salienta o candidato. Trata-se do uso de uma estratégia descortês de desqualificação. Sabe-se que Aécio Neves ocupa o cargo de senador, à ocasião do debate, representando Minas Gerais, estado que geriu nos anos anteriores ocupando a posição de governador. Por essa razão, observa-se que o presidenciável se coloca como porta-voz do estado, apontando, inclusive, pontos fortes e positivos de seu governo, visando a valorizar uma boa gestão em Minas Gerais.

Não obstante, observa-se que Aécio Neves faz uso de um elemento reparador – de que Dilma não tem conhecimento do que, de fato, aconteceu no Estado – em um claro exemplo de falsa cortesia (*mock politeness*) (Culpeper, 1996; 2011), veiculada por um atenuador, porém, sem valor altuísta (Briz, 2013), destinado mais a salvaguardar sua imagem de possíveis sanções a proteger a face de sua oponente, conforme mostra o

excerto: “a senhora não tem conhecimento do que aconteceu no nosso Estado (*grifos nossos*)”. Ao ressaltar que Dilma não tem conhecimento em lugar de dizer que Dilma não sabe ou ignora os fatos, Aécio Neves atenua seu enunciado, em um ato ou modalizador de valor autocêntrico (Briz, 2013).

Ademais, observam-se diversos atos de valorização (Kerbrat- Orecchionni, 2006) – por meio do emprego de uma cortesia positiva – destinados a promover a imagem de afiliação do candidato em relação ao eleitor (Bravo, 2005). Nota-se que Aécio Neves tece elogios tanto a Minas, quanto à sua gestão. Aécio Neves ressalta, ainda, a importância do povo mineiro para o sucesso de Minas: “Minas Gerais pela força dos seus servidores... da sua gente...é um Estado respeitado no Brasil... respeitado internacionalmente” (exemplo 45), com o intuito de estabelecer coalizão ou aliança com essa parcela específica do auditório (Fávero e Aquino, 2002). Ao mencionar o eleitor de Minas Gerais, mesmo como uma não pessoa (Benveniste, 2008), em terceira pessoa, nota-se que o candidato busca estabelecer uma imagem de afiliação (Bravo, 2005), isto é, uma imagem colaborativa favorável, no que tange aos eleitores desse estado.

Ainda no mesmo turno, Aécio Neves recorre a argumentos de autoridade (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), na medida em que faz referência a instituições idôneas, mencionando-as pelo nome, cujo reconhecimento por parte da sociedade pode colaborar para sustentar ou dar fundamento aos atos de cortesia positiva ou valorizadora empreendidos pelo candidato (Kerbrat- Orecchioni, 2006), destinados à sua gestão enquanto governador de Minas, conforme mostra o excerto (exemplo 45):

Aécio Neves: se a senhora for ao Banco Mundial... o exemplo de gestão eficiente quem tem é Minas Gerais...[...] se a senhora for ao Banco Mundial... o exemplo de gestão eficiente quem tem é Minas Gerais... se a senhora fosse ao Ministério da Educação e encontrar alguém lá...

É possível observar, além disso, que Aécio Neves procede ao emprego da ironia, ao salientar que Dilma pode optar por “gastar tempo” lendo uma decisão do Tribunal de Contas em lugar de repetir as informações que lhe são repassadas pelo seu marqueteiro: “E se quiser gastar um tempo lendo a decisão do Tribunal de Contas... para não repetir o que o seu marqueteiro escreve pra a senhora” (excerto do exemplo 45).

Nesse trecho do turno de Aécio, observa-se uma exacerbação da descortesia, visto que o candidato não só expõe a autoimagem de sua oponente – ao afirmar que Dilma Rousseff não lê decisões de órgãos idôneos, obtendo-as por meio de terceiros – mas também ironiza a capacidade da adversária em termos de compreensão, já que Aécio Neves se propõe a ler o trecho referente à decisão do Tribunal de Contas.

Nesse sentido, é possível observar que o presidenciável coloca em suspeição a capacidade de compreensão de sua oponente, deslegitimando-a mediante a desconstrução de sua imagem de político competente: é o marqueteiro de Dilma quem lê e escreve para a candidata, conforme aponta Aécio Neves. Trata-se do discurso reportado, segundo Charaudeau (2016), pelo qual o candidato visa a atingir, de modo negativo, a imagem de sua oponente. Blas Arroyo (2011) assinala que o recurso da “intertextualização”, denominada pelo autor como um ato que consiste em retomar a fala de outro, reconfigurando-a em benefício próprio afigura-se, no embate político eleitoral, como uma estratégia que colabora para produzir efeitos descorteses no discurso político. O fato de ler para a candidata não se configura, no entanto, em um ato de cortesia, mas sim de falsa cortesia (*mock politeness*), uma vez que os efeitos para a imagem de Dilma Rousseff são negativos.

Por outro lado, observa-se que o uso da citação, por Aécio Neves produz efeitos de cortesia positiva – valorizadora – para a autoimagem do presidenciável, uma vez que os dados apresentados pelo Tribunal de Contas contribuem para valorizar sua imagem de político competente. Aécio Neves foi responsável pela gestão do governo nos anos citados – entre 2003 a 2010 – fato que colabora com os seus desejos de imagem (Goffman, 1967). Assim, ao citar a fala de outrem, Aécio Neves visa a rechaçar a imagem de Dilma e, concomitantemente, valorizar a própria imagem, de modo que é possível depreender, do uso estratégico desse fato linguístico-discursivo, ora efeitos de descortesia verbal, ora de cortesia positiva (valorizadora) (Kerbrat-Orecchioni, 2006).

Por fim, concluindo seu turno de tréplica, Aécio Neves faz uso de um “nós inclusivo”, oculto na desinência do verbo *ir*, como pode ser observado no trecho: “vamos discutir o Brasil”. Observa-se que Aécio Neves inclui sua adversária em seu mesmo âmbito de referência, promovendo sua aproximação. Esse fato, porém, produz efeitos descorteses, uma vez que os propósitos de Aécio Neves são o de impor algo a Dilma, no caso, de proceder à discussão do país, em lugar de questões relativas a Minas Gerais. O fato de Aécio convocar Dilma para uma discussão sobre o Brasil desvela uma crítica do candidato à adversária: Dilma não discute assuntos prementes, já que a presidenciável não busca abordar questões relacionadas ao país, conforme o presidenciável. Trata-se, pois, de um ato de ameaça à autoimagem da debatedora, realizado pela manipulação estratégica da *dêixis* pessoal, isto é, do âmbito de referência do falante.

O terceiro bloco do debate prossegue com o turno de tréplica de Dilma Rousseff.

(Exemplo 46)

Tréplica de Dilma: candidato... não co-lo-que Minas Gerais como sendo o senhor...o senhor não é Minas Gerais... candidato...eu nasci em Minas...aliás...antes do senhor...se é por isso... nasci bem antes do senhor. e...quero dizer pro senhor que... eu... saí de Minas candidato não foi para passear no Rio de Janeiro...eu saí de Minas candidato porque fui perseguida...e é por isso que eu passei uma parte da minha juventude... fora de Minas e lamento muito...agora... queria dizer que Minas não se confunde com o senhor...não tente que eu não vou... concordar com isso...e mais... nem os mineiros se confundem...e queria dizer também que esta questão é muito séria...candidato...essa que nós estamos discutindo... por quê? porque nós temos de saber tudo o que nós falamos aqui hoje...nós temos de saber... o que fica para a população brasileira? o que ela vai absorver disso tudo? sabe o que ela vai absorver candidato? é que tem perspectivas diferentes aqui...eu e o senhor não temos... a mesma visão ((intervenção do mediador que fala obrigado e interrompe o turno)) (linhas 692-704, *grifos nossos*)

Logo no início do turno de tréplica de Dilma Rousseff, verifica-se um ato de desqualificação destinado ao enunciado de Aécio Neves, refutando-o, como reação aos ataques desferidos pelo candidato à presidência.

Dilma Rousseff nega o conteúdo veiculado pelos ataques de Aécio Neves e recorre a uma estratégia postulada por Blas Arroyo (2011), que consiste em apresentar narrativas acerca de sua vida privada, com o intuito de estabelecer aproximação com o auditório. Trata-se de uma estratégia que visa a promover a comunhão com o potencial eleitor (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), na medida em que a candidata faz alusão a um *passado em comum* com o auditório, no caso, a perseguição pela ditadura brasileira a opositores ao regime político vigente.

Importa salientar que Dilma Rousseff sofreu perseguição política e foi presa no período ditatorial e procede ao emprego de uma alusão a esse fato (Perelman e Olbrechts-Tyteca 2005[1958]), contando com o fato de que o auditório possui conhecimento de mundo ou enciclopédico acerca do período histórico e social ao qual seu enunciado remete (Amossy, 2018). Evoca-se, desse modo, uma *doxa* comum à de parte do auditório, no caso, a importância de uma oposição efetiva a um tipo de regime autoritário, ditatorial (Amossy, 2018), a fim de promover a autoimagem e, concomitantemente, estabelecer uma imagem colaborativa por meio da afiliação ao grupo dos eleitores que, assim como a presidenciável, não compactua em termos ideológicos e políticos com governos extremistas: “eu saí de Minas candidato porque fui perseguida...e é por isso que eu passei uma parte da minha juventude... fora de Minas e lamento muito” (excerto do exemplo 46).

Nessa direção, pode-se afirmar que Dilma recorre ao *topos* da liberdade e da democracia (Amossy, 2018), recurso argumentativo a partir do qual a candidata visa a

entrar em relação de conjunção com aqueles cujos valores residem na valorização das instituições democráticas.

Em seguida, verifica-se o emprego de uma série de perguntas retóricas por Dilma Rousseff, cujo intento não reside na obtenção de esclarecimentos, cumprindo, tão somente, a função de questionar o candidato oponente acerca do fato de que há, no debate, conforme ressalta Dilma, visões políticas antagônicas, fato que intensifica a polarização e dicotomização na interação (Amossy, 2018; Blas Arroyo, 2011).

O debate segue com a formulação de mais uma pergunta pela candidata Dilma Rousseff, a qual introduz um tópico que engendra efeitos de ameaça, colaborando para o aprofundamento do dissenso na interação. O tópico reside na acusação da construção de um aeroporto nas dependências de propriedades de familiares do candidato Aécio Neves, conforme assinala a debatedora:

(Exemplo 47)

Pergunta de Dilma Rousseff: bom... eu queria fazer a pergunta... candidato... o senhor... não respondeu ainda... a questão do aeroporto de Cláudio... eu vou dizer por que que eu vou colocar essa questão... o Brasil hoje passa por um momento muito importante... nós estamos retomando... todos os investimentos... e estamos ampliando esses investimentos em aeroportos... e em portos... fundamentalmente nesses dois... nessas duas áreas... ora... o governo de Minas... tem de revelar uma informação... que é... como é que o aeroporto de Cláudio... que era um aeroporto... pequeno... de vinte e cinco/ numa cidade de vinte e cinco mil habitantes... foi construído... e foi construído... dentro ((ênfase)) da fazenda do seu tio... ao mesmo tempo que lá... em Montezuma... outro aeroporto nas mesmas condições foi construído? (linhas 705-714, grifos nossos)

Nota-se que Dilma Rousseff formula uma pergunta cuja finalidade é a de obter informações acerca da construção de um aeroporto que, de qualquer modo, compromete a autoimagem pública e privada de Aécio Neves, uma vez que essa forma interrogativa não lhe oferece alternativas. Caso responda à pergunta, o candidato tem sua autoimagem privada sob ameaça – uma vez que aceitaria um ato de imposição – assim como sua autoimagem pública, em razão de assumir ter se furtado a esclarecer uma questão relacionada a possíveis construções ilegais, provenientes de desvio de dinheiro público.

Outro aspecto a ser mencionado reside no fato de a pergunta apresentada por Dilma Rousseff ser formulada sem atenuadores, veiculando, ainda, outra acusação: a de já ter sido feita pela presidenciável sem, no entanto, ser respondida pelo candidato adversário, agravando, assim, o grau de ameaça da fórmula interrogativa empregada: “O senhor não respondeu ainda a questão do aeroporto de Cláudio”. Trata-se de uma questão complexa, um paralogismo, que segundo Amossy (2018), comporta em si pressupostos que, na interação sob análise, contribuem para ameaçar a autoimagem de Aécio Neves,

no caso, uma acusação: o candidato não respondeu à pergunta formulada pela candidata Dilma. Nesse sentido, cumpre assinalar que a formulação da pergunta pela presidenciável produz efeitos de descortesia porque não só veicula uma acusação, mas também atua de modo a dirimir a liberdade de escolha do oponente, na medida em que comporta uma acusação.

Em seguida, a fim de justificar o tópico escolhido, observa-se que a candidata procede ao emprego de uma estratégia de autopromoção de sua autoimagem pública, na medida em que apresenta dados concernentes aos investimentos de sua gestão na ampliação de aeroportos, possivelmente, com o intuito de salvaguardar e enfatizar sua autoimagem devido ao ataque ao oponente que intenta realizar, acusando-o de aproveitar-se de recursos públicos na construção do aeroporto.

O fato de reportar aos eleitores uma justificativa – a de que o Brasil passa por investimentos na aviação – configura-se como um procedimento discursivo com o qual Dilma Rousseff visa a mitigar a ameaça à imagem de seu adversário, na medida em que apresenta uma motivação para a questão. Nesse sentido, pode-se afirmar que a justificativa oferecida pela candidata antes da formulação de uma pergunta ameaçadora à autoimagem social de Aécio – na medida em que coloca em xeque sua honestidade – cumpre a função de dirimir seus possíveis efeitos de descortesia, configurando-se em um ato de *comportamento politicamente correto* (Blas Arroyo, 2011).

O terceiro bloco do debate prossegue com o turno de réplica de Aécio Neves:

(Exemplo 48)

Réplica de Aécio Neves: é muito triste ver uma PRE-SI-DEN-TE da República mentindo ((ênfase na palavra mentindo))...o aeroporto de Cláudio... candidata... a senhora está cansada de saber disso... foi construído numa área desapropriada pelo estado... para beneficiar uma região que cresce economicamente... Minas tem noventa e dois... entre pequenos... médios e grandes aeroportos...candidata...vamos falar do Governo Federal... a não ser que a senhora queira no futuro... talvez desempregada...a partir de primeiro de janeiro ((irônico)) ser candidata ao governo de Minas... aí a senhora terá tempo para discutir Minas Gerais... onde estão os oitocentos aeroportos regionais que a senhora prometeu... construir candidata? em lugar algum... porque o seu governo... é o governo das promessas vazias... candidata...a senhora é que deixa... o Brasil sem resposta... todas as minhas obras em Minas Gerais tiveram a/aprovação do Tribunal de Contas... tiveram aprovação do Ministério Público... candidata... ao contrário das suas... com sobrepreço to-do o tem-po ((silabação))... que providências a senhora vai tomar... candidata? com o tesoureiro do seu partido? que a senhora nomeou para Conselheiro de Itaipu Binacional? esse que recebia os dois por cento, segundo o Paulo Roberto candidata? nada? o que a senhora vai fazer candidata? nada? não vai acontecer nada? é tudo normal ou a senhora está sem condições de demiti-lo? é muito grave o que está acontecendo com o Brasil...eu sou candidato a presidir o Brasil... candidata Dilma... com uma vida pública hon-RA-da, respeitada... por isso deixei o meu governo em Minas com noventa e dois por cento... de aprovação... candidata... é por isso que nessa eleição Minas Gerais novamente

se caminha... se encaminha para me dar mais uma vitória... basta ver as últimas pesquisas... vamos deixar os mineiros em paz candidata... os mineiros sabem o que fazem... vamos discutir o Brasil... aonde estão as atitudes do seu governo para com o futuro do Brasil? dos brasileiros que nos ouvem? quem ligar a televisão desavisadamente vai achar que a candidata quer disputar o governo de Minas ou a Prefeitura de Belo Horizonte... diga... que providências a senhora vai tomar pra acabar com essa corrupção que tomou conta do governo federal candidata Dilma? (linhas 715-741, *grifos nossos*)

Iniciando seu longo turno de réplica, Aécio Neves responde à pergunta de Dilma Rousseff, apresentando, como reação aos ataques da adversária (Culpeper, 1996; 2011), uma acusação à candidata, ao fazer uso de uma estratégia de desqualificação destinada a rechaçar a autoimagem pública de sua oponente, acusada de mentir (Silva, 2013). Vale ressaltar que, ao posicionar-se, apresentando suas impressões acerca da acusação, Aécio Neves reforça seu ataque por meio de recursos intensificadores da descortesia (Blas Arroyo, 2011), conforme se observa na forma “muito triste”, aprofundando, assim, a gravidade do fato de uma presidente da República mentir, conforme salienta o candidato: “é muito triste ver uma Presidente da República mentindo.” (*grifos nossos*)

Observa-se, ainda, que o candidato busca refutar a autoimagem de Dilma Rousseff – acusando-a de mentir – reforçando esse ataque por meio do apelo à *doxa* – opinião comum – de que presidentes da república devem apresentar um *ethos* de sinceridade, constituído do que, na retórica argumentativa, denomina-se como *areté*. (Perelman e Olbrechts-Tyteca 2005[1958]; Amossy, 2018). Desse modo, ao mentir, a candidata Dilma Rousseff não estaria sendo sincera e honesta, contrariando, pois, possíveis expectativas do eleitorado, conforme enfatiza o presidencial.

A imagem de falta de honestidade, calcada na mentira, atribuída por Aécio à Dilma, contrapõe-se, no entanto, a outro *ethos*: o apresentado pelo candidato, no caso, o do político honesto, confiável, no qual o eleitor pode e deve confiar. Assim, observa-se que Aécio Neves busca erigir um *ethos* que se apoia sobre um “denominador comum” (Amossy, 2018), isto é, sobre valores e posicionamentos que se crê serem aceitos pelo auditório, que, por sua vez, busca reconhecer-se na imagem que é apresentada pelo orador²⁷², com o qual deve identificar-se para que possa haver adesão.

Após justificar a construção do aeroporto em uma área apropriada e legal, conforme salienta o debatedor, verifica-se o emprego de outro ato de ameaça destinado à autoimagem pública de Dilma Rousseff. Esse ato de ameaça (FTA) realiza-se por meio

²⁷² Amossy (2018) ressalta que o auditório é construção do orador, mas também se reconhece na figura do orador: É assim que a construção do auditório, que permite adaptar-se às competências e aos valores do alocutário, é paralela à construção de uma imagem em que o auditório deve se reconhecer e com a qual ele é levado a se identificar (AMOSSY, 2018, p. 78).

da ironia, na medida em que o candidato afirma, jocosamente, que discutirá sobre Minas Gerais após o dia primeiro de janeiro, quando a oponente estiver desempregada, isto é, quando o presidenciável vencer, de fato, a disputa eleitoral.

Desse modo, observa-se o emprego de uma estratégia conceitual de descortesia que consiste em mostrar desprezo, depreciação em relação ao oponente (Blas Arroyo, 2011) e que se concretiza no discurso por meio do recurso da ironia. Verifica-se, ainda, o apelo a uma estratégia que consiste em atrelar a imagem do oponente ao ridículo (Blas Arroyo, 2011; Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), isto é, àquilo que é passível de um “riso de exclusão”, uma vez que Aécio Neves ironiza sua oponente, afirmando que um telespectador “desavisado” pode, por engano, pensar que a presidenciável quer disputar o governo de Minas Gerais.

O dissenso aprofunda-se com a formulação, logo em seguida, de uma pergunta retórica, cuja resposta é apresentada pelo próprio candidato e que veicula um ato de desqualificação da autoimagem pública e privada de Dilma Rousseff. Cumpre observar que, ao impor uma pergunta direta, conforme se verifica no trecho: “Onde estão os aeroportos...candidata?”, com a qual se coloca em xeque um ato comissivo da presidenciável, no caso, uma promessa de construir 800 aeroportos, Aécio Neves cerceia a liberdade de resposta da candidata. Verifica-se que a resposta a essa forma de interrogação retórica é apresentada pelo próprio Aécio Neves que formulou a pergunta, não oferecendo chances à Dilma Rousseff de defender-se, reforçando, desse modo, os efeitos descorteses do ato. Observe-se o excerto: “Em lugar algum... porque o seu governo é o governo das promessas vazias... candidata...a senhora é que deixa o Brasil sem resposta” (*grifos nossos*).

Em seguida, ainda em seu turno de réplica (exemplo 48), Aécio Neves procede ao uso de uma estratégia de autopromoção em detrimento de sua oponente, na medida em que garante a idoneidade de seu governo, recorrendo ao emprego de um argumento de autoridade, que consiste na citação de entidades de prestígio pelo nome (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), como o Tribunal de Contas e o Ministério Público, a fim de valorizar sua gestão e, consecutivamente, sua autoimagem, que tange ao aspecto social e de desempenho (Culpeper, 1996; Spencer - Oatey, 2008), ou seja, a imagem de um bom gestor. Em contrapartida, cumpre observar que Aécio Neves faz uso de outra estratégia de descortesia, que consiste no estabelecimento de contrastes desvantajosos entre ele e a debatedora oponente (Blas Arroyo, 2011), conforme aponta o excerto do exemplo 48:

[...] todas as minhas obras em Minas Gerais tiveram aprovação do Tribunal de Contas... tiveram aprovação do Ministério Público... candidata... ao contrário das suas com sobrepreço... (*grifos nossos*).

Ainda nesse turno, observa-se, ademais, o propósito de Aécio Neves de refutar a autoimagem pública de membros do partido de Dilma Rousseff. Trata-se do emprego de uma estratégia que consiste em estabelecer refratariedade exacerbada em relação aos membros do grupo político rival, no momento em que o candidato faz menção ao tesoureiro do partido de Dilma, Paulo Roberto, acusado de receber dinheiro ilícito. A esse respeito, importa assinalar que Aécio Neves atribui ao próprio tesoureiro que acusa, Paulo Roberto, a responsabilidade pela crítica, ao afirmar que as acusações são decorrentes da fala do correligionário de Dilma, em um claro exemplo de impessoalização da crítica (Silva, 2013), conforme aponta o excerto do turno do candidato (exemplo 48):

Aécio Neves: que providências a senhora vai tomar...candidata... com o tesoureiro do seu partido... que a senhora nomeou para Conselheiro de Itaipu Binacional... esse que recebia os dois por cento... segundo o Paulo Roberto... candidata... nada? o que a senhora vai fazer candidata? nada? não vai acontecer nada? é tudo normal ou a senhora está sem condições de demiti-lo?

O turno de Aécio Neves prossegue com ataques cada vez mais acentuados, perfilados por intensificadores, como atos de fala diretos, sem atenuadores. Observa-se que o candidato faz uso, nessa intervenção, de mais uma estratégia de autopromoção em detrimento da imagem alheia, ao pontuar que é um candidato honrado, respeitado, com uma vida pública digna de credibilidade, cuja gestão obteve 92 por cento de aprovação.

Trata-se do autoelogio, fato que pode contribuir para ameaçar a própria imagem de quem o realiza, uma vez que o candidato Aécio Neves viola a lei da modéstia (Kerbrat-Orecchioni, 2006), tecendo atos de valorização (FFAs) para si (Kerbrat-Orecchioni, 2006), com o intuito de enaltecer-se diante do auditório. Nota-se, além disso, que o candidato faz uso de uma estratégia de personalização (Blas Arroyo, 2011), ao afirmar, em primeira pessoa, por meio da forma pronominal “eu”, que é candidato a presidir o Brasil, reforçando, assim, sua imagem de autonomia em relação ao grupo, assumindo contornos próprios (Bravo, 2005):

Aécio Neves: é muito grave o que está acontecendo no Brasil...eu sou candidato a presidir o Brasil... candidata Dilma com uma vida pública honrada, respeitada por isso deixei o meu governo em Minas com noventa e dois por cento de aprovação candidata...e é por isso que nessa eleição Minas Gerais novamente se caminha.. se encaminha para me dar mais uma vitória...basta ver as últimas pesquisas... (trecho do exemplo 48)

Outro aspecto que cumpre assinalar reside no fato de que Aécio Neves sustenta seu discurso de vitória em um órgão de prestígio, em uma fonte que denota confiança, no

caso, as pesquisas, fazendo uso, mais uma vez, de um argumento de autoridade (Blas Arroyo, 2011; Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), com claros propósitos de persuasão do eleitor em potencial. Além disso, o candidato assinala sua vitória, apelando à razão, por meio da apresentação de dados estatísticos, fato que colabora para a valorização da imagem do locutor (Aquino, 1997)²⁷³. Trata-se de alicerçar o próprio discurso no *logos*, com o propósito tácito de garantir a confiança e a adesão do eleitor.

Em seguida, Aécio faz uso de um pronome “nós inclusivo”, no trecho: “Vamos discutir o Brasil” – cuja esfera de referência inclui sua rival – e que colabora para minimizar um ato de ameaça. Trata-se de um ato descortês (FTA) (Brown e Levinson, 1987[1978]), o qual, sem o uso dessa forma dêitica, consideramos que poderia ser potencialmente mais ameaçador à autoimagem pública de Dilma e, consecutivamente, à própria imagem do presidenciável, já que um apelo direto, sem atenuadores, para que a candidata discuta acerca do Brasil, em lugar de proceder à discussão de Minas Gerais, ameaçaria a própria imagem de Aécio Neves, por tratar-se de um discurso agressivo em demasiado: “vamos discutir o Brasil...aonde estão as atitudes do seu governo para com o futuro do Brasil... dos brasileiros que nos ouvem?”(trecho do exemplo 48).

Em outras palavras, pode-se afirmar que Aécio Neves faz uso do dêitico pessoal que inclui a candidata para evitar uma fórmula mais agressiva, como, por exemplo, “discuta o Brasil”. Vale ressaltar que a atenuação, por meio da inclusão de sua adversária no mesmo âmbito de referência cumpre, no entanto, finalidades egocêntricas, não altruístas (Briz, 2013), afigurando-se em um mitigador estratégico, utilizado com vistas a salvaguardar a autoimagem pública do candidato Aécio Neves. Trata-se de um ato eminentemente autocêntrico (Briz, 2013). Cumpre observar ainda que o uso de um mitigador da ameaça, por meio da inclusão de Dilma no mesmo âmbito de referência pessoal, indica que Aécio Neves visa a construir a *linha* (Goffman, 1967) de um político comedido e controlado.

Não obstante, observa-se, após o uso de um atenuante, a formulação de uma pergunta retórica por Aécio Neves, cujo propósito é, com efeito, questionar as atitudes de Dilma Rousseff em relação ao Brasil, uma vez que, segundo o candidato, a presidenciável preocupa-se com Minas Gerais em demasia, estado governado pelo PSDB.

Ainda no mesmo turno (exemplo 48), Aécio Neves prossegue efetuando atos de ameaça à autoimagem pública de Dilma, sobretudo, a aspectos relacionados ao âmbito

²⁷³ Em sua análise da polêmica e do discurso político, Aquino (1997) ressalta haver atos que colaboram para fortalecer a imagem do locutor, dentre os quais está o apelo a dados estatísticos.

social (*social identity face*) e ao da qualidade (*quality face*) da imagem de sua oponente (Culpeper, 1996; 2011), que residem, respectivamente, em seu caráter, no caso, a honestidade, além de sua competência como gestora. Para isso, Aécio Neves formula, novamente, uma pergunta de natureza retórica, que cumpre a função de veicular uma acusação de corrupção destinada à Dilma Rousseff e aos seus correligionários: “Diga que providências a senhora vai tomar pra acabar com essa corrupção que tomou conta do governo federal... candidata Dilma?” No que concerne à formulação de perguntas retóricas, no turno analisado, há que se observar que Aécio Neves constrói seu turno de réplica procedendo à apresentação de uma série de perguntas retóricas, cujas respostas são apresentadas pelo próprio candidato, conforme indicam os trechos do exemplo 48:

Aécio Neves: onde estão os oitocentos aeroportos regionais que a senhora prometeu construir... candidata? em lugar algum... porque o seu governo é o governo das promessas vazias...[...] que providências a senhora vai tomar... candidata... com o tesoureiro do seu partido...[...] candidata...nada? o que a senhora vai fazer candidata? nada? não vai acontecer nada? é tudo normal ou a senhora está sem condições de demiti-lo? [...] aonde estão as atitudes do seu governo para com o futuro do Brasil... dos brasileiros que nos ouvem?[...] diga que providências a senhora vai tomar pra acabar com essa corrupção que tomou conta do governo federal... candidata Dilma? (Excertos do exemplo 48)

Observa-se, ademais, o emprego de um ato de fala diretivo – no caso, uma ordem – pelo qual o presidencialável impõe uma pergunta à candidata, sem atenuadores, intensificando a ameaça à autoimagem privada da oponente, na medida em que a formulação dessa forma de interrogação se configura em um ato de fala impositivo.

É possível observar que essas perguntas retóricas, justapostas, colaboram para acentuar ou agravar os efeitos de descortesia na interação, imprimindo ao turno de Aécio Neves maior agressividade, se comparado ao turno anterior, formulado pela candidata Dilma Rousseff. Verifica-se, além disso, que pelo fato dessas formas interrogativas já apresentarem uma resposta, configuram-se em um recurso argumentativo, denominado por Amossy (2018) como “questões complexas”, isto é, tipos de paralogismos que, segundo a autora: “Compreendem pressupostos que já apresentam uma resposta” (AMOSSY, 2018, p. 161).

Para Amossy (2018), importa analisar os efeitos argumentativos desse tipo de recurso nas trocas verbais, levando-se em conta que essas fórmulas desempenham, no debate político eleitoral, um papel premente. A observação atenta da função desempenhada por essas perguntas – que veiculam uma proposição negativa a respeito de Dilma – permite afirmar que o locutor que delas faz uso busca rechaçar a autoimagem da candidata oponente por intermédio de um recurso cujo uso, de qualquer modo, incide

negativamente na imagem da debatedora. Em outras palavras, cumpre assinalar que a candidata pode ter sua face ameaçada caso responda às interrogações – pois concordaria com a assunção de que seu governo é corrupto ou que, de fato, não afastou seu tesoureiro corrupto – ou caso não as responda, já que, como candidata à reeleição, não seria adequado furtar-se a responder às perguntas formuladas por seu adversário no pleito eleitoral.

Nessa direção, considera-se que essas perguntas atuam de modo a promover um agravamento da descortesia, ameaçando de modo mais incisivo a autoimagem de Dilma Rousseff. Além disso, cabe assinalar que as perguntas retóricas se configuram em recursos ou mecanismos argumentativos utilizados na realização das estratégias descortesas no turno do candidato, concretizando-as, formalmente, conforme ressalta Blas Arroyo (2011).

O terceiro bloco do debate prossegue com o turno de réplica de Dilma Rousseff:

(Exemplo 49)

Réplica de Dilma Rousseff: olha... eu vou dizer uma coisa eu teria muita honra de ser candidata pelo governo de Minas... acho Minas Gerais... e Belo Horizonte...um estado... e uma cidade...que eu gosto muito porque foi lá que eu nasci...então... candidato... o que eu quero dizer para o senhor... é que... no caso... do aeroporto de Cláudio... o senhor deve sim explicação...o senhor deve explicação... porque o senhor construiu um aeroporto... dentro de uma propriedade... expropriou um pedaço... mas construiu... e quando um órgão de imprensa foi buscar a chave... a chave estava guardada com um parente seu...em Montezuma... ocorreu uma coisa muito similar... só que Montezuma além disso era uma cidade muito pequena... candidato... uma das coisas mais importantes do país... é que nós não podemos mais tolerar o uso... de bens... públicos... para beneficiar "A"... "B" ou "C"... privadamente...esta é uma questão candidato...que nenhum candidato... a Presidente da República... pode... se furtar... a responder (linhas 742-753, grifos nossos)

No turno de réplica de Dilma Rousseff, observam-se atos de cortesia valorizadora – produtiva – destinada aos telespectadores de Minas Gerais (Kerbrat-Orecchioni, 2006), na busca de estabelecer relações de aproximação com esse tipo específico de destinatário, o destinatário privilegiado (Kerbrat-Orecchioni, 2006), promovendo, assim, sua imagem de afiliação com o eleitor mineiro (Bravo, 2005). Trata-se de uma estratégia que consiste em estabelecer aliança ou coalizão com o auditório. Nesse sentido, pode-se afirmar que a candidata à presidência busca, nesse momento, estabelecer com o eleitor um *duo consensual* (Fávero e Aquino, 2002), com vistas a obter sua adesão.

Observa-se, com respeito à tentativa de aproximação do público eleitor, o uso de outra estratégia, postulada por Blas Arroyo (2011), Bolívar (2013) e Marques (2017): a estratégia de personalização, por meio da qual Dilma Rousseff procede ao emprego de

um pronome de primeira pessoa, no singular, com a intenção de promover sua imagem de autonomia em relação ao grupo de que faz parte – seus correligionários e seu partido político – salientando aspectos de sua vida privada e pessoal, ao enfatizar que nasceu em Minas Gerais, bem como sua própria identidade.

Trata-se, conforme Blas Arroyo (2011), de uma estratégia que consiste em recorrer às narrativas pessoais, cujos propósitos são os de atingir, conforme o autor, as emoções do auditório, apelando-se para o *pathos* (Amossy, 2018; Blas Arroyo, 2011). Nesse sentido, verifica-se que o *pathos* (Amossy, 2018) é evocado no momento em que Dilma visa a apresentar algo comum ao seu eleitor mineiro: o fato de também ter nascido em Minas Gerais.

Ainda nesse turno, observam-se mais estratégias pelas quais Dilma intenta ameaçar a imagem do oponente. Verifica-se que a candidata à presidência procede à manutenção estratégica do tópico referente à construção de um aeroporto de modo ilegal pelo oponente, cuja construção advém de desvio de dinheiro público, conforme salienta a debatedora, com vistas a rechaçar a autoimagem pública de Aécio Neves.

Ademais, a intervenção de Dilma aponta que a candidata manipula, de modo deliberado, uma forma dêitica pessoal, um “nós inclusivo”, com o qual intenta incluir todos os brasileiros que não podem tolerar nem compactuar com o uso de bens públicos para benefício próprio, dentro de seu âmbito de referência pessoal, invocando-os a deliberar acerca da questão. Nessa direção, cumpre assinalar que Dilma apela à *doxa* ou à opinião comum, isto é, ao conhecimento repertoriado e aceito por uma maioria (Amossy, 2018): a de que o dinheiro público – da candidata e de todos os brasileiros – não pode e não deve ser utilizado para fins particulares.

No entanto, por meio do pronome, Dilma efetua a exclusão do oponente e, consecutivamente, seu distanciamento, observando-se, assim, um ato de ameaça à autoimagem pública do candidato Aécio Neves e de sua credibilidade como político. Vale ressaltar que a exclusão de Aécio do âmbito de referência pessoal do pronome utilizado pela debatedora indica que a locutora faz uso de uma estratégia discursiva proposta neste estudo, que consiste na manipulação deliberada do âmbito de referência do falante para produzir efeitos descorteses. Nesse caso, observa-se que Dilma recorre ao emprego do dêitico para ameaçar a autoimagem de Aécio Neves e, em contrapartida, promover a sua, desvelando o uso de mais uma estratégia de descortesia apresentada no presente trabalho, que consiste na autopromoção da imagem em detrimento da alheia.

Cumpra assinalar, ainda, que a inclusão do eleitor em seu mesmo âmbito de referência, por meio da forma “nós”, indica o uso de mais uma estratégia de descortesia empregada: a de estabelecer coalizão/ aliança (Blas Arroyo, 2011) com o eleitor, a partir do estabelecimento de um *duo consensual*. (Fávero e Aquino, 2002), que se dá em detrimento da imagem de Aécio Neves.

Assim, consideramos haver, nesse turno, uma confluência de estratégias descorteses utilizadas, indicando que esses procedimentos podem ocorrer de modo concomitante, corroborando a afirmação de Kaul de Marlageon (2005) de que atos distintos de descortesia podem ser realizados mediante um mesmo elemento linguístico-discursivo ou por uma confluência de estratégias discursivas.

Em seguida, ainda no exemplo 49, verifica-se outro ato de ameaça à autoimagem pública de Aécio Neves, por meio de uma estratégia de desqualificação, que se realiza a partir de uma acusação de desvio de dinheiro público. Para isso, a presidenciável apela a um órgão idôneo, reconhecido pelo auditório, procedendo à impessoalização da crítica (Silva, 2013), conforme mostra o excerto: “e quando um órgão de imprensa foi buscar a chave... a chave estava guardada com um parente seu.” (exemplo 49, *grifos nossos*).

Vale ressaltar que a impessoalização da crítica (Silva, 2013) configura um ato que, conquanto pareça amenizar a crítica da presidenciável ao oponente, não atua, de modo efetivo, para salvaguardar a autoimagem de Aécio Neves, mas sim a de Dilma Rousseff, cujo intento é o de atacar o oponente sem, no entanto, sofrer maiores sanções em função de um comportamento verbal agressivo em demasia. Nessa direção, pode-se afirmar que Dilma Rousseff emprega um ato que se apresenta como um mitigador estratégico e egocêntrico (Briz, 2013), sem propósitos altruístas, pelo qual suaviza seu discurso. O apelo à imprensa indica o emprego de um argumento de autoridade (Perelman e Olbrechts-Tyteca 2005[1958]), por meio do qual Dilma dá respaldo à sua acusação.

Por fim, para concluir seu turno, observa-se que a candidata Dilma Rousseff efetua um ato impositivo à autoimagem privada de Aécio Neves, na medida em que lhe impõe algo: o dever de responder à pergunta que lhe fora feita, concernente à construção do aeroporto. Trata-se de um ato que dirime a liberdade de escolha do candidato Aécio Neves, colaborando para tolher-lhe a liberdade de ação (Brown e Levinson, 1987[1978]), conforme aponta o excerto do exemplo analisado: “esta é uma questão...candidato... que nenhum candidato a Presidente da República pode se furtar a responder”.

O terceiro bloco do debate prossegue com a formulação do turno de tréplica do candidato Aécio Neves:

(Exemplo 50)

Tréplica de Aécio Neves: candidata... a senhora foge sempre da disputa... e do debate...a senhora não tem o que mostrar mais ao Brasil... seu governo... candidata... tá vivendo seus estertores porque ninguém aGUENta mais... tanta corrupção... tanta in-com-pe-tên-cia e tanto descaso para com os problemas reais das pessoas...candidata... a senhora acabou... nesse debate... de afirmar que com a inflação vai tudo bem... a senhora tá achando que com o tráfico de drogas... o controle das nossas fronteiras... vai muito bem... que governo a senhora quer oferecer aos brasileiros... candidata? vá... a Minas Gerais um pouco mais... caminhe um pouco mais por Minas Gerais candidata... agora... caminhe com respeito aos mineiros e às transformações que ocorreram no nosso estado... transformações extraordinárias candidata... eu respeito a sua história...eu não a desrespeito candidata...agora... peço que respeite a minha... exatamente nesse mês... há trinta anos atrás... eu estava na campanha das Diretas e depois na campanha de Tancredo ajudando o Brasil se reencontrar com a democracia... infelizmente... com o voto contrário do PT...o seu partido.
(linhas 767-774, *grifos nossos*)

A intervenção de tréplica de Aécio Neves tem início com o uso de uma estratégia de desqualificação destinada a refutar a autoimagem pública de Dilma Rousseff, por meio de uma acusação de fuga ao tópico em andamento, bem como do próprio pleito eleitoral. Nesse caso, observa-se que o candidato questiona a competência de sua adversária, bem como sua habilidade dialógica de construir um discurso crível e passível de ser apresentado ao eleitor em potencial, conforme indica o excerto do exemplo 46: “candidata... a senhora foge sempre da disputa... e do debate...a senhora não tem o que mostrar mais ao Brasil...” (trecho do exemplo 50, *grifos nossos*).

No mesmo turno de tréplica (exemplo 50), cumpre observar, ainda, um ato que consiste na refratariedade exacerbada em relação ao grupo oponente: os membros do governo de Dilma – seus correligionários – na medida em que Aécio Neves os acusa de corrupção e de incompetência. Nota-se, assim, a concomitância de uma estratégia de refratariedade exacerbada – uma vez que Aécio Neves se opõe ao grupo rival – em concomitância ao uso de uma estratégia de desqualificação, destinada a ameaçar a debatedora rival, por meio de acusações e recursos retóricos. Observa-se que, para realizar suas acusações, levando-as a cabo, Aécio Neves emprega argumentos *ad hominen* como mecanismos argumentativos – com os quais o candidato afronta aspectos relacionados a habilidades da presidenciável – como sua competência em gerir o país – assim como valores como a honestidade de Dilma e de seus partidários. Nesse sentido, pode-se afirmar que o debatedor refutar a imagem de grupo de sua oponente (Bravo, 2005).

Outro aspecto explorado pelo candidato Aécio Neves (exemplo 50), utilizado para ameaçar a autoimagem de Dilma Rousseff, consiste no emprego de uma estratégia de intertextualização, a partir da qual o debatedor resgata a fala de sua oponente com a finalidade de recontextualizá-la, atribuindo-lhe novos contornos, com propósitos tácitos

de rechaçar a autoimagem de sua adversária (Blas Arroyo, 2011). Por tratar-se de um recurso que resgata a fala de outrem, no caso, a da própria adversária, observa-se que o candidato ameniza seu ataque – com propósitos de salvaguardar sua própria imagem – uma vez que, conforme ele mesmo ressalta, é Dilma Rousseff quem, de fato, afirma que tudo corre bem, a despeito da inflação, do tráfico de drogas e dos problemas relacionados às fronteiras:

Aécio Neves: a senhora acabou... nesse debate... de afirmar que com a inflação vai tudo bem... a senhora tá achando que com o tráfico de drogas... o controle das nossas fronteiras... vai muito bem... que governo a senhora quer oferecer aos brasileiros... candidata?

Em seguida, Aécio Neves procede à formulação de mais uma pergunta de natureza retórica, recurso argumentativo utilizado para concretizar uma estratégia de desqualificação da autoimagem pública de Dilma, visto que se trata de uma forma interrogativa que veicula uma crítica. Observa-se que Aécio Neves recorre a aspectos relacionados ao âmbito social (*social identity face*) da imagem de sua oponente (Culpeper, 1996; 2011), ao questionar sua competência, no que concerne à gestão do país e, consecutivamente, ao futuro dos brasileiros.

Já no trecho “vá a Minas um pouco mais, caminhe um pouco mais por Minas Gerais, candidata” verifica-se que Aécio Neves intenta ameaçar, mais uma vez, a imagem de sua oponente, ao insinuar que Dilma Rousseff não conhece, de modo efetivo, o estado de Minas Gerais. A fim de potencializar seu ataque, pode-se observar que o candidato reitera certos termos: “um pouco mais”, procedendo à sua repetição, tornando sua afirmação mais categórica.²⁷⁴ O trecho também indica certa ironia, uma vez que o candidato busca refutar a imagem da adversária questionando se, de fato, a candidata conhece Minas Gerais. Trata-se da formulação de uma estratégia que consiste em depreciar (Blas Arroyo, 2011), mediante o uso da ironia.

Já o emprego dos verbos no imperativo, sem atenuadores, evidencia outra ameaça, nesse caso, à autoimagem privada de Dilma, uma vez que a pergunta formulada dessa maneira denota ordem, incidindo diretamente sobre os “territórios do eu” da presidenciável (Goffman, 1967). No mesmo trecho, importa observar uma estratégia de autopromoção da imagem em detrimento da alheia, empreendida por Aécio Neves, na medida em que o candidato busca enaltecer a imagem dos mineiros e do Estado de Minas.

²⁷⁴ Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), a repetição consiste em uma figura de presença. Trata-se de um mecanismo argumentativo utilizado com a finalidade de reforçar uma dada informação na memória do auditório.

Além disso, intenta-se fortalecer a própria imagem de grupo, isto é, busca-se promover a imagem de afiliação, isto é, uma imagem colaborativa que o candidato deseja erigir com os mineiros, um grupo com o qual Aécio Neves objetiva estabelecer relações de aproximação (Bravo, 2005). Observe-se o excerto do turno sob análise (exemplo 50):

Aécio Neves: vá... a Minas Gerais um pouco mais... caminhe um pouco mais por Minas Gerais candidata... agora... caminhe com respeito aos mineiros e às transformações que ocorreram no nosso estado... transformações extraordinárias candidata...

Por fim, concluindo seu turno, nota-se que Aécio Neves procede à apresentação de vivências pessoais, em uma tentativa de estabelecer coalizão com o eleitor em potencial (Fávero e Aquino, 2002), por meio da alusão a um “passado comum”, o qual é evocado com o propósito de firmar comunhão com o auditório (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]). O apelo ao movimento das *Diretas Já*, aliado à acusação de que o Partido dos Trabalhadores não apoiou as campanhas de democratização, cumpre a função de atacar a imagem de grupo de Dilma Rousseff. Nota-se que Aécio busca vincular a imagem de Dilma à de seu partido, isto é, com o PT, enfatizando a imagem de grupo da candidata rival, ao afiliá-la ao grupo rival, fato que indica sua intencionalidade para validar objetivos descorteses. Ao fazer menção a esse *exemplo histórico* (Amossy, 2018), Aécio Neves visa a descredibilizar a autoimagem de sua adversária e de seu agrupamento político diante do auditório.

Importa frisar que o apelo a um passado comum e às vivências pessoais se configura no que Blas Arroyo (2011) denomina como um tipo de *estratégia narrativa*, por meio da qual busca-se, segundo o autor, suscitar as emoções do auditório, isto é, mediante o apelo ao *pathos*. Vale ressaltar que a acusação de que o partido de Dilma Rousseff não apoiou um evento de suma importância para a democracia no país rechaça tanto a autoimagem pública da presidenciável quanto sua imagem de grupo, isto é, sua imagem afiliativa em relação ao Partido dos trabalhadores (Bravo, 2005), conforme aponta o excerto do turno analisado (exemplo 50):

Aécio Neves: eu respeito a sua história...eu não a desrespeito candidata... agora... peço que respeite a minha... exatamente nesse mês... há trinta anos atrás... eu estava na campanha das Diretas e depois na campanha de Tancredo ajudando o Brasil se reencontrar com a democracia... infelizmente... com o voto contrário do PT...o seu partido...

O terceiro bloco do debate tem continuidade com mais um turno atribuído a Aécio Neves, que formula uma pergunta à sua adversária no pleito eleitoral:

(Exemplo 51)

Pergunta de Aécio Neves: candidata...Dilma Rousseff... todos nós temos a nossa formação... né? aqui estão nos ouvindo hoje...famílias de brasileiros de regiões diferentes de credos religiosos... diferentes... a senhora...no último debate do primeiro turno... disse textualmente o seguinte... vou abrir aspas... para a senhora... "não acredito que tenha alguém acima da corrupção" fecho... aspas...e depois continuou... abro aspas pra senhora..."todo mundo pode cometer corrupção"... fecho... aspas...será que é isso? que a Presidente da República... tem a ensinar aos brasileiros...candidata? honestidade? responsabilidade... para com nossos atos e daqueles...que nós nomeamos? é algo e-ssen-cial pra quem queira fazer vida pública candidata...a senhora terceiriza sempre as responsabilidades ((ênfase na entonação))... portanto eu quero lhe dar oportunidade...e de se desculpar com os brasileiros... por essa afirmação... que acredito que não tenha alguém acima de corrupção.
(linhas 768-779, *grifos nossos*)

Nesse turno, verifica-se que Aécio Neves emprega um ato destinado a estabelecer afiliação com o público por meio da manipulação da esfera de referência do falante, na qual inclui, além de Dilma Rousseff, o auditório, ao afirmar que todos, ambos os presidenciáveis e os brasileiros em geral, apresentam crenças e visões de mundo particulares. Nessa afirmação, nota-se que Aécio Neves faz uso de um *topos* (Amossy, 2018) que se refere ao âmbito da família, da religião e da honestidade, com intenções de construir a imagem do político cuja postura encontra-se calcada em valores e crenças que se julga ser compartilhadas por boa parte dos eleitores brasileiros:

Pergunta de Aécio Neves: candidata...Dilma Rousseff... todos nós temos a nossa formação... né? aqui estão nos ouvindo hoje...famílias de brasileiros de regiões diferentes... de credos religiosos...

Trata-se de uma estratégia que consiste na tentativa de estabelecer aliança ou coalizão com o auditório, na medida em que o interactante Aécio Neves faz uso de uma fórmula dêitica pessoal que inclui o eleitor, buscando sua aproximação em relação ao discurso que profere. Não obstante, verifica-se que, ao utilizar um “nós inclusivo”, pelo qual também inclui a adversária Dilma Rousseff na mesma esfera de referência pessoal, Aécio Neves visa a estabelecer contrastes entre sua conduta e a da oponente, a qual, conforme o candidato, apresenta-se como desonesta, uma vez que Dilma afirma não haver nenhum político que possa estar acima da corrupção. Nesse sentido, observa-se que Aécio emprega uma estratégia de descortesia a partir da qual intenta promover contrastes e comparações que se mostram desvantajosos para sua oponente, ameaçando-lhe a autoimagem pública, na medida em que se coloca em xeque a conduta de sua adversária (Blas Arroyo, 2011).

Outro aspecto observado no turno de Aécio Neves reside no fato de o candidato proceder à citação direta da fala de sua oponente, salientada, pelo candidato, mediante o emprego das aspas, a fim de reforçar o ataque à adversária política e, concomitantemente,

salvaguardar a própria imagem diante de possíveis sanções, devido ao excesso de descortesia (Blas Arroyo, 2011). Nessa direção, nota-se que a retomada da fala de Dilma Rousseff se dá com propósitos descorteses e argumentativos, uma vez que os objetivos discursivos de Aécio Neves residem em expor a autoimagem de sua rival para mobilizar seu público alvo, no caso, um destinatário privilegiado (Kerbrat-Orecchioni, 2006) a deliberar acerca dos efeitos negativos que o candidato visa a imprimir ao discurso da oponente. A citação da fala de Dilma Rousseff configura-se, pois, em um ato de intertextualização usado por Aécio Neves, visto que o candidato recontextualiza a fala de sua adversária política de modo a rechaçar a autoimagem pública da candidata à reeleição (Blas Arroyo, 2011).

Em seguida, ainda no mesmo turno, Aécio Neves procede à formulação de uma sequência composta por duas perguntas retóricas²⁷⁵, cujos efeitos são os de promover a descortesia e a ameaça à autoimagem social e pública de Dilma Rousseff, visto que são destinadas a reforçar as acusações de que a candidata é desonesta.

Após a formulação da pergunta retórica por Aécio Neves, verifica-se uma afirmação que apresenta os efeitos ilocucionários de um conselho, na medida em que o candidato busca, sob a aparência de uma afirmação, explicar à sua oponente valores essenciais para a vida pública de um político, no caso, a responsabilidade pelos seus atos e ações políticas. Trata-se de um ato de falsa cortesia (*mock politeness*) (Culpeper, 1996; Blas Arroyo, 2011), a partir do qual o candidato Aécio Neves visa a atacar a autoimagem de sua adversária política, a despeito de, aparentemente, tentar aconselhá-la, ao explicarlhe como um homem e uma mulher de “vida pública” devem se comportar.

É evidente que ao proceder à formulação de um ato com o qual Aécio Neves visa a explicar “didaticamente” algo acerca do fazer público a uma presidente da República pode produzir efeitos de descortesia, aprofundando a ameaça à autoimagem pública de Dilma Rousseff, considerada pelo candidato rival como irresponsável e incapaz de compreender as posturas adequadas a um político, no que concerne à sua vida pública, conforme pontua Aécio Neves (trecho do exemplo 51):

Aécio Neves: será que é isso que a Presidente da República tem a ensinar aos brasileiros... candidata? honestidade? responsabilidade para com nossos atos e daqueles que nós nomeamos é algo essencial pra quem quer fazer vida pública.

²⁷⁵ Acerca da reiteração de perguntas retóricas como prática estratégica no debate eleitoral pelos debatedores, Blas Arroyo (2011) faz as seguintes considerações: Ahora bien, junto a las restricciones reseñadas, las preguntas retóricas aparecen también fuertemente condicionadas en el debate por otros factores de naturaleza contextual y estilística. Entre estos cabe mencionar, por ejemplo, la tendencia a agrupar estos enunciados en secuencias paralelísticas en las que unas preguntas parecen arrastrar a otras, como un reflejo de la voluntad expresiva y retórica del político (BLAS ARROYO, 2011, p. 377).

candidata...a senhora terceiriza sempre as responsabilidades, portanto eu quero lhe dar oportunidade de se desculpar com os brasileiros por essa afirmação... que acredito que não tenha alguém acima de corrupção.

Por fim, observa-se que Aécio Neves faz uso de mais um ato de falsa cortesia (Culpeper, 1996; Blas Arroyo, 2011), com o qual conclui uma sequência de atos descorteses, destinados a rechaçar a imagem de sua adversária, no momento em que o candidato parece oferecer, “cordialmente”, a oportunidade a Dilma de desculpar-se com os brasileiros pela afirmação veiculada pela citação da fala da presidenciável e recontextualizada pelo candidato Aécio Neves.

O fato de o candidato apresentar-se aparentemente cortês, após uma sequência de atos ameaçadores e estratégias descorteses distintas, corrobora a afirmação de que, no debate político, atos corteses afiguram-se como fatos linguístico-discursivos não esperados nesse tipo de contrato interlocutório. Trata-se de atos que se reconfiguram (Blas Arroyo, 2011), consoante as normas e rituais que fundam o debate eleitoral, assumindo novos contornos devido às contingências contextuais, relativas às intenções do falante e aos seus propósitos discursivos, denotando as características descorteses de um tipo de interação marcadamente agonal. (Marques, 2012; 2017)

O terceiro bloco do debate tem continuidade com o turno de réplica de Dilma Rousseff:

(Exemplo 52)

Réplica de Dilma Rousseff: candidato... o que eu acho que o senhor faz...sabe o que o senhor faz? o senhor manipula palavras... e aí... candidato... a mim estarrece... o seguinte fato... senhor se acha... acima... de qualquer crítica ou de qualquer avaliação...o senhor diz... que se te atacar está atacando Minas essa... é ...uma mentira... candidato mentira... porque Minas Gerais não é o senhor...o senhor é um dos mineiros... e isso não significa que o senhor seja... e que possa falar em nome de toda Minas Gerais...então quero dizer o seguinte...candidato... é errado SIM, colocar... e pegar... um aeroporto... privado... feito com o dinheiro público na fazenda de um tio...o senhor querendo ou não tergiversar sobre esse assunto... é ...errado... não se faz isso... candidato... isso é feio...((reação da platéia)) outra questão... candidato... ((risadas da platéia)) outra questão que eu julgo muito importante... eu... acredito... sinceramente... que... ninguém... candidato... está...acima...de qualquer coisa... ninguém está acima de qualquer coisa...o que nós temos que ser... é virtuosos... agora... ninguém tem o atestado de virtuosidade... nós temos... como homens públicos e mulheres públicas ((aumentando o tom de voz)) provar a cada dia... candidato... que nós temos respeito pela coisa pública... que nós não mexemos... não mexemos com o dinheiro público em nosso benefício... em benefício de parentes nossos...não mexemos com a coisa pública em benefício de quem quer que seja... a não ser...do povo brasileiro... sabe que que é isso? Isso...candidato... é um critério arraigado dentro da gente...chama-se um critério republicano... o dinheiro é coisa pública...quando a gente está no governo... o dinheiro... é coisa pública... ((falando em tom didático))... ninguém pode tergiversar sobre isso (linhas 780-800, *grifos nossos*)

Nesse turno, observa-se que Dilma Rousseff apresenta uma reação de contra-ataque, destinada ao candidato oponente. O ataque é realizado por meio de uma acusação, estratégia de descortesia concretizada mediante o uso de uma pergunta retórica, cuja resposta é apresentada pela própria debatedora, formulada para ameaçar a autoimagem pública de Aécio Neves, no que concerne ao seu âmbito qualitativo – *quality face* – (Spencer- Oatey, 2008).

Trata-se de um recurso retórico empregado com vistas a ameaçar o candidato rival, por meio do qual uma estratégia de descortesia por desqualificação se realiza, destinada ao locutor/enunciador. Em seguida, Dilma Rousseff formula outra acusação, a de mentir (Silva, 2013; Blas Arroyo, 2011), deveras empregada no debate eleitoral, a partir da qual a candidata retoma as palavras de Aécio Neves, de forma indireta, com o intuito de desconstruí-las. Trata-se da afirmação de que, ao desrespeitá-lo, Dilma desrespeitaria Minas Gerais. Vale ressaltar que a citação indireta da fala de Aécio Neves pela candidata reside em um ato estratégico, cujo propósito é o de rechaçar a autoimagem pública do interlocutor, assim como o fez o Aécio Neves ao mencionar a fala de sua oponente.

Com a retomada, de forma indireta, da fala de Aécio Neves, Dilma Rousseff procede, além disso, à desconstrução do seguinte raciocínio entinêmico (Amossy, 2018) que o presidenciável visa a veicular em seu turno anterior: o de que sua oponente ofende Minas Gerais, em decorrência da ameaça à imagem de Aécio Neves. É evidente que Aécio Neves busca mostrar que representa o estado mineiro, de modo que, ao ofender Aécio, Dilma ofende, por conseguinte, Minas e os mineiros, segundo o presidenciável. Observe-se o excerto que constitui o turno analisado (exemplo 52) de Dilma Rousseff: “essa é uma mentira... candidato... mentira porque Minas Gerais não é o senhor...o senhor é um dos mineiros...”

Em seguida, verifica-se que Dilma busca deslegitimar a autoimagem pública de Aécio, por meio de um ato que desvaloriza sua imagem de político que inspira confiança, recorrendo a aspectos relacionados ao âmbito social de sua imagem (Spencer- Oatey, 2008), na medida em que lhe explica, de modo didático, um fato que, enquanto homem público, deveria conhecer: o uso de dinheiro público para fins próprios:

Dilma Rousseff: então quero dizer o seguinte candidato... é errado sim... colocar e pegar um aeroporto privado... feito com o dinheiro público na fazenda de um tio...o senhor querendo ou não tergiversar sobre esse assunto... é errado... Não se faz isso... candidato...isso é feio. ((risos da platéia)). (trecho do exemplo 52)

No trecho: “Não se faz isso... candidato...isso é feio”, no qual Dilma emprega uma linguagem aparentemente simples, de modo irônico e deliberado, tal como a utilizada com crianças, a candidata procede ao ataque à autoimagem pública de Aécio Neves novamente, na medida em que a debatedora faz uso de uma construção que remete ao discurso do adulto que se reporta a uma criança, ensinando-a a se comportar da maneira correta. Nesse momento, o auditório, participante privilegiado da interação (Kerbrat-Orecchioni, 2006) parece perceber o sarcasmo e o apelo ao ridículo (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]) – na medida em que Aécio é passível de que os autores denominam como “riso de exclusão” – manifestando-se por meio de gargalhadas e vaia, agravando, ainda mais, a ameaça à imagem do candidato.

Outro exemplo de como Dilma Rousseff faz uso de uma forma didática – que visa a explicar de modo simples para se fazer compreendida – com finalidades discursivas eminentemente estratégicas, promovendo efeitos descorteses para a autoimagem pública de Aécio, pode ser observado a seguir, no excerto do turno sob análise da candidata à presidência:

Dilma Rousseff: outra questão... candidato ((risadas da platéia)) outra questão que eu julgo muito importante eu acredito sinceramente que ninguém candidato... está acima de qualquer coisa... ninguém está acima de qualquer coisa. o que nós temos que ser é virtuosos... agora ninguém tem o atestado de virtuosidade...nós temos como homens públicos e mulheres públicas... provar a cada dia... candidato... que nós temos respeito pela coisa pública... que nós não mexemos... não mexemos com o dinheiro público em nosso benefício, em benefício de parentes nossos... não mexemos com a coisa pública em benefício de quem quer que seja.. a não ser... do povo brasileiro...sabe o que que é isso? Isso... candidato... é um critério arraigado dentro da gente...chama-se um critério republicano, o dinheiro é coisa pública...quando a gente está no governo... o dinheiro é coisa pública... ninguém pode tergiversar sobre isso.

O trecho final do turno de Dilma (exemplo 52) indica, ainda, mais uma ameaça à autoimagem pública de Aécio, por meio da qual a presidenciável busca desconstruir o *ethos* de político honesto e íntegro, apresentado, ao longo do embate eleitoral por seu adversário (Amossy, 2018). O tom didático presente no discurso de Dilma Rousseff permanece, dando a entender que o candidato necessita de explicações acerca de questões que, como candidato à presidência, deveria conhecer de modo efetivo, como a ética e os critérios republicanos. Dilma Rousseff salienta que, como homens e mulheres públicos, ambos devem ser virtuosos, evocando a *areté*, isto é, a virtude, traço do *ethos* (Amossy, 2018) que, conforme ressalta a debatedora, deve, com efeito, ser apresentado por todos os políticos, homens e mulheres públicos.

Diante do exposto, importa acrescentar que o fato de aparentar ser necessário explicar esses valores éticos ao político rival, um candidato à presidência da república,

desvela uma ameaça deveras incisiva, que incide sobre a imagem do adversário político : Aécio Neves não é um político virtuoso, uma vez que, conforme pondera Dilma, desvia dinheiro público e não mantém um critério republicano, fato que deve ser explicado pela debatedora ao próprio acusado, o presidenciável, produzindo efeitos de ironia.

No entanto, observa-se que essas acusações a Aécio Neves, empreendidas por Dilma Rousseff, não ocorrem de forma direta, interpelando o candidato de modo incisivo, mas perfazem o que, aparentemente, configura-se como uma simples explicação da debatedora acerca desses valores, amenizando, de certo modo, o ataque (FTA) à imagem de seu adversário (Brown e Levinson, 1987[1978]). Nessa direção, pode-se afirmar que essa forma de ataque, que se dá de modo indireto, apresenta-se como um ato de atenuação, cuja finalidade não é, de fato, a de salvaguardar a imagem do candidato, mas sim a de Dilma Rousseff de possíveis sanções. Trata-se de atos mitigadores que ocorrem de modo estratégico e egocêntrico, sem fins altruístas, na medida em que a candidata visa a proteger sua própria imagem de possíveis sanções (Briz, 2013).

Outro aspecto a ser observado no término do turno de Dilma Rousseff diz respeito ao fato de a candidata fazer uso de um “nós inclusivo”, representado pela forma de tratamento “a gente”, na qual se inclui o candidato adversário, promovendo sua aproximação. A inclusão de Aécio Neves na mesma esfera pessoal não significa, entretanto, que Dilma é, de fato, cortês, mas sim que faz uso de um ato de falsa cortesia (Blas Arroyo, 2011; Culpeper, 1996; 2011), conforme indica o excerto do turno sob análise (exemplo 52): “isso... candidato... é um critério arraigado dentro da gente” (*grifos nossos*).

De fato, trata-se de um ato que inclui o interlocutor, promovendo sua aproximação de modo estratégico, uma vez que sua verdadeira finalidade consiste em estabelecer contrastes desvantajosos entre Dilma Rousseff e Aécio Neves (Silva, 2013). Ao contrário de Aécio, conforme pondera Dilma, a candidata acredita nos critérios republicanos que pressupõem o respeito ao dinheiro público e, diferentemente do candidato, a candidata respeita o dinheiro do eleitor, conforme ela mesma salienta. Nesse sentido, observa-se que Dilma Rousseff não busca estabelecer afiliação com seu oponente, mas sim refutar sua imagem. Trata-se, pois, de mais um ato de descortesia por meio da manipulação estratégica do âmbito de referência do falante, a partir do qual a candidata reforça um *duo conflitual* com seu interlocutor (Fávero e Aquino, 2002).

O último bloco do debate segue com o turno de réplica de Aécio Neves:

(Exemplo 53)

Réplica de Aécio Neves: lamento que a candidata não respeite... não respeite as instituições... o Ministério Público não é nessa obra... candidata... em todas as obras do meu governo disse que estavam corretíssimas... é o contrário do que acontece no seu governo... e a senhora não respondeu... a frase que disse está gravado... “todo mundo pode cometer corrupção”... não pode não... candidata... ninguém pode cometer corrupção... a senhora tem é que tomar as providências e dizer ao Brasil o que que aconteceu na Petrobrás... a senhora conduziu com mão de ferro durante doze anos... fez questão de dizer a todo mundo quem mandava na empresa... e durante doze anos essa empresa vem... colocando sobrepreço nas obras públicas para beneficiar sua base de sustentação... candidata... esse é o fato real... é isso que causa indignação em todos os brasileiros... é por isso que eu estou aqui como candidato à Presidência da República... porque o Brasil quer... quer se livrar desse governo... o Brasil quer... um tempo novo... um tempo de otimismo... de seriedade... e também de honestidade no gasto do dinheiro público (linhas 801-813, *grifos nossos*)

O turno de Aécio Neves tem início com o emprego de um vocábulo com funções de atenuação, o verbo modalizador “lamentar”, com o qual o presidenciável visa a promover uma diminuição da força ilocutória de sua acusação, destinada à adversária no pleito eleitoral, no caso, a de que Dilma Rousseff não respeita as instituições, como o Ministério Público. Não obstante, o uso do verbo *que*, a princípio, suaviza a força da acusação e seus efeitos descorteses, não se apresenta como um recurso modalizador de valor altruísta (Briz, 2013), cumprindo, tão somente, a função de manter, isto é, de salvaguardar a imagem do presidenciável diante de eventuais críticas. Nesse sentido, pode-se dizer que Aécio Neves intenta apresentar a imagem de um político comedido, fato que sugere o emprego de um tipo de comportamento politicamente correto (Blas Arroyo, 2011).

Quanto ao apelo ao Ministério Público, instituição reconhecida pela sociedade, pode-se afirmar que o candidato evoca-a para dar sustento às suas assunções, uma vez que cumpre a função de um argumento de autoridade (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), pelo qual o candidato visa a corroborar sua defesa: a de que as obras de seu governo são credíveis, conforme se observa no trecho do turno sob análise (exemplo 53): “em todas as obras do meu governo disse que estavam corretíssimas... é o contrário do que acontece no seu governo...” Acerca desse excerto, é possível afirmar que o candidato faz uso de mais um argumento: o de comparação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), um argumento quase-lógico, com o qual objetiva alicerçar sua afirmação e, concomitantemente, atacar a autoimagem pública de Dilma Rousseff.

Observa-se, além disso, que o candidato Aécio Neves procede ao uso de uma estratégia descortês que consiste em estabelecer contrastes desvantajosos (Blas Arroyo, 2011), com o intento de desconstruir a autoimagem pública de sua adversária diante do

auditório, na medida em que coteja suas obras às de sua oponente, tomando como argumento, uma instituição reconhecida: o Ministério Público.

Ainda nesse turno, o dissenso se acentua, uma vez que o presidencialista ataca a autoimagem pública de Dilma novamente, ao proceder ao emprego do discurso relatado²⁷⁶, uma vez que retoma as palavras da adversária para utilizá-las contra a candidata. Trata-se do uso de uma estratégia de intertextualização (Blas Arroyo, 2011), já que cita a fala de sua oponente, mais uma vez, reconfigurando-a, de modo a rechaçar sua imagem e desconstruir seu *ethos* de honestidade.

No trecho seguinte, nota-se que o candidato corrobora sua acusação, utilizando uma estratégia de desqualificação da imagem de Dilma, por meio de uma prova extrínseca: diz que está gravado e que a fala é da própria candidata, abstendo-se, assim, da responsabilidade²⁷⁷ sobre a gravidade da crítica, com vistas a proteger sua autoimagem de eventuais críticas. Ademais, observa-se que Aécio Neves retoma a fala da candidata pra refutá-la, intensificando o dissenso e o ataque empreendido contra a sua adversária política no pleito eleitoral, conforme aponta o excerto do turno analisado (exemplo 53):

Aécio Neves: e a senhora não respondeu... a frase que disse está gravado... “todo mundo pode cometer corrupção” não pode não...candidata...ninguém pode cometer corrupção... a senhora tem é que tomar as providências e dizer ao Brasil o que que aconteceu na Petrobrás...

Já ao mencionar que a candidata conduziu a Petrobrás com “mãos de ferro”, nota-se que Aécio Neves busca atrelar a imagem de Dilma a de um político totalitário, que inspira perigo e ameaça, aludindo ao que já havia dito ao longo do debate acerca da candidata: que Dilma Rousseff oferece riscos para a democracia em virtude de conduzir o governo de forma pouco democrática e autoritária. Nesse caso, verifica-se, novamente, que o debatedor recorre ao uso de um léxico marcadamente axiológico, uma estratégia descortês, na medida em que faz uso de adjetivos que cumprem a função de imprimir valores negativos à imagem de Dilma.

²⁷⁶ Acerca desse procedimento, cumpre ressaltar as seguintes considerações de Charaudeau (2016): [...] o discurso relatado se constrói ao término de uma dupla operação de reconstrução/ desconstrução. De reconstrução, porque se trata de tomar um dito para reintegrá-lo a um novo ato de enunciação, passando esse dito a depender do locutor-relator. Assim, o discurso relatado opera uma transformação enunciativa do já dito e, ao mesmo tempo, aponta uma rejeição deste último pelo locutor-relator (CHARAUDEAU, 2016, p. 163).

²⁷⁷ Charaudeau (2016) ressalta que, ao proceder ao uso desse recurso, o locutor pode se eximir da responsabilidade da crítica: “Com relação ao outro, apoiando-se na operação de empréstimo, o discurso relatado visa a produzir diferentes tipos de prova: de autenticidade do dito de origem[...]; de (*grifo do autor*) daquele que disse[...] de *verdade* do que foi dito, verdade que vem sustentar[...] (CHARAUDEAU, 2016, p. 163).

Nesse sentido, observa-se que Aécio Neves busca associar a imagem de Dilma Rousseff e a de seu partido à do político que oferece riscos, uma vez que, além de se sobrepôr às instituições de Estado, a candidata conduz o governo de forma autoritária, conforme pondera Aécio Neves, em uma tentativa de inferir que o comportamento de Dilma Rousseff remete ao de líderes totalitários. Trata-se, pois, de atrelar a imagem de Dilma ao perigo que a atual presidente pode representar ao país e, consecutivamente, às instituições democráticas. Nessa direção, o fato de Aécio Neves proceder, de forma estratégica, a acusações desse tipo, pode indicar que o presidenciável objetiva suscitar o medo do auditório (*argumento ad baculum*), apelando para o *pathos* do eleitor (Amossy, 2018).

Por fim, concluindo seu turno (exemplo 53), verifica-se que Aécio Neves coloca-se como o representante do Brasil, isto é, como uma espécie de porta-voz de toda a indignação de uma nação diante da má gestão de sua oponente, apresentando-se como o representante de um “nós coletivo”, que compreende não só o Aécio Neves, como todo o eleitorado brasileiro – ou seja, o próprio país – impessoalizando, assim, a crítica (Silva, 2013). Desse modo, observa-se que, além de atribuir a um terceiro a responsabilidade sobre essa crescente indignação, Aécio Neves busca intensificar a gravidade da crítica: é o Brasil que se indigna, uma nação inteira, a qual espera por “um novo tempo”, representado pelo próprio candidato, o qual já havia ressaltado, ao longo do debate, que representa o futuro, em contraposição à sua oponente, que representa o passado, “o retrovisor do passado”.

É importante observar que ao fazer menção a uma coletividade, nota-se que Aécio Neves intenta diluir a responsabilidade de um “eu” pelos atos de ameaça dentro de “instância coletiva”, salvaguardando, assim, sua imagem, em um ato autocêntrico, isto é, uma “atividade de imagem” (Briz, 2013), por meio da qual se procede à dissolução do sujeito pelo emprego de formas de referenciação que remetem ao coletivo. Trata-se, pois, de uma “manobra de desfocalização” (Blas Arroyo, 2011), por meio da manipulação estratégica da ambiguidade referencial inerente ao debate, uma vez que o candidato recorre a uma estratégia de manipulação dos âmbitos de referência no pleito eleitoral de modo deliberado, produzindo, entretanto, efeitos descorteses.

O embate eleitoral chega ao fim com as considerações finais de ambos os debatedores:

(Exemplo 54)

Considerações finais de Dilma Rousseff: olha... eu queria te dizer em primeiro lugar... viu? que eu agradeço ao SBT... agradeço ao candidato... e agradeço a todos que nos assistiram hoje... ao contrário do que ocorria no passado... quando... governos de elite só viam as elites...hoje eu acredito que o meu governo olha para todo o povo brasileiro...eu tenho certeza que o Brasil está mudando... eu tenho certeza... que o Brasil está mudando pra melhor... acredito que o povo brasileiro hoje tem alternativas... que nunca teve antes...no que se refere a emprego...no que se refere a oportunidades de estudo e de educação...no que se refere à construção de uma vida melhor... nós vivemos um momento muito especial...um momento...em que:... a crise internacional afeta a economia brasileira...mas... nós saímos dessa crise e enfrentamos ela de peito aberto...fazendo o quê? garantindo emprego... garantindo a renda... e lutando sistematicamente para que o nosso país viva melhor...reeleita... eu quero fazer ainda mais... eu quero... garantir a todos os brasileiros... educação de qualidade... saúde de qualidade... e quero também manter essa trajetória de distribuição de renda... que melhora a vida de todos os brasileiros e de todas as brasileiras. ((palmas da platéia)) ((interrupção do mediador)) (linhas 828-842, *grifos nossos*)

No último turno de Dilma Rousseff, com o qual a candidata faz suas últimas considerações acerca do embate eleitoral, podem-se observar atos de agradecimentos (FFAs), por meio do emprego de uma cortesia valorizadora (Kerbrat-Orecchioni, 2006), bem como uma crítica aos governos anteriores que, conforme assinala a candidata, sempre priorizaram as elites. Nesse sentido, o turno de Dilma indica que a presidenciável intenta erigir o *ethos de solidariedade*²⁷⁸, do político que se volta para o povo, para a distribuição da renda, garantia de empregos, educação e saúde. Nota-se que a candidata defende sua imagem dos ataques verificados nos turnos anteriores, apontando a crise econômica internacional, que afetara a economia do país ao longo de sua gestão.

A despeito de salientar que os governos anteriores não se ativeram a questões sociais, como o seu, fazendo uso de um argumento de comparação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), nota-se que o turno da candidata é permeado, sobretudo, por atos cortesias e por estratégias de autovalorização. Além disso, observa-se que a candidata enfatiza, sobremaneira, sua imagem de autonomia, utilizando a primeira pessoa, assumindo, desse modo, contornos próprios em relação à sua facção política estrategicamente (Bravo, 2005).

Já no turno de encerramento de Aécio Neves, observa-se uma exacerbação do comportamento verbal agressivo, isto é, um incremento da crítica e do dissenso, uma vez que a última intervenção do candidato à presidência é perfilada por diversos atos de descortesia:

(Exemplo 55)

Amossy (2018) e Charaudeau (2016).

Considerações finais de Aécio Neves: agradeço ao SBT... cumprimento a candidata... e digo ao telespectador que quero sim... ser presidente da República e me preparei pra isso... porque o Brasil não pode viver mais quatro anos de tamanho desgoverno... eu quero sim assumir a presidência da República para combater à inflação e não para me conformar com ela... eu quero ser presidente da República para enfrentar a questão da cri-mi-na-li-da-de e não transferir essa responsabilidade para estados e municípios... eu quero ser presidente da República... não para dividir de forma perVERSA e pouco generosa o Brasil entre nós e eles ((ênfase na entonação))...eu quero ser o grande presidente da integração nacional...presidente da generosidade para com os brasileiros que mais precisam... da integração do Nordeste ao nosso projeto de desenvolvimento...um presidente que não trate o adversário como um inimigo a ser abatido a qualquer custo que respeite a verdade...eu quero ser Presidente da República para que amanhã... se eventualmente estiver numa outra disputa... eu possa permitir aos meus adversários falarem das suas propostas...não é possível que... numa eleição dessa importância...tenha se perdido tanto tempo em tantas ofensas...as mesmas ofensas que foram dirigidas a Eduardo Campos... depois à Marina Silva... agora são dirigidas a mim...mas comigo não...candidata... comigo pode ter certeza...a senhora receberá sempre um olhar altivo...de um homem de bem... honrado... pronto para dar ao Brasil e aos brasileiros... um destino melhor do que eles estão tendo... ((aplausos e gritos da platéia)) (linhas 843-861, *grifos nossos*)

O turno do candidato Aécio Neves tem início com um ato de cortesia positiva (FFAs) (Kerbrart-Orecchionni, 2006), destinado à emissora de televisão que veicula o debate e com o uso de um ato de deferência, voltado para sua adversária, na medida em que a cumprimenta, de forma estratégica, a fim de manter uma imagem favorável diante do público-alvo do embate eleitoral. Não obstante, ao se dirigir diretamente ao telespectador, constituído pelo eleitor em potencial, que, nesse momento, passa a ocupar o papel de destinatário direto, com vistas a promover sua aproximação, Aécio Neves realiza uma sequência de afirmações que corroboram seu interesse em ser o novo presidente da república. Essas afirmações indicam um incremento da imagem de autonomia pelo candidato, a qual é enfatizada por meio das diversas repetições “eu quero ser o presidente da República”, bem como por um ato de autopromoção da imagem “e me preparei para isso”, com o propósito tácito de enfatizar seu *ethos* de competência, isto é, do político repertoriado e dotado de inteligência e boa formação.

A sequência de afirmações e razões pelas quais o presidenciável justifica seu interesse em tornar-se o novo presidente se organizam, uma após a outra, em uma relação de contraposição e antagonismo – que se concretiza pelo uso de adversativas – no que tange ao legado deixado pela adversária, conforme aponta o excerto do turno sob análise (exemplo 55): “para combater à inflação e não para me conformar com ela...”.

Essa sequência longa, na qual se observa o uso do argumento de comparação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958]), um argumento quase-lógico, imprime ao discurso do presidenciável uma ênfase crescente da descortesia, uma vez que o

comportamento verbal agressivo do candidato se intensifica cada vez mais. As comparações indicam o uso de uma estratégia que consiste em estabelecer contrastes desvantajosos com o propósito de aprofundar o dissenso (Blas Arroyo, 2011), conferindo ao discurso de Aécio Neves uma característica singular: aprofundar a polarização por meio da apresentação de uma “crescente” e intensa dicotomização entre as posturas de ambos os debatedores (Amossy, 2018).

Consideramos que o comportamento verbal agressivo apresentado pelo candidato à presidência chega ao seu ápice no momento em que o debatedor passa a empregar uma estratégia que consiste em fazer uso de um léxico eminentemente axiológico, com o uso de predicados doxásticos (Blas Arroyo, 2011), na medida em que recorre a vocábulos que remetem ao mal, ao perigo e aos riscos que o governo de sua oponente pode acarretar ao eleitor: “não para dividir de forma perVERSA e pouco generosa o Brasil entre nós e eles”. Nesse sentido, pode-se afirmar que, ao recorrer ao uso de adjetivos axiológicos, o candidato Aécio Neves visa a inscrever-se em seu discurso, denotando subjetividade, fato denominado por Charaudeau (2016) como um mecanismo de “subjetivação do político”.

O léxico, marcadamente agressivo, e enfatizado pela voz (Aécio Neves fala mais alto) é, novamente, utilizado no turno de encerramento. Os vocábulos “adversário”, “inimigo” e “abatido”, que remetem à ideia de combate e guerra, cumprem a função de reverberar, de modo deliberado, a ideia de periculosidade da gestão vigente, intensificando a “pugna dialética”²⁷⁹ no pleito eleitoral: no caso, o governo de Dilma Rousseff e de seus correligionários (Amossy, 2018; Blas Arroyo, 2016; Charaudeau, 2016). Diante do exposto, é possível afirmar que, segundo o presidencial, Dilma Rousseff oferece, de modo efetivo, riscos para o país, uma vez que os desdobramentos de seu governo fomentaram a desintegração do país, conforme indica o excerto de seu turno (exemplo 55): “dividir de forma perversa e pouco generosa o Brasil” (*grifos nossos*).

Cumprir observar, ainda, que o procedimento aparentemente atenuador, o vocábulo “pouco”, no trecho, “pouco generosa”, sugere que o candidato intenta entretanto, atenuar seu discurso, marcadamente descortês, embora sua intenção não seja a de suavizar seus ataques em prol dos desejos de imagem de sua oponente, configurando-se em um ato eminentemente autocêntrico (BRIZ, 2013).

A estratégia descortês de manipulação deliberada da *dêixis* pessoal – nós e eles – é, também, utilizada pelo candidato, com vistas a aprofundar a polarização (Blas Arroyo,

²⁷⁹ Blas Arroyo (2011) define o embate eleitoral como “pugna dialética”, dentre outras expressões que remetem à ideia de combate e guerra.

2011), cuja responsabilidade, não obstante, é atribuída à adversária, acusada de dividir o país, com claros propósitos de atacá-la e eximir-se da responsabilidade do antagonismo imbricado em seu discurso, o qual o candidato intenta fomentar.

Já no excerto do turno analisado: “eu quero ser o grande presidente da integração nacional... presidente da generosidade para com os brasileiros que mais precisam... da integração do Nordeste”, o comportamento verbal agressivo intensifica-se ainda mais, uma vez que Aécio Neves assume a imagem de um “salvador de sua pátria”, aquele que livrará o país da divisão nacional e promoverá a reintegração do Nordeste.

Nessa direção, é importante frisar que Aécio Neves apresenta-se como o porta-voz de uma coletividade, enfatizando sua imagem pessoal, na medida em que recorre ao emprego de um pronome em primeira pessoa, um “eu”, assumindo a responsabilidade pessoal pelo destino de uma nação e por sua integração diante de um perigo iminente: a possibilidade da reeleição de sua oponente, Dilma Rousseff. Trata-se de um discurso marcado pela subjetividade, nesse momento, uma vez que o candidato se inscreve em seu enunciado por meio do dêitico pessoal, um pronome que veicula uma estratégia de autopromoção da imagem. Observa-se, ademais, que Aécio Neves objetiva erigir uma imagem de autonomia forte (Bravo, 2005), com claros propósitos de persuasão, efetuando um ato de personalização (Blas Arroyo, 2011; Bolívar, 2013; Marques, 2017).

O fato de mencionar o Nordeste sugere, ademais, que o candidato busca acentuar o antagonismo e a contraposição entre as duas facções políticas, representadas por cada candidato, uma vez que, à ocasião do debate, boa parte dos eleitores de Dilma Rousseff e de seu Partido, são provenientes dessa região.

Por fim, verifica-se que Aécio Neves objetiva erigir o *ethos* (Amossy, 2018) do político honrado e honesto: “A senhora receberá sempre um olhar altivo...de um homem de bem... honrado (*grifos nossos*)”, intensificando a descortesia com a finalidade de assegurar a imagem de um político forte, destemido.

Com efeito, a análise do turno de conclusão de Aécio Neves aponta que o presidenciável visa ao apelo, de modo estratégico, ao *pathos* do auditório, uma vez que, mediante sua intervenção final, visa a fomentar o medo (*argumento ad baculum*) (Amossy, 2018), recorrendo à iminência do “perigo” que o governo da candidata adversária representa para o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – RESULTADO DAS ANÁLISES

Neste estudo, propusemo-nos a investigar as diferentes estratégias de descortesia empregadas pelos interactantes, assim como os recursos e mecanismos linguísticos, interacionais e argumentativos empreendidos em sua concretização e efetivação no discurso político, considerando que a descortesia pode cumprir finalidades de persuasão em determinadas interações, como em situações de interlocução eminentemente polêmicas, dentre as quais está o embate político-eleitoral televisionado.

Cabe assinalar que o discurso de ambos os candidatos se apresentou de modo deveras dicotômico, fato que corrobora a afirmação de Blas Arroyo (2011), Amossy (2018) e Marques (2012; 2017), acerca de uma das principais características do embate político-eleitoral: a polarização intrínseca ao gênero sob análise. Em virtude desse fato, verificou-se que as táticas descorteses, voltadas para o ataque ou para a autopromoção da imagem individual e de grupo, perfilarão boa parte do discurso dos dois debatedores, fato que evidenciou o uso frequente, pelos presidencialistas, de duas estratégias de fustigação: a que consiste em promover descortesia por refratariedade exacerbada em relação à facção oponente e a que consiste em estabelecer afiliação exacerbada no tocante ao próprio grupo (Kaul de Marlangeon, 2005).

A análise do *corpus* evidenciou que, nesses tipos de interações trílogues, regidas pela polêmica, a manipulação deliberada dos papéis de interlocução pode engendrar efeitos corteses ou descorteses, a depender da reconfiguração dos papéis dos interactantes. Em outras palavras, observou-se que os participantes do evento de interlocução analisado procederam à reconfiguração do esquema de interlocução verificado no debate eleitoral, ocupando ora a posição de destinatário direto ora de destinatário indireto, em função de um quadro participativo específico, cujos papéis interacionais são fluídos, isto é, flutuantes (Fávero e Aquino, 2002; Doury, 1995). Desse modo, mesmo os que não estiveram envolvidos fisicamente na atividade comunicativa assumiram a posição de destinatário direto, devido ao fato de se lhes atribuir, deliberadamente, essa posição no discurso.

Nessa direção, vimos, neste estudo, que a transmutação das diferentes formas de referenciação no discurso efetivaram ora a aproximação do interlocutor, ora o seu distanciamento, estrategicamente, reverberando efeitos descorteses, no que tange ao adversário político, para, em contrapartida, promover um estreitamento das relações de afiliação com o auditório em detrimento do candidato oponente. Assim, a análise do

corpus evidenciou que o apelo a procedimentos de multidestinação e manobras deliberadas, no que concerne ao esquema de participação presente no debate político-eleitoral analisado, foi empregado com propósitos de persuasão, mostrando-se, pois, pertinente para um exame das relações de interlocução em interações triangulares, fato linguístico-discursivo verificado no discurso de ambos os presidentiáveis, nos três blocos do debate.

Esse fato sugere que a oscilação dos papéis de interlocução, assim como a utilização estratégica de uma ambiguidade referencial, intrínseca ao gênero político estudado (Blas Arroyo, 2011), apresenta-se como uma questão discursiva premente a ser investigada no campo dos estudos interacionais. Por essa razão, postulamos, neste estudo, a manipulação estratégica do âmbito de referência do falante como uma nova categoria de análise discursiva, em se tratando desse tipo específico de interação agonial (Marques, 2012; 2017), configurando, desse modo, uma nova estratégia de (des)cortesia empreendida pelos seus interactantes.

No que se refere à questão da aproximação com o auditório, a qual se efetivou por meio de procedimentos diversos, relacionados à manipulação da complexidade ilocucionária intrínseca ao evento comunicativo estudado (Blas Arroyo, 2011; Doury, 1995; Fávero e Aquino, 2002), observou-se, além disso, a tentativa do estabelecimento de “pontos de acordo” com o auditório pelos dois candidatos com claras intenções de persuasão (Perelman e Olbrechts- Tyteca, 2005 [1958]). Desse modo, procedeu-se, nas intervenções dos presidentiáveis, ao emprego de estratégias de coalizão (Blas Arroyo, 2011), isto é, de procedimentos orientados para a formação de alianças e da busca da construção de um *duo* consensual, que, paradoxalmente, se erigiu a partir do estabelecimento de um *duo* conflitual (Fávero e Aquino, 2002).

Nesse sentido, a análise do discurso dos candidatos à presidência evidenciou alguns fatos discursivos pertinentes, no que concerne ao emprego do pronome “nós”, quer seja “inclusivo” ou “exclusivo”. Observou-se, nos turnos dos dois debatedores, que o pronome foi utilizado, deliberadamente, com o propósito de efetivar uma aproximação com o eleitor em potencial, mediante o uso de formas de referenciação coletivas, como o dêitico pessoal “nós inclusivo” que, em determinados momentos, foi representado, também, pela fórmula “a gente”. Há que se ressaltar que essa aproximação apontou, nas análises efetuadas, a intenção dos candidatos de erigir uma imagem colaborativa, isto é, uma imagem de afiliação sólida com o auditório (Bravo, 2005), engendrada pela tentativa de estabelecer relações de identificação (Amossy, 2018) e de confiança com o eleitorado.

Outro efeito discursivo, decorrente do emprego da inclusão do interlocutor no mesmo âmbito de referência pessoal, reside na aproximação estratégica dos candidatos em relação ao grupo político a que pertencem, por meio de um dêitico pessoal, um "nós correligionário", isto é, "um nós político (Blas Arroyo, 2011; Zoppi-Fontana, 2016) com vistas a fortalecer sua imagem de grupo.

Observou-se, por outro lado, que a inclusão deliberada do candidato rival no mesmo âmbito de referência, promovendo sua aproximação, indicou propósitos eminentemente descorteses, na medida em que os debatedores apresentaram a intenção de ameaçar a imagem do adversário político, uma vez que todas as ocorrências desse fato discursivo apontaram para a produção de efeitos ameaçadores quando se procedeu à inserção do adversário político no mesmo âmbito de referência pessoal. Nesses casos, verificou-se que a inclusão do oponente mediante o uso de um nós inclusivo concretizou estratégias de descortesia verbal, tais como as comparações e o estabelecimento de contrastes desvantajosos em relação ao oponente, atos potencialmente ameaçadores à imagem dos interactantes (Blas Arroyo, 2011).

Já no que se refere ao emprego de um "nós exclusivo", pôde-se observar que seus efeitos foram nomeadamente descorteses, sugerindo a ocorrência de um "padrão discursivo" no *corpus* analisado, na medida em que esse dêitico pessoal foi utilizado para fomentar a exclusão e o afastamento tanto do adversário político como de seus correligionários, promovendo a ameaça à imagem individual e de grupo.

Outro fato discursivo observado consistiu na tentativa de construção da imagem de autonomia e da imagem de afiliação (imagem de grupo) de modo estratégico (Bravo, 2005). Nessa direção, verificou-se que, ao longo do embate eleitoral, ambos os debatedores recorreram à instauração de uma imagem de autonomia forte – muitas vezes, representada e enfatizada pelo pronome empregado na primeira pessoa no singular, um "eu" – a fim de reforçar uma imagem individual e independente, levando o locutor a assumir contornos próprios em relação ao grupo ou partidários (Bravo, 2005), com o propósito de autopromover-se no pleito eleitoral. Desse modo, observou-se o uso recorrente de estratégias de personalização (Blas Arroyo, 2011; Bolívar, 2013), assim como de autopromoção em detrimento do outro, concretizadas, ao longo dos três blocos, pela enfatização da autonomia de modo estratégico, engendrada pelo dêitico pessoal, tanto nas intervenções de Aécio Neves, como nas de Dilma Rousseff.

Verificou-se, ademais, relativamente ao uso do dêitico pessoal, que os presidenciáveis dispuseram de um "nós inclusivo" com valor estratégico de defesa, na

medida em que foi utilizado, no pleito eleitoral, com vistas a diluir ou dissolver a responsabilidade de um “eu” sobre os atos de ameaça efetuados, em um claro exemplo de “atividade de imagem” (Briz, 2013), em que o político apelou a uma “instância coletiva” para minimizar a força ilocucional dos atos de ameaça que efetuou. Nesses casos, verificamos que os candidatos recorreram a tais fórmulas de inclusão do eleitorado no âmbito de referência de um “nós” na realização de estratégias de desqualificação, nos casos em que se procedeu à acusação do adversário, na medida em que se compartilhou com uma “instância coletiva”, isto é, ao povo brasileiro ou aos eleitores, a responsabilidade pela ameaça ao oponente: nós (candidato e eleitores) não aceitamos mais tanta corrupção do oponente. Cumpre assinalar que essa estratégia foi observada, de modo efetivo, no discurso dos dois debatedores.

No tocante às formulas vocativas e às designações pelo nome ou ao papel desempenhado, observou-se que esses índices de alocação (Amossy, 2018) perfizeram enunciados eminentemente descorteses. As formas de interpelação utilizadas: o senhor, a senhora, o candidato, a candidata, candidato Aécio Neves, candidata Dilma Rousseff, indicaram que, nesse tipo de relação interacional, fórmulas de tratamento que, em outros contextos de interação, podem cumprir um papel formal ou mesmo cortês, com valor altruísta, reconfiguram-se, de modo estratégico, em interlocuções agonais (Marques, 2012; 2017). Nessa direção, observou-se que essas formas de interpelação configuram recursos linguísticos que perfizeram atos deveras ameaçadores, sobretudo, nos casos de acusações, ataques *ad hominem*, desqualificações, comparações, dentre outras estratégias descorteses realizadas por esse recurso linguístico.

No discurso de Aécio Neves, verificou-se que o uso de uma “não pessoa” (Benveniste), isto é, de uma manobra de reconfiguração do papel de Dilma na interação, relegada a uma terceira pessoa, perdendo, desse modo, seu estatuto de destinatária direta, produziu, também, efeitos descorteses, indicando o papel premente da utilização estratégica das formas de referenciação em interações trílogues, nas quais os papéis interacionais são flutuantes (Fávero e Aquino, 2002). A reconfiguração do quadro participativo e dos papéis de interlocução contribuíram, pois, para concretizar estratégias descorteses distintas, uma vez que promoveram a desqualificação, comparações e estabelecimento de contrastes desvantajosos, ameaças à imagem de grupo, bem como nos casos em que se procedeu à descortesia de fustigação e ao uso de estratégias de coalizão com o eleitorado, efetuadas, no entanto, em detrimento do debatedor rival.

Para melhor exemplificarmos esses resultados, dispomos da organização da seguinte tabela:

Tabela 1. Manipulação da ambiguidade referencial deliberada

Uso do pronome nós (inclusivo)	Efeitos corteses para o auditório.
Uso do pronome nós (inclusivo)	Efeitos descorteses para o adversário.
Uso de pronome nós (inclusivo)	Efeitos corteses/ aproximação com o grupo.
Uso do pronome nós (exclusivo)	Efeitos descorteses para o adversário.
Uso do pronome em primeira pessoa	Fortalecimento da imagem de autonomia.
Uso de formas de interpelação (vocês)	Efeitos descorteses de refratariedade ou de autonomia exacerbada: polarização.
Uso de formas de interpelação (o senhor, a senhora/ vocativos)	Efeitos descorteses/ uso de estratégias de desqualificação, acusações, ataques <i>ad hominem</i> , dentre outros.
Uso de terceira pessoa/ não pessoa	Efeitos descorteses/ afastamento e exclusão.

Dentre as estratégias descorteses utilizadas, o estudo do *corpus* apontou o emprego recorrente de outros procedimentos discursivos, empreendidos pelos dois políticos, tais como: o apelo a estratégias em que se recorre a narrativas, estratégias de personalização, autopromoção em detrimento do outro, estratégias de desqualificação, o apelo a um léxico axiológico e depreciativo ou mesmo específico a um âmbito profissional, o uso de estratégias de intertextualização, estratégias que consistem em associar o oponente a fatos negativos (Blas Arroyo, 2011); estratégias de impessoalização (Silva, 2013); atos de descortesia por afiliação ou refratariedade exacerbada (Kaul de Marlangeon, 2003; 2005), atos de falsa cortesia (*mock politeness*) (Culpeper, 1996; 2011), atos de atenuação sem valor altruísta (Briz, 2013), além de estratégias de cortesia produtiva ou valorizadora (Kerbrat-Orechionni, 2006).

Não obstante, algumas estratégias mostraram-se mais recorrentes em determinadas partes do debate, no caso, os trechos em que se apresentam as considerações iniciais e finais, assim como as partes centrais do embate eleitoral. Nos turnos menos marcados pelo dissenso, foram observadas, sobremaneira, estratégias de autopromoção, tentativas de estabelecimento de coalizão, estratégias de personalização (com vistas à construção de uma imagem forte), assim como atos de cortesia positiva (FFAs), que perfizeram, sobretudo, os turnos de abertura e de fechamento de ambos os debatedores.

Já na parte central do debate eleitoral, constatou-se uma intensificação significativa da descortesia, com o uso de ataques *ad hominem*, estratégias de desqualificação mediante acusações e apelo ao *ethos* prévio e a provas extrínsecas para produzir efeitos descorteses, assim como estratégias de descortesia de fustigação,

realizada pela afiliação exacerbada ao grupo ou pela refratariedade exacerbada em relação aos correligionários do candidato oponente, a partir das quais se ameaçou, sobretudo, a imagem de grupo, sinalizando intensa polarização e dicotomia no pleito eleitoral (Amossy, 2018; Marques, 2013, 2017; Blas Arroyo, 2011).

Nessa direção, pode-se afirmar que a recorrência dessas estratégias nas intervenções dos presidenciáveis sugere ter havido uma intensificação da descortesia nos segundo e terceiro blocos, fato que corrobora a afirmação de que a descortesia pode configurar um “continuum” (Breñes Peña e Fuentes Rodriguez, 2013) , conforme assinalamos neste estudo, intensificando-se, sobremaneira, nos trechos centrais dos embates políticos eleitorais, conforme assinala Blas Arroyo (2011).

No tocante ao discurso de cada debatedor, há que se ressaltar comportamentos verbais distintos. Conforme aponta a análise do *corpus*, o discurso de Dilma Rousseff mostrou-se, em alguns momentos do evento interacional, deveras agressivo, sobretudo no início do segundo bloco do debate, com acusações, ataques *ad hominem*, apelo ao *ethos*-prévio, uso de provas extrínsecas, além de atos de ironia, na medida em que a candidata procedeu ao uso de uma fala “didática”, em determinadas etapas do pleito eleitoral, pela qual ameaçou a autoimagem de seu adversário, deslegitimando-o. Além disso, pôde-se observar que a candidata atacou a imagem de grupo de Aécio Neves, interpelando os correligionários do oponente, repetidamente, pela forma de tratamento “vocês”, à qual se opôs mediante o emprego de um “nós”, pelo qual representou seu governo, excluindo o candidato de sua esfera de referência pessoal. Não obstante, observou-se que a candidata buscou apresentar uma imagem de autonomia forte pelo uso de estratégias de personalização, além de ter tecido elogios e atos de cortesia positiva (FFAs), destinados aos seus correligionários, representados pelo seu governo, defendendo sua imagem de grupo diante dos ataques do oponente.

A análise do *corpus* indicou, ainda, que Dilma Rousseff pautou seu discurso, sobretudo, na tentativa de enaltecer os feitos de sua gestão, apresentando programas e ações políticas tomadas por seu grupo político, além de diversas tentativas de engendrar o *ethos* de solidariedade e humanidade, assim como o *ethos* de força e justiça (fato usado pelo oponente para atacar Dilma, acusada de colocar-se acima das instituições de estado, ao assegurar que investiga e pune sozinha). Ao fazer menção a questões como a fome, a igualdade, o direito à educação e a oposição à miséria, verificou-se que Dilma Rousseff fez uso de uma *doxa* compartilhada pelo auditório, isto é, um *interdiscurso* de equidade e de oposição a gestões elitistas (Amossy, 2018), conforme apontou seu discurso.

Observou-se, além disso, o emprego de estratégias de coloquialismo, com vistas a estabelecer aproximação com o auditório pelo uso de formulações linguísticas mais próximas do eleitor.

Outro aspecto verificado nas intervenções da presidenciável reside no fato de a candidata recorrer ao *pathos* do auditório e a elementos doxásticos (Amossy, 2018), na medida em que procedeu à abordagem de tópicos relacionados à fome, à necessidade de inclusão social, de uma educação igualitária, e do combate à desigualdade. Nessa direção, seu discurso orientou-se para a apresentação de uma imagem credível mediante atos de cortesia produtiva (FFAs), de autopromoção e de personalização, assim, como de tentativas de coalizão com o auditório, a partir do emprego de um “nós correligionário”, na busca de estabelecer um “coletivo de identificação” com o eleitor (Verón, 1992), isto é, do apelo a um “sentimento de comunidade coletiva” (Blas Arroyo, 2011). A tentativa de construção de uma imagem de colaboração com o eleitor em potencial, engendrada pelo emprego de formas de referência coletiva, bem como pelo apelo ao *pathos* indica que a candidata à reeleição fez uso de uma “retórica da efusividade”, conforme assinala Blas Arroyo (2011), com vistas à adesão do auditório pelas emoções que lhes podem ser suscitadas.

No caso das estratégias de intertextualização (que consiste em retomar a fala do outro, mediante sua citação e reconfiguração), dos atos de falsa cortesia (mock politeness) e das estratégias de impessoalização, pudemos observar que os debatedores que fizeram seu uso buscaram, sobretudo, salvaguardar sua autoimagem de possíveis sanções ao realizar ataques em demasiado, configurando exemplos de um comportamento politicamente correto (Blas Arroyo, 2011).

Nessa direção, verificou-se que o uso de estratégias de impessoalização, que consistem em atribuir a responsabilidade de um ato a outrem, se deu com claros propósitos egocêntricos (Briz, 2013), uma vez que seu emprego se justificou, no pleito eleitoral sob análise, sobretudo, pela intenção de terceirizar e delegar a terceiros o encargo pelos ataques. Acerca dessa estratégia, cumpre assinalar que tais estratégias se concretizaram nas intervenções analisadas mediante o uso de um recurso de natureza retórica, deveras empregado, também, para validar os atos de ameaça, dando-lhes suporte: os argumentos de autoridade (argumentos pelo prestígio), na medida em que ambos os candidatos recorreram a esse procedimento para atribuir a pessoas ou a instituições idôneas e de prestígio a responsabilidade sobre as acusações efetuadas.

Quanto ao discurso de Aécio Neves, a análise do *corpus* evidenciou a ocorrência de algumas estratégias de descortesia não observadas, no entanto, nas intervenções realizadas pela candidata adversária, Dilma Rousseff. Trata-se de atos de intertextualização, empreendidos por meio da citação do discurso da debatedora oponente com claros propósitos descorteses, além de estratégias que consistem no emprego de um léxico pertencente ao âmbito da economia, com propósitos de erigir a imagem de um político competente e repertoriado.

Ainda no que se refere ao uso estratégico das escolhas lexicais referentes a um determinado campo semântico (Aquino, 2003), verificou-se que Aécio Neves recorreu, ademais, ao emprego de um léxico axiológico, marcadamente negativo, como estratégia de descortesia, por meio do qual o candidato desqualificou sua adversária, recorrendo a vocábulos como “mar de lama”, “organização criminosa”, “retrovisor do passado”, dentre outras considerações depreciativas.

Cabe assinalar, ademais, no que concerne ao emprego agressivo do trabalho de face empreendido pelo candidato, o uso recorrente de esquemas argumentativos que remetem a formas de pensamento lógicos, tais como o raciocínio entinêmico, fundamentando seu discurso, sobremaneira, na razão. Trata-se do uso de paralogismos, como a falsa dicotomia, estratégias de alusão, apelo aos lugares da quantidade, argumentos que consistem na inclusão da parte no todo e argumentos pragmáticos, assim como argumentos quase-lógicos de comparação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005 [1958]). Além disso, verificamos o emprego significativo da ironia e de um riso de exclusão, de modo a deslegitimar a adversária diante do auditório, em diversas tentativas de atrelar sua imagem ao ridículo (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005 [1958]).

Conquanto tenha sido observado o uso de questões complexas, a apresentação de perguntas retóricas, de dados estatísticos e argumentos de autoridade, também, no discurso de Dilma Rousseff, fica evidente que tais recursos, de natureza argumentativa, permearam, sobretudo, as intervenções do candidato Aécio Neves, o qual fez uso de longas sequências de perguntas retóricas e questões complexas na forma de ataques, além do apelo frequente a informações de órgãos ou instituições do governo e a dados percentuais. Assim, pôde-se observar que o emprego recorrente de recursos de natureza argumentativa, utilizados na realização de estratégias descorteses diversas, apontou um tipo de discurso marcado pelo apelo à razão, isto é, ao *logos*. No que se refere ao apelo ao *pathos* pelo candidato, pôde-se observar o uso de vocativos e formas de interpelação pelas

quais se convocou o auditório a deliberar acerca das acusações de corrupção destinadas à imagem de grupo de Dilma Rousseff, atacada, sobremaneira pelo oponente.

Além disso, notou-se que Aécio Neves vinculou, estrategicamente, a imagem de Dilma Rousseff, repetidamente, a de seus correligionários, isto é, aos membros de seu partido político, o PT. Em decorrência disso, verificou-se a tentativa de atribuir à candidata oponente a responsabilidade pelos casos de corrupção de seus partidários, com vistas a atacar sua imagem de grupo (Bravo, 2005) – mediante estratégias de refratariedade exacerbada ao grupo – assim como seu *ethos* de credibilidade e de honestidade (Amossy, 2018).

Outro aspecto relativo ao *pathos*, que permeou as intervenções de Aécio Neves, reside no uso de argumentos *ad baculum* (Amossy, 2018), a partir dos quais o candidato intentou fomentar, sobremaneira, um sentimento de medo e de insegurança no eleitorado, devido ao possível perigo representado pela permanência de sua oponente no governo e de seus correligionários políticos. Nas partes centrais do debate, notou-se que Aécio Neves atrelou a imagem de Dilma Rousseff a de um político totalitário, refutando as tentativas da candidata de estabelecer o *ethos* do político que faz justiça, investigando e punindo a qualquer custo. Aécio Neves rechaça a imagem de autonomia forte, apresentada pela candidata, que faz uso de estratégias de personalização (Blas Arroyo, 2011; Marques, 2017; Bolívar, 2013), pelas quais recorre ao uso de uma primeira pessoa. Nesse sentido, observou-se que Aécio Neves recorreu ao *pathos*, mais precisamente, a um argumento *ad baculum* (Amossy, 2018), na realização de estratégias descorteses de desqualificação de sua oponente, acusada constantemente de sobrepor-se às instituições.

Ao término do terceiro bloco, pôde-se notar, como também em seu turno final, pelo qual Aécio Neves expõe suas considerações conclusivas, um apelo intenso ao *pathos* do auditório pelo medo, emoção que o candidato pretende suscitar no auditório, na medida em que intenta fomentar, além disso, a ideia de uma possível “desintegração da nação” que seria efetivada por Dilma Rousseff e seus correligionários, acusados de corrupção.

Nessa direção, verificou-se que o presidenciável recorreu a estratégias de descortesia por refratariedade exacerbada ao grupo, Dilma e seus partidários, com vistas a atacar a imagem de grupo de sua oponente. Nesse contexto, pôde-se observar a tentativa de construção do *ethos* de “salvador da nação” pelo candidato Aécio Neves, na medida em que o presidenciável utilizou o argumento *ad baculum*, isto é, o apelo ao medo (Amossy, 2018), como recurso de argumentativo para deslegitimar a autoimagem pública de sua oponente, apresentando-se, em contrapartida, como o porta-voz de uma nação que

intenta libertá-la dos possíveis perigos oferecidos pela atual presidente e os riscos decorrentes da possibilidade de sua reeleição, conforme reafirma, continuamente, o debatedor.

Ademais, observou-se o fato de Aécio Neves vincular a imagem de Dilma a fatos negativos, recorrendo ao uso de um argumento pelo modelo, isto é, pelo antimodelo (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958], na medida em que compara sua adversária a Fernando Collor de Mello, presidente que sofrera um impedimento no Brasil, fato que remete, também, aos possíveis perigos representados pela adversária, evidenciando, novamente, o forte apelo ao *pathos* pelo uso do argumento *ad baculum* (Amossy, 2018). Nota-se que as acusações de mentir (Silva, 2013) também perfizeram boa parte do discurso de Aécio Neves, voltado, sobretudo, para o ataque e a deslegitimação da imagem de grupo da candidata, acusada pelo candidato de ser responsável pelo desvio de dinheiro e corrupção atribuídos aos seus correligionários políticos. Quanto aos atos de atenuação, verificou-se, na interlocução analisada, a utilização, por ambos os candidatos, de atos mitigadores sem valor altruísta, cuja função se apresentou de forma estratégica por meio de elementos linguísticos modalizadores e de um comportamento politicamente correto (Blas Arroyo, 2011), com finalidades efetivamente autocêntricas (Briz, 2013), no sentido de suavizar a força ou a intensidade de atos ameaçadores com o propósito de salvaguardar a própria imagem do orador de possíveis sanções.

Já no que se refere aos atos de falsa cortesia (*mock politeness*) (Culpeper, 1996; 2011), pôde-se observar sua ocorrência nos discursos dos dois candidatos, apresentando-se, de forma mais exacerbada, nos turnos formulados pelo candidato Aécio Neves, cujo discurso foi permeado por atos diversos de ironia. Notamos que tal fato discursivo cumpriu a função de suavizar as acusações dos interlocutores, na medida em que esses atos configuraram ataques indiretos, atenuando a força ilocutória de manifestações descorteses empreendidas na interação. Não obstante, em alguns momentos do debate, a falsa cortesia (*mock politeness*) colaborou para intensificar atos ameaçadores, na medida em que assumiu contornos irônicos, fato que desencadeou, inclusive, a reação da platéia – que se manifestou por meio de risos e vaias – aprofundando a ameaça à imagem dos interlocutores e, consecutivamente, o dissenso.

Diante do exposto, consideramos relevante expor aspectos prevalentes no tocante ao discurso político eleitoral analisado. Para um exame mais minucioso dos percursos discursivos verificados no *corpus* investigado, consideramos elencar as estratégias descorteses empreendidas pelos debatedores, bem como os recursos argumentativos e

procedimentos linguístico-discursivos de que se fez uso, isto é, de aspectos pertinentes relacionados ao comportamento verbal agressivo e dos possíveis desdobramentos do tipo de descortesia observada no contrato de interlocução estudado²⁸⁰.

Tabela 2. Estratégias de (de)cortesia

Estratégias de (des)cortesia	Dilma Rousseff	Aécio Neves
Estratégias de autopromoção em detrimento do outro	X	X
Estratégias de desqualificação	X	X
Estratégias de personalização	X	X
Estratégias de impessoalização da crítica	X	X
Estratégias de apelo a léxico axiológico		X
Estratégia de intertextualização		X
Estratégia de falsa cortesia (mock politeness)	X	X
Estratégia de manipulação do âmbito referencial	X	X
Estratégia de coalizão ou aliança (auditório)	X	X
Promover refratariedade exacerbada	X	X
Promover afiliação exacerbada	X	X
Estratégia de cortesia produtiva/ cortesia estratégica e atos de atenuação sem valor altruísta)	X	X
Estratégia de apelo a narrativas	X	X

Tabela 3. Recursos de natureza retórica

Emprego de perguntas retóricas	X	X
Argumento de comparação	X	X
Argumento de contradição		X
Argumento de autoridade	X	X
Argumento baseado na relação das partes com o todo		X
Lugar da quantidade / qualidade	X	X
Figura de presença: repetição	X	X
Argumento baseado no (antimodelo)		X
Argumento baseado na justiça	X	

²⁸⁰ Consideramos assinalar com um X as ocorrências de estratégias e de recursos argumentativos nos turnos dos candidatos.

Uso de questões complexas	X	X
Emprego de alusão		X
Argumento <i>ad hominem</i>	X	X
Argumento <i>ad baculum</i>		X
Raciocínio entinêmico		X
Uso de falsa dicotomia		X
Apelo ao <i>pathos</i> e à <i>doxa</i>	X	X
Construção de um <i>ethos</i> credível	X	X

Neste estudo, considerou-se a investigação de um tipo de *descortesia institucional* (Blas Arroyo, 2011; Culpeper, 1996; 2011), partindo de uma análise das estratégias descorteses, bem como dos recursos linguísticos, interacionais e de natureza retórica, utilizados em sua materialização (Blas Arroyo, 2011), em um tipo de situação de interlocução concreta, de “visada argumentativa” (Amossy, 2018), o debate político-eleitoral, marcadamente agonal (Marques, 2012; 2017), regido pela polêmica, a partir da qual se visa a convencer um participante “não ratificado” (Goffman, 1967), do qual depende todo o trabalho de persuasão e o emprego agressivo do *trabalho de face* (Goffman, 1967).

O estudo evidenciou que, em determinados contextos específicos de interlocução, a descortesia e a polêmica podem engendrar efeitos de persuasão, levando-se em consideração o convencimento de um tipo de interlocutor que não participa fisicamente do evento comunicativo: o eleitor em potencial, do qual se visa obter a adesão. Nesses contextos interacionais, prevalece a função argumentativa ou retórica da descortesia (Breñes Peña e Fuentes Rodriguez, 2013; Culpeper, 2011; Infante, J. M. e Flores, 2012).

Esse fato sugere que a descortesia se afigura, de fato, como um fenômeno social discursivo premente, sendo necessário considerar, pois, o seu estudo, à luz de teorias acerca da interação em uma interface com as teorias da argumentação, em determinados contextos de interlocução. O estudo da descortesia faz-se pertinente, na medida em que se pode observar, em sociedades distintas, o crescente incremento de uma “cultura da crítica” e de uma vertiginosa “espetacularização do conflito” (Blas Arroyo, 2011), com propósitos de obter-se a adesão do auditório, fato que corrobora a afirmação de que, no embate eleitoral, um tipo de debate *não cooperativo* (Blas Arroyo, 2011), os atos de ameaça podem, com efeito, cumprir funções de persuasão, que se agrega ao objetivo de rechaçar a imagem do outro. Nesse caso, a persuasão reside na tentativa de cooptar os

eleitores em potencial a atribuir aos debatedores rivais a condição de “vencedor ou de vencido” (Blas Arroyo, 2011).

Urge, assim, considerar que os estudos acerca da descortesia são, evidentemente, necessários para uma análise mais aprofundada de tipos específicos de interações agonais, levando-se em conta que tal fenômeno apresenta uma dinâmica própria e singular, não se configurando, meramente, como o desvio das normas corteses, relacionadas à preservação de relações harmônicas entre os interlocutores, mas sim em uma importante ferramenta para um melhor entendimento de qual papel pode ser desempenhado pelo comportamento verbal agressivo, bem como de seus possíveis desdobramentos na sociedade atual.

Diante do exposto, reforçamos nosso objetivo de poder contribuir, por meio desta pesquisa, para os estudos interacionais e argumentativos, sobretudo, em se tratando de interações marcadas pelo dissenso.

Referências bibliográficas

- AQUINO, Zilda G. de O. **Conversação e conflito**: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. _____ & FÁVERO, Leonor, L. A dinâmica das interações verbais: o trílogo. In: PRETI, Dino (Org.) **A interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.
- _____. O léxico no discurso político. In: PRETI, Dino (Org.). **Léxico na língua oral e escrita**. São Paulo: Humanitas, 2003, p. 195-210
- AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. Tradução. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. O lugar da argumentação na análise do discurso. In: _____. Ruth., & Zavaglia, A. **O lugar da argumentação na Análise do discurso**: abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia E Linguística Portuguesa*, (9), 2007, p. 121-146
- _____. **É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios**. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016.
- _____. **Apologia da polêmica**. Trad. Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto. São Paulo: Contexto, 2017.
- _____. **A Argumentação no Discurso**. Tradução Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.
- ANGENOT, Marc. **Novas proposições para o estudo da argumentação na vida social**. Tradução de Maria Helena Cruz Pistori. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.3, 2012, p. 142-155
- _____. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. São Carlos: Edufscar, 2015.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L'Argumentation dans la langue**. Liège: Mardaga, 1988.
- ALCAIDE LARA, Esperança. R. La descortesía (también) “vende”: acercamiento al estudio de estrategias descorteses en el discurso publicitario. In: ORLETTI, Franca; MARIOTTINI, Laura. (eds.) **(Des)cortesía en español. Espacios teóricos y metodológicos para estudio**. Roma/Estocolmo: Università degli Studi Roma Ter – EDICE, 2010, p. 221-224
- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1979.
- ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. São Paulo: Parábola, 2006.
- BENTES, Ana Cristina, e LEITE, Marli. Quadros. (Orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- BLAS-ARROYO, José Luis. “No digas choradas...”. **La descortesía en el debate político cara a cara**. Una aproximación variacionista. *Oralia*, n. 4, 2001, p. 9-45
- _____. La descortesía en contextos de telerrealidad mediática. Análisis de un corpus español. In: ORLETTI, Franca; MARIOTTINI, Laura. **(Des)cortesía en español. Espacios teóricos y metodológicos para estudio**. Roma/Estocolmo: Università degli Studi Roma Ter – EDICE, 2010, p. 183-209
- _____. **Políticos en conflicto**: una aproximación pragmático-discursiva al debate cara a cara. Bern: Peter Lang, 2011.
- BOLÍVAR, Adriana. La descortesía como estrategia política en la democracia venezolana. In: BRAVO, Diana. (Org.). **Actas del Primer Coloquio del Programa EDICE**. Estocolmo: EDICE, 2003, p. 213-226

- _____. Los pronombres personales en la dinámica del discurso político. In: PARDO, G.Neyla, **Estudios del Discurso en América Latina. Homenaje a Anamaría Harvey**. Bogotá: Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso, ALED, 2013, p. 167-191
- _____. **Estudios de la (des)cortesía en español**. Buenos Aires: Dunken, 2005.
- _____. Descortesía y confrontación política: un análisis crítico. In: BRAVO, Diana (Org.). **Estudios de la (des)cortesía em español: categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos**. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2005.
- BRAVO, D.; BRIZ GÓMEZ, A. (Eds.). **Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español**. Barcelona: Ariel, 2004.
- _____. **Estudios de la descortesía em español: categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos**. Buenos Aires, Editora Dunken, 2005.
- _____. Situación de habla, recursos comunicativos y factores lingüísticos en la interpretación de objetivos de cortesía. In: BRIZ GÓMEZ, A. *et al.* (Eds.). **Cortesía y conversación: de lo escrito a lo oral**. Valencia/Estocolmo: Universidad de Valencia, Programa EDICE, 2008.
- _____. Actividades de cortesía, imagen social y contextos socioculturales: una introducción. In: BRAVO, Diana (Ed.). **La perspectiva no etnocentrista de la cortesía: identidade sociocultural de las comunidades hispanohablantes**. Actas del primer Coloquio del programa Edice. Estocolmo: Edice, p.98-108, 2010.
- BRENES PEÑA, Ester. **Descortesía verbal y tertulia televisiva**. Bern: Peter Lang, 2011.
- _____; FUENTES RODRIGUEZ, Catalina. “¿Que es la cortesía y la descortesía? In: **Comentarios de textos corteses y descorteses**. Madrid: Arco Libros, 2013.
- BRETON, Philippe.; GAUTHIER, Gilles. **História das teorias da argumentação**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001.
- BRIZ, Antonio. La estrategia atenuadora en la conversación cotidiana española. In: _____. **Cortesía y conversación: de lo escrito a lo oral**. Valência- Estocolmo, Universidad de Valencia, Programa EDICE. Publicación eletrônica em: www.edice.org, 2005.
- _____. **La cortesía al hablar español**. 2010. II Jornadas de Formación de Profesores de ELE en China. Suplementos SinoELE, 3ed, 2010.
- _____. La (no)atenuación y la (des)cortesía: lo lingüístico y lo social: son pareja? In: **Miradas Multidisciplinares a los fenómenos de cortesía y descortesía en el mundo hispánico**. 2012.
- _____. **A atenuação e os atenuadores: estratégias e táticas/ The attenuation and the attenuators: strategies and tactics**. Tradução de Luiz Antônio da Silva, Adriana Marcelle de Andrade, Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco. In: *Linha d'Água*, n.26 (2), 2013, p. 281-314
- BROWN, Penélope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness: some universals in language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. **Discurso das mídias**. Tradução: Ângela M. S. Corrêa. 2.ed., São Paulo: Contexto, 2015.
- _____. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. Tradução: Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHILTON, P.Y.C. SCHÄFFNER, Discurso e Polêmica. In: Van Dijk (Org.). **El discurso como interacción social. Estudios sobre el discurso II**. Una Introducción multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 2000, p. 297-329
- CITELLI, Antônio. **Linguagem e persuasão**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- COBOS, Carmen. In: FLORES, María Eugênia e INFANTE, José Maria B. **La perspectiva en el discurso: perspectivas interdisciplinárias: imagens, actos de habla y atenuación**. Monterrey Estocolmo: UANL_EDICE, 2014.

- CULPEPER, Jonathan. **Towards an anatomy of impoliteness**. Journal of Pragmatics 25 (3), 1996, p.349-367
- _____. **Impoliteness**: using language to cause offence. Londres: Cambridge University Press, 2011.
- CURCÓ, Carmén. Un comentário en torno a la noción de imagen. In: FLORES, María Eugênia e INFANTE, José Maria B. **La perspectiva en el discurso**: perspectivas interdisciplinárias: imagens, actos de habla y atenuación. Monterrey Estocolmo: UANL_EDICE, 2014, p.19-53
- DOURY, Marianne. Duel sur la cinq : dialogue or trilogue ? In: Catherine KERBRART_ORECCHIONI & Christian. PLATIN (Org.) **Le trilogue**. Lyon: Universidade de Lyon 2. 1995, p.224-49
- EELLEN, Gino. **A Critique of Politeness Theories**. Manchester: St. Jerome Publishing, 2001.
- ERLICH, Francis D. **La interacción polémica**: estudo de las estrategias de oposición en francês. Caracas: Universidade Central de Venezuela, Faculdade de Humanidades y Educación, Escuela de Idiomas Modernos, 1993.
- _____. La retórica argumentativa en el discurso político. Análisis de textos orales y escritos. In: Bolívar, Adriana. (Org.). **Análisis del discurso**. Por qué y para qué. Caracas: Los Libros de El Nacional y Universidad Central de Venezuela, 2007, p. 227-246.
- FÁVERO, Leonor. A cortesia nas interações cotidianas. In: PRETI, Dino (Org.). **Cortesia verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008.
- FERNANDES GARCÍA, Francisco. **La descortesía en el debate electoral cara a cara**. Sevilla: EUS. Editorial Universidade de Sevilla, 2017.
- FIORIN, Luíz. **Elementos de análise do discurso**. 15.ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. **Argumentação**, São Paulo: Contexto, 2016.
- FLORES, María Eugênia e INFANTE, José Maria B. (Des)cortesia, imagen y performance en el intercambio comunicativo de los diputados mexicanos. In: _____ (Orgs.). **La (des)cortesia en el discurso**: Perspectivas interdisciplinarias (imagen, actos de habla y atenuación) 1ª Ed. Monterrey-Estocolmo: UANL-EDICE, 2014, p. 53-85
- FUENTES RODRÍGUEZ, Catalina; BRENES PEÑA, Ester. **Comentarios de textos corteses y descorteses**. Madrid: Arco/ Libros, 2013.
- _____. Argumentación, (des)cortesia y género en el discurso parlamentario. Universidad de Sevilla, Espanha. In: **Tonos Digital: Revista de Estudios Filológicos**. n. 25, 2013.p. 1-18.
- _____. e ALCAÍDE LARA, Esperança. **(Des)cortesia, agressividade y violencia verbal em la sociedad actual**. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2008.
- GALEMBECK, Paulo de. Tarso. Polidez e preservação da face na fala de universitários. In: PRETI, Dino. (Org.) **Cortesia verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. Retórica e objetividade. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Ilhéus, n. 6, p. 171-184, jun. 2014.
- GRICE, Herbert P. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). **Fundamentos metodológicos da Linguística**. Campinas: Ed. Particula, vol IV, 1982 [1975], p.81-103
- GOFFMAN, Erving. **Interaction ritual**: essays in face-to-face behavior. New Brunswick, N.J: Aldine Transaction, 1967.
- _____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2005 [1959].
- _____. **Ritual de Interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Traduzido por Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- HAVERKATE, Henk. **La cortesia verbal**. Madrid: Gredos, 1994.
- HILGERT, Gaston. A qualificação discursiva no texto falado. In: PRETI, Dino (Org.) **Dino Preti e seus temas**: oralidade, literatura, mídia e ensino. São Paulo, Cortez, 2001.

- KAUL DE MARLANGEON, Sílvia. **La fuerza de cortesía-descortesía y sus estrategias en el discurso tanguero de la década del '20**. Tese de especialização. Universidad Nacional de Río Cuarto. Programa Edice.: 2003, p.8
- _____. Descortesía de fustigación por afiliación exacerbada o refractariedad. In: BRAVO, Diana. (Ed.). **Estudios de la (des)cortesía en español**. Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos. Buenos Aires: Dunken, 2005, p. 299-318
- _____. Delimitación de unidades extralingüísticas de análisis del discurso de (des)cortesía. **Signo y Seña**. Buenos Aires, n. 26, p. 7-21, dez. 2014.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise da conversação: princípios e métodos**. São Paulo: Parábola, 2006.
- KIENPOINTNER, M. Varieties of Rudeness. Types and Functions of Impolite Utterances, In: **Functions of Language** 4 (2), 251-287, 1997.
- _____. Cortesía, emociones y argumentación. In: *Cortesía y conversación: de lo escrito a lo oral*. Programa Edice. Departamento de Filología Española. Universitat de València, 2008. In: **La (Des)Cortesía en el Discurso: Perspectivas interdisciplinarias (imagen, actos de habla y atenuación)**
- LEECH, Geoffrey Neil. **Principles of pragmatics**. Londres: Longman, 1983.
- MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia e incorporação. Trad. Sírio Possenti. In: AMOSSY, R. (Org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. A propósito do *éthos*. Trad. Luciana Salazar Salgado. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar (Org.). **Éthos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 10-29.
- MARQUES, Maria Aldina. Debate, argumentação e organização enunciativa. In: **Comunicação e Sociedade (Comunicação estratégica)**, nº8, Universidade do Minho/Campo das Letras, 2012, p. 47-62
- _____. Debate eleitoral português: presidencialização e estratégias de atenuação linguística em situação de confronto político. In: **Linha d'Água**, v. 30, nº1, 2017, p. 9-33.
- MOSCA, Lineide, L.S (Org.). **Retóricas de Ontem e de Hoje**. 3.ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
- _____. O espaço tensivo da controvérsia: uma abordagem discursivo-argumentativa. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, nº.9, 2007, p. 293-310.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, [1958] 2005.
- PLANTIN, Christian. **A argumentação: história, teorias, perspectivas**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PRETI, Dino. (Org.). **Análise de textos orais**. 5.ed. São Paulo: Humanitas, 2001.
- _____. (Org.) **Cortesía verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008.
- REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROSA, João Guimarães. O espelho. In: **Primeiras estórias**. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 119-120
- SILVA, Luiz Antônio da. **Interação no discurso de sala de aula**. Tese de doutorado. 1997.
- _____. Cortesia e formas de tratamento. In: PRETI, Dino (Org.) **Cortesía verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008.
- _____. Descortesía e (des)construção da imagem pública. In: PRETI, Dino.; LEITE, Marli. Quadros. (Org.). **Comunicação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 93- 119.

- VION, Robert. **Le communicacion verbale**. Paris: Hachette, 1992.
- SPENCER-OATEY, H. **Culturally Speaking**: culture, communication and politeness theory. 2.ed. Continuum International Publishing Group, 2008.
- URBANO, Hudinilson. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 5.ed. São Paulo: Humanitas, 2001.
- ZIMMERMANN, Klaus. Construcción de la identidad y anticortesía verbal. Estudio de conversaciones entre jóvenes masculinos. In: BRAVO, Diana. (Org.). **Estudios de la (des)cortesía en español**. Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos. Buenos Aires: Dunken, 2005, p. 245-271.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica. **Cidadãos modernos**: Discurso e representação política. 2.ed.rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

ANEXO 1 – Normas para a transcrição (NURC)

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO*
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda...() nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entoação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÉM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... éh::: ...o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	eo Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	-- --	... a demanda de moeda - - vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	{ ligando as linhas	A. na { casa da sua irmã B. sexta-feira? A. fizeram { lá... B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...

Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	" "	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... "O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREIra entre nós"...

* Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP No. 338 EF e 331 D².

Observações:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.)
2. Fáticos: *ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por *está: tá?* você *está* brava?)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o *cadenciamento da frase*.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh:::...* (*alongamento e pausa*).
8. Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*, conforme referido na *Introdução*.

ANEXO 2

TRANSCRIÇÃO DO CORPUS – DEBATE POLÍTICO-ELEITORAL

PRIMEIRO BLOCO DO DEBATE

- Mediador:** Boa noite...são...seis horas e seis minutos e está começando agora pelo SBT o debate...os candidatos a presidente da república o segundo turno...a candidata Dilma Rousseff do PT candidato à reeleição e o candidato Aécio Neves do PSDB...Esse encontro histórico entre os candidatos...tecnicamente empatados segundo as pesquisas de intenção
- 5 de voto...Também é realizado pelos portais UOL e pela rádio Jovem Pam e ao lado do SBT dão...dessa forma a sua contribuição para o fortalecimento da democracia brasileira e fortalecimento da democracia brasileira e para que o eleitor também faça...a sua escolha...você pode participar pela página do SBT na internet...o debate terá duração de uma hora e será dividido em três blocos. Sejam bem vindos senhores candidatos...Neste
- 10 bloco nós teremos quatro rodadas com pressuposto... réplicas e tréplicas...os candidatos...neste bloco nós teremos quatro rodadas com perguntas... réplicas e tréplicas...os candidatos farão perguntas entre si com temas livres...cada candidato terá um minuto para a pergunta...dois minutos para a resposta...um minuto para a réplica e um

minuto para a réplica e um minuto para a tréplica...Antes de nós iniciarmos a rodada cada
 15 candidato terá agora um minuto e meio para responder a seguinte pergunta...por que...
 quer ser o presidente da república ou a senhora o sorteio realizado previamente o primeiro
 a falar é candidato Aécio Neves...

Pergunta de Aécio Neves- boa tarde...a você Nascimento... agradeço ao SBT por essa
 oportunidade...cumprimento a candidata e me dirijo aos telespectadores pra dizer... em
 20 primeiro lugar que sou candidato à presidência da república para encerrar um ciclo de
 governo que fracassou...fracassou na condução da economia...que vai nos deixar como
 legado...uma inflação saída de controle...crescimento baixo e uma perda crescente da
 credibilidade do país...o que impacta fortemente fortemente((repetição))nos
 investimentos e claro na geração de empregos...sou candidato à presidência da república
 25 porque o governo fracassou na gestão do estado nacional porque o Brasil se transformou
 num grande cemitério de obras inacabadas com sobrepreços e com denúncias a todo
 momento de irregularidades na sua condução... eu quero ser candidato a presidência da
 república porque os indicadores sociais...pioraram nesses últimos anos...a saúde piorou...a
 educação piorou...e a criminalidade aumentou eu quero ser candidato eu sou candidato e
 30 quero ser presidente da república porque construí... ao longo dos últimos anos projeto pro
 Brasil...um projeto que não é de um partido político...um projeto generoso...um projeto
 de união de integração nacional... um projeto que vai combater a inflação com extrema
 firmeza e determinação que vai resgatar a confiança para que os investimentos voltem a
 gerar emprego no Brasil...que vai cuida eh:: da educação do seu filho... eu quero ser
 35 presidente...para conduzir pessoalmente uma política nacional de segurança pública...o
 ciclo de governo que aí que...que aí...está não tem mais... condições...de governar o Brasil

Réplica de Dilma Rousseff: boa noite Carlos Nascimento...boa noite candidato...boa
 noite a todos vocês que nos acompanham...eu...agradeço...essa oportunidade ao SBT pra
 mim poder apresentar as minhas propostas...eu...sou...defensora de um modelo diferente
 40 para o Brasil do que governou antes...até...dois mil e doze...um Brasil que emprega ao
 contrário de um Brasil que desemprega...um Brasil que cria oportunidades iguais para
 todos contra um Brasil da exclusão e um Brasil da desigualdade...um Brasil...que vai
 governar pra todos...contra um Brasil que não foi governado pra todos...eu faço parte de
 um projeto... que resgatou...trinta e seis milhões de brasileiros da pobreza...tirou-os do
 45 mapa da fome e elevou quarenta e dois milhões as classes médias...faço parte de um
 projeto...que quer eh::... construir as bases para um Brasil moderno mais inclusivo mais
 produtivo e /e mais competitivo...onde a educação estará no centro de tudo...faço parte de

um projeto que não vê...a não ser na justiça social...as condições para a união nacional...um projeto...que quer levar avante...segurança saúde transporte de
 50 qualidade...eu peço o voto de vocês...e peço que vocês nos acompanhem para entender as nossas propostas...

Mediador: muito obrigada...damos início então agora às perguntas entre os candidatos com temas livres...suprimido ((confuso)) a fazer perguntas é o candidato Aécio Neves...candidato...o senhor tem um minuto pra fazer sua pergunta...

55 **Pergunta de Aécio Neves:** candidata...pelo visto...a senhora quer fazer agora nos próximos quatro anos tudo aquilo que não fez nos últimos quatro anos... a senhora será...a primeira candidata da república a deixar o governo com uma inflação maior do que aquela que recebeu...mas novamente volto a falar da Petrobrás...porque já virou quase uma rotina nos nossos debates...a cada debate...uma nova denúncia...e a denúncia de hoje nos jornais
 60 diz respeito à Coperge no Rio de Janeiro...segundo o Tribunal de Contas da União...foram encontradas irregularidades no valor de dezoito bilhões de reais ((pausadamente)) não bastou Passademo ((incompreendido)) com o prejuízo de cerca de doze milhões de reais aos brasileiros...não bastou Brasil e Lima alçada em quatro milhões...já se gastou mais de trinta e há denúncia de super faturamento para pagar propina à sua base aliada...agora...a
 65 senhora sempre diz que não sabe de nada e não tem a menor responsabilidade sobre isso...eu pergunto à senhora candidata...de quem é a responsabilidade depor tantos desvios de dinheiro público na Petrobrás...

Réplica de Dilma Rousseff: candidato...Aécio Neves...eu gostaria de dizer que em relação...a...tudo o que está acontecendo na Petrobrás...quem investigou...a Polícia
 70 Federal que foi levada a investigar e que ao contrário do passado ...não era dirigido...por...filiados...do PSDB...como foi o caso da Polícia Federal...no governo tucano...a Polícia Federal investigou e vai investigar...implacavelmente porque construir provas...passou pelo ministério público e agora...candidato...e justiça vai julgar...e isso significará que o Brasil...pela primeira vez...vai ter...de fato o combate sistemático à
 75 corrupção porque candidato...no:...debate passado eu lhe perguntei...onde estão os corruptos...onde estão os corruptos da reelei//da compra dos votos da reeleição...todos soltos...onde estão os corruptos do metrô...de São Paulo e... dos trens...todos soltos...onde estão os corruptos...do processo...SIVAN todos soltos onde estão os...os...corruptos da privatária tucana...aquela do aquela do limite...da responsabilidade...todos soltos...então
 80 quero dizer pro senhor eu...tenho um compromisso diferente...o meu compromisso é investigar e punir...aqueles governos que não investigam...não acham candidato assim

como agora...quando a gente pergunta onde está...e qual foi a quantidade de recursos passados para...as três...rádios...e um jornal mineiro que...o senhor detém em Minas Gerais não há transparência...não há informação...esse candidato...é essa a diferença entre
85 nós...eu investigo...eu investigo...e construo as provas para punir...

Tréplica de Aécio Neves: candidata...eu acredito e confio nas nossas instituições...todos esses casos aos quais a senhora se refer...foram investigados...se as pessoas estão soltas é porque não foi...não foram/não foram ((gagueja)) condenadas...portanto...as provas não existiram...mas não vou olhar pro passado...vamos olhar pro presente e pro futuro eu digo
90 à senhora onde estão os corruptos do seu partido...PRESOS ((enfaticamente)) candidata...o presidente do SEU partido foi preso ((enumerando com os dedos)) o tesoureiro do SEU partido foi PREso o ministro mais importante do seu governo FO-I PRE-SO...mas eu quero que a senhora responda à minha pergunta de agora de quem é a responsabilidade sobre esses desvios de recursos da Petrobrás que não cessam nunca eu não estou repetindo
95 as outras perguntas...eu estou falando candidata das denúncias de HOJE...de agora...não é possível que a senhora não se sinta responsável por isso...não existe candidata me perdoe...uma terceira alternativa só existem duas...ou a senhora foi conivente...ou a senhora foi incompetente...para cuidar da maior empresa pública brasileira...

Tréplica de Dilma Rousseff: candidato...é estarrecedor que o senhor acha...ache aliás
100 que...esse/essas pessoas não foram condenadas em nenhum desses processos que eu falei elas num foram elas não foram porque eram inocentes aliás não foram condenadas porque são inocentes...não candidato...não foram investigadas...é diferente...vocês têm uma praxe...vocês engavetam...escondem debaixo do tapete...vocês chegaram a transferir ao caso da pasta rosa um delegado de uma determinada...de um determinado lugar para
105 outro...o que eu quero dizer ao senhor é o seguinte...eu candidato...sou responsável por punir é ESTA a minha responsabilidade de uma responsabilidade de estado...investigar com a Polícia Federal...denunciar o ministério público federal...denunciar o ministério público e...punir com o judiciário caso contrário... candidato...eu estaria numa situação que...não é correto...é achando que eu estou acima do governo não eu...eu/eu...eu
110 represento o governo

]]

Mediador: obrigado

Pergunta de Dilma Rousseff: pois não...Nascimento... candidato...eu tenho como prioridade...prioridade...no meu governo...a educação e nós estamos em épocas do
115 Enem...oito e nove vai ser o Enem que é...o maior concurso de:...unificado que o Brasil

possui através /por meio do Enem nós vamos ter... acesso não só...a cinco mil cursos nas universidades federais...vamos ter acesso ao Prouni ((incompreendido))...vamos ter acesso ao Fies...vamos ter acesso ao Ciência sem Fronteiras...vocês foram contra...é claro...ao Prouni foi/foram contra...também...às...às escolas técnicas federais...mais...eu gostaria muito de saber por que vocês...sempre...torceram contra esse que é um dos programas mais importantes hoje porque garante acesso democrático...na minha época a gente...tinha de viajar de avião pra fazer...pra fazer vestibular...hoje não precisa...entra na internet e faz o concurso...

Réplica de Aécio Neves: candidata...antes de responder à sua pergunta...eu vou deixar aqui uma indagação no ar...se a senhora acha que houve tantos crimes cometidos no governo do PSDB a senhora lista aqui vários deles vocês governaram o Brasil por DOZE anos candidata...por que que a senhora não investigou...por que que a senhora não fez novas denúncias...porque não existiu o que investigar ou então a senhora prevaricou...se a senhora está dizendo aqui...agora no momento da reeleição que foram cometidos crimes que não foram investigados...a sua responsabilidade era denunciá-los para que o Ministério Público que não pertence ao seu governo...ou a polícia federal...que não pertence ao seu governo...são instituições de estado...fizessem a investigação... e não coloque palavras na minha boca nem do meu partido...quem foi contra escolas técnicas...candidata...o Prona/Pronatec é uma inspiração do PEPE pergunte lá aos técnicos do ministério da educação...programa de ensino profissionalizante que foi ampliado...nós temos que reconhecer que precisa melhorar...MUITO...foi inspirado no/nas Etecs aqui de São Paulo...aproveito pra cumprimentar o governador Geraldo Alckmin que aqui me acompanha pela extraordinária...eh:...vitória...as boas propostas têm que avançar...o prouni candidata... foi uma inspiração até até porque sua primeira experiência foi lá...foi em Goiás...no governo do PSDB...que ampliasse a oportunidade de vaga para outras universidades o PT tem uma mania candidata...enfim...que simplesmente alguém é dono dos programas...ninguém é dono desse Brasil...vamos falar aqui pro telespectador pra telespectadora as boas coisas têm que continuar o que nós precisamos é qualificar ((olhando para a câmera)) a gestão pública...colocar gente Séria...gente honrada...pra que os resultados atinjam as pessoas...eu quero sim fazer a nova escola brasileira...a senhora fala em flexibilizar o currículo do ensino médio...depois de doze anos de governo por que que não fez isso antes...isso é necessário...fico feliz inclusive que a senhora concorde conosco...eu vou fundar a nova escola brasileira...uma

escola que ensine...que prepare o aluno e o jovem para os desafios da vida que certamente
150 estão por vir...

Réplica de Dilma Rousseff: candidato...é interessante o senhor fazer a pergunta por que
que não fizeram antes...se o senhor gosta tanto dos nossos programas...sociais...por que o
senhor não os fez antes quando podia...por que era governo...porque o senhor estava sim
nas escolas técnicas federais...o senhor era líder quando foi aprovado...então...candidato
155 num dá...pro senhor não...assumir a responsabilidade também pelos seus atos foram os/
foram...as provas que vocês levaram e... as ocultações que vocês fizeram que impedem
uma investigação maior...agora...no caso específico dos trens e do metrô de São Paulo...a
Suíça...mandou...todas as provas para o Brasil e isto está em processo...tanto é assim que
vocês estão sendo chamados para depor na justiça...candidato eu tenho orgulho de
160 ter...uma vida...sem... nenhum parente empregado...sem nenhum uso indevido do
dinheiro público em propriedades MI-nha ou da minha família

Tréplica de Aécio Neves: candidata...o seu governo...isso é história...passará para a
história como governo com descompromisso com a ética... com desvios em/ em toda a
parte foram seis ministros demitidos por desvios...as agências reguladoras ocupadas por
165 pessoas que foram ali.fazer... negócios candidata...a senhora permitiu ser sucedida na
Casa Civil da Presidência da República... o cargo que a senhora gosta de dizer que é o
mais importante depois da presidência da república pelo in/dileta ((incompreendido)) e
próxima amiga que foi ali...fazer...negócios e foi demitida...candidata...não...não me meça
com a sua régua...governei Minas Gerais...candidata...com honradez...a senhora
170 candidata...está desrespeitando o estado de Minas Gerais...com as acusações
absurdas...com as mentiras todo dia charcadas na/nas redes anonimamente candidata...a
senhora in-fe-liz-men-te tem permitido ao Brasil...ver a mais BAI-XA campanha da sua
história democrática...a partir...da primeira eleição que tivemos...de Fernando Collor...

Pergunta de Aécio Neves: candidata... vamos falar daquilo que interessa à dona de casa...
175 ao cidadão... ao jovem e à jovem... ao trabalhador que está... se conseguir... já chegando
em casa do trabalho... provavelmente muitos estão nos ouvindo agora... no rádio do
carro...pela dificuldade que têm hoje pra chegar em casa...inflação... candidata...a senhora
reiterou nos dois últimos debates que a inflação está sob controle...o seu secretário de
política econômica disse que existe uma alternativa... deixe-se de comer carne, passe a
180 comer ovo...o ovo no seu governo já aumentou mais de cinquenta por cento... temos que
ver o que vai restar para se comer depois que a população não conseguir mais comprar o
ovo... mas a grande questão é o seguinte...candidata... vamos falar de futuro... daquilo que

interessa às pessoas... o que a senhora pretende fazer já que não apresentou ao Brasil um plano de governo para controlar a inflação e fazer com que o Brasil volte a crescer? vamos
 185 elevar o nível do debate eu dou à senhora a oportunidade de dizer aos brasileiros como vai controlar a inflação ou se ela está realmente sob controle...

Réplica de Dilma Rousseff: candidato... antes de começar eu vou dar um esclarecimento... não houve nenhuma acusação contra a ex-ministra chefe da Casa Civil... Erenice Guerra... que não seja uma similar a sua... sabe qual? emprego de parente... ou
 190 seja... nepotismo... o senhor empregou um irmão, um tio... três primas e três primos... é disso que se trata... candidato... eu nunca fiz isso na minha vida... queria dizer que no caso da inflação eu tenho certeza que a inflação no Brasil está sob controle... existe hoje uma tentativa de criar um clima de "quanto pior melhor"... esta tentativa... candidato... de criar um clima de quanto pior melhor... vocês fizeram na Copa... dizendo que não ia ter Copa...
 195 que não ia ter condições... o Brasil não tinha aeroportos... portos... enfim... o Brasil não estava preparado e ficou claro que o Brasil fora de campo estava muito bem preparado... os aeroportos funcionaram... a segurança funcionou... no caso da inflação... é o mesmo... nós temos tido... candidato... dois choques de ofertas... um e o outro por conta da seca... essa mesma seca... candidato... que hoje está colocando São Paulo numa situação
 200 insustentável... qual é? nós tivemos choque de preço da energia... a energia aumentou... nós não temos racionamento, nós não vamos impor racionamento... porque tínhamos as térmicas para despachar... elas custam um pouco mais caro, nós vamos ter de pagar... a outra foi o choque nos alimentos... também por conta da seca... tudo isso é passageiro... o que que não é passageiro... candidato? quando o senhor não planeja... o senhor não investe
 205 e você condena uma cidade do porte de São Paulo à mais terrível falta de água... nós sabemos... candidato... que a gestão da água ela afeta ao governo do Estado... então tem responsáveis... candidato.

Tréplica de Aécio Neves: como nós vemos a candidata tem sempre uma justificativa... mas não tem nenhuma solução... minha amiga... meu amigo que nos ouve... para a
 210 Presidente da República... mais uma vez... inflação não é problema... ela não tem nenhuma proposta... nenhuma solução de enfrentar essa questão... eu pergunto mais uma vez a quem nos ouve agora, você compra com o mesmo dinheiro hoje o que comprava há seis meses atrás? ou há um ano atrás? se compra... eu acho que o caminho é votar na candidata Dilma Rousseff... mas não adianta você mascarar a realidade... candidata... hoje infelizmente a
 215 inflação voltou a atormentar a vida dos brasileiros e das brasileiras, porque o seu governo foi leniente com ela... fomos nós que controlamos a inflação lá atrás... candidata e...

infelizmente... o seu governo vai deixar uma herança perversa para o futuro... inflação alta... crescimento baixo... e perda de credibilidade...sem credibilidade... não há investimento...sem investimento não tem emprego...nós tivemos quatrocentos mil
220 empregos a menos este ano do que no ano passado no mesmo período... candidata.

Tréplica de Dilma Rousseff: candidato... de emprego vocês não podem falar...vocês nos entregaram o país com onze milhões e quatrocentos mil mil desempregados... a segunda maior quantidade de desempregados...só ganhávamos da Índia, e uma vitória muito ruim... candidato. agora, eu queria dizer pro senhor: eu não vou combater a inflação com
225 os métodos do senhor, que é desempregar, arrochar o salário e não investir...vocês falam que querem fazer inflação convergir pra três por cento...ora... é importante que a dona de casa que tá nos escutando saiba... vou falar para ela...o que acontecerá se ela for para três por cento? nós vamos ter uma taxa de desemprego de quinze por cento...ele está se queixando de uma taxa de desemprego de cinco por cento...hoje nós temos no
230 Brasil...neste ano...quase um milhão de empregos criados...e vamos elevar os juros para vinte e cinco? ninguém nunca mais vai comprar a prazo nesse país.

Pergunta de Dilma Rousseff: candidato... eu tenho uma pergunta a fazer pro senhor... os nossos governos reorganizaram o estado que nós recebemos sucateado...fizemos concursos públicos... a maior parte dos concursados... candidato... foi para a educação...
235 para a saúde e para a segurança. nós temos uma taxa de quatro vírgula dois por cento de gastos com pessoal em relação ao PIB. vocês deixaram com quatro vírgula oito por cento...candidato... ao contrário de vocês...nós fazemos concurso...ao contrário de vocês...nós não nomeamos sem concurso... que nós conseguimos... candidato...é que de cada quatro funcionários públicos que têm cargo de comissão... três sejam cargos de
240 funcionários públicos de carreira...candidato... eu nunca nomeei parentes para o meu governo...eu gostaria de saber se o senhor nunca fez a mesma coisa...responda candidato...

Réplica de Aécio Neves: candidata... vou lhe responder com uma alegria enorme...em primeiro lugar... agradeço a homenagem que a senhora faz ao Presidente Fernando Henrique...tenho certeza... por quem a senhora tem um apreço muito grande... mas vou
245 tentar falar de futuro... sempre tive um cuidado muito grande... em respeitar as pessoas... respeitar os adversários...nós tivemos... no passado não muito remoto... um episódio muito triste na política brasileira...quando o candidato Fernando Collor trouxe para o meio do debate político... de forma absolutamente irresponsável... uma parente do ex-presidente Lula...a senhora gosta de falar de parentes...o meu governo... me ajudou muito
250 a minha irmã... a minha irmã Andréa...figura extraordinária...acham que eu sou o neto

preferido de Tancredo... mas era ela...ela assumiu o serviço de voluntariado do Estado de Minas Gerais... me ajudou a coordenar a área de comunicação sem remuneração...candidata...a senhora é porque não conhece Minas Gerais...se conhecesse um pouco ia saber o respeito que Minas tem por ela... nas enchentes... nas catástrofes...
 255 era ela quem mobilizava empresários... mobilizava as igrejas pra resolver o problema das pessoas mais simples...por isso eu me orgulho muito da Andréa ser a minha companheira...agora... candidata... a senhora conhece Igor Rousseff... seu irmão candidata... eu não queria chegar a esse ponto...o seu irmão foi nomeado pelo prefeito Fernando Pimentel no dia vinte de setembro de dois mil e três... e nunca apareceu para
 260 trabalhar... candidata...essa é a grande verdade... lamento ter que trazer esse tema aqui... a diferença entre nós é que a minha irmã trabalha muito e não recebe nada...o seu irmão recebe e não trabalha nada...infelizmente agora nós sabemos por que a senhora disse que não nomeou parentes no seu governo... a senhora pediu que os seus aliados o fizessem... candidata Dilma Rousseff.

265 **Réplica de Dilma Rousseff:** candidato... o seu irmão... aliás... a sua irmã e o meu irmão...eles têm de ser regidos pela mesma... eles não podem estar no governo que nós estamos...o nepotismo... candidato...eu não criei...o nepotismo... candidato... é uma decisão do Supremo Tribunal Federal... toda a sociedade brasileira sabe que dentro do Governo Federal e dentro do Governo do Estado de Minas não pode ter um irmão... uma
 270 irmã... um tio... três primos e três primas...o senhor tem de dar conta de todos... não só da sua irmã...digo o seguinte... também todo mundo sabe... quem lê os decretos que vocês publicam... que ela era responsável pela destinação das verbas em todas as questões relativas a propaganda...ora... a imprensa tem perguntado... quanto é que vocês colocaram nos três rádios e no jornal que vocês possuem? essa é uma pergunta que não é minha...
 275 candidata... o senhor deve a ela... a imprensa.

Tréplica de Aécio Neves: candidata... a senhora está mentindo para o Brasil... nepotismo é proibido por lei... não existe, não existe candidata...parentes trabalhando no governo...ela assumiu um cargo de voluntariado... trabalha espontaneamente... é o cargo que a esposa geralmente dos governantes ocupam...portanto... entenda bem a lei... a
 280 senhora não a leu direito... candidata... e no meu governo... no que diz respeito à distribuição de verbas não acontece o que acontece no seu... onde esses blogs aparelhados recebem recursos para atacar a honra dos seus adversários... para colocar infâmias na rede financiadas com dinheiro público...eu atendi... candidata... a uma reivindicação histórica do sindicato das empresas de radiodifusão do Estado onde todas as empresas... todas as

285 rádios receberam as mesmas verbas... o mesmo número de inserções... candidata...tudo
 isso foi denunciado pelo seu partido... e sabe o que aconteceu? o Ministério Público disse
 que estava tudo absolutamente correto... venha discutir o seu governo... candidata. nós
 somos candidatos à Presidência da República e pare de ofender Minas Gerais...candidata

TRANSCRIÇÃO DO SEGUNDO BLOCO DO DEBATE

290

Mediador: estamos de volta...com o debate com os candidatos à presiDência de república
 Dilma Rousseff e Aécio NEves...uma realização do SBT... do portal UOL... e da rádio
 Jovem Pam... você pode participar... acessando a página do SBT e do UOL na
 internet...nesse segundo bloco nós teremos uma nova rodada de perguntas entre os
 295 candidatos... e os temas são...LIVRES...neste bloco...a candidata Dilma Rousseff... é a
 primeira a fazer a pergunta...a senhora tem... um minuto candidata...

Pergunta de Dilma Rousseff: candidato...uhm:... há pouco...saiu no UOL...que hoje nos
 recepciona aqui nesse debate... uma notícia... que diz o seguinte...que...o ex diretor... da
 Petrobrás...afirmou... ao Ministério Público

300

Federal...que:...o:...presidente...do...eh:...do...do PSDB ex presidente do PSDB Sérgio
 Guerra... recebeu propina para esvaziar uma CPI... da Petrobrás...Veja o senhor... que...é
 muito fácil... o senhor ficar...fazendo denúncias...por isso é que eu digo... que o que
 importa... candidato...quando... a gente verifica... que...o...PSDB... recebeu propina... pra
 esvaziar...U-MA...CPI...o que que importa candidato?...importa investigar
 305 candidato...importa ele saber...lamento que ele esteja morto...mas importa saber...COmo
 recebeu QUANdo recebeu e pra quem distribuiu...por isso que a gente tem de investigar
 doa a quem doER candidato...

Mediador: obrigado...

Réplica de Aécio Neves: candidata... aí já vai uma... outra diferença proFUNda... entre
 310 nós dois...pra mim...não importa de qual partido seja o denunciado... a investigação tem
 que ir a fundo... e pela primeira vez ((falando alto)) pelo MENOS... há algo positivo
 aQUI:...a senhora ((rindo)) pela primeira vez... dá cre-di-bi-li-da-de às denúncias do
 senhor Paulo Roberto((ironia))...é esse que disse que dois por cento...dois por cento... de
 todas as obras sob sua responsabilidade... iam para o seu par-ti-do candidata... iam para o
 315 te-sou-reiro do SE-U...par-ti-do ((ênfase))... e o que que a senhora fez durante em
 período?...nada?...a senhora tomou providência...pra pedir o afastamento do tesoureiro...
 do SEU partido...candidata?...NÃO...as denúncias que surgem aí são denúncias
 construídas a partir...daquilo que a Polícia Federal chama uma organização criminosa
 atuando no seio da nossa maior empresa ((falando mais devagar))...foram doze anos

320 candidata...doze anos em que os cofres da Petrobrás foram assaltados ((ênfase)) e esse dinheiro distribuído...temos sim que ir a fundo...saber quem são os beneficiários...agora se a senhora não tem receio... e diz aqui... que quer apuração... que quer que as investigações... possam ir a fundo...porque que o seu partido essa semana impediu que o senhor Vacari... fosse à CPI depor...nós convocamos o seu partido...o PT e alguns/alguns aliados impediram que ele fosse lá explicar/explicar...o que foi feito com esse recurso e vou lhe dizer mais candidato...ele ainda é o tesoureiro do seu partido... e ele é responsável por transferir... recursos para a SUA campanha ((ênfase))... terá sido por isso...que ele não foi afastado ((indagação))? porque pelo menos... quatro milhões de reais foram transferidos com a assinatura do senhor Vacari NES- TA campanha eleitoral para a sua conta de campanha ...de onde veio esse recurso candidata?...vamos investigar logo...eu acho que os brasileiros que estão ((olhando para a câmera)) nos ouvindo...devem saber antes das eleições inclusive... quem são os responsáveis por transferir o dinheiro... e quem recebeu esse dinheiro... independente de partido político... tem que ser puNIDO ((ênfase)) candidata...

335 **Tréplica de Dilma Rousseff:** candidato...o senhor tem dois presos e duas medidas...eu...pode ter certeza...e...sem neNHUM constrangimento...investigarei...tudo e todos...eu nunca engavetei...candidato...eu não jogo pra baixo do tapete...agora...fica claro candidato...uma coisa o senhor gosta muito... de culpar todos...agora quando chega...o ex-presidente do seu partido...o senhor... sai... e diz... que tem de investigar o PT... não senhor...nós temos de investigar...doar a quem doer...todos...nós temos de investigar todos os envolvidos...candidato...não é desta forma...que este país...vai MODificar sua relação...com... os delitos e os crimes...É investigando todos...candidato...implacavelmente...e não como vocês faziam... quando um delegado chegava PERto de uma investigação...ele era despachado para outra cidade...quando um engavetador via um um processo complicado...ele engavetava...

Mediador: obrigado

Tréplica de Aécio Neves: lamento que a candidata não tinha entendido nada do que eu disse... ((sorrindo))) investiguem-se todos To-dos...candidata ((irônico)) agora o seu discurso...não tem conexão...com a sua prática...o seu governo... impediu o quanto pôde que a CPI da Petrobrás e depois a CPMI... fossem instaladas... e depois que foi instalada porque eu fui ao lado de outros senadores do Supremo Tribunal al para garantir o seu funcionamento... vocês tentaram fraudar a CPMI...vocês tentaram fraudar a CPMI...funcionários do SEU governo do palácio do planalto... foram lá...dar o gabarito

às respostas...às perguntas ((escrevendo na mão)) que a sua base...faria a essas pessoas...
 355 tem que investigar...SIM...TODOS...mas permita candidata... que isso seja
 investigar...SIM...TODOS...mas permita candidata que isso seja investigado...a senhora
 volta sempre no passado...onde é que estavam eh:...eh:... nesses doze anos...eh:...essas
 denúncias...por que que vocês não tomaram... vou repetir mais uma vez não tomaram...
 vou repetir mais uma vez as atitudes necessárias para reabrir todos esses
 360 processos?...candidata...das duas a uma...ou não existia Na-Da relevante com relação a
 essas denúncias... ou então o seu governo prevaricou...não tem uma terceira alternativa...

Mediador: candidato Aécio...o senhor agora deve... fazer... a seguinte pergunta...

Pergunta de Aécio Neves: candidata...vamos tentar novamente falar de futuro... em
 homenagem e respeito ao telespectador ((olhando para a câmera))...né...que nos
 365 acompanha a esta hora... eh:...eu recebi...eh:...provavelmente a senhora tenha
 recebido...um documento da UNICEF...que mostra...um dado absolutamente
 alarmante...para mim...confesso do ponto de vista/do ponto de vista pessoal...do ponto
 de vista pessoal...chocante...Vinte- e- quatro dos jovens adolescentes mor-rem por dia no
 Brasil...HO-JE...nesta quinta-feira que nós estamos aqui...vinte e quatro mães... vão
 370 estar... chorando o assassinato... dos seus filhos...apenas um país no mundo mata mais
 por assassinato do que o Brasil ...infelizmente... alguns dos seus programas iniciados pelo
 seu governo... como por exemplo o Crack é possível vencer...depois de quatro anos...nem
 quarenta por cento das metas foram... al-can-ça-das...de que forma candidata... a senhora
 pretende ser mais solidária? permitir que o Governo Federal... apoie... os estados e
 375 municípios... no enfrentamento... da criminalidade? vamos... elevar o nível do debate
 candidata...

Réplica de Dilma Rousseff: antes de elevar completamente o nível do debate... já que
 você o abaixou...candidato... não é possível ...que você... se esconda... atrás do fato... de
 que investigar... candidato... significa também investigar o seu partido... o senhor não
 380 pode apontar o dedo... só pra um partido... aponte pra todos... os partidos... candidato...
 vocês... NUNca deixaram investigar... Minas... engavetava... na sua época... todos os
 processos... vocês não deixavam NADA ser investigado... candidato... no que se refere
 ao... a todos os processos de morte de jovens... nós temos tido um empenho imenso... e
 este empenho... candidato...é maior que foi o empenho do senhor no seu governo...nós
 385 fizemos... toda uma política de combate... toda uma política de combate à violência contra
 os jovens... uma política... que estava baseada em três aspectos... primeiro... é necessário...
 prevenir...depois... candidato... é necessário... garantir que os jovens... e que todos eles

que têm... e que sofram esse acesso... esse assédio... eles tenham defesa... e finalmente... candidato... é fundamental... que o governo coloque... e coloque na pauta... toda uma questão relativa ao combate à violência às drogas... e que faça com que os jovens não sejam objeto... e não sejam objeto fácil... do tóxico...da violência... e das formas pelas quais o crime se/ se infiltra...assim sendo candidato... eu queria te dizer uma coisa...o único governo que fez uma política nacional de combate à violência contra os jovens... foi o meu nos últimos anos...

395 **Réplica de Aécio Neves:** então fracassou candidata... porque cinquenta e seis MIL pessoas estão morrendo... assassinadas a cada ano... no Brasil... infelizmente... candidata... o orçamento... sequer o orçamento que já não é grande coisa do Ministério da Justiça, do Fundo Nacional de Segurança... e do Fundo Penitenciário/ penitenciário... não foram executados nem na sua metade. do Fundo Penitenciário... um pouco mais de vinte
400 por cento agora...do Fundo Nacional de Segurança...cerca de quarenta por cento...onde é que estão as políticas de controle das nossas fronteiras candidata? a Polícia Federal tem o menor orçamento de investimento dos últimos cinco anos... a Polícia Rodoviária Federal que nós temos que fortalecer... também tá sucateada...as Forças Armadas não têm tido atenção do seu governo... a senhora prometeu há quatro anos atrás quatro VANTs
405 para cuidar das nossas fronteiras... os veículos aéreos não tripulados... apenas dois foram colocados em funcionamento... candidata... infelizmente o contingenciamento dos recursos da área de Segurança Pública... têm impedido vários estados... de avançar... no combate à criminalidade... e na defesa dos nossos jovens... é a realidade.

Tréplica de Dilma Rouseff: o senhor tá mal informado... candidato... o governo federal
410 gastou dezessete bilhões e setecentos milhões... em segurança... nos últimos... quatro anos... e não foi candidato...só... do Ministério da Justiça... foi uma operação conjunta... as Forças Armadas participaram ativamente... impedindo... e ((incompreendido)) garantindo... um nível de repressão...nas nossas fronteiras... impressionante... nós fizemos... operações sentinela e:... operações... das Forças Armadas... conjugadas com a
415 Polícia Federal... com a Polícia Rodoviária Federal... nós... fizemos... ((pausa mais longa)) uma campanha... "Crack, é possível vencer"... que garantia... e dava suporte... pras famílias... e garantia... e dava suporte... pra que todos... organizadamente...atuassem... na direção... de impedir o uso do crack... ora candidato... a questão da Segurança Pública afeta aos governos dos estados... NÓS... participamos de forma complementar... EU
420 ((falando mais alto)) vou mudar isso... eu quero... que o governo participe.

Mediador: obrigada...

Pergunta de Dilma Rousseff: vou continuar com essa questão de segurança...considero, candidato... que é muito importante... que:... o governo federal... deixe de ser... complementar... e passe a ser... estratégico na questão da segurança Pública... nós tivemos
 425 uma ótima experiência durante a Copa... com os doze estados... construindo... organizações... e coordenações... de combate conjunto à violência... tanto é que conseguimos... durante a Copa... e depois da Copa... estamos fazendo operações articuladas... uma... associação... efetiva... entre as forças... das Polícias Militares...o exército... e também... as outras Forças Armadas, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária
 430 Federal...modificamos... a prática... sistemática... que era... de estar ausente... o governo federal auSEnte do confronto e do combate... hoje... candidato...eu acredito... que só com essas polícias... articuladas... nós venceremos o crime.

Mediador: obrigado...dois minutos para a resposta...

Réplica de Aécio Neves: candidata... o que me surpreende... na senhora... é o diagnóstico...agora há pouco a senhora disse que a inflação não é um problema do governo... é problema sazonal... e eu acho que não é... por isso... comigo... tolerância ZERO com a inflação. agora... a senhora terceiriza de novo as responsabilidades dizendo que é dos estados essa responsabilidade constitucional... eu amigo... minha amiga... que nos ouve nesse instante... se for eleito Presidente da República e assumo aqui esse
 440 compromisso... EU vou liderar pessoalmente uma política NACIONAL de segurança... que começa com a proibição do contingenciamento dos recursos...eu tenho um projeto... candidata, que tramita desde dois mil e onze no Congresso Nacional... que seu partido infelizmente não permitiu que fosse aprovado... que garante que aquilo que é aprovado no orçamento para a Segurança Pública seja e-fe-ti-va-mente gasto... em parceria com os
 445 estados... transferidos mensalmente...essa é uma das propostas...eu... propus sim... uma revisão no nosso código Penal...no nosso Código de Processo Penal... para que essa sensação de impunidade... não continue... a prevalecer no país... eu apresentei... uma proposta na minha campanha... a senhora provavelmente dela tomou conhecimento... de que nós precisamos ter uma relação... diferente... com os países vizinhos que produzem a
 450 droga que vem ser consumida no Brasil e matar os jovens no Brasil... Governos vizinhos fazem vista grossa ((ênfase na entonação)) para a produção de drogas ou de matéria prima de drogas nos seus territórios... e não há nenhuma ação... do nosso governo... se a senhora está satisfeita como parece estar... com o controle das nossas fronteiras... eu não estou ((falando pausadamente))... eu serei o conduTOR da política nacional de Segurança
 455 Pública... porque infelizmente hoje candidata... não sei se a senhora sabe esse número...

oitenta por cento ...de tudo o que se gasta em Segurança Pública vem dos estados e municípios...apenas treze por cento da União... e a União é quem mais tem...é a União que se apropria da maior parte das receitas dos tributos dos brasileiros... e o que pode ser hoje mais relevante... mais urgente do que cuidar do tráfico de drogas e proteger os nossos jovens?

Réplica de Dilma Rousseff: candidato... eu acho que o senhor está usando números incorretos... o que que acontece... candidato? a Constituição atribuiu aos estados...a/ o controle... e a segurança interna do país... eu quero mudar isso... eu acho que a União... tem de participar... e nós mostramos durante a Copa... que quando a União participa... articuladamente com os estados... e quero dizer... os doze estados no qual nós tínhamos... centros de comando e controle... nós conseguimos... é::... conter... TODas as formas de violência... eu acredito... candidato... que tem hoje... talvez o senhor não saiba... porque o senhor está um pouco afastado disso... tem hoje candidato... uma experiência comum dos doze estados da Federação... pra além das divergências políticas no sentido de fato de construir no Brasil... um aparato... de combate ao crime organizado... de combate às drogas e de combate à violência... isso passa, ne-ces-as-ria-mente por essa relação integrada...candidato... entre... as Forças Armadas... e as polícias... e o senhor também... candidato. ((tom irônico))

Tréplica de Aécio Neves: candidata... o que me parece e talvez pode parecer ao telespectador é que nós temos aqui dois candidatos de oposição... porque a senhora se dispõe a fazer tudo o que não fez ao longo de quatro anos em que a senhora foi presidente...e os outros oito anos em que teve um papel de destaque no governo do seu antecessor... eu defendo no Congresso Nacional... e o seu partido faz oposição... candidata... a essa proposta... razoável... no impacto no orçamento... apenas de garantia da transferência desses recursos para os estados e para os municípios... a senhora falou do programa "Crack, é possível vencer"... por que candidata... que depois de quatro anos... apenas quarenta por cento do programa... foi executado? o seu governo não assumiu a responsabilidade no enfrentamento dessa questão...o seu ministro falava eh:: das nossas prisões...eh:: comparando-as às masmorras medievais... não executou cerca de oitenta por cento do orçamento da área... candidata... assuma a responsabilidade do governo que não investiu em segurança pública.

Mediador: obrigada...obrigada...agora o candidato Aécio fará a nova pergunta...por favor...

Pergunta de Aécio Neves: candidata...ah:... nos últimos... debates...a senhora tem falado

490 muito das obras em mobilidade...e vou falar mais uma vez ao telespectador... ao ouvinte...
que eh:...eh:... as rádios também transmitem... a Jovem Pan também transmite esse nosso
debate... muitos certamente presos no no:: trânsito... das nossas GRANdes cidades... e a
senhora fala números mirabolantes... números eh:...extremamente impressionantes...
quando diz respeito a obras de mobilidade...a questão é que eu tenho viajado pelo Brasil...
495 como a senhora também tem viajado pelo Brasil... e eu fico me perguntando quando vou...
à sua cidade... quando vou à Porto Alegre... por exemplo... onde é que está o metrô
anunciado no seu programa de governo? quando vou à minha Belo Horizonte... onde está
o metrô... que aparece lá como obra do seu governo? quando vou por exemplo a
Cuiabá...quando vamos a Curitiba... onde estão essas obras candidata? na verdade a
500 senhora tem um conjunto de boas intenções... que a ineficiência do
governo...lamentavelmente... não permitiu que ainda saíssem do papel... mas eu vou fazer
isso... com planejamento e com eficiência... transformar promessas... em obras...
candidata.

Mediador: obrigado...obrigado...

505 **Réplica de Dilma Rousseff:** eu... acredito que você... de fato... não tenha muito
conhecimento... porque você não sabe onde tá...o metrô... e o metrô está sendo...
((Intromissão de Aécio Neves: ninguém sabe onde está o metrô ((falando baixinho))
formatado... pelo aliado seu... o... prefeito... nós demos dinheiro pro prefeito... o prefeito
montou e está construindo o metrô que inclusive vai chegar até a Savassi...nós queremos
510 que ele chegue até o Morro do Papagaio... agora...vocês... têm de olhar assim... com
cuidado... porque essa é uma parceria... que envolve o Governo Federal... a
Prefeitura...e...obviamente a Prefeitura tem também... uma espécie de PPP... nós estamos
fazendo... candidato...NOVE metrô no Brasil...é a primeira vez que se faz isso...nove
metrô no Brasil... Nós estamos gastando cento e quarenta e três... bilhões... tem cento e
515 oitenta e nove ((ênfase na entonação))... candidato... BRTs e corredores de ônibus sendo
construídos... tem TREze VLTs no Brasil inteiro... nós temos um conjunto de obras de
mobilidade urbana extremamente significativo... quero dizer... candidato... que era bom
o senhor passear um pouco pelo Brasil... e ver que tem metrô sendo construído ali no Rio
de Janeiro... pelo prefeito... pelo governador Pezão... tem metrô construído lá... no Ceará...
520 em Fortaleza... tem metrô sendo construído por todo o Brasil pela priMEIra vez
candidato... porque... enquanto vocês foram governo, jamais... investiram... em
mobilidade urbana... nós somos... o primeiro GRANde investimento em mobilidade

urbana... além disso... candidato... eu queria dizer pro senhor uma coisa, o senhor... quer... se apropriar... dos meus programas sociais... agora... quando eu digo... que um
 525 determinado programa está acontecendo...o senhor fala não... eu vou fazer e vou fazer melhor... ora, candidato, vocês nunca quando puderam o fizeram. vocês fizeram Bolsa Família de cinco bilhões/milhões milhões ((repetição da mesma palavra))... nós fizemos mais de cinquenta ...candidato.

Réplica de Aécio Neves: candidata... eu acho que dizer uma inverdade num momento
 530 pode ser equívoco... repeti-la... mais de uma vez... aí isso já tem outro nome...não... não foram cinco milhões de pessoas... foram cinco milhões de famílias atendidas no início, sim, no início do programa que se transformou... no Bolsa Família...mas eu fiz a indagação pra trazer a realidade dos números... não se pode jogar tantos números ao vento e transformá-los em obras... na verdade... das duzentas obras de mobilidade anunciadas
 535 pela senhora... vinte e oito apenas foram entregues... candidata. de cada dez obras que a senhora prometeu fazer pra melhorar o trânsito... falo novamente para o amigo que está no trânsito... apenas uma foi entregue... vocês estão governando o Brasil há doze anos... e vocês demonizaram durante mais de dez anos as parcerias com o setor privado e isso fez com que tudo atrasasse no Brasil... vamos sair das grandes cidades... a transposição
 540 do São Francisco... onde é que está essa obra... candidata? parada e com sobrepreço... a Transnordestina... parada e com sobrepreço... essa infelizmente... é a marca do seu governo... obras anunciadas ...e que não terminam nunca...

Tréplica de Dilma Rousseff: candidato... o senhor falou que vocês fizeram pra... vinte milhões de pessoas o bolsa família? candidato... pensa bem no que o senhor está
 545 fazendo/falando...vocês nunca fizeram Bolsa Família para cinco milhões de famílias... não fizeram... candidato... vocês não fizeram...vocês NUNca chegaram a vinte milhões de pessoas... atendidas no Brasil...nós chegamos a cinquenta milhões de pessoas...candidato...quero dizer uma coisa... o senhor tá confundindo todas as obras... aliás... eu acho que deliberadamente... o senhor sabe que as obras de mobilidade são em
 550 parceria... parceria com governos... e com governadores...todas as obras de mobilidade que nós fazemos em Minas é em parceria com o Governo do Estado... ou com a Prefeitura... e isso vale pra todos os estados...eu discordo do senhor... acho que as obras não estão paradas... candidato... o senhor tem de ser... o senhor tem de se informar melhor... as obras estão andando... e eu digo outra coisa... tem muitas obras saindo do
 555 papel hoje...

Carlos Nascimento: obrigado...obrigado... senhores candidatos... muito obrigado... nós estamos encerrando aqui o segundo bloco do nosso debate...depois do intervalo voltaremos com mais uma rodada de perguntas entre os candidatos... e mais uma vez os temas serão livres...este debate está sendo transmitido também pelo Portal do SBT... pelo

560 Portal UOL e pela Rádio Jovem Pan... a gente volta já. SBT nas eleições dois mil e quatorze.

TRANSCRIÇÃO DO TERCEIRO BLOCO DO DEBATE

Carlos Nascimento: estamos de volta com o debate com os candidatos à presidência da república... Dilma Rousseff e Aécio NEves...o debate... está sendo transmitido também

565 pelo Portal UOL... site do SBT e Rádio Jovem PAM. Nesse terceiro bloco nós teremos uma nova rodada de perguntas entre os candidatos e os temas são... LIVRES... A candidata Dilma... fará / a a pergunta... em primeiro lugar... por favor candidata...

Pergunta de Dilma Rousseff: candidato... todos os anos... quarenta mil pessoas... morrem... e outras centenas de pessoas... sofrem... consequências por acidentes de

570 trânsito... muitos desses acidentes decorrem porque há motoristas... dirigindo... embriagados ou drogados... em dois mil e doze... eu sancionei... a Lei Seca que punia... com dureza...todos aqueles que causassem... ferimentos ou mortes...so/eh:... sob droga ou álcool... candidato...eu queria saber... o que senhor acha... e como o senhor vê essa questão da Lei Seca e... se todo cidadão... que for... acionado... que for solicitado... deve...

575 se dispor a fazer... exame... de álcool e droga?

Réplica de Aécio Neves : candidata... tenha coragem de fazer a pergunta direta... é claro que essa é uma ...iniciativa extraordinária... não é sua...o Congresso Nacional... candidata... implementada em todos os governos...a senhora traz nesse debate... talvez pelo desespero... e tenta deturpar... um tema que tem que ser colocado com absoluta

580 clareza...eu tive um episódio sim... e reconheci... candidata... eu tenho uma capacidade que a senhora não tem. eu tive um episódio que parei...eh... numa Lei Seca... porque minha carteira estava vencida... e ali naquele momento inadvertidamente... não fiz o exame e me desculpei, me arrependi disso... como a senhora não se arrepende de nada no seu governo... é importante candidata que nós olhemos para frente... vamos falar do

585 Brasil... explique aqui candidata por que que a senhora mantém hoje nomeado por exemplo... na Itaipu binacional o tesoureiro do seu partido... que recebia propina para alimentar a sua campanha candidata Dilma Rousseff...vamos falar de coisas sérias...vamos falar como melhorar a saúde das pessoas como melhorar a Segurança...Pública candidata...não é possível que a senhora queira aqui fazer a mais

590 BAI-XA (ênfase) das campanhas eleitorais até aqui...não é possível... candidata... que esse mar de lama em que se transformaram as redes... onde a senhora ofende a mim... onde sua campanha ofende a minha família... a senhora está ofendendo a todos os brasileiros que querem mudança, candidata...a senhora... infelizmente... por não ter tido a oportunidade de ao longo da sua vida ter outras disputas...foi ungida Presidente da

595 República por um presidente muito popular... acha que é dona da verdade...não é candidata...o SEu (ênfase) governo fracassou...e a senhora caminha para perder essas eleições... pela incapacidade que demonstrou inclusive... de respeitar os seus adversários candidata... a senhora não trouxe durante todo esse nosso debate uma proposta sequer que melhore a vida do cidadão...que melhore a saúde pública...que melhore a segurança... a

600 senhora parece que não foi Presidente da República... candidata...olhe para o futuro...((palmas da platéia))

[

Mediador:

obrigado

Aécio Neves: tire os olhos do retrovisor do passado, pense nos brasileiros... candidata.

605 ((aplausos da platéia))

[

Mediador: obrigada ((interrompendo o turno de Aécio Neves)) um minuto para a réplica...

Réplica de Dilma Rousseff: candidato ((aplausos da platéia para Aécio e vaia para Dilma)) candidato...não adian/ ((Dilma é interrompida pela platéia)

610

Mediador: um minutinho candidata com licença...eu gostaria de pedir aos nossos amigos da platéia...vocês são muito queridos e muito bem vindos aqui... mas eu pediria que não se manifestassem...em respeito em primeiro lugar... aos dois candidato que aqui estão...em segundo lugar... aos nossos telespectadores...porque nós não estamos em um

615 programa de auditório...nós estamos em um debate para a presidência da república de nosso país e deveríamos nos comportar... dessa forma...gostaria que a senhora que estava falando...continuasse...

Continua a réplica de Dilma Rousseff: candidato...eu acho muito importante a Lei Seca para o Brasil... e acho que o senhor... está tentando diminui-la... sabe por que

620 candidato? porque... no Brasil... todos/todas os dias... todas as semanas tem gente morrendo por acidentes de trânsito quando um motorista dirige... ou embriagado, ou drogado...então...candidato... eu acho que a gente tem de tratar esse assunto com mais cuidado e com mais seriedade...porque... depende dele... muitas vezes... a...a vida ou a

morte... dos nossos jovens...por isso candidato... não é uma coisa... que o senhor... porque
 625 passou por uma experiência... pessoalize tanto...acredito, candidato... que ninguém pode...
 sem sofrer as consequências... dirigir... nem drogado... nem bêbado. EU ((ênfase))
 candidato... não dirijo sob álcool e droga... e isso... é uma questão... que não é... afeta só
 a mim...eu acho que deve ser afeta... a todos os brasileiros...agora acredito candidato, que
 a Lei Seca trouxe um BEM pro país...trouxe um bem ((ênfase)) pros nossos jovens... e
 630 pros nossos adolescentes. ((interrupção do mediador do debate que diz: obrigado))

Tréplica de Aécio Neves: tampouco eu candidata... seja correta... seja séria... mentir
 ((ênfase)) candidata... e insinuar... ofensas como essa não é digno de qualquer cidadão
 mas é indigno por uma Presidente da Re-pú-blica, candidata... a sua campanha é a
 campanha da mentira ((ênfase))... a senhora mentiu dizendo... e postou um vídeo que eu
 635 havia... votado contra o salário mínimo de quinhentos e quarenta e cinco reais ...cortou o
 vídeo na sequência quando mostrava que nós votamos a favor do/do salário mínimo de
 seiscentos reais para fraudar uma informação ... a senhora no seu Twitter candidata...
 disse que Minas Gerais teve a menor redução da taxa de mortalidade infantil do Brasil...
 mentiu ((ênfase)) candidata... Minas Gerais... no meu tempo de governo... foi o estado
 640 que mais reduziu a mortalidade... entre todos os estados do Sudeste... do Sul... e do
 Centro-Oeste... candidata... a senhora disse no último debate... que construiu três
 milhões... setecentas mil casas ...a senhora mentiu a senhora construiu metade disso...
 candidata. FA-LE ((ênfase)) a verdade ((falando pausadamente)) o Brasil não merece a
 campanha que a senhora está querendo fazer. ((interrupção do mediador que diz:
 645 obrigado))

Pergunta de Aécio Neves: mas eu vou... novamente... nessa questão... da verdade e da
 mentira ... nós somos/ candidata... candidatos à presidência da República... é preciso que
 haja um limite... que haja um limite nas nossas posturas... e também na ação daqueles que
 nos cercam... os brasileiros querem saber o que vai acontecer com suas vidas a partir... de
 650 primeiro de janeiro... a senhora... não permitiu que os brasileiros tivessem... um programa
 de governo para analisar... para avaliar. a senhora prefere... a campanha da men-ti-ra... e
 é essa questão que eu lhe faço agora. a senhora chegou ao cúmulo de mandar a sua equipe
 de filmagem filmar uma escola a escola Barão de Macaúbas em Belo Horizonte num
 domingo... no dia doze de outubro... quando ninguém estava lá... para mostrar que a obra
 655 estava parada e que a escola não funcionava...a senhora fraudou a informação candidata...
 a pergunta que eu lhe faço é a seguinte... a senhora não tem nada para mostrar aos
 brasileiros? e por isso precisa mentir TANTO? o tempo IN-TEI-RO candidata?

Réplica de Dilma Rousseff: candidato... acho... aqui... quem mente é o senhor... e acho... que essa história... da escola de Macaúbas... é uma dedução do senhor que o senhor tenta atribuir a mim...agora candidato eu quero dizer o seguinte... acredito que se o senhor... tiver...o Mínimo (ênfase)) de discernimento... o senhor vai reconhecer que:... apesar do que o senhor disse... o seu governo não gastou nem ((elevando o tom da voz)) em Educação... nem em Saúde ((elevando o tom da voz)) o que era o correto e o necessário... o senhor atribui a outros que... mudaram...ah... o cálculo...que não incluíram o que devia ser incluído... a verdade... candidato... é que somado...subtraído e... dividido... o governo do senhor deixou de investir sete vírgula oito milhões... bilhões... desculpa... bilhões na Saúde... e... ((pausa mais longa)) oito bilhões na Educação...o senhor... o senhor diz que não é assim... mas esse candidato... é um cálculo claro e bem feito sobre o Governo do Estado de Minas Gerais...o senhor se furta... a responder isso ...vocês foram obrigados... a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta... melhor dizendo...um Termo de Ajustamento de Gestão... que foi uma variante... que o Tribunal de Contas do Estado de Minas... usou... para... fazer... um acordo com vocês...acordo esse... que era pra vocês cumprirem a partir daí... candidato... eu me pergunto... e me pergunto mesmo...como é que o senhor acha que o senhor pode sentar aqui... e numa questão tão delicada como a Saúde e a Educação... no Brasil... o senhor se furtar... a explicar por que... que o senhor teve de assinar um Termo de Ajustamento de Gestão e de repente... o site...do Tribunal de Contas do Estado saiu do ar? ((entonação que remete à ironia))

Réplica de Aécio Neves: candidata... a senhora tem ofendido Minas Gerais to-dos os instantes e em to-dos os debates... a senhora não tem conhecimento do que aconteceu no nosso Estado... Minas Gerais... pela força dos seus servidores da sua gente é um Estado respeitado no Brasil...respeitado internacionalmente...se a senhora for ao Banco Mundial... o exemplo de gestão eficiente quem tem é Minas Gerais... se a senhora fosse ao Ministério da Educação e encontrar alguém lá... porque ninguém encontra ministro do seu governo em lugar nenhum... a não ser aqui no auditório ou na campanha eleitoral vai saber que Minas Gerais tem a melhor educação fundamental do Brasil... se for ao Ministério da Saúde candidata ... vai ver que Minas Gerais tem a melhor saúde pública de toda a região Sudeste...e se quiser gastar um tempo... lendo a decisão do Tribunal de Contas... para não repetir... o que o seu marqueteiro escreve pra a senhora, a senhora lerá o seguinte...abro aspas “As contas do governo nos exercícios de dois mil e três a dois mil e dez... do então governador Aécio Neves... tiveram pareceres por aprovação, por uma-ni-mi-dade do Tribunal de Contas... candidata...vamos discutir o Brasil candidata.

Tréplica de Dilma Rousseff: candidato... não co-lo-que Minas Gerais como sendo o senhor...o senhor não é Minas Gerais... candidato...eu nasci em Minas... aliás...antes do senhor...se é por isso... nasci bem antes do senhor. e...quero dizer pro senhor que... eu...
 695 saí de Minas candidato não foi para passear no Rio de Janeiro...eu saí de Minas candidato porque fui perseguida... e é por isso que eu passei uma parte da minha juventude... fora de Minas e lamento muito... agora... queria dizer que Minas não se confunde com o senhor...não tente que eu não vou... concordar com isso... e mais... nem os mineiros se confundem... e queria dizer também que esta questão é muito séria...candidato...essa que
 700 nós estamos discutindo... por quê? porque nós temos de saber tudo o que nós falamos aqui hoje... nós temos de saber... o que fica para a população brasileira? o que ela vai absorver disso tudo? sabe o que ela vai absorver candidato? é que tem perspectivas diferentes aqui... eu e o senhor não temos... a mesma visão. ((intervenção do mediador que fala obrigado e interrompe o turno))

Pergunta de Dilma Rousseff: bom... eu queria fazer a pergunta... candidato... o senhor... não respondeu ainda... a questão do aeroporto de Cláudio... eu vou dizer por que que eu vou colocar essa questão... o Brasil hoje passa por um momento muito importante... nós estamos retomando... todos os investimentos... e estamos ampliando esses investimentos em aeroportos... e em portos. fundamentalmente nesses dois... nessas duas áreas... ora...
 710 o governo de Minas... tem de revelar uma informação... que é... como é que o aeroporto de Cláudio... que era um aeroporto... pequeno... de vinte e cinco/ numa cidade de vinte e cinco mil habitantes... foi construído... e foi construído... dentro ((ênfase)) da fazenda do seu tio... ao mesmo tempo que lá... em Montezuma... outro aeroporto nas mesmas condições foi construído?

Réplica de Aécio Neves: é muito triste ver uma PRE-SI-DEN-TE da República mentindo ((ênfase na palavra mentindo)) ...o aeroporto de Cláudio... candidata... a senhora está cansada de saber disso... foi construído numa área desapropriada pelo estado... para beneficiar uma região que cresce economicamente... Minas tem noventa e dois... entre pequenos... médios e grandes aeroportos...candidata...vamos falar do Governo Federal...
 720 a não ser que a senhora queira no futuro... talvez desempregada...a partir de primeiro de janeiro ((irônico)) ser candidata ao governo de Minas... aí a senhora terá tempo para discutir Minas Gerais... onde estão os oitocentos aeroportos regionais que a senhora prometeu... construir candidata? em lugar algum... porque o seu governo... é o governo das promessas vazias... candidata... a senhora é que deixa... o Brasil sem resposta... todas
 725 as minhas obras em Minas Gerais tiveram a/aprovação do Tribunal de Contas... tiveram

aprovação do Ministério Público... candidata... ao contrário das suas... com sobrepreço to-do o tem-po ((silabação))... que providências a senhora vai tomar... candidata? com o tesoureiro do seu partido? que a senhora nomeou para Conselheiro de Itaipu Binacional? esse que recebia os dois por cento segundo o Paulo Roberto candidata? nada? o que a senhora vai fazer candidata? nada? não vai acontecer nada? é tudo normal ou a senhora está sem condições de demiti-lo? é muito grave o que está acontecendo com o Brasil...eu sou candidato a presidir o Brasil... candidata Dilma... com uma vida pública hon-RA-da, respeitada... por isso deixei o meu governo em Minas com noventa e dois por cento... de aprovação... candidata... é por isso que nessa eleição Minas Gerais novamente se caminha... se encaminha para me dar mais uma vitória... basta ver as últimas pesquisas...vamos deixar os mineiros em paz candidata ...os mineiros sabem o que fazem... vamos discutir o Brasil... aonde estão as atitudes do seu governo para com o futuro do Brasil? dos brasileiros que nos ouvem? quem ligar a televisão desavisadamente vai achar que a candidata quer disputar o governo de Minas ou a Prefeitura de Belo Horizonte... diga... que providências a senhora vai tomar pra acabar com essa corrupção que tomou conta do governo federal candidata Dilma?

Réplica de Dilma Rousseff: olha... eu vou dizer uma coisa eu teria muita honra de ser candidata pelo governo de Minas... acho Minas Gerais... e Belo Horizonte...um estado... e uma cidade...que eu gosto muito porque foi lá que eu nasci... então... candidato... o que eu quero dizer para o senhor... é que... no caso... do aeroporto de Cláudio... o senhor deve sim explicação... o senhor deve explicação... porque o senhor construiu um aeroporto... dentro de uma propriedade... expropriou um pedaço... mas construiu... e quando um órgão de imprensa foi buscar a chave... a chave estava guardada com um parente seu...em Montezuma... ocorreu uma coisa muito similar... só que Montezuma além disso era uma cidade muito pequena... candidato... uma das coisas mais importantes do país... é que nós não podemos mais tolerar o uso... de bens... públicos... para beneficiar "A"... "B" ou "C"... privadamente... esta é uma questão candidato... que nenhum candidato... a Presidente da República... pode... se furtar... a responder.

Tréplica de Aécio Neves: candidata... a senhora foge sempre da disputa... e do debate...a senhora não tem o que mostrar mais ao Brasil... seu governo... candidata... tá vivendo seus estertores porque ninguém aGUENta mais... tanta corrupção... tanta in-com-pe-tência e tanto descaso para com os problemas reais das pessoas...candidata... a senhora acabou... nesse debate... de afirmar que com a inflação vai tudo bem... a senhora tá achando que com o tráfico de drogas... o controle das nossas fronteiras... vai muito bem...

760 que governo a senhora quer oferecer aos brasileiros... candidata? vá... a Minas Gerais um pouco mais... caminhe um pouco mais por Minas Gerais candidata ... agora... caminhe com respeito aos mineiros e às transformações que ocorreram no nosso estado... transformações extraordinárias candidata ... eu respeito a sua história...eu não a desrespeito candidata...agora... peço que respeite a minha... exatamente nesse mês... há 765 trinta anos atrás... eu estava na campanha das Diretas e depois na campanha de Tancredo ajudando o Brasil se reencontrar com a democracia... infelizmente... com o voto contrário do PT...o seu partido.

Pergunta de Aécio Neves: candidata...Dilma Rousseff... todos nós temos a nossa formação... né? aqui estão nos ouvindo hoje...famílias de brasileiros de regiões diferentes 770 de credos religiosos... diferentes... a senhora...no último debate do primeiro turno... disse textualmente o seguinte... vou abrir aspas... para a senhora... "não acredito que tenha alguém acima da corrupção" fecho... aspas... e depois continuou... abro aspas pra senhora..."todo mundo pode cometer corrupção"... fecho... aspas... será que é isso? que a Presidente da República... tem a ensinar aos brasileiros...candidata? honestidade? 775 responsabilidade... para com nossos atos e daqueles...que nós nomeamos? é algo e-ssencial pra quem queira fazer vida pública candidata...a senhora terceiriza sempre as responsabilidades ((ênfase na entonação))... portanto eu quero lhe dar oportunidade... e de se desculpar com os brasileiros... por essa afirmação... que acredito que não tenha alguém acima de corrupção.

780 **Réplica de Dilma Rousseff:** candidato... o que eu acho que o senhor faz ...sabe o que o senhor faz? o senhor manipula palavras... e aí... candidato... a mim estarrece... o seguinte fato... senhor se acha... acima... de qualquer crítica ou de qualquer avaliação ... o senhor diz... que se te atacar está atacando Minas essa... é ...uma mentira... candidato mentira ... porque Minas Gerais não é o senhor...o senhor é um dos mineiros... e isso não significa 785 que o senhor seja... e que possa falar em nome de toda Minas Gerais...então quero dizer o seguinte... candidato... é errado SIM... colocar...e pegar... um aeroporto... privado... feito com o dinheiro público na fazenda de um tio...o senhor querendo ou não tergiversar sobre esse assunto... é ...errado ... não se faz isso... candidato... isso é feio ...((reação da platéia)) outra questão... candidato... ((risadas da platéia)) outra questão que eu julgo muito 790 importante... eu... acredito... sinceramente... que... ninguém... candidato... está...acima...de qualquer coisa... ninguém está acima de qualquer coisa...o que nós temos que ser... é virtuosos... agora... ninguém tem o atestado de virtuosidade... nós temos... como homens públicos e mulheres públicas ((aumentando o tom de voz)) provar a cada

795 dia... candidato... que nós temos respeito pela coisa pública... que nós não mexemos... não mexemos com o dinheiro público em nosso benefício... em benefício de parentes nossos... não mexemos com a coisa pública em benefício de quem quer que seja... a não ser... do povo brasileiro... sabe que que é isso? Isso... candidato... é um critério arraigado dentro da gente... chama-se um critério republicano... o dinheiro é coisa pública... quando a gente está no governo... o dinheiro... é coisa pública... ((falando em tom didático))... 800 ninguém pode tergiversar sobre isso.

Réplica de Aécio: lamento que a candidata não respeite... não respeite as instituições... o Ministério Público não é nessa obra... candidata... em todas as obras do meu governo disse que estavam corretíssimas... é o contrário do que acontece no seu governo... e a senhora não respondeu... a frase que disse está gravado... “todo mundo pode cometer 805 corrupção”... não pode não... candidata... ninguém pode cometer corrupção... a senhora tem é que tomar as providências e dizer ao Brasil o que que aconteceu na Petrobrás... a senhora conduziu com mão de ferro durante doze anos... fez questão de dizer a todo mundo quem mandava na empresa... e durante doze anos essa empresa vem... colocando sobrepreço nas obras públicas para beneficiar sua base de sustentação... candidata... esse é o fato real... 810 é isso que causa indignação em todos os brasileiros... é por isso que eu estou aqui como candidato à Presidência da República... porque o Brasil quer... quer se livrar desse governo... o Brasil quer... um tempo novo... um tempo de otimismo... de seriedade... e também de honestidade no gasto do dinheiro público...

Tréplica de Dilma Rousseff: candidato... candidato... ((tom irônico)) você não é um 815 cidadão acima de qualquer suspeita candidato... isso não é republicano... todos nós... candidato... podemos e temos de aceitar que somos iguais perante a lei... então... o que suspeitam do senhor... ou o que suspeitam de mim... é o que suspeitam de qualquer um... NÓS ((ênfase)) candidato... temos de provar o que somos... exercemos atividade pública... nós temos de provar... candidato... que nós estamos além da suspeita... então... o senhor me 820 desculpa ... o senhor... nem eu nem o senhor estamos além da suspeita ... TODOS os dias nós vamos ter de provar a nossa integridade e a nossa honradez... candidato... ESSA é uma questão exigida dos homens e das mulheres públicas...

Mediador: muito obrigado candidatos... nós estamos chegando ao fim desse nosso debate... agora vamos às nossas considerações finais dos dois candidatos à presidência da 825 república aqui presentes... pelo sorteio que foi previamente feito... a primeira a falar é a candidata... Dilma Rousseff... candidata... a senhora tem um minuto e meio para as suas considerações finais...

Considerações finais de Dilma Rousseff: olha... eu queria te dizer em primeiro lugar...

830 viu? que eu agradeço ao SBT... agradeço ao candidato... e agradeço a todos que nos assistiram hoje... ao contrário do que ocorria no passado... quando... governos de elite só viam as elites...hoje eu acredito que o meu governo olha para todo o povo brasileiro...eu tenho certeza que o Brasil está mudando... eu tenho certeza... que o Brasil está mudando pra melhor... acredito que o povo brasileiro hoje tem alternativas... que nunca teve antes...no que se refere a emprego...no que se refere a oportunidades de estudo e de
835 educação...no que se refere à construção de uma vida melhor... nós vivemos um momento muito especial...um momento...em que:... a crise internacional afeta a economia brasileira... mas... nós saímos dessa crise e enfrentamos ela de peito aberto...fazendo o quê? garantindo emprego... garantindo a renda... e lutando sistematicamente para que o nosso país viva melhor...reeleita... eu quero fazer ainda mais... eu quero... garantir a todos
840 os brasileiros... educação de qualidade... saúde de qualidade... e quero também manter essa trajetória de distribuição de renda, que melhora a vida de todos os brasileiros e de todas as brasileiras. ((palmas da platéia)) ((interrupção do mediador))

Considerações finais de Aécio Neves: agradeço ao SBT... cumprimento a candidata... e digo ao telespectador que quero sim... ser presidente da República e me preparei pra

845 isso...porque o Brasil não pode viver mais quatro anos de tamanho desgoverno ... eu quero sim assumir a presidência da República para combate à inflação e não para me conformar com ela... eu quero ser presidente da República para enfrentar a questão da cri-mi-na-lidade e não transferir essa responsabilidade para estados e municípios... eu quero ser presidente da República, não para dividir de forma perVERSA e pouco generosa o Brasil
850 entre nós e eles ((ênfase na entonação))...eu quero ser o grande presidente da integração nacional...presidente da generosidade para com os brasileiros que mais precisam... da integração do Nordeste ao nosso projeto de desenvolvimento...um presidente que não trate o adversário como um inimigo a ser abatido a qualquer custo, que respeite a verdade...eu quero ser Presidente da República para que amanhã... se eventualmente
855 estiver numa outra disputa... eu possa permitir aos meus adversários falarem das suas propostas ...não é possível que... numa eleição dessa importância...tenha se perdido tanto tempo em tantas ofensas...as mesmas ofensas que foram dirigidas a Eduardo Campos... depois à Marina Silva... agora são dirigidas a mim ...mas comigo não...candidata... comigo pode ter certeza...a senhora receberá sempre um olhar altivo...de um homem de
860 bem... honrado... pronto para dar ao Brasil e aos brasileiros... um destino melhor do que eles estão tendo... ((aplausos e gritos da platéia))

Mediador: muito obrigado...nós estamos chegando ao fim do debate...esperamos...
((mediador interrompido por vaias e aplausos)) ... por gentileza...vamos terminar o
programa...esperamos que este encontro tenha contribuído para que você...eleitor... possa
865 escolher o candidato que considerar o mais bem preparado para governar o nosso Brasil
...muito obrigado aos candidatos pela participação e uma boa noite a todos...